VI Congresso Internacional

História, Regiões e Fronteiras

Caminhos da Democracia

UPF

PPGH - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAPES

Anais do VI Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras (CIHRF)

(22 a 24 de outubro de 2024)

Adelar Heinsfeld (Org.)

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

Organizador dos textos: Adelar Heinsfeld

Revisão: os autores de cada artigo

ISSS 2318-6208

Comissão Organizadora

Adelar Heinsfeld
Alcemar José de Mattos Pitágoras
Alessandro Batistella
Ana Cristhyna Inacio Silveira
Felipe Citolin Abal
Gizele Zanotto
Janaína Rigo Santin
Vitor Mateus Viebrantz

ISSN 2318-6208

Comitê Científico

Adelar Heinsfeld (UPF)
Alessandro Batistella (UPF)
Alexandre de Almeida (FFHC)
Alexandre Saggiorato (UPF)
Carla Portal Vasconcellos (UPF)
Cláudia Mariza Mattos Brandão (UFPEL)
Diego J. Baccin (UFFS)
Diego Orgel Dal Bosco Almeida (Unochapecó)
Dilceu Roberto Pivatto Junior (UFSC)
Djiovan Vinícius Carvalho (IHPF)
Eunice Sueli Nodari (UFSC e Univale)
Fábio Roberto Krzysczak (IFRS)
Felipe Batistella Alvares (IFSUL)
Gerson Luís Trombetta (UPF)
Gizele Zanotto (UPF)
Humberto José da Rocha (UFFS)
Ironita A. P. Machado (UFC)
Jacqueline Ahlert (UPF)
Janaína Rigo Santin (UPF)
João Carlos Tedesco (UPF)
Juliana Favretto (IFSUL)
Jussara Spinelli (UFFS)
Klaus P. Hilbert (PUCRS)
Letícia Sabina Wermeier Krilow (UFPEL)
Marcos Gerhardt (UPF)
Mauricio Hepp (UFPR)
Raul Cavedon Nunes (UFRGS)
Renan Santos Matos (UFFS)

PROGRAMAÇÃO GERAL

22 de outubro (terça-feira)

09h	Credenciamento
14h	Simpósios Temáticos
19h30	- Abertura Oficial - Homenagem ao ex-professores do PPGH - Conferência de Abertura: *"Democracia en América Latina: el caso de Chile, una trayectoria de Sísifo"* Joaquin Fermandois (Pontificia Universidad Católica de Chile/Universidad San Sebastian

23 de outubro (quarta-feira)

09h	Simpósios Temáticos
14h	Simpósios Temáticos
18h	Lançamento de Livros
19h30	- Mesa Redonda: "*A redemocratização portuguesa e a descolonização africana"* Francisco Carlos Palomanes Martinho (Universidade de São Paulo) e Jonuel Gonçalves (Universidade Federal Fluminense)

24 de outubro (quinta-feira)

8h	Reuniões de trabalho
10h	Simpósios Temáticos
14h	Simpósios Temáticos
19h30	- Conferência de Encerramento: "*Los caminos de lo antidemocrático en la Argentina reciente*" Maria Cecília Miguez (Universidad de Buenos Aires)

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 13

Alexandre Durante
AS PREOCUPAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA ACERCA DA SITUAÇÃO BRASILEIRA FRENTE À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939)..... 15

Alcemar Pitágoras
OS MALDITOS E A MALDIÇÃO DE SER INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO RÓTULO "MALDITOS DA MPB" NO INÍCIO DOS ANOS 1970..... 31

Andréa Pagno Pegoraro
ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: NATUREZA E SOCIEDADE NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA..... 41

Andreza Jucelly Severina da Silva
REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR SOBRE OS IDOSOS NO BRASIL: PROPAGANDAS, ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA NO PERÍODO DE 1980-1985..... 69

Auselita dos Santos Coelho Brito
O ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL..... 94

Carlos Souza de Jesus
DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O RECONHECIMENTO DO PORTUGUÊS COMO UMA DAS LÍNGUAS OFICIAIS DA ONU..... 111

Caroline Adam
A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1950 A PARTIR DA IMPRENSA PASSO-FUNDENSE: DIÁRIO DA MANHÃ E O NACIONAL 128

Crislaine Teresinha Arbusti
ARTE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: UM ESTUDO SOBRE A ARTE PÚBLICA E A PAISAGEM URBANA A PARTIR DA OBRA DE ALE ZANONATO (SARANDI/RS) 152

Deiglis Alves Moreira
VELHICE, RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE: A FÉ COMO INSTRUMENTO DA HISTÓRIA DE VIDA..... 172

Dirceu Dirk
PERCEPÇÕES PAISAGÍSTICAS E AMBIENTAIS DA REGIÃO DE IRAÍ BA DÉCADA DE 1930..... 188

Djiovan Vinícius Carvalho
ENTRE TIPOS, TINTAS E IMPRESSOS: NOTAS SOBRE OS PERIÓDICOS EXISTENTES NA HEMEROTECA GABRIEL PEREIRA BORGES FORTES (1827-1870) 218

Eleandro de Morais Vieira
CAMPESINATO NO SUDOESTE DO PARANÁ: SABER, COMUNIDADE E ECONOMIA (1960-1980)..... 240

Ericson Flores
UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA DA ELITE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO GOVERNO TRICHÊS (1971-1975)..... 259

Felipe Cittolin Abal
SENHOR PRESIDENTE: ENTRELAÇAMENTOS ENTRE DELÍRIO E POLÍTICA EM CARTAS ENVIADAS A FHC.....276

Francisco Clébio Pinheiro
RESILIÊNCIA DO POVO NAMBIQUARA DIANTE DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE..... 306

Francisco Pereira Gomes de Oliveira
ENTRE A AUTORIA ÉTNICA E O PROJETO ESTÉTICO IDEOLÓGICO DE MAKUNAIMA: ASPECTOS HISTORIOGRÁFICOS E LITERÁRIOS NA CONCEPÇÃO DE MITO/PANTON NA COSMOVISÃO MACUXI.....324

Gilmar Muniz Garcia
A PRESENÇA E MISSÃO RELIGIOSA NA ENCRUZILHADA NATALINO.....353

Helison Lázaro de Souza
A PRESENÇA DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA NA ROTA DO ROSÁRIO: UM FENÔMENO CRESCENTE E ATIVO NA DIOCESE DE JACAREZINHO, PARANÁ (séc. XXI).....360

Igor Estima Sardo
AS LIMITAÇÕES DO CÁLCULO DE PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL E NA ECONOMIA MUNDIAL PELO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE EXTERNA DE REINALDO GONÇALVES..... 384

Ironita A. Policarpo Machado
AS PRÁTICAS POLÍTICO-JURÍDICAS E ECONÔMICAS DE ACESSO A TERRA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL-BRASIL, COM A ADOÇÃO DO REGIME MILITAR.....401

Itacir Biff
ANÁLISE HISTÓRICA DO GRAFITE EM PASSO FUNDO.....430

Ítalo Franco Costa
A "BANDEIRA DE GUERRA À MORTE" (1813) E A BANDEIRA DO BRASIL IMPÉRIO (1822): O LOSANGO COMO SÍMBOLO DE UMA REVOLUÇÃO ARMADA E SUA REVERBERAÇÃO NA ARTE CONTEMPORÂNEA... 446

Janaíta da Rocha Golin
FONTES E MÉTODOS NA GUERRA CIVIL FARROUPILHA EM SANTA CATARINA (1835-1845)..... 464

Jean Carlo Rosa Durigon
IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO RELIGIOSA: ESTUDO DE CASO DO PADRE FRANCISCO APOLINARIS MASCARENHAS NO RIO GRANDE DO SUL..... 481

Jerônimo de Rossi Molina
NEORREALISMO E PLURALISMO DEMOCRÁTICO: UMA POSSÍVEL APROXIMAÇÃO TEÓRICA PARA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA..... 505

João Alberto Zanandréa
ENTRE AMORES E BANDINHAS: TRILHA SONORA DAS FESTIVIDADES NO SUL DO BRASIL..... 524

José Cristiano Santos de Paula
NOTAS DE SUSTENTABILIDADE: COMO A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA ECOA A CRISE AMBIENTAL.... 548

Julia Costa Oliveira
UMA BREVE HISTÓRIA DA FLORESTA NACIONAL DE CANELA (FLONA) 567

Julia de Oliveira Bender
O RECRUTAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL PARA A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1943-1945).....582

Juliana Fernandes da Silva
PROCEDIMENTOS CURATORIAIS NO ACERVO ARQUEOLÓGICO DO LACUMA – UPF.....600

Kauize de Moura Valandro
O CASO DE NHEÇU: REFLEXÕES SOBRE A CRIAÇÃO DA NARRATIVA..... 618

Laianny Cristine Gonçalves Terreri
GALINHAS FELIZES NA ERA DA SUSTENTABILIDADE: A PRODUÇÃO DE OVOS LIVRES DE GAIOLAS E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O BEM-ESTAR ANIMAL.....637

Larissa de Godoi
O PAPEL DO EMPRESARIADO NO GOLPE DE 1964: O IBAD E A REVISTA AÇÃO DEMOCRÁTICA (1959-1963)..... 652

Lucas do Prado
EM BUSCA DA HISTORICIDADE E DAS REPRESENTAÇÕES EM CINEMA ASPIRINAS E URUBUS..... 667

Lucas Antonio Franceschi
RELAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS COM O RIO URUGUAI: IMPACTOS DA UHE FOZ DO CHAPECÓ NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS..... 689

Luísa Caravantes Panno
MOVIMENTO COCALERO NA BOLÍVIA.....699

Marília Guaragni de Almeida
SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA FEMININO: VENCENDO DENTRO DE CAMPO, MILITANDO FORA DELE.....715

Marilize Radin Frattini
PERDEMOS O TREM? OS IMPACTOS DA CRISE DO MODAL FERROVIÁRIO PARA O VALE DO RIO DO PEIXE.....739

Mateus Fiorentini
IMPRENSA E REVOLUÇÃO: TEORIA DA REVOLUÇÃO CONTINENTAL NAS PÁGINAS DE EL POPULAR..... 766

Matheus do Nascimento Petter
AS COOPERATIVAS E A PRODUÇÃO DE SOJA NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL.....796

Mauricio Hepp
AS RELAÇÕES DE ESPAÇO E TERRITÓRIO NAS REDUÇÕES DE NOSSA SENHORA DE LORETO E SANTO INÁCIO MINI NO GUAYRÁ (1610-1631): UMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA..... 819

Paola Padilha
OBJETOS DE MEMÓRIA E O KITSCH..... 845

Pedro Alcides Trindade de Mello
A SOCIEDADE PERFEITA E A FRONTEIRA NATURAL: A ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS E SUA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NO RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX..... 862

Rebeca Franco Fonseca de Freitas
A ARTE DA FOTOGRAFIA ANALÓGICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO: HISTÓRIA, IDENTIDADE, MEMÓRIAS E IMAGINÁRIOS..... 886

Vanessa Gomes de Campos
"E EU ESCRIVÃO QUE O ESCREVY": MATERIALIDADE E CULTURA ESCRITA DE DOIS ESCRIVÃES ECLESIÁSTICOS (RS, DÉCADA 1750)..... 904

Vanucia Gnoatto
A EXPERIÊNCIA DAS LIGAS AGRÁRIAS DURANTE A DITADURA STRONISTA (1960-1980)..... 929

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, no momento em que completava seu jubileu de Prata, ofereceu à comunidade acadêmica mais um evento científico.

Entre os dias 22 e 24 de outubro de 2024, o VI Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras deu continuidade aos cinco congressos realizados entre 2011 e 2021, contribuindo para divulgar a produção acadêmica nacional e internacional, refletindo sobre a historiográfica recente, e oportunizando a consolidação de redes de pesquisa no campo da História.

O tema central do evento pôs em perspectiva a discussão sobre a Democracia, sua dinâmica, seus avanços e seus entraves. O atual contexto da vida política nacional, bem como dos países vizinhos, tornou ainda mais relevante a proposta de reunir pesquisadores e estudantes de história, economia, direito, relações internacionais e ciências sociais de diferentes regiões e países para discutir esta temática.

O VI CIHRF oportunizou momentos de discussão entre pesquisadores profissionais ligados ao ensino universitário e à pós-graduação, tanto no Brasil, quanto nos países vizinhos, bem como a mestrandos e doutorandos que, ao socializar e publicizar o resultado das suas investigações com colegas de outros programas de Pós-graduação, contribuíram para o fortalecimento de redes de pesquisadores que tem no “regional” e na “fronteira” o centro das suas atenções acadêmicas.

Ao tornar público os textos de uma parte dos pesquisadores que apresentaram, no âmbito dos diversos Simpósios Temáticos, o resultado de suas investigações, esperamos contribuir

com a comunidade acadêmica e com o público em geral que anseia por novos conhecimentos históricos e historiográficos.

O VI CIHRF só foi possível graças ao apoio da Universidade de Passo Fundo e do aporte financeiro da CAPES. A estas duas instituições o nosso muito obrigado!

Boa leitura!

A Coordenação geral do VI CIHRF

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

AS PREOCUPAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA ACERCA DA SITUAÇÃO BRASILEIRA FRENTE À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939)

Alexandre Durante
Mestrando em História/PPGH-UPF
Bolsista PROSUC/CAPES II
aledurante11@hotmail.com

Resumo
Este artigo busca discutir um documento de Constantine Brown, que relata as preocupações norte-americanas com a situação de indecisão do Brasil perante a Segunda Guerra Mundial no ano de 1939. Considerando o impacto causado por ela e seu jogo de alianças entre as diversas nações que estiveram presentes no conflito, o objetivo se detém em compreender as principais características presentes no relatório do jornalista. Abordaremos principalmente como a geopolítica e o contexto do período nos auxilia a analisar as tensões norte-americanas devido a localização brasileira perante o continente africano. Para tal, é importante tratarmos dos interesses brasileiros no período, assim como também as ações tomadas pelas principais lideranças do período, como Getúlio Vargas e também o diplomata Osvaldo Aranha. Considerando a importância geográfica e a tensão mundial durante o início da segunda grande guerra, buscaremos compreender a importância do Brasil no cenário global e como o alinhamento com os estadunidenses era visto como necessário.
Palavras-chave: Geopolítica; História Política; Segunda Guerra Mundial.

Introdução

O século XX foi marcado por grandes conflitos e tensões mundiais, principalmente se tratarmos da primeira metade deste

período. A Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) causou milhões de mortos e inúmeras transformações na geopolítica global. Apesar disso, as tensões no período final da Grande Guerra se mantiveram, considerando a Crise de 1929 e a ascensão do Partido Nazista na Alemanha. Neste contexto, a década de 1930 marcou-se por movimentos políticos e geopolíticas de diversos países, sendo a principal delas a da Alemanha nazista, assim como o crescimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Por fim, o resultado se deu pela eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939 e que perdurou até 1945.

Inúmeras questões geográficas passaram a ser debatidas, considerando locais vitais para o sucesso e a conquista de diversos territórios. Considerando isto, buscaremos compreender a partir da análise de um documento de Constantine Brown[1] intitulado "*Este mundo de transformações*" e que está presente no arquivo do CPDOC[2] de Getúlio Vargas. O mesmo relata os temores em relação aos alinhamentos brasileiros frente a Segunda Guerra Mundial, especificamente de 1939, ano em que o conflito se deflagrou.

Portanto, analisaremos o contexto geopolítico do conflito, as relações entre o Brasil, Alemanha e Estados Unidos da América, os alinhamentos políticos brasileiros e as principais características que levaram ao Brasil buscar uma posição política e estratégica quanto aos interesses nacionais e internacionais. Consideraremos também como os fatores geopolíticos influenciaram para a tomada de decisões nos anos iniciais da segunda grande guerra.

[1]Jornalista norte-americano e com seu documento presente no CPDOC.
[2]Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

O mundo em transformações e a Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) foi um conflito de larga escala em que o Eixo, composto de nações como a Alemanha nazista, Itália, Japão e demais países, saíram derrotados frente aos aliados, formados principalmente pela Inglaterra, França, União Soviética e os Estados Unidos da América. O conflito passou por batalhas aéreas, marítimas e em solo terrestre que marcaram a história, incluindo também a presença de países que tiveram pequenas participações no conflito, como o Brasil. Desta forma, seu desfecho levou aos norte-americanos e soviéticos a influenciarem países ao redor do mundo, seja com suas ideologias políticas e também econômicas.

Apesar disso, sabemos que as ideologias presentes nestas nações surgiram muito antes, como vemos:

> A Revolução Soviética, desde 1917, estabeleceu um corpo estranho dentro do sistema internacional. Durante o período da Guerra Civil (1918 - 1921), as potências capitalistas procuraram derrubá-la à força, intervindo militarmente no país. Falhada esta estratégia, seguiu-se uma linha de bloqueio econômico-diplomático internacional, o *Cordon Sanitaire*[3], estabelecido pelas potências europeias. Durante a Segunda Guerra, novamente os meios militares foram empregados contra a URSS,

[3]Um cordon sanitaire é a restrição de movimento de pessoas para dentro ou para fora de uma área geográfica definida, como uma comunidade, região ou país. O termo denotava originalmente uma barreira usada para impedir a propagação de doenças infecciosas.

> desta vez pelo III Reich (VIZENTINI, 2005, p. 197).

A partir do que o autor menciona podemos ter uma ideia de que a ideologia presente na URSS desde a sua revolução, causando um certo temor a alguns países do globo, pois a ideologia comunista poderia se expandir para suas nações. Segundo McMahon (2012), os Estados Unidos demonstraram hostilidade desde o início com a eclosão da revolução bolchevique. As pressões econômicas aliadas a um isolamento diplomático fizeram com que a URSS obtivesse o reconhecimento norte-americano tardiamente, que veio a se concretizar somente dezessete anos após o Estado comunista ter sido fundado. Vendo-se solitário na década de 30, Stalin concordou em assinar o pacto Molotov-Ribbentrop com a Alemanha, visando a autoproteção da nação. Entretanto, sabemos que haviam outros interesses por parte de Stalin, assim como o tratado visava partilhar a Polônia entre a União Soviética e a Alemanha, atitude essa que marca o início da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945).

Apesar de todos estes impasses políticos e ideológicos, após Hitler quebrar o pacto Germano-Soviético com a Operação Barbarossa no dia 22 de junho de 1941, houve uma mudança importante que pode ser considerada como "a virada do conflito". A partir deste ato, a União Soviética passaria a lutar ao lado dos aliados, recebendo inclusive apoio bélico (GILBERT, 2014). O conflito entre Hitler e Stalin durou de 1941 até 1945 ao final da Segunda Guerra Mundial, sendo um dos palcos com maiores números de baixas deste conflito, envolvendo países como a Polônia, Ucrânia e Bielorrússia, como menciona Coggiola (2017):

> Durante a consolidação do nacional-socialismo e do stalinismo (1933-1938), a ocupação conjunta da Polônia pelas forças alemãs e soviéticas (1939-1941) e, em seguida, durante a guerra entre a Alemanha e a União Soviética (1941-1945), a violência em massa de um modo jamais visto na história se abateu sobre essa região. As vítimas foram basicamente judeus, bielorrussos, ucranianos, poloneses, russos e bálticos, os povos nativos dessas terras. Catorze milhões foram mortos em um período de somente doze anos, entre 1933 e 1945, enquanto Hitler e Stalin estavam no poder. Embora suas pátrias tenham sido palco de batalhas na metade desse período, essas pessoas foram vítimas de uma política assassina, não de contingências de guerra. A Segunda Guerra Mundial foi o conflito mais letal da história, aproximadamente metade dos soldados que morreram em todos os campos de batalha de todo o mundo pereceu nessa região, nessas terras de sangue (COGGIOLA, 2017, p.94).

A partir disso, podemos ter uma dimensão da quantidade de baixas causadas por este conflito somente neste front. A Guerra no Pacífico que também se iniciou em 1941, especificamente no dia 7 de dezembro, quando o ataque a Pearl Harbor pelos Japoneses marca a entrada dos Estados Unidos da América no conflito. Como Coggiola (2017) menciona, a entrada tardia dos EUA se dá principalmente pelas questões econômicas, devido à crise de 1929, o país iniciava a sua recuperação com o New Deal de Roosevelt, assim:

> Por esse motivo, basicamente, na Segunda Guerra Mundial a participação dos Estados Unidos não foi, como na Primeira, preventiva, mas central (por isso o conflito foi chamado, logo de cara, de ―mundial, ao contrário da precedente ―guerra europeia) e se produziu já no início do conflito, inclusive antes dele (na China invadida pelo Japão), embora existisse uma forte corrente ―isolacionista dentro da classe dominante americana até dezembro de 1941 (ataque japonês a Pearl Harbor), que marcou seu ingresso na guerra. Em 1941, a Alemanha mandou tropas para ajudar a combalida Itália a manter suas linhas na Grécia e no norte da África contra os ingleses. A batalha pela ilha de Creta causou grandes baixas aos alemães. Enviado ao Egito, o Afrikakorps alemão fez o que pôde para dominar o estratégico porto de Tobruk e os campos de petróleo da região, até ser repelido pelos ingleses, em novembro de 1942. Pouco depois, os Estados Unidos entraram no conflito, mandando suas primeiras tropas para o Mediterrâneo. As bases aéreas americanas em território brasileiro, no caminho para o Norte da África, foram um exemplo de como todas as áreas do planeta estavam mobilizadas numa luta global (COGGIOLA, 2017, p. 98).

Temos a partir deste trecho a dimensão de como os EUA tardaram em iniciar a sua participação no conflito, assim como na Primeira Guerra Mundial onde adentrou somente no ano de 1917, um ano antes de findar o conflito. Entretanto, os norte-americanos entravam no maior conflito armado já feito, mas

ainda antes, temiam que alguns países próximos a eles no continente americano se alinhassem aos alemães de Adolf Hitler, caso esse que podemos citar o Brasil do presidente Getúlio Vargas. Visando compreender a situação, este artigo se detém em analisar um documento de Constantine Brown, que era jornalista, o qual nos relata as preocupações referente a situação brasileira diante do conflito movimentava as nações em todos os cantos do planeta. Outro aspecto importante é de que Constantine Brown possui poucas informações de sua pessoa, o que proporciona uma análise ainda mais minuciosa.

Constantine Brown e o temor

O documento de Constantine Brown intitulado "*Este mundo de transformações*" refere-se à situação de indecisão do Brasil na Segunda Guerra Mundial no ano de 1939, já que a consideravam como uma das mais vulneráveis e mais importantes repúblicas da América. O mesmo se encontra no CPDOC, inserido no Arquivo Vargas, sendo Getúlio o presidente brasileiro durante o recorte temporal e documental abordado. O principal aspecto levantado por Brown (1939), era referente a localização estratégica da cidade de Natal, que está situada no litoral brasileiro. O outro ponto crucial é referente a Dakar, atual capital do Senegal, estar situada na outra costa do continente africano, tornando-a uma das regiões mais próximas do continente americano, e justamente pelo país em questão ser a república brasileira.

Outro ponto destacado na primeira parte de seu documento é de que não havia forças alemãs no porto brasileiro, mas os franceses estavam situados logo à frente de Natal, além do

interesse e da curiosidade de Chefes de Estado Maior da América latina em armamentos norte-americanos, assim como dos alemães, e que segundo Brown, gerou pânico entre os mesmos. Devido a tal contexto, Brown (1939) menciona como o envolvimento brasileiro com o eixo era conhecido, o que significava uma possível intervenção norte-americana, devido às incertezas da época. Osvaldo Aranha era visto com atributos notáveis e defensor do pan-americanismo, sendo importante no governo de Getúlio Vargas, mas que aos poucos estava sendo perdendo espaço. Entretanto, ele seguia como embaixador brasileiro em Washington, mantendo assim a relação entre as repúblicas de forma amigável. Para Brown (1939) o afastamento de Osvaldo Aranha feito por Vargas causou surpresa aos observadores políticos, sendo Martins Pereira seu substituto e que era seu amigo. Porém, diversas repúblicas na América do Sul já haviam se alinhado aos EUA, com exceção da Argentina.

Ao fim do documento, Brown (1939) menciona que o governo brasileiro visou implantar uma fábrica de tanques e aviões no Brasil. Desta forma, Vargas enviou seu genro para visitar setores industriais nos Estados Unidos, como Chicago, Cleveland e Detroit. Essa visita fez com que o governo brasileiro assinasse com a American Pressed Steel Company, porém, havia o temor de uma mudança na direção política, já que havia um grupo nazista no Brasil que apoiava a ligação ao eixo.

A geopolítica da América Latina

A eclosão da Segunda Guerra Mundial aumentou as tensões políticas e geopolíticas na América Latina, como vimos anteriormente. A região da costa brasileira se tornou um local de

extrema importância para o conflito e considerando tal contexto, analisaremos o que Heinsfeld (2020) trata sobre a geopolítica da época, partindo das ideias de Spykman:

> Considerando os interesses estratégicos dos EUA na região, observava que a ofensiva para um estreitamento de relações passaria necessariamente pelo chamado A.B.C. (Argentina, Brasil e Chile). Considerava que além da importância geopolítica dos três países no continente, com a detecção de ações "subimperialistas argentinas e chilenas junto aos seus vizinhos, esses países, tradicionalmente, sempre estiveram mais ligados à Europa, através do seu comércio exterior, funcionando como áreas de inversão de capitais europeus. Ele sugere, então, que o governo norte-americano usasse todos os meios disponíveis para convencer as "repúblicas irmãs" latino-americanas a exportar exclusivamente aos Estados Unidos. Desta forma, além de constituir um mercado único no continente, baseado na "cooperação econômica pan-americana", formar-se-ia um único sistema de defesa. Preconizava ser necessário "mais medidas de caráter político, inspiradas na franca compreensão de que os Estados devem estar dispostos a gastar o dinheiro dos contribuintes com fins de defesa econômica, tão livremente como o fazem com fins de defesa militar," Spykman reconhecia, no entanto, que apenas o poder de pressão econômica sobre a América do Sul seria insuficiente para neutralizar uma eventual ofensiva alemã na região. Seria necessária

> também adotar uma estratégia especificamente geopolítica de defesa (HEINSFELD, 2020, p. 143).

A partir disto, vemos como o contexto abordava não somente questões políticas, mas sim de defesas estratégicas geopolíticas, considerando a localização próxima dos continentes. Ademais, segundo Ferraz (2016), a participação brasileira foi de forma mais singela, se comparada a grandes potencias durante todo o conflito. Entretanto, sua atividade principal se deu de três formas: a de fornecer matéria-prima estratégica aos aliados, cedendo bases aéreas e navais para os Aliados principalmente no Norte e no Nordeste do Brasil e após o ataque aos navios mercantes no litoral brasileiro por submarinos do Eixo, culminando com a declaração de beligerância aos alemães.

Outro fator importante mencionado na citação acima, é de que o comércio dos países da América latina estava ligado à Europa e também aos Estados Unidos, havendo um tratado comercial no qual realizavam essencialmente ajustes comerciais em 1935. Para tal, o Brasil possuía exportação de diversas matérias-primas para a Alemanha, além de acordos com a firma Krupp A.G., já que Vargas visava modernizar os armamentos e também a indústria siderúrgica. Osvaldo Aranha em sua ida aos Estados Unidos da América, firmou uma troca de visitas entre chefes de Estado-Maior do exército brasileiro dos norte-americanos, buscando promover uma colaboração entre as forças e também fazendo frente a presença militar do Eixo no Brasil. Outro fator importante havia sido o bloqueio marítimo da Inglaterra, que fortaleceu as relações norte-americanas com o Brasil (PINHEIRO, 1995).

Figura 1. Localização de ambas cidades e o trajeto entre ambas.

Fonte: Google Maps.

Se considerarmos os aspectos relatados frente ao perigo nazista no Brasil, assim como o temor dos norte-americanos, a menção a seguir exemplifica a situação "A América do Sul, para Spykman era um lugar de disputa entre Alemanha e EUA" (HEINSFELD, 2020, p.141). Desta forma, vemos como a América do Sul se tornou um ponto chave na disputa neste período, devido a localização estratégica para possíveis rumos do conflito. Portanto, é necessário compreendermos quais eram os principais motivos para que este local tivesse importância e cativasse o interesse destas nações:

> A tão temida conspiração nazista que iria atiçar o conjunto da comunidade de origem alemã contra o governo no decorrer da Segunda Guerra Mundial jamais existiu, não se

ISSN 2318-6208

> verificando qualquer manifestação ou tentativa do tipo. Contudo, a fidelidade desta comunidade à pátria brasileira seguia sendo questionada àquela época. Desde a fase final da campanha da nacionalização no Brasil ao fim da Segunda Guerra Mundial se conheciam evidências, em boa medida esparsas e de autenticidade discutível, da participação de indivíduos de origem alemã nascidos no Brasil nas forças armadas nazistas durante a guerra. Isso configuraria, para um grande número de crentes no "perigo alemão" uma manifestação concreta e irrefutável da tão temida possibilidade de traição, no caso, de "brasileiros" (isto, é indivíduos nascidos no Brasil) que teriam optado por lutarem pela pátria (hereditária, no caso) alemã (OLIVEIRA, 2015, pg. 6).

Desta forma, Oliveira (2015) nos traz aspectos importantes como o "perigo alemão", havendo seu viés no ideário da imigração, a qual essa população poderia defender sua "pátria mãe", apesar de haver um partido nazista em solo brasileiro por um curto período de tempo, o mesmo era um temor superficial. A represália por parte da Alemanha ocorreu devido ao alinhamento brasileiro aos estadunidenses, incluindo também ao incidente em 1942 com submarinos, declarando a entrada do Brasil no conflito, marcando assim novos rumos para os alinhamentos que se concretizavam.

> Essas tensões se tornaram ainda mais amplas devido a necessidade de se mobilizar efetivos e meios de defesa capazes de dar conta de uma multiplicidade de ameaças, internas e

> externas, de esquerda e de direita, de dentro e de fora do continente americano, em terra, mar e ar. Eram muitos e diversos os inimigos reais ou potenciais do Brasil àquela época, implicando na mobilização dos meios correspondentes para dar conta de todos eles. Em meados de 1942 os preparativos para a mobilização requerida por uma guerra global apenas tinham recém-começado ainda estando longe de prover meios e recursos de defesa nacionais eficientes, ao passo que as ameaças que recaiam ao país, internas e externas, haviam se multiplicado. (OLIVEIRA, 2015, pg. 13).

A partir disto, concluímos como a geopolítica da América do Sul passou por inúmeros momentos de tensão, além de inúmeros interesses estarem em jogo. É importante salientar como o documento menciona a relação entre os EUA e o Brasil, mas acima de tudo, que isto se deu graças ao bloqueio marítimo imposto pelos britânicos, impedindo o comércio brasileiro com os alemães, e que passou a fortalece-lo com os países da América, em especial os Estados Unidos (OLIVEIRA, 2015).

Conclusão

A partir da análise da documentação e dos textos trabalhados, concluímos aspectos importantes referente a situação brasileira anteriormente e durante a eclosão do conflito. Os norte-americanos como mencionados por Constantine Brown, jornalista, menciona como uma possível aliança entre o Brasil e

a Alemanha nazista era considerada possível para os norte-americanos. Entretanto, podemos observar pela análise das fontes selecionadas, que de fato, as tensões durante o período precisavam ser levadas em consideração, dada a magnitude dos eventos.

O primeiro ponto a se tratar é a questão territorial, já que a cidade de Natal situada no litoral brasileiro e Dakar no Senegal, possuem partes importantes de rápida conexão marítima e aérea, se tratando de limites territoriais. Consideramos os portos com importantes ligações com o continente sul-americano e africano, o qual era alvo dos alemães e que poderia ser tornar uma base importante na América do Sul para os mesmos. Entretanto, as alianças geopolíticas brasileiras tiveram grande impacto quanto ao contexto norte-americano, que devido aos apontamentos anteriores, vemos como Osvaldo Aranha teve papel importante na diplomacia entre os dois países.

Outro aspecto a ser debatido é de que a influência britânica em seu bloqueio marítimo com a Alemanha, auxiliou no alinhamento norte-americano com o Brasil, além também da influência de Aranha no processo. A questão relacionada aos submarinos é posterior a data do documento e que marca a entrada do Brasil como membro ao lado dos aliados, ocorrida em 1942. Entretanto, o documento serve para compreendermos a tensão norte-americana devido ao contexto da época, considerando uma possível base alemã na América do Sul. Partindo desta análise, compreendemos como a aliança entre o Brasil e os Estados unidos foi mediada por agentes importantes, com ideais e vínculos entre ambos países e que determinaram uma não instalação de bases nazistas no nordeste brasileiro, levando a preservar as alianças anteriores e a manter o controle dos estadunidenses no continente americano.

Referências

COGGIOLA, Osvaldo Luiz Angel. *A Segunda Guerra Mundial – Conflito e violência*. PRODUÇÃO ACADÊMICA, v. 3, n. 01, p. 92-122, 2017.

FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências*. Revista Esboços, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 207-232, jul. 2016.

GILBERT, Martin. *A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo*. Martin Gilbert; tradução Ana Luísa Faria, Miguel Serras Pereira. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

HEINSFELD, Adelar. *A trajetória do pensamento geopolítico: da geopolítica clássica às novas geopolíticas*. Passo Fundo: Acervus, 2020.

MCMAHON, Robert. *Guerra Fria*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

OLIVEIRA, Dennison de. *Dilemas estratégicos do Brasil na Segunda Guerra Mundial: Defesa Hemisférica, política de nacionalização e subversão nazista no Sul do país (1939-1943)*. Pós-Doutor INEST/UFF, 2015.

PINHEIRO, Leticia. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Revista USP, São Paulo (26): 108 – 119. Junho/Agosto, 1995.

VIZENTINI. Paulo G. Fagundes. *O século XX – A Guerra Fria*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Documentos Eletrônicos

BROWN, Constantine. *Este mundo de transformações*. Arquivo CPDOC. 1939. Disponível em:https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=GV_Confid&pesq=GV%20confid%201939.00.00/7&hf=www.fgv.br&pagfis=462. Acesso em: 25 de jul. 2024.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

OS MALDITOS E A MALDIÇÃO DE SER INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO RÓTULO "MALDITOS DA MPB" NO INÍCIO DOS ANOS 1970

Alcemar Pitágoras
Mestrando no Programa de Pós-Graduação
em História da UPF
ajpitagoras@gmail.com

Malditos da MPB", "compositores malditos" ou simplesmente "malditos" foram rótulos utilizados pela indústria fonográfica e disseminadas pela imprensa brasileira para catalogar a produção musical de alguns compositores emergentes no cenário musical do início da década de 1970. No período pós-tropicalismo, nomes como Jorge Mautner, Luiz Melodia, Walter Franco, Sérgio Sampaio e Jards Macalé começaram a gravar suas primeiras composições; sofrendo diversas influências musicais, suas canções se mostraram de difícil definição estética, não se encaixando em nenhum estilo pré-estabelecido pela indústria cultural da época. Além disso, tais compositores manifestaram o desejo de ter mais autonomia no desenvolvimento de suas carreiras artísticas, muitas vezes divergindo dos padrões determinados pelo mainstream. O apelido de "maldito" acabou por estereotipar tais compositores, obstruindo o reconhecimento artístico e mercadológico de suas trajetórias musicais. O termo "maldito" ainda é amplamente utilizado como referência a esses músicos; por ter sido uma imposição do mercado, o repúdio à alcunha é ponto comum entre a maioria dos artistas "amaldiçoados". Esse trabalho analisa a palavra "maldito", conectando seu significado às motivações que levaram a indústria cultural brasileira a catalogar o estilo musical desses artistas como "malditos da MPB". Através da análise de entrevistas, documentários, biografias, trabalhos acadêmicos sobre o tema e das produções musicais dos músicos abordados pela pesquiso, demonstro que o apelido não se limitou à necessidade que a indústria musical teve em indexar um "novo estilo" de música: sua utilização acabou repousando sobre os primórdios do que viríamos a entender como "artista independente".

Palavras-chave: Malditos. Compositores. MPB. Indústria fonográfica. Independente.

> "Maldito é a mãe! Vá ao dicionário pra ver o que é maldito!" (MACALÉ, 2010).

As alcunhas "malditos da MPB" ou "compositores malditos" foram amplamente utilizadas pela imprensa e pela indústria fonográfica para referir-se a compositores brasileiros emergentes na década de 1970, como Jards Macalé, Luiz Melodia, Sérgio Sampaio, Jorge Mautner e Walter Franco (CALDEIRA; FILHO, 2021). É relevante seguir o conselho de Macalé e verificar o significado de "maldito".

> maldito
> mal·di·to
> sm
> 1 Que ou aquele que é amaldiçoado.
> 2 Que ou aquele que exerce influência nefasta ou sinistra.
> 3 Que ou aquele que tem índole muito má; cruel, perverso.
> 4 Que ou aquele que molesta.
> adj
> Junto ao verbo ser (no imperativo ou no presente do subjuntivo) expressa imprecação.
> sm
> V diabo, acepção 2
> Etimologia: *lat maledictum* (MALDITO, 2015)

Duas interpretações quase antagônicas aparecem aqui: "maldito" pode ser entendido como a vítima de uma maldição – uma pessoa amaldiçoada; mas ao mesmo tempo, pode se referir a quem provoca o mal ao seu redor. De origem latina, "maldito" se refere à *maledictum.* Sua tradução reforça o caráter negativo da palavra: "maledictum. 1. Palavra injuriosa. 2. Maldição. ||

maledicta dicere, confere, conicere (in aliquem): injuriar (alguém), proferir palavras injuriosas (contra alguém)" (TORRINHA, 1936, p. 498). Ainda podemos adicionar mais um sentido à palavra: "em distintas temporalidades, o maldito (*mauditis* – do francês 'reprovado') foi comumente associado ao sentido de negação, renegação e rechaçamento" (CALDEIRAS; FILHO, 2021, p.378).

Após essa breve análise sobre o termo "maldito", torna-se compreensível a razão pela qual Jards Macalé rejeita tal rotulação. No entanto, nem todos os chamados "malditos" veem a alcunha de forma negativa:

> Maldito é um elogio. Porque Dostoiévski era considerado maldito. Se você não for maldito, você não está trazendo coisas novas. Não está mexendo com as tradições. Se não for maldito não tem graça. Porque o maldito é o bendito de amanhã e simultâneo (MAUTNER *apud* DINIZ, 2017, p.98).

Segundo Diniz (2017), 'poetas malditos' refere-se tanto à estética das obras quanto ao estilo de vida de escritores que desafiaram as normas morais e mercadológicas na França do século XIX. Mautner se orgulha de ser maldito, vendo o apelido como reconhecimento por sua inovação na música brasileira.

Contudo, Mautner é a exceção à regra. Ainda se referenciando aos escritores do século XIX, Walter Franco diz: "Malditos são os poetas do século XIX. No Brasil, jornalista não sabe o que diz, e isso virou uma coisa estigmatizada" (FRANCO *apud* DINIZ, 2017, p.98). Para Luiz Melodia, a alcunha está longe de ser um elogio frente à transformação que a música popular brasileira apresentava ao público: "chamam a gente de

maldito porque não aceitam inovações. Isso acontece porque a música brasileira está nas mãos de uma elite que é sempre convidada a representá-la" (MELODIA *apud* DINIZ, 2017, p.98).

Apesar de Almeida (2016) defender que o termo "malditos da MPB" começou a ser utilizado pela crítica musical na década de 1980 para se referir aos musicistas da chamada vanguarda paulista[4], apresento dois pesquisadores que atribuem à década de 1970 o início da utilização do maldito como rótulo.

> Difundido pela imprensa a partir de 1972, e rapidamente assimilado pelas gravadoras, com a intenção de "vender discos", o termo funcionou como um modo de incitar a curiosidade ou o desprezo de um mercado consumidor cada vez mais segmentado (DINIZ, 2017, p.102).

Segundo a autora, a rotulação surgiu da imprensa especializada e foi rapidamente adotada pelas gravadoras, que usaram o termo "maldito" como estratégia de marketing para impulsionar músicas fora do *mainstream*. Rasec afirma que o uso do rótulo começou na década de 1970, com motivações comerciais.

> Sem precisão de data, com certeza no começo dos anos de 1970, a palavra "maldito" passou a ser utilizada na MPB, uma vez que era

[4] A vanguarda paulista foi um movimento da música popular desenvolvido na cidade de São Paulo no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 (STROUD, 2010). Arrigo Barnabé, Itamar Assumpção, Tetê Espíndola são artistas que fizeram parte desse movimento musical (ALMEIDA, 2016).

> interessante posicionar mercadologicamente certos artistas que traziam propostas novas e rompiam com as tradições solidificadas pela era do rádio (RASEC, 2014, p.16).

É importante destacar que essa categorização não foi criada pela classe artística, e sim imposta pela imprensa e pela indústria fonográfica.

> Ser maldito não foi opção de carreira de nenhum artista, acredito. Foi consequência de um deslocamento gerado pela estrutura da indústria cultural brasileira, ou melhor, da indústria do disco do Brasil, que tinha que abraçar o novo artista e não tinha como definir com precisão o seu estilo, que era não ter estilo fixo (RASEC, 2014, p.17).

É notável que o termo "maldito" tenha sido usado como estratégia de vendas para compositores dos anos 1970. Naquele período, a indústria cultural brasileira enfrentava um paradoxo: a censura rígida do regime militar, intensificada em 1968 pelo AI-5, limitava a criação artística, enquanto o crescimento do mercado de discos demandava novos talentos.

> Os novos tempos de repressão e censura, aliados a uma certa facilidade de produção e consumo, estimularam o crescimento de um mercado cultural marcado pela difusão de produtos de entretenimento, sobretudo na música popular e na televisão (NAPOLITANO, 2021, p.174).

Os compositores malditos eram candidatos à essa demanda do mercado musical, pois não eram músicos engajados com o discurso político. Mesmo com a censura de algumas de suas obras musicais, esses artistas poderiam se beneficiar com políticas estatais de fomento à cultura (SOUZA; LOBO, 2021).

Entretanto, o apelido "maldito" acabou estigmatizando esse grupo de compositores pós-tropicalistas[5] como intransigentes: maldito era um artista de difícil produção, pois não admitia que sua carreira fosse determinada pelas gravadoras ou produtores musicais. A indústria fonográfica precisava de novos talentos - e podiam ser novos talentos inovativos, desde que dentro dos limites criativos determinados pelo *establishment*. Os "malditos da MPB" são malditos por não respeitarem esses limites.

> (...) eles [a indústria fonográfica] são muito implicantes, o sistema é muito implicante. Eles não deixam que você seja, não dão a liberdade. Eles querem na verdade manipular você (...). Insisto no que eu quero, não quero que ninguém me manipule. Eu que tenho o talento, não eles (LOMBARDI, 1992).

[5] O termo "pós-tropicalistas" está se referindo a artistas brasileiros emergentes do início da década de 1970, período subsequente ao Tropicalismo. O Tropicalismo foi um movimento artístico brasileiro de meados de 1967, o qual encontrou na música sua forma máxima de expressão. Entre os objetivos do tropicalismo destaco a ruptura do elitismo musical da época, quebrando assim diversos padrões estéticos comuns à década de 1960. Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Rogério Duprat e Os Mutantes são exemplos de artistas que ajudaram na concepção, divulgação e desenvolvimento do tropicalismo (CALADO, p.197).

Luiz Melodia, autor da fala acima citada, é um bom exemplo para ilustrar como os compositores malditos batalharam para manter controle criativo sobre suas carreiras. Em 1978, após as gravações de seu segundo disco, Melodia foi convidado pela TV Globo para gravar o videoclipe da música "Ébano", o qual seria exibido no programa Globo de Ouro.

> O problema foi com as cinco vedetes vestidas de gatas pretas (...). Ele não viu nenhum sentido naquilo. E calmamente recusou o roteiro. (...) A produção endureceu o jogo (...): 'Se ele não gravar agora, pode ir embora. E tenha a certeza de que nunca mais voltará.' Ele foi embora. (VAZ, 2020, p. 95)

O controle sobre a própria obra influenciou a relação dos malditos com as gravadoras. Algumas maiores (como a Philips), acreditando no potencial comercial desses artistas, lançaram discos de Jards Macalé, Luiz Melodia e Sérgio Sampaio. Contudo, ao longo da década de 1970, as gravadoras se tornaram mais resistentes a lançar esses músicos. "Com o fechamento das gravadoras para novos talentos, começam a despontar no Brasil discos bancados e produzidos pelos próprios artistas que não conseguiam se vincular a nenhuma gravadora" (ALMEIDA, 2016, p.49).

É difícil afirmar que "malditos" foi escolhido apenas para rotular um novo tipo de música popular brasileira. Tampouco seria justo associar a alcunha apenas aos poetas malditos; a "maldição de ser um maldito" teve várias razões. Chamo de "maldição" porque o termo não aumentou as vendas de discos nem atraiu o público geral – acabou relegando-os à marginalidade musical. Se rotulações mais adequadas às suas

características, sem a imposição da indústria fonográfica tivessem sido aplicadas, o reconhecimento deles poderia ter sido outro (RASEC, 2014).

O desejo de controlar a própria carreira musical – comum entre os malditos – e a ruptura com os modelos da indústria fonográfica dos anos 1970 fizeram dos malditos da MPB o embrião dos artistas independentes. O músico independente controla sua obra, compondo e gerindo sua carreira fora das normas da indústria cultural. Em geral, sua independência artística não está alinhada ao mercado, levando-os a criar seus próprios selos ou fazendo-os recorrer a selos menores ligados a grandes empresas. Nesse caso, embora marginalizados, a indústria cultural monitora os artistas independentes e seu impacto no mercado, sempre atenta à chance de lucrar com o possível reconhecimento que esses artistas venham a alcançar.

Referências

ABUJAMRA, Marco; PIMENTEL, João. *Jards Macalé: Um Morcego na Porta Principal*. Brasil: Canal Brasil, 2009.

ALMEIDA, Laís Barros Falcão de. *A MPB em mudança: cartografando a controvérsia da nova MPB*. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação., Recife, Pernambuco, 2016.

CALADO, Carlos. *Tropicália: a história de uma revolução musical.* São Paulo: Editora 34, 1997.

CALDEIRA, Larissa; FILHO, Jorge Cardoso. Maldito bem dito, Bendito mal dito: construções discursivas a partir da trajetória de Itamar Assumpção. *Rumores*, v. 15, n. 29, p. 373–400, 2021.

DINIZ, Sheyla Castro. *Desbundados & Marginais: MPB e contracultura nos "anos de chumbo" (1969-1974).* Universidade Federal de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2017.

JARDS MACALÉ. *Jards Macalé,* São Paulo: Phonogram, 1972.

JORGE MAUTNER. *Para Iluminar a Cidade,* São Paulo: Pirata, 1972.

LOMBARDI, Bruna. *Gente de Expressão - Luiz Melodia*. Disponível em: <https://youtu.be/gKamqpGwgG4?si=v-qYYvrfSPUkuJc0>.

LUÍS MELODIA. *Pérola Negra,* São Paulo: Philips Records, 1973.

MALDITO. *In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.* Melhoramentos, 2015. Disponível em: < https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/maldito/>. Acesso em: 08 set. 2024.

NAPOLITANO, Marco. *1964: História do Regime Militar Brasileiro.* 1. Ed., São Paulo: Contexto, 2012.

RASEC, César. Inquietos, rotulados e autônomos: malditos para quem? *In*: CASTRO, Armando; MOURA, Milton (Orgs.). *Coisa de Artista: a inquietação pela autonomia*. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2014, p. 11.

SÉRGIO SAMPAIO. *Eu Quero é Botar Meu Bloco na Rua,* São Paulo: Philips Records, 1973.

SOUZA, Lucas; LOBO, Janaina. Música popular na década de 1970 e a cena pós-tropicalista: análise de uma geração sem vida. *Tempo Social*, v. 33, n. 1, p. 245–265, 2021.

STROUD, Sean. Música popular brasileira experimental: Itamar Assumpção, a vanguarda paulista e a tropicália. *Revista USP*, n. 87, p. 86-97, set/nov 2010.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino Português.* 2A edição, Porto: 1936.

TRIP TV. *Jards Macalé fala sobre carreira e antiga treta com Caetano Veloso*. 1 vídeo (3:25). Disponível em: <https://youtu.be/yT0CtuDVDJI?si=rzrPH_1pk7VaKA-2>.

VAZ, Toninho. *Meu Nome É Ébano: a vida e a obra de Luiz Melodia.* São Paulo: Tordesilhas, 2020.

VIVAS, F. Os poetas malditos e sua influência no século XX. *Esquerda Diário*, [*s. l.*], 24 mar. 2015. Disponível em: < https://www.esquerdadiario.com.br/Os-poetas-malditos-e-sua-influencia-no-seculo-XX>. Acesso em: 08 set. 2024.

WALTER FRANCO. *Ou Não,* São Paulo: Continental, 1973.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: NATUREZA E SOCIEDADE NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

Andréa Pagno Pegoraro
Doutoranda em História UPF
Bolsista CAPES

Resumo
Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações nas paisagens no município de Vacaria-RS, tendo como referência as interações do ser humano com a natureza e o modo como os espaços foram apropriados e transformados através da ocupação e o desenvolvimento de atividades econômicas. Busca-se evidenciar as alterações ambientais desencadeadas por diferentes ciclos econômicos entre os anos de 1880 até os dias atuais, através da extração de recursos naturais, desmatamentos, aproveitamento da vegetação para criação de rebanhos, reconfigurações no espaço, entre outros aspectos. Algumas das fontes de pesquisa utilizadas são os registros de medições de propriedade, inventários post-mortem, jornais e revistas publicados no município, registros paroquiais, livros escritos por viajantes e memorialistas. Evidencia-se a degradação do espaço florestal durante o ciclo madeireiro em que grande parte da vegetação nativa foi devastada, restando uma parcela reduzida do que antes constituía vastas extensões de matas de araucárias. Observa-se também a modificação das áreas de pastagens, a introdução de frutíferas como a macieira e a transformação das paisagens resultantes do desenvolvimento agrícola. Considerando a necessidade de promover reflexões acerca dos cuidados ambientais no contexto atual, busca-se destacar as interferências humanas na natureza e como estas vem provocando sérios danos ao meio ambiente.
Palavras-chave: Paisagens. Natureza. Sociedade. Transformações

.

Introdução

Os seres humanos sempre estiveram em contato com a natureza, obtendo através dela os recursos indispensáveis a sua sobrevivência, além de explorar os recursos disponíveis para o desenvolvimento produtivo e econômico. Inicialmente os modos de exploração possuíam caráter menos agressivo, considerando que visavam apenas suprir as necessidades alimentares e de habitação. No entanto, a corrida desenfreada por espaços no mercado econômico passou a colocar as áreas verdes em grande risco, promovendo a extinção de inúmeras espécies animais e vegetais.

A Araucária Angustifólia, o tradicional Pinheiro do Paraná constituiu um dos principais investimentos das serrarias e madeireiras que surgiram em meados do final do século XIX no Rio Grande do Sul, sendo sua exploração intensificada no decorrer do século XX. Entre os municípios onde a floresta de araucária foi praticamente dizimada durante este período, está a localidade hoje denominada de Vacaria, nos chamados Campos de Cima da Serra.

As derrubadas iniciaram com a chegada dos imigrantes italianos, que praticavam as técnicas de exploração da madeira, sendo conhecedores da arte da marcenaria. Anteriormente, os moradores das áreas de campos, com seus numerosos rebanhos, apenas buscavam nas florestas madeira para construção de suas casas, móveis e utensílios. Com o surgimento das serrarias, esses proprietários passaram a vender os pinheiros aos serralheiros que se encarregavam de derrubar as árvores e retirá-las. Neste artigo traremos uma breve reflexão acerca das transformações nas paisagens nos Campos de Cima da Serra através da análise de compilações de exemplares do jornal Correio Vacariense,

entre os anos de 1981 a 2017, além de informações contidas em autos de inventários *post-mortem* e registros paroquiais de 1854.

1. As matas de pinhais através dos Registro Paroquiais de 1854

Em 1854 quando foi realizado o registro paroquial de terras de Vacaria as serrarias ainda não haviam iniciado a devastação das florestas e a presença dos pinheiros era constante entre as referências das propriedades. Podemos encontrar diversas denominações de locais com o termo pinheiro, entre os quais Pinheiro Grosso, conforme aparece no registro número 06 do livro paroquial de terras: "Manoel Ignácio Vieira é senhor e possuidor de um pedaço de campos sito neste termo no lugar denominado Pinheiro Grosso, o qual houve por compra que dele fez a Maria Fernandes" (Registros Paroquiais, 1854).

No registro 31, encontramos a denominação Pinheiros Secos "O abaixo assinado rogo Francisco Xavier da Fonseca possui neste termo de Nossa Senhora da Vacaria uns campos denominados Pinheiros Secos" (Registros Paroquiais, 1854). A importância dada a presença dos pinheiros mostra que estes eram encontrados em grande quantidade, frequentemente, os mesmos também figuram como marcos demarcatórios de terras. No registro número 20, referente a fazenda do Quilombo, realizado em 09 de outubro de 1854 por João de Souza Machado, a presença de um pinheiro foi utilizada como referência para especificar os limites da propriedade. No documento as divisas da fazenda foram estabelecidas a partir de marcos naturais, conforme podemos ler:

> João de Souza Machado é proprietário da fazenda denominada Quilombo no distrito de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, a qual tem duas divisas um quarto de légua pouco mais ou menos na frente e, em outros lugares meia légua, em outras uma légua e meia e pouco mais ou menos de fundos, frente do campo é o Lajeado Quilombo. Segue por ele abaixo até um capão que está acima do passo que meus vizinhos passam para a Vila do Capão, sobe uma vertente e por esta acima até uma légua, desta direito a um valo, da ponta, desta atravessa um arroio a uma árvore de bracatinga branca que está na vertente de uma lagoa. Esta fica a esquerda. Da árvore direto a um capão que abaixo é banhado, desce por este acima até outro capão que está na ponta do mesmo banhado, deste por uma quebrada acima procurando a restinga onde vai esbarrar em um pinheiro, deste pela vertente abaixo faz barra em outro arroio por este abaixo até a barra de outro que nasce ao pé do Capão Quilombo (Registro Paroquial de Terras, 1854).

Na descrição evidenciamos a presença de vertentes naturais que passavam pela propriedade, arroios, campos, lagoas, capões, banhado, entre outros, além da significativa presença de um pinheiro como indicativo do espaço pelo qual a fronteira da propriedade margeava. O fato de um pinheiro ter sido apontado como referência mostra que o mesmo poderia permanecer naquele local por tempo suficiente para continuar indicando o caminho. Considerando o seu período de vida, poderia se dizer que estaria no mesmo lugar tempo suficiente para permanecer como referência no momento de partilha de heranças, desde que esse

não fosse cortado. Na descrição do mesmo documento, a presença de pinheiros aparece novamente para apontar os limites das terras:

> Sobe por uma vertente de outro, da ponta deste pela quebrada direto a um capão que tem três pinheiros, destes pela vertente abaixo até a barra de um arroio, desce por este abaixo até a barra de outro que desce ao sul da Capoeira do Vento, sobe por este acima até a barra de uma vertente que nasce de um capão grande, sobe pela vertente acima e da ponta do Capão pela quebrada direto a uma vertente que desce e faz barra em um arroio antes de chegar nos pinheiros ralos, e por este abaixo até a barra de outro que desce ao sul dos ditos pinheiros, sobe por este acima a ponta de um Capão, deste em rumo direto a ponta de um banhado que está unido à Serra Geral das Antas (Registro Paroquial de Terras, 1854).

A leitura do documento nos permite conhecer um pouco sobre as paisagens encontradas no município durante esse período, evidenciando que a interferência humana na natureza ainda não era tão ameaçadora. Outras árvores também são citadas como indicativos de limites das propriedades, o que evidencia que não haveria pretensão de alterar tão imediatamente a paisagem com a derrubada das árvores. O botânico alemão Lindmann, que percorreu o Rio Grande do Sul no início do século XX, constatou que:

> O crescimento das matas de Araucárias é forte e não denota uma diminuição. As “pinhas”

> existem em abundância e a semente, o "pinhão", germina com facilidade por toda a parte. Nas beiras da mata veem-se numerosos indivíduos novos que distinguem-se pela sua forma piramidal, como os pinheiros europeus novos (Pinus Silvestres L). No interior da mata, porém, as árvores novas tem troncos mais altos e parece que depressa alcançam o nível da ramificação das velhas. Exemplares novos também o há nas matas baixa e nas moitas por fora da mata propriamente dita. Os tocos grandes das Araucárias derrubadas emitem de novo brotos viçosos, dos quais alguns, perpendiculares e de 4 a 5 metros de altura, disputam o lugar de novo tronco (Lindman, 1974, p. 224-225).

Pela descrição do viajante podemos perceber que as matas de araucárias perfaziam grandes espaços onde seus exemplares desenvolviam-se livres da interferência humana e a germinação das sementes acontecia com facilidade, assim como o desenvolvimento de seus exemplares. Havia ainda uma aparente tranquilidade quanto a preservação da vegetação nativa, anterior a intensificação da exploração madeireira. O registro paroquial de terras, pertencente a Francisco das Chagas Candido nos apresenta um pouco mais sobre as paisagens encontradas nos Campos de Cima da Serra durante esse período, conforme a descrição as terras da propriedade tinham seu princípio:

> Pela parte do nordeste por um pinheiro de sua nascença que está a um passo da estrada velha na ponta do capão do olho d'água e segue por esta vertente abaixo confrontando Limpia Maria de Jesus; este mesmo arroio segue já

ISSN 2318-6208

> confrontando com Bernardina Brandina de Sena a encontrar no mesmo arroio uma cachoeirinha e desta entra-se pela mesma por um pântano acima que vai a um pequeno capãozinho que está na ponta do cerro comprido e segue na canhada que vai rodeando o mesmo cerro e segue a um passo de pedreira e do mesmo passo segue a uma vertente até um passinho que tem um capãozinho que acima sobe a um marco de pedra e do mesmo passinho segue rumo a uma canhada que vai a ponta de um capãozinho e do mesmo segue um banhado que vai ao rio dos Touros, ficando potreiro a dentro e segue pelos touros abaixo confrontando com a fazenda dos Ausentes (Registro Paroquial de Terras, 1854).

Observamos a presença de grandes áreas de vegetação natural com a presença de água em diversos locais da propriedade, assim como novamente evidenciamos a presença de pinheiros e estes sendo referenciados como pontos indicativos. Considerando as descrições do relatório, constatamos tratar-se de um espaço ambiental ainda pouco explorado pela presença humana, mas que possui grande quantidade de recursos favoráveis ao aproveitamento. A presença de arroios, rios e nascentes indica um lugar propício para a criação de rebanhos e práticas agrícolas, assim como reservas de madeira para construção de casas, móveis e utensílios necessários de usos variados. Observamos, de acordo com Gerhardt (2009, p. 171) que:

> A natureza, com determinada vegetação, com a presença ou ausência de água, exerceram influência no planejamento e na ação das pessoas que, pelo trabalho, buscavam as

> condições para se sustentar materialmente e gerar um excedente para comercializar; pessoas que integraram aquele ambiente, que alteraram a paisagem e também foram modificadas; mudaram, em parte, seus hábitos, seus planos, sua cultura. Uma interação entre as pessoas que compunham a sociedade e o ambiente sem finalidade determinada.

Conforme apontando pelo pesquisador, a natureza foi determinante fundamental para a escolha das atividades produtivas, considerando os recursos naturais disponíveis, assim como os conhecimentos necessários para ocupação do espaço e aproveitamento desses recursos. A constante necessidade de adquirir habilidades que permitissem aos grupos humanos sobreviver em diferentes ambientes favoreceu o desenvolvimento de identidades culturais relacionadas ao modo de vida. Para os tropeiros que inicialmente se estabeleceram nos Campos de Cima da Serra a presença de vastas áreas de campos com espaço suficiente para criação de rebanhos foi o indicativo de escolha da localidade para que viessem a se estabelecer. Para estes moradores as matas não eram espaços de grande interesse, sendo estas pouco exploradas, assim como a madeira nelas disponíveis. De acordo com pesquisas historiográficas:

> Como a madeira de pinho fosse, nesse momento, matéria-prima abundante na região, era comum encontrarem-se toras e mesmo pinheiros inteiros abatidos, apodrecendo por falta de utilização. Isso se explica pelo fato de que a derrubada de pinheiros, naquele momento, tinha como finalidade primeira o desembaraçar da floresta para o início do

> cultivo. Aliou-se a essa necessidade a utilização da madeira para diversos fins. Mesmo com a instalação de algumas primitivas serrarias, o beneficiamento da madeira visava somente o mercado interno aos núcleos coloniais, já que o transporte do produto entre esses núcleos e os maiores centros era impraticável (Cabral; Cesco, 2008, p. 40).

Os pesquisadores evidenciam que em um primeiro momento, quando tem início a exploração florestal no Rio Grande do Sul, após a chegada dos colonizadores europeus, a grande quantidade de madeira disponível levava a que estas não fossem completamente aproveitadas após a sua retirada. Inicialmente, o principal interesse dos imigrantes foi o de encontrar espaços para o cultivo, abrindo clareiras conforme fosse possível, até então não se vislumbrava a extração da madeira para comercialização. Contudo, as oportunidades de investimentos nas serrarias foram se mostrando favoráveis à medida que a procura pela madeira passa a se intensificar, impulsionando o desenvolvimento de uma atividade econômica baseada na exploração da vegetação nativa.

No inventário *post-mortem* escrito em 1889, por ocasião do falecimento de Theodoro Joaquin da Silva (1889) consta entre o rol de bens inventariados "1 ferro de rachar pinheiros por 2 mil réis". Em outro inventário sendo este pertencente ao espólio de Prudente Américo Ribeiro, falecido em 1920, encontramos a descrição de "Um serrote para pinheiro por 15 mil réis (15.000)". Estes registros evidenciam a extração da madeira com a presença de serrarias, as quais podemos identificar por denominações dadas as próprias localidades, entre as quais constatamos na descrição de inventário de José Telles de Souza, escrito em 1912, no qual consta pertencer-lhe "uma invernadinha cita

no largo denominado "Serraria" ou "Boa Vista" deste primeiro distrito da fazenda da Cachoeira (1912)".

No próximo capítulo iremos analisar as transformações das paisagens no município de Vacaria através dos registros deixados pelo jornal Correio Vacariense, destacando as alterações resultantes de novos investimentos econômicos, assim como impactos ambientais decorrentes da exploração das matas de vegetação nativa, o qual nos permite compreender as alterações realizadas e os reflexos gerados no espaço ambiental.

2. As transformações das paisagens através das páginas do jornal Correio Vacariense

Este primeiro capítulo tem a finalidade de apresentar as paisagens encontradas no território compreendido pelo município de Vacaria, RS, entre meados da metade da década de 90 ao contexto atual. Como fontes de pesquisa destacaremos as publicações realizadas pelo jornal Correio Vacariense, que permitem evidenciar os problemas relacionados a exploração da madeira, as discussões acerca do desmatamento e as técnicas planejadas para o reflorestamento. Analisamos também as narrativas jornalísticas com relação as questões ambientais e as diferentes mentalidades que vigoravam nas sociedades em diferentes contextos com relação a exploração da natureza, corte indiscriminado de vegetação nativa, utilização de queimadas como forma de abrir espaços para plantio, entre outros tópicos relevantes para este estudo.

Entre o final do século XIX e início do século XX surgem no município de Vacaria as primeiras serrarias fundadas por imigrantes italianos que se estabeleceram na região. Os imigrantes

passaram a explorar os recursos naturais que haviam nas áreas a eles destinadas e como precisavam de terras para cultivo logo iniciaram o processo de derrubada de árvores, utilizadas também para construção de casas e confecção de móveis.

Aos poucos os colonos foram percebendo a exploração da madeira como uma atividade lucrativa e passaram a criar as primeiras serrarias, que foram abrindo caminho para o desenvolvimento de indústrias madeireiras na região. A visão que o colonizador possuía da natureza estava diretamente relacionada ao modo como seus recursos poderiam contribuir para a geração de renda, sendo por vezes, considerada como empecilho ao desenvolvimento. Nesse sentido:

> Acredita-se que os colonos e também os administradores da Colônia tinham um entendimento da natureza no qual ela estava disponível para a utilização humana; uma visão antropocêntrica pela qual a floresta era uma ameaça, um estorvo, mas nela encontravam-se materiais considerados úteis (Gerhardt, 2009, p. 74).

Conforme ressaltado por Gerhardt (2009), a floresta era considerada como fonte de recursos, ao mesmo tempo em que sua presença poderia limitar as atividades humanas e os espaços disponíveis. A retirada da madeira era considerada como mecanismo de sobrevivência, sendo que a presença de vegetações florestais permitiu aos colonos italianos dos Campos de Cima da Serra o aproveitamento da madeira encontrada em grande quantidade. A extração de madeira inaugura um novo ciclo econômico, que afetou diretamente as matas nativas, ao mesmo tempo em que promoveu mudanças nas paisagens. De acordo com Rossi e Nodari (2012, p. 119). "As motivações econômicas do

processo de ocupação e desmatamento são de extrema importância para entendermos as transformações das paisagens, pois a natureza é influenciada conforme o modo de sobrevivência de cada grupo ou indivíduo". Nesse sentido as modificações nas paisagens também causariam mudanças culturais alterando as visões de mundo em relação a natureza. Sobre este aspecto devemos considerar que:

> A paisagem é parte da construção do espaço geográfico, um espaço dialógico-dialético e de interrelação, entre homem e natureza, através de elementos naturais, visíveis, isto é, dos elementos que compõem o espaço. Ao analisar a paisagem, é possível entender o presente, através da interpretação das heranças passadas, e propor medidas com vistas para melhorar o futuro (Carlin, 2019, P.18).

A partir das observações do autor, podemos evidenciar a relação entre as transformações das paisagens e a passagem do tempo quando nos referimos a áreas ocupadas pela sociedade humana. A partir da instalação das serrarias no município de Vacaria, inúmeras mudanças podem ser observadas na vegetação nativa. Segundo Letti (2012, p. 691) "As serrarias surgiram quando o imigrante italiano que sabia lidar com a madeira, devido a sua secular cultura da Europa, descobriu nesta região, após se estabelecer que havia matos virgens e muita madeira boa para ser usada para fins econômicos". Nério Mondadori Letti, relata ainda que, a maioria dos imigrantes italianos que chegaram a Antônio Prado depois do ano de 1885 se tornaram marceneiros.

Segundo descreve, os colonos receberam terras com cerca de 25 hectares, que precisaram desbravar, além de

aprender a conviver com os grupos indígenas que habitavam a região. Ao derrubar o mato, o imigrante, se deparou com a presença de uma árvore de grande porte que não existia na Europa, a Araucária Angustifolia. O jornal Correio Vacariense evidencia o surgimento das serrarias relacionadas a imigração italiana[6].

Figura 1. A colonização italiana em Vacaria: Antônio Zanotto e Comp.

A Colonizaçao Italiana em Vacaria
ANTÔNIO ZANOTTO & COMP.
HULLE II
PONHA SEU SONHO NO PAPEL E

Fonte: Correio Vacariense, 22 de julho de 1988, p. 09.

A matéria publicada em italiano e traduzida para o português pelo próprio jornal relaciona o desenvolvimento econômico madeireiro com a chegada dos imigrantes, destacando a figura do colonizador como agente do progresso para a região. O texto destaca a origem de cada sócio da serraria Antônio Zanotto e Companhia, adjetivando a todos como descendentes de "grandes e honestos trabalhadores". Os conceitos trazidos pelo texto estão ligados diretamente a ideia do europeu como desbravador que não teme o trabalho e a ele dedica todo o seu tempo,

[6] VACARIA, A colonização italiana em. *Correio Vacariense*, 22 de julho de 1988, p. 09

mostrando-se competente em seus ofícios e com o progresso de seu trabalho.

Havia a mitificação da figura do colono como responsável e trabalhador por natureza, diferentemente dos grupos não europeus que carregavam a alcunha de não serem muito adaptados as atividades mais penosas do trabalho pesado. A leitura da reportagem, descrita a seguir, nos permite compreender melhor a associação do imigrante italiano as atividades madeireiras, além de evidenciar as abordagens historiográficas em que o europeu recebe tratamento de prestígio diante dos demais grupos de imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul durante o mesmo período.

> Antônio Zanotto e Companhia, de propriedade de três sócios: Francisco Marcantônio, Antônio Zanotto e Giovanni Pelin, funciona no 4° distrito de Vacaria, uma grande e moderna serraria a vapor. A madeira para este trabalho é quase exclusivamente cortada nos grandes bosques de propriedade da dita sociedade e, a madeira da dita sociedade é beneficiada, que vem suprir em parte a este município, em parte aquele de Antônio Prado e em parte a grande praça de Porto Alegre. Noventa contos de réis são investidos neste estabelecimento no qual goza de larguíssimo crédito e do trabalho permanente a 10 pessoas. Dos sócios Antônio Zanotto é filho de pais vicentinos, grandes e honestos trabalhadores; Francisco Marcantonio nasceu na Prussia e Camilo Marcantonio que aqui chegaram juntos no ano de 1875. Foi um dos primeiros habitantes de Caxias do Sul. O terceiro sócio Giovanni Pelin, nasceu em Belluno, Itália, três

> industriais ativos e estimados (Do livro da Colonização Italiana do Rio Grande do Sul. O autor é desconhecido) (Correio Vacariense, 22 de jul. de 1988, p.09).

Podemos observar a inclinação do texto em enaltecer o colonizar, colocando-o em uma condição de destaque e prestígio, onde seu mérito deveria ser evidenciado através do desenvolvimento econômico regional. De acordo com Rossi, Moreto e Nodari (2012, p 04) "O desmatamento na Floresta de Araucária foi diferente do restante da Mata Atlântica por diversos motivos. Além da retirada para a produção agrícola, a extração principalmente da Araucária tornou-se importante fonte de renda, tão importante a ponto de ser considerada um *Commodity"*. Avaliando a importância de uma fonte de renda capaz de garantir condições de subsistência para sua família, o imigrante italiano consolidou as bases para o estabelecimento da indústria madeireira na região.

Podemos evidenciar que o colonizador encontrou na região sul do Brasil as condições necessárias para exercer uma atividade a qual conhecia bem e possuía domínio de suas técnicas, possibilitando e favorecendo a continuidade profissional dos madeireiros que vieram para a região. Conforme explicar Gerhardt (2009, p. 72), "Derrubar árvores exigia um conhecimento específico: observar a inclinação do tronco, fazer os cortes em lugares adequados para direcionar a queda, empregar corretamente a cunha. Mesmo assim havia o risco de eventuais acidentes". Embora os recursos naturais estivessem presentes desde o princípio da ocupação do território, os mesmos não despertaram o interesse dos fazendeiros, primeiramente por não haver necessidade, segundo porque não havia o costume de se trabalhar com a derrubada de árvores.

Em outro recorte do jornal Correio Vacariense, publicado em 07 de dezembro de 1990, inserido em um espaço destinado a tratar de assuntos ambientais, encontramos a reportagem intitulada *Exploração Indiscriminada da Mata Atlântica*. O texto aborda que a exploração da floresta nativa ocorreu de maneira inadequada no município, mas afirma que não se pode culpar o setor madeireiro por erros do passado. Reitera que o empresário estaria consciente da importância da exploração racional e que em sua maioria, as madeireiras estariam trabalhando exclusivamente com "essências exóticas", como o Pinus Elliottii. Com relação a retirada de vegetação nativa, o autor ressalta que seria necessária a autorização do Ibama, sendo permitido o corte do tronco acima de 40 cm.

Figura 2. Exploração indiscriminada da Mata Atlântica

Meio Ambiente
Exploração indiscriminada da Mata Nativa
Proibido Corte do Pinheiro Brasileiro

Fonte: Correio Vacariense, 07 de dezembro de 1990.

O jornalista destaca ainda que "as dificuldades são para o corte da Araucária que dentro em breve será encerrada na região definitivamente". No decorrer do texto, o autor segue afirmando que não se pode impor ao setor madeireiro a reponsabilidade pelas explorações do passado, pois, segundo afirma, a fiscalização teria sido falha. A seguir, o jornal traz a seguinte notícia *Proibido corte do pinheiro brasileiro*, no qual relata que:

> O superintendente estadual do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Moacyr Schoroeder, informou que está proibido o abate, transporte e comercialização de exemplares, copas e galhos do pinheiro brasileiro (Araucária Angustifólia) para ornamentação natalina, quando retirado de florestas nativas. O abate, transporte e comercialização do pinheiro, segundo Schroeder, somente serão permitidos quando forem provenientes de viveiros próprios ou de terceiro devidamente cadastrados junto à Superintendência Estadual do Ibama (Correio Vacariense, 07 de dez. 1990, p. 04).

Interessante ressaltar que, embora os textos enfatizem a conscientização quanto a exploração indevida da mata nativa, a proibição da retirada do pinheiro aparece como prejudicial ao setor madeireiro. A narrativa de enaltecimento as grandes indústrias madeireiras são recorrentes nas publicações do jornal, sendo constantes as afirmações positivas quanto ao funcionamento das serrarias. Em entrevista concedida durante uma reunião de prefeitos da região nordeste do estado, o jornalista perguntou ao prefeito Miguel Angelo Taliari, qual era a opinião do

administrador sobre o assunto. O prefeito respondeu compreender o reflorestamento como algo essencial, afirmou também considerar muito radical a proibição de derrubar matas, opinião que o jornal afirmou concordar. Na continuidade da explanação, o jornal traz um artigo de opinião sobre o tema, dando sequência a pauta da reunião entre os prefeitos e aproveitando para manifestar o próprio posicionamento sobre a polêmica[7].

Figura 3. Reflorestamento é necessário

TALIARI: REFLORESTAMENTO É NECESSÁRIO

NOSSA OPINIÃO

Fonte: Correio Vacariense, 02 de agosto de 1991.

O texto inicia ressaltando que através da reunião foi possível observar o empenho dos prefeitos da região na preservação

[7]SOUZA, O. Taliari: Reflorestamento é necessário. Correio Vacariense: Vacaria, 02 de agosto de 1991.

das matas nativas, enfatizando serem estas responsáveis pelo desenvolvimento econômico. Faz referência a fala do prefeito de Machadinho, salientando que "os madeireiros não são os grandes destruidores das matas, pois dela sobrevivem, fazendo dela o seu ganha pão e o de muitos outros, gerando emprego, arrecadação e outros, para muitos municípios". Na visão do prefeito "o madeireiro corta, mas replanta e ao novamente cortar e replantar forma assim um ciclo de desenvolvimento em sua região". Entre os recorrentes discursos de enobrecimento das empresas madeireiras e seus proprietários, um deles chamou a atenção pelo teor da comparação exposta, sendo proferida pelo prefeito de Esmeralda, que comentou o seguinte:

> É necessário um pouco mais de cuidado com a mata nativa. Basta não abater o maior reflorestador das nossas matas, a Gralha Azul e não permitir a criação de porcos soltos no mato, pois estes comem o pinhão que iria germinar outra árvore. Tudo é uma questão de cuidados "tire-se uma árvore, faça madeira, gere emprego, impostos, etc... Porém faça como a Gralha Azul, coma um pinhão e plante dez". Senhores, a Gralha Azul do nosso meio é o reflorestador, o florestado, aquelas pessoas que plantam árvores, não importa a qualidade, nem aonde. os madeireiros são gralhas azul, abatem árvores (araucárias), mas as replantam com grande quantidade para num breve futuro formarem florestas cobrindo espaços vazios, onde já se viu muito mato, muita Gralha Azul voando, embelezando e também plantando (Souza, 02 ago. de 1991).

Nesta narrativa chama a atenção a comparação do madeireiro com a Gralha Azul e a afirmação de que os mesmos realizariam a retirada da árvore, todavia não haveria prejuízos em razão do replantio. Fica evidente a tentativa de mascarar os danos causados pela exploração da mata nativa, com justificativas que não se sustentam, afinal a renovação da floresta não aconteceria em tão breve período de tempo. Além disso, os replantios, em sua grande maioria, estavam sendo realizados através de Pinus, espécie causadora de prejuízos ao espaço ambiental, como ressaltado por Letti (2012, p. 693-694):

> Aliás, por falta de estudo e ausência de tecnologia e boa dose de esperteza dos madeireiros, é bem verdade, que de boa fé, em substituição ao nobre pinheiro, plantaram, no reflorestamento essa "praga" que é "Pinus Elliottii". Nem o passarinho faz ninho. E o galho que cai, a palha que desce dos galhos queima o solo, faz uma cama sobre a terra, e nada cresce. Expele uma resina que queima o solo. Entrando, hoje, num mato de "pinus elliottii" a pessoa se impressiona como ficou o solo. Não tem adubo natural. Aquela palha não apodrece no solo e não vira adubo e não permite o plantio de nada. Fica um solo escuro, úmido e infértil. Uma pena!.

Como apontado pelo autor, os danos causados pelo plantio de Pinus foram perceptíveis, além de evidenciar uma paisagem completamente diferente da original, tornou o solo improdutivo, impossibilitando o crescimento de outras vegetações ou plantio, alterando a diversidade natural da região. De acordo

com Rossi, Moreto e Nodari (2012, p. 03) "O *Pinnus* e *Eucalyptus* foram avaliados como espécies exóticas invasoras, isto é, se desenvolvem com altas taxas de crescimento, reprodução e dispersão sem apresentar inimigos naturais no local onde são introduzidas, neste caso, no sul do Brasil". Nesse sentido, o plantio de Pinus provocou a perda da biodiversidade nos espaços onde foi introduzido, além de ocasionar a diminuição dos investimentos em reflorestamentos com araucárias.

A próxima reportagem a ser analisada mostra como a imprensa e os canais de comunicação colaboraram para a propagação da ideia de que o reflorestamento com Pinus seria uma alternativa viável, extremamente benéfica e lucrativa, trazendo inúmeros benefícios.

Figura 4. Elliottii, Lucratividade Garantida

Fonte: Correio Vacariense (1889)

A reportagem inicia afirmando que a floresta de Pinus quando manejada adequadamente pode gerar excelente lucratividade. O jornalista enfatiza que ao realizar a reportagem na Fazenda Itacolomi, pertencente então ao 6° distrito de Vacaria, evidenciou-se que o Pinus Elliottii "não prejudica, como era imaginado, o terreno e a criação de gado". Relata ainda que, "foi constatado, que o porte e a consistência da madeira do Pinus podem ser comparados com a araucária, tendo a vantagem de que o Pinus se desenvolve mais rapidamente que a araucária". Segundo o jornalista, juntamente com o reflorestamento seria realizado o plantio da pastagem, possibilitando a criação de gado em meio a floresta de Pinus. O jornalista descreve ainda que:

> O Pinus Elliottii, além de não prejudicar o terreno, é uma madeira de boa qualidade e como podemos verificar, é um pinheiro que possui boa espessura. Sua madeira está sendo utilizada atualmente na indústria moveleira e na construção civil, podendo ser aproveitada também, daqui a alguns anos nas construções pesadas, como vem sendo utilizada na Alemanha. O reflorestamento de Pinus tem seu custo maior na mão-de-obra, podendo ser compensado se associarmos com a pecuária, que é um investimento a curto prazo (Correio Vacariense, 1889).

O relato mostra que para o jornalista as possibilidades de reflorestamento com Pinus poderiam trazer muitos benefícios, tornando-se fonte de grande lucratividade. Por ser divulgada em um jornal de grande circulação entre a população local, podemos inferir que muitas pessoas foram levadas a crer na assertividade

do plantio de Pinus na região. De acordo com escritos memorialistas muitas leis foram sendo criadas para definir as regras sobre o abate e corte de pinheiros e madeira de lei. “Tanto que se firmou e se criou de forma original e exclusiva aqui no Rio Grande do Sul que a árvore e o pinheiro eram móveis por destinação, por finalidade, por objetivo. Visando seu fim econômico” (Letti, 2012, p. 703). Nério Mondadori destaca em seu artigo intitulado *Economia de Ipê: Serrarias*, publicado no livro Raízes de Ipê, que o pinheiro era considerado um imóvel, coexistindo como propriedade juntamente com a terra (Letti, 2012).

Cabral, um viajante militar, natural de Porto Alegre, que passou pelo município por volta de 1930, observou as mudanças que se procederam no território, descrevendo as alterações nas paisagens e referindo a presença dos madeireiros como responsáveis pela destruição das belezas naturais, segundo ele:

> A própria região tinha profundas diferenças: os campos eram bordados de capões de puro pinheiro e árvores seculares, redondos, ornamentando a vastidão do campo. Era linda a paisagem toda, ainda natural, sem os artifícios dos eucaliptos e dos pinus cultivados... E a cada mês de maio, recebia a visita alegre de “nuvens” de papagaios, palradores e barulhentos, em revoadas memoráveis que buscavam a serra recheada de secular pinheiral, com o seu chão atapetado de pinhões graúdos e saborosos. Não existiam os “madeireiros”, naquele tempo feliz (Cabral, 1933, p. 25).

A memória deixada por Cabral ao recordar o período em que a floresta exuberante despontava sem a mácula das serrarias demonstra o quanto as paisagens foram transformadas a partir

da derrubada das árvores, deixando transparecer a tristeza de observar as mudanças. Pelo relato evidencia-se a presença de grande quantidade de pinheiros em épocas anteriores ao início das devastações, sendo estes de tamanhos incomparáveis aos encontrados tempos depois. Perceptivelmente os pinheiros maiores, de grandes circunferências foram os mais cobiçados pelos madeireiros, o que fez com que se perdesse em pouco tempo árvores centenárias. Diante deste cenário cabe ressaltar que:

> Entende-se que a manutenção e a reprodução da vida de animais e plantas e mesmo das pessoas, gera inevitáveis mudanças no ambiente e uma degradação energética irreversível – a entropia. Assim, estudar o ambiente como um tema para a História permite, além de conservar a memória das mudanças na paisagem, formular, explicações sobre a vida humana no passado, relacionadas com a natureza, sem abandonar aspectos econômicos, políticos e culturais (Gerhardt, 2009, p. 31).

Conforme ressaltado por Gerhardt (2009), as constantes buscas pela sobrevivência e disputas de territórios, resultou em inúmeras perdas para o meio ambiente. Cada ser vivo, seja ele animal, vegetal e com maior destaque os seres humanos, provocam alterações nos espaços ocupados, gerando a necessidade de constantes readaptações. De modo que, ao buscarmos compreender as razões pelas quais as paisagens foram sendo modificadas, estamos nos remetendo a diferentes contextos históricos e sociais que impulsionaram novos pensamentos, trouxeram novas experiências, sejam elas positivas ou negativas. Cada reflexo da ação humana sobre a natureza, as interferências realizadas

nos ambientes através dos quais interagem, nos remetem a traçar novas possibilidades de interpretações sobre o passado.

Considerações finais

O presente trabalho buscou contextualizar as alterações nas paisagens na região denominada Campos de Cima da Serra, no município de Vacaria, entre os anos de 1981 a 2017, tendo como principal fonte de referência o jornal Correio Vacariense. A abordagem teve como objetivo ressaltar as transformações resultantes da ocupação dos espaços de vegetação original a partir do surgimento das serrarias e a intensificação da exploração da madeira durante o início do século XX.

Evidenciamos a perda de grande parte da vegetação original do território, sendo o Pinheiro do Paraná o principal alvo das indústrias madeireiras, que encontraram na Araucária Angustifólia, madeira de qualidade superior e de dimensões consideráveis. Analisamos os impactos resultantes da extração ilimitada da vegetação e os projetos de reflorestamento com a espécie exótica Pinus Elliottii, o qual provocou grandes danos aos espaços ambientais onde foi introduzido. A busca por lucratividade levou a perdas irreversíveis da biodiversidade regional, agravada por iniciativas de reflorestamentos que não levaram em consideração a perda das características originais da vegetação, assim como os problemas que seriam gerados ao solo, aos animais e ao desenvolvimento de outras espécies nos espaços onde as florestas de Pinus foram criadas.

As medidas para impedir o corte de mata nativa demoraram bastante a aparecer e quando as primeiras leis surgiram nem sempre foram cumpridas ou deixaram brechas para a

continuidade da retirada da madeira. Nesse sentido, enfatizamos a importância da divulgação de estudos ambientais que busquem conscientizar a população para o cuidado com a natureza e a preservação da biodiversidade.

Referências

CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do Sul-Sudeste. *Ambiente &Sociedade*. Campinas v.XI, n.1, p. 33-48). Jan-jun, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/RFY7j5MDPXdQkkkKfPvkFnr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 07 nov. 2024.

CABRAL, H.B. *A vila de Vacaria em 1933*. Passo Fundo: Padre Berthier, 1988.

CARLIN, Janete Chaves. *Entre campos e florestas:* transformações da paisagem no município de Palmas/PR (1950 a 1980). Dissertação de mestrado. UFFS, 2019. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3417/1/CARLIN.pdf. Acesso em 07 nov. 2024.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da colônia Ijuhy*. Ijuí: Unijuí, 2009. Disponível em: https://www.gerhardt.pro.br/doc/2009-ijuhy.pdf. Acesso em 07 nov. 2024.

LETTI, Nério Mondadori. Economia de Ipê: Serrarias. In: FONSECA, Justina Lêda Rigon; CECATTO, Rita Maria da Fonseca; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Ipê*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2012.

LINDMAN, Carl Axel Magnus. *A vegetação no Rio Grande do Sul.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

ROSSI, Esther Mayara Zamboni; MORETTO, Samira Peruchi; NODARI, Eunice Sueli. Paisagem e memória*:* a transformação dos Campos de Altitude no Rio Grande do Sul, século XX. *Associação Brasileira de História Oral*, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340073962_ARQUIVO_Textocompleto.pdf. Acesso em 07 nov. 2024.

ROSSI, Esther Mayara Zamboni; NODARI, Eunice Sueli. Campos de Altitude no Rio Grande do Sul: migrações, indústria madeireira e meio ambiente. *Anais do 2° Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações*. Florianópolis: Labimha, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262524574_campos_de_altitude_no_rio_grande__do_sul_migracoes_industria_madeireira_e_meio_ambiente. Acesso em 07 nov. 2024.

Fontes

REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRAS. Antônio Manoel Branco, 1854. APERS.

INVENTÁRIO, Theodoro Joaquin da Silva Ano: 1889. Autos n° 315. Maço n° 9. Estante: 119. Vacaria - Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariante: João Propicio da Silva Filho. APERS.

INVENTÁRIO, José Telles de Souza Ano: 1912. Autos n°: 19. Estante: 119. Vacaria - Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariante: Margarida Telles de Souza. APERS.

CORREIO VACARIENSE, Jornal. Acervo do Arquivo Municipal. Exemplares publicados entre 1981 a 1995 (versão impressa).

VACARIA, A colonização italiana em. *Correio Vacariense*, 22 de julho de 1988, p. 09.

MATA ATLÂNTICA, Exploração indiscriminada da. *Correio Vacariense*. 07 de dezembro de 1990, p.04.

SOUZA, O. Taliari: Reflorestamento é necessário. *Correio Vacariense*: Vacaria, 02 de agosto de 1991.

ELLIOTTII, Lucratividade Garantida. *Correio Vacariense*, 1889.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR SOBRE OS IDOSOS NO BRASIL: PROPAGANDAS, ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA NO PERÍODO DE 1980-1985

Andreza Jucely Severina da Silva
História - UFRPE/UAEADtec

Resumo
Tem-se como objetivo realizar um debate através do levantamento de produções acadêmicas sobre a situação do idoso no Brasil no período de 1980-1985. O diálogo entre os autores será relacionado às propagandas do Diário de Pernambuco e Diário da Manhã, que discutem sobre a questão social da assistência, aposentadoria e conscientização para inclusão idoso na sociedade. O cruzamento das fontes da imprensa com os autores que trabalham com a temática se destaca a partir da crítica ao modelo governamental de assistência ao trabalhador, e a forma como a sociedade organiza seus idosos. Temas como aposentadoria e Previdência Social, envelhecimento e afastamento social, caridade e abusos são descritos ao longo do tempo, sem distancia-se do problema do aumento demográfico desorganizado nas cidades, que depois corroborou em problemas urbanos e na crise da Previdência em um momento de redemocratização política brasileira (Momento de muitos cortes de investimentos sociais e de crise monetária internacional).
Palavras chave: Propaganda. Aposentadoria. Idoso. Trabalho.

Introdução

Tem-se como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre os idosos no Brasil durante 1980 a 1985, época que registra um aumento de críticas à situação de abandono desses

indivíduos. É um contexto histórico controverso, na medida em que, no governo do presidente Figueiredo houve muitos cortes na contribuição dos investimentos destinados à saúde, o que acarretou no próprio processo de reforma da Previdência. Assim, ocorreu reformas para melhorar a arrecadação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)[8] enquanto diminui os benefícios sociais, impedindo a negociação da dívida do Fundo Monetário Internacional. A inflação foi um dos piores problemas enfrentados no Brasil, significando uma campanha de arrocho salarial para conter o consumo e os gastos públicos.

O levantamento bibliográfico iniciou por volta do ano de 2018, uma época em que não havia livros ou trabalhos escritos sobre os idosos. A temática pode ser atual, mas ainda não é possível encontrar grupos que se dedicam na pesquisar sobre a história do idoso no Brasil. As poucas produções encontradas destacam apenas a segunda Assembleia Mundial do Envelhecimento, ocorrida em 2002. Apenas um documento relata as ações

[8] O INPS foi criado em 1966, e tinha como objetivo uniformizar a legislação previdenciária com relação às contribuições salarias. Mulheres se aposentaram com 60 anos e homens com 65, considerando os 15 anos de contribuição. A respeito da questão da aposentadoria, veja a reportagem "Mongeral-coluna do servidor: aposentadoria por velhice e estatutário", 1980, *Diário de Pernambuco*: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=4799.
O recorte destaca que o estatuto da aposentadoria por tempo de trabalho é calculada na base média dos salários recebidos em 36 meses, mas quando o pensionista deixava de trabalhar em um desses meses, a pontuação passava a ser retroagida para 12 meses até ser complementada toda contribuição do sujeito. No final o valor de contribuição é dividido por 36, e esse benefício não podia sobrepor 95% dos salários. Foi proposta a fixação de 100% do salário, pela câmara de deputados, com a finalidade de corrigir a injustiça da Previdência social (que apenas estabelecia 95%).

da Primeira Assembleia Mundial do Envelhecimento, mas não aponta os tópicos discutidos pelas Nações Unidas em 1982, época que havia um debate internacional sobre o tipo ideal de idosos e processo de envelhecimento no mundo.

A curiosidade na busca por fontes sobre os idosos no Brasil no período de 1980-1985, permitiu o encontro e debate com pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Ainda não é possível encontrar algum artigo escrito sobre os idosos por historiadores. Sabe-se que algum dia todos os sujeitos envelheceram, e sentiram o peso da negligência da sociedade. Por outro lado, o mercado consumidor atribui as mercadorias a partir da idade. A esse critério, as tintas de cabelos e outros produtos se tornam algo de sentido duplo, pois transmitem a ideia de negação do envelhecimento.

Houve muita dificuldade no início da investigação sobre os idosos no Brasil, especialmente para o marco temporal de 1980-1985. Foi preciso buscar nas fontes de jornais da época, filtrando a busca no site da biblioteca BNDigital através de palavras chaves, como idosos e aposentadoria. Cada recorte encontrado apresentou um olhar mais vivo e conflituoso da situação do idoso, principalmente, em Pernambuco. Região que demonstrou a importância de ações ligadas à campanha de conscientização são a população idosa mais carente que vivia em centros médicos urbanos sob a assistência da Legião Brasileira de Assistência[9] (A LBA foi fundada na era Vargas, e tinha a

[9] A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi fundada em 1942, pela primeira-dama Darcy Vargas, e tinha o objetivo de ajudar os familiares dos soldados enviados na segunda guerra mundial. Em 1969 (época da ditadura militar), com o Decreto nº 593, transformou o órgão civil em fundação, mantendo a mesma sigla. Nesse período a LBA se vinculou ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. A ação da LBA tem importância na campanha de

finalidade de dar assistência médica, social e terapêutica a pessoas idosas e crianças em situação de vulnerabilidade. Por ser um órgão formado, em sua maioria dos médicos, representou durante o período estudado, um papel crítico frente à falta de ação do Estado para com seus idosos mais carentes.

No dicionário da língua portuguesa, a palavra idoso significa um indivíduo que já possui muitos anos de vida. Esses sujeitos podem ser considerados como pessoas de inúmeros saberes e experiências diversas sobre a vida. Cada sociedade atraiu significado aos grupos sociais etários, e muitas vezes, taxam o idoso a partir de sua função social. E quando esse indivíduo não consegue mais cooperar com a família, passa pelo processo de banimento (O isolamento). Na sociedade capitalista, o homem tem sua função social relacionada à manutenção alimentar de sua família. A coesão familiar é rompida quando o indivíduo não consegue mais trabalhar e passa a necessitar de algum tipo de assistência (Dependendo do tipo de trabalho exercido, o trabalhador pode envelhecer mais rapidamente, como é o caso de trabalhadores rurais).

Alguns conceitos aparecem no levantamento bibliográfico e nos recortes do Diário de Pernambuco. A palavra "ancião" aparece inúmeras vezes, destacando um evento específico, como: a "Semana do Ancião", evento que marca o aniversário de 10 anos de atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA)

conscientização social frente à situação dos idosos no Brasil, mas não exclui as fraudes e desvios de verbas dentro da instituição, que significou extinção em 1995.

frente aos grupos de idosos Afla 1 e Alfa 2[10]. O termo "Ancião "não será usado aqui, pois ele atribuiu um sentimento de inferioridade aos idosos, quase os representando como crianças sob cuidados de enfermeiros. Ainda assim, é importante relatar a dupla função desses recortes, seja para conscientizar ou maquiar a situação dos idosos nos asilos brasileiros.

Além do termo ancião, encontra-se também o uso da palavra "velho". A autora Simone de Beauvoir usa o termo velhice para falar dos sujeitos idosos ao longo do tempo, especialmente, em sociedades antigas. A primeira parte do livro "A velhice" se baseia a partir de análises etnográficas, que apresenta as várias formas de representação dos idosos, seja ela de forma negativa ou positiva.

É sabido que a palavra velhice é designada para falar do processo de envelhecimento do corpo humano, todavia, em sociedades capitalista atribui-se mais a palavra envelhecimento, distanciando da visão conceitual das palavras "ancião", pois ela expressa um sentimento de senilidade, fragilidade e incapacidade (O pensamento anterior a fundação da gerontologia, destacavam o envelhecimento e o "ancião" apenas em seus aspectos

---

[10] Veja "Festejos na roça em clube Aldeia", 1980,Diário de Pernambuco",http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=Clube%20de%20campo%20alvorada,%20em%20Aldeia&pagfis=10059
Festejo junino realidade no Club Aldeia, com a participação de idosos de 60 anos. A ação inclui o programa Alfa II. Mais de 300 idoso são atendidos pelo programa Alfa II, e 100 recebem assistência no Abrigo Cristo Redentor, casa beneficente Vicente Soares e Maria Alice e o lar Espírita Lícia Campos de Timbaúba. Os dados sobre esses lugares poderão ser verificados depois de uma busca minuciosa nos 64 Centros Sociais Urbanos espalhados por Pernambuco nos anos de 1980, possibilidade que não será possível ser percebida neste trabalho de conclusão de curso.

biológicos, deixando de lado todo o contexto social e psicológico associado a vida das pessoas idosas. O envelhecimento não pode ser percebido apenas como um estado de senilidade ou doenças, aproximando o idoso da morte). E por esse motivo que esse trabalho de conclusão de curso usará a palavra idoso, considerando o grupo etário acima de 60 anos, que desempenha inúmeras atividades na família e em sociedade. Por outro lado, será mencionada a palavra velhice para se dirigir aos aspectos do envelhecimento dentro da ótica social, política e histórica.

A "invenção da velhice"[11] é uma construção social que se relaciona com a economia (PIB) crescente a partir do controle do trabalho assalariado ou terceirizado. Por outro lado, quem não possui algum emprego é chamado de desocupado ou vagabundo.

[11] Veja "Padrões e valores culturais: Mitos e realidades da velhice. In MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. A invenção Social da Velhice. Rio de Janeiro: Papagaio LTD, 1989. O mito da velhice se refere à mentalidade da sociedade para seus idosos, que de maneira geral, determina o papel do Estado e da família no cuidado de seus parentes. Dirceu divide o mito da velhice em dois tópicos. O primeiro mito aponta que a sociedade industrial determina a obrigação da família no cuidado do velho, isentando as instituições públicas de suas funções assistencialistas. Assim, a palavra mito é usada de forma crítica, pois não é possível atribuir apenas a família o papel da coesão financeira e familiar. O segundo mito se refere a aposentadoria, assunto que não tem resolução positiva para a população idoso, pois o sonho de vida pós trabalho não se confirma, significando que o "mito" de vida digna na velhice é um sonho criado pela elite, enquanto a população carente sofre sem assistência médica, terapêutica e financeira.

1. Metodologia e reflexão do debate sobre o idoso na revisão bibliográfica

Destaca-se que a primeira lei da Previdência surgiu em 1923, também conhecida por lei Eloy de Chaves. Essa lei obrigou a criação de caixas de aposentadorias e pensões (CAPS), que foram destinadas a trabalhadores das ferrovias. Sem as lutas e greves de trabalhadores não seria possível haver mudanças, especialmente, sobre as condições de trabalho e direitos dos trabalhadores. Já nos anos 80, a contradição entre a universalização da Previdência no setor urbano e a inflação crescente, incentivou privatizações de empresas, cortes e inúmeras demissões.

E em um período de crítica às eleições indiretas, acreditava-se que em 1985, um novo presidente da república viria por voto popular. Junto a esse cenário, grupos sociais se manifestaram em favor de seus direitos, especialmente, pelo direito a melhores condições de vida fora e dentro das empresas. Porém, devido à crise financeira internacional, tudo ficou caro, e o valor dos salários congelados. Além disso, o desemprego passou a ser uma das consequências da inflação, implicando na falta de contribuição dos pensionistas nos ditos 36 meses, significando um duro golpe para os trabalhadores, que envelheciam e não conseguiam usufruir de suas aposentadorias e corriam o risco de depender da caridade ou auxílio da Santa Casa da Misericórdia.

Faleiros (2003) aponta que a Organização de Proteção e Previdência Social se relacionou com as demandas de produção de mercado, que inicialmente, foi formada por fundos privados e públicos. Com os problemas financeiros no Brasil nos anos de 1980, ocorreu muita instabilidade nos fundos destinados à Previdência, que estimulou os cortes de pensionistas no programa social. Sobre a Estabilidade dos fundos destinados à Previdência, Faleiros destaca que:

> A estabilidade desses fundos pode ser afetada não só pelas mudanças no assalariamento, como pelas crises econômicas e movimentos políticos, pois implica custo para a produção e custos políticos de legitimação. O financiamento do fundo previdenciário e distribuição de benefícios afetam a sustentação política dos governantes e o próprio mecanismo de sustentação econômica, além de ser um poderoso instrumento de intervenção econômica. Os dirigentes políticos ficam de olho na poupança ou nos recursos desses fundos para implementar projetos de seus interesses (FALEIROS,2003,P 32)

A reforma na Previdência afeta diretamente os idosos e a própria estabilidade financeira destinada a esses indivíduos. É sabido que o auxílio e cobertura de risco de trabalho passou a ser articulada entre o Estado e o mercado, que com a crise financeira, tende a modificar o teto de contribuições da arrecadação dos pensionistas. Assim, a Lei 6.950/1981 votou o teto de 20 salários mínimos de contribuições, e impôs a taxa de 20 % aos produtos considerados supérfluos, com alíquota de 10% para as empresas, 8,75 a 10% para segurados, e um total percentual de 3% a 5% para idosos aposentados (FALEIROS,2003).

Esse aumento da arrecadação no fundo previdenciário significou a diminuição do dinheiro no bolso dos idosos, que passaram a enfrentar problemas relacionados ao bem estar e à alimentação.

Não é possível afirmar a exclusividade da família no cuidado com os seus parentes idosos, pois o Estado precisa prover de medidas públicas para atender toda população com idade

igual ou superior a 60 anos. Por outro lado, considera-se que os hábitos e costumes sociais são modelados entre as classes sociais, determinando a inclusão e exclusão dos indivíduos. Os ditos costumes são moldados através da dialética do pertencimento (Cada grupo de indivíduos tem seus signos sociais e práticas que determinam sua identidade dentro da comunidade), fator que leva a permanência dos estigmas relacionados aos idosos e ao envelhecimento.

Os signos referentes ao trabalho, a linguagem, e situação de dificuldade aproximam os sujeitos, determinando um padrão de exigência e cobranças por direitos) ou do laço entre trabalho coletivo/ individual ou através da operação do mercado consumidor. E.P.Thompson (2005), apresenta uma teoria marxista cultural, dando ênfase à experiência da classe trabalhadora, pois a história vista por baixo observa os detalhes das relações sociais entre as classes, seja do meio familiar ou na fábrica. Dessa forma, tem como relevância a construção da imagem do idoso no mundo contemporâneo, dando ênfase aos aspectos negativos dos estereótipos relacionados a pintura de cabelos brancos ou através da busca pela própria negação de se tornar idoso, como se pode perceber nas palavras de Simone de Beauvoir que: Os velhos que nãos constituem qualquer força econômica não têm meios de fazer valer seus direitos: “O interesse dos exploradores é o de quebrar a solidariedade entre os trabalhadores e os improdutivos, de maneira que estes últimos não sejam defendidos por ninguém” (SIMONE DE BEAUVOIR. 1976, p 8)

As questões sobre a aposentadoria se inserem no processo de adequação/formação de um Estado de procedência que amplia ações para suprir a aposentadoria dos beneficiários da Previdência. Porém, as reformas revelaram a permanência e continuidade de um Estado que se apropria dos benefícios sociais

em momentos de crise. Entender a relação da dinâmica social dos sujeitos em épocas de crises econômicas é fundamental para perceber o impacto das reformas na Previdência Social nos benefícios aos aposentados.

O levantamento bibliográfico tem a finalidade de revelar o perfil do idoso nos anos de 1980, considerando a visão das mídias para esse grupo social. Mesmo com a exclusividade do ano do idoso em 1982, ainda houve uma longa crítica e anunciação de uma figura ideal de idoso, simbolizada através da bengala ou cadeira de balanço.

Aponta-se também para o número de idosos entre os anos 1980 a 1985, que em sua maioria terminaram em asilos, na solidão ou vida não ativa. O industrialismo destrói e fragmenta a memória e as relações coletivas, tornando a solidão e a dependência emocional o fator ímpar do sentimento de impotência no envelhecimento. A respeito do idoso na sociedade capitalista:

> Além de ser um destino do indivíduo, a velhice é uma categoria social. Tem um estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem. A sociedade industrial é maléfica para a velhice. Nas sociedades mais estáveis um octogenário pode começar a construção de uma casa, a plantação de uma horta, pode preparar os canteiros e semear um jardim…… A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reprodutor. Se a posse, a propriedade, constituem, segundo Sartre, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas

> propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa. O velho não participa da produção, não faz nada: deve ser tutelado como um menor. (BOSI, Ecléa. 2004, p 77 e 78)

1.1-Análises de recortes do Diário de Pernambuco

Foi necessária a execução de uma atividade de varredura no site da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), filtrando as buscas de cada recorde através de palavras chaves, como: Idoso, Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Previdência social e aposentadoria. Dentro das possibilidades da chamada análise quantitativa, foram registradas mais de 1727 ocorrências para a palavra idoso e mais de 3779 ocorrências para a palavra aposentadoria.

A planilha está dividida em partes, distribuída em fonte, data, tema, acesso, autoria, link de acesso e observação. Essa organização visual e escrita otimiza o acesso da fonte retirados do Diário de Pernambuco, evitando o estresse na busca individual de cada reportagem. Com a separação das fontes digitais por ano, tema e discrição, estabeleceu-se uma linha de raciocínio que convergiu com a opinião dos autores que trabalham com a temática idosos. Dessa maneira, as reflexões críticas do Diário de Pernambuco se baseiam na própria construção da imagem dos idosos ou na necessidade de conscientizar a população e permitir a inclusão desses sujeitos na sociedade. O quadro abaixo representa o eixo de recortes de reportagens sobre os idosos no Diário de Pernambuco.

Quadro 1

ANO	ENVELHECIMENTO	LBA	CSU'S	PREVIDÊNCIA	APOSENTADORIA	OBSERVAÇÃO
1980	3	8	2	2	2	
1982	16	3	1	3	0	
1983	6	3	1	0	0	
Total	25	14		5	2	Os dados sobre as CSU's e LBA não serão utilizados

Fonte: Levantamentos bibliográficos. Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1DHrCxPLPdPRwMq7piD6nw2XVcilk3O-qETznpMw4M2U/edit?gid=0#gid=0.

Os dados obtidos no quadro acima são resultado do levantamento dos recortes pesquisados no site da Biblioteca Nacional Digital (BNdigital), em uma dimensão de 51 recortes selecionados. Os dados sobre a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e dos Centros Sociais Urbanos (CSU´s) não fazem parte dessa escrita, mas estão dentro da lógica do debate a respeito do papel da escola geriátrica nas campanhas de conscientização a favor da inclusão dos idosos.

Os dados sobre aposentadoria e Previdência nos anos de 1982 e 1983, de maneira geral, podem ser obtidos de forma mais positiva em outros periódicos, todavia, é possível que esse número aumente com a proximidade do debate sobre a reforma da Previdência Social no decorrer dos anos de 1980. Parte dos questionamentos sobre o envelhecimento ganharam destaque no ano de 1982, devido ao caráter positivo da primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME). Por outro lado, o número de artigos sobre o envelhecimento diminuiu nos anos de 1983. Ressalta-se que os dados obtidos na planilha podem ser alterados, uma vez que, ainda não foram finalizadas as

investigações sobre o idoso no Diário de Pernambuco. Já o diálogo entre os escritos e os recortes de jornais podem confirmar a exclusão do idoso ou revelar de forma mais abrangente os usos e desusos da imagem dos idosos nas zonas urbanas e nas zonas rurais.

No ano de 1982, houve um aumento de reportagens sobre o idoso, considerando as problemáticas econômicas, sociais e políticas para essa camada na sociedade, e o cenário internacional de debate sobre o envelhecimento no mundo. A visão dos periódicos sobre o idoso são direcionadas para o abandono em asilos ou casas de assistência, além da falta de apoio do Estado. A esse critério, será realizada uma reflexão crítica de cada recorte do Diário de Pernambuco, apontando para a construção da figura social do idoso nos anos 80. Vale ressaltar que os problemas, em destaque, para o idoso e o envelhecimento são: aposentadoria, solidão, desprezo e abandono, negação da velhice e violência psicológica e física. O idoso é sempre descrito como moribundo, doente, sem aposentadoria, dependente, sem participação ativa, não apto de execução de atividade na sociedade capitalista. Já existiam casas de apoio que reivindicavam a inclusão do idoso, porém a pesquisa irá se ater na figura do idoso retratada na época.

O aumento de publicações sobre o idoso no Diário de Pernambuco no ano de 1982, teve forte influência depois da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME) de 1982. Isso chamou atenção da mídia e setores envolvidos com ações para o idoso. Tem destaque a representação da figura do ancião em campanhas brasileiras, todavia, a bengala e um idoso americano representaram todos os indivíduos idoso? Acredita-se que não. Muitos defenderam uma figura de idoso assistido e feliz, mas ainda havia o problema da descriminação associada à exclusão.

No Brasil, país considerado subdesenvolvido, havia o problema da pobreza e má distribuição de renda. As classes sociais disputavam pelas vagas de trabalho, e aquele indivíduo que nascia em condições melhores, conseguia ter um envelhecimento assistido. Os grupos mais carentes ficaram na penúria, pois sofriam com o envelhecimento precoce e o abandono.

Asilos ou casas de repousos dependem de assistência do Estado e terceiros. Os Jovens, por sua vez, acabavam menosprezando seus pais ou expulsando-os de suas casas depois de atingir certa idade. O trabalho passa a ser função dos jovens, que barateiam suas atividades, correndo o risco de ter no futuro o mesmo destino que seus parentes excluídos. Já no ano de 1983, foi diminuindo, aos poucos, as reportagens sobre os idosos. Algumas das reportagens apresentaram críticas ao descaso e à solidão dos idosos, que não deveria ser tratada com estranheza, mas com naturalidade. Pode-se considerar os recortes descritos sobre o idoso através de inúmeras contradições, seja pela falta de assistência, solidão ou pelo envelhecimento cronológico e biológico.

Existem inúmeras informações sobre a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e os Centros Sociais Urbanos (CSU`s) em recortes do jornal Diário da Manhã. As informações são ricas, muitas delas destacam a situação dos idosos de Pernambuco e as ações promovidas pelo Estado. Esses recortes foram separados e deixados em uma pasta, motivos que revelam a não inclusão dessas fontes na planilha de dados. Por outro lado, ainda é preciso rever toda documentação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) que se refere à administração e prestação de contas, pois cada Estado era representado por um diligente deste órgão. Em Pernambuco, ainda havia o Serviço Social Agamenon Magalhães (SSAM), que estava ligado diretamente às ações de

promoção aos idosos nos Centros Social Urbano (CSU`s) e que também atendia as demandas da presidente Lea Leal.

As fontes do Diário da Manhã revelam a necessidade de investigação profunda da questão dos idosos em Pernambuco, que tem sobre o governo do governador Marco Maciel, um papel de proteção social dos idosos. Seja no interior ou em zonas urbanas, a figura do idosos sempre esteve associada à integração social, e a força das reivindicações dos médicos geriátricos para seus pacientes, com: visitações em bairros mais carentes, ampliação de campanha de vacinação, críticas a corrupção do Estado frente a aposentadoria e o descaso com a questão do envelhecimento, que vinha crescendo anualmente (As fontes do jornal Diário da Manhã ainda precisam ser checadas e analisadas)

Diário de Pernambuco teve sempre um perfil conservador dentro do cenário político brasileiro, motivo que justifica a falta de proximidade mais fervorosa com movimentos reivindicatórios. É sabido que o Diário de Pernambuco deu ampla cobertura aos governos militares, apoiando candidatos da extrema direita. Por outro lado, os recortes retirados do Diário de Pernambuco não apresentaram de forma ampla as ações pró-idosos, e deixaram de visualizar as ações dos programas sociais em Pernambuco. Sua cobertura, mesmo parcial, ainda revela inquietações e os "desdobramentos positivos" do dito ano do Idoso.

Busca-se realizar uma análise historiográfica sobre a representação da figura do Idoso no período de 1980 a 1985. A reflexão de cada fonte levará para o entendimento mais crítico da reportagem "Adote um Idoso", vinculada aos Centros Sociais Urbanos (CSU`s) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), além de se conectar com as falas de Simone de Beauvoir, Vicente de Paula Faleiros, Ecléa Bosi, e Dirceu Nogueira Guimarães. Sabe-se que a questão do idoso não se estende apenas no

envelhecimento biológico, porque existem dificuldades de inclusão social e a falta de concessões cabíveis no sistema de aposentadoria.

Compreendo o universo do idoso, haverá um momento de verificação da problemática exclusão do idoso, e contexto político/histórico da época, seja pela reabertura política ou por falta de trabalhos escritos sobre a temática na área de ciências humanas.

O sujeito histórico não se isola, ela faz parte da sociedade, recebendo influências da crise do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou da política de arrocho da Previdência Social. Por outro lado, a Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME) foi de grande impacto no Brasil, porque nesse período o movimento deontológico passou a questionar o abandono do idoso, levando inúmeras denúncias nos jornais da época. E é a análise dessas fontes que serão a chave para o entendimento da mentalidade social do mundo do trabalho e família.

No Brasil, a Lei Eloy Chaves marcou o início do sistema de aposentadoria, porém foi uma ação marcada pelo posicionamento operário contra o controle da elite nos ditos benefícios da questão da velhice, e da mão de obra barata nos anos de 1920[12]. Sem o posicionamento da classe operária não ocorreriam as primeiras mudanças. Ainda assim, a precariedade de vida apenas alargou a falta de coesão familiar, prejudicando a constituição de uma vida urbana feliz no decorrer dos anos de 1980. Já os

[12] Veja "A invenção social da velhice: ensaio 1º lutas civis e político sindicais. O idoso diante do Estado e da Sociedade Civil" de Dirceu Nogueira Magalhães. A Lei Eloy de Chave consolidou a luta por direitos à aposentadoria no Brasil, a partir da criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões a trabalhadores de empresa de ferrovias.

governos passam a ver as greves com maus olhos, buscando evitá-las e suprir os problemas provenientes das crises políticas e econômicas. Falar dos aspectos da pobreza, seja ela no meio urbano ou rural, reafirma que o problema da exclusão social não foi algo criado nos anos de 1980. O envelhecimento para a população mais marginalizada é mais dura, na medida em que, os sujeitos tendem a permanecer na carência de vida, sentindo com mais força a solidão e o exílio. Além disso, os idosos se sentem menosprezados, ameaçados também pelo perigo da violência simbólica (Perda de bens para seus filhos, abandonos, inclusão da solidão em asilos ou nas ruas). Algumas campanhas inscritas no Diário de Pernambuco apontam para campanhas de Centros Sociais Urbanos (CSU`s) fundada em estados brasileiros, que destacam o papel de abrigo e a situação de abandono dos idosos (Muitas vezes, os idosos permanecem nos abrigos e não recebiam visitas de seus parentes, marcando o aspecto de tristeza e solidão nesses lugares).

As campanhas pró-idosos mostram um outro lado do descaso, uma vez que a população mais carente não tinha recursos para a realização de consultas médicas básicas. Se faltou, por um lado, um maior alcance da função e papel do Estado no trato com a pobreza no Brasil, no outro, a geriatria apresentou um papel marcante nos estudos sobre o envelhecimento e no apelo para o escândalo da exclusão do idoso. Falar dessa situação de descaso no envelhecimento, de forma geral, guiou a pesquisa para um olhar mais crítico, especialmente para o contexto histórico do período de redemocratização política e volta às eleições diretas.

Nos anos de 1980, a política brasileira buscava solucionar a crise financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI), entretanto, a situação crítica da Previdência Social se tornou um dos impasses na resolução da problemática do FMI. A solução

dessa crise esteve vinculada a política de contenção de gastos públicos e no aumento da arrecadação do fundo previdenciário, causando conflito entre as classes médias e trabalhadoras. No entanto, setores empresariais e da economia tenderão a buscar soluções para além da privatização, sem mencionar o descaso com os trabalhadores, que com a política de arrocho da previdência, tiveram seus benefícios prejudicados.

Em 1982, no governo do presidente João Batista Figueiredo, houve o aumento de 10% da alíquota da previdência por decurso de prazo, estratégia adotada legalmente pela ditadura, que possibilitou a aprovação de leis em um tempo de 40 dias[13]. Essa estratégia, mediante o avanço da inflação, não beneficiou o trabalhador, que passou a transitar pelo perigo de ter uma velhice precoce e sem fundo de garantia de uma vida não ativa, significando uma futura estadia em asilos ou Santa Casa da Misericórdia.

[13] Veja FALEIROS, Vicente de Paula. Os conflitos no contexto do governo Figueiredo (1979 - 1984). In Previdência Social: Conflitos e consensos. 2003. As referências sobre a crise da Previdência nos anos de 1980 podem ser percebidas na escrita de Vicente de Paula Faleiros. Pela busca do aumento da arrecadação, firmou-se o teto de 20 salários mínimos (Lei 6.950/81) impondo a taxa de 80% aos produtos considerados supérfluos. De segurados na Previdência social tem a estimativa de 3 a 5%). Os trabalhos acadêmicos que estudam as políticas públicas para os idosos no Brasil se referem a partir do Estatuto do Idoso (2003)

2. Representação / exclusão do idoso

Imagem 1. Com carinho e assistência há integração dos idosos no lar

Envelhecer hoje em dia, além de uma realidade, é um processo de modificações que acontecem no campo biológico-fisiológico, mas também no campo psíquico e social. As modificações que surgem com o envelhecimento não atingem exclusivamente as funções do corpo, mas também as dimensões psíquicas e sociais.

Mas, talvez pior que em outros tempos, seja a rejeição da sociedade ao velho, encarando-o como um "fardo" aos olhos dos familiares.

"O amor é o começo da vida", diz o quadro na parede, mas também o fim

Fonte: Diário de Pernambuco,1980. Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=Idoso&p agfis=5844

No recorte "Com carinho e assistência há integração dos idosos no lar" aborda o aumento de instituições e casas de apoio ao idoso em 1980. Em contrapartida, existem contradições na própria reportagem sobre o abrigo lar doce lar, pois o envelhecimento não é um fator exclusivo do abandono, e muitos idosos se sentiam incomodados com a exibição de suas imagens ou associação de suas figuras com as de coitados, fracos e inválidos. Mesmo havendo o contato de amizades entre os indivíduos que residiam no abrigo, o idoso ainda apresentava dificuldade de interação, e se aproximava da solidão.

A sociedade sabe o que faz com os seus iguais, porque a própria economia observa os pré-aposentados como um fardo,

não dando um auxílio digno, impedindo a execução de atividades dos sujeitos que passavam por condições de desigualdade social. Embora que, como no exemplo da instituição geriátrica Lar Doce Lar, existiam espaços que acomodam os idosos, dando lazer e atividades terapêuticas. A experiência da gestora do abrigo mostra que os filhos podem cuidar de seus pais. Em momentos de aperto e dificuldade, Cléa Lúcia Costa aprendeu com as suas experiências familiares, e isso a inspirou a organizar o Lar Doce Lar. Claro, é evidente que na maioria dos abrigos e asilos existe a carência de ajuda governamental e o apoio das famílias dos idosos abandonados.

Simone de Beauvoir em "A velhice" apresenta alguns dos entraves dos idosos em sociedades capitalistas. Primeiro, tem o destaque do problema da solidão e habitações nas zonas urbanas. Quando os filhos se casam e decidem viver com os pais, sentem incômodo, porque não gostam de ouvir conselhos sobre suas vidas. Assim, acabam se mudando, deixando seus pais sozinhos. Em outras ocasiões, os próprios pais saem de casa, e acabam alugando uma casinha menor que possa pagar as contas e viver tranquilamente.

Destaca-se que as habitações urbanas, na maioria das vezes, não são planejadas para receber hóspedes com comodidades, dificultando o acesso e a saída dos sujeitos mais envelhecidos. Além disso, Simone de Beauvoir faz inúmeras críticas à situação financeira dos idosos, que mesmo recebendo algum auxílio do governo, não conseguia viver plenamente. Com pouco dinheiro sobrando, acabam gastando com vinhos, na esperança de conseguir algum momento de felicidade que permitisse apagar as lembranças da perda da função social no mercado de trabalho (SIMONE, BEAUVOIR. 1976).

Imagem 2. A experiência do velho deveria ser aproveitada pelos mais jovens, ao invés de asila-lo em abrigos, seja pobre ou rico.

Ano 1982/Edição 00032

Fonte: Diário de Pernambuco, 02 de Fevereiro de 1982. Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=Idoso&p agfis=40358.

A reportagem destacada acima foi escrita pela jornalista Fernanda de Oliveira. A autora entrevistou o médico geriatra Lúcio Lins, e fala da importância da escolha do ano de 1982 como o ano do idoso. A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou em Viena a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME), escolhendo como símbolo da temática Oscar Berge, um idoso de 80 anos, que tinha comodidade e andava de bengala. É possível verificar no recorte o estereótipo para o ancião. Será que os velhos eram tratados iguais em todas as extensões do planeta? A bengala ou cadeira de rodas não mostra a situação de cada idoso, seja em lugares desenvolvidos ou subdesenvolvidos. A visão geral da Assembleia Mundial sobre o

Envelhecimento (AME) não visualizou com totalidade os problemas dos idosos, embora que, cobrou das nações que realizassem ações para resguardar os velhinhos. Ainda assim, o idoso é visto como um ser próximo da invalidez, e por esse motivo, terminaram excluídos.

Considerações finais

No Brasil, o número de idosos cresceu de forma considerável, não acompanhando o desenvolvimento de políticas públicas efetivas no setor médico, assistencialista e da Previdência Social. E devido a isso, não é possível apresentar de forma coesa as ações de todos os Centros Sociais Urbanos (CSUs) no campo político e médico em Pernambuco, especificamente, devido a falta de atenção financeira e assistencialista do Estado para as casas geriátricas. Deve-se repensar o assistencialismo e as campanhas de conscientização de inclusão, na medida em que elas podem vitimizar ou não trazer de forma ampla todas as atividades coletivas desenvolvidas nos lares de apoio ao idoso. A violência, por sua vez, é desempenhada não apenas pelo Estado, pois mentalmente, a exclusão do idoso é um fator social que ocorreu ao longo do tempo na maioria das sociedades históricas. Por outro lado, é percebido que, dentro de algumas reportagens do Diário de Pernambuco, que o aumento de contribuições dos pensionistas não se equipara à situação dos trabalhadores de classe pobre, pois esses indivíduos terminavam a vida na Santa Casa da Misericórdia ou abandonado nas ruas.

Historicamente, o Estado se aproximou cada vez mais da ala empresarial, colocando em pauta mais as questões de produção e do capital, enquanto a camada assalariada que dependia de

auxílios públicos sofria. Foi preciso ter a ajuda de sociedades particulares ou da caridade para fundar as casas sociais de apoio nos bairros mais carentes, representadas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) ou outro órgão apto a reivindicar os direitos do idoso e do trabalhador. Essa situação é evidenciada no chamado "mito da velhice", onde atribui apenas à família o papel dos cuidados de seus idosos, enquanto não cobrou do Estado uma atividade mais eficiente no sistema previdenciário e em ações de políticas públicas.

A Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME) de 1982 expandiu o debate sobre os idosos, especialmente, através das denúncias de médicos e geriátricos. O plano internacional de ação adotado na primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME) estruturou as chamadas 66 recomendações, com destaque para as áreas da saúde e nutrição, proteção ao consumo idoso, moradia e meio ambiente, família, bem estar, Previdência Social, trabalho e educação.

O Brasil não esteve presente nesta assembleia, mas nacionalmente, percebe-se a ação de sociedades geriátricas e instituições filantrópicas no combate a descriminação do idoso. A exemplo disso, a Confederação Brasileira de Aposentados (COBAP) em 1984, ganhou muita visibilidade nas atividades de reivindicações aos idosos na Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Além da Confederação Brasileira de Aposentados (COBAP), haviam outros órgãos pró-idosos em atividade nos anos de 1960 e 1970. A Legião Brasileira de Assistência (LBA), sob a liderança de Lea Leal, desempenhou um trabalho no campo gerontológico, reafirmando a necessidade de assistência médica em regiões mais carentes do Brasil. Possivelmente, dentro das reuniões, sociedades gerontológicas, associações e dirigentes da Legião Brasileira de Assistência (LBA) objetivavam não apenas uma nova visão para o idoso, mas reivindicavam os direitos e o

conjunto de leis trabalhistas vigentes no Brasil. E apesar da representação negativa da imagem do idoso na sociedade capitalista, ainda houve inúmeros debates e conferências que discutiram uma maior inclusão desses sujeito

Referências

A.J.S. *Registro de fontes de periódicos em atividade nos anos 80*. Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Z6dJ2j8ude6NcuthFiOE3uD3rzm-TCD1hqPde0nbYf QQ/edit?usp=sharing.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

BEAUVOIR, Simone. *A velhice.* São Paulo: Editora Difel,1976.

CECÍLIA,Rodrigues Correa. *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade:* velhice e terceira idade São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2009.

CECÍLIA, Maria. *Violência contra idosos:* relevância para um velho problema. Disponível em:https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v19n3/15881.pdf. Acesso em: 18/07/2024

CECÍLIA, Maria. *Tendência de mortalidade por suicídio na população idosa brasileira, 1980-2006*. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/rsp/2012.v46n2/300-309/pt. Acesso em: 18/07/2024.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Companhia das Letras, 1998.

FALEIROS, V. P. Previdência social:Conflitos e consensos. *Ser Social (UnB)*, Brasília, v. 11, n.11, p. 29-74, 2003.

FERNANDES,Luciano. *O fenômeno de envelhecimento populacional no Brasil e a participação do serviço social*. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13799/13799.PDF. Acesso em 18/07/2024

NOGUEIRA,Dirceu. *A invenção social da velhice.* Rio de Janeiro: Editora Brasiliense,1989.

OLIVEIRA,Alexandre. *IPEA: política do idoso, velhas e novas questões*. Disponível em: file:///C:/Users/gilson/Downloads/Pol%C3%ADtica%20Nacional%20do%20Idoso_velhas%20e%20nov as%20quest%C3%B5es.PDF. Acesso em: 14/03/2018.

VARGAS, Renato. *Crescimento da população idosa no Brasil:* transformações e consequências na sociedade. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/nHbmHjV5dxc33xc5rVkW63j/# Acesso em: 18/07/2024

VIANA, Elizabete. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara KOOGON LTDA, 2013.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

O ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Auselita dos Santos Coelho Brito

Doutoranda em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.
Bolsista (FUPF)

Resumo
O presente texto reúne aspectos fundamentais acerca da educação e do ensino de história durante os acontecimentos do período da Ditadura Militar ocorrida no Brasil entre os anos de 1964 a 1985. Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida por meio de bibliografia e da contribuição de estudiosos nessa área de conhecimento. De tal forma, buscou-se discutir questões centrais do tema. Inicialmente foi realizado um breve contexto do período anterior ao Golpe de 1964 e também a partir da instauração do regime militar, com enfoque em analisar como funcionava o sistema educacional e evidenciando que a sua "longa duração" ainda se conecta com permanências do tempo presente. Além disso, foi realizado destaque para a importância de se examinar a ditadura pela ótica educacional, sobretudo da cultura escolar imersa no campo do componente curricular da História. No decorrer de todo texto, foram realizadas indicações acerca das transformações significativas e que tiveram impacto ao longo do regime militar a fim de relacionar com as interferências no próprio ensino e como tais aspectos estão interligados. Por fim, o texto se empenha em apresentar a relevância da construção do conhecimento ao retratar eventos marcantes da sociedade por meio do fomento ao diálogo que estão diretamente afetadas pelas formas como o ensino é materializado. De toda sorte, a pesquisa não se esgota neste espaço, pelo contrário, abre portas para que cada vez mais se produza e compartilhe o conhecimento atrelado aos instrumentos e metodologias e como estes sofrem mudanças significativas à medida que a sociedade, a política, a economia, dentre outros, também estão em mudança.
Palavras-Chave: Ensino. História. Ditadura Militar.

Introdução

Este estudo tem como objetivo principal investigar a trajetória escolar e a organização do ensino da disciplina de História ao longo do período da Ditadura Militar no Brasil, entre 1964 a 1985. A análise foi desenvolvida reconhecendo a complexidade e amplitude do tema, buscando dar destaque as questões emergentes, sobretudo trazendo as mudanças no cotidiano escolar e na atuação dos professores. Desse modo, a pesquisa concentrou-se em pontuar as práticas pedagógicas mais relevantes, particularmente aquelas ocorridas durante o regime militar, mas também levando em consideração as que antecederam o golpe de 1964. Nesse mesmo sentido, foi fundamental examinar os principais eventos políticos e sociais que se desenrolaram em decorrência do contexto autoritário.

Em uma análise sistêmica acerca do tema, é possível notar que há uma preocupação frequente com relação ao papel que tem desempenhado a História como disciplina escolar e isso diz muito sobre o "terreno controverso, habitado por disputas, interesses, consensos e dissensos teóricos e políticos" (Silva, Fonseca, 2010, p. 15). Em que pese, a definição inacabada de como de fato requer ser concebida a História, este texto buscou priorizar os sentidos que a priorizem de forma delimitada como um instrumento que possibilita a luta contra o esquecimento.

É justamente por isso que o contexto histórico não foi escolhido por acaso. Longe disso, acredita-se veemente que diante de um passado tão engenhoso possa se extrair um vasto campo de conhecimento e de (re)construção de uma série de práticas sociais. Como resultado da análise de diversas produções nesta área do ensino e da aprendizagem, nota-se que

> Os textos dos documentos curriculares "prescritos" são reveladores de objetivos, posições

> políticas, questões teóricas que configuram não apenas o papel formativo da História como disciplina escolar, mas também estratégias de construção/manipulação do conhecimento histórico escolar (Silva, Fonseca, 2010, p. 16).

Desse mesmo modo, reconhece-se que "o ausente negado, silenciado, disfarçado, se faz presente como ferida que impede os indivíduos e as coletividades de olharem para a frente" (RODEGHERO, 2012, p. 104). Isso significa que, examinar os currículos, os critérios e modos de organização e seleção curricular; determinados livros didáticos e paradidáticos, as metodologias e as práticas de ensino consideradas adequadas, críticas ou formativas, faz parte de uma série de medidas essenciais para não só compreender o passado, mas entender qual a nossa relação com esta época e como é possível superá-la.

Dito isso pontua-se que este trabalho estrutura-se em três tópicos sendo eles: "Contexto Histórico da Ditadura Militar", "Educação e Ensino de História: breve abordagem histórica", "Repercussão da Ditadura Militar e a ideologia implantada à disciplina História". Em um primeiro momento trazendo as principais nuances e acontecimentos que marcaram o regime militar. Em seguida, os marcos educacionais e dos estudos de história. E por fim abordando o contexto e o recorte temporal da ditadura, apresentando seus principais impactos e como a ideologia repressiva transformou a disciplina de história.

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado por meio de levantamento bibliográfico, no qual se buscou examinar documentos e produções publicadas sobre o tema, juntamente com os apontamentos de autores como Dermeval Saviani (2014), Circe Bittencourt (2008), Elza Nadai (1992) (2020), Motta (2021),

entre outros. Registre-se que o tema continua sendo extenso e inviável de se esgotar aqui, com isso é fundamental evidenciar que certamente existirão lacunas e que poderão ser preenchidas eventualmente em outra oportunidade.

1. Contexto histórico da Ditadura Militar

O ano de 1964 no Brasil, dentre muitos acontecimentos, foi marcado pela "vitória fulminante das forças conservadoras [...], um golpe de Estado depôs o presidente da República legalmente eleito e instaurou uma ditadura que durou quinze anos." (REIS, 2014, p. 7). A partir disso a sociedade passou a enfrentar o silêncio pelo medo da repressão, buscando resistir por diferentes caminhos em meio a falta de alternativas. Para que o governo militar ditatorial fosse instaurado a justificativa central derivou do "perigo vermelho", alimentando a ideia de que era necessário combater o comunismo. Não se torna objeto desta pesquisa, mas, naquela ocasião, é bastante questionável a força real do movimento esquerdista, sobretudo os planos de João Goulart para permitir uma revolução socialista. De qualquer modo, foram os militares que saíram como salvadores da pátria, e a partir disso se apropriaram deste discurso para remontarem o país com reformas e derrubada de direitos.

Para que o regime fosse legitimado, os responsáveis se preocuparam com as formalidades, o que explica a edição e promulgação de diversos atos institucionais e complementares no decorrer dos anos. Tais normativas ampliavam os poderes e prerrogativas do presidente, positivavam medidas severas de repressão, assegurando um estado de autoritarismo e terrorismo institucionalizado. Além da criação de leis, os decretos com força de Constituição permitiram juridicamente o uso de violências e das

ilegalidades pelo governo, sem que houvesse limitação. Com essa base, os militares conseguiram realizar perseguições e prisões de cidadãos, o afastamento de parlamentares, os expurgos do funcionalismo público, extinguir partidos políticos, estabelecer eleições indiretas, dentre uma série de medidas, com o evidente intuito de afastar qualquer tentativa de oposição ao regime.

A articulação entre empresários e militares demonstra que foram utilizadas suas forças não apenas para levantar a bandeira anticomunista, mas com o nítido oportunismo de fortalecer o negócio e a industrialização. Conforme ensina Saviani (2008), uma vez vencedor o lado das forças socioeconômicas dominantes, isso resultou na adequação da ideologia política ao modelo econômico. Para tanto a consumação da ruptura política e o poder centralizado por mais de vinte anos deixou um legado oneroso, não só do ponto de vista ideológico, mas financeiro também. O "milagre econômico" que tanto se vangloriavam, ao passo que representava o ponto alto do desenvolvimento econômico, também revelou um cenário gravíssimo de desigualdades, concentração de renda, aumento da dívida externa e da inflação nas décadas posteriores.

Por fim, ao analisar a história da ditadura, não se pode deixar de comentar o tema destaque, isto é, as violências, que para muitos, foram "proporcionais" e necessárias. Conforme, Rodrigo Patto Sá Motta (2021, p. 179) "[...] a ditadura investiu na ampliação das instituições repressivas à disposição do Estado, fosse por imaginar que no futuro a ameaça esquerdista poderia voltar, fosse para garantir a continuidade dos militares à frente do poder em qualquer circunstância". Isso explica o porquê da abrangência dos aparatos repressivos e também o aumento do controle exercido pelas Forças Armadas em atividades e organizações que até então não representavam nenhuma ameaça a vigência do regime. Como resultado dessas iniciativas

havia um forte trabalho voltado para a busca de informações, para censurar as manifestações artísticas, reprimir os meios de comunicação, e assim por diante, até chegar no controle do ensino, na substituição da disciplina de história e geografia por Estudos Sociais, na vigilância do comportamento estudantil, nas práticas de fomento ao patriotismo exacerbado, entre outros.

2. Educação e ensino de História: breve abordagem

Após analisar os principais aspectos da Ditadura Militar no Brasil, é imprescindível averiguar a trajetória particular do ensino da disciplina de história para que se amplie a compreensão acerca do tema. Nesse contexto, em conformidade aos ensinamentos de Circe Bittencourt (2008, p. 59), "a História, enquanto disciplina escolar, possui uma longa história, permeada de conflitos e controvérsias na elaboração de seus conteúdos e métodos". Isso diz muito sobre o cuidado em apresentar um recorte específico sobre a disciplina sem deixar de lado também uma abordagem acerca da sua "longa duração". É notório que o passado é carregado de elementos significativos capazes não só de facilitar a compreensão como também de permiti-la. Isso claramente é o que ocorre ao trabalhar o ensino da disciplina de história durante o regime militar.

Partindo desse pressuposto, o estudo do contexto brasileiro, identifica como primeiro ponto de destaque os registros sobre o ensino de História após a chegada dos portugueses. A educação que vem a ser institucionalizada abre portas para grandes mudanças na própria organização social vivenciada pelos povos originários. As medidas que são implementadas surgem como impasse ao trabalho manual, difundem ideologias

diversificadas e terminam submetendo a massa aos interesses de determinados setores dominantes.

Inicialmente as questões relativas a educação eram de responsabilidade dos jesuítas, por meio da Companhia de Jesus, cuja tarefa principal era a de catequização. A pedagogia de cunho estritamente religioso foi marcada pelo ensino e a instrução com base em princípios missionários de evangelização. Desse modo, os jesuítas

> [...] fundaram colégios e organizaram uma série de missões religiosas que ensinavam as primeiras letras aos índios e aos filhos de colonos. O ensino era reservado apenas às classes dominantes que, após os primeiros estudos com os jesuítas, seguia para a Europa a fim de completar sua formação. Aqueles que se dedicavam à vida religiosa estudavam teologia e filosofia nos seminários. Para os negros e homens livres pobres, entretanto, não havia lugar nas escolas (NEMI; MARTINS, 1996, p. 14).

Com a chegada do Marquês de Pombal, um período de transição, marcando a educação pelas conhecidas "Aulas Régias", ocorridas de 1759 a 1827, durante o período pombalino, instituídas através do Decreto de 28 de junho de 1759. Essa organização fazia parte de uma política estrategista que relacionava os reinos de Portugal e o Brasil, inspirado também pelos ideais do Iluminismo, ficou caracterizado, pela primeira vez, a tentativa de fixar um sistema educacional cuja responsabilidade fosse do poder estatal. Para Saviani (2008) esse esforço em consolidar um ensino público ficou mais definido entre os anos de

1827 a 1890, quando se tentava firmar a educação como atribuição do governo imperial e dos representantes nas províncias. Ocorre que, apenas em 1890 é que encontramos a etapa da escola pública propriamente dita, a partir do estabelecimento dos grupos escolares.

A organização dessa nova forma de ensino vai ser reforçada no período do Imperial, inclusive com a própria normativa da Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, em seu artigo 179, inciso XXXII, quando estabelece que "a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos". Apesar de tal fato caracterizar avanços, não se pode deixar de evidenciar que a intenção de sistematizar e expandir o acesso à educação para uma maior parte da população, na prática, não teve a eficácia esperada.

Ao longo do tempo e com as diversas reformas implementadas pela República, foi possível observar mudanças mais profundas no campo educacional. Com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento dos estados e do país, surgiram os grupos escolares. A implementação dessa organização no estado de São Paulo teve início em 1893, e, embora de forma lenta, foi se expandindo para outros estados. Nesse contexto, Souza é enfática ao afirmar que

> nesse processo, a construção de uma representação exaltadora das vantagens dos grupos escolares, considerando-os escolas modelares, ocorreu sobre uma representação negativa das escolas isoladas e escolas reunidas. As primeiras como representantes do passado e as segundas como uma modalidade transitória, ambas medíocres e fadadas ao desaparecimento. (SOUZA, 2014, p. 105)

Isso significa que, os grupos escolares passaram a representar um novo modelo de organização da escola primária durante o período da República no Brasil.

A organização do ensino primário destacava-se por ser estruturada em quatro anos, abrangendo uma série de disciplinas que buscavam atender aos princípios da educação integral: física, intelectual e moral. Segundo Souza (2014, p.109), "por volta da metade do século XX, os grupos escolares haviam se tornado a principal forma de escola primária no Brasil, acompanhando o processo de urbanização e a expansão do ensino público". No entanto, nas áreas rurais e nos bairros periféricos, ainda predominavam as escolas isoladas, que geralmente funcionavam na casa do professor, com uma única sala e alunos de diferentes idades e níveis de aprendizado.

Com o passar dos anos nota-se que a educação brasileira, entre os anos de 1950 e 1960 esteve marcada por intensos debates, e isso se dava em razão do progresso dos movimentos sociais que vinham trazendo propostas de diversos intelectuais os quais acreditavam na criação de um sistema de ensino mais democrático e acessível, com o objetivo de formar cidadãos conscientes de seus direitos na sociedade. Desse modo, pode-se destacar que educadores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, entre outros, defendiam uma escola pública, gratuita e laica, em contraste com a proposta privatista defendida por outros, como o caso do deputado liberal Carlos Lacerda. Contudo, apesar das várias manifestações em apoio a esses ideais no país, a aprovação da LDB 4.024/61 acabou consagrando os interesses privatistas, indo contra as propostas desses educadores.

Com o Golpe de 1964 no Brasil, a educação não foi poupada das diversas reformas implementadas por meio de decretos, leis e atos institucionais, que visavam consolidar o projeto do

governo de implementar um modelo econômico industrial. Como destaca Bittencourt (2008, p. 60), o ensino de História sempre esteve presente nas escolas primárias brasileiras. Embora houvesse uma lacuna entre as propostas e sua aplicação nas salas de aula, a memorização se tornou a principal estratégia de aprendizagem por um longo período, sendo vista como a habilidade essencial para o sucesso escolar. Essa abordagem continuou a ser promovida durante a ditadura, reforçando a ideia de que "saber história" significava simplesmente dominar um grande número de informações, sem que houvesse uma verdadeira discussão sobre os eventos nacionais.

3. Repercussão da Ditadura Militar e a ideologia implantada à disciplina História

Nas palavras do historiador Daniel Aarão (2000, p. 7),

> Quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar no Brasil nos dias de hoje. Contam-se nos dedos aqueles que se dispõem a defender as opções que levaram à sua instauração e consolidação. Até mesmo personalidades que se projetaram à sua sombra e que devem a ela a sorte, o poder e a riqueza que possuem, não estão dispostas, salvo exceções, a acorrer em sua defesa.

Dentre os inúmeros símbolos que o regime pode representar, certamente a sua faceta negativa é o que vem reverberando atualmente após transcorridos mais de sessenta anos desde a sua instauração no Brasil. Contudo, diante das diversas formas de construção e reconstrução da memória, é fundamental

atentar-se as entrelinhas dos discursos e dos silêncios reveladores. Associar um contexto histórico aos militares como "únicos responsáveis" pela sua instituição e manutenção, e também como únicos a defende-lo nos tempos atuais, esconde o quanto outros grupos, como os civis e especialmente a elites dominante foram beneficiadas pelas políticas implantadas, herdando os frutos do poder e da riqueza.

Nesse sentido, o artigo se propõe a destacar a importância do ensino de história, sobretudo diante da sua função esclarecedora dos acontecimentos sociais. Em buscar trazer conhecimento, a pesquisa se divide em evidenciar o papel imprescindível da disciplina durante a ditadura trazendo aspectos relevantes das alterações sofrida no componente curricular. Além disso, trazer os reflexos posteriores ao fim do regime autoritário, visto que são inegáveis os traços de sua permanência no período de redemocratização e os efeitos no ensino de história. Isso significa que, o golpe que depôs o presidente João Goulart em 1964 e os fatos que daí sucederam têm muito mais a revelar, especialmente quando se trata do contexto educacional, com a intensão de consolidar os estudos, foi importante iniciar com um apanhado sobre os principais acontecimentos que marcaram o recorte temporal escolhido.

Há de se registrar que, o regime implantado conduziu a um governo autoritário marcado pela repressão a opositores políticos, censura à imprensa, controle do cotidiano por meio de instrumentos de disciplinas, e, sem exceção, intervenções no campo da educação. Este contexto político permitiu que as escolas, em especial a disciplina de História, fossem moldadas de acordo com os interesses das forças comandantes do regime, com a intenção de instituir uma visão de mundo que em tese seria favorável à ordem e à segurança. Ocorre que, por trás desses discursos, a sociedade foi vítima da violência em

indetermináveis escalas, desde o combate físico da tortura até a restrição de qualquer mínima vontade de expressão no interior das salas de aula.

A introdução de novas disciplinas e o novo sistema de ensino indicavam que para preservar a ordem socioeconômica e afastar os interesses populares, a ditadura iria organizar suas ações ideológicas por todos os setores da sociedade. Conforme assinala Saviani (2008) o planejamento para alinhar o vetor do desenvolvimento econômico, passou a considerar importante estruturar investimentos em torno do ensino com o intuito de fortalecer a política educacional do país e por consequência, ser mais um instrumento que assegurasse o aumento da produtividade e da renda do país.

Dessa forma, torna-se crucial revisar as realizações da ditadura militar pondo em destaque o ensino de história no âmbito educacional brasileiro. Conforme indicam os estudos de Elza Nadai (1992), o ensino de História atravessa um período de crise, e a razão disso, a autora atribui a situação de desajustes entre as diversas e complexas demandas sociais, enquanto a instituição escolar não consegue atendê-las de maneira eficaz e coerente. No entanto, é importante entender o contexto da produção da História escolar para identificar as relações entre os diferentes elementos da disciplina (Bittencourt, 2008). Assim, a análise de seus aspectos durante a ditadura militar busca oferecer fundamentos para compreender a continuidade de práticas "tradicionais".

Além disso, para Marcelo Ridenti (2014) o regime militar, embora jamais tenha se assumido explicitamente como uma ditadura, foi, na melhor das hipóteses, uma "democracia relativa". Isso se deve ao esforço constante de manter uma aparência de democracia, apesar das inúmeras violações aos direitos humanos em vários setores. Como resultado, observa-se que,

durante grande parte desse período, o Congresso Nacional seguiu funcionando, embora tenha enfrentado crises, com cassações de mandatos, deposições de parlamentares, a imposição do bipartidarismo e até o fechamento temporário.

Em todo caso, conforme D'Araújo e Joffily (2020), não é possível determinar com precisão qual foi o problema mais grave, se de ordem econômica ou política, nem como ambos se influenciaram. O que se pode afirmar é que, em 1964, o desfecho foi o golpe militar, que provocou profundas transformações em toda a sociedade. Nesse cenário, o ensino de História na educação básica brasileira não ficou imune, sendo um dos temas centrais nos debates e nas disputas políticas e teóricas, especialmente no contexto das resistências à política educacional do regime autoritário recém estabelecido.

Para Saviani (2008, p. 13) o movimento militar representou um impulso para que se pudesse refletir

> [...] sobre o estado do conhecimento histórico e do debate pedagógico, bem como combater a disciplina "Estudos Sociais" e a desvalorização da História, os currículos fragmentados, a formação de professores em Licenciaturas Curtas e os conteúdos dos livros didáticos difundidos naquele momento, processo articulado às lutas contra as políticas de precarização da profissão docente.

Assim, é evidente que, com o objetivo de alcançar o tão desejado progresso econômico pelas Forças Armadas no poder, iniciou-se um processo de reestruturação do sistema educacional no Brasil (Saviani, 2014, p. 40). Em essência, começou-se a buscar a consolidação de um projeto governamental focado na implementação de um modelo econômico industrial. Na prática, as

medidas adotadas visavam aumentar o nível educacional da população, sem, no entanto, afetar a busca pelo ensino superior. O resultado desse processo foi o estímulo e os investimentos no ensino técnico e profissionalizante.

Assim, à medida que a educação se torna mais importante, cresce também a necessidade de exercer um maior controle sobre o sistema educacional. O ponto crítico está no papel não apenas do ensino de história, mas da educação como um todo, que passa a ser vista como uma instituição encarregada de formar mão de obra para o setor industrial. É nesse contexto que fica claro o afastamento da construção do saber de forma crítica e dialógica, com a consolidação de métodos de ensino que não estimulavam discussões ou questionamentos.

Um dos principais aspectos introduzidos foi o Decreto-Lei nº 869/1969, que tornou obrigatória a inclusão da Educação Moral e Cívica nos currículos escolares do 1º e 2º graus (atualmente Ensino Fundamental e Médio). Essa medida tinha o objetivo de influenciar o comportamento dos estudantes, incentivando o patriotismo e o civismo dentro do contexto político da época. Também foi incorporada a disciplina OSPB (Organização Social e Política Brasileira), que visava reforçar o nacionalismo e o civismo, alinhando-se com a política autoritária do governo. Esses conteúdos eram transmitidos por meio dos livros didáticos e só foram removidos com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Assim, foi estabelecida a reforma do ensino de 1º e 2º graus por meio da Lei nº 5.592/71, na qual o antigo ensino primário e ginásio passaram a ser denominados 1º grau e 2º grau, respectivamente. Com isso, a educação profissionalizante foi efetivamente implementada, com foco na preparação dos alunos para o mercado de trabalho, priorizando a formação técnica. Além disso, as reformas educacionais também resultaram na

criação da disciplina de Estudos Sociais, substituindo as matérias de História e Geografia nos currículos das escolas.

Assim, desde o século XIX até o final do Regime Militar, é claro que "o espírito cívico-patriótico deveria atravessar todas as disciplinas e estar presente em todas as atividades escolares" (Souza, 2014, p. 121). Dessa forma,

> a situação educacional configurada a partir das reformas instituídas pela ditadura militar logo se tornou alvo da crítica dos educadores, que crescentemente se organizavam em associações de diferentes tipos, processo esse que se iniciou em meados da década de 1970 e se intensificou ao longo dos anos de 1980 (SAVIANI, 2014, p. 43).

Foi nesse contexto que aumentaram consideravelmente as preocupações em torno da busca por uma escola pública de qualidade, acessível a todos, e que também atendesse a aspectos econômicos e corporativos ligados à educação. A proposta era reformar completamente a estrutura educacional, embora fosse essencial que mudanças legislativas acompanhassem esse processo. De forma gradual, essa transformação só se concretizou com o fim da ditadura e a instalação da chamada Nova República, especialmente com a promulgação da Constituição de 1988, que garantiu uma série de direitos, como o ensino público gratuito em todos os níveis, a obrigatoriedade de acesso à educação como um direito fundamental, a autonomia das universidades, entre outros. Como resultado, foi elaborada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, unificando toda a legislação educacional sob uma única lei infraconstitucional.

Considerações Finais

Este texto teve como objetivo esclarecer as principais questões relacionadas ao ensino de história no período da Ditadura Militar, iniciado após o Golpe de 1964. Discutir e registrar os conteúdos apresentados neste trabalho, representa uma oportunidade de compartilhar o conhecimento e as experiências de um período tão complexo. Em um contexto marcado por disputas de interpretações históricas e por um cenário de contradições, onde discursos negacionistas são utilizados para criar versões distorcidas da ditadura e suas consequências, é fundamental repensar o papel da História.

Com base nesses elementos, o estudo manteve sua proposta em explorar e integrar temas essenciais, que não se limitam a um único foco, mas buscam abrir espaço para um debate amplo sobre o ensino durante a Ditadura Militar. Nesse sentido, fica evidente que o intuito é provocar a reflexão e ampliar a consciência sobre os eventos dessa época, visando conscientizar o público sobre a importância de não repetir os erros do passado.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história:* fundamentos e métodos. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

D'ARAÚJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização***.** Quarta República (1964-1985), coleção o Brasil republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes:* O golpe de 1964 e a ditadura militar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar,2021.

NADAI, Elza. *O ensino de história no Brasil*: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992.

NEMI, Ana Lúcia L.; MARTINS, João Carlos. *Didática de História:* o tempo vivido: uma outra história? São Paulo: FTD, 1996.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil:* do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014.

RIDENTI, Marcelo. *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODEGHERO, Carla S. MONTENEGRO, Antônio T. ARAÚJO, Maria Paula (org.) *Marcas da Memória:* História Oral da Anistia no Brasil. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2012.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*, v. 28, p. 291-312, 2008.

SAVIANI, Demerval**.** *O legado educacional do século XX no Brasil.* 3.ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista brasileira de história*, v. 30, p. 13-33, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de: Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Demerval (org.) *O legado educacional do século XX no Brasil.* 3.ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O RECONHECIMENTO DO PORTUGUÊS COMO UMA DAS LÍNGUAS OFICIAIS DA ONU

Carlos Souza de Jesus
Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.
Bolsista CAPES.
carlos-souza@hotmail.com

Resumo
A língua portuguesa, falada por mais de 260 milhões de pessoas e idioma oficial de nove países, desempenha um papel central na comunicação global, promoção de intercâmbios culturais e fortalecimento de laços históricos e econômicos. Apesar de sua relevância, o português ainda não é reconhecido como língua oficial da Organização das Nações Unidas (ONU). Este artigo analisa os desafios e possibilidades para a inclusão do português, investigando os fatores que influenciam esse processo, as estratégias adotadas pelos países lusófonos, e as perspectivas para o futuro. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental, buscando contribuir para o debate sobre a importância do reconhecimento do português na ONU e seus benefícios para a comunidade lusófona e para a diversidade linguística global. Para tanto, o estudo será conduzido à luz da História do Tempo Presente e da Nova História Política, compreendendo a complexidade das forças que moldam o cenário linguístico e geopolítico contemporâneo.
Palavras-chave: Língua Portuguesa, ONU, Geopolítica Linguística.

Introdução

A importância da língua portuguesa no mundo contemporâneo é inegável. Ela transcende a mera função de

comunicação, atuando como um poderoso símbolo de identidade cultural, uma ferramenta essencial de integração social e um veículo de influência política global. Historicamente, o português tem servido como um elo entre diferentes povos e nações, desempenhando um papel importante na expansão marítima europeia e nos primeiros movimentos de globalização (Palmeira, 2012). A análise da relevância do idioma deve, portanto, ser feita a partir de três pilares principais: cultura, economia e política.

Entender essa complexa dinâmica, no entanto, exige uma abordagem que dialogue com a História do Tempo Presente e a Nova História Política, permitindo uma análise aprofundada das forças em jogo e das disputas discursivas que moldam o cenário linguístico e geopolítico contemporâneo. Como destaca Ferreira (2000), A História do Tempo Presente, ao voltar-se para a análise dos processos em curso, coloca em evidência a importância de compreender as dinâmicas de poder, as disputas de memória e as narrativas em construção que moldam o cenário político e social do presente, oferecendo instrumentos para a análise crítica dos desafios e possibilidades que se apresentam.

Culturalmente, o português está profundamente enraizado nas tradições, na literatura e na música dos países lusófonos, servindo como um importante veículo de expressão artística e de afirmação da identidade nacional. A língua portuguesa carrega consigo a história e as experiências de seus falantes e também um vasto repertório de produção cultural que ultrapassa fronteiras e se expande para além dos territórios onde o idioma é oficialmente falado. A Nova História Política nos permite analisar como a língua portuguesa, em sua dimensão cultural, é moldada e utilizada em lutas de poder e na construção de identidades coletivas.

Para melhor compreender essa abordagem, cabe destacar que, como nos lembra Barros (2005), redesenhada desta

maneira, os objetos da História Política são todos aqueles que se mostram atravessados pela noção de 'poder' em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade.

Economicamente, a língua portuguesa tem se mostrado cada vez mais relevante, acompanhando o crescimento de economias emergentes como o Brasil e Angola. O idioma facilita as relações comerciais entre os países lusófonos e outras nações, especialmente em setores estratégicos como energia, agricultura, mineração e tecnologia, impulsionando a internacionalização das empresas e fomentando o desenvolvimento econômico. A História do Tempo Presente nos permite analisar como as dinâmicas econômicas contemporâneas, como a globalização e o surgimento de novos centros de poder, influenciam o papel da língua portuguesa no comércio internacional.

Politicamente, a relevância do português tem crescido significativamente nos últimos anos, principalmente no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta organização, fundada em 1996, tem trabalhado incansavelmente na promoção e defesa da língua como um instrumento de cooperação internacional e de fortalecimento das relações entre os países lusófonos (Oliveira, 2013). A Nova História Política nos auxilia a compreender como a CPLP utiliza a língua portuguesa como um instrumento de poder para alcançar seus objetivos políticos e diplomáticos.

Diante desse cenário, a ausência do português como língua oficial na Organização das Nações Unidas (ONU) é vista por muitos como um paradoxo e um obstáculo para a plena participação dos países lusófonos nas discussões e decisões globais. Enquanto outras línguas com menos falantes, como o francês e o russo, já desfrutam desse status oficial, o português ainda não

conquistou esse reconhecimento, gerando consequências para a comunidade lusófona. A falta de representação linguística na ONU limita o acesso dos países de língua portuguesa a importantes documentos e debates internacionais, além de enfraquecer a influência política desses países no cenário global (Reto; Esperança; Machado, 2012).

Este artigo tem como objetivo principal analisar os desafios e as possibilidades para o reconhecimento do português como uma das línguas oficiais da ONU, investigando as estratégias adotadas pela CPLP para alcançar essa meta, os papéis de liderança desempenhados por Brasil e Portugal e os fatores que impulsionam ou dificultam esse reconhecimento. Para tanto, a análise se valerá das ferramentas teóricas e metodológicas da História do Tempo Presente e da Nova História Política, buscando compreender a complexidade das dinâmicas de poder e as disputas discursivas que moldam o cenário linguístico e geopolítico contemporâneo.

A Língua Portuguesa no Cenário Internacional: História e Geopolítica

A história da língua portuguesa remonta às suas origens no latim vulgar falado na Península Ibérica. Com o declínio do Império Romano, o latim vulgar começou a se diversificar, dando origem às diversas línguas românicas. Entre elas, surge o galego-português, que se desenvolveu nas regiões que hoje correspondem ao norte de Portugal e à Galícia, na Espanha (Galito, 2019). Esse processo de formação linguística, como nos ensina a Nova História Política, não é simplesmente um evento casual,

mas resultado de relações de poder, de disputas territoriais e de identidades em construção.

Albernaz (2011) argumenta tratar do fenômeno político como objeto do saber científico é uma tarefa por si espinhosa. Sobretudo, quando diferentes campos reivindicam o objeto em questão, aflorando antagonismos, distorções, elasticidade teórica e conceitual, ou ainda, a duplicidade e sobreposição das agendas de pesquisa pela superficialidade do diálogo e pela defesa de territórios e fronteiras.

O desenvolvimento do galego-português foi influenciado por eventos políticos, como a independência do Reino de Portugal em 1139, e por manifestações culturais, como as cantigas de trovadores. A partir do século XIV, o processo de diferenciação entre galego e português foi acelerado pelas mudanças políticas na Península Ibérica, com a ascensão do castelhano como língua dominante na Galícia e a consolidação do português como língua nacional em Portugal (Saraiva, 2019).

A expansão do português para além das fronteiras da Europa foi impulsionada pelas Grandes Navegações, nos séculos XV e XVI. A chegada dos navegadores portugueses à costa da África, à Índia, ao sudeste asiático e, especialmente, às terras que seriam o Brasil em 1500, representou o início de um processo de colonização e de intercâmbio cultural que moldou a expansão da língua (Galito, 2019). É importante, contudo, analisar essa expansão à luz da História do Tempo Presente, reconhecendo os legados do colonialismo e as disputas contemporâneas em torno da identidade e da representação. Nesse sentido, Falcon (1992) destaca que “a imposição linguística frequentemente gera tensões entre identidades locais e discursos globais, criando espaços de negociação e resistência cultural que perduram por gerações”.

No contexto contemporâneo, a língua portuguesa continua a evoluir e a adaptar-se aos novos desafios e oportunidades trazidos pela era digital e pela globalização. A internet e as redes sociais têm desempenhado um papel importante na unificação e, ao mesmo tempo, na diversificação do português. Essa dinâmica, observada sob a ótica da Nova História Política, revela como as novas tecnologias reconfiguram as relações de poder e as disputas em torno da língua no século XXI.

A língua portuguesa ocupa um lugar de destaque no mundo contemporâneo, não só por sua relevância histórica, mas por sua crescente influência cultural, econômica e política (Silva Gordino, 2019). No campo cultural, a língua portuguesa continua a ser um poderoso instrumento de expressão artística e literária. Países como Brasil, Portugal e Angola têm uma rica produção cultural em áreas como a música, o cinema e a literatura, que são amplamente consumidos em todo o mundo.

Do ponto de vista econômico, a língua portuguesa também possui grande relevância, especialmente devido ao crescimento de economias emergentes como o Brasil e Angola. O Brasil, sendo a maior economia de língua portuguesa, impacta na projeção do português como uma língua de negócios e comércio (Silva Gordino, 2019).

Politicamente, a língua portuguesa também tem uma presença crescente em fóruns internacionais. A CPLP é um exemplo de como o idioma pode ser utilizado como uma ferramenta de diplomacia e cooperação internacional. No entanto, apesar da sua relevância, o português ainda enfrenta desafios no reconhecimento oficial em algumas organizações internacionais, como a ONU, onde não é uma das línguas oficiais (Amato; Militão, 2021). A História do Tempo Presente nos convida a analisar esse cenário, reconhecendo as dinâmicas de poder em jogo e os esforços dos países lusófonos para superar essa barreira.

A CPLP: Estrutura e Estratégias para o Reconhecimento do Português

A CPLP, criada em 1996, é uma organização intergovernamental composta por nove Estados-membros que compartilham a língua portuguesa como idioma oficial. Sua estrutura é composta por três órgãos principais: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros e o Secretariado Executivo (Silva, 2020). A Nova História Política nos permite analisar como a CPLP, enquanto ator político, utiliza a língua portuguesa como um instrumento para promover seus interesses e construir uma identidade coletiva.

A CPLP desempenha um papel relevante na diplomacia internacional, funcionando como um mecanismo de articulação política e de promoção da paz, democracia e direitos humanos, além de intensificar a cooperação em diversas áreas, como educação, saúde e economia (CPLP, 2019). A História do Tempo Presente nos ajuda a compreender o contexto em que a CPLP atua, marcado por desafios globais como a pandemia de COVID-19, as mudanças climáticas e as crises econômicas.

Um dos principais objetivos da CPLP é a promoção e difusão da língua portuguesa. A organização tem se dedicado a promover iniciativas de cooperação em áreas econômicas e sociais, com o intuito de estreitar os laços entre seus membros e buscar o desenvolvimento sustentável (Castro, 2020). Um exemplo significativo é o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral (PEC-M), que organiza as principais áreas de cooperação entre os países da comunidade, com destaque para a saúde, segurança alimentar e nutricional, e a governança (Pereira, 2022).

A mobilidade e migração entre os países membros da CPLP são questões de extrema relevância, especialmente considerando a ampla diáspora lusófona e os fluxos migratórios que

ocorrem tanto entre os países membros quanto para fora da comunidade. A CPLP tem se esforçado para criar mecanismos que facilitem a mobilidade e a integração de cidadãos lusófonos, por meio de acordos de vistos e políticas de imigração, através da promoção da mobilidade acadêmica e profissional (Souza, 2021). Essa questão da mobilidade, analisada à luz da Nova História Política, revela como o poder político influencia os fluxos migratórios e as políticas de integração, moldando as identidades e as relações entre os países lusófonos.

A CPLP compreende que a língua portuguesa é uma ferramenta poderosa para a inclusão social e a construção de identidade. A partir desse entendimento, a CPLP tem incentivado programas voltados para o fortalecimento da língua portuguesa em áreas rurais e menos favorecidas, garantindo que o idioma seja acessível a todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica (Stella; Santos; Pinheiro Filho, 2023).

A CPLP se posiciona como um ator facilitador, promovendo parcerias e convênios com instituições de ensino ao redor do mundo, incentivando a troca de conhecimentos e a valorização do português como uma língua de cultura e negócios (Spring, 2022). Além disso, a CPLP tem incentivado a criação de cátedras e centros de estudos da língua portuguesa em universidades estrangeiras, fomentando o estudo acadêmico e científico do idioma e das culturas dos países lusófonos (Almeida, 2022).

Brasil e Portugal: Protagonistas da Campanha

No cenário internacional, o Brasil se destaca por sua participação ativa em organizações multilaterais, nas quais busca

consolidar o português como língua de trabalho e comunicação. A atuação do país na CPLP é evidente nesse sentido, ao colaborar com projetos que incentivam o ensino do português e promovem a diversidade linguística e cultural entre os países lusófonos (Martins; Silva; Coelho, 2020). A Nova História Política nos permite analisar como o Brasil, enquanto potência regional, utiliza a língua portuguesa como um instrumento de projeção de poder e influência na América Latina e em outras regiões do mundo.

O Brasil investe na promoção da língua portuguesa através de suas embaixadas e consulados em diversos países. O trabalho das representações diplomáticas brasileiras inclui a oferta de cursos de português e a organização de eventos culturais que apresentam a literatura, a música, o cinema e outras manifestações artísticas brasileiras (Evaristo, 2022). A História do Tempo Presente nos ajuda a compreender como a cultura brasileira, em suas diversas manifestações, se tornou um importante vetor de soft power, contribuindo para a promoção da língua portuguesa em escala global.

No contexto da educação, o Brasil desenvolve e apoia políticas voltadas para o ensino do português como língua estrangeira, fornecendo material didático, treinamento para professores e desenvolvendo programas de intercâmbio que incentivam o aprendizado do idioma (Machado, 2013).

A indústria cultural brasileira exerce, igualmente, um papel decisivo na promoção do português. A música brasileira, que inclui gêneros como a bossa nova, o samba e o sertanejo, é reconhecida mundialmente e atrai ouvintes de todas as partes do mundo, criando um interesse natural pela língua portuguesa (Santos, 2020).

Como país de origem da língua, Portugal assume uma responsabilidade histórica e cultural de fomentar a sua

valorização e projeção global. Essa missão está intrinsecamente ligada ao seu legado colonial, à sua política externa e à cooperação internacional com os países de língua portuguesa, integrando ações tanto de caráter diplomático quanto educacional e cultural (Mendes, 2018). A Nova História Política nos permite analisar como Portugal, através de sua diplomacia e de suas instituições culturais, busca preservar e promover o português como um idioma de prestígio no cenário internacional.

A promoção da língua é vista como um vetor de aproximação cultural e econômica, incentivando o intercâmbio entre povos e ampliando as possibilidades de parcerias estratégicas. A diplomacia portuguesa, nesse sentido, tem investido em iniciativas que destacam o português como uma língua de comunicação internacional, com especial atenção às dinâmicas culturais e educacionais (Martins, 2019).

No âmbito europeu, Portugal tem se destacado como uma das principais vozes em defesa do multilinguismo e da valorização das línguas nacionais dentro da União Europeia (UE). A inclusão do português como uma das línguas oficiais da UE é uma conquista que Portugal utiliza para ampliar a visibilidade do idioma no contexto político e administrativo do bloco (Oliveira, 2015).

A cooperação entre Brasil e Portugal para a internacionalização da língua portuguesa é um exemplo poderoso de como culturas irmãs podem se unir para ampliar a relevância de um idioma no cenário global. Unidos por uma história compartilhada e por laços linguísticos, esses dois países têm desenvolvido esforços conjuntos para projetar o português como uma língua de diálogo, conhecimento e integração (Martins; Silva; Coelho, 2020). A História do Tempo Presente nos convida a analisar essa cooperação, reconhecendo os desafios e as

oportunidades que se apresentam nesse esforço conjunto para promover o português em um mundo globalizado.

Um dos aspectos mais significativos dessa parceria é o reconhecimento mútuo do potencial que cada país oferece para a expansão da língua em diferentes regiões do mundo. A colaboração em projetos educacionais, atuação conjunta em organismos internacionais e a cultura são pilares dessa cooperação.

Apesar disso, essa cooperação não está isenta de desafios, como as diferenças regionais e variações linguísticas, a implementação do Acordo Ortográfico e a presença do português em um mundo cada vez mais digitalizado (Mendes, 2018). A Nova História Política nos ajuda a compreender como essas dinâmicas internas e externas influenciam a capacidade de Brasil e Portugal de alcançar seus objetivos na promoção da língua portuguesa.

Desafios e Perspectivas para o Reconhecimento na ONU

A história das línguas está imbricada nos contextos políticos que moldaram sociedades ao longo do tempo. Desde as primeiras organizações sociais até os Estados-nação contemporâneos, o poder político exerceu um papel central na consolidação, exclusão e transformação linguística. Barros (2005) enfatiza que a Nova História Política se preocupa com a política estatal e também com os micropoderes que influenciam práticas cotidianas, como o uso da linguagem. A disseminação de línguas coloniais ilustra claramente como o poder político molda paisagens linguísticas (Falcon, 1992).

No contexto contemporâneo, a globalização apresenta novos desafios e oportunidades para as línguas. O domínio crescente do inglês como língua franca global reflete uma

reconfiguração do poder político e econômico no século XXI. Como sugerido por Barros (2009), a história política moderna deve considerar como os discursos linguísticos interagem com estruturas econômicas e culturais, reforçando ou desafiando hegemonias globais.

A história do português, como idioma derivado do latim e disseminado pelas práticas coloniais do império português, reflete dinâmicas de poder que transcendem os limites geográficos. A necessidade de reconhecimento do português como língua oficial da ONU não é só uma questão linguística, mas um ato político que reflete a influência dos países de língua portuguesa no cenário internacional (Barros, 2005).

Essa busca por reconhecimento é impulsionada por esforços diplomáticos liderados por nações lusófonas, como Portugal e Brasil, ambos com papéis históricos distintos, mas interligados, na promoção do idioma. Para Albernaz (2011), a diplomacia linguística pode ser vista como uma extensão do poder político, na medida em que busca consolidar a relevância cultural e geopolítica de um grupo de países por meio da língua compartilhada.

O reconhecimento de uma língua em organismos internacionais não está dissociado de interesses econômicos e políticos que sustentam o poder dos Estados (Falcon, 1992). No caso do português, a influência do Brasil como uma potência regional e o papel histórico de Portugal no estabelecimento de relações multilaterais foram determinantes para que a língua adquirisse esse status.

Esse reconhecimento tem implicações econômicas significativas. Na medida em que uma língua ganha status oficial em instituições internacionais, ela se torna mais atrativa para o aprendizado por parte de estrangeiros, fomentando a indústria de ensino de línguas e ampliando o alcance de conteúdos culturais

e comerciais dos países que a têm como idioma oficial (Barros, 2005).

Um dos principais desafios para o reconhecimento do português nesse contexto é a relativa fragmentação dos países de língua portuguesa em termos de alinhamento político e econômico. Outro fator limitante é a predominância de línguas como o inglês, o francês e o espanhol no cenário global. Além disso, o custo associado ao reconhecimento de uma nova língua oficial representa um desafio significativo.

Apesar disso, a ausência de uma política linguística coordenada a nível global por parte das nações de língua portuguesa limitou a capacidade do português de competir com outras línguas que contam com instituições robustas para sua promoção internacional, como a Francophonie para o francês.

As notícias recentes sobre a campanha para o reconhecimento do português na ONU revelam tanto o otimismo quanto os desafios envolvidos nesse processo. A proposta de Portugal de incluir o português como língua oficial até 2030 reacendeu o debate, destacando a importância de avaliar criticamente as implicações econômicas e políticas desse projeto. A História do Tempo Presente nos convida a acompanhar de perto esse debate, reconhecendo as dinâmicas de poder em jogo e os desafios que os países lusófonos precisam enfrentar para alcançar seus objetivos.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, exploramos a complexa jornada da língua portuguesa em busca de reconhecimento no cenário internacional, particularmente como língua oficial da ONU. Evidenciamos que essa não é somente uma questão linguística, mas

um intrincado jogo de poder, história, cultura e geopolítica. A luta pelo reconhecimento do português na ONU é um reflexo da crescente influência e importância dos países lusófonos no mundo, um reconhecimento de sua identidade cultural e um passo significativo para garantir sua plena participação nas decisões globais. A lente da História do Tempo Presente nos permitiu analisar esse processo em sua dinâmica e complexidade, reconhecendo as forças que moldam o cenário contemporâneo e os desafios que os países lusófonos precisam enfrentar.

Os desafios para alcançar esse objetivo são consideráveis. A predominância de outras línguas, as desigualdades econômicas entre os países da CPLP, e a necessidade de uma estratégia de promoção mais coesa e coordenada representam obstáculos que precisam ser superados. No entanto, as potencialidades são igualmente vastas. O soft power da cultura lusófona, o crescente interesse pelo português em mercados emergentes, e a dedicação de atores como Brasil e Portugal demonstram que o reconhecimento do idioma na ONU não é uma utopia, mas uma meta alcançável. A Nova História Política nos ensinou a reconhecer como a língua portuguesa, em sua dimensão cultural e política, é utilizada como um instrumento para negociar poder e construir identidades coletivas.

O caminho para o reconhecimento do português na ONU exigirá um esforço contínuo e articulado por parte de todos os países lusófonos. Será necessário fortalecer a cooperação Sul-Sul, investir em educação e cultura, e utilizar a diplomacia como ferramenta para construir pontes e desmistificar percepções equivocadas sobre o alcance e a relevância do idioma.

O reconhecimento do português como língua oficial da ONU representaria um marco histórico para a comunidade lusófona, um reconhecimento de sua diversidade cultural, de sua riqueza histórica e de seu potencial de contribuição para a

construção de um mundo mais justo, equitativo e multilateral. Além disso, sinalizaria um avanço significativo para a promoção da diversidade linguística global, demonstrando que o poder e a influência não se restringem a um número limitado de idiomas, mas se manifestam na pluralidade de vozes e culturas que enriquecem o cenário internacional. Ao analisar esse processo à luz da História do Tempo Presente e da Nova História Política, esperamos ter contribuído para um debate mais aprofundado sobre o papel da língua portuguesa no mundo contemporâneo e os desafios que precisam ser superados para que esse idioma alcance o reconhecimento que merece.

Referências

ALBERNAZ, Cássio A. A. Prolegômeno historiográfico ao objeto político. *História, Rio Grande*, v. 2, n. 2, p. 9-24, 2011.

AMATO, Laura Janaina Dias; MILITÃO, Pablo Ávila. A Organização das Nações Unidas e o uso das línguas. *Revista Tabuleiro de Letras*, v. 15, n. 01, p. 155-166, jan./jun. 2021.

BARROS, José D'Assunção. História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. *Sæculum - Revista de História*, João Pessoa, v. 12, jan./jun. 2005.

BARROS, José D'Assunção. História política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. *Educere et Educare*, v. 4, n. 7, jan./jun. 2009.

CASTRO, A. C. A CPLP e a promoção da língua portuguesa: desafios e oportunidades. *Revista de Estudos Lusófonos*, v. 12, n. 2, p. 30-48, 2020.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). *Estatuto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Disponível em: https://www.cplp.org.

EVARISTO, Jefferson. Nomenclaturas da língua portuguesa nos planos de ação da CPLP: português língua o quê?. *Caderno Seminal*, n. 42, 2022.

FALCON, Francisco. História e poder. *Estudos Históricos*, n. 15, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, 2000.

GALITO, Maria Sousa. *Geopolítica da Lusofonia*. ResearchGate, 2019.

MACHADO, Luís. As ações do estado brasileiro para a promoção da língua, da literatura e da cultura do Brasil no Paraguai. *Revista Multidisciplinar Acadêmica Vozes dos Vales*, v. 4, p. 1-25, 2013.

MARTINS, Bruna; SILVA, Rui da; COELHO, La Salete. O Poder Simbólico e a Cooperação Portuguesa: Uma análise sobre o papel da língua. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 39, p. 17-30, 2020.

MARTINS, Joana. The Role of the CPLP in Promoting Portuguese as a Global Language. *International Journal of Language Policy*, v. 14, n. 2, p. 198-213, 2019.

OLIVEIRA, Gilvan. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa ea gestão multilateral da Língua Portuguesa no âmbito da CPLP. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, v. 13, n. 25, p. 19-34, 2015.

OLIVEIRA, G. M. Política linguística e internacionalização: A língua portuguesa no mundo globalizado. *Trab. Ling. Aplic.*, 52(2): 409-433, 2013.

PALMEIRA, J. Geopolítica da língua portuguesa. *Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa*, 2012.

PEREIRA, C. A. A CPLP no contexto das organizações internacionais: concertação política e cooperação multilateral. *Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais*, v. 15, n. 4, p. 210-225, 2022.

RETO, L. A.; ESPERANÇA, J.; MACHADO, F. L. *Potencial económico da língua portuguesa*, 2012.

RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da expansão e do império português*. A Esfera dos livros, 2014.

SARAIVA, José. *História da língua portuguesa: da origem ao século XXI*. Porto: Porto Editora, 2019.

SILVA GORDINO, Anaísa. A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais: Panorama Atual e Perspetivas de Futuro. *Studia Iberystyczne*, 18 (2019), pp. 491-512.

SPRING, Valkiria. *Agroecologia e cooperação na Comunidade de Países de Língua Portuguesa*. 2022. Tese de Doutorado.

STELLA, Marcello Giovanni Pocai; SANTOS, Júlio César Bernardes; PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. Apoiar a tradução em língua portuguesa no exterior: divergências e convergências entre Portugal e Brasil. *Sociologias*, v. 25, p. e-soc127847, 2023.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1950 A PARTIR DA IMPRENSA PASSO-FUNDENSE: *DIÁRIO DA MANHÃ E O NACIONAL*

Caroline Adam
Universidade de Passo Fundo
arquivoshistoriacarol@gmail.com

Resumo
Este artigo é fruto de um trabalho de conclusão de curso (TCC) para o curso de História da Universidade de Passo Fundo (UPF), em que a imprensa, considerada especialmente rica em conteúdo informativo e também ideológico, foi utilizada como fonte primária de pesquisa. O estudo buscou desvelar como a campanha presidencial de 1950 foi retratada na cidade de Passo Fundo - RS, através dos jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional,* editados por pessoas de posições políticas e ideológicas distintas. Portanto, o primeiro fez uma ampla campanha contra a eleição de Vargas, enquanto o segundo apoiava o getulismo e suas bandeiras. Além do mais, foi realizada uma importante contextualização histórica, essencial para a compreensão do posicionamento de cada um dos veículos de imprensa, aliado também, a necessárias conceitualizações sobre *imprensa,* seja no âmbito nacional ou regional, considerando suas semelhanças e diferenças. Ainda, é importante ressaltar a questão da *Nova História Política*, visando a inserção da imprensa como fonte e também a compreensão do próprio processo eleitoral como item importante para a construção da História

Introdução

A pesquisa histórica pode ser feita de diversas maneiras, ocupando-se de fontes variadas, tanto em formatos, quanto em perspectivas e metodologias. Portanto, este estudo analisou como a campanha presidencial brasileira de 1950 foi retratada na imprensa passo-fundense, a partir dos jornais *Diário da Manhã,* arquivado no Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e

O Nacional, salvaguardado no Arquivo Histórico Regional (AHR), junto a Universidade de Passo Fundo (UPF). O objetivo é compreender o posicionamento de cada periódico em relação aos candidatos e partidos, refletindo as motivações políticas dessa cobertura. A análise se insere no contexto da Nova História Política, que, desde os anos 1980, ampliou os objetos de estudo, incluindo representações políticas, relações sociais e culturais, conectando História, Sociologia, Antropologia e Psicologia, através da interdisciplinaridade.

Ao longo dos anos, a História se inventa e se reinventa, a depender do tempo e do espaço, diferentes concepções historiográficas estão "em alta." A reinvenção da História Política permitiu novas perspectivas, como a exploração de discursos e imagens como territórios de poder (Barros, 2009). Esse processo também foi influenciado pela História do Imaginário, permitindo análises mais complexas sobre o poder e as relações sociais. Rosanvallon (1995) destaca a aproximação entre a análise do político e outras disciplinas, tornando a imprensa uma fonte relevante para entender o processo eleitoral de 1950. Além do mais, René Rémond (2003) introduziu a ideia de que as eleições não apenas alteram o equilíbrio de forças, mas também refletem o espírito público e a opinião popular, uma perspectiva que se alinha à Nova História Política e também permitiu uma análise mais detalhada da eleição de 1950, incluindo as coligações partidárias e as estratégias eleitorais.

Posto isso, concorreram à presidência do Brasil, em 1950, Getúlio Vargas, Eduardo Gomes, Cristiano Machado e João Mangabeira. Para vice-presidente, concorreram cinco homens: Café Filho, na chapa de Vargas, Odilon Braga apoiado por Eduardo Gomes, Altino Arantes, candidato de Cristiano Machado, Vitorino Freire e Alípio Corrêa. Destacando que as eleições para presidente e vice ocorreram de forma separada.

Boa parte da imprensa esteve contra Vargas em 1950, consequência do legado do Estado Novo. No entanto, a base popular, especialmente a classe trabalhadora, apoiava seu retorno, associando-o às conquistas trabalhistas. Logo, mesmo tendo enfrentando uma oposição forte nos jornais, a campanha popular se mostrou crucial para a vitória de Vargas.

O *Diário da Manhã* e *O Nacional* tinham posições políticas opostas: o primeiro era contra Vargas e favorável a Cristiano Machado, enquanto o segundo era pró-Vargas, refletindo as diferenças ideológicas entre os jornais e seus proprietários, Túlio Fontoura e Múcio de Castro e, respectivamente. Esses posicionamentos remontam à era Vargas e à censura sofrida pela imprensa, o que moldou a cobertura da eleição presidencial de 1950.

Sendo assim, o estudo procurou aprofundar as motivações que justificaram a posição de cada jornal. Além do mais, foi feita uma contextualização do fim do Estado Novo e a consequente redemocratização do Brasil, abordando a formação dos principais partidos políticos da época, a participação de Getúlio Vargas nesse processo e a relação do governo Dutra com o retorno de Vargas ao Catete. Ainda, buscou-se conceitualizar termos como Grande Imprensa (Lucca, 2008), e a ação de personagens como Samuel Wainer e Carlos Lacerda na campanha de 1950.

1. Do exílio em São Borja à volta nos braços do povo: fim do Estado Novo e eleições de 1950 na grande imprensa

O período final do Estado Novo foi marcado por vários acontecimentos importantes e determinantes para o cenário político dos anos seguintes. Por isso, neste tópico analisaremos o

contexto da queda de Vargas, o processo de redemocratização em 1945, a influência de Getúlio nas eleições de 1946, mesmo "exilado" em São Borja e o impopular governo Dutra. E ainda, como as eleições presidenciais de 1950 foram retratadas na grande imprensa, buscando fazer uma ponte com a pequena imprensa de Passo Fundo.

O Estado Novo foi o período ditatorial da Era Vargas (1930-1945), sendo a repressão à oposição, a centralização política na figura do presidente e o caráter ilimitado do poder político ao chefe de Estado, as características de uma ditadura. Logo, "o governo ditatorial não é refreado pela lei, coloca-se acima dela e transforma em lei a própria vontade" (Bobbio; Matteucci e Pasquino, 2004, p. 372). Assim, Vargas consolidou o poder através de mecanismos como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) visando a eficiência e fiscalização do serviço público e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que buscava regulamentar a imprensa e censurá-la conforme o plano governamental, além de utilizar a propaganda como arma política.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942 acelerou o fim do Estado Novo, pois intensificou a crise política. A participação brasileira no conflito foi extremamente contraditória, pois no plano internacional, os soldados da FEB e FAB posicionavam o Brasil ao lado dos defensores da democracia, enquanto internamente o país vivia uma ditadura com características fascistas. Percebendo o esgotamento do sistema político que estava conduzindo até então e frente às inúmeras críticas superando a censura, Getúlio iniciou o processo de abertura política, deu fim ao DIP, promoveu a anistia de presos políticos e anunciou a volta dos partidos políticos à ativa. Dessa forma, Vargas promoveu os alinhamentos necessários para que

ocorresse, ainda em 1945, uma eleição democrática para escolher um novo presidente.

Nesse sentido, a construção do sistema partidário brasileiro é um legado de Vargas, "mas que requereu, em larga medida, a superação da própria figura do estadista." (Hippolito, 2004, p.23). Como comentado anteriormente, os partidos políticos mais expressivos da época foram idealizados por ele, como é o caso do Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além das agremiações formadas com o objetivo de fazer uma forte oposição ao getulismo, como a União Democrática Nacional (UDN). Logo, a reconfiguração do sistema partidário brasileiro variou conforme os contextos regionais. No Rio Grande do Sul, diferentemente do cenário nacional, o embate principal ocorreu entre PTB e PSD, enquanto nos grandes centros do Sudeste predominava a disputa entre PTB e UDN. Desse modo, em Passo Fundo, importante centro político na década de 1950, a UDN teve pouca relevância.

O processo eleitoral de 02 de dezembro de 1945 "foi marcado pela participação dos partidos que obtiveram registro legal junto ao TSE, cuja principal exigência era que as agremiações partidárias fossem nacionais e não mais regionais, como no período anterior" (Flach e Cardoso, 2007, p. 60). A medida visava impedir o retorno dos partidos oligárquicos e conter o crescimento do PCB, mas "acabou por privilegiar o partido de sustentação oficial ao governo federal, o PSD, que se beneficiou com a permanência da estrutura burocrática do Estado Novo" (Flach e Cardoso, 2007, p. 60).

A lenta reabertura política em concomitância com o movimento Queremista, preocupou militares de alta patente do exército, como Dutra e Góes Monteiro, em relação à possível permanência de Vargas na presidência. Assim, promoveu-se a

deposição de Getúlio, que, mesmo retirando-se em São Borja, não sofreu nenhuma sanção política real e inclusive, foi em sua cidade natal, que articulou o retorno à presidência.

Posto isso, no pleito de dois de dezembro de 1945, Eurico Gaspar Dutra elegeu-se como 16º presidente brasileiro com 55,69% dos votos de acordo com os dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral, s.d), superando o brigadeiro Eduardo Gomes. O presidente eleito, somente obteve a vitória em função do apoio de Getúlio Vargas, que teve de deixar as "mágoas de lado", para não deixar o udenista Gomes lograr o cargo, sob o argumento de que, entre o brigadeiro e o general, o segundo facilitaria a sua volta ao governo.

Em síntese, podemos calcular que menos de 15% da população brasileira da época, estimada em 41 milhões (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, s.d), teria participado do pleito de 1945. Mesmo que a porcentagem pareça muito baixa, essas eleições configuram uma importante experiência democrática, obtendo mais sucesso desde a instauração da República Brasileira. Finalmente, as eleições estavam libertas da Política do Café com Leite, da velha república oligárquica e do hiato forçado provocado pelo Estado Novo.

Apesar de não romper completamente com o projeto político do Estado Novo, durante o governo Dutra, a Assembleia Constituinte eleita no final de 1945, elaborou uma nova Constituição. Em contraponto à Constituição de 1938, denominada como "A Polaca", o documento elaborado em 1946 ficou conhecido como "A libertadora" pelo seu caráter democrático, uma vez que garantia a autonomia dos três poderes. Estabeleceu, ainda, eleições diretas e obrigatórias para o executivo, a nível federal, estadual e municipal, através do voto secreto, para os civis letrados, excluindo analfabetos e praças, novamente.

Ainda, Dutra alinhou-se com os Estados Unidos e se comprometeu a participar da luta contra o comunismo. A partir desse posicionamento, passou a estabelecer relação discrepante daquela que marcou o Estado Novo com os trabalhadores e o movimento sindical buscando controlar a classe trabalhadora, interferiu em sindicatos, proibiu greves operárias e prejudicou ainda mais sua imagem frente a essa classe.

O governo Dutra não foi capaz de administrar a economia do país com eficiência, aumentando ainda mais a inflação. Ao passo que seu mandato se encaminhava para o final, surgia uma preocupação muito grande quanto ao seu sucessor. Os principais partidos políticos da época, PSD e UDN, não tinham uma grande base de apoio popular no momento, e, enquanto isso, nos bastidores políticos, Getúlio Vargas articulou seu retorno ao Catete. Portanto, a inexistente popularidade de Dutra em meio ao operariado brasileiro e a total incapacidade de administrar as demandas da classe, fizeram com que a volta de Vargas fosse muito desejada pelo *povo trabalhador*, expressada na campanha popular feita nas eleições presidenciais de 1950. É justamente por isso que Vargas surgiu como "o salvador" da nação.

Quatro anos antes, em janeiro de 1946, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Vargas, escreveu uma carta endereçada a ele, "prevendo" os futuros acontecimentos, que dizia: "Quando o negócio estiver bem feio, serás a única esperança de salvação, e não mais o culpado, o ditador." (Peixoto, 1946, apud Neto, 2014, p.66). Alzira, possuía a habilidade de ler o jogo e o cenário político de cada momento e fez importantes contribuições para os planos políticos de seu pai.

Em seguida, vamos nos deter a questão da imprensa, frisando, que esta é rica como fonte histórica justamente por não ser neutra. De acordo com Tânia Regina de Luca (2008, p. 149),

define-se a grande imprensa como o "conjunto de títulos que, num dado contexto, compõem a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro". Dentro dessa perspectiva dos expressivos meios de comunicação, podemos enxergar o processo de transformação que converteu órgãos de imprensa em empresa, fator importante para a compreensão da inexistência de uma mídia neutra.

Definido este conceito, o historiador José Queler (2015, p. 9) afirma que o ex-presidente passou a "enfrentar acirrada oposição dos meios de comunicação, situação distinta a do Estado Novo. Seus oponentes, silenciados em grande medida em anos anteriores, contavam então com armas propagandísticas para combatê-lo." O antigetulismo na grande imprensa, iniciado em 1945, intensificou-se frente as eleições de 1950, persistindo até Getúlio suicidar-se, em 1954. Todavia, é preciso destacar que nem toda a imprensa era contrária a Vargas, muitos jornais locais/regionais se mostraram a favor do presidente. Sobre isso, Dandara Oliveira (2006), comenta:

> Definir o que era a imprensa opositora em 1950 é um desafio, pois se havia um consenso nos periódicos durante a campanha eleitoral era o combate à candidatura de Getúlio Vargas. Esse quadro delineado, entretanto, era a realidade na Capital da República e em São Paulo, outras cidades tinham uma maior pluralidade de posicionamentos.

Dentro desse contexto de ampla bipolarização da imprensa nas décadas de 1940 e 1950, podemos citar dois jornalistas ambíguos no cenário da grande imprensa nacional: Carlos Lacerda e Samuel Werneck, para ilustrar os antagonismos do jornalismo.

Lacerda teve uma trajetória política marcada pelo radicalismo e transformações ideológicas. Iniciou sua carreira como marxista (Câmara dos Deputados, s.d), integrando a ANL e o PCB, mas acusado de traição e expulso da legenda em 1939, após a publicação de um artigo polêmico, relacionado à atuação da agremiação no Estado Novo a também à Coluna Prestes. Rejeitado pela esquerda, deu uma guinada à direita e ingressou na UDN em 1945, onde consolidou sua oposição ferrenha ao getulismo e conquistou cargos políticos. Sua escrita combativa, levou a sua demissão do *Correio da Manhã* em 1948, o que o motivou a fundar seu próprio jornal, *A Tribuna da Imprensa*. Alinhado com os princípios políticos da UDN, contou com o apoio financeiro de líderes do partido e grandes empresários.

Do outro lado do espectro político, estava o jornalista Samuel Wainer, importante nas décadas de 1940 e 1950 por suas matérias ligadas ao meio político, fez interessantes registros do conturbado cenário brasileiro do período. Personagem importante na continuação do segundo governo Vargas, em razão de manter um dos poucos jornais getulistas da grande imprensa na época. Era considerado, também, um homem de oportunidades, pois soube aproveitá-las para deixar marcado seu nome na história da imprensa brasileira.

Vargas tinha relacionamento difícil com jornalistas, especialmente durante e após o Estado Novo. Durante seu "autoexílio" em São Borja, muitos jornalistas tentaram entrevistá-lo na estância em Santos Reis, sem sucesso. Sorte distinta teve o jornalista Samuel Wainer, a serviço dos *Diários Associados*, comandado por Assis Chateaubriand, cadeia de comunicação muito relevante no país, na época, conseguiu uma rica entrevista com o ex-presidente, utilizando o pretexto de uma matéria sobre o trigo gaúcho, para visitá-lo.

A entrevista do ex-presidente a Wainer fazia parte de um plano traçado entre Alzira, filha de Vargas, e representantes da UDN, com o objetivo de que Vargas fizesse comentários positivos sobre Eduardo Gomes. A matéria escrita por Samuel, foi publicada na capa de *O Jornal* no dia 03 de março de 1949 e trouxe declarações importantes de Vargas e "indicavam que estaria disposto a mobilizar as massas populares com o objetivo de angariar apoio para o desenvolvimento de uma política voltada para os interesses dos trabalhadores, o que acendia os temores das camadas dominantes." (Mendonça, 2002, p. 107). Responsável por recolocar Vargas no centro das articulações políticas novamente, a entrevista foi interpretada como uma declaração almejando o retorno ao Catete, pois corroborou com as suspeitas de uma possível candidatura. A relação entre o ex-presidente e Wainer tomou um novo rumo a partir de então, e o jornalista se tornou um dos poucos a acompanhar a campanha presidencial de Vargas, em 1950.

Depois da vitória de Getúlio em 1950, Wainer criou o jornal *A última Hora*, como um meio de comunicação abertamente getulista. Esse empreendimento só se tornou possível com o apoio de Vargas e uma possível facilitação de um empréstimo tomado no Banco do Brasil, Samuel sofreu um linchamento moral e foi atacado por Carlos Lacerda, que usou o jornal *A Tribuna* para criticar diretamente o outro jornalista e, principalmente, Getúlio Vargas. A grande imprensa rejeitava o retorno do ex-presidente e procurava prejudicar seu segundo governo. Samuel, assim como Lacerda, era um homem de fortes convicções ideológicas e ambos assumiram de forma corajosa as posições políticas de suas publicações, independentemente de serem pró ou contra o governo.

2. Bota o retrato do Velho outra vez, bota no Velho lugar: as eleições de 1950 e a imprensa passo-fundense

O jornal *O Nacional*, inicialmente publicado às quartas-feiras e aos sábados, foi fundado em 1925. Teve como idealizador e primeiro proprietário Theófilo Guimarães e Herculano Araújo Annes na direção. Já na década de 1940, a direção do periódico passou para Múcio de Castro, personagem relevante na política de Passo Fundo. Até os anos 1960, o diretor do jornal simpatizava com o movimento trabalhista e com o PTB, o periódico apresentava então características "de postura inicialmente republicana, expressava posições nitidamente pró-trabalhismo durante toda a década de 1950." (Benvegnú, 2006, p. 19). No entanto, na década de 60 Múcio de Castro rompeu com o PTB, e *O Nacional* passou a fazer oposição ao trabalhismo e à agremiação petebista de Passo Fundo.

Já o *Diário da Manhã*, teve sua primeira edição publicada no ano de 1935, fundado por Túlio Fontoura, de forte oposição ao getulismo e ao trabalhismo, nos é conveniente portanto, explorar a motivação disso. Fontoura havia criado outro periódico anteriormente, denominado *A luta* (1931-1932), fechado pelo interventor federal do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, durante a ditadura getulista, em um processo de controle da imprensa que censurava as críticas ao governo. Com a volta das práticas políticas democráticas, em 1945, Túlio Fontoura ingressa no PSD de Passo Fundo, sendo um dos principais dirigentes em conjunto com Nicolau Vergueiro, figura política relevante do município.

Durante a campanha 1950, o jornal intensificou seu antigetulismo e os ataques continuaram ao longo do mandato inconcluso de Vargas, até seu suicídio. Nesse mesmo sentido, empreendeu diversas críticas ao trabalhismo e ao PTB de Passo Fundo.

Ao mesmo tempo, o jornal de Túlio Fontoura empreendeu abertamente campanha aos candidatos do PSD de maneira geral, proporcionando grande enfoque à figura de Cristiano Machado, atribuindo a ele relevância que não teve a nível nacional. Em todas as publicações analisadas de agosto e setembro, haviam folders de propaganda eleitoral para o candidato pessedista.

Sendo assim, nossas duas fontes de pesquisas são politicamente opostas entre si, defendendo princípios totalmente diferentes. De acordo com Benvegnú (2006), essa rivalidade entre os diretores, Múcio de Castro de *O Nacional e* Túlio Fontoura do *Diário da Manhã,* originou-se por motivações políticas e partidárias no âmbito da cidade de Passo Fundo, relacionadas ao PTB e ao PSD. Assim, percebe-se que a contextualização das fontes utilizadas, posicionando-as temporalmente e espacialmente, bem como a consideração de seus autores, é de grande importância para uma análise eficiente das mesmas

Ao longo do trabalho, abordou-se o cenário político de Passo Fundo na época, considerando o desenvolvimento do PTB, PSD e UDN na cidade. Cada qual, com uma formação muito particular, principalmente em relação ao desenvolvimento nacional e estadual de cada agremiação. O jogo político entre cada um, era relatado nos periódicos passo-fundenses. Registros anteriores às eleições de 1950, já demonstravam rusgas entre PSD e PTB nas páginas do *Diário da Manhã* e *O Nacional* diante da tendência partidária que os caracterizava.

Foram feitos cerca de 850 registros fotográficos durante a pesquisa, a partir deste material primário, catalogou-se as reportagens mais relevantes para o trabalho, organizadas em formato de tabela de excel. Abaixo, estão alguns exemplos do material utilizado para construir a narrativa sobre a retratação das eleições de 1950 em Passo Fundo, aliado a importantes autores que constituem a historiografia do tema.

É válido destacar, que na grande imprensa nacional, o enfoque principal ocorreu em torno das figuras de Getúlio Vargas e Eduardo Gomes. Já na imprensa passo-fundense, Vargas e Cristiano Machado dominaram as páginas dos jornais, devido aos embates entre PTB e PSD, seguindo a lógica estadual, e também a velha disputa entre Múcio de Castro e Túlio Fontoura, dirigentes de *O Nacional* e *Diário da Manhã*, respectivamente.

O *Diário da Manhã* atacou diversas vezes a política getulista e o movimento queremista, afirmando que este estaria "enquistado no seio do PSD gaúcho" (Diário da Manhã, 11 mar. 1950, p. 3). Afinal de contas, Getúlio também esteve envolvido na constituição do partido e haviam portanto, vários simpatizantes seus e do trabalhismo dentro do PSD. Causa de incômodo entre os pessedistas opositores a Vargas, não obstante, a falta de coesão do partido, estava "provocando grande efervescência nas hostes pessedistas gaúchas, sucedendo-se as reuniões e os encontros dos próceres, em tentativa de fixar a posição do partido majoritariamente." (Diário da Manhã, 11 mar. 1950, p. 3). Na reportagem, intitulada "Guerra ao Queremismo", relatou-se a mais recente reunião do partido na época, ocorrida em Porto Alegre

> O objetivo aparente da reunião teria sido a fundação do Centro de estudos sociais do Partido Social Democratico, para estudo e difusão do programa e dos postulados pessedistas, tendo em vista a proximidade das eleições. Podemos informar, entretanto, que na realidade se trata de um vasto movimento, já de algum tempo em articulação em todo o estado, visando imprimir uma decidida orientação anti-queremista ao PSD. (Diário da Manhã, 11 mar. 1950, p. 3).

Como Túlio Fontoura era partidário do PSD, o foco principal do jornal foi noticiar a preparação do partido para as eleições de 1950, junto à dura oposição contra Getúlio. O periódico mostrou que houveram tentativas de unificação do PSD, em concomitância à ideia de formular uma frente ampla nacional, visando a manutenção do sistema democrático de forma pacífica e sem intervenção das Forças Armadas. Ao mesmo tempo, se especulou a possibilidade do atual presidente ficar mais um ano no cargo e realizar-se o adiamento das eleições, visando evitar possíveis interferências e a exaltação de ânimos

> O presidente Dutra afirma que não permanecerá por mais um ano na presidência do país - ao tomar conhecimento ontem, através de uma comunicação do general Góis Monteiro, prestou declarações, afirmando que, de uma maneira ou de outra, no dia 31 de janeiro de 1951, passará presidência da nação ao seu sucessor, que deverá ser eleito legalmente, em 3 de outubro. [...] Afirma-se que é pensamento de diversos membros do Tribunal Superior Eleitoral, ser a melhor proposta, no momento, a continuação do mandato do Presidente Dutra. No entretanto, o general Góis Monteiro ficou muito bem impressionado com a decisão do presidente. (Diário da Manhã, 11 mar. 1950, p. 3).

Em contrapartida sobre o mesmo assunto, *O Nacional* chamou atenção para a falta de unidade do PSD, caracterizando-o como "um partido desfalcado, abatido, vencido, trata-se de um partido em liquidação." (O Nacional, 11 ago. 1950, p. 2), em consequência da formação do PSDA. Repreendeu ainda, a ingratidão dos pessedistas para com Vargas, visto seu apoio na formação do partido em 1945, defendendo assim, a atuação política do ex-presidente.

Dessa forma, as preparações para as eleições de 1950 deveriam seguir e a população brasileira teria de eleger, democraticamente, seu novo presidente. Nesse sentido surgiram as chamadas "Fórmulas Jobim" e "Fórmula Mineira", buscando definir os candidatos à presidência, ambas noticiadas de forma distintas nos jornais. Na reportagem intitulada "O quero-quero mineiro", o *Diário da Manhã* ironizou a ação do deputado mineiro Benedito Valadares, no momento integrante da UDN, mas antigo aliado de Vargas, nas negociações da sucessão presidencial: "o gal. Góis Monteiro fracassar nos seus intentos para a unificação do PSD, o sr. Valadares poderá gritar a plenos pulmões: - Podem largar na arena o meu ex-mestre, o sr. Getúlio Vargas!" (Diário da Manhã, 27 abr. 1950, p. 2).

Ou seja, o jornal acabou por ironizar algo que de fato ocorreu, uma vez que a incapacidade de unificação dentro do PSD e a falta de um nome coeso para o acordo tripartidário, acabou abrindo portas a Getúlio e ao PTB na corrida eleitoral. O tempo corria, e PSD e UDN não conseguiram chegar a um acordo. Em abril de 1950, ante a incerteza da candidatura de Getúlio, o *Diário da Manhã,* publicou uma reportagem lembrando o aniversário do ex-presidente e a esperança que o movimento queremista depositava em seu retorno, de modo irônico comentou que "Afora Napoleão que obteve mais três meses de poder depois da queda, não há outro exemplo de retorno dos "homens fortes" destronados" (Frota. Aquino, Diário da Manhã, 26 abr. 1950, p. 3)

Em contraponto ao antigetulismo do *Diário da Manhã,* o periódico *O Nacional,* dirigido por Múcio de Castro, na maioria das vezes apresentou a figura de Vargas de forma positiva, dentro do período analisado. Uma vez que seu diretor estava alinhado aos princípios do trabalhismo, populismo e também do próprio PTB, empreendeu, portanto, campanha para Getúlio e

demais candidatos dessa agremiação. Não deixando de comentar a significativa campanha que o brigadeiro Eduardo Gomes estava realizando, ao contrário de *O Diário da Manhã*, que raramente mencionava seu nome. Ao longo da pesquisa, foi possível identificar, também, anúncios de candidatos do PSP, partido de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, responsável pelo lançamento da candidatura do ex-presidente. Barros foi um dos principais aliados de Vargas na corrida presidencial, firmando uma frente populista, que inclusive foi especulada e criticada pelo jornal anti-getulista de Passo Fundo diversas vezes.

Se o *Diário da Manhã* comparou Vargas a Napoleão de forma negativa, *O Nacional*, comentou que a volta de Getúlio ao Rio de Janeiro, centro político da época, assemelhou-se à volta de Napoleão a Ilha de Elba. (O Nacional, 15 ago. 1950, p. 1). O periódico comentou diversas vezes os emocionantes discursos dados por Vargas em sua caravana eleitoral, que foi estreada em Porto Alegre, de maneira muito simbólica. Em setembro, Erechim e Passo Fundo receberam a visita de Getúlio, e sua presença na região rendeu várias reportagens nos jornais. *O Nacional*, publicou que Vargas foi alvo de estrondosa manifestação popular na cidade, tendo ocorrido um grandioso comício no altar da Pátria, "contando com a palavra de brilhantes oradores, entre os quais o candidato à presidência da República" (O Nacional, 21 set. 1950, p. 3). Ao final de sua fala, durante sua passagem pela capital do planalto médio, o candidato questionou "povo de Passo Fundo agora vos quero fazer uma pergunta: posso contar convosco?" - a multidão bradou "pode" pode!" (O Nacional, 21 set. 1950, p. 3).

O periódico de Túlio Fontoura, *Diário da Manhã*, também comentou a passagem de Vargas por Passo Fundo, apresentando uma versão diferente de *O Nacional.* Ao contrário do seu concorrente, as reportagens do *Diário da Manhã* questionavam

o número de pessoas presentes no comício e a relevância deste evento, em que "um irrequieto locutor anuncia 50 mil pessoas, quando Passo Fundo, segundo recenseamento, tem apenas 25 mil habitantes" (Diário da Manhã, 21 set. 1950, p. 1). Segundo o jornal, o encontro não contara com mais de 4 mil pessoas, dados bem destoantes. Outro ponto interessante, consiste no fato de que nenhum dos oradores do comício, nem mesmo Vargas, se referiu a Café Filho, candidato a vice-presidente. "O candidato à vice-presidência da república é uma pessoa esquecida, parece que Getúlio e seus companheiros tem medo de falar no Café Filho. Será porque a Liga Eleitoral Católica (LEC) impugnado o nome de Café, candidato de Adhemar?" (Diário da Manhã, 21 set. 1950, p. 1)

Mais da metade da campanha política de Vargas foi feita sem a definição do candidato a vice-presidente em sua chapa. Essa questão incômoda, foi amplamente comentada pelo *Diário da Manhã*, especulando entre Góis Monteiro e Café Filho e também questionando a aliança entre Getúlio e Adhemar. O nome de Café Filho foi imposto por Adhemar à Getúlio, pois o primeiro integrava a legenda do PSP e portanto, o governador paulista, considerava justa sua candidatura, fazendo valer a coligação. Mas seu nome não agradou Vargas desde o princípio, por não confiar em Café, considerando algumas ações suas no Estado Novo, em 1935, a título de exemplo, Café Filho "se insurgira na tribuna contra a aplicação da lei de segurança nacional, em 1937 denunciara o Plano Cohen como uma tapeação militar para legitimar a ditadura do Estado Novo" (Neto, 2014, p. 189).

O polêmico nome de Café Filho render várias reportagens anti-getulistas, principalmente após o mesmo aparecer em um manifesto da Liga Eleitoral Católica (LEC) onde se consideraram políticos tendenciosos. Assim, o *Diário da Manhã* (2 set. 1950, p. 2) publicou: "Com a escolha do nome do sr. Café filho, para companheiro de chapa do sr. Getúlio Vargas, está completa

a carga do barco socializante", assim, de acordo com jornal, a partir dessa aliança, Getúlio teria conquistado os votos dos comunistas brasileiros.

Em contrapartida, *O Nacional (*12 set. 1950, p. 1), que pouco abordou o nome de Cristiano Machado, noticiou um suposto apoio recebido dos comunistas a sua candidatura, pois estaria prometendo a volta do PCB à legalidade em troca de votos, enfurecendo o jornal opositor, que tudo fez para abafar o assunto. Enquanto as polêmicas em torno de Café Filho continuaram sendo exploradas, *O Nacional* também buscou discernir termos como trabalhismo, comunismo e socialismo e lançou prognósticos positivos acerca da campanha de Vargas e sua quase certa vitória sobre Cristiano Machado e Eduardo Gomes.

Além da análise dos arranjos políticos e da campanha em si, as apurações dos votos também foram incluídas na pesquisa. *O Nacional* (27 out. 1950, p. 1), que já havia cravado a vitória de Vargas, celebrou os resultados da campanha do PTB em Passo Fundo e afirmou: "A vitória de Vargas é fruto da política de Dutra." Evidenciando o papel de Getúlio como salvador da classe trabalhadora.

Já o *Diário da Manhã,* deixou claro que seguiria fazendo oposição ao getulismo, lembrou, que a população brasileira elegeu um ex-ditador, que no passado, não quis "acatar os direitos do povo na escolha de seus dirigentes" (Diário da Manhã, 16 set. 1950). Ainda, alertou a possibilidade de uma nova ditadura varguista "aumentam os temores sobre o novo regime e prevê-se ditadura." (Diário da Manhã, 20 out. 1950, p. 1).

A vitória de Getúlio Vargas e do trabalhismo nas eleições de 1950 foi analisada por diversos autores, com visões e argumentos diferentes. Em síntese, a capacidade política de Getúlio garantiu-lhe a volta à cadeira presidencial. Portanto, as ações traçadas durante a campanha de 1950, também acabaram por

influenciar os desdobramentos que levaram Vargas a tirar a própria vida e, entrar para história. Evidenciando assim, a importância de se compreender o contexto em que ocorreram episódios marcantes da história política brasileira.

Considerações finais

Este trabalho aborda as eleições presidenciais de 1950, com foco na imprensa local de Passo Fundo, usando como fontes os jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional*. A pesquisa destaca a importância dessas fontes inéditas para uma visão regional do evento, além de explorar o contexto político que antecedeu as eleições, desde o fim do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas até a formação dos principais partidos da época, como o PTB e a UDN.

O primeiro capítulo examina o papel de Vargas nas articulações políticas que definiram as eleições de 1945 e 1950, incluindo a criação de partidos e sua influência na vitória de Dutra. A relação entre a grande imprensa e a política também é discutida, com ênfase na censura do regime Vargas, e no papel de figuras como Carlos Lacerda e Samuel Wainer, ambos jornalistas importantes com posições políticas opostas, mas igualmente influentes.

No segundo capítulo, o foco recai sobre a história dos jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional* e sua cobertura das eleições de 1950, evidenciando as tendências políticas de cada publicação. A pesquisa também analisa o cenário político de Passo Fundo, onde o PTB e o PSD dominaram as disputas, e as articulações eleitorais que moldaram o pleito presidencial, incluindo a Fórmula Jobim e a Fórmula Mineira.

As eleições de 1950 marcaram um momento decisivo para a democracia brasileira e formaram a experiência democrática mais significativa até então, com a polarização entre antigetulistas e getulistas e um aumento na participação popular. A pesquisa revela como os jornais, com suas orientações políticas, ajudaram a formar a opinião pública e a consolidar o retorno de Vargas ao poder, apesar da oposição da grande imprensa. Além do mais, também verificou-se uma polarização mais evidente na imprensa local, do que na Grande Imprensa Nacional, fato interessante. Por fim, o trabalho destaca a riqueza das fontes historiográficas ligadas à imprensa, sendo esses periódicos registros preciosos de sua época.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O Segundo Governo Vargas 1951 -1954*: democracia, partidos e crise política. 2. ed. Cidade: Ática, 1992.

BARBOSA, Marialva. *Meios de comunicação e História: elos visíveis e invisíveis.* In: V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2007, São Paulo. Anais [...] . São Paulo: Facasper, 2007. p. 1-18.

BARROS, José D´Assunção. 3. Revisão Bibliográfica. *O Projeto de Pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro teórico*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____ *História política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político.* Educere et Educare, *[S. l.]*, v. 4, n. 7, p. p. 147–162, 2009. DOI: 10.17648/educare.v4i7.1739. Disponível em: https://e-

revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1739. Acesso em: 21 nov. 2023.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. São Paulo: Terra e Paz, 1981.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. 2006. 262 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História, UPF, Passo Fundo, 2006. Disponível em: http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/127. Acesso em: 25 out. 2023.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5. ed. São Paulo: Unb, 2004.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 a 1965). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CAPELATO, Maria Helena R. Multidões em Cena. *Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. São Paulo, Fapesp/ Papirus, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO. Maria do Rosário da Cunha, *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa.* Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, *[S. l.]*, v. 35, n. 2, 2009. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221. Acesso em: 01 out. 2023.

DAMIAN, Marco Antonio. *Eleições em Passo Fundo*: Dados Históricos. Passo Fundo: Berthier, 2010.

ESPIG, Márcia Janete. *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do contestado***.** Estudos Ibero-

Americanos, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 269, 31 dez. 1998. EDIPUCRS. http://dx.doi.org/10.15448/1980-864x.1998.2.27266.

FERREIRA, Jorge. Apresentação: 1946 ⁝ 1964: a experiência democrática no brasil. *Tempo*, [S.L.], v. 14, n. 28, p. 11-18, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1413-77042010000100001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/Zn5KnHzSDyDsdcmw5bFPCXb/?lang=pt#. Acesso em: 28 abr. 2024.

HIPPOLITO, L. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. *Anos 90*, *[S. l.]*, v. 11, n. 19, p. 21–47, 2004. DOI: 10.22456/1983-201X.6350. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6350. Acesso em: 15 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pública: Estatísticas do povoamento. s.d. Disponível em: https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html. Acesso em: 30 março 2024.

JUNGBECK, Benhur de Mattos. *Perigo Iminente: a Segunda Guerra Mundial na Leitura da Imprensa Passo-fundense.* 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Ppgh, UPF, Passo Fundo, 2005.

LOTTERMANN, Luiz Alfredo Fernandes. *Quem é quem? A elite política passo-fundense (1945-1988)*. 2020. 197 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020. Disponível em: http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/2082. Acesso em: 28 mar. 2024.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008a. p.149-177.

MENDONÇA, Marina Gusmão**.** *O demolidor de presidentes*: a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. 2. ed. São Paulo: Códex, 2002

MONTEIRO, Karla. *Samuel Wainer*: o homem que estava lá. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NETO, Lira. *Getúlio 3 (1945-1954):* da volta pela consagração popular ao suicídio. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

OLIVEIRA, Dandara de. *De São Borja o Catete: A campanha de Getúlio Vargas e a Tribuna da Imprensa na eleição presidencial de 1950*. 2016. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. [Correspondência]. Destinatário: Getúlio Vargas. [*S. l.*], 18 fev. 1949. Carta. Disponível em: Arquivo CPDOC-FGV. Acesso em: 29 mar. 2024.

PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. Trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010. Cap 18. p. 318-328.

QUELER, Jefferson José. “Oh! Gegê! vem nos salvar”: propaganda política popular (1945-1953). *Tempo*, [S.L.], v. 21, n. 38, p. 131-150, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/tem-1980-542x2015v213813.

_____ Tensões entre memória e história em testemunhos:: Getúlio Vargas e seu legado político nos relatos de Samuel ainer e Carlos Lacerda. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 52-70, jan. 2010. Disponível em: (PDF) TENSÕES ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA EM TESTEMUNHOS: Getúlio Vargas e seu legado político nos relatos de Samuel Wainer e Carlos Lacerda TENSIONS BETWEEN MEMORY AND HISTORY IN TESTIMONIES.Acesso em: 10 abr. 2024.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 453 p.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, dez. 1995.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco:* (1930-1964). 13. ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 2003.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Pública: Resultados das Eleições de 1950. s.d. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945/resultados. Acesso em: 30 março 2024.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

ARTE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: UM ESTUDO SOBRE A ARTE PÚBLICA E A PAISAGEM URBANA A PARTIR DA OBRA DE ALE ZANONATO (SARANDI/RS)

Crislaine Teresinha Arbusti

Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – UPF
Bolsista Capes II
126844@upf.br

Resumo
O presente trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre a relação entre a obra do artista visual Ale Zanonato e sua trajetória pessoal ao longo de cinco décadas dedicadas à arte. Para isso, serão consideradas as obras existentes em Sarandi/RS, buscando averiguar o impacto dos diferentes estilos, técnicas e temas escolhidos pelo artista em suas obras de arte públicas na construção da paisagem urbana e da memória do município. Em Sarandi/RS, é possível observar o trabalho de Ale Zanonato na Praça Farroupilha, nos murais do Cemitério Municipal e da Igreja Matriz, onde também se encontram alguns expoentes de arte sacra, além de várias pinturas em capelas no interior. Assim como a obra do artista está relacionada à sua trajetória pessoal, suas criações se entrelaçam com a paisagem urbana local. Este estudo é inédito, pois, mesmo sendo inspiração para muitos artistas, Zanonato nunca teve sua obra analisada. Tampouco foi realizada uma avaliação da arte local enquanto memória e patrimônio, além de sua importância histórica, social e cultural, bem como de seu potencial turístico nos chamados "lugares de memória". A arte pública, enquanto patrimônio, mantém viva a memória e a identidade cultural e histórica da cidade, garantindo que a herança cultural seja apreciada e transmitida às futuras gerações. Arte pública, memória e patrimônio são intrinsecamente interligados, visto que as intervenções artísticas urbanas constituem uma forma de expressar e preservar a memória coletiva, enquanto o patrimônio é enriquecido e revitalizado por essa arte, que molda a paisagem urbana. No caso do estudo proposto, percebe-se que a arte pública vai além da

relevância estética de embelezar o ambiente urbano, pois homenageia figuras e eventos históricos que fazem parte da história da cidade, reavivando memórias e estabelecendo uma relação de afetividade com a comunidade.
Palavras chave: arte pública, memória, patrimônio.

Introdução

A cidade pode ser compreendida de diferentes perspectivas. Uma delas é por meio de sua arte e arquitetura. No entanto, a cidade vai muito além de suas construções e monumentos. Ela se constitui pelo olhar e vivência de cada residente ou turista, pois é no uso cotidiano de cada cidadão que a cidade se constrói, se adapta e se transforma.

Ao longo da história, a estrutura dos centros urbanos reflete os ideais da sociedade de cada época, tornando as cidades importantes registros históricos. “Ao tomar forma, a cidade antiga ajuntou numerosos órgãos dispersos da vida comum e, dentro dos seus muros, promoveu a sua interação e a sua fusão” diz Mumford (2004, p. 613). Outrora sagradas, elas hoje são muito mais um arranjo capitalista voltado à produção e ao consumo do que um espaço dedicado à vida em comunidade.

Desde que o ser humano começou a se organizar socialmente, existem diferentes tipos de apropriação dos espaços: geralmente um mais público e um mais privado. Uma das mais importantes transformações nessa forma de olhar para as cidades se deu com o desenvolvimento dos automóveis, que logo foram incorporados à vida em sociedade e alteraram a dinâmica de equilíbrio dos espaços públicos. A partir da revolução industrial o pensamento sobre o urbanismo se intensificou e cada vez mais as cidades passaram a ser planejadas para a produção e o

consumo e menos para a convivência humana e o equilíbrio com a natureza.

A rua, antes um espaço de convivência e interação, transformou-se em um corredor de passagem, voltado mais para a eficiência do trânsito e para o comércio do que para a vida comunitária. De acordo com Mumford, "dentro da prática atual, vendemos o nosso direito urbano de berço em troca de uma triste confusão de automóveis" (2004, p. 550). O contato humano deu lugar à individualidade dos veículos, enquanto a paisagem verde foi substituída pelo cinza das estruturas urbanas. Essa mudança não apenas alterou a estética das cidades, mas também moldou o comportamento das pessoas, que hoje vivem apressadas e, muitas vezes, desconectadas umas das outras e do ambiente ao seu redor.

O presente trabalho investiga o impacto das intervenções artísticas de Ale Zanonato na transformação do espaço urbano de Sarandi/RS. Como artista plástico de renome internacional, Zanonato dedicou sua trajetória à criação de obras que não apenas embelezam a cidade, mas também preservam sua memória coletiva, enriquecendo o patrimônio cultural local. Este estudo se propõe a compreender como suas obras públicas moldam a paisagem urbana, reforçando a identidade cultural da cidade e promovendo um diálogo entre arte, história e sociedade.

Da construção a paisagem urbana às intervenções artísticas de Ale Zanonato

Domingos Lindolfo Zanonato é um artista plástico natural de Sarandi/RS, mais conhecido pelo nome artístico, Ale Zanonato. Completando 50 anos de carreira em 2024, ele é reconhecido internacionalmente por suas pinturas que permeiam

entre o abstracionismo geométrico e o figurativo realista na representação da natureza e na arte sacra. Em 2023, ele foi premiado em reconhecimento por sua renomada trajetória artística na categoria "Artes Visuais" no Edital De Premiação Para Agentes Culturais Das Demais Áreas Culturais Com Recursos Da Lei Complementar Nº 195/2022 – (Lei Paulo Gustavo).

Formado em Desenho e Plástica pela Universidade de Passo Fundo - UPF (Rio Grande do Sul) e especialista em Pintura pelo Instituto Lorenzo De' Medici (Florença), ele possui obras em acervos particulares e institucionais no Brasil, Itália, Alemanha, Suíça, México, Estados Unidos, Argentina, Portugal e Emirados Árabes. Mas é em sua cidade natal, que suas obras constituem um numeroso acervo de arte pública.

Em Sarandi/RS, suas obras se entrelaçam com a paisagem urbana local. Elas estampam os principais pontos turísticos da cidade, entidades e escolas, além de lugares de memória e convivência. Há diversos grafites e obras de arte que fazem parte da decoração de ambientes comerciais e espaços gastronômicos. Além disso, na Igreja Matriz e nas capelas do interior encontram-se alguns expoentes de arte sacra. Também são de autoria do artista os projetos de decoração temática de Natal e Páscoa, que ornamentam a praça e o comércio nos períodos que antecedem as festividades.

> A arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do homem; carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos. O elemento coletivo e o privado, sociedade e indivíduo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de tantos pequenos seres que procuram uma organização e, juntamente com esta, um pequeno ambiente para si mais apropriado ao ambiente geral. (ROSSI, 2001, p. 294)

A cidade é representada por meio de imagens e narrativas que substituem sua realidade física e social, tornando-se sua expressão simbólica. Dessa maneira, ela se revela na percepção dos sentimentos e emoções, assim como pela manifestação dos sonhos, medos e desejos dos que nela habitam.

Conforme informações obtidas em pesquisa preliminar, os primeiros habitantes das terras que hoje constituem o município de Sarandi/RS eram povos indígenas e sobreviventes da Revolução Federalista. Esses pioneiros enfrentaram grandes desafios, especialmente na obtenção de alimentos, uma vez que, apesar da fertilidade do solo, a região era densamente coberta por matas. Além disso, a localização geográfica, afastada dos principais centros populacionais da época, agravava as dificuldades de acesso ao comércio e aos serviços de saúde. As primeiras vias de transporte na região eram apenas trilhas rudimentares, conhecidas como picadas, que permitiam, no máximo, o trânsito de carroças.

Segundo os relatos do historiador Almedoro Vencatto (1994), a primeira fase da colonização do então distrito de Sarandi/RS, na época vinculado ao município de Passo Fundo, teve início em 1917 sob a liderança da companhia colonizadora Gomes & Schering, responsável pela formação de um povoado e pela organização da ocupação das terras. A empresa demarcou e disponibilizou aproximadamente 400 lotes, a maioria situada no atual distrito de Ati-Açu, então conhecido como 1ª Sede, onde efetivamente se iniciou o processo de colonização do município, com a instalação de uma colônia formada por imigrantes alemães. Adolf Julius Kayser (in memoriam), considerado o primeiro morador do município, adquiriu os lotes nº 01 e nº 02 da firma Armínio da Silva & Cia., em 26 de junho de 1918. Ele e sua esposa, Henriette Margarida Schmidt Kayser (in

memoriam), oriundos de São José do Hortêncio, distrito de São Sebastião do Caí, estabeleceram-se na região, dando início à história de ocupação permanente no local.

Sobre como os imigrantes são vistos, Le Goff afirma que:

> O estrangeiro, durante muito tempo, é recebido, antes, com interesse, curiosidade e honra, do que como objeto de repulsa e desprezo. Sobretudo o estrangeiro que traz uma nova maneira de bordar, uma nova técnica de ourivesaria e que a cidade adota, ainda mais quando essa técnica pode transformar a habilidade de um indivíduo numa produção em série. (1988, p. 54)

A segunda fase da colonização ocorreu sob a administração da firma Gomes, Schering, Sturm & Cia., responsável pela ocupação e desenvolvimento da área onde atualmente se encontra a cidade de Sarandi/RS, então denominada 2ª Sede. De acordo com registros históricos, em 1918, a firma iniciou a venda de lotes aos recém-chegados, predominantemente imigrantes italianos. Entre os pioneiros, estava Ignácio Giordani (in memoriam), que foi um dos primeiros compradores de lotes e, em parceria com a companhia colonizadora, ajudou a fazer o planejamento e a organização das primeiras quadras e ruas. "A cidade de Sarandi foi construída no seu atual perímetro urbano, tendo em vista possuir pouca vegetação recobrindo a rocha desnuda" (VENCATTO, 1994, p. 43).

Em 1920, o número crescente de moradores já configurava um pequeno povoado, que contava com capela e comércio, e se desenvolveu de forma gradual até 1923. Nesse ano, porém, o processo de colonização foi interrompido devido à invasão de tropas revolucionárias durante a Revolução de 1923. Esse período foi marcado por intensos confrontos entre chimangos e

maragatos, colocando a região, ainda nos primórdios de sua colonização, no centro de um conflito armado que impactou significativamente o avanço da ocupação e do desenvolvimento local. A perseguição durou vários meses. Segundo relatos, foram tempos difíceis, e muitas famílias fugiram de Sarandi/RS, migrando para lugares onde havia tranquilidade. O progresso retrocedeu significativamente. Nos anos que se passaram, alternaram-se períodos de pilhagens e calmaria, até o desenrolar da Revolução de 1930, quando houve muito pânico entre a população, pois temiam que ocorressem saques novamente.

Em 29 de dezembro de 1927, a então capela de Sarandi/RS foi elevada à categoria de paróquia, e a segunda e atual Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes foi construída em 1936, projetada por Dante Mosconi (in memoriam). Na década de 1930, o crescimento local foi tão rápido que se tornou necessária a criação de um novo município. Assim, pela Lei Estadual nº 7.840, de 27 de junho de 1939, foi criado o Município de Sarandi/RS, com sua instalação realizada em 1º de janeiro de 1940. "Todavia, com o tempo a cidade cresce sobre si mesma; adquire consciência e memória de si própria. Na sua construção permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos do seu próprio desenvolvimento", afirma Rossi (2001, p. 294). Le Goff, acrescenta que "a passagem do gesto de amor, individual, ao gesto de assistência, delegado, organizado, é plena de consequências" (1988, p. 82).

> Todas as grandes manifestações da vida social têm em comum com a obra de arte o fato de nascerem da vida inconsciente; este nível é coletivo no primeiro caso, individual no segundo; mas a diferença é secundária porque umas são produzidas pelo público, as outras para o público; mas é

> precisamente o público que lhes fornece um denominador comum. (ROSSI, 2001, p. 315)

A arte pública enquanto patrimônio mantém viva a memória e a identidade cultural e histórica da cidade, garantindo que a herança cultural seja apreciada e transmitida às futuras gerações. Arte pública, memória e patrimônio são intrinsecamente interligados, visto que as intervenções artísticas urbanas são uma forma de expressar e preservar a memória coletiva, enquanto o patrimônio é enriquecido e revitalizado por essa arte que molda a paisagem urbana.

Ao considerar a cultura pode ser entendida como uma rede de significados socialmente estabelecidos, Pesavento (1995) afirma que a cidade se apresenta como o espaço onde esses significados são construídos e manifestados, reunindo os interesses tanto da história social quanto da história cultural, logo, reconstruir a cidade por meio da interpretação de suas representações é uma forma de compreender parte do que chamamos de realidade.

Segundo Anne Cauquelin (2005, p. 142) o espaço é definido pela sua utilização: "o espaço não preexiste ao uso que se faz dele; é, ao contrário, o uso que define o lugar como lugar, que tira o espaço de sua neutralidade 'natural' para artificializá-lo, ou seja, habitá-lo." Sendo assim, arte pública é toda arte existente em espaço público.

Considerando que arte pública são os monumentos, instalações, esculturas, pinturas e grafites localizados e espaços de livre acesso ao público, José Francisco Alves (2006) diz que o critério da localização é mais utilizado para determinar quais obras seriam consideradas "arte pública", e não seu caráter público "universalmente aceito e reconhecido de valor para um determinado povo ou cultura" (ALVES, 2006, p. 26).

A arte é muito importante para a preservação da memória e na construção da identidade cultural de uma cidade. A memória coletiva de uma cidade se manifesta de diversas formas, e a arte pública é um dos meios mais importantes para registrar e transmitir elementos da história local. Nesse sentido, as obras de Zanonato, presentes em espaços emblemáticos como a Praça Farroupilha e a Igreja Matriz, atuam como marcos simbólicos da cidade.

Ao abordar os conceitos de memória e arte pública, José Guilherme de Abreu (2005) supõe que a arte pública não se restringe à simples instalação de objetos em espaços públicos, mas deveria partir de um projeto de intervenção que promova a criação de lugares de memória. Assim, a arte pública pode ser compreendida como um veículo de memória e afeto, além de patrimônio cultural.

A arte pública vai além da função decorativa, pois fortalece os laços sociais e contribui para a construção da identidade de um povo. O trabalho de Zanonato atua como um canal de memória e pertencimento, destacando-se, sobretudo, pela abordagem do tema da migração. Suas obras, espalhadas por espaços públicos, criam uma ponte entre o passado e o presente, permitindo que a comunidade reconecte-se com suas raízes e reafirme sua identidade cultural. O reconhecimento dessas criações como parte do patrimônio da cidade evidencia o papel da arte na preservação da memória coletiva.

A produção do artista transita entre diferentes estilos e técnicas, sempre dialogando com a história e cultura da região. Seus murais e pinturas, encontrados em diversos espaços públicos e religiosos, não apenas embelezam a cidade, mas também despertam reflexões sobre o passado e a identidade do povo sarandiense. Na Praça Farroupilha, uma pintura mural e um

monumento destacam eventos históricos relevantes para o município e estado.

Construído em 1985, o Monumento Farroupilha homenageia os 150 anos da Revolução Farroupilha, também conhecida como Guerra dos Farrapos, um evento histórico que mudou os rumos do Rio Grande do Sul. A obra tem cerca de 5 metros de altura e foi produzida com sucata de metal reciclado, em parceria com o construtor Juliano Dalla Corte (in memoriam).

Figura 1. Monumento Farroupilha,
Praça Farroupilha, Sarandi/RS, 1985

Foto da autora.

Já a pintura mural "Homenagem à Imigração" retrata os primeiros moradores de Sarandi/RS: o casal Adolf Julius Kayser (in memoriam) e Henriette Margarida Schmidt Kayser (in memoriam), juntamente com seus dois filhos, Werno e Irena. Eles são considerados pioneiros na colonização do município e, inclusive, receberam uma homenagem da municipalidade no 50º aniversário de sua chegada a Sarandi/RS. O casal de agricultores adquiriu da companhia colonizadora Armínio da Silva & Cia os lotes nº 01 e nº 02 em 26 de junho de 1918. Os imigrantes vieram de São José do Hortêncio, distrito do município de São Sebastião do Caí, e se estabeleceram no interior do distrito de Ati-Açu, berço da colonização de Sarandi/RS. Produzida em 2020 com tinta spray e utilizando a técnica do grafite, a obra foi executada com recursos da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, por meio da aprovação de um projeto pelo Conselho Municipal de Política Cultural. A pintura está na parede lateral do prédio que abriga o Ministério Público e o Banco do Brasil e mede aproximadamente 11 metros de altura por 9 metros de largura.

Figura 2. Mural Uma Homenagem à Imigração, Praça Farroupilha, Sarandi/RS, 2020

Foto da autora.

O mural "Família de Imigrantes", localizado na Praça da Matriz, em frente à Igreja, homenageia a história da imigração na cidade, conectando os cidadãos às suas raízes culturais. A obra foi criada em 1988 e restaurada em 2024. Considerada um ponto turístico municipal, possui mais de 20 metros de comprimento e resgata aspectos do cotidiano dos imigrantes italianos que colonizaram o município há mais de um século.

Figura 3. Mural Saga da Colonização, Praça da Matriz, Sarandi/RS, 1998.

Foto da autora.

A história da colonização também é retratada no mural "Pincelando Nossa História", localizado no muro externo do Cemitério Municipal. A obra foi criada em 2002 e faz parte de um projeto que previa 24 painéis; no entanto, apenas 10 foram concluídos. Esses painéis estão desgastados pela ação do tempo, e há uma movimentação para restaurá-los, assim como para pintar as outras 14 cenas que retratam aspectos da história da colonização no município. Os painéis têm alturas que variam entre 3 e 4 metros, conforme acompanham o relevo da rua.

Figura 4. Mural Pincelando Nossa História, Cemitério Municipal Sarandi/RS, 2002

Foto da autora.

Pintado em 2021, o mural "Família de Imigrantes" tem aproximadamente 5 metros de altura por 3 metros de largura. A imagem é inspirada em fotografias de época que retratavam famílias de imigrantes italianos. A cena está pintada na fachada externa do Centro Histórico do Imigrante Ernesto Salami Neto, que abriga o acervo do Museu Municipal Angelina Zanonato. O prédio histórico, antiga residência da família Salami, é considerado o primeiro de alvenaria construído na cidade, em 1923. Reconhecido como um marco para a preservação da história e da arquitetura original de Sarandi/RS, o edifício agrega

significativo valor cultural e histórico à cidade e à região. No museu estão fotografias, objetos, itens de mobiliário e vestimentas que foram doados por famílias da comunidade para serem preservados.

Figura 5. Mural Família de Imigrantes, Centro Histórico do Imigrante Ernesto Salami Neto, Sarandi/RS, 2021.

Foto da autora.

Já o "Monumento em Homenagem aos Trabalhadores Rurais Sem Terra", localizado em Encruzilhada Natalino, no interior de Sarandi/RS, recorda a luta pela terra, um marco importante na ressignificação do território do município. Feito com sucata de metal reciclado, em parceria com o construtor Juliano Dalla Corte (in memoriam), o monumento tem aproximadamente 4 metros de altura. Em 2020, foi encaminhado à Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul um pedido de reconhecimento do monumento como patrimônio histórico material e imaterial do Brasil.

Figura 6 - Monumento em Homenagem aos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Encruzilhada Natalino, Sarandi/RS, 1989.

Foto da autora

A cidade se revela a partir das imagens e das percepções que as pessoas têm sobre elas. O que fica perceptível na paisagem urbana de Sarandi/RS através da análise preliminar da arte pública de Ale Zanonato é que as obras permitem que se interprete, no campo simbólico ou cognitivo, imagens, memórias e histórias da cidade. Investigar a história dos monumentos e a memória de Sarandi/RS, através das obras de Ale Zanonato, possibilita compreender como a arte pública pode reforçar certos discursos narrativos, legitimar ou "apagar" identidades e promover o senso de pertencimento e identificação com a cidade.

Considerações finais

Com o avanço tecnológico, as cidades passaram a ser muito mais planejadas para a mobilidade urbana do que para a sustentabilidade, a apreciação das manifestações artísticas e culturais. Hoje, pode-se dizer que o planejamento das cidades segue a lógica econômica da globalização, e a vida urbana se constrói às margens de quem tem mais recursos e condições de habitar os espaços mais adequados, enquanto aos mais pobres resta a marginalização socioespacial. Essa segregação acaba sendo potencializada pela exploração da terra como capital.

É cada vez mais necessário repensar as cidades, com um olhar atento para os espaços públicos, de modo a promover o encontro e a interação humana, além da contemplação da natureza que deve ser integrada à preservação do patrimônio. Ao discorrer sobre as cidades e suas possibilidades de mudança, Lynch recorda a importância de se contemplar a paisagem urbana, pois assim como as obras arquitetônicas, as cidades são "uma construção no espaço" e o design delas pode ser entendido como "uma arte temporal" (1997, p. 11).

Isso resgata a ideia de que é preciso dessensibilizar as cidades e voltar pensar cidades para pessoas, pois:

> A mobilidade é um componente essencial à saúde da cidade. As cidades não podem ser pensadas para os carros. O ritmo do encontro é o ritmo da caminhada. Precisamos desenhar as nossas cidades para que o espaço do pedestre seja determinante e que outros modos leves de deslocamento, como a bicicleta, também sejam favorecidos. O transporte público precisa ser de qualidade, oferecendo confiabilidade, conforto e dignidade ao usuário. (GEHL, 2013, p. 12)

Em Sarandi/RS, as obras do artista visual Ale Zanonato representam mais do que o simples embelezamento da paisagem urbana; elas são símbolos de memória coletiva e patrimônio cultural da cidade. Ao dialogar com a história local e incorporar novas formas de expressão artística, Zanonato redefine o espaço público como um lugar de memória e pertencimento. Este estudo reforça a importância da arte pública na valorização da identidade cultural e aponta para seu papel transformador na sociedade.

A arte transforma vidas e espaços, constrói laços e eterniza memórias. Arte é emoção, mas também é patrimônio e cultura. Ela sensibiliza, provoca e conforta. A arte registra a história, mas também recria a realidade e permite construir um novo caminho para o futuro. É preciso promover o debate sobre o direito à cidade, a preservação da arte, dos lugares de memória e dos patrimônios e a conscientização de que nem todos os problemas urbanos podem ser resolvidos somente com a expansão da mesma. Torna-se imprescindível elaborar políticas públicas que sejam verdadeiramente eficientes, não apenas no curto prazo e do ponto de vista econômico, mas também humanamente,

priorizando a preservação dos patrimônios e a efetiva democratização do acesso de todas as pessoas aos diversos espaços urbanos. Planejar as cidades do futuro exige transcender as perspectivas econômicas, projetando espaços que atendam às necessidades sociais e ambientais, com o objetivo de evitar a exploração capitalista dos territórios.

A arte pública de Zanonato contribui significativamente para a preservação da memória coletiva e para a construção da identidade cultural de Sarandi/RS. Suas obras transcendem o valor estético, tornando-se parte integrante do patrimônio local e desempenhando um papel fundamental na educação histórica e cultural da cidade. O reconhecimento e a valorização dessas expressões artísticas são essenciais para garantir que as gerações futuras possam compreender e apreciar a história do município.

Referências

ABREU, José Guilherme. Arte Pública e Lugares de Memória. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas Do Património*. Porto, 2005. I Série vol. IV, p. 215-234.

ALVES, José Francisco. *Transformações do Espaço Público*. Esculturas Monumentais de Amilcar de Castro. Porto Alegre, Artfolio, 2004.

CAUQUELIN, Anne. *Arte Contemporânea:* uma introdução. Tradução de Rejane Janowitzer, São Paulo: Martins, 2005.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas.* Tradução de Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades:* conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP - Universidade Estadual Paulista, 1998.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história:* suas origens, transformações e perspectivas. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço*:* por uma história cultural do urbano. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, dez. 1995.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VENCATTO, Almedoro. *Sarandi:* um recanto histórico do Rio Grande do Sul. Sarandi: A Região, 1994.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

VELHICE, RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE: A FÉ COMO INSTRUMENTO DA HISTÓRIA DE VIDA

Deiglis Alves Moreira
Doutorando em História (Universidade de Passo Fundo RS).
Bolsista CAPES II
177720@upf.br

Resumo
Esse trabalho pretende discutir a velhice e o significado atribuído a religião, religiosidade e fé no contexto de sua história de vida. Deste os tempos mais remotos a religião faz parte da história e existência humana. Seja o Judaísmo, o culto das Religiões de Matriz Afrodescendente as entidades espirituais, o culto aos Deuses na antiga Grécia, o Velho Testamento e a Lei Mosaica, o Cristianismo, o Hinduísmo e a Religião Muçulmana entre outras. Atualmente temos mais de 10000 religiões no mundo. Em toda a história das sociedades e culturas são encontradas as crenças religiosas e em seres, forças ou poderes que não são materiais, e sim espirituais, que transcendem a experiência física. Na experiência da velhice a pessoa idosa sente as angústias da última fase da vida e o mistério da morte. Nesse sentido o olhar para dentro, a contemplação espiritual e religiosa poderá ajudar a vivência, dar sentido a vida e favorecer o enfrentamento de adversidades da pessoa idosa. As crenças religiosas, práticas de devoção e atividades ligadas a grupos religiosos são mais comuns entre os idosos do que em qualquer faixa etária, assim como ocorre o diálogo espiritual solitário e introspectivo como reflexão e contemplação da inefável finitude da vida. Considerando a religião e religiosidade e seu valor atribuído na velhice conclui-se que a perspectiva gerontológica e religiosa mostra a pessoa idosa dentro de um contexto histórico de vida e social com suas crenças religiosas e expressões de fé. Os idosos em sua história de vida têm na relação com a religião a vivência da religiosidade e da fé que poderá favorecer como força para o enfrentamento das adversidades, sentido à vida, contemplação à existência, aceitação da velhice e finitude, o que justifica a importância de estudos nessa temática e proposta.
Palavras-chave: Religião, Idoso e História de Vida.

O trabalho tem o objetivo de discutir a velhice e o significado atribuído a religião, religiosidade e fé no contexto de sua história de vida. Deste os mais remotos tempos a religião faz parte da história e existência humana. O aumento da expectativa de vida já é uma realidade mundial e se intensifica nos países emergentes como o Brasil, pautados pela redução da mortalidade infantil, aumento nos cuidados das pessoas e avanços nos tratamentos de saúde (CAMARANO, 2010). No Brasil hoje temos aproximadamente 20 milhões de pessoas, com idade a partir de 60 anos. A expectativa (2025) de chegarmos a 32 milhões de idosos (IBGE, 2022). A religião que existe desde tempos mais antigos terá influência nesse contexto? Poderá mudar a história de vida das pessoas idosas? O texto a seguir refletirá sobre os conceitos da religião, religiosidade e fé na velhice contextualizando com os resultados das práticas religiosas a história de vida da pessoa idosa.

> Todas as religiões têm expectativas de que a pessoa, em algum momento, terá conhecimento direto de uma realidade essencial ou experimentará uma emoção religiosa. A emoção pode variar, a ênfase no sentimento também, mas sempre algum valor será atribuído a esta experiência subjetiva. Exemplos são a conversão, a glossolalia, o batismo pelo Espírito Santo, além de experiências mais sutis e menos públicas como a fé, a confiança em Deus e a comunhão. Estas experiências podem ser inefáveis, às vezes difíceis de serem colocadas em palavras, públicas ou privadas. Podem ser vividas com medo, reverência, terror; preocupação com a necessidade de sentir a emoção religiosa; consciência do divino que

> pode ser intensa no caso de uma conversão, ou suave diante da beleza da natureza; confiança ou fé pois a vida está nas mãos de um poder divino amoroso em quem se pode confiar (NETO et al., 2009, p.21).

O termo religião deriva do latim "religare" e "no seu sentido originário é o que liga e religa todas as coisas, o consciente com o inconsciente, a mente com o corpo e a pessoa com o cosmo" (PESSINI, 2004). A Religião nos históricos e fundamentos das ciências pode ser definida como um sistema de crenças e práticas apoiadas em rituais que permitem a aproximação com o sagrado (KOENIG, 2012). Já, religiosidade está relacionada com o vínculo que a pessoa estabelece com uma determinada religião, vivenciando seus dogmas e rituais, as fazem sentir-se parte de um grupo que dividem a mesma crença (SIMMEL, 1997).

Na velhice a finitude é um elemento central, muitas dúvidas e medos surgem e a reflexão através da religião poderá favorecer a existência e sentido. Na experiência da velhice a pessoa idosa sente as angústias da última fase da vida e o mistério da morte e pós-vida. Nesse sentido o olhar para dentro, a contemplação espiritual e religiosa poderá ajudar a vivência, dar sentido a vida e favorecer o enfrentamento de adversidades (ERIKSON, 1998).

Quero reivindicar o direito a olhar! Esta reivindicação, feita nem pela primeira e nem pela última vez, é por um direito ao real. O autor expressa sobre o direito a olhar e que não é meramente uma questão de visão. Esse olhar começa em um nível pessoal adentrando os olhos de alguém para expressar amizade, solidariedade, ou amor. Aquele olhar deve ser mútuo, cada um

inventando o outro, do contrário ele falha. Como tal, é irrepresentável! (MIRZOEFF, 2016)

As práticas religiosas incentivam esse olhar para dentro e também para fora, um exemplo é o ensinamento de Jesus no cristianismo: Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo (MATEUS, 2023). Jesus nos ensina que só ama aquele que consegue olhar para o alto (Deus) sem se esquecer de olhar o próximo (as pessoas), suas dores e sofrimento. Nesse ponto conecta com MIRZOEFF (2016) e o direito a olhar. A religiosidade pode incentivar o olhar da amizade, solidariedade e amor.

Será que também as práticas religiosas poderão trazer algum tipo de sofrimento? A educação e emancipação das pessoas podem evitar excessos que acontecem nas religiões, muitos em nome da fé cometem abusos, violências e torturas psicológicas e podem ser prejudiciais as pessoas. A religiosidade extrínseca poderá trazer prejuízos à saúde mental das pessoas, quando em ambientes autoritários e personalistas impõe culpa, medo, provoca conformismo e colocam Deus numa figura autoritária e julgadora, esquecendo-se da presença amorosa do divino em nossas vidas (NETO et al., 2009).

Em uma sociedade capitalista, o olhar as dores estão se enfraquecendo, as pessoas idosas sendo excluídas conforme nos relata (DEBERT, 2004) no mundo capitalista se estimula a competição, a beleza e o mérito, partindo do pressuposto que todos partem da mesma posição de largada, o culto a beleza e a juventude, transforma a velhice malsucedida em fracasso.

Logo envelhecer em más condições é culpa do indivíduo, tirando a responsabilidade do estado (ESCORSIM, 2021). CAMARANO (2010) aponta que embora a datação cronológica da velhice seja importante, ela não consegue exprimir toda a realidade que compõe o envelhecer. Nesse contexto a religiosidade

poderá favorecer o sentimento de pertencimento a um grupo e estimular a fé para o enfrentamento de adversidades.

Na velhice a pessoa se vê como produto de descarte levando a um conflito de identidade, uma vez que aqueles que não acumularam bens ou saberes perdem a sua importância social, em uma sociedade e região que valoriza o lucro (HADDAD, 2017; MARX, 2013).Os preconceitos e o descuidado da família se acentuam e as pessoas idosas sofrem com o fato das famílias e instituições privarem suas escolhas tratando a velhice como doença, afetando significativamente o seu bem-estar e consequentemente a saúde (MARQUES, 2020; HADDAD, 2017). A religião poderá cumprir um papel de acolhimento as pessoas que estão solitárias sem apoio familiar e social. A solidão poderá prejudicar a sua saúde, logo as práticas religiosas irão incentivar relações humanas, que são vitais a existência humana em sua história de vida.

O avanço do neoliberalismo cumpre o papel de redução do estado de bem-estar social responsabilizando cada vez mais os indivíduos. Como o estado que deveria ser a garantia de direitos fundamentais reduz o seu papel, a religião passa a ter papel central na vida das pessoas, principalmente em momentos de desespero. O envolvimento com o grupo religioso poderá servir com apoio e suporte social. A religião surge como um instrumento de estímulo à fé e esperança em dias melhores e a religiosidade com sua capacidade de pertencimento poderá dar a pessoa idosa o bem-estar que tanto ela precisa.

Em toda a história das sociedades culturas são encontradas as crenças religiosas e em seres, forças ou poderes que não são materiais, e sim espirituais, que transcendem a experiência física (KOENIG et al., 2001; PENNYCOOK et al., 2012; HILL et al., 2000). Essas crenças são subjetivas pautadas pela história familiar e cultura. A religião escolhida pelo sofrer

grande influência do meio em que ela vive. O misterioso e universo místico fazem parte do sobrenatural, assim como o processo de morte que pode ser vivenciado com angústias e medos do desconhecido.

O envelhecimento é um processo universal, parte da história do desenvolvimento humano, que ocorre naturalmente. Nos países em desenvolvimento, de forma cronológica são considerados idosos os indivíduos a partir de 60 anos, nos países desenvolvidos a partir de 65 anos. Todavia o envelhecimento não pode ser considerado apenas de ordem cronológica, já que o estilo de vida e acesso a bens e serviços podem refletir em sua aparência e longevidade.

As condições de vida muito diversificadas nas sociedades tornam o envelhecimento diferente e único nos diferentes contextos, alinhados nas experiências e percepções de cada pessoa idosa, considerando a sua subjetividade, histórias de vida, crenças e valores (CELICH et al., 2008). Os autores concordam que a religiosidade e espiritualidade são definidas como pensamentos, sentimentos e comportamentos em compreender o transcendente da vida e suas relações, a busca ao sagrado e divino para a descoberta das percepções e essência.

As crenças religiosas, práticas de devoção e atividades ligadas a grupos religiosos são mais comuns entre os idosos do que em qualquer faixa etária (DUARTE et al., 2008), assim como ocorre o diálogo espiritual solitário e introspectivo como reflexão e contemplação da inefável finitude da vida (COSTA; GOTTLIEB; MORIGUCHI, 2012).

Para as pessoas idosas, as questões relacionadas à religiosidade têm significado muito especial, principalmente entre aqueles que vivenciam problemas de saúde, seja por doença ou pelos agravos decorrentes desta (CARDOSO; FERREIRA, 2009)

A religião e religiosidade são recursos psicossociais que desempenham um papel importante na saúde mental, aumentando os resultados positivos e podendo ser incorporados em planos de tratamento que considerem o indivíduo de maneira integral: espírito, mente e corpo.

> A experiência religiosa é única, diferente das vivências do dia a dia, afeta as percepções centrais sobre si próprio e sobre a vida, pode mudar as noções sobre quem você é e o sentido ou significado da sua vida. A experiência religiosa é complexa do ponto de vista psicológico, envolvendo emoções, crenças, atitudes, valores, comportamentos, e ambiente social. Ela transcende estas categorias psicológicas e dá ao indivíduo um sentido de integridade. Não há uma característica comum na experiência religiosa, nem mesmo o crer em Deus, pois algumas religiões não possuem este conceito. A tradição religiosa, a igreja organizada, também não é o princípio organizador; pois, principalmente hoje, muitas pessoas são religiosas sem possuírem esta identificação (NETO et al., 2009, p. 13).

Realizar uma conexão com um poder superior poderá ser útil para melhorar a reabilitação e alcançar um resultado positivo (WALDRON PERRINE et al., 2011), quando incentiva a melhora da autoestima, segurança e confiança (NETO et al., 2009), entretanto a religiosidade extrínseca poderá trazer prejuízos à saúde mental das pessoas, quando em ambientes autoritários e personalistas impõe culpa, medo, provoca conformismo e colocam

Deus numa figura autoritária e julgadora, esquecendo da presença amorosa do divino em nossas vidas.

> Ao mesmo tempo, a religião pode ser associada à opressão dos que seguem suas doutrinas, e à perseguição dos que seguem outras crenças ou dos que, simplesmente, em nada crêem. Há um imenso golfo entre as ideias religiosas e a prática: escravidão, pogroms, inquisição, perseguição religiosa, caça às bruxas, discriminação baseada em diferentes costumes, crenças, cor da pele, gênero, orientação sexual e origem nacional. Nos últimos vinte anos, assistimos chocados a verdadeiros conflitos tribais na Europa, manifestando ódios seculares entre católicos e protestantes, cristãos e muçulmanos; fatos como o suicídio coletivo nas Guianas ou a morte pelo incêndio da comunidade adventista em Waco chocam por acontecerem entre o povo mais rico e poderoso que a história conheceu. Importantes movimentos sociais no Brasil, como as revoltas de Canudos e do Contestado, possuem características de movimentos messiânicos nasceram da religiosidade popular, fruto da miséria, do isolamento e de líderes provavelmente portadores de psicopatologia. Mais recentemente, nos defrontamos com o terrorismo fundamentalista, responsável pela execução de atrocidades em nome de Deus (NETO et al., 2009, p.11).

Entretanto, as crenças positivas de confiança em Deus estão relacionadas, com níveis mais baixos de intolerância a

incertezas, ao passo que crenças negativas mostram níveis mais elevados, trazendo implicações no aspecto cognitivo, sendo a espiritualidade e religião preditores importantes para o bom funcionamento psicológico (PIRUTINSKY et al., 2017).

A compreensão do papel histórico da religião e religiosidade na vida das pessoas idosas faz-se necessária, pois pode ser um suporte importante para o enfrentamento das adversidades, uma vez que, no avanço da idade, se têm múltiplos desafios, dentre eles, as modificações fisiológicas próprias do envelhecimento (senescência), comprometimento do estado de saúde, as perdas e mudanças dos papeis sociais, a dependência diante das limitações físicas e, até mesmo, perdas e lutos de entes familiares, frente essas perdas o conforto espiritual é uma estratégia de enfrentamento favorável (RIBEIRO et al., 2017).

Os idosos utilizam suas crenças religiosas e estratégias baseadas na fé, como uma das principais formas de enfrentar o adoecimento e a condição da cronicidade das doenças, dependendo da sua crença espiritual, o significado dado à experiência do processo de doença faz com que o enfrentamento e as estratégias para lidar com essas situações sejam mais fáceis ou com menos sofrimento (ROCHA; CIOSAK, 2014). É possível que, nessa fase da vida possam substituir aspectos organizacionais da religião por experiências espirituais internas. As crenças espirituais e religiosas podem fornecer relações que envolvem comunicação, apoio, ajuda e compartilhamento dos eventos da vida, promovendo um senso de comunhão e conexão com Deus, relacionando-se de forma positiva para dar significado e sentido à existência (HAUGAN et al., 2014a; HAUGAN, 2015; LEACH; SCHOENBERG, 2008).

Considerando a religiosidade e seu valor atribuído na velhice, conclui-se que a perspectiva histórica gerontológica e religiosa mostra que a pessoa idosa dentro de seu contexto cultural

e integral, com suas crenças religiosas e expressões de fé, têm na relação com a religião a vivência da religiosidade e do sagrado, que poderá favorecer como força para o enfrentamento das adversidades e sentido à existência, ou na relação de contemplação da existência e aceitação da velhice e finitude o que justifica a importância de estudos nessa temática e proposta.

Referências

BOFF, L. *Espiritualidade*: um caminho de transformação. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

BÍBLIA, N. T. Mateus. In: *Bíblia Sagrada*. 3ª Edição. São Paulo - SP: Editora NVI, 2023.

CARDOSO, M. C. S.; FERREIRA, M. C. Envolvimento religioso e bem estar subjetivos em idosos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v.29, n.2, p.380-93, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?frbrVersion=4&script=sciarttext&pid=S1414-98932009000200013&lng=en&tlng=en. Acesso em: 25 de set. 2024.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v.27, n.1, 2010. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S0102-30982010000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> acesso 7 de nov. 2022.

CELICH, K. L. S. et al. A dimensão espiritual no envelhecimento com qualidade de vida. *Envelhecimento Humano: múltiplas abordagens*, p. 176-188, 2008.

COSTA, F. V.; GOTTLIEB, M. G. V.; MORIGUCHI, Y. Religiosidade e sentimento de solidão em idosos. *Geriatrics, Gerontology e Aging,* Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.151-166, 2012.

COZMA, C.D.; COZMA, S. Religion and Medicine or the Spiritual Dimension of Healing. *Journal for the Study of Religions and Ideologies***,** Cluj Napoca, v.11, n.31, p. 31-48, 2012. Disponível em: http://jsri.ro/ojs/index.php/jsri/article/view/581/531. Acesso em: 15 dez. 2023.

DUARTE, Y. A. O. et al. Religiosidade e envelhecimento: uma análise do perfil de idosos do município de São Paulo. *Saúde Coletiva*, São Paulo, v.5, n.24, p.173-177, 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/842/84252404.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp, 2004.

ERIKSON, E.H. *O Ciclo de Vida Completo***.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GUERRERO-CASTAÑEDA, R. F. et al. Espiritualidade e religiosidade para a transcendência do idoso**.** *Revista Brasileira de Enfermagem,* v.72, n.2, 2019.

HAUGAN, G. et al. Relationships between self-transcendence and spiritual well-being in patients from cognitively intact nursing homes. *Journal International of Older People Nursing,* [S. l.], v. 9, n. 1, p. 65–78, mar. 2014a.

HAUGAN, G. The relationship between nurse-patient interaction and meaning-in-life in cognitively intact nursing home patients. *Journal of Advanced Nursing***,** Inglaterra, v. 70, n. 1, p. 107–120, jan. 2014b.

HILL, P.C. et al. Conceituando religião e espiritualidade: pontos de comunhão, pontos de partida. *Journal for The Theory of Social Behaviour*, [S.l.], v.30, p. 51-77, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1468-5914.00119. Acesso em: 21 de set. 2024.

HOSSEINI, S., CHAURASIA, A., OREMUS, M. O efeito da religião e da espiritualidade na função cognitiva: uma revisão sistemática. *The Gerontolist***,** Oxford, v.59, p.76-85. 2019. Disponível em: https://academic.oup.com/gerontologist/article/59/2/e76/3819372. Acesso em: 29 de abr. 2024.

IBGE. *Censo demográfico 2022***.** Disponível em: HTTPS://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html. Acesso em 5 jan. 2024.

KOENIG, H.G., MCCULLOUGH, M.E., LARSON, D.B. *Handbook of religion and health***.** New York: Oxford University Press, 2001.

KOENIG, H. G. *Medicina, religião e saúde: o encontro da ciência e da espiritualidade***.** Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

LAVRETSKY, H. Spirituality and Aging. *Aging Health***,** London, v.6, n.6, p. 749(21), 2010. Disponível em: http://dx.doi-org.ez116.periodicos.capes.gov.br/10.2217/ahe.10.70. Acesso em: 7 mai 2020.

LE, T. N. Life Satisfaction, Openness Value, Self-Transcendence, and Wisdom. [S. l.], *Journal of Happiness Studies***,** v. 12, n. 2, p. 171–182, 2011. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10902-010-9182-1. Acesso em: 9 set. 2024.

LEACH, C. R.; SCHOENBERG, N. E. Striving for Control: Cognitive, Self-Care, and Faith Strategies Employed by

Vulnerable Black and White Older Adults with Multiple Chronic Conditions. *Journal of Cross-Cultural Gerontology***,** [S. l.], v. 23, n. 4, p. 377–399, 6 dez. 2008. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10823-008-9086-2. Acesso em: 11 set. 2024.

LIN, K. P. et al. Religious affiliation and the risk of dementia in Taiwanese elderly. *Archives of Gerontology and Geriatrics*, [S. l.], v. 60, n. 3, p. 501–506, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.archger.2015.01.009. Acesso em: 25 ago. 2024.

LIN, Y. C.; WANG, C. J.; WANG, J. J. Effects of a gerotranscendence educational program on gerotranscendence recognition, attitude towards aging and behavioral intention towards the elderly in long-term care facilities: A quasi-experimental study. *Nurse Education Today*, [S. l.], v. 36, p. 324–329, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.nedt.2015.08.013 Acesso em: 17 nov. 2018.

LOPES, J. Acompanhamento Psicológico. In: DURGANTE, Carlos Eduardo (Org.). *Fé na Vida*. Porto Alegre: Francisco Spinelli; 2017, p.107-125.

LUCCHETTI. et al. Validação da versão em português da escala de Avaliação Funcional da Terapia da Doença Crônica - Bem-estar Espiritual (FACIT-SP 12) entre Internados Psiquiátricos Brasileiros. *Jornal de Religião e Saúde***,** New York, v.54, n.2, p. 112-121, 2015. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10943-013-9785-z. Acesso em: 11 dez. 2024.

KAMADA, M. et al. O papel da espiritualidade no enfrentamento da doença de Alzheimer. *Revista Sociedade Brasileira de Clínica Médica*, v.17, n.1, p.21-24, 2024.

MARINHO, M. S. et al. Longevidade e espiritualidade: o envelhecer como uma dádiva de Deus. *RBCEH***,** Passo Fundo, v. 14, n. 2, p. 159-168, maio/ago. 2017. Acesso em 20 set. 2024.

MONOD, S. et al. Validation of the spiritual distress assessment tool in older hospitalized patients. *BMC Geriatrics***,** [S. l.], v. 12, n. 1, p. 13, 2012. Disponível em: https://bmcgeriatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2318-12-13. Acesso em: 11 out. 2024.

MEMARYAN, N; RASSOULI, M; MEHRABI; M. Spirituality Concept by Health Professionals in Iran: A Qualitative Study. *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*. 2018. Disponível em . Acesso 21 dez.2024.

MIRZOEFF, N. O Direito a Olhar. *Educ. Temat. Digit***,** Campinas, v.18, n.4, p.745-768, Dez.2016.

NETO, L. F.; LOTUFO, JR.; MARTINS, J. C. *Influência da religião sobre a saúde mental,* São Paulo: ESETec, 2009.

NUNES, W.; ALVES, V. P. Velhice e conversão religiosa e suas implicações para os estudos gerontológicos. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 125–148, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41n115/0103-1104-sdeb-41-115-1102.pdf. Acesso em 4 maio. 2024.

PENNYCOOK, G. et al. Analytic cognitive style predicts religious and paranormal belief. *Cognition*, [S. l.], v. 123, n. 3, p. 335–346, jun. 2012. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0010027712000534?via%3Dihub. Acesso em: 25 ago. 2024.

PIRUTINSKY, S.; CARP, S.; ROSMARIN, D. H. A Paradigm to Assess Implicit Attitudes towards God: The Positive/Negative God Associations Task. New York, *Journal of Religion and*

Health, v. 56, n. 1, p. 305–319, 8 fev. 2017. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10943-016-0303-y. Acesso em: 12 set. 2024.

PESSINI, L. *Espiritualidade e a Arte de Cuidar em Saúde.* São Paulo: Thomson. 2004.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. et al. Estratégias de enfrentamento de idosos frente ao envelhecimento e à morte: revisão integrativa. *Revista brasileira de Geriatria e Gerontologia***,** Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 869-877, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232017000600869&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2024.

ROCHA, A. C. A. L.; CIOSAK, S. I. Doença Crônica no Idoso: Espiritualidade e Enfrentamento**.** *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 48, n. spe2, p. 87-93, Dec. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080- 62342014000800087&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2024.

SCHREIBER, J. A.; EDWARD, J. Image of God, Religion, Spirituality, and Life Changes in Breast Cancer Survivors: A Qualitative Approach. *Journal of Religion and Health***,** New York, v. 54, n. 2, p. 612–622, 2014. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10943-014-9862-y. Acesso em: 11 nov. 2024.

SCORTEGAGNA, H. M.; PICHLER, N. A.; FÁCCIO, L. F. Vivência da espiritualidade por idosos institucionalizados. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia,* v. 21, n.3, p.304-311, 2018.

SIMMEL, G. Fundamental religious ideas and modern Science: an inquiry. In: Helle, H. J.; Nieder, L. (Eds.). *Essays on Religion***.** New Haven: Yale University, 1997.

STROUT, K. A.; HOWARD, E. P. Five Dimensions of Wellness and Predictors of Cognitive Health Protection in Community-Dwelling Older Adults. *Journal of Holistic Nursing,* [S. l.], v. 33, n. 1, p. 6–18, 27 mar. 2015. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0898010114540322?casa_token=RJojlOe NWiEAAAAA%3AhcGHvLFkCj0OlQHK47N08i1QSIKYyhONg73jHYdnB3P_znYbltHnpvgG-bxwpg_YQ0pyac80eVoZNw. Acesso em: 17 set. 2024.

VELASCO-GONZALEZ, L.; RIOUX, L. The Spiritual Well-Being of Elderly People: A Study of a French Sample. *Journal of Relig ion and Health,* New York, v. 53, p. 1123–1137, 2014. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10943-013-9710-5. Acesso em: 13 out. 2024.

WALDRON-PERRINE, B. et al. Religion and spirituality in rehabilitation outcomes among individuals with traumatic brain injury. *Rehabilitation Psychology*, v. 56, n. 2, p. 107–116, 2011. Disponível em < https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fa0023552> Acesso em 12 set. 2024.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

PERCEPÇÕES PAISAGÍSTICAS E AMBIENTAIS DA REGIÃO DE IRAÍ DA DÉCADA DE 1930

Dirceu Adolfo Dirk
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Campus Santo Augusto
dirceudirk@yahoo.com.br

Resumo
Em 1933, o jornalista alemão Martin Fischer trocou as salas de redação de uma das maiores agências de notícias do mundo – a *Wolffs Telegraphisches Bureau* (WTB), de Berlim – por uma pequena comunidade rural no Oeste de Santa Catarina. Quatro anos depois, após uma rápida passagem pela Argentina, onde foi diretor de uma agência de notícias alemã, com sede em Buenos Aires, adquiriu uma área rural no recém-criado município de Iraí, no norte do Rio Grande do Sul. Juntamente com sua companheira – Charlotte Wollermann – se estabeleceu em uma *Kolonie* distante cinco quilômetros da sede do município, as margens do rio Uruguai, tornando-se um imigrante agricultor. Este texto traz, por meio do estudo da correspondência de Fischer e segundo a ótica da História Ambiental, suas impressões sobre a região de Iraí: o "encanto da paisagem"; a "quietude indescritivelmente envolvente da floresta"; as "encostas arborizadas"; e o "majestoso" rio Uruguai. Também discorre como Fischer abordou a alteração paisagística e ambiental da região de uma forma tranquila, que foi se transformando com a colonização, no entanto, despreocupada quanto ao desmatamento e em relação à extinção de espécies de animais nativos. O texto traz ainda, outros elementos sobre a "beleza paradisíaca" da região e a imagem que Fischer tinha dos indígenas, a partir de percepções com base em valores culturais de sua formação europeia, que constam no livro *Iraí – cidade saúde: trechos característicos de sua história*, de sua autoria.
Palavras-chave: História Ambiental. Imigração Alemã. Percepções paisagísticas.

Iraí: "bonita por natureza"

Para promover o turismo urbano, como estância hidromineral, e o potencial representado pelo turismo rural, o poder executivo passou a utilizar, na publicidade oficial do município de Iraí, a expressão "bonita por natureza". Basta acessar a página institucional na internet para visualizar várias descrições sobre a paisagem de Iraí: que a natureza, que "encanta a primeira vista", privilegia moradores, visitantes e turistas; que o usuário enquanto desfruta de um banho agradável pode contemplar a "vasta mata atlântica que circunda o município"; e que a Reserva Florestal Bosque Sagrada propicia "caminhadas, passeios ciclísticos e um bom lugar para descansar à beira do Rio do Mel" (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ, 2024).

Antes de fazer parte das Rotas Turísticas das "Águas e Pedras" e das "Gemas e Joias", a área que compreende o município de Iraí foi chamada de Colônia Guarita, Fontes do Barreiro do Mel, Águas do Mel, Cruzeiro do Sul e Irahy. Em meados do século XIX, a região era habitada por indígenas Kaingang, mas a expressão Irahy, de onde deriva o nome do município, vem de dois vocábulos da língua tupi-guarani: ira (mel) e hy (água). Etimologicamente, Kaingang significa "povo do mato" e segundo a classificação linguística esse grupo pertence à Família Jê do Tronco Macro-Jê. O povo Kaingang, descendente dos Guaianás ou Caaguás, habita há séculos o sul do Brasil. Devido ao seminomadismo, se dispersou pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e o sul de São Paulo (SANTOS, 1970).

A ocupação da região de Iraí por outras populações, que prosseguiram a história, teve início durante a Revolução Federalista (1893-1895), quando um grupo de aproximadamente 200 pessoas, provenientes de Cruz Alta, buscou refúgio nas

encostas das matas às margens do rio Uruguai. O grupo era partidário da revolução e estava sendo ameaçado pelas ações do governo. Em uma de suas incursões de caça e pesca, encontraram, às margens do rio do Mel, um afluente do rio Uruguai chamado assim em função das numerosas colmeias de abelhas, um pântano com várias fontes de águas quentes que emergiam do solo com grande força. Estavam descobertas as *Fontes do Barreiro do Mel* (FISCHER, 1954).

Encerrada a revolução, a maioria das famílias retornou a Cruz Alta, mas algumas permaneceram na região. Estas difundiram a existência das águas termais e teve início, então, uma sistemática ocupação por colonizadores. Após a fundação oficial da *Villa das Águas do Mel*, em 1916, diversas levas populacionais chegaram à região, com o predomínio das de origem italiana, seguidas de alemães, poloneses, russos e luso-brasileiros. A venda de lotes rurais na área de Irahy[14] iniciou em 1918, por meio da Comissão de Terras e Colonização, com sede em Palmeira das Missões[15]. Cada lote possuía vinte e cinco hectares, negociado a preço acessível e em parcelas anuais. A referida Comissão vendeu áreas rurais até 1929 (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ, 2024).

[14] O nome Irahy passou a ser usado em 1920, para designar o 2º Distrito de Palmeiras das Missões. Em 1941, seguindo as determinações do Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro passou a ser usada a grafia "Iraí".

[15] As Comissões de Terras foram administradas pela Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização, criada pelo governo do Estado por meio do Ato nº 15, de 31 de janeiro de 1895. Com o objetivo de organizar a ocupação efetiva da região norte foi instalada a Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, em 1907 e a Comissão de Terras e Colonização de Palmeira das Missões, em 1917.

Três anos após a emancipação político-administrativa, ocorrida em 1933, Martin Robert Richard Fischer e Charlotte Wollermann chegaram a Iraí, um município com cerca de dois mil habitantes, apontado como um dos mais importantes da região. O desenvolvimento como estância de águas termais justificava as melhores expectativas. Em seu livro *Iraí – cidade saúde: trechos característicos de sua história*, publicado em 1954, Fischer fez interessantes considerações sobre o município. Segundo ele, "qual uma esmeralda repleta de belos adornos, a cidadezinha fulge sobre as encostas das montanhas, num encantamento aos olhos de todos quantos se deleitam ao contemplar a grandiosa obra do Criador [...]" (p. 09). Em outro parágrafo, rico em linguagem poética e evocando sentimentos de emoção, complementou:

> E assim, atualmente com seus dois mil habitantes, mais ou menos, a cidade se descortina num magnífico panorama e se nos apresenta como encerrada numa paisagem fantasticamente linda e pitoresca que, até hoje, não obstante a civilização ter feito sua entrada aqui, há meio século, muito conserva da sua encantadora originalidade. Pois este recanto, às margens do majestoso Rio Uruguai, é um dos poucos lugares em todo o Rio Grande do Sul, onde ainda se pode achar a natureza em virgindade incólume (FISCHER, 1954, p. 9).

Fischer provavelmente queria impactar os leitores, logo no início da obra, ao descrever a pequena cidade de Iraí e o seu

entorno de forma laudatória. A expressão "pitoresca" traz uma conotação de charme e singularidade e digna de ser retratada. Conforme seu relato, mesmo tendo a "civilização" feita sua entrada, a região ainda era um espaço isolado, protegido, como se estivesse guardado de alguma forma.

A imersão de um jornalista alemão no mundo rural: o *Astendam* em Iraí

O imigrante alemão Martin Fischer teve uma vida repleta de marcantes acontecimentos e as mudanças foram uma constante em sua vida: três migrações entre dois continentes, duas por países da América do Sul e uma no interior do Estado[16].

Desembarcou pela primeira vez no Brasil, no início de 1921, permanecendo por alguns meses no Rio de Janeiro. Diante da prevalente animosidade contra os alemães, ainda decorrente do primeiro conflito mundial, decidiu se transferir para o Rio Grande do Sul. Residiu inicialmente em uma pequena colônia alemã, na área rural de Pelotas, onde trabalhou como professor. Por também fazer traduções e produzir artigos para jornais

[16] A pesquisa sobre os acontecimentos mais significativos de sua vida – origem, formação acadêmica, atuação profissional e ações nas sociedades em que esteve inserido – foi a base para a elaboração da tese de doutorado *A correspondência de Martin Fischer: uma contribuição ao estudo da imigração no sul do Brasil (1920-1960)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo (UPF), em 2023, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Gerhardt. A tese abordou, em um recorte temporal mais amplo, a trajetória pessoal e profissional de Martin Fischer, no entanto, o foco principal da investigação foi análise do conteúdo das cartas enviadas e recebidas por ele, nas décadas de 1930 e 1940, época em que morou em Iraí.

alemães do Estado, se tornou conhecido pela Editora Rotermund & Cia., de São Leopoldo, proprietária do jornal *Deutsche Post* (Correio Alemão).

Em seu *Lebenslauf* (Currículo), escreveu que a empresa lhe ofereceu uma "posição" no jornal: "Aceitei a oferta depois que a editora aceitou minha única condição, de que eu assumisse a redação do jornal. A partir de maio de 1924 dirigi o jornal até sua destruição em 1928" (FISCHER, 1964, p. 2). Entre atritos religiosos e políticos o jornal *Deutsche Post* sofreu empastelamento[17] em 28 de setembro de 1928 e deixou de existir.

Em dezembro, desse mesmo ano, voltou à Alemanha, onde trabalhou como escritor *freelancer* até ser contratado, em 1930, pela *Wolffs Telegraphisches Bureau* (WTB), principal agência de notícias alemã, em Berlim. Na WTB trabalhou por três anos, alcançando o cargo de chefe de redação política. Neste período, também, o Conselho da *Gesellschaft für Wirtschaftlichkeit Studien im Übersee* (Sociedade para Estudos Econômicos no Exterior)[18] lhe indicou para compor sua diretoria administrativa. A sociedade estava envolvida com a transferência e o estabelecimento de alemães no exterior por meio da criação e

[17] Empastelar como expressão jornalística, significa destruir a oficina gráfica de um jornal, danificando-lhe o equipamento, misturando ou espalhando tipos e matrizes, em geral por motivos políticos ou pessoais (Dicionário Aulete, 2011, p. 539).

[18] A forte crise econômica na Alemanha, no final da década de 1920, levou alguns políticos a criar sociedades com o objetivo de incentivar a emigração (GROH, 2009). Nesse contexto foi fundada a *Gesellschaft für Wirtschaftlichkeit Studien im Übersee* por Hans Luther, ex-chanceler da República de Weimar e pelos ex-ministros Hermann von Freeden e Erich Koch-Weser. Em 1935 foi incorporada pela *Gesellschaft für Siedlung im Ausland* (Sociedade para Colonização no Exterior), que seguia as orientações nazistas (SOARES, 2009).

organização da *Colônia Roland* (hoje Rolândia), no Paraná (FISCHER, 1964).

Em seu *Curriculum Vitae* relatou que, atendendo a um convite de autoridades do governo brasileiro, veio outra vez ao Brasil, em abril de 1933, como integrante de uma comissão oficial cujo objetivo era estudar as possibilidades de uma imigração alemã em grande escala para a região do Oeste Catarinense (FISCHER, 1961). O desejo de Fischer de retornar ao Brasil também foi mencionado nas correspondências trocadas com Hans Henning (1931; 1932), agente de vendas da Companhia Territorial Sul Brasil (CTSB)[19]. Em maio de 1933 Fischer e Charlotte Wollermann se estabeleceram na localidade de Passarinhos, hoje distrito de Palmitos, em Santa Catarina. Por meio do trabalho em um projeto de imigração alemã, os dois entraram em um mundo diferente para eles: o mundo rural.

Em março de 1934 Martin Fischer foi consultado sobre a disposição de aceitar ou não as atividades de correspondente do

[19] A Companhia Territorial Sul Brasil (CTSB) foi constituída em 23 de maio de 1925, em Porto Alegre (RS), onde permaneceu a sede administrativa. Atuou na venda de terras e na extração de madeiras e foi responsável pela colonização de parte da região Oeste de Santa Catarina. A sede operacional foi instalada em Cascalho, na época distrito de Chapecó, às margens do rio Uruguai e a sudoeste das terras da companhia. Em 1929 foi transferida para Passarinhos, sete quilômetros acima, também às margens do rio Uruguai. Com a transferência da companhia seguiu a sede do Distrito, a Intendência (Prefeitura), a Coletoria (Exatoria), o Cartório, a Igreja, o hotel e a barca. A mudança para a localidade de Passarinhos foi estratégica, pois incrementou o trânsito de pessoas representado pela cidade de Iraí, no Rio Grande do Sul, localizada na outra margem do rio. Em 1937, o escritório da empresa mudou mais uma vez, acompanhando a transferência da sede do distrito para uma área mais central. Na nova sede foi instalado, em 1954, o município de Palmitos (SCHUH, 2011).

Deutsches Nachrichtenbüro (DNB), no Rio de Janeiro. A consulta para assumir o cargo veio de Alfred-Ingemar Berndt, editor-chefe do DNB e destacado líder do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista), ao qual Fischer havia se filiado quando retornara a Alemanha. Respondeu não haver nenhum inconveniente, mas iria aguardar uma solicitação oficial antes de decidir. No entanto, como membro registrado no Partido Nazista seria difícil recusar a proposta (FISCHER, 27 maio 1934).

Na carta enviada ao jornalista Thomas Koch, expôs que emergiu algo completamente diferente do que havia sido proposto inicialmente – o cargo não seria mais para o DNB no Rio de Janeiro, e sim, para Buenos Aires. Alegou que se "separar" da floresta não seria fácil, mas por vários motivos não poderia desistir do convite que lhe havia sido feito (FISCHER, 30 set. 1934).

O trabalho no DNB e a permanência em Buenos Aires duraram apenas dois anos. Conforme relatos, em sua correspondência, afirmou não estar conseguindo se adaptar ao "conjunto de construções de pedra" e que estava com saudades da floresta, do ar livre, de cavalos, gado, aves e cães. O clima em Buenos Aires não lhe era atrativo, porque a planície de *La Plata* liberava muita umidade deixando o ambiente abafado. Ele próprio se sentia cansado e sonolento (FISCHER, 31 maio 1935; 30 nov. 1935).

Charlotte Wollermann escreveu para sua mãe, na Alemanha, informando que a ideia de ficar mais um tempo em Buenos Aires não prevaleceu e que estavam "desmontando as barracas". Conforme relatou a partida iria ocorrer antes do que fora originalmente planejado, pois Fischer estava tendo problemas "com algumas pessoas em seu emprego". O plano dos dois era retornar

ao Brasil, no início de 1937, para lá construir o *Astendam*[20] (WOLLERMANN, 01 dez. 1936).

Deixar a direção de uma agência estatal de notícias em Buenos Aires, capital da República Argentina, para viver em um lugar totalmente diferente, o pequeno município de Iraí, exige fortes razões. O que precipitou sua decisão quanto à desistência em permanecer na Argentina foi à relação conflituosa com Willy Köhn, liderança do Partido Nazista na Argentina e comissário estrangeiro do partido para os países sul-americanos e a questão do Juramento de Hitler[21]. Na impossibilidade do juramento na presença de Adolf Hitler, a solenidade deveria ser realizada perante os líderes nomeados por ele. Sobre esse assunto, tempos depois, em carta ao jornalista Hans Bayer, representante do DNB, no Rio de Janeiro, Fischer escreveu o seguinte:

> Eu prestar juramento por Köhn? Escrevi a Berndt e informei-o de que, se eu tivesse que prestar o juramento por Köhn, renunciaria ao

[20] A expressão *Astendam* é encontrada na língua romena e significa "estou à espera". Tratava-se de um lugar ainda não definido, mas que estava no imaginário dos dois para reconstruir suas vidas.

[21] Um juramento de lealdade (*Reichswehreid)* constituía o *Führereid* (Juramento de Hitler), que deveria ser feito por todos os oficiais e soldados das forças armadas, bem como por todos os funcionários públicos e de estatais da Alemanha Nazista. Essa determinação tornou-se pública, em 1934, quando Hitler passou a ser conhecido como *Führer*, após unificar os cargos de Chanceler e de Presidente e assumir os poderes de Chefe de Estado e de Comandante Supremo das Forças Armadas. A Lei sobre o Juramento de Lealdade foi publicado no *Reichsgesetzblatt*, Diário de Leis do Reich, de 22 de agosto de 1934.

> partido. Berndt respondeu que eu seria demitido do DNB, sem aviso prévio, se não fizesse o juramento [...] Então esse é o Partido? Essa é a sua verdadeiro face? Devo abrir mão de minha liberdade interior por quaisquer benefícios materiais? [...] Tirei minhas conclusões sobre o assunto, pedi demissão do DNB e anunciei minha saída do partido. Não tenho nada em comum com esses espíritos e nem quero (FISCHER, 03 jan. 1939).

No final de 1936 rescindiu seu contrato com o *Deutsches Nachrichtenbüro* (DNB) e, na sequência, se desfiliou do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista). Em correspondência ao *Versorgungsamt I* (Escritório de Previdência I), em Berlim, abordou seu desligamento da agência de notícias e informou que estava deixando Buenos Aires. O novo endereço ainda não estava definido, todavia o destino seria o Brasil. Assim que tivesse uma residência definitiva informaria o escritório (FISCHER, 29 dez. 1936).

Conforme suas próprias declarações, em documento autobiográfico, a escolha por Iraí se deu por dois motivos. O primeiro, é que escolheu a localidade para se refugiar de "perseguição" por iniciativa do partido nazista e da Gestapo (FISCHER, 1961). Na Argentina ele e Charlotte Wollermann não sofreram nenhum tipo de ameaça, mas também não queriam correr riscos, caso a decisão de transferir-se não fosse tomada. O segundo motivo é que, com recursos próprios, adquiriu uma área de 32 hectares, ao norte da sede do município, as margens do rio Uruguai, tornando-se um agricultor. No entanto, em seu *Curriculum Vitae* se autodescreveu como sendo apenas um "humilde colono" (FISCHER, 1961).

Por meio do estudo da sua correspondência foi possível constatar que havia a intenção de adquirir uma área agrícola e a transferência para o meio rural desde 1931 e que várias vezes mencionou a ideia quando ainda estava em Buenos Aires. Há que se discordar também da expressão "humilde colono", que cultivava uma "pequena chácara", utilizada por Fischer em seu *Curriculum*. Na área rural de Iraí ele possuía 32 hectares, toda a operação necessária para a produção de açúcar, de aguardente[22] e de outros derivados da cana-de-açúcar, a pecuária, assim como a maioria das plantações. Ele ainda possuía duas colônias em Passarinhos (na outra margem do rio Uruguai), onde plantava cana-de-açúcar e 40 alqueires de terras em Rolândia, no Paraná. Para vários correspondentes declarou que se tornou agricultor de corpo e alma e via nas atividades rurais a realização de seu projeto de vida. Fischer não mencionou, em sua correspondência, em que momento se tornou sócio de um hotel na pequena localidade de Taquarussu, distante 15 quilômetros de Iraí, a jusante do rio Uruguai, hoje pertencente ao município de Palmitos (SC). No entanto, relatou que em dezembro de 1940 um incêndio destruiu totalmente o hotel, onde perdeu cerca de 7:500$000 réis, o equivalente a sua participação no estabelecimento (FISCHER, 23 jan. 1941).

Conforme Regina Weber, "a imigração é um tema universal, pois, seja qual for o período histórico que estivermos enfocando, sempre constataremos habitantes de um lugar movendo-se para outro" (2006, p. 236). Para Frederik Schulze, é

[22] Em 1938, Martin Fischer e Charlotte Wollermann constituíram uma sociedade para a construção de uma destilaria de aguardente. Foi registrada com a marca *Tatú* - A caninha do Alto Uruguai e produziu aguardente entre 1938 e 1941.

parte do "processo de globalização cujo primeiro auge ocorreu no final do século XIX" (2014, p. 2). No Brasil, a imigração teve início no século XVI a partir do estabelecimento de um sistema relativamente organizado de ocupação. Vieram inicialmente os portugueses, seguidos de africanos, espanhóis e franceses. O processo de imigração intensificou-se a partir de 1808 quando um número expressivo de outros grupos europeus chegou ao Brasil, dentre eles italianos, alemães, poloneses e russos. A imigração alemã para o Rio Grande do Sul, durante os séculos XIX e XX, foi abordada por diversos autores. Alguns deles, como Roche (1969) e Willems (1980), constituem o campo historiográfico mais tradicional sobre a imigração alemã e em seus trabalhos trouxeram uma percepção idealizada e até mesmo romantizada do processo migratório ao veicular a imagem dos imigrantes como a de colonos que desbravaram a selva com muito sacrifício. Em suas obras também destacaram o caráter empreendedor, construtivo e associativo dos imigrantes em setores econômicos, educacionais, religiosos, culturais e recreativos. No entanto, não é com essa compreensão de imigrante e de colonização no sul do Brasil que Martin Fischer deve ser identificado. Ele foi sim um imigrante, no entanto, não envolvido em alguma corrente migratória ou em alguma política de colonização. Ele veio por iniciativa própria e com recursos para investir em atividades agrícolas. Por isso, sua história é distinta dos milhares de imigrantes que se tornaram pequenos agricultores.

As percepções paisagísticas e ambientais da região de Iraí

O incentivo a vinda de imigrantes/colonizadores europeus para o norte-noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa

Catarina, nos séculos XIX e XX, teve como objetivo a ocupação espacial; o desenvolvimento de novas formas de produção, voltadas para o mercado interno; e alterações nas relações sociais. Por meio da intervenção direta do Estado ocorreu a progressiva ocupação desses "novos" territórios (MARTINS, 1997). Por sua vez, a historiografia da colonização, na sua vertente conservadora, foi firmemente baseada na ideologia do progresso, na "saga dos pioneiros" e no sacrifício das primeiras gerações. Roche (1969) destacou que a agricultura colonial teve início com a "limpeza" da floresta existente. Segundo Juliana Bublitz, para o colono europeu "floresta derrubada era sinônimo de civilização" (2008, p. 210) e transformou-se no objetivo principal dos pioneiros a eliminação dessa vegetação, considerada "sinônimo de caos, de selvageria e de atraso" (BUBLITZ, 2008, p. 208). E, conforme Argemiro Brum, para determinadas atividades econômicas, o "mato não tinha serventia, era quase um estorvo" (1990, p. 13).

Portanto, em primeiro lugar, foi necessário remover a vegetação nativa para que novas terras pudessem ser utilizadas para a produção agrícola. Assim, os colonizadores conseguiram prosperar e avançar em suas atividades por meio do aumento progressivo da produção e de sua comercialização (ROCHE, 1969; WILLEMS, 1980).

Marcos Gerhardt, em seu livro *História Ambiental da Colônia Ijuhy*, publicado em 2009, abordou a vegetação nativa pela perspectiva utilitária aos colonizadores. Segundo ele,

> Uma vez que os campos eram preferidos para a pecuária, as áreas de mato ganharam maior importância econômica com a imigração, a partir do final do século 19. Viver junto ao mato, fronteira entre o civilizado e o

> selvagem, significou para os colonos a modificação de um ambiente associado a possibilidades, ameaças e fascínios (GERHARDT, 2009, p. 33)

Conforme Gerhardt (2009), das árvores das matas era possível extrair madeira para construções residenciais e galpões, para a fabricação de móveis e tabuinhas para a cobertura de casas. Com a madeira também eram confeccionadas moendas ou prensas para cana-de-açúcar, dormentes para a estrada de ferro, caixões funerários e, de algumas árvores, eram extraídas cascas e seivas para a produção de xaropes que combatiam doenças. As áreas florestais eram fornecedoras de recursos – muitas vezes os únicos disponíveis – essenciais à instalação das famílias no ambiente. Ter uma área de floresta, também, era um "atributo que valorizava a terra", pois sua remoção dava lugar a uma "roça nova" (GERHARDT, 2009, p. 79).

Especificamente, na ocupação territorial da região de Iraí, a área de floresta nos lotes adquiridos pelos colonizadores representava ainda outra possibilidade. Muitos proprietários pagaram as prestações de seu lote com a extração e venda da madeira que era exportada por intermediários à Argentina, através do Rio Uruguai (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ, 2024). Nesse caso, o desmatamento florestal ocorreu como uma estratégia dos colonos em obter lucro por meio da venda da madeira.

Segundo Fischer, milhares de troncos de "madeiras preciosas", principalmente cedro, mas também louro, pinho e outros desceram o rio Uruguai em grande quantidade para serem vendidos na Argentina (FISCHER, 21 set. 1937). As árvores eram extraídas e arrastadas até a margem do rio e depois que houvesse uma determinada quantidade de troncos, os mesmos

eram rolados para dentro do rio e amarrados uns aos outros com cipó. Então, eram montadas várias balsas compostas por dúzias de toras, que formavam um extenso conjunto. Conforme Marcos Schuh,

> Para que o transporte pudesse ser realizado, era preciso aguardar o período de chuvas. O rio precisava atingir o "ponto de balsa". No mínimo, devia ficar a três metros acima do nível normal, isto porque o rio possuía trechos não navegáveis, com pedras e quedas d'água. Nestes trechos, com a enchente e conhecendo o rio, era possível descer com a balsa (2011, p. 79).

No entanto, a intensificação do desmatamento, motivada pela expansão da área urbana, pelo avanço das áreas cultiváveis e pela comercialização da madeira, foi percebida pelas autoridades. Em fins de 1920, o Coronel Affonso Emílio Massot, Comandante Geral da Brigada Militar, atendendo a solicitação do Engenheiro-Chefe da Comissão Organizadora da Estância de Águas de Irahy, enviou um sargento, um cabo e cinco soldados "para evitar a destruição das matas e aves e o abuso das armas de fogo" (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ, 2024).

Martin Fischer, sobre a história dos primórdios de Iraí fez o seguinte relato:

> Com a colonização em lento progresso, a paisagem paulatinamente muda de aspecto. A selva majestosa teve que ceder ao machado, roças e sempre mais roças devoram a mata verde. Assim, o caráter da paisagem torna-se mais alegre, mais lindo, mais romântico.

> Onde antes o cedro, o angico e a guajuvira balançavam seus cimos sombrosos, cresce agora o feijão, o milho, trigo e batatas [...] que constituem a essência da produção da população campestre da região. Também a cana de açúcar, o fumo, laranjas, limas e limões, bananas, abacaxi e mamão aparecem em lugar dos gigantes caídos das selvas; e onde outrora vivia a anta, a onça e o javali, agora cacarejam pacíficas galinhas, grunhem gordos leitões nos seus chiqueiros e mugem vacas com seus terneiros (FISCHER, 1954, p. 23).

O relato de Fischer revela o processo de desmatamento que ocorreu na região setentrional do Rio Grande do Sul (com características similares no oeste de Santa Catarina), no qual a vegetação nativa foi removida para o desenvolvimento de uma agricultura colonial. Percebe-se que Fischer aborda a alteração paisagística e ambiental de uma forma tranquila, que vai se transformando com a colonização e o progresso, mas, também, despreocupada, particularmente quanto à extinção de espécies de animais nativos, como a anta, a onça e o javali.

Na sua correspondência Martin Fischer deixou claro que trocar Buenos Aires por Iraí teve, dentre outros motivos, a busca por liberdade, silêncio e tranquilidade. Mencionou que os dezoito meses que viveu em Passarinhos, entre 1933 e 1934, foram muito bons para "revigorar seus nervos", no entanto o tempo que ficou em Buenos Aires fez com que tudo regredisse. Dos cinco anos originalmente projetados, para ficar na capital argentina, o retorno para à "amada floresta" se deu depois de dois. Enquanto diretor do DNB e residente em Buenos Aires, por inúmeras vezes disse estar com saudades do ar puro, da beleza

paradisíaca do Vale do Uruguai e da quietude indescritivelmente envolvente da floresta, recursos que julgava importantes para aliviar as tensões, o estresse e uma "grande dose de insociabilidade". Um mês após sua chegada em Iraí, Fischer revelou que o modo de vida em Buenos Aires não lhe fizera bem. No entanto, "falta de paz interior", tensão, problemas cardíacos e "outras pequenas dores" não lhe incomodavam mais e certo entusiasmo havia retornado (FISCHER, 22 jan. 1937; 07 fev. 1937; 25 fev. 1937).

Quando de fato se instalou no interior de Iraí então se sentiu "completamente" livre e feliz no "silêncio e na paz da floresta". Construiu em sua residência um terraço com jardim de onde podia ver todos os dias as encostas arborizadas e o "majestoso rio Uruguai, com seus 600 metros de largura, que se move lentamente; é lindo e paradisíaco" (FISCHER, 07 fev. 1937). Além da vista "maravilhosa" do rio, Fischer e Charlotte tinham um barco de 8 metros de comprimento, com o qual saíam ocasionalmente para passeios e pescarias (FISCHER, 14 jul. 1937). Com seus correspondentes chegou a comparar as belezas de paisagens da América do Sul com aquela que ele tinha em frente aos seus olhos.

Para Christian Grotewold, jornalista residente em Buenos Aires, Fischer escreveu que a "beleza paradisíaca" de seu "cantinho no mundo" compensava todas as "delícias culturais" que ele e Charlotte haviam perdido. Afirmou que ambos estavam inteiramente imersos no trabalho que, por ser acima de tudo criativo, era infinitamente gratificante. Em um momento filosófico argumentou que:

> As condições de vida em que nós vivemos aqui são fundamentalmente diferentes das suas e, no final, o ambiente sempre moldará a

> visão de mundo [...] Afinal, não entramos na selva à toa. Amamos a natureza acima de tudo e nossos animais são nossos companheiros favoritos, mas a grande maioria das pessoas nos deixa tão indiferentes que preferimos evitar o contato próximo com elas. O número daqueles que estão próximos de você em termos de atitude e educação é muito modesto em relação ao grande número de pessoas que você conhece na vida e que você não pode simplesmente evitar. A solidão estimula o pensamento reflexivo e a se preocupar consigo mesmo e é aí que às vezes se forma uma visão de mundo que se desvia consideravelmente do habitual entre as pessoas bem-educadas. (FISCHER, 16 maio 1938).

A referência à entrada na selva – "fronteira entre o civilizado e o selvagem", segundo Gerhardt (2009) –, indica que Fischer e Charlotte tinham uma profunda apreciação pela natureza. Por outro lado, expressa a perspectiva da possibilidade do distanciamento social; por isso escolheram esse ambiente para viver. Na comunidade em que se inseriram eles se destacaram por uma educação e uma visão de mundo superior em relação aos outros residentes na região. Isso pode ter contribuído para sentimentos de alienação ou dificuldades em encontrar afinidades intelectuais com as pessoas com as quais interagiam. Desse modo, Fischer identificou satisfação na solidão, onde teve oportunidades para desenvolver o pensamento reflexivo.

Na última década, o impacto das florestas na promoção da saúde tem despertado interesse crescente entre os

pesquisadores[23]. Vários estudos mostram que passar um tempo na floresta melhora a atividade do sistema nervoso parassimpático, importante para o relaxamento e redução do estresse; do sistema cardiovascular, com significativa redução na pressão arterial; e do sistema imunológico, com o aumento de certas células (KRAFT, 2025).

Segundo Karin Kraft, doutora em naturopatia e com inúmeros estudos publicados sobre os efeitos da floresta na saúde humana:

> A floresta oferece um enorme potencial para a saúde humana [...] Isto, porque o ar puro e a elevada umidade têm efeito positivo na nossa saúde. Um dos exemplos mais apontados é o alívio do aparelho respiratório. Por outro lado, os estímulos sensoriais típicos da floresta, como o canto dos pássaros ou o cheiro da diversidade da flora, têm um efeito geral relaxante e a luz suave e o predomínio dos tons verdes promovem a redução do estresse e levantam o ânimo (KRAFT, INature, 2025).

Conforme Arruda (2000) a natureza está em alta novamente. As pessoas estão viajando para paraísos naturais, construindo casas em condomínios que se conectam com o meio

[23] Dedicar um tempo para se conectar com a natureza, apenas apreciando a beleza ao seu redor, pode trazer benefícios terapêuticos e contribuir para a prevenção de doenças. Essa é a conclusão que chegaram pesquisadores da Universidade de Chiba e da Escola Médica Nippon, de Tóquio, a partir de estudos realizados sobre uma prática que surgiu no Japão e hoje se difunde por diferentes países – o *shinrin-yoku* (banho de floresta) (SALLES, 2017).

ambiente e buscando locais distantes dos centros urbanos para escapar do "social" e da violência. Viver próximo à natureza, além da melhoria da qualidade do ar e da redução do estresse, também é um estímulo à atividade física ao ar livre, como caminhadas, corridas, ciclismo e práticas de exercícios.

Numa perspectiva filosófica, segundo Mikel Dufrenne (2002), o ser humano é inclinado a contemplação do belo e sensível às imagens que a natureza revela. Quem consegue passar por essa experiência enxerga o mundo sob outra perspectiva. Ainda, segundo o filósofo francês, a contemplação da natureza permite o afloramento da nostalgia, da poética e das dimensões não racionalistas do ser humano (DUFRENNE, 2002). E, para Arthur Schopenhauer, filósofo alemão do século XIX, a natureza, por meio de sua beleza estética, pode provocar um "efeito benéfico" sobre a mente das pessoas, pois têm o poder de tocar até mesmo aqueles que estão sobrecarregados por preocupações e sofrimentos, trazendo conforto mediante apenas um olhar (SCHOPENHAUER, 2003, p. 93-94).

Martin Fischer provavelmente tinha conhecimento sobre os benefícios terapêuticos proporcionados pelo ar puro da abundante floresta da região, pelo som dos animais, pelo movimento e cheiro da vegetação e pelas águas do rio Uruguai. O contato com esse espaço, manifestado de uma forma intencional desde o início da década de 1930 e como projeto de vida pós-Buenos Aires, perpassou as expressões sensoriais, como forma de recuperação física e mental e de redução de doenças relacionadas ao convívio urbano (trânsito, calor, poluição e ruído excessivo). A área florestal também foi vista como catalisadora para a introspecção e a contemplação estética, pois estava presente no entorno de Iraí e nas "encostas" do rio Uruguai. Quando se referiu ao ambiente natural como sua "amada floresta", que suscitava uma "paz celestial", Fischer vai

além de um simples apreço pela natureza, ele descreve a paisagem através de uma visão romântica. Também, as dificuldades em estabelecer conexões intelectuais com pessoas ao seu redor, o levaram a "solidão da floresta", onde se sentiu melhor e onde pôde dedicar tempo ao pensamento reflexivo.

Não há como analisar o processo da ocupação territorial, neste caso da região norte do Rio Grande do Sul, desligado da ação dos colonizadores quanto à derrubada das florestas, da modificação dos campos e do cultivo das terras. Fischer não foi diferente dos outros imigrantes que ocuparam essa região, com abundante cobertura vegetal. Ele também desmatou e interferiu na natureza local. Havia um potencial natural a ser explorado – que necessariamente deveria passar por uma transformação da paisagem. Sempre que uma área de plantio (milho, trigo, feijão ou cana-de-açúcar) fosse estabelecida ou ampliada, uma área de floresta era derrubada.

Para um de seus correspondentes relatou que um canavial de mais de três hectares podia ser visto, onde antes havia mata fechada; que a área de floresta entre a casa e o rio, "que sempre emitiu uma bonita silhueta ao luar" ficou menor; e que do rio para cima a floresta estava sendo desmatada para a plantação de 500 árvores frutíferas: pêssegos, goiabas e figos, cujas frutas seriam usadas na produção de conservas, doces e licores. Em outra correspondência relatou sobre a plantação de quatro mil mudas de bananas, cerca de dois hectares cultivados (FISCHER, 16 maio 1938; 13 out. 1938).

Em cartas escritas para a prima Ágatha, residente em Drengfurt, na Alemanha, Fischer revelou que se sentia feliz, em sua área rural, mesmo vivendo em condições "extremamente primitivas". Disse que poderia ser um pequeno consolo caso a prima soubesse como ele morava na floresta: que não havia luz elétrica, mas isso não importava porque a energia do petróleo

fornecia luz mais "quente" e "agradável"; que Iraí estava situada há cinco quilômetros de sua casa, mas que raramente a frequentava e quando fazia, não via a hora de retornar; e que o correio passava apenas duas vezes por semana no verão e uma vez no inverno, desde que as estradas estivessem transitáveis (FISCHER, 16 fev. 1938). Sobre o seu modo de vida discorreu que morava em meio à natureza, com seus cavalos, vacas, cães e gatos; que estava completamente imerso num trabalho por ele escolhido; e que lhe proporcionava o suficiente para viver. Também mencionou que na área rural de Iraí se tornou "incrivelmente" pouco exigente. Na maior parte do ano sua rotina ocorria ao ar livre, substituída apenas no inverno frio e úmido, quando era necessário um resguardo maior. Relatou, ainda, que sua modesta casa ficava próximo ao rio Uruguai, cuja largura impedia identificar detalhes na outra margem; e que tudo era "especialmente bonito nas noites enluaradas, quando toda a paz profunda da natureza, abençoada por Deus, chega a alguém tão plenamente" (FISCHER, 26 fev. 1939).

Fischer também escreveu sobre o intenso calor do verão 1940-1941, com frequentes temperaturas de 40 graus; no Natal teria chegado aos 42,5 graus na sombra. Por outro lado, as noites eram "agradavelmente frescas", geralmente em torno de 20 graus. Sobre os mosquitos, disse que, mesmo com a utilização da *Flitspritze* (bomba de *Flit*)[24] e outros meios de extermínio "não querem ser expulsos". Somente "quando fica mais frio, eles vão embora por conta própria" (FISCHER, 23 jan. 1941).

[24] O inseticida *Flit* era eficaz na eliminação de moscas, mosquitos, pulgas, formigas, traças, percevejos e baratas. Comercializado em embalagens de 500 ml, o produto líquido era esguichado por meio de uma bomba de pulverização manual.

Quando se aborda a ocupação da área rural de Iraí por imigrantes europeus ou migrantes de outras regiões do Estado, têm-se o conhecimento de que houve uma exploração eficiente dos recursos naturais pouco ou nada preocupada com a flora e a fauna locais, ou mesmo com as populações nativas. Como reconhecimento da importância dos povos originários na formação sócio-histórica de Iraí, Fischer dedicou às primeiras páginas de seu livro *Iraí – cidade saúde: trechos característicos de sua história*, aos indígenas Kaingang. Segundo ele, além da existência de uma natureza intacta,

> podemos encontrar-nos, em desertos atalhos, com índios caçadores, usando suas armas primitivas. Não são mais aqueles rapazes cor de bronze que, antes, percorriam as vastas matas antiquíssimas, os verdadeiros donos do sertão: os de hoje já são, por assim dizer, "lambidos" pela civilização; vestem camisas, calças e até usam chapéus, da maneira de homens civilizados (FISCHER, 1954, p. 09).

Relatou que as mulheres carregavam as crianças e utensílios, geralmente em cestos às costas e presos à testa por uma cinta; que os indígenas locomoviam-se com extrema rapidez e, mesmo em dias quentes de verão, percorriam longas distâncias em curto espaço de tempo; e que durante a temporada de banhos, em Iraí, famílias construíam nas proximidades "míseros ranchinhos" que satisfaziam suas "modestas aspirações", vivendo elas da 'indústria' para o turismo. Ainda, conforme Fischer, grupos Kaingang ofereciam para venda várias espécies de animais, como filhotes de macacos e de quatis; tucanos, papagaios e

caburés[25]; também, arcos, flechas, chapéus, leques, cestos e esteiras trançados de palha. Os indígenas deixavam-se fotografar sem a "menor estranheza", pois compreenderam ser uma "curiosidade" para os turistas (FISCHER, 1954, p. 13).

Martin Fischer revelou uma imagem dos indígenas a partir de percepções com base em valores culturais, pré-conceituais e morais de sua formação europeia. As expressões "lambidos pela civilização" e "da maneira de homens civilizados", reforçaram a concepção que via como atrasada a cultura kaingang. A introdução do vestuário europeu é um exemplo de que hábitos e costumes estariam em processo de mudança. Por meio de observações advindas do contato com os colonizadores europeus, eles acabaram desenvolvendo uma lógica comercial própria, ou seja, passaram a comercializar aquilo que podiam pegar da natureza (pequenos animais e aves) ou transformando materiais extraídos em instrumentos tradicionais (arcos e flechas), cestaria e artesanato.

Considerações Finais

Não há como negar os impactos da ocupação territorial e da colonização sobre as áreas florestais do Brasil meridional. A ideia de progresso levou os primeiros colonizadores ao modelo extrativista com ações a partir da exploração dos recursos naturais. E a situação ambiental atual é o resultado de um desmatamento desmensurado das florestas.

[25] Caburé é uma espécie de coruja encontrada desde o sul dos EUA até a Argentina. O senso popular acreditava ser portadora de boa sorte.

O campo historiográfico tradicional, sobre a imigração/colonização não discutiu com profundidade as consequências sociais da destruição das florestas, da erosão dos solos, dos desequilíbrios climáticos. Também da perda de biodiversidade, já que muitas espécies de plantas, animais e aves dependem das florestas para sobreviver.

Num primeiro momento, conforme o estudo das cartas trocadas com familiares e amigos, Martin Fischer desenvolveu uma concepção de natureza para seus problemas, pois olhou para a floresta como forma de liberdade, segurança, silêncio e tranquilidade e para reduzir o estresse. Tinha o entendimento que viver em meio à natureza, teria um efeito benéfico sobre o seu estado psíquico.

Por outro lado, a imigração de Buenos Aires a Iraí funcionou como um instrumento de transformação: de jornalista, Fischer passou a ser um agricultor. Ele seguiu a lógica de tantos outros que se fixaram nas áreas coloniais das regiões norte-noroeste do Rio Grande do Sul: produziu alimentos básicos em lotes de sua propriedade, por meio da policultura e removeu a vegetação nativa para o desenvolvimento de atividades econômicas.

A observação e a análise da transformação paisagística são necessárias para compreender melhor o passado. De um modo geral, no período da imigração europeia, da ocupação territorial e da colonização, em um contexto de abundância florestal, quanto mais próximo os colonizadores estavam desse ambiente natural mais temido e subestimado ele foi. Passado o processo colonizador e chegando aos nossos dias, à medida que as florestas ficaram mais escassas, mais elas vêm se tornando importantes e valorizadas.

Referências

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.

BRUM, Argemiro J. *História da Picada Conceição*: Barreiro. Ijuí: Ed. Unijuí, 1990 (Coleção Centenário de Ijuí).

BUBLITZ, Juliana. O recomeço na mata: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 12, n. 3, p. 207-218, set./dez. 2008.

DIRK, Dirceu Adolfo. *A correspondência de Martin Fischer*: uma contribuição ao estudo da imigração no sul do Brasil (1920-1960). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, 2023.

DUFRENNE, Mikel. *Estética e filosofia*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Arthur E. Kuss.* Passarinhos: 27 maio 1934. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 12 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Christian Grotewold.* Iraí: 07 fev. 1937. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 88 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Christian Grotewold*. Iraí: 16 maio 1938. MADP, AI 0.6.4., pasta 5, doc. 03 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Christian Grotewold.* Iraí: 23 jan. 1941. MADP, AI 0.6.4., pasta 5, doc. 96 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Fritz Busch*. Buenos Aires: 30 nov. 1935. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 209 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Hans Bayer*. Iraí: 25 fev. 1937. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 91 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Hans Bayer*. Iraí: 03 jan. 1939. MADP, AI 0.6.4., pasta 5, doc. 21 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Hans Grotewold.* Iraí: 14 jul. 1937. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 97 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Hermann von Freeden*. Buenos Aires: 31 maio 1935. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 28 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Hermann von Freeden.* Iraí: 21 set. 1937. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 103 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Hermann von Freeden*. Iraí: 13 out. 1938. MADP, AI 0.6.4., pasta 5, doc. 15 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Prima Agatha*. Iraí: 16 fev. 1938. MADP, AI 0.6.4., pasta 5, doc. 02 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Prima Agatha.* Iraí: 26 fev. 1939. MADP, AI 0.6.4., pasta 5, doc. 27 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Thomas Koch*. Passarinhos: 30 set. 1934. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 15 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada ao Versorgungsamt IV*. Buenos Aires: 29 dez. 1936, MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 86 (Coleção Martin Ficher).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Wollauf Marx.* Iraí, 22 jan. 1937. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 87 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Iraí* - cidade saúde: trechos característicos de sua história. Ijuí: Progresso, 1954.

FISCHER, Martin. *Curriculum Vitae /* Autobiografia. Ijuí: 1961. MADP, AI 0.6.4., pasta 3, doc. 19 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Curriculum Vitae /* Autobiografia. Ijuí: 1964. MADP, AI 0.6.4., pasta 3, doc. 20 (Coleção Martin Fischer).

GEIGER, Paulo (Org.). *Novíssimo Aulete*: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da colônia Ijuhy.* Ijuí: Ed. Unijuí, 2009 (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).

GROH, Thiago. A constituição da etnicidade judaica em Rolândia. In: LEWIN, Helena. *Judaismo e modernidade:* suas múltiplas interrelações. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

HENNING, Hans. *Correspondência enviada a Martin Fischer.* Passarinhos: 17 set. 1931. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 112 (Coleção Martin Fischer).

HENNING, Hans. *Correspondência enviada a Martin Fischer.* Passarinhos: 18 nov. 1932. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 121 (Coleção Martin Fischer).

KRAFT, Karin. *A ciência da Terapia de Floresta*. INature. Fundão. PT, 2025. Disponível em: https://www.inature.pt/inature/noticias/noticia/?nid=a-ciencia-da-terapia-de-floresta. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira:* a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ. *Conheça Iraí:* História. Administração 2021-2024. Disponível em: http://www.irai.rs.gov.br/historia/. Acesso em: 09 out. 2024.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SALLES, Carol. *Prática no Japão, "banho de floresta" promete reduzir o estresse*. VivaBem. São Paulo, 27 jan. 2017. Disponível em: https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redação/2017/01/25/pratica-no-japao-banho-de-floresta-promete-reduzir-o-estresse.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

SANTOS, Sílvio C. *A integração do índio na sociedade regional:* a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1970.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Metafísica do belo*. São Paulo: UNESP, 2003.

SCHUH, Marcos Batista. *Histórias da Colonização de Palmitos.* Chapecó: CEOM/ Unochapecó, 2011.

SCHULZE, Frederik. A constituição global da nação brasileira: questões de imigração nos anos de 1930 e 1940. Dossiê Brasil

no Contexto Global, 1870-1945. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.1-10, jan./mar. 2014.

SOARES, Marco Antonio Neves. Cultura material e identidades: vestígios do judaísmo presentes nos cemitérios municipais de Rolândia-PR. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.). *Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina: UEL, 2009.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões,* Vitória, v. 18, p. 236-250, 2006.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil:* estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

WOLLERMANN, Charlotte. *Correspondência enviada a Kleines Muttchen.* Buenos Aires: 01 dez. 1936. MADP, AI 0.6.4., pasta 4, doc. 80 (Coleção Martin Fischer).

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

ENTRE TIPOS, TINTAS E IMPRESSOS: NOTAS SOBRE OS PERIÓDICOS EXISTENTES NA HEMEROTECA GABRIEL PEREIRA BORGES FORTES (1827-1870)*

Djiovan Vinícius Carvalho
PPGMusPA/UFRGS
djiovanc@gmail.com

Resumo
O uso da imprensa como fonte nos últimos anos tem se mostrado um verdadeiro manancial para a produção de conhecimento. Repositório de ideias e cultura, nela encontramos dados sobre a sociedade e como viveram nossos antepassados, revelando questões que perpassam desde os seus usos e costumes, como informes sobre temas políticos e econômicos. Dessa forma, a adoção da imprensa como aporte analítico pelos pesquisadores revela a riqueza dessa abordagem, refletindo um campo de pesquisa mais amplo e coletivo, expandindo os horizontes para novas reflexões e problemáticas sobre contextos específicos. Com vistas a ampliar o uso da Hemeroteca do Instituto Histórico de Passo Fundo como fonte para a produção de conhecimento, em 2018, foi estabelecido o projeto "História da Imprensa no RS: múltiplas possibilidades a partir da Hemeroteca Gabriel Pereira Borges Fortes", desenvolvido, a partir de 2020, em parceria com o curso de Jornalismo da Universidade de Passo Fundo. Em um primeiro momento, o projeto focou na identificação dos periódicos que fazem parte da Hemeroteca, passando por sua catalogação e chegando em 2024 com a fase de descrição dos títulos. Desta forma, a presente comunicação tem por objetivo apresentar parte dos resultados do projeto, destacando as informações levantadas nos e por meio dos jornais disponíveis no conjunto, publicados no Rio Grande do Sul entre 1827 e 1870.
Palavras-chave: Imprensa; Coleção; Borges Fortes.

* Este texto só foi possível ao trabalho das voluntárias Cassiê Becker, Estefane Worst e Hanna Backes, acadêmicas do curso de Jornalismo da UPF, que elaboraram as fichas com as informações sobre os jornais, a quem agradecemos.

Coleção Gabriel Pereira Borges Fortes: trajetória e acumulação

Gabriel Pereira Borges Fortes (1920-2006) foi um indivíduo que acumulou uma extensa coleção, incluindo um conjunto significativo de jornais publicados na primeira metade do século XIX. Nascido no início da terceira década do século XX, Borges Fortes, assim como praticamente todo ser humano, no decorrer de sua existência, acumulou documentos e outros itens, que documentam as múltiplas ações por ele desempenhadas e realizadas no decorrer de sua vida. Ao falecer, em 2006, já no início do século XXI, Borges Fortes legou a seus descendentes um amplo e variado acervo, que não dizia respeito somente a sua própria vida, mas englobava itens que diziam respeito a outras tantas, como de seus antecedentes, por exemplo.

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Borges Fortes, a partir da década de 1950, esteve em diversas comarcas pelo estado do Rio Grande do Sul, inclusive em Porto Alegre, até se aposentar. Em meados da década de 1960 passou a integrar o corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desenvolvendo pesquisas sobre a imprensa sul-rio-grandense e participando assiduamente do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL). A partir disso, Borges Fortes adquiriu e trocou com diversos colegas obras literárias e jornais, que passaram a compor sua coleção particular. Não obstante, foi ele que, durante mais de 40 anos, fez a custódia de um grande conjunto de documentos gerados, adquiridos e guardados por seus antepassados.

Fundado em 1966, o CIPEL objetivava desenvolver pesquisas sócio-histórico-literárias A fundação da entidade acabou por reunir uma série de interessados pelas letras sul-rio-grandenses, que, no ano de 1968 - mesmo ano em que Borges Fortes

passou a pertencer ao quadro social da entidade – e envidou os esforços para celebrar condignamente o 1º Centenário do Partenon Literário[26], conforme salientou Lothar Hessel[27]. É nesse interim que Borges Fortes vai fazer a aquisição de parte do arquivo pessoal de Apolinário José Gomes Porto Alegre (1844-1904), influente professor e literato do século XIX[28]. A aquisição, acabará

---

[26] Foram empreendidas diversas ações, como exposição, participação em solenidades, publicações e jantar comemorativo. Além disso, no ano seguinte, foi encaminhado à Câmara Municipal uma lista com 19 nomes de fundadores para a nomeação de ruas da capital. HESSEL, Lothar. *CIPEL*: 20 anos de pesquisas (1966-1986). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. p. 17.

[27] HESSEL, op. cit.

[28] Nascido em Rio Grande no dia 29 de agosto de 1844, Apolinário José Gomes Porto Alegre era filho de Antônio José Gomes, que ocupava o cargo de inspetor da alfândega de Rio Grande, e Joaquina Delfina da Costa Campello. A família mudou-se para Porto Alegre em 1859, onde Apolinário Porto Alegre concluiu seus estudos secundários no Colégio Gomes[28]. Em 1861, Apolinário Porto Alegre iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, mas não conseguiu concluir o curso devido ao falecimento de seu pai, em setembro de 1863. Retornando ao seu estado natal, Apolinário Porto Alegre começou a trabalhar como professor, inicialmente de forma particular. Mais tarde, ele foi contratado para lecionar na escola do médico Cyro José Pedrosa, ministrando aulas também no educandário de José Ribeiro. Logo estabeleceu suas próprias instituições de ensino: em 1867, fundou o Colégio Porto Alegre, contando com a colaboração de seu irmão Aquiles Porto Alegre (1848-1926). Além deste, Apolinário Porto Alegre fundou mais dois educandários. O republicanismo exaltado por Apolinário Porto Alegre em seus escritos, estava presente também em outros projetos, como os educacionais. Em 1870, com seu irmão Apeles Porto Alegre, Apolinário Porto Alegre criou o Colégio Rio-Grandense, empreendimento que abandou pouco tempo depois, mas que foi continuado por seu irmão Apeles até 1891. Para ver mais sobre a trajetória de Apolinário Porto Alegre, ver: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O Partenon Literário*: poesia e prosa. Porto Alegre: Instituto Cultural Português, 1980. ARAÚJO, Naira Hofmeister de. *Estudo sobre a vida e a obra de Apolinário*

por delinear a pesquisa e o acervo de Borges Fortes, tamanho o seu volume e importância.

A aquisição do acervo, por parte de Borges Fortes aconteceu em 1970. Inferimos que isso só ocorreu em virtude do falecimento, em 24 de junho de 1969, do custodiante do acervo de Apolinário Porto Alegre, Álvaro Porto Alegre (1877-1969). Após seu falecimento, a viúva Adecarlie Ferreira Porto Alegre (1901-1980) passou a vender diversos itens do espólio a pessoas interessadas. O primeiro lote, segundo Arce e Campos, foi vendido ao monsenhor João Maria Balém, "que em seguida doou ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul". De acordo com as autoras "este 'lote' teria sido o mais volumoso, contendo a correspondência pessoal de Apolinário (cerca de 250 itens), além dos documentos referentes à Revolução Farroupilha"[29].

Em 1970, Adecarlice Porto Alegre recebeu em sua residência os pesquisadores e membros do CIPEL Gabriel Pereira Borges Fortes, Lothar Hessel, Moacyr Flores e Hélio Moro Mariante[30] e vendeu pilhas de materiais diversos. Nas palavras de Arce e Campos:

Porto Alegre. 2018, 125p. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

[29] Segundo as autoras, incluíam-se, neste lote, parte dos documentos do arquivo pessoal de Bernardo Pires de Oliveira, que atualmente compõem um fundo documental no IHGRGS. Divididos em 20 pastas, os documentos foram divididos da seguinte maneira: Correspondência; Trajetória Profissional, contendo documentos relacionados à sua participação na Revolução Farroupilha e nas revoluções platinas; e, por fim, Documentos Complementares (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2013, p. 38).

[30] Não há informações sobre o destino da parte adquirida por Hélio Moro Mariante.

> A documentação que ainda havia foi separada em quatro 'pilhas', tendo sido atendido o pedido de Gabriel Borges Fortes que em sua 'pilha' fossem colocados os jornais; em seguida, cada um pegou, às cegas, uma 'pilha', sem saber o conteúdo. E assim foram repartidos os documentos, posteriormente intercambiados entre os quatro integrantes, conforme os interesses de pesquisa (ARCE; CAMPOS, 2017, p. 221).

Os cipelistas trocaram entre si os materiais, seguindo as temáticas de pesquisa de cada um deles. Lothar Hessel ficou com os itens que se referiam ao teatro[31], Moacyr Flores com peças de teatro e alguns documentos relacionados à Revolução Farroupilha[32], enquanto Gabriel Borges Fortes acumulou os itens relacionados à imprensa, bem como os jornais. Os itens acumulados e produzidos ao longo da turbulenta vida de Apolinário Porto Alegre passaram então, em grande parte, às mãos de Borges Fortes, que os incorporou ao seu acervo.

Apolinário Porto Alegre morreu na Santa Casa de Misericórdia, em 23 de março de 1904, deixando obras de filologia, história, contos regionalistas, romances, poesias e teatro, numa gigantesca produção intelectual (PORTO ALEGRE, 1956).

Ao falecer, Apolinário Porto Alegre deixou não só um legado intelectual às letras sul-rio-grandenses, mas também um espólio de materiais, livros e manuscritos não publicados. Logo

[31] Seu arquivo pessoal está sob custódia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

[32] Segundo Naira de Araújo (2018, p. 64), Moacyr Flores possui "manuscritos das peças de teatro e cartas coletadas pelo autor com familiares de guerreiros farroupilhas, possivelmente parte de suas pesquisas sobre a revolução".

após seu passamento, ocorrido em março de 1904, Alcides Maya, sob o pseudônimo de *O. Graechus*, publicou, na primeira página do jornal *O Paiz*, editado do Rio de Janeiro, um tributo ao "velho mestre da mocidade rio grandense"[33]. Maya registrou "Assim descansou o lidador, legando á sua terra, que amava com a loucura de arabe pelo seu deserto, um immenso tesouro, em livros, ensaios e notas de historia, philologia, literatura e poetica" (GRAECHUS, 1904).

Apolinário Porto Alegre sucumbiu na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, mas residia, naquele momento na Casa Branca, residência por ele adquirida em 1885, conforme registrado na seguinte passagem:

> Em julho de 1885, Apolinário José Gomes Porto Alegre, republicano da propaganda e mestre da mocidade republicana de seu tempo, adquiriu, por compra, a casa Branca. Ela conservava a sua rusticidade antiga e o novo proprietário, pondo a peito em reformá-la, conservando-lhe a feição primitiva, com o firme propósito de fazer reviver até os seus dias a histórica e tradicional casa sem perder o cunho da época gloriosa em que tanto se destacara (PORTO ALEGRE, 1994, p. 72-73).

A Casa certamente não foi escolhida ao acaso. Localizada, naquele período, fora da cidade de Porto Alegre, no Morro Santana, a Casa Branca foi, durante a Farroupilha, quartel general dos farrapos, onde ocorriam reuniões entre Bento Gonçalves,

[33] GRAECHUS, O. Apollinario Porto Alegre. *O Paiz.* Rio de Janeiro, n. 7111, 28 mar. 1904, p. 1. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Antônio de Souza Netto e David Canabarro. Alfredo Varela, registrou o seguinte sobre a residência de Apolinário Porto Alegre:

> cheias as casas e repartições de armário, com os arquivos da Revolução Farroupilha, por cima das mesas se estendiam os documentos em exame, nos constantes estudos históricos do benemérito professor. Várias, pelas paredes, atraíam os olhares, as tocantes relíquias do decênio imortal: retratos dos heróis, planos de combates, roteiros de marcha, cimélios múltiplos (VARELA, 1959, p. 188).

Conforme Arce e Campos, Apolinário Porto Alegre "defensor do movimento revolucionário de 1835 [...], coletava documentos referentes ao período como fonte de inspiração para sua produção literária" (ARCE; CAMPOS, 2017, p. 201). Henrique Perin destaca que Porto Alegre publicava na *Revista Mensal* reproduções de correspondências e de ordens do dia, trocadas entre as tropas farroupilhas (PERIN, 2022). De acordo com Campos, Apolinário Porto Alegre reuniu consigo considerável acervo de Bernardo Pires de Oliveira, considerado um dos desenhistas da bandeira da república riograndense. Em suas palavras "Apolinário colecionou documentos do período, tendo sido seu parceiro nesta jornada Bernardo Pires". Segundo a autora, compreender essa questão é importante, "pois nos auxilia no entendimento da formação do próprio acervo de Apolinário, que também foi legatário do arquivo de Bernardo Pires" (CAMPOS, 2016, p. 277).

Sendo republicano histórico, empenhando em conhecer e propagar os ideais republicanos, faz sentido que Apolinário Porto Alegre dedicasse seu tempo em adquirir e conservar itens que lhe permitissem estudar aquele que se tornaria o "mito

fundante do Rio Grande do Sul"[34]. Nesse sentido, tal como afirma Heymann (1997), os critérios que norteiam o processo de acumulação de um acervo dependem das situações vividas pelo titular, bem como são demarcados pela posição social ocupada pelo indivíduo. Em outras palavras, à medida que os interesses, projetos, motivações e intenções do titular são reconhecidos, os itens do acervo parecem ganhar vida e ampliar o sentido, tanto do item, quanto do conjunto documental (ARCE; CAMPOS; CARVALHO, 2017).

Seu acervo, reunido ao longo da vida, refletia, portanto o desempenho de suas atividades. Mesmo que não possamos definir com certeza o que existia em seu acervo, inferimos que papéis relacionados aos educandários, clubes e entidades por ele fundados, estivessem entre seu espólio. Do mesmo modo, livros e manuscritos utilizados para estudo e anotações diversas. Além disso, correspondências, recibos e demais papéis concernentes a ações do cotidiano. Movido pelo desejo e pela necessidade, Apolinário Porto Alegre acumulou e produziu uma série de documentos, cuja trajetória passaremos agora a explorar.

Conforme Naira de Araújo, no obituário dedicado a Apolinário Porto Alegre, o jornalista Caldas Junior já sobressaltava que tanto a Biblioteca quanto o Museu do autor estavam "infelizmente jacentes em lamentável abandono, pelos compartimentos da Casa Branca" (ARAÚJO, 2018, p. 64). A Biblioteca seria "irremediavelmente perdida" como anota o filho Álvaro, em depoimento reproduzido em artigo que precede a antologia do Partenon Literario: pelo menos 5 mil volumes foram extraviados,

[34] Sobre essa questão, ver mais em: GOLIN, Tau. *Identidades*: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.

"ninguém sabe responder" onde se encontram, lamentou (ZILBERMAN; BAUMGARTEN, 1098, p. 21).

De fato, o acervo de Apolinário começou a ser fragmentado ainda durante sua vida, já que sua casa foi invadida e saqueada pelos castilhistas[35], que não pouparam seus manuscritos. Conforme Hessel (2004) e Araújo (2018), existem registros de descobertas de fragmentos de páginas de manuscritos nas residências dos comandantes da Guarda Estatal, bem como moedas antigas que faziam parte da coleção de Apolinário Porto Alegre e eram também peças do Museu do Partenon Literário.

Durante a Revolução Federalista (1893-1895), a Casa Branca de Apolinário foi depredada por autoridade policial, que pintou os cavalos tordilhos de piche, cortou as árvores frutíferas a machado, soltou animais no terreno e esparramou documentos e originais de Apolinário pelo pátio (PORTO ALEGRE, 2004). Álvaro Porto Alegre, filho de Apolinário, registrou o episódio da seguinte maneira:

> a sua Casa Branca fora assaltada repetidas vezes por beleguins da ditadura imperante, pondo portas abaixo, quebrando vidraças, fazendo em estilhas os tampos das janelas, despedaçando móveis, arremessando à rua livros e papeis que se estragavam sob a ação do tempo, fugindo apavorados os empregados para os matos próximos. (PORTO ALEGRE, 1956).

[35] Castilhistas são aqueles que seguiram as orientações do *castilhismo*, ideologia política defendida por Julio Prates de Castilhos.

Não é de surpreender que, em 1897, Alcides Maya (1897, p. 73) escrevesse: "As obras do ilustre velho da Casa Branca estão quase perdidas". As invasões destruíram parte da biblioteca de livros de interesse científico e geral que Apolinário mantinha em casa. Lothar Hessel expressa pesar em um breve texto, enumerando aproximadamente 300 autores citados por Apolinário apenas no *Popularium*. Segundo o autor "poucas obras da opulenta biblioteca particular da Casa Branca chegaram até nós" (PORTO ALEGRE, 2004, p. 471).

Após o falecimento do "solitário da Casa Branca", ao que tudo indica, o espólio passou a seu primogênito, Álvaro Porto Alegre, que passou a ser o custodiante dos materiais[36]. Conforme Arce e Campos, Apolinário foi o principal responsável pela primeira etapa de conservação da produção produzida por ele mesmo e, provavelmente, foi a única pessoa que de fato sabia o seu volume (ARAÚJO, 2018). Infelizmente, "jamais estamos seguros sobre o que foi guardado originalmente, o que foi destruído, se perdeu ou foi entregue a terceiros" (HEYMANN, 1997, p. 57). As autoras, ao estudarem a trajetória de alguns acervos relacionados à Farroupilha, destacam que "Álvaro ofertava documentos do pai a pessoas próximas (e talvez também os vendesse)" (ARCE; CAMPOS, 2017, p. 221). Isso se confirma ao analisarmos a obra *A margem de alguns brasileirismos*, de Augusto Daisson. Publicada em 1925, pela Livraria do Globo, a obra é dedicada à memória de Apolinário Porto Alegre, de quem Daisson foi "discípulo e admirador", conforme Zeferino Brazil destaca na apresentação. Na introdução, Daisson agradece à

[36] De acordo com Araújo (2018, p.64), "a maior parte dos manuscritos foram levados ao Rio de Janeiro por um 'escritor amigo' para tentar a publicação", o que não aconteceu. Anos depois, segundo a mesma autora, o herdeiro Álvaro Porto Alegre conseguiu reaver parte do material.

Álvaro Porto Alegre por ter lhe emprestado os manuscritos do *Popularim*, destacando "temos em nosso poder os manuscriptos da grande obra daquelle extincto professor" (DAISSON, 1925).

A década de 1920 é um importante ponto de inflexão para o referido arquivo pessoal. Ana Inès Arce, refere que em 1923 o espólio de Apolinário havia sido avaliado pelo Arquivo Histórico do Estado, que havia indicado sua aquisição, o que não aconteceu. No Relatório da Comissão encarregada, lê-se:

> Quanto ao espólio de Apollinario Porto Alegre, lamentavelmente os seus actuaes depositarios ainda nada resolveram; mas é licito esperar do seu patriotismo que elles o cedam afinal ao Estado, passando assim ao patrimonio commum do Rio Grande do Sul um thezouro moral de tão grande valia. Recolhidos ao Archivo Publico, methodicamente classificados, catalogados e mesmo dados à estampa, poderiam esses documentos ser utilmente consultados e examinados por todos quantos se interessam pelas cousas da historia patria (ARCE, 2015, p. 42).

Por razões por nós desconhecidas, os herdeiros de Apolinário Porto Alegre não aceitaram a proposta feita pelo Governo do Estado, sendo o acervo mantido pelo filho Álvaro Porto Alegre. Ao longo das décadas seguintes, Álvaro dedicou-se a publicar obras tendo como tema o pai ou seus escritos[37], fazendo inclusive a cópia de documentos, conforme destacou Lothar

[37] Citamos como exemplo: *O ciclo de Apolinário Porto Alegre*, publicado em 1944; *Apolinário Porto Alegre*, publicado em 1954; *Ronda da História*, publicado em 1956 e *Partenon Literário*, publicado em 1962, todos publicados pela Editora Thurmann.

Hessel[38]. Em 1924, João Pinto da Silva publica *História Literária do Rio Grande do Sul*, onde comenta sobre "o opulento espólio intelectual" deixado por Apolinário Porto Alegre (SILVA, 2013, p. 111). O espólio, ao longo das décadas subsequentes, continuaria a ser consultado por outros autores.

Guilhermino Cesar, na obra *História da Literatura no Rio Grande do Sul*, em notas de rodapé, admite ter lido "rapidamente em 1943 ou 1944" os originais do livro na casa de Álvaro Porto Alegre, destacando que Apolinário Porto Alegre "enfeixou [...] numerosos cadernos, destinados a corporificar uma obra tão volumosa quanto decantada", ressaltando "Impressiona realmente a cópia de estudos ali reunidos a vastidão dos assuntos abordados" (CESAR, 2006, p. 220-223). Em artigo publicado em 1949, Augusto Meyer também revela ter tido contato com os manuscritos de Porto Alegre, o que pode estar ligado com a projeção que as obras inéditas de Apolinário tiveram em 1944, por ocasião das celebrações do centenário de nascimento do autor (ARAÚJO, 2018, p. 66).

Na edição de 29 de agosto de 1944 do jornal *A Manhã*, é evocada a figura de Apolinário Porto Alegre, momento no qual é entrevistado o Gal. Souza Docca. Segundo ele, o Instituto Estadual do Livro estava "tomando as necessárias providências para publicar o importante trabalho de Apolinário Porto Alegre, o Popularium Sul-Rio-Grandense", destacando que o manuscrito contabilizava mais de mil páginas[39]. O entrevistado

[38] "Recebido [...], confirmou-se que não se tratava dos manuscritos originais de Apolinário, mas de cópia parcial feita por Álvaro Porto Alegre, acrescida de cópia datilografada de uns poucos capítulos feita naquele instituto [Instituto Estadual do Livro]" (PORTO ALEGRE, 2004, p. 492).

[39] EVOCANDO A FIGURA DE APOLINÁRIO PORTO ALEGRE. *A Manhã*, n. 937, 29 ago. 1944, p. 3. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

complementa suas observações sobre a biografia do professor, dizendo que o mesmo Instituto publicará o relato *Viagem à Laguna*, acrescentando que viria "prefaciado pelo dr. Valdemar de Vasconcelos" (*A Manhã*, 29 ago. 1944). Provavelmente, agradecido pela iniciativa, em 30 de outubro do mesmo ano, Álvaro Porto Alegre dedica ao então deputado Valdemar de Vasconcellos, uma de suas obras *Caudal Rumorosa*, publicada no mesmo ano. O diretor do Instituto Estadual do Livro era, naquele momento, Augusto Meyer, que havia assumido "o leme" da instituição ainda em 1937, momento de sua criação.

Somente na década de 1970, após a morte de Álvaro Porto Alegre, o cipelista Lothar Hessel, juntamente com uma equipe, passou a trabalhar nos originais do *Popularium*, tarefa que levaria anos. Segundo ele, em 1977, Adecarlice Porto Alegre doou ao CIPEL parte do acervo bibliográfico e documental de Apolinário e Álvaro Porto Alegre, o que ampliou a documentação a ser analisada para a preparação do livro, cuja primeira edição saiu em 1980 (HESSEL, 1987, p. 40). Conforme nota feita à segunda edição,

> no próprio dia do lançamento da primeira edição do Popularium Sul-RioGrandense, em 1980, a professora Tania Franco Carvalhal opinou para o reorganizador da obra que nela talvez não estivesse a parte que se encontrava no Rio de Janeiro, nas mãos de Augusto Meyer, diretor do Instituto Nacional do Livro, ao falecer, dez anos antes (PORTO ALEGRE, 2004, p. 495).

Lothar Hessel se apresenta à herdeira de Augusto Meyer, que lhe entrega o material que estava com o pai e que "tencionara publicar por partes" (PORTO ALEGRE, 2004, p. 495). O

pesquisador, ao registrar suas impressões sobre a tarefa de publicar a obra de Apolinário Porto Alegre, registrou:

> manuscritos a pena de aço; dispersos pela soldadesca castilhista; irrigados pela chuva; em parte perdidos para sempre, em parte recolhidos por seu filho adolescente; refeitos parcialmente pelo autor na volta do exílio; guardados durante decênios por Álvaro Porto Alegre; mencionados periodicamente e apontados por intelectuais como de necessária publicação; assim nos chegaram às mãos os originais do Popularium, em estado de deplorável desorganização (PORTO ALEGRE, 2004, p. 13).

Gabriel Pereira Borges Fortes, acrescenta ao seu acervo os artigos adquiridos fazendo questão de destacar, em muitos itens, sua proveniência, informando a compra da viúva de Álvaro Porto Alegre, relacionando-os com o espólio de Apolinário Porto Alegre. Ao que tudo indica, o maior volume de itens que passaram à coleção de Borges Fortes eram jornais, livros e revistas.

O conjunto reunido por Borges Fortes ao longo da vida passou a ser disperso ainda por ele, a partir de doações feitas ao Núcleo de Cultura de Venâncio Aires (NUCVA). Contudo, a maior dispersão aconteceu após 2015, anos após o falecimento de Borges Fortes, com doações da família ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e ao Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF).

Em 2017, a partir da inauguração da Sede própria do IHPF, a Instituição passou a fazer a custódia dos itens bibliográficos de Gabriel Pereira Borges Fortes, doados pelo então

presidente Fernando Miranda, após aquisição da neta de Borges Fortes, Márcia Cristine. Foi nesse interim que uma comitiva do IHGRGS, em visita ao IHPF comentou sobre o acervo de Gabriel Borges Fortes que estava sob custódia daquela Instituição. Foi combinada então, uma visita da arquivista do IHGRGS, Vanessa Gomes de Campos para conhecer os volumes e iniciar um trabalho para a identificação dos itens que haviam pertencido a Apolinário Porto Alegre.

Em 2018, após a organização da sede, o IHPF recebeu um chamado de membros da família Borges Fortes para buscar alguns jornais do acervo de Borges Fortes. Foram mencionadas edições d'*A Federação*, além de outros títulos de periódicos antigos, sem explicitar o volume ou quais exatamente eram os jornais. Quem recebeu o grupo foi Márcio Túlio Borges Fortes, em seu gabinete. Os periódicos estavam dispostos em uma escrivaninha no centro da sala, dentro de caixas de camisa e em uma mala, no canto da sala. O anfitrião deixou os visitantes à vontade para espiar à vontade o apartamento que lhe servia como gabinete de trabalho, ao estilo do que seu pai Gabriel Borges Fortes havia mantido. As paredes estavam cobertas por prateleiras metálicas, com livros de Direito, Literatura e outras áreas do conhecimento.

Os itens recolhidos foram incorporados à Coleção Gabriel Pereira Borges Fortes, contabilizando aproximadamente 2.600 exemplares de jornais, datados entre 1822 e a década de 1990, incluindo entre eles, diversos números do espólio de Apolinário Porto Alegre. Desde então, eles passaram a ser identificados em fichas individuais, relacionando os números existentes no IHGRGS e os do IHPF. Nesta etapa do trabalho, foram priorizados os jornais publicados no Rio Grande do Sul, totalizando 23 títulos, publicados, sobretudo, na década de 1830 (Tabela 1).

Dentre eles, encontram-se jornais de cunho político e/ou literário, publicados no contexto da Revolução Farroupilha. [40]

Tabela 1 – Periódicos publicados no Rio Grande do Sul entre 1827-1870

TÍTULO DO PERIÓDICO	Nº de exemplares disponíveis	
	IHPF	IHGRGS
AMERICANO	19	0
O AMIGO DO HOMEM, E DA PATRIA	8	83
O ANALISTA	89	0
ARTILHEIRO	1	22
BABOZA (A)	1	0
CAMPEAO DA LEGALIDADE (O)	176	20
COLOMBIANO	1	0
COMMERCIO (O)	206	53
CONSTITUCIONAL RIO-GRANDENSE	2	63
CONTINENTINO (O)	1	9
CONTINENTISTA (O)	2	4
CORREIO OFFICIAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO	33	14
CORREIO RIO-GRANDENSE (O)	2	0
ECHO PORTO-ALEGRENSE (O)	14	80

[40] Alguns dos números do acervo de Gabriel Pereira Borges Fortes foram digitalizados pelo projeto imprensa de Porto Alegre no século XIX: Análise de periódicos e construção de acervo digital, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em cooperação com o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Musecom) e com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e encontram-se disponíveis no portal da *Hemeroteca digital imprensa sul-rio-grandense do século XIX* (HDIRS), no link: https://www.ufrgs.br/hdirs/.

ESTRELLA DO SUL	1	2
IMPARCIAL (O)	1	0
IMPERIALISTA (O)	11	2
NOTICIADOR (O)	140	47
POBRE (O)	1	0
POVO (O)	6	6
RECOPILADOR LIBERAL	31	0
REPUBLICANO (O)	1	6
SENTINELLA DA LIBERDADE	14	21

Fonte: Fichas do projeto História da Imprensa no RS: múltiplas possibilidades a partir da Hemeroteca Gabriel Pereira Borges Fortes, elaboradas pelas voluntárias Cassiê Becker, Estefane Worst e Hanna Backes, acadêmicas do curso de Jornalismo da Universidade de Passo Fundo

Dentre os títulos listados acima, apresentamos:

1) *Estrella do Sul*, foi um periódico de curta duração, circulando apenas em março de 1843. Substituto do "O Mensageiro", o jornal teve apenas três edições e durou 11 dias. Com cunho legalista, ele informava os cidadãos sobre seus direitos e deveres e defendia o Governo. O Jornal era editado em Alegrete, pela Tipografia Republicana Rio-Grandense (BARRETO, 1986, p. 162). Na Hemeroteca Borges Fortes, no IHPF, pode ser encontrado o número 3.
2) *O Correio Rio-grandense*, foi um periódico de curta duração, acredita-se que existiram apenas 6 edições, que circularam em agosto de 1837. Na Hemeroteca Borges Fortes, no IHPF, podem ser encontrados os números 3 e 4. De cunho legalista, na folha eram publicados atos oficiais e chegado ao Presidente da província do Rio Grande do Sul Nunes Pires. Também atacava o Dr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, tido

como um dos responsáveis por acirrar os ânimos na Província (BARRETO, 1986, p. 79).

3) *O Echo Porto-Alegrense*, foi um periódico que circulou por mais de um ano, entre 1834 e 1835, após isso foi sucedido pelo "Continentista". Defensor da Revolução Farroupilha, usava o nome do Tenente-Coronel da Guarda Nacional Silvano José Monteiro de Araújo e Paula como "testa-de-ferro". Foi o primeiro jornal trissemanal da Província (BARRETO, 1986, p. 56).
4) *O Continentista*, foi um periódico que circulou por cerca de um ano, entre 1835 e 1836, sucessor do "O Echo Porto-Alegrense". Considerado o "jornal revolucionário de mais peso e valor", segundo Abeillard Barreto. Seu cunho revolucionário era tanto que iria chamar-se "O Farroupilha Rio-Grandense", mas mudou de última hora (BARRETO, 1986, p. 60-131).

Considerações finais

O presente texto não teve como objetivo esgotar o assunto, cujo potencial é infinitamente maior do que a proposta pretende. O conjunto de jornais colecionados por Borges Fortes representa um importante parcela do conjunto de periódicos publicados na primeira metade do século XIX, na Província do Rio Grande do Sul. Oriundos do espólio do literato Apolinário Porto Alegre, muitas dessas folhas podem auxiliar na compreensão de aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos, além da própria história da imprensa na Província. Dispersos por três instituições de custódia do RS, Núcleo de Cultura de Venâncio Aires (NUCVA), Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do

Sul (IHGRGS) e Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), o conjunto precisa agora ser reunido, ao menos de forma virtual, para que as séries permitam uma leitura mais acurada sobre os períodos em que foram publicadas. Esse é o intento do projeto "História da Imprensa no RS: múltiplas possibilidades a partir da Hemeroteca Gabriel Pereira Borges Fortes", que continuará o trabalho com a digitalização dos jornais já identificados.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Naira Hofmeister de. *Estudo sobre a vida e a obra de Apolinário Porto Alegre*. 2018, 125p. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

ARCE, Ana Inês. *"Jóias para os Museus da História":* o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1925-1940). 2015, 141p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

ARCE, Ana Inés; CAMPOS, Vanessa Gomes de. "Os restos mortais da Geração farrapa": notas acerca da trajetória dos acervos farroupilhas. In: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS, Jefferson Teles (Orgs.). *180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense*: as idéias da república em debate. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.

BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário

da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BORGES FORTES, Gabriel Pereira Borges. *Estudos Históricos e outros escritos*. Porto Alegre: EDIPLAT, 2000.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. No rastro da Revolução Farroupilha - Apolinário Porto Alegre e Bernardo Pires. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 151, p. 277-287, dezembro de 2016. p. 277.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. No rastro da Revolução Farroupilha - Apolinário Porto Alegre e Bernardo Pires. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 151, p. 277-287, dezembro de 2016.

DAISSON, Augusto. *A margem de alguns brasileirismos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

FLORES, Moacyr. Acadêmicos - Apolinário Porto Alegre. In: *Academia Rio-Grandense de Letras*. Disponível em: https://www.arl.org.br/academicos/quadro-academico/apolinario-Porto Alegre. Acesso em: 26 jan. 2024.

FLORES, Moacyr. Apolinário Porto Alegre, o professor e o político. In FLORES, Hilda Hübner Flores. (Org.). *Vidas e Costumes. P*orto Alegre: Nova Dimensão, 1994. pp. 133-142.

HESSEL, Lothar. *CIPEL: 20 anos de pesquisas (1966-1986).* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910).* 2004. 363 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.

MAYA, Alcides. *Pelo Futuro*. Porto Alegre: Tipografia de Franco & Irmão, 1897.

PERIN, Henrique. *A crônica de duas cidades*: saudade e melancolia na escrita de Aquiles (sobre) Porto Alegre (1912 a 1925). 2022. 337. Tese (Doutorado). o Programa de Pós-Graduação em História – Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2022.

PICCOLO, Helga. *A Política Rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 1974.

PORTO ALEGRE, Álvaro. *Ronda da História*. Porto Alegre: Thurmann, 1956.

PORTO ALEGRE, Apolinário. Discurso de Instauração. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O Partenon Literário: poesia e prosa*. Porto Alegre: Instituto Cultural Português, 1980.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium Sul-Riograndense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado pelo Dr. Protásio Antônio Alves, secretário de estado dos negócios do interior e exterior em 31 de agosto de 1923. Vol. II. Porto Alegre: Officinas Graphicas d'A Federação, 1923.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos à opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, João Pinto da. *História literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG; Instituto Estadual do Livro, 2013.

SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O Partenon Literário: imprensa e sociedade literária. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O Partenon Literário:* poesia e prosa. Porto Alegre: Instituto Cultural Português, 1980. p. 17.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. *Farrapos de estórias*: romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999). 2016. 326. (Tese) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

VARELA, Alfredo. *Remembranças*. Tempos idos e vividos. Rio de Janeiro: AGUSA Editora, 1959.

VILLAS-BOAS, Pedro Leite. Síntese histórica e índice geral da revista do Partenon Literário. In: HESSEL, Lothar Francisco. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama/ Instituto Estadual do Livro, 1976.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

CAMPESINATO NO SUDOESTE DO PARANÁ: SABER, COMUNIDADE E ECONOMIA (1960-1980)

Eleandro de Morais Vieira
Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Bolsista Capes
eleandro.morais.vieira@gmail.com

Resumo
O trabalho tem como proposta categorizar o ser camponês no Sudoeste do Paraná nas décadas de 1960 a 1980, período de grandes mobilizações, ações e lutas sociais, que envolveram os direitos dos camponeses, a disputa pelo sindicato, a mobilização pelo preço mínimo de alguns produtos, sobretudo, dos suínos, a luta pela terra, envolvendo três aspectos: o saber, a comunidade e a economia, tendo como fonte de pesquisa edições do Boletim Cambota, criado pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) de Francisco Beltrão, criada em 1966, a partir da atuação de padres belgas do Sagrado Coração de Jesus (MSC) na região e que atuou com os agricultores e agricultoras tanto no que diz respeito à assistência técnica, quanto na atuação política e combativa. Utilizaremos para ajudar a compreender o caminho que pretendemos seguir para caracterizar o campesinato da região no tempo e espaço específico da pesquisa o sociólogo Teodor Shanin e o filósofo e sociólogo Armando Bartra Vergés, o primeiro contribuindo na categorização de camponês de uma forma mais geral e o outro contribuindo com elementos a partir da análise dos camponeses mexicanos.
Palavras-chave: Campesinato. Sudoeste do Paraná. Agricultura.

Introdução

Este trabalho é parte do processo da pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História da

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Marechal Cândido Rondon e visa investigar a categoria camponês na região Sudoeste do estado do Paraná entre as décadas de 1960 e 1980, levando em conta três elementos: a comunidade, o saber e a economia.

A região do Sudoeste do Paraná é marcada e foi forjada por conflitos, disputas e violências que envolvem a questão fundiária, o território e a terra. O Paraná foi transformado em província em 1853, mas a região Sudoeste já recebia de forma sistemática colonizadores europeus pelo menos desde 1839, sobretudo de ocupantes dos Campos de Guarapuava em busca de novas regiões objetivando a exploração da pecuária extensiva (Wachowicz, 1985, 2016).

As questões litigiosas que envolveram a região passaram pelos tratados fronteiriços entre Portugal e Espanha (Madrid em 1750, Acordo El Pardo em 1761 e Santo Ildefonso em 1777), conflitos com a Banda Oriental, hoje Uruguai, a Guerra do Paraguai, conflitos mais diretos com a Argentina com a Questão de Palmas ou de Missiones, a Guerra do Contestado entre Paraná e Santa Catarina e a questão que envolveu mais diretamente a população que se estabelecia em um processo de colonização oficial dirigido pelo Estado Brasileiro que culminou com a Revolta dos Posseiros em 1957 que, ressignificada ao longo do tempo, foi fator para a construção de uma identidade do sudoestino (Cf. Myskiw, 2016; Cf. Valentini, 2016; Cf. Koling, 2018).

O conflito que culminou na Revolta dos Posseiros se originou na mobilização dos colonos contra a grilagem de terras estabelecida por empresas privadas que, mancomunadas com o governo do Estado do Paraná no Governo de Moysés Lupion, obrigavam, por meio de jagunços, a compra das terras já cedidas pela Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango) no governo de Getúlio Vargas aos colonos. A Gleba Missões e

Chopim, parte do território do Sudoeste, estava em conflito na justiça e as colonizadoras privadas se aproveitaram disso para tirar vantagens, criando um ambiente de violência e insegurança aos colonos (Poli, 2016; Koling, 2018; Priori et. al., 2012).

Com a mobilização dos posseiros e a ocupação das cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco em outubro de 1957, as empresas colonizadoras foram expulsas da região e criou-se um órgão misto envolvendo o Estado do Paraná e a União para regularizar as terras e titular as propriedades rurais e urbanas, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop). O Getsop atuou no Sudoeste até 1974 e promoveu a medição de 56.917 lotes, sendo 32.256 lotes rurais e 24.661 lotes urbanos em toda a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim, com a expedição de 43.383 títulos de propriedade, sendo 30.970 rurais e 12.413 urbanos (Poli, 2016; Koling, 2018; Priori et. al., 2012).

O Getsop encerrou seus trabalhos em 1974 e teoricamente regularizou com a expedição de títulos privados as terras e propriedades da região, entretanto, demonstrando que a suposta paz social alcançada pelo Estado por meio do Getsop e a regularização dos lotes aos colonos posseiros não foi tão efetiva assim, já que surge em 1983 um movimento sem terra na região, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes), evidenciando que mesmo com todo o esforço propagado de que o órgão tinha resolvido a questão fundiária, os problemas envolvendo a terra continuaram e se propagaram com várias mobilizações e lutas dos camponeses por terra (cf. Koling, 2018; cf. Vieira, 2020).

Dito isto, analisamos neste trabalho a constituição e reprodução dos camponeses da região analisando o Boletim Cambota, produzido, publicado e distribuído pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), fundada em 1966 por padres belgas da Congregação dos Missionários do

Sagrado Coração de Jesus que se estabeleceram na região neste período, utilizando-se de três elementos: a comunidade, o saber e economia.

Camponeses no Sudoeste do Paraná

O camponês não é apenas o indivíduo ou a família, mas, como defende Armando Bartra Vergés (2011), todo um emaranhado de relações que envolve a comunidade, os saberes, a economia, o governo local, com seus diversos aspectos para além da economia, como a socialização e a cultura. Deste modo, analisamos os camponeses em sua concretude, no todo relacional que caracteriza as suas vidas na região Sudoeste do Paraná. A reprodução camponesa se dá na unidade da família e também na relação com a comunidade camponesa, rodeada de costumes, socialização, solidariedade e saberes que formam o mundo camponês na busca pela sobrevivência e reprodução da família.

Os camponeses não podem ser mistificados, não podem ser transformados em a-históricos, como se fossem sujeitos abstratos, parados no tempo, escondidos em longínquos espaços rurais com seu modo de produzir pacato e sem perspectiva de melhoras ou separados da sociedade em geral e do sistema capitalista. Os camponeses devem ser compreendidos em seu contexto histórico, em sua estrutura social, em seu espaço geográfico, cultural, político e econômico (Shanin, 2005). Concebemos os camponeses como uma classe social dentro do capitalismo, não isolado, não separado e sem um modo de produção próprio, já que se relacionam com agentes externos ao mundo camponês na venda de seus produtos, mesmo que uma parte, e cada vez menor, seja usada na propriedade para subsistência. Os camponeses não possuem uma estrutura político-econômica de certo modo

auto-suficiente, ou seja, os sistemas de exploração e apropriação do excedente mais significativos de seu trabalho são, em geral, externos a eles (Almeida, 2003).

Outro ponto é que o campesinato quer estar na terra e mesmo quando expulso em alguns momentos, luta para retornar a terra, mesmo que seja uma terra distante da que estava. Não existe camponês sem a terra, e mesmo estando longe dela ou na cidade é ligado por ela por costumes, saberes, família. Como atesta Vergés (2011) é por isso que não pode ser analisado estritamente sob o aspecto econômico-produtivo, é preciso que consideremos outros fatores que fazem deles sujeitos específicos. Conforme José de Souza Martins (1981), o campesinato brasileiro é constituído na expansão capitalista e neste processo sempre esteve reivindicando sua permanência ou retorno a terra quando era expulso ou expropriado dela, surgindo com essa expansão, que é também realizada com a existência, fortalecimento e aumento do latifúndio, duas formas de propriedade privada da terra: a propriedade familiar e a propriedade capitalista, a primeira como terra de trabalho e a segunda como terra de negócio (Martins, 1981).

Os camponeses são analisados também como um modo de vida. Rodrigo Simão Camacho (2014) utilizando-se de Klass Woortmann, caracteriza o campesinato como um modo de vida usando das categorias terra, trabalho e família de modo relacional, junto a sentimentos de honra, reciprocidade e hierarquia, como elementos que constituem a existência ou modo de vida dos camponeses, estruturados como força de trabalho familiar, uma força de trabalho coletiva, em alguns momentos com ajuda mútua entre as famílias ou comunidades objetivando a reprodução material e cultural da classe sem ter a intenção pura da

acumulação de capital, levando em conta, primeiramente, a reprodução, a subsistência da família (Camacho, 2014).

Os camponeses como classe social podem ser caracterizados como sujeitos proprietários da terra e dos meios de produção e, ao mesmo tempo, trabalhadores, com uma organização de relação não-capitalista e, ao mesmo tempo, se reproduzindo, a partir das contradições do desenvolvimento desigual do capital e, deste modo, se inserindo no sistema capitalista como uma classe social (Almeida, 2003).

Os camponeses enquanto classe social tem suas perspectivas, suas concepções de história, visão de mundo e sua organização social. A categorização como classe social tem como proposta localizar socialmente a participação do camponês no processo histórico e social e, como indica José de Souza Martins (1981), a própria utilização da palavra camponês e da palavra campesinato no Brasil nos remete aos anos de 1960 quando as esquerdas procuram dar conta das análises das lutas dos trabalhadores do campo que tomam forma nos anos 1950 em várias regiões do país (Martins, 1981).

Neste sentido, abordamos a constituição da classe camponesa no Sudoeste do Paraná nas décadas de 1960, 1970 e 1980 utilizando-se os elementos saber, comunidade e economia, neste trabalho, utilizando-se como fonte o Boletim Cambota criado em 1973 pela Assesoar, publicado bimestralmente, principalmente, para dar subsídio aos Grupos de Reflexão e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do Sudoeste do Paraná com publicações de cunho político e técnico sobre planejamento da propriedade e produção, saúde, higiene, e demais questões que envolviam o cotidiano dos camponeses da região.

Comunidade camponesa

Apesar de a unidade camponesa ser familiar ou individual havia um grande apelo para a manutenção e o fortalecimento da comunidade camponesa que constituía e era a constituição do mundo camponês, sobretudo com sociabilidade, trabalho e religião. No Boletim Cambota de março e abril de 1976 foi publicado uma reflexão sobre "Caminhar juntos" em referência ao lema da Campanha da Fraternidade, campanha da Igreja Católica iniciada em 1962 e expandida a nível nacional em 1964, com temas discutidos pelas dioceses anualmente. O lema de 1976 foi utilizado pela Assesoar por meio do Cambota para refletir sobre a organização dos camponeses e como eles se relacionam, visando fortalecer e exaltar a noção de comunidade por meio da religião tão presente na vida dos camponeses (Assesoar, nº 15, 1976).

Nesta reflexão de 1976 há um texto em forma de questionamento intitulado "Basta caminhar juntos para formar comunidade? Parece que não basta". Como introdução a reflexão há a proposta da leitura do Ato dos Apóstolos 4, 32-35, da Bíblia, que oferece uma reflexão sobre comunhão e partilha: "Da multidão dos que creram, uma era a mente e um o coração. Ninguém considerava unicamente sua coisa alguma que possuísse, mas compartilhavam tudo o que tinham". Após essa introdução bíblica o texto segue dizendo que caminhar é preciso, que o grupo parado se esvazia e se desfaz e que o dinamismo proporciona fortalecimento e união (Assesoar, nº 15, 1976). A utilização de trechos bíblicos e o aproveitamento de campanhas religiosas, sobretudo, da Igreja Católica, eram utilizados como forma de ação da Assesoar, visto que as comunidades camponesas da região eram afeitas à religiosidade católica, assim como a Associação criada

por iniciativa de padres belgas da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus.

O Boletim Cambota usa do lema da campanha da fraternidade para abrir um debate sobre comunidade a fim de fazer os camponeses refletirem sobre as suas comunidades e sobre suas ações - se nelas estão caminhando juntos -, afirmando que, para isso, não basta andar lado a lado, juntar as pessoas, mas é preciso ter "sintonia, comunhão, união, apoio mútuo, ajuda mútua, respeito pelas qualidades e talento dos outros", é preciso ter ação, e, para além disso, refere-se que o caminhar juntos também tem a ver com os grupos que não devem ser fechados em si, isolados, mas devem abrir-se uns para os outros para "mútuo crescimento na busca da grande e definitiva comunhão e libertação". Para além da família camponesa e da comunidade camponesa havia o incentivo para que essas comunidades que existiam nos municípios, se relacionassem com outras, no sentido de aproximar os territórios camponeses, como nos descreve Fernandes (2012), aumentando a relação social do campesinato (Assesoar, nº 15, 1976).

Neste sentido de comunidade com seus aspectos de sociabilidade e religião, os camponeses criaram nos diversos municípios da região Sudoeste e incentivados pela Assesoar, Grupos de Reflexão que discutiam questões cotidianas, tendo como subsídio o Boletim Cambota. Conforme Ricardo Callegari (2020), os grupos de reflexão eram espaços em que os camponeses se encontravam e debatiam as relações sociais das quais faziam parte, em discussões que perpassavam a religiosidade, a espiritualidade, o cotidiano e a política (Callegari, 2020).

A comunidade camponesa envolve o trabalho, que perpassa todos os elementos que colocamos aqui de forma fundamental, a religião, a ética camponesa com seus valores, sobretudo, cristãos, e a família. A religião católica ou um parte da

Igreja Católica no período histórico que trabalhamos, sobretudo com o Concílio Vaticano II, preza por uma religião que atue ligada a vida concreta dos povos, não pregando somente a salvação final no encontro do Reino de Deus, mas uma atuação que pudesse melhorar a vida terrena para as comunidades e para o povo, contribuindo para construir uma sociedade mais humana e de acordo com o reino de deus.

A Assesoar recebia também cartas dos grupos de reflexão e publicava no Boletim Cambota. Em uma das cartas recebidas percebemos o forte sentimento de comunidade do Grupo de Jovens de Barra do Rio Tuna do município de Francisco Beltrão que comentou sobre o resultado da roça comunitária que estava sendo realizada na comunidade, informando que com os recursos "compramos uma Bíblia para fazermos as reflexões e um toca disco". A carta continua afirmando que o grupo já pensa em fazer uma terceira roça comunitária e formar uma biblioteca "para nos instruir mais", e, finaliza noticiando que farão um encontro com os jovens de Volta Grande, comunidade vizinha, mostrando que além dos sentimentos e relações comunitárias nas comunidades específicas das quais faziam parte, havia uma relação intencional entre elas, com camponeses que provavelmente compartilhavam dos mesmos modos de vida, anseios e dificuldades (Assesoar, nº 18, 1976).

A comunidade, como já escrevemos, faz parte do mundo camponês para além da unidade básica e primeira que é a família. A comunidade fortalece os laços e sentimentos já existentes de religiosidade, principalmente a católica, no período pesquisado, construindo espaços, com a ajuda de associações voltadas aos camponeses como foi a Assesoar, com a criação de espaços de socialização que podem ao mesmo tempo discutir diversos temas que se fazem presentes nas vidas dos camponeses, do dia a dia, da política, da produção, da comunhão com os grupos de

reflexão e também da comunidade como espaço de ajuda mútua, de solidariedade em alguns momentos e com objetivos específicos, para o fortalecimento de seu mundo.

Saber camponês

No elemento saber investigamos a lida com a terra e a propriedade, no modo como o camponês conduz a sua existência e de sua propriedade que faz parte do mundo camponês e do modo como se reproduz. No Boletim Cambota várias publicações aparecem relacionados a esses temas e em alguns textos há uma clara oposição e resistência ao processo de modernização da agricultura que começa a chegar no Sudoeste do Paraná na década de 1960.

A modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná, conforme Roseli Alves dos Santos (2008) se efetiva com o crescente cultivo de soja e com a implantação mais efetiva do pacote da Revolução Verde com a introdução de máquinas, sobretudo tratores e colheitadeiras, sementes selecionadas e modificadas, adubos químicos, herbicidas, inseticidas e crédito rural que possibilita o custeio das lavouras com a utilização de todo o pacote. Roseli faz um relação, em sua tese de doutoramento, da importância que teve o sistema de assistência técnica e extensão rural (Ater), principalmente com técnicos da Acarpa/Emater[41] na

[41] No Paraná, a Acarpa foi instituída em 1959 como uma entidade civil, sem fins lucrativos, filiada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). Em 1977, foi criada a Emater - PR com a finalidade de absorver as atividades da Acarpa, que havia iniciado seu processo de extinção. Em 2005, a Emarter modificou seu regime jurídico, passando de empresa

articulação de ações de convencimento da inserção do pacote tecnológico para melhorar a produtividade e a substituição da produção do feijão e de suínos pela produção de soja (Santos, 2008)

Até mesmo o Getsop, criado depois da Revolta dos Posseiros de 1957 com o propósito de regularizar as terras da região e expedir títulos de propriedade para os posseiros, atuou no processo de modernização da agricultura. Conforme Paulo José Koling (2018), o Getsop realizou ações voltadas a mecanização da agricultura, deixando para trás as enxadas, a foice e a espingarda utilizadas pelos posseiros para exigir a eliminação da grilagem das empresas privadas na região e o fim da violência cometido por elas em nome de uma supostas paz social por meio da titulação e produção racional e organizada para o mercado (Cf. Koling, 2018).

Em contraposição a essas ações o saber tradicional do camponês na lida com a terra era divulgado pelo Boletim Cambota objetivando demonstrar a efetividade desses saberes, ainda, na produção da unidade camponesa, como forma também de resistir a submissão do camponês à lógica totalmente capitalista. No Boletim Cambota de julho de agosto de 1976 há uma publicação sobre o controle da erosão do solo com uso de cidreira, fornecendo orientações para melhor cultivar a propriedade: acabar com a erosão e com a acidez do solo, praticar a rotação de culturas, cultivar o adubo verde e com esterco para só depois "pensar em adubar com adubos químicos (Assesoar, nº 16, 1976).

---

pública para autarquia, sendo denominada de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater. No Sudoeste do Paraná, a Acarpa foi instituída em 1968, no município de Francisco Beltrão (Santos, 2008).

No primeiro Cambota de 1977 também há uma parte dedicada a orientações sobre a lavoura, com um plano de medidas econômicas para as propriedades agrícolas, devido ao alto preço dos adubos químicos. O plano tem como objetivo acabar com a erosão fazendo curvas de níveis de borracha e plantando pastos em áreas desocupadas de milho, soja, arroz e outras culturas, realizar a análise da terra para observar a acidez de fósforo, nitrogênio e potássio, trabalhar com a rotação de culturas para evitar a multiplicação de pragas e doenças na lavoura e para contribuir na adubação do solo, criar pastos para diminuir o gasto com milho para as criações de animais, recuperar e utilizar o estrume dos animais para adubação e pensar em um plano de reflorestamento nas propriedades com árvores frutíferas e madeiras de lei (Assesoar, nº 19, 1977).

Com a modernização da agricultura, os camponeses foram impelidos a uniformizar-se com as tecnologias produtivas que surgem com a Revolução Verde, deixando aqueles que não se inserem nessa lógica na marginalidade. A Assesoar atua no sentido de preservar o saber camponês, incentivando a utilização de materiais da propriedade do camponês para a lida com a terra, como é o caso do esterco para a produção de adubos, no sentido de proporcionar menos custo de produção ao camponês e resistir a submissão dele ao pacote tecnológico.

Economia camponesa

No elemento economia percebemos os produtos e os modos como os camponeses do Sudoeste do Paraná cultivavam e produziam para a subsistência da família, mesmo que comercializados no mercado e também como o Cambota, como no elemento saber, resistiu a modernização da agricultura, não no

sentido de se contrapor a mudanças de forma estática, mas com a finalidade de fomentar as técnicas tradicionais para evitar os grandes custos e para produzir de forma vantajosa sem dispêndio de recursos desnecessários que o pacote tecnológico requeria.

A economia da unidade produtiva camponesa se relaciona, do mesmo modo, a comunidade camponês mais ampla, quando se articulam para produzir na terra aquilo que vai manter a família na propriedade e reproduzir o modo de ser camponês, não só para o próprio consumo, mas também para venda no mercado que não objetiva o lucro essencialmente, mas sim a comercialização para a subsistência da família, com a terra como terra de trabalho, terra camponesa, diferentemente da terra de negócios, terra capitalista utilizada para especular e explorar o trabalho alheio, nos moldes do que nos sugere José de Souza Martins (1981).

Conforme José de Souza Martins (1981), a expropriação dos camponeses tem várias faces, do capital industrial com as empresa de sementes selecionadas, pesticidas, inseticidas, máquinas agrícolas, do capital financeiro com os bancos, do capital comercial com as cooperativas, que os subjugam, "quando o agricultor percebe [...] ele está trabalhando para o banco, para o intermediário, transformando-se num proprietário nominal da terra" (Martins, 1981, p. 144), quando ainda possui terra, passando de proprietário real para esta condição, "sem o perceber ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital, em que além de ser o trabalho é também de fato o arrendatário" (Martins, 1981, p. 176), já que tem que pagar juros aos bancos e tem sua renda extraída pelas empresas capitalistas, pelos intermediários que colocam seus produtos em circulação no mercado.

Como já descrevemos no tópico sobre o saber, a Assesoar se empenha para contribuir com o camponês no

planejamento de sua propriedade com alternativas a ação da modernização da agricultura tanto no plantio como na estrutura, que também se liga, consequentemente a economia, pois as melhorias ou métodos sugeridos, tem como objetivo manter a propriedade camponesa produzindo de forma a garantir sua reprodução, observamos essas orientações no caso da criação de animais, sobretudo o porco e a galinha.

No Cambota de nº 23, de 1977, aparecem duas publicações sobre essas culturas. Na publicação sobre a produção de porco aparece uma citação que demonstra o preço da ração aos agricultores: "'se o porco come a ração, parece que a ração está comendo o agricultor', ela custa caro e continuará". Após aparece a orientação da alimentação dos porcos desde os leitões lactantes até o abate. No Cambota de nº 26, há outra orientação sobre a alimentação dos porcos sugerindo que os camponeses podem diminuir o consumo do milho substituindo-o por uma grande variedade de pastos para os porcos. Na publicação sobre a criação de galinhas o foco é a prevenção e controle de doenças, sugerindo a criação de pintos de aves selecionadas, cuidar da água e da ração, não misturar aves de idades diferentes, criação em galinheiros para ter maior controle, com ventilação e iluminação, orientando para a limpeza dos locais. Essa orientação vai no sentido de uma criação mais sistemática e planejada, diferente da criação de galinhas soltas, que podemos pensar sobreviver ainda entre os camponeses. Essas publicações sobre a produção, como já dito, tinha o intuito de orientar os camponeses para a maior produtividade das culturas de suas propriedades (Assesoar, nº 23, 1977).

No Cambota nº 24, de 1977, uma canção escrita por um camponês de Campo Mourão, descreve que com a modernização da agricultura, com "os maquinários virando o chão; tratores entrando por todos os lados; E os pobres coitados ficando na mão",

tiveram que se mudar para as cidades, “Deixando suas terras por outros lugares; Assim foi com milhares de nossos irmãos …. Aqui na cidade vieram viver; Sem nada saber, sem nenhum instrução; Trabalhando sempre, de noite e de dia; Sem ter alegria e sem ter proteção”, nos mostra como o enfrentamento para continuar na terra foi muitas vezes perdido e como era o olhar de ter que se mudar para as cidades, para as áreas urbanas, “Na grande cidade não vê seu valor; Derrama suor e ninguém dá a mão; Porque o lavrador nunca foi estudado; Não foi preparado, não tem profissão”, como um local em que o camponês seria desvalorizado e perdendo, além da lida com terra, o senso de comunidade camponesa, demonstrando ainda resistência para com isso “Agora sentimos a grande verdade; E a necessidade de algo fazer; Reunir o povo das grandes cidades; Em comunidades prá se conhecer; Trocando ideias, fazendo amizade; E as qualidades vão aparecer” (Assesoar, nº 24, 1977).

No Cambota nº 32, há uma publicação sobre as Notas Promissórias Rurais (NPR), dizendo que os agricultores assinam papéis quando vendem seus produtos a cooperativas e indústrias como a Frimesa de Medianeira, a Oleolar e a Comabra. Alerta que milhares de agricultores estão sendo chamados para pagar as dívidas dessas cooperativas. O texto descreve que os colonos são chamados a pagar as dívidas nos bancos porque venderam seus suínos, a soja, seus produtos em geral, mediante as notas e se “tornam um tipo de avalista destas notas”. Descreve que há uma lei que diz ser assim, a Lei 167 que dá plena garantia aos bancos e nenhum ao agricultor, isto é, se as cooperativas não pagarem as dívidas, elas ficam a cargo “dos segundos avalistas, também chamados de endossantes (agricultores)”. O texto demonstra que o camponês é explorado mediante o instrumento da Nota Promissória Rural (NPR) e fica obrigado a pagar as dívidas de empréstimos das cooperativas quando elas não pagam, lhes

tirando a renda de forma externa, além da já tirada pelas cooperativas que mediatizam e comercializam os produtos dos camponeses (Assesoar, nº 32, 1978).

Considerações finais

Este artigo faz parte da pesquisa da tese de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) e será aprofundado com a utilização de outras fontes de pesquisa, aprofundando a análise sobre os camponeses no Sudoeste do Paraná nas décadas de 1960, 1970 e 1980, com suas mobilizações, movimentos sociais, sindicatos e entidades de classe.

Os camponeses e o mundo camponês não podem ser analisados exclusivamente pela lógica produtiva-econômica, mas deve abranger outras questões que constituem os camponeses e suas existências como a comunidade, o saber, a economia, que fazem parte da ética camponesa e os constituem enquanto classe social e sujeitos históricos na reprodução e luta pela sua sobrevivência em meio a modernização da agricultura e as mudanças de contexto político, econômico e social que o período enfrentou como a Ditadura Civil-Militar e as ações mais diretas, sobretudo na década de 1980, inclusive com o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes) e posteriormente a participação dos camponeses da região no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a nível nacional.

Referências

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 10. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste*: ocupação e colonização. 1985.

MYSKIW, Antônio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira sul do Brasil. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (org.). *História da Fronteira Sul*. Curitiba: UFFS, 2016. p. 43-72.

VALENTINI, Delmir José. A Guerra do Contestado (1912-1916). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (org.). *História da Fronteira Sul.* Curitiba: UFFS, 2016. p. 222-248.

KOLING, Paulo José. *A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná:* a luta pela terra entre memórias e comemorações. Guarapuava: Unicentro, 2018.

POLI, Jaci. Revolta dos posseiros do Sudoeste do Paraná. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso. *História da Fronteira Sul.* Chapecó: UFFS, 2016. p. 249-270.

PRIORI, Angelo et al. *História do Paraná***:** séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012.

VERGÉS, Armando Bartra. *Os novos camponeses*: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. *Nera,* Presidente Prudente, v. 7, n. 1, p. 1-21, jul. 2005.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Identidade, distinção e territorialização*: o processo de (re)criação camponesa no mato grosso do sul. 2003. 390 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil***:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Algumas considerações acerca do modo de vida camponês. *Fórum Ambiental da Alta Paulista*, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 1-16, nov. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org.). *Dicionário da Educação do Campo.* São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 744-747.

CALLEGARI, Ricardo. *"Gente não é boi de carro, pro carro de boi puxar":* camponeses e a organização política no sudoeste do Paraná (1964/1985). 2020. 207 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2020.

SANTOS, Roseli Alves dos. *O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.* 2008. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geograria, Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar. *Boletim Cambota*, nº 15, Francisco Beltrão, mar. abr. 1976.

Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar. *Boletim Cambota***,** nº 16, Francisco Beltrão, jul. ago. 1976.

Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar. *Boletim Cambota*, nº 18. Francisco Beltrão, nov. dez. 1976.

Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar. *Boletim Cambota*, nº 19. Francisco Beltrão, jan. fev. 1977.

Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar. *Boletim Cambota*, nº 23. Francisco Beltrão, set. out. 1977.

Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar. *Boletim Cambota*, nº 24. Francisco Beltrão, nov. dez. 1977.

Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar. *Boletim Cambota*, nº 26. Francisco Beltrão, mar. abr. 1978.

Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar. *Boletim Cambota*, nº 32. Francisco Beltrão, fev. 1979.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA DA ELITE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO GOVERNO TRICHÊS (1971-1975)

Ericson Flores
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Farroupilha – Campus Panambi
ericson.flores@iffarroupilha.edu.br

Resumo
O objetivo deste trabalho consiste em apresentar e analisar os dados referentes à carreira política dos indivíduos que compuseram o secretariado estadual do Rio Grande do Sul no governo de Euclides Trichês, o segundo governador eleito indiretamente no período autoritário iniciado em 1964. Através de dados biográficos, ter-se-á uma visão sobre a origem dos membros do 1º escalão do governo gaúcho. Busca-se verificar como ocorreu o processo de escolha dessa minoria governante. A análise da sua trajetória anterior à entrada no governo possibilita verificar se os cargos foram preenchidos por indivíduos já inseridos no sistema político ou se eram "novos na política", conforme a expressão usual. Dados como exercício de cargo público anterior ao mandato, tipos de cargos exercidos, faixa etária, trajetória partidária, origem geográfica, entre outros, proporcionará uma visão sobre o governo estadual da época, com a possibilidade de verificar se e quais os secretários continuaram na vida pública após a passagem pelo Poder Executivo.
Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Governadores do Rio Grande do Sul; Elites políticas.

Governo Euclides Trichês

A Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, que entraria em vigor no dia 30 do mesmo mês, outorgada pela

junta militar que governava o país no impedimento de Costa e Silva, determinava, no artigo 13, § 2º, que a eleição de Governadores e Vice-Governadores seria "para mandato de quatro anos, far-se-á por *sufrágio universal e voto direto e secreto"* (grifo nosso). Ou seja, a Carta Magna continuava prevendo eleição direta para o executivo estadual. Porém, o mesmo documento determinava, no título das disposições gerais e transitórias, no artigo 189, que a eleição para governadores e vice-governadores em 1970, seria realizada, em sessão pública e mediante votação nominal, pelo sufrágio de um colégio eleitoral constituído pelas Assembleias Legislativas, que se reuniria no dia 3 de outubro daquele ano. Ainda foi decretada a lei 5.581, em 26 de maio de 1970, que estabeleceu as normas para as eleições indiretas de governadores e vice-governadores. Portanto, a eleição indireta de Euclides Trichês ocorreu baseada num ato transitório de uma emenda constitucional.

O estado do Rio Grande do Sul teve uma nova Constituição, promulgada em 27 de janeiro de 1970, sob os auspícios da ditadura militar. Esta também designava o poder executivo ao governador, que teria os secretários de estado como auxiliares. Como a anterior, esta também determinava a eleição do chefe do executivo por sufrágio universal e *voto direto* (grifo nosso) e secreto, para um mandato de quatro anos. Exigia que o cargo fosse exercido por um brasileiro, maior de trinta e cinco anos e no pleno exercício dos direitos políticos. A carta estadual de 1970 previa a eleição do vice-governador junto com o titular, sendo seu substituto, no caso de impedimento, e seu sucessor, no caso de vacância. O artigo 69 desta Constituição afirma que os secretários de estado seriam escolhidos dentre brasileiros maiores de 21 anos e deveriam satisfazer as condições de elegibilidades exigidas para os deputados estaduais, estando sujeitos às mesmas incompatibilidades e proibições.

A Assembleia Legislativa reuniu-se em 3 de outubro de 1970 para a eleição do governador e vice-governador. Euclides Trichês, da ARENA, foi o único candidato. Recebeu os 25 votos dos deputados do partido da situação. O MDB, com apenas 20 deputados, seguiu a orientação da executiva nacional do partido e absteve-se da eleição. Nessa legislatura foram eleitos em 1966, 28 deputados do MDB e 27 da ARENA. Ao longo do mandato, 9 deputados do MDB tiveram seus mandatos cassados e nenhum suplente foi convocado (somente um deputado cassado retomou o mandato).

O único deputado oposicionista presente no plenário foi Pedro Simon, líder da bancada. Antes da votação nominal, Simon ainda proferiu breve discurso em que manifestou a sua desconformidade diante da maneira pela qual se procedia a escolha dos governantes. Disse "a minoria de hoje, devido ao afastamento de nove ilustres e honrados parlamentares fora maioria por vontade popular na atual gestão como também na passada" (*O Estado de S. Paulo*, 04/10/1970, p. 5).

Como o cargo de secretário estadual não é eletivo, mas de livre indicação e nomeação do chefe do Poder Executivo, será importante observar se tais indivíduos "entraram na política" somente quando efetivamente passaram a fazer parte do governo ou o cargo foi apenas uma continuação ou até mesmo o final de uma carreira política de maior extensão. A fim de verificar esta questão, deve ser analisado o tempo (número de anos) de exercício em cargos eletivos no Executivo e no Legislativo, nas esferas municipais, estaduais e federais. Cargos no Poder Judiciário não serão considerados como políticos, tendo em vista seu provimento se dar, via de regra, através de concurso público.

Experiência (atuação) política anterior ao exercício do secretariado

O governo de Euclides Trichês teve 19 ocupantes de secretarias estaduais ao longo do quadriênio. Destes, se pode considerar que oito não tinham trajetória política prévia. Neste grupo, porém, há três militares que ocuparam as secretarias da Segurança Pública e a Casa Militar. O primeiro ocupante da pasta da Segurança foi o coronel do Exército, Athos Baptista Teixeira, que ficou dois anos e meio no cargo. Em seguida, assumiu o também coronel do Exército, Ney Pinto de Alencar, que ficou até o final do governo.

Os secretários da Agricultura (Edgar Irio Simm), da Indústria e Comércio (Roberto Pires Pacheco) e da Fazenda (José Hipólito Machado de Campos), eram professores universitários e não tiveram carreira político-partidária propriamente dita. Edgar Simm chegou a ocupar postos na Prefeitura de Porto Alegre, entre outros o de secretário da Fazenda e diretor financeiro do Grupo Executivo da Região Metropolitana. Com Mestrado em Economia Agrícola por uma universidade norte-americana, era professor universitário há dez anos.

Roberto Pires Pacheco era Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Michigan (EUA) e havia estagiado em órgãos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BIRD) e na Comissão Interamericana da Aliança para o Progresso. Edilson Baptista Chaves ocupou a secretaria da Indústria e Comércio no final do governo, mas não foram obtidas informações a seu respeito.

José Hipólito Machado de Campos, da Fazenda, também era professor universitário e ocupara cargos no Banco Regional

de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Carlos Verissimo de Almeida Amaral foi titular da pasta da Coordenação e Planejamento por dois anos, na segunda metade do governo Trichês, em substituição a Guilherme Socias Villela. Também era professor.

Entre a maioria do secretariado que detinha experiência política prévia ao exercício do cargo, a média de tempo era de 9,6 anos. Isto pode ser considerado um tempo médio de experiência profissional no campo político-administrativo. O mais experiente dentre eles era Otávio Germano, o secretário do Interior e Justiça. Oriundo do PSD, antes de assumir o cargo já tinha exercido três mandatos de vereador em Porto Alegre e dois mandatos de deputado estadual, o primeiro como suplente, mas assumindo várias vezes. Para exercer o secretariado, licenciou-se do terceiro mandato de deputado estadual. Tinha, portanto, vinte anos de atuação prévia ao secretariado, aos 46 anos de idade.

Outro secretário com boa experiência político-administrativa era Jair Soares. Bem mais jovem, com 37 anos, também começou no PSD. O titular da pasta da Saúde já possuía 16 anos de atuação. Havia sido chefe de gabinete da Secretaria Estadual de Obras no 1º governo Meneghetti, quando Trichês era o secretário. No período em que Brizola foi governador, ocupou a chefia de gabinete da presidência da Assembleia Legislativa, onde era servidor concursado. No 2º governo Meneghetti, foi chefe de gabinete do presidente do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) e voltou a Assembleia Legislativa no mesmo cargo anterior. Na gestão Peracchi ocupou a chefia do Departamento Estadual de Compras até ser nomeado secretário estadual da Administração, cargo que ocupou por sete meses. Ressalta-se que todos os cargos eram de livre nomeação. Neste

caso, a larga experiência foi adquirida com idade pouco avançada. Certamente o convite para a pasta da Saúde ocorreu porque já era "pessoa de confiança" do governador há um bom tempo e possuía experiência em cargos de gestão pública.

Nelson Marchezan foi o segundo ocupante da pasta do Trabalho e Ação Social. Chegou ao cargo após um mandato de vereador em Santa Maria, sua cidade natal e dois mandatos de deputado estadual. Tinha, portanto, 12 anos de experiência prévia.

O secretário dos Transportes era Paulo Nunes Leal. Possuía 12 anos de atuação político-administrativa prévia. Chegou a ser governador do antigo território de Rondônia por seis anos, em dois mandatos. Este cargo na época era indicado pelo presidente da República. O curioso é que sua origem partidária era o PTB e fora nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek. Era engenheiro militar do Exército, como Trichês, e havia sido, por dois anos, superintendente de ferrovia federal. Além disso, fora colega do governador na Câmara dos Deputados no quadriênio anterior. Provavelmente por esses motivos, foi convidado para a pasta dos Transportes. Com 55 anos, era o veterano do secretariado. Percebe-se com isso que o grupo escolhido por Trichês era mais jovem. De fato, dos quatro governos, foi o que teve a média de idade mais baixa entre o 1º escalão.

Com oito anos de experiência prévia havia três secretários. A pasta da Administração era ocupada por Dolmy Tarasconi, com 43 anos de idade. Anteriormente era ligado ao PRP, partido que abrigava os integralistas. Havia ocupado postos de escalões inferiores nos governos Meneghetti e Peracchi Barcellos. Sua trajetória era, então, em cargos comissionados. Fato interessante é que esta secretaria, foi também ocupada por

pessoas ligadas ao antigo PRP nos dois governos que sucederam a gestão Trichês.

O chefe da Casa Civil, Victor Faccioni, era o segundo com oito anos de atividade política, embora tivesse apenas 29 anos de idade, o mais jovem do grupo. Oriundo do PDC, havia sido vereador e deputado estadual. Foi reeleito para a Assembleia Legislativa quando convidado para a secretaria. Era, como o governador, de Caxias do Sul, fato que pode ter contribuído para sua escolha.

O último do grupo com oito anos de atividade anterior ao cargo era Guilherme Socias Villela, o secretário de Coordenação e Planejamento. Com 35 anos, já havia acumulado alguns cargos nos escalões inferiores, sendo um no governo estadual (Meneghetti) e outros no federal (ministérios) antes de assumir a referida pasta.

Roberto Geraldo Coelho Silva assumiu a Secretaria do Trabalho e Ação Social com 42 anos de idade. Não tinha muito tempo em cargos de natureza político-administrativa. Foram três anos como prefeito de Rio Pardo. Ocupou ainda os cargos de diretor da Cohab (órgão estadual de habitação) e do Demhab (Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre) no quadriênio do governo Peracchi. Portanto, com sete anos de exercício em cargos políticos. O diferencial neste caso é que era promotor de justiça e professor, portanto, com outro tipo de experiência profissional.

O secretário de Energia, Minas e Comunicações era Henrique Anawate, o mesmo que havia ocupado a pasta no governo anterior. Era um técnico com boa experiência na área metalúrgica e administrativa. Não havia exercido cargos políticos antes do mandato no secretariado de Peracchi. Tinha 48 anos quando assumiu o cargo no governo Trichês.

O secretário de Obras Públicas era o engenheiro Jorge Englert. Tinha 47 anos. Nomeou sua irmã Carmen Englert para a chefia de gabinete da pasta, típico caso de nepotismo. Sua experiência era técnico-administrativa, pois desde 1962 era responsável pelas obras civis da Aços Finos Piratini, empresa estatal à época, e coordenador-geral da Diretoria Técnica. Foi eleito vereador de Porto Alegre em 1969. Quando assumiu a pasta, já era, portanto, um nome parcialmente conhecido no meio político.

Por fim, Mauro Costa Rodrigues, era o secretário da Educação. Militar da carreira do Exército, exercia o magistério na caserna. Ocupava a patente de tenente-coronel quando assumiu a secretaria. Havia exercido vários cargos no Ministério da Educação e Cultura, porém, não por muito tempo nessas funções. Aos 35 anos, era dos mais jovens dentre os secretários estaduais do governo Trichês.

Quadro 1. Secretariado Euclides Trichês

Experiência (atuação) política anterior à nomeação no cargo

Sem atuação política	Pouca atuação (inferior a 5 anos)	Atuação média (entre 5 e 10 anos)	Muita atuação (superior a 10 anos)
9	3	3	4

Quadro 2. Secretariado Euclides Trichês

Vias de acesso

Formação	Política	Burocracia técnica	Militar	Total
Economia	Casa Civil	Administração		2
Militar	Transportes		Casa Militar 1 Casa Militar 2 Segur. Pública 1 Segur. Pública 2	5
Professor	Obras Públicas	Agricultura Coord. Planej.1 Coord. Planej. 2 Educação e Cultura Energia, Minas e Comunicações Fazenda Indústria e Comércio		8
Direito	Interior e Justiça Trab. e Ação S. 1 Trab. e Ação S. 2			3
Odontologia	Saúde			1
Total	7	8	4	19

O perfil profissional/formação dos secretários estaduais

Na gestão Trichês a porcentagem de militares baixou para 20%. Foram cinco militares, além do governador. A dupla Casa Militar/Segurança Pública, com três secretários e ainda as secretarias de Educação e Cultura e a dos Transportes.

Outra profissão comum no meio político é a de bacharel em Direito, que será tratado como advogado, embora nem todos seguissem o ofício. Na gestão Trichês também foram cinco

advogados dentre dezenove secretários. Eram os titulares da Administração, da Casa Civil, do Interior e Justiça e os dois que ocuparam a pasta do Trabalho e Ação Social. Os dois primeiros também eram formados em Economia e o último era promotor de justiça e professor.

Em seguida ocorre outra atividade profissional comum no meio, que é a de professor. Com o governador Trichês era oito professores, quase a metade do secretariado. A explicação para tal número é que esta profissão era exercida de maneira concomitante. Os secretários da Agricultura, da Coordenação e Planejamento e da Fazenda eram professores de economia. Os secretários de Minas, Energia e Comunicações e de Obras Públicas eram professores de engenharia. O secretário da Educação e Cultura era um professor militar. O secretário do Trabalho e Ação Social já foi citado, pois além de professor, era promotor de justiça. O 2º ocupante da pasta da Coordenação e Planejamento também era docente. Cabe ressaltar que esses professores eram servidores públicos federais efetivos. Nelson Marchesan era bancário, funcionário do Banco do Brasil.

Na classe dos profissionais liberais. São médicos, dentistas, engenheiros, jornalistas e outros. Geralmente atuavam no meio privado, mas havia casos de servidores públicos efetivos. Havia um engenheiro de minas e metalurgia que foi titular da secretaria de Minas, Energia e Comunicações e também era professor da Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Este continuou ocupando a mesma secretaria na gestão seguinte. O secretário de Obras Públicas também era engenheiro. Além deste, havia no governo Trichês um economista que ocupou a secretaria da Indústria e Comércio e um dentista que foi secretário da Saúde. Ambos eram

funcionários de carreira da Assembleia Legislativa. Portanto, foram três profissionais liberais nesta gestão.

Por fim, identificou-se um grupo enquadradas na profissão de técnico. Eram atividades específicas em áreas como contabilidade, tabelionato, entre outras. No governo Trichês dois secretários iniciaram a carreira profissional como contadores, o da Administração e o da Casa Civil.

O quadro 2 mostra as vias de acesso dos nomeados para o secretariado. O critério para decidir qual a via de acesso ao posto foi o de ocupação principal do secretário e não seu vínculo ou total desligamento da política. Oito dos dezenove secretários estaduais vieram do que chamo de "burocracia técnica". Desses, sete eram professores nas suas respectivas áreas de conhecimento. Todos estavam ligados a universidades federais ou instituições de ensino militares, portanto, eram servidores públicos.

A via de acesso da política, tradicional meio de recrutamento de membros do 1º escalão, foi a origem de 7 secretários. Isso mostra que, mesmo com perfil mais técnico, o governo Trichês não deixou de preencher seus cargos com pessoas oriundas desse meio tradicional.

Completando o secretariado, sem fugir ao padrão dos governos anteriores e posteriores, a via de acesso militar ofereceu 4 secretários, ocupando duas pastas tradicionalmente oferecidas aos oriundos da caserna, a Casa Militar e Segurança Pública.

Idade de chegada ao governo estadual

Será importante analisar a idade da chegada no executivo estadual a fim testar a hipótese levantada. O cargo serviu para iniciar uma carreira política ou ocorreu no meio ou no fim desta carreira?

A gestão Trichês caracterizou-se por uma média de idade baixa entre o secretariado que assumiu o governo em março de 1971. A idade média do 1º escalão era de 42 anos. Ao contrário do governo anterior, teve a média mais baixa dos quatro governadores do período militar. Dentre os dezesseis secretários estaduais, dez tinham menos de 45 anos quando assumiram suas pastas. Pode-se dizer que era um governo de "jovens." Havia oito secretários com menos de 40 anos.

O mais jovem era o chefe da Casa Civil, Victor José Faccioni, com 29 anos. Aos 22 já era vereador em Caxias do Sul e quatro anos depois foi eleito deputado estadual. Ao ser reeleito em 1966, foi convidado para o Executivo. Seu partido de origem era o PDC. Quando assumiu o secretariado, portanto, já havia iniciado uma carreira política bem sucedida. Depois da passagem pelo governo Trichês, de quem era conterrâneo, fato que deve ter pesado para sua escolha numa pasta de extrema proximidade ao governador, foi candidato à prefeitura de Caxias do Sul, mas não foi eleito. Dois anos depois, elegeu-se deputado federal, mas licenciou-se para assumir novamente uma Secretaria de Estado no governo Amaral de Souza. Após foi reeleito para mais três mandatos consecutivos na Câmara dos Deputados. Encerrou sua carreira como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, típico cargo dado como "recompensa" aos aliados do governador da época em que ocorreu a nomeação. Neste caso, por Antônio Britto (PMDB), em 1998.

Nelson Marchesan assumiu a secretaria com 34 anos. Iniciou a carreira política aos 22 anos, eleito vereador. Aos 26 já era deputado estadual. Licenciou-se do 3º mandato na Assembleia Legislativa para ocupar a pasta do Trabalho e Ação Social. Após a passagem pelo governo Trichês, foi eleito deputado federal e exerceu cinco mandatos consecutivos, chegando à presidência da Câmara dos Deputados no final do 2º quadriênio. Morreu no exercício do último mandato.

O secretário da Coordenação e Planejamento, Guilherme Socias Villela, tinha 35 anos quando assumiu a pasta. Iniciou com um cargo de assessor na Secretaria de Economia no segundo governo Meneghetti e após o golpe de 1964, ocupou cargos nos escalões inferiores de alguns ministérios. Após a passagem pelo governo Trichês, foi nomeado prefeito de Porto Alegre. Continuou como deputado estadual e encerrou a carreira bem recentemente como vereador na capital gaúcha. Neste caso, a passagem pelo secretariado serviu para alavancar uma carreira política posterior.

Com a mesma idade, o tenente-coronel do Exército, professor Mauro Costa Rodrigues, assumiu a Secretaria da Educação e Cultura. Havia ocupado anteriormente um cargo no Ministério da mesma área. Chama a atenção o fato de ser militar, como o governador, isto deve ter contribuído para sua escolha. O secretário da Fazenda, José Hipólito Machado de Campos, possuía 36 anos ao assumir a pasta. Como professor de Economia da UFRGS, era um técnico no governo. Não desenvolveu carreira política partidária. Outro caso semelhante, pois também era professor de Economia da mesma universidade e sem atuar na política partidária antes e depois da passagem pelo governo, era Roberto Pires Pacheco, o segundo mais jovem do secretariado, com 33 anos, da pasta da Indústria e Comércio.

O secretário da Saúde, Jair Soares, com 37 anos, já havia ocupado a pasta da Administração por alguns meses no governo anterior. É um típico caso onde o cargo de secretário estadual serviu para impulsionar uma carreira política posterior, que chegou a governador do Estado na primeira eleição direta após a ditadura (1982). Na gestão Guazzelli ocupou a mesma pasta. Aos 39 anos, Edgar Irio Simm, assumiu a Secretaria da Agricultura. Era mais um caso de professor de Economia da UFRGS no governo Trichês. Esta característica é marcante da gestão, procurando dar um perfil mais técnico do que político aos membros do 1º escalão, de acordo com o pensamento vigente sob a presidência do general Médici.

Na faixa de 41 a 50 anos eram outros oito indivíduos. O secretário do Trabalho e Ação Social tinha 42 anos quando assumiu a pasta. Era promotor de justiça, mas teve carreira política. Foi prefeito de Rio Pardo de 1964 a 1966 e ocupou cargos no 2º escalão do governo Peracchi. Posteriormente, foi secretário municipal de Porto Alegre, na gestão Thompson Flores, ainda durante o regime militar. Com um ano a mais, Dolmy Antônio Tarasconi, ocupou a Secretaria da Administração. Era oriundo do PRP, bem como os ocupantes da pasta nos dois governos posteriores. É um dado curioso, por 12 anos esta secretaria esteve nas mãos de políticos egressos do integralismo. Resta saber se é um acaso ou havia algum motivo oculto.

O chefe da Casa Militar era o coronel Odilon Camargo, de 45 anos, da polícia estadual. Um ano mais velho, Otávio Germano, ocupou a pasta do Interior e Justiça. Este é um exemplo de um indivíduo em que o cargo na secretaria estadual serviu para encerrar a carreira política. Embora não sendo idoso, já havia cumprido três mandatos como vereador em Porto Alegre e dois de deputado estadual, o primeiro na condição de suplente.

Foi reeleito para a Assembleia Legislativa quando convidado por Trichês para assumir o secretariado. Depois, foi juiz do Tribunal de Contas da capital.

Dois secretários assumiram suas pastas aos 47 anos de idade. O engenheiro e professor Jorge Englert a de Obras Públicas e o coronel Athos Baptista Teixeira, ocupou por 2 anos e meio a da Segurança Pública. Englert havia sido vereador em Porto Alegre antes de ocupar o posto e depois foi titular da secretaria congênere na prefeitura da capital, com Socias Villela, que era seu colega de secretariado no governo Trichês. Com a idade de 48 anos, o secretário de Minas, Energia e Comunicações, Henrique Anawate, era o mesmo da gestão anterior. Um caso raro, mas que comprova a tendência de valorizar os técnicos na gestão em análise.

Aos 50 anos de idade, o coronel do Exército, Ney Pinto de Alencar, assumiu a secretaria da Segurança Pública, permanecendo um ano e meio à frente da pasta. Este personagem será alvo de comentário específico mais adiante, porque seu nome consta no rol dos torturadores da ditadura militar.

Somente os secretários dos Transportes e o segundo ocupante da pasta da Coordenação e Planejamento tinham mais de 50 anos de idade. O primeiro, era um engenheiro militar, o coronel Paulo Nunes Leal. Sua trajetória já foi mencionada no capítulo anterior. O segundo ocupou a pasta durante pouco mais da metade do mandato. Não foi possível obter dados sobre sua trajetória. O próprio governador completou 52 anos logo após tomar posse. Peracchi, por exemplo, assumiu o governo e logo fez 60 anos. Percebe-se uma média de idade mais baixa no governo Trichês. Composto majoritariamente por políticos com um tempo médio de atuação, já conhecidos no cenário estadual, mas com um bom grupo de técnicos. Isso dava ao corpo de secretários um perfil menos conservador (pelo menos nestes

quesitos), mais de acordo com a intenção da ditadura militar em dar uma cara "moderna" ao país.

Considerações finais

No que diz respeito ao governo Trichês a presença de *novatos* foi expressiva. Dos dezenove secretários estaduais, quinze possuíam menos de dez anos de atividade político-administrativa. Oito deles tinham até cinco anos de experiência prévia. Sete indivíduos possuíam entre 5 e 10 anos de atividade pública e somente três secretários eram políticos com larga experiência, com mais de 10 anos (Ver Quadro 1). Esses números demonstram um governo mais "renovador" do que o anterior. Parece mais o perfil do governador. Ele era, obviamente, um político. Mas, como militar e, principalmente, engenheiro, Trichês demonstrava sua atuação como técnico.

Em relação às vias de acesso, o governo Trichês caracterizou-se por trazer ao 1º escalão um grupo predominante da burocracia técnica (8 indivíduos), mas sem deixar de lado os que foram buscados na via de acesso da política (7 pessoas). A via de acesso militar ofereceu 4 secretários que foram nomeados para pastas tradicionalmente ocupadas por representantes das forças armadas ou policiais.

Referências bibliográficas

BATISTELLA, Alessandro (org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil.* Chapecó: Argos, 2014.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório*: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KONRAD, Diorge A., KONRAD, Glaucia V. R. e LAMEIRA, Rafael F. *Legalidade, Golpe de estado, Ditadura Civil-Militar e Nova República*: cassações na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1961-1989). Porto Alegre: ALERGS, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Governadores-políticos, governadores-técnicos, governadores-militares. *Dados*. n. 8, p. 123-128, 1971.

TRINDADE, Helgio e NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul:* partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.

Referência eletrônica

https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo (O Estado de S. Paulo, 04/10/1970, p. 5)
al.rs.gov.br/memorial

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

SENHOR PRESIDENTE: ENTRELAÇAMENTOS ENTRE DELÍRIO E POLÍTICA EM CARTAS ENVIADAS A FHC

Felipe Cittolin Abal
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade de Passo Fundo

Resumo
Este artigo analisa correspondências enviadas ao presidente Fernando Henrique Cardoso sob uma perspectiva interdisciplinar entre História e Psicanálise, investigando como o contexto político brasileiro influenciou a formação de delírios manifestos nas cartas. Fundamentado em categorias psicanalíticas freudianas e lacanianas, o estudo examina delírios de perseguição e grandeza, evidenciando que os remetentes projetavam no presidente uma figura paterna imaginária. A análise documental demonstra que os elementos constituintes dos delírios incorporavam significantes do imaginário social e político da época, reelaborando aspectos da cultura de massa e do cenário político nacional. As cartas revelam que os perseguidores frequentemente se identificavam com opositores políticos do presidente, enquanto os delírios de grandeza manifestavam-se através de supostas capacidades extraordinárias para auxiliá-lo. O estudo conclui que existe uma razão na desrazão, pois os elementos presentes nas cartas possuem correspondência com a realidade, ainda que reinterpretada sem filtros ou metaforizações, evidenciando as complexas relações entre subjetividade e contexto histórico-político.
Palavras-chave: Correspondências presidenciais; História Política; Psicanálise

Introdução

As relações entre história e psicanálise sempre foram conturbadas. Diversos historiadores rejeitam a psicanálise como uma disciplina auxiliar, alegando não ser possível psicanalisar

os mortos. Sujeitos históricos, grupos, classes e nações não poderiam ser analisandos em um divã, mesmo que imaginário (GAY, 1989). É certo que tentativas de reduzir a análise histórica a um determinismo psíquico estão fadadas ao fracasso, porém, a recusa em utilizar categorias da psicanálise como auxiliares ao estudo histórico acaba por tirar a possibilidade de introduzir conceitos e conhecimentos relevantes a determinados estudos.

Na realidade, as descobertas da psicanálise vão ao encontro da paixão do historiador pela complexidade. Os sentimentos e ações das pessoas são resultado de diversas causas e podem conter variados significados. Nesse ponto, psicanalistas e historiadores, cada um de sua forma particular, são aliados contra o reducionismo e as explicações monocausais e pouco elaboradas (GAY, 1989).

Tendo em vista as perspectivas de intersecção entre a história e a psicanálise, as possibilidades e limites da renovação que o encontro entre suas estratégias pode fornecer à historiografia (DE CERTAU, 2020) é que iniciamos o presente artigo, apresentado anteriormente como capítulo de livro, não com o propósito de fazer a chamada psicohistória, mas sim de "história informada pela psicanálise" (GAY, 1988, p. 17).

Traçar conexões entre a política e a loucura ou aqueles considerados loucos não é uma novidade. Laure Murat em *O homem que se achava Napoleão: por uma história política da loucura* (2012) lançou desafios ao estudo dos historiadores no que diz respeito à loucura e ao delírio.

O discurso e as práticas relativas aos loucos e à loucura, em momentos-chave da história francesa (anos de 1793, 1830 e 1848), se interlaçam ao político nos documentos estudados pela historiadora, sendo possível afirmar que "a história não produz

os sintomas da loucura, mas a loucura latente se desenvolve em função dos acidentes da história" (MURAT, 2012, p. 224).

É a partir dessas constatações que podemos tratar do acervo documental que deu origem a essa pesquisa, a qual resultou em artigos publicados e um livro (ABAL, 2023) relativos a correspondências enviadas aos presidentes Geisel, Figueiredo, FHC, Lula e Bolsonaro. O Arquivo Nacional possui, dentre seus diversos fundos e coleções, dois fundos do Gabinete Pessoal do Presidente da República (FGPPR), onde constam diversas correspondências enviadas a presidentes, dentre as quais selecionamos para este trabalho as enviadas ao presidente FHC.

Quando analisamos cartas enviadas a Geisel, Figueiredo, Lula e Bolsonaro e membros de seu governo, foi possível verificar que, em diversas ocasiões, nas correspondências que revelavam um delírio de perseguição, os perseguidores se identificavam com os opositores dos presidentes. No caso de Geisel e Figueiredo, tratando-se de presidentes durante a ditadura militar, esses opositores eram os comunistas, enquanto no caso de Bolsonaro, cujo discurso possui diversas similaridades com aquele dos militares do período ditatorial, isso se repetia, incluindo, no entanto, os "petistas".

Nos delírios de grandeza, por sua vez, os remetentes teriam poderes para auxiliar os presidentes ou pediam ajuda deles, mas também ingressava no delírio o discurso político do momento e a necessidade de salvar o país ou o próprio presidente daqueles que tentavam destruí-lo. Era necessário, ainda, analisar mais um presidente democraticamente eleito, motivo pelo qual foram selecionadas também cartas enviadas a Fernando Henrique Cardoso, aqui apresentadas.

O objetivo desse artigo é analisar a forma em que o momento histórico-político brasileiro da época pode ter impactado na formação do conteúdo dos delírios percebidos nas

correspondências enviadas ao presidente Fernando Henrique Cardosos e suas especificidades. Evidentemente, não se trata de diagnosticar os remetentes, uma vez que isso seria impossível, mas sim de utilizar categorias psicanalíticas no sentido de compreender uma parte desse momento histórico, a sua relação com os indivíduos e sua influência na fuga da realidade visível no conteúdo das cartas.

1. Os delírios na psicanálise

Quando tratamos dos delírios presentes nas cartas, esses podem ser divididos em duas espécies: delírio de perseguição e delírio de grandeza. O delírio de ciúme não foi constatado nas correspondências selecionadas e em apenas uma foi verificada a erotomania. As duas formas de delírio são características da paranoia, um dos componentes da psicose, ao lado da esquizofrenia e da psicose maníaco-depressiva. Apesar de não pretendermos diagnosticar os remetentes das correspondências, como já dito, é necessária uma breve explanação sobre a paranoia e os delírios.

Em seu texto "Neurose e Psicose", de 1924, Freud diferencia ambas dizendo que "a neurose é o resultado de um conflito entre o Eu e seu Isso, ao passo que a psicose é o resultado de uma perturbação semelhante nas relações entre o Eu e o mundo exterior" (FREUD, 2018a, p. 271-272). Para dar conta dessa perturbação é que o Eu cria para si um novo mundo interior e exterior, formando delírios que servem como um "remendo" onde ocorre a fissura entre o Eu e o exterior, servindo como uma tentativa de cura ou de reconstrução (FREUD, 2018a).

Importante ressaltar que, como Freud coloca em outro texto do mesmo ano, "A Perda de Realidade na Neurose e na Psicose", esses delírios não necessariamente são completamente alheios a alguns traços da realidade, uma vez que a reelaboração da realidade passa por outros vínculos que haviam sido mantidos, como lembranças, representações e percepções da realidade. A psicose passa, então, a ter a tarefa de procurar novas percepções correspondentes à nova realidade, o que se faz através da alucinação (FREUD, 2008b).

Regressando para a questão da paranoia e seus delírios, Freud, em 1911, relatava que uma característica comum à paranoia era que ela se apresentava como uma defesa contra desejos homossexuais. Isso levaria a uma inversão proposicional do delirante, de uma posição ativa a uma posição passiva. No delírio de perseguição ele passaria de um *eu o amo* para *ele me odeia (persegue)*, no caso da erotomania do *eu a amo* para *ela me ama* e, no caso da megalomania, a proposição na sua totalidade é rejeitada, se tornado um *eu só amo a mim mesmo* (FREUD, 1996a).

Freud, em seus estudos, rompeu com a lógica de que o delírio seria um sintoma da psicose, entendendo-o como uma tentativa de cura ou solução, um movimento em busca da estabilização. Aquilo que é vivido como um trauma não ganha uma representação, fazendo com que o Eu rejeite uma possível representação, como se ela nunca tivesse ocorrido. Esse fragmento da realidade que causa um desagrado é rejeitado e substituído por um delírio, enquanto na neurose o recalcado é substituído por uma fantasia inconsciente. A diferença entre a neurose e a psicose não estaria no simples rompimento com a realidade, o que pode acontecer em ambos os casos, mas na forma com que se busca restaurá-la, através da fantasia ou do delírio (FREUD, 2018b).

Foi com Lacan que a teoria psicanalítica sobre a psicose teve maior desenvolvimento. Para Lacan, há a necessidade de um terceiro no processo de simbolização da mãe na relação entre ela e a criança, um terceiro que introduz uma lei de interdição, um "não" à reintegração da criança pela mãe e, também, à criança como objeto de uso da mãe. Essa é a instância paterna como metáfora paterna, a instauração do que ele denominou de Nome-do-Pai enquanto função simbólica, cuja intervenção no Outro instaura a lei para o sujeito. Esse sujeito passa de uma posição de ser falo (da mãe) para uma posição de falta-a-ser, ingressando na dialética do ter ou não ter (LACAN, 1999).

Assim, a inserção do significante Nome-do-Pai marca a entrada do sujeito na ordem simbólica, fazendo com que se inaugure a cadeia de significantes no inconsciente. O Édipo, portanto, é o preço que se paga para o sujeito ingressar na linguagem, devendo lidar com a falta, o recalque e a castração simbólica. É nesse ponto que temos a possibilidade da psicose, uma vez que, para o psicótico, o significante Nome-do-Pai é foracluído, ficando alheio ao campo simbólico diante do fracasso da metáfora paterna. Uma vez que o Nome-do-Pai é o significante que permite ao sujeito entrar no campo da linguagem e articular a cadeia de significantes, a sua não inscrição acarreta distúrbios da linguagem e, em especial, na alucinação (QUINET, 2011).

Não tendo a referência simbólica, o psicótico funciona no registro imaginário, fazendo com que o outro seja tomado como espelho e modelo de identificação, decorrendo disso o transitivismo, projeção e rivalidade, mesclando identificação e erotização. O delírio supre o buraco que fica diante da foraclusão do Nome-do-Pai, ingressando como uma peça que é colada onde há uma falha na relação do sujeito como o mundo da realidade, o qual é estruturado pelo simbólico (QUINET, 2011).

Para os psicóticos, o que é rejeitado no simbólico reaparece no real. As articulações são realizadas com crescente valorização do imaginário. O inconsciente fica a céu aberto. Ainda, não se permite mobilizações ou metaforizações, as quais só poderiam existir através da inscrição do sujeito na lógica fálica.

Evidentemente a teoria psicanalítica sobre as psicoses, especialmente em Lacan, é muito mais completa e complexa. Ressaltamos o seguinte, de forma resumida: enquanto na neurose (tida aqui como uma espécie de "normalidade") existe a possibilidade de o sujeito suprir faltas ou conteúdos recalcados com metáforas, na psicose essa possibilidade não existe, fazendo com que seja utilizado o recurso do delírio como uma maneira de "tapar um furo". Nos dizeres de Miller, os psicóticos "são obrigados a fazer esforços totalmente desmedidos para resolver problemas que, para o normal ou o neurótico, são resolvidos pelos discursos estabelecidos" (2003, p. 15).

Realizamos essa breve introdução sem o intuito de esgotar o tema, que é bastante discutido e estudado em psicanálise, mas apenas para explanar brevemente conceitos que serão utilizados na análise das correspondências, o que passamos a fazer. Cumpre ressaltar que omitiremos sobrenomes e dados pessoais que possam identificar os remetentes e pessoas citadas, bem como que, nas citações diretas, manteremos a escrita conforme consta nas correspondências.

2. Cartas a FHC

Fernando Henrique Cardoso é sociólogo, tendo se destacado ainda jovem como assistente de Florestan Fernandes e, posteriormente, como professor de Ciência Política da Universidade

de São Paulo. Após o golpe militar de 1964 FHC se exilou no Chile e posteriormente passou a residir em Paris. Em 1968 regressou ao Brasil e voltou a atuar politicamente. Passando a um momento mais próximo às cartas, FHC, após ter sido ministro das relações exteriores, assumiu em 1993 o cargo de ministro da Fazenda do governo Itamar Franco e foi tido como o arquiteto do plano real. No ano seguinte candidatou-se à presidência da República, sendo eleito em primeiro turno com mais de 54% dos votos válidos e assumiu como presidente em 1° de janeiro de 1995.

Pouco mais de 14 meses depois, Alfredo, residente em Belo Horizonte, enviou uma carta a FHC. Trata-se de quase quatro páginas escritas à mão, acompanhadas de mais quatro, cópias de um artigo em inglês intitulado "*The Self-Reproducing Universe*". A carta inicia rapidamente e, em seu primeiro parágrafo, Alfredo se dirige educadamente ao presidente: "Tomo a liberdade de dirigir-me a V. Exª e tomar alguns instantes do escasso tempo. Serei o mais breve possível".

A letra de Alfredo é compreensível, a escrita é boa, e utiliza ortografia correta na maior parte da missiva. Ele procura organizar a carta da melhor forma possível, apesar de utilizar vírgulas em demasia. No segundo parágrafo o remetente expõe o motivo de seu contato: "Há algum tempo, fiz uma denúncia ao ex-Ministro Dr. Maurício Corrêa a respeito de perseguições implementadas contra minha pessoa. Apesar da atenção do ex-Ministro, não tive o retorno esperado [...]".

Alfredo refere, então, a um pedido de ajuda enviada a Maurício Corrêa, a quem ele se refere como ex-ministro pelo fato de ter sido Ministro da Justiça de Itamar Franco entre 1992 e 1994, sendo que à época da carta ele era ministro do Supremo Tribunal Federal desde outubro de 1994. O remetente, então, já havia buscado auxílio nos altos escalões do governo federal e

entrar em contato com o presidente parecia ser um recurso a alguém com ainda mais poder. Alfredo passa a relatar a questão, que, em seu dizer, é "muito, muito mais grave e profunda do que à primeira vista, parece". Ele inicia a escrever em itens e cronologicamente. Pedimos desculpas pelo número de citações diretas longas, mas o conteúdo é extremamente interessante.

> 1 V. Exª lembra-se, evidentemente, do acidente c/ Dr. Ulysses: no dia da criança e de N° Srª Aparecida. Seu piloto era Jorge Camerato, iniciais JC.
> 2 Pouco tempo depois, a tragédia com aquela garotinha aqui de Belo Horizote, Miriam Oppenheimer que foi morta pelo sequestrador: uma comoção nacional. No mesmo dia do rapto, 22.12.92, a Rede Globo exibiu o filme "O início do fim" sobre a fabricação da Bomba Atômica Americana pelo físico Oppenheimer. Nenhum dos pais de Míriam têm aquele sobrenome. Colocaram-no por simpatia exclusiva.
>
> No dia seguinte, Jô Soares entrevista um certo Alfredo, especialista em segredos do mar. Hoje, os pais de Míriam têm nova filha: Débora Beming, mesmo sobrenome de um artista do filme "Meu Querido Presidente". Novamente, exclusiva simpatia (FGPPR).

Para não estender demasiadamente nas citações da carta, vamos analisar os fatos colocados por Alfredo. Ele informava corretamente o nome do piloto do helicóptero quando do acidente que vitimou Ulysses Guimarães, sua esposa Mora, o senador Severo Gomes e sua cônjuge Henriqueta.

No segundo item Alfredo se referia a um caso que teve imensa repercussão no país, o sequestro de Miriam Brandão, cujo nome completo era Miriam Oppenheimer Leão Brandão, de 5 anos de idade, que foi morta incendiada pelos irmãos Gontijo. Quanto às datas da transmissão do filme, do programa de Jô Soares e o nome da irmã de Miriam, não conseguimos confirmar. O que é certo é que o filme "O início do fim", estrelado por Paul Newman, trata da construção da bomba atômica e que Annette Bening era coestrela de "Meu querido presidente". Alfredo estava inteirado a respeito da cultura de massa em seus mínimos detalhes. O que chama a atenção é a forma de concatenar esses fatos, as ligações que são realizadas. Passemos à sequência da carta:

> 3 Mais recentemente, o atentado no Itamaraty. ITA-Bomber: Jorge Alfredo Mirândola. Dizia que bombas iriam explodir. Ele não é tão louco quanto parece. Está tomado, o coitado. Meu nome é AlfredO e estive no ITA em São José dos Campos em 1982: vestibular.
> 4 Em seguida, o pior atentado da História dos Estados Unidos na chegada de V. Exª em visita oficial. Edifício Alfred Murrah. Há os que sabem que foi vergonhoso p/ nós, brasileiros. É perigoso até rirem de nós.
> 5 O piloto dos Mamonas chamava-se Jorge Luís. Como sabemos há até um tal Bandeira (FGPPR).

Alfredo continua a trazer diversas informações que, desconexas, possuem sentido para ele. Novamente podemos checar os pontos trazidos por ele. No item 3 o remetente se refere a um caso ocorrido em 03 de outubro de 1995, quando um oficial de

chancelaria demitido, chamado Jorge Mirândola enviou ao Ministério das Relações Exteriores um livro-bomba que explodiu e deixou uma diplomata ferida (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995). Alfredo liga, então, seu nome ao do criminoso e o apelido dele (ITA-Bomber) ao fato do remetente ter prestado vestibular no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em São José dos Campos.

No ponto seguinte o remetente se refere ao atentado de Oklahoma, ocorrido em 19 de abril do mesmo ano, quando Timothy McVeigh e Terry Nichols provocaram uma explosão no Edifício Federal Alfred P. Murrah, matando 168 pessoas e deixando mais de 680 feridos. Quando do ocorrido o presidente estava em visita oficial aos Estados Unidos (BLIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2022), fato que, para Alfredo, que possuía o mesmo nome do edifício, poderia estar conectado ao atentado. Por fim, o piloto do Learjet 25 que transportava a banda Mamonas Assassinas realmente se chamava Jorge Luiz Germano Martins, porém não foi encontrada referência a pessoa chamada Bandeira. Passamos aos últimos dois pontos trazidos por ele:

> 6 Nosso ídolo maior, Senna, tinha o apelido de 42. No início do Novo Testamento estão as gerações até Jesus: 14+14+14 = 42. A bomba de Hiroshima gastou exatos 42s para explodir e todos nós vimos e ouvimos o Lula dizer que visitou 42 cidades em 14 dias numa das idas ao Jô.
> 7 Eu procurava e sabia que as iniciais do piloto apareceriam, sem dúvida. Durante a novela, "Olho no Olho", o Bem X Mal, Alef X Fred, a resposta esperada: havia um garoto chamado JC.

8.... (FGPPR).

Vejamos: Ayrton Senna estreou no kart com o número 42 e venceu a primeira corrida com esse número, o qual adotou, chegando a ser chamado pelos seus colegas de "42". A informação a respeito das gerações até Jesus foi retirada do livro de Mateus, capítulo 1, versículo 17: "De sorte que todas as gerações, desde Abraão até Davi, são catorze gerações; e desde Davi até a deportação para a babilônia, catorze gerações; e desde a deportação para a babilônia até Cristo, catorze gerações". No que diz respeito à bomba atômica lançada em Hiroshima, esta demorou cerca de 42 segundos para atingir o solo, conforme afirmou Paul Tibbets, piloto do Enola Gay (TERKEL, 2002). Em relação a Lula não foi possível encontrar a referida entrevista.

Em relação ao item 7, não fica claro a que piloto Alfredo se refere, mas muito provavelmente se trata de Senna. O remetente trata a respeito da novela Olho no Olho, exibida no horário das 19 horas entre setembro de 1993 e abril de 1994 na Rede Globo, e dos personagens Alef Rios, interpretado por Felipe Folgosi, e Fred Zapata, interpretado por Nico Puig, além de José Carlos, também conhecido como JC, interpretado por Rodrigo Penna, o elo que Alfredo procurava. No item 8 consta apenas três pontos.

Para Alfredo, os fatos colocados por ele falavam por si e de algum modo traziam a possibilidade de que as mortes citadas poderiam ter sido evitadas caso ele fosse ouvido: "É terrível p/ mim saber que tudo isso poderia ter sido evitado. Ainda teríamos Senna, nosso orgulho, os Mamonas alegrando a garotada e Dr. Ulysses morreria de velhice". Da checagem realizada nas informações trazidas por Alfredo, podemos ver que não existem fatos inverídicos no que ele relata, a realidade está conservada. No entanto, as conexões que ele faz são típicas da paranoia,

encontrando padrões que não possuem ligação, do piloto do helicóptero de Ulysses ao personagem da novela, de Senna, passando por Jesus até Lula, e assim por diante. Apenas ele consegue enxergar uma mensagem perpassando por todos esses temas.

Na sequência Alfredo volta à questão da perseguição sofrida por ele: "venho tendo perseguições idiotas para perda de tempo, totalmente arbitrárias c/ resquícios de Autoritarismo, um besteirol enfim". Essas perseguições partiriam da Companhia Energética de Minas Gerais, onde ele diz ter trabalhado e que iniciaram por ele ter ingressado judicialmente para pedir o pagamento de salários. Por este motivo diz que teve que pedir exoneração de emprego que teve posteriormente, já que seus perseguidores teriam "infiltrado pessoas no meu ambiente de trabalho c/ o intuito de denegrir-me moral e profissionalmente, além de [...] colocarem detetives a seguir meus passos, saber meus costumes, a que hora estudo, a que horas durmo, etc... Pior que no auge da ditadura".

As perseguições o seguiam em todo o lugar, conforme relata: "resolvi sair de dois apartamentos em que residia, por terem colocado gente deles no andar superior p/ que me tirassem o sono e o repouso necessários através de batidas na laje". Alfredo passa a nomear seu perseguidor de forma mais geral. Não seria mais apenas a CEMIG, mas o Estado como um todo: "É o Estado contra o cidadão, não a seu favor, na tentativa de fabricação da loucura!", complementando: "Deus não gosta dos varejistas, dos que intimidam a célula básica, o cidadão, através do Terrorismo de Estado [...] Deus é atacadista: quer resultados globais como parâmetros para Sua própria orientação no tempo".

Quando do envio da carta ele continuaria sendo vigiado e perturbado: "Estou atualmente como [profissão omitida] em BH e noto a mesmíssima coisa: armam uma casa de caboclo

p/mim. Infiltram-se no meu trabalho, roubando minha dignidade c/ agressões morais e continuam seguindo-se fora dele". A todo momento Alfredo era vigiado, perturbado e agredido, sendo sua situação insuportável. Todas essas ações, porém, não teriam impacto apenas em sua vida, mas em todo o país. Após informar que realizava uma pesquisa científica autônoma com objetivo estratégico, o remetente coloca que:

> Independe de mim: qualquer agressão moral externa planejada em meu trabalho ou um passo meu, por menor que seja, sendo vigiado trarão consequências trágicas p/ nosso querido e tão sofrido Brasil. As coisas são complicadas para se pôr no papel: Deus quer assim e quer que seja comigo. Daria minha vida se pudesse ter evitado aquelas tragédias cuja responsabilidade espiritual é da referida empresa (FGPPR).

Mais uma vez a perseguição e a grandeza se entrelaçam. Os perseguidores que atrapalham a pesquisa de Alfredo não causavam problemas apenas a ele, mas consequências nefastas para todo o país, tendo em vista quão importante era sua pesquisa. O próprio Deus teria incumbido ele dessa tarefa, à qual ele nem daria tanta importância, como coloca: "Não sou o maior interessado; sou preposto e estou aqui p/ evitar novas disrupções no processo que desencadearam". Alfredo, na sequência, finaliza a carta, pedindo sigilo do presidente no caso e elogiando Fernando Henrique.

Em 06 de fevereiro de 1996 Carlos, residente em São Paulo, relata seu sofrimento e pede ajuda para o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele escreve à mão, não endereça a carta e rapidamente explica seus motivos: "o es governador

Fleuri fes um dezafio através de competições por computadores para laçar um ser humano. E numa das senhas ele conseguiu me laçar e acessar meu corpo na senha de anfíbio ou seja coubaia [...] Fleuri disse que eu nunca poderia provar contra ele".

O responsável pela perseguição de Carlos, então, seria o ex-governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, que exerceu o cargo de 1991 a 1995, tendo sido eleito pelo PMDB. Ele, segundo o remetente, estaria também se opondo a FHC: "Ele resolveu através dos acessos das senhas que vem no meu corpo dezafiar até o propio Presidente. Agora Presidente um homem que desafia a sua propia imunidade dilplomaticas. E o senhor não toma providencias contra ele". Carlos aqui tenta uma aliança com o destinatário. O ex-governador não seria somente seu perseguidor, responsável por controlar o seu corpo, mas alguém que desafiaria o próprio presidente.

Segundo o remetente, as consequências dessa perseguição seriam graves: "este canalha destruiu meu lar minhas amizades. Levou a minha mãe até a própria morte" e também o acusa de "torturas corporais diretas". Termina a carta pedindo ajuda do presidente e diz que no envelope havia colocado o endereço errado para que a carta chegasse ao presidente, informando o endereço correto.

Nesse momento tomo a liberdade de expor uma hipótese. Sabendo da importância da linguagem na psicanálise e do impacto de uma palavra pela sonoridade, penso ser importante a ligação entre as torturas que Carlos diz sofrer e o nome de seu algoz, Fleury. Não existe relação entre o ex-governador Luiz Antônio Fleury Filho e Sérgio Fernando Paranhos Fleury, no entanto, ambos possuem o mesmo sobrenome e o segundo se trata de notório torturador. Penso, assim, que não seria estranho se ambos estivessem misturados para Carlos, fazendo com que o

ex-governador fosse tomado por torturador e responsável pelos sofrimentos que ele sentia.

Três meses depois, Carlos enviou nova carta ao presidente para cobrar alguma atitude, dizendo estar escrevendo para perguntar "se o senhor não vai fazer nada sobre as denuncias que lhe mandei sobre o desafio do es governador Fleuri". Na sequência volta a falar sobre o ocorrido

> Estou desde de 1990 acessado e ninguém chegou a entender as cartas que mandei porque e sobre tequinologias modernas já mais vistas ou divugadas em qualquer outro lugar. Já lhe espliquei em outras cartas que estes computadores de auta potencia eles conseguem pelo ar ou pela terra o domínio do próprio corpo (FGPPR).

O motivo de Carlos ter sido escolhido para esse experimento, segundo ele, foi azar. Eles só poderiam "laçar" uma pessoa dentre bilhões e tal fardo recaiu sobre ele. Depois, porém, eles seriam capazes de atingir outros membros da família dele, como sua mãe que, na carta anterior, ele afirmou ter morrido em virtude disso. O remetente, a todo momento, continua se referindo a senhas e ao desafio lançado por Fleury que duraria até o ano dois mil. Carlos ainda insiste em falar de sofrimentos físicos:

> Sera que vou aguentar tantas torturas como acontece diariamente e eles apostando milhões de real para ver quem tem corage de massacrar o corpo através de senhas gravuras. O senhor presidente deve entender de senhas gravuras que essas forão elaboracas com a

> concetração do Banco central. Inclusive o cartão eletromaguinéticos (FGPPR).

Carlos, então, assina a carta, agradece ao presidente e diz esperar que algo seja feito. O caso dele é interessante pelo fato de termos encontrado duas cartas, sendo possível perceber a continuidade do delírio e a manutenção dos significantes que marcam ele. Já mencionamos a possível relação entre "Fleury" e "torturas", porém não conseguimos compreender a questão das senhas. Que senha seria essa que marcaria Carlos e que tornou possível ele ser "laçado" e que sem ela não seria possível libertá-lo? Bastaria uma sequência numérica ou um outro significante para que ele se livrasse do sofrimento. Aparentemente apenas o presidente poderia ajudá-lo com isso.

O início da carta enviada por Aecio é curiosa por mesclar claramente megalomania e perseguição. Em 02 de fevereiro de 1995 ele escreve ao presidente: "Senhor Presidente Fernando Enrique com muito respeito escrevo estas linhas a respeito de um grande problema. Deus falou comigo de madrugada me prometeu a filha do Presidente Sadam Russem para casamento falou o nome e sobrenome e me mostrou ela".

O problema de Aecio, então, teria a ver com uma promessa de casamento, dele com a filha de Saddam Hussein. A figura do presidente iraquiano era bem conhecida naquele momento e repercutia mesmo quatro anos após o fim da Guerra do Golfo, evento que teve grande impacto na mídia, recebendo cobertura televisiva talvez nunca vista, tendo sido conhecida como a primeira guerra televisionada em tempo real. A figura de Saddam, então, entra no delírio de Aecio na forma de um desejo amoroso, com uma de suas filhas (sem indicar se seria Raghad, Rana ou Hala) sendo prometida em casamento a ele. É na

sequência que aparece a perseguição que colocaria essa promessa em jogo.

> Mas a Dona Rita [omitimos] esta querendo casar comigo, tem uzado magias negras para me atrapalhar. Isso tem causado uma grande confusão entre a Diretoria do Brasil e a Diretoria do Iraque. Ela tem sido a causa de todas as gerras [...] Ela contratou 5 marginais do Comando Vermelho para me matar mas Deus trancou as armas e me deu livramento (FGPPR).

Rita, então, não estaria permitindo esse casamento, o que causaria inclusive um mal-estar entre o Brasil e o Iraque. A influência de sua perseguidora era tamanha que a responsabilidade das guerras seria também dela, além de ter tentado matar o remetente com o apoio do Comando Vermelho, cuja atuação já existia desde o final da década de 1970 e também possuía destaque na mídia. Na sequência da carta Aecio reafirma a participação de Rita em outros atos:

> Ela é culpada da tudo. Ela é culpada da morte do Piloto Airton Sena ele foi empurrado. As macumbeiras de magias negras da Bahia tentaro por ele na minha frente pra me atrapalhar [...] Si eu fosse escrever tudo que ela esta fazendo 10 folhas destas não caberia.
> Rita [omitimos sobrenome] um demônio em forma de gente procura qualquer adivinho qualquer profeta com nome dela voceis vao ver se eu estou falando mentira (FGPPR).

Aecio termina a carta assim, sem qualquer assinatura ou finalização mais formal. Mais uma vez a figura do piloto Ayrton Senna aparece nas cartas, demonstrando como a morte do piloto foi relevante naquele momento. Na realidade, como já foi possível marcar em outras oportunidades, a cultura permeia não só os delírios, mas as fantasias, pensamentos e marca as estruturas. Como expõe Luciano Mattuella: "o psicanalista é sempre um intérprete da cultura" (2022, p. 60). Apenas para finalizar as cartas enviadas a FHC com presença de delírios de perseguição, gostaria de inserir mais uma em que a questão da cultura e mídia pode ser vista. Trata-se da correspondência enviada por Aparecida em março de 1995.

A carta de Aparecida tem apenas duas folhas, uma delas escrita a mão, em letra de forma e bastante confusa. Ela inicia reclamando dos DP (distritos policiais) dizendo que

> a sua policia esta conta eu [...] não tenho sido sucedida em lugar algum por favor. Eu estou sendo morta pelos trânsitos de escuta do radio e televisão e pela população brasileira [..] todo peso do seu país está na "minha pessoa". Assim pensa o povo brasileiro de modo geral des. 89 até 88 – voltaram a atacar novamente em 90 e até agora Ect... (FGPPR).

Aparecida estaria, portanto, sofrendo perseguições tanto do rádio e da televisão como da população brasileira. O seu delírio, porém, seria mais bem visto na página seguinte, na qual consta um boletim de ocorrência com anotações dela. Provavelmente se deve a esse BO e à inatividade da polícia a reclamação da remetente. Lê-se no Boletim:

> Reclama a vítima que a partir da gravação da novela "Vamp" da Rede Globo de Televisão um grupo adoradores do Drácula, pegou o nome da família da vítima do esquema do País, sendo que a filha nem o genitor sabia desta trama diabólica, que virou pior que o esquema "PC", acredita a vítima que o resultado deste esquema gerou o plano [ilegível] no sistema financeiro da U.R.V., diante de tal a vítima lavra neste boletim a fim de resguardar a sua pessoa e seus familiares, bem como pessoas ocultas a este famigerado esquema, assim como usando abertamente este plano sem o consentimento da vítima, a vítima ressalta o perigo deste esquema com relação a copa do mundo de futebol (FGPPR).

Ao redor do boletim estão anotações de Aparecida, desconexas e ilegíveis. A novela Vamp, escrita por Antônio Calmon, foi transmitida entre 1991 e 1992 e envolvia vampiros que assolavam a cidade fictícia de Armação dos Anjos, assim, os perseguidores da remetente, seriam adoradores de Drácula. A isso se juntam outras questões que também circundavam a mídia. O esquema PC provavelmente se referia ao chamado Esquema PC Farias, o qual estava ligado a denúncias de irregularidades realizadas durante a campanha presidencial do ex-presidente Fernando Collor. A URV foi uma unidade de conta e referência de valores antecipando o real, utilizada de março a julho de 1994. A Copa do Mundo de futebol, por sua vez, ocorreu entre junho e julho de 1994. O que chama a atenção nessa carta é, além da perseguição por rádio e tv, o que já vimos em outras ocasiões, é a forma como vários elementos da cultura se misturam do delírio de Aparecida, passando por novelas, futebol e

sistema financeiro. A realidade ingressa no delírio e perde seus contornos, mesclando-se, fundindo-se, tomando formas fluídas.

Já no fim do ano de 1996, em 12 de novembro, Boaventura enviou uma carta datilografada ao presidente, redigida com bastante formalidade. O remetente dizia ser uma pessoa simples, um dos milhões de brasileiros que esperava melhorias vindas do chefe da nação. Pouco depois, porém, podemos ver que ele não é uma pessoa como qualquer outra, mas alguém que recebe informações de Deus a respeito de fatos futuros:

> Senhor presidente, se vossa excelência acredita ou não, quando o ex-presidente Fernando Color de Melo foi eleito e logo que começou a crise da CPI que o partido da igreja católica Pt iniciou, Deus me mostrou antecipadamente 3 meses antes o que aconteceu no Brasil, com o rompimento do mandato do então presidente. Mandeu uma carta 15 dias antes do sr. color de melo cair. Dei todas as diretrizes de como ele deveria agir dentro das ciscunstâncias. Deus me mostrava como com mostrou para José o significado do sonho do faraó, e para Daniel a interpretação do sonho do Imperador Nabucodonosor II da Babilônia, ano 6060 A.C. (antes de Cristo). Deus me mostrava que três meses antes, o Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, escomungava o presidente (FGPPR).

Boaventura seria, então, o escolhido de Deus para receber informações sobre o que ocorreria e alertar primeiro o presidente Collor e agora FHC. Nesse trecho inicial já é possível perceber, além da megalomania, o início de uma teoria da

conspiração de traços bastante paranoicos, envolvendo religiosos católicos e o PT, chamado de "partido da igreja católica", o que possui um fundo de realidade diante da participação de setores da igreja católica ligados a movimentos sociais e à teoria da libertação na fundação do partido. A excomunhão de Collor, por exemplo, nunca ocorreu.

O remetente segue: "Logo surgia a cpi do pt; depois o acontecia o impeachment maçônico, surgindo os movimentos de ética da OAB e [...] sendo acionado em seguida as células da CEBS sociedades eclesiais de base (CUT) com outros movimentos dos jovens caras pintadas". Aqui mais elementos são adicionados à conspiração, que se torna católica, maçônica e, em seguida, comunista: "o que verdadeiramente acontecia no Brasil era um golpe branco comunista, com disfarse de linguagem democrática, sendo o povo brasileiro induzido pela lavagem celebral pela tv e imprensa".

É interessante perceber como significantes típicos de teorias da conspiração são trazidos por Boaventura. Comunistas e maçons são inimigos comuns envolvidos em diversos discursos políticos e religiosos como perseguidores, geralmente atuando nas sombras. Somado a isso, então, temos o delírio de grandeza de Boaventura, o escolhido por Deus, comparado às figuras bíblicas José e Daniel. Após alertar o presidente Collor, ele vinha trazer uma mensagem a Fernando Henrique Cardoso:

> [...] quero dizer que o mesmo recado que o Deus que governa tudo nos céus e terra, que foi dado ao antigo presidente, foi mandado dar ao Senhor neste momento. Deus me tem mostrado que está havendo um cerco para tomada do poder e rompimento do seu mandato aí em Brasília. O Espírito Santo [...] me inspira a dizer a vossa escelência que a única

> forma do senhor sair da crise de distância entre tu e o povo brasileiro é o Sr. Baixar um decreto lei extinguindo o dia da padroeira do brasil. A partir daí o senhor verá as forças contrárias caírem como um castelo de cartas (FGPPR).

Para que o presidente não fosse alvo de um impeachment, ou um "golpe branco" como o remetente se referia, seria necessário que acabasse com o dia da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, o qual havia sido instituído em 1980 por Figueiredo. Essa afirmação nos faz supor que Boaventura seria evangélico e por isso inseria a igreja católica como parte de um complô e via a retirada do dia de base religiosa como a solução para os problemas de FHC. No ano anterior, exatamente no dia 12 de outubro, ocorrera um fato que ganhou muita atenção da mídia, quando Sérgio Von Helder, pastor evangélico, durante a gravação do programa "Despertar da Fé" criticou o feriado nacional e desferiu socos e chutes em uma estátua de Nossa Senhora Aparecida. Na sequência da carta o conteúdo sofre uma virada. De alguém que oferece uma solução ao presidente, Boaventura se transforma em alguém que precisa de ajuda:

> Senhor presidente, se quisers uma prova de estou falando da parte de Deus, me mande ordem de empréstimo pelo banco do Brasil da ordem de 10 milhões de reais, e darei emprego para 10 mil desempregados aqui na cidade [...] Eu tenho um jornal livro que vou lancar em todo o país e preciso deste empréstimo para fazer o lançamento. Se o senhor fizer o empréstimo nós espalharemos o livro jornal de casa em casa no país todo, além da

> venda do mesmo, ensentivaremos o povo brasileiro a votar em mais uma mandato para o nosso presidente (FGPPR).

Claro que essa ajuda solicitada viria com um retorno a Fernando Henrique, o "livro jornal" do remetente auxiliaria a reeleição do presidente. O valor solicitado era bastante alto (cerca de 87 milhões de reais em 2022), mas o empréstimo seguiria a designação divina e seria uma retribuição justa, como se pode ver da conclusão da missiva: "José só interpretou o sonho do Faraó, e foi posto como segundo governador do Egito. Senhor presidente, o Brasil está precisando da solução de José. Deus tem um a sua disposição. Estamos ao vosso dispor". José apenas havia interpretado um sonho e virara governador. Boaventura oferecia mais e pedia apenas um empréstimo milionário.

Como já referimos, mas não custa ressaltar, esse estudo não tem por finalidade diagnosticar qualquer dos remetentes e, mesmo inferindo a existência de uma estrutura psicótica, isso não significa a implicação de um déficit ou o entendimento de que esses sujeitos são doentes de qualquer maneira, uma vez que recusamos essa perspectiva médica. Entender em qual estrutura o sujeito se encontra tem uma finalidade clínica importante, o que aqui não é o caso, para nós trata-se de uma forma de enxergar o mundo à sua volta.

Para finalizar essa parte, vamos analisar uma carta enviada em abril de 1995. A carta não possui nome ou assinatura, no entanto na sua primeira frase o remetente diz que "Aqui é o Senhor Deus todo-poderoso. O Verbo". A missiva possui quatro páginas em folhas não pautadas, escritas à mão em letra de forma, com espaçamentos bastante grande o que faz com que o conteúdo seja conciso.

Sem qualquer referência também ao destinatário, o remetente já coloca sua primeira pauta: "A respeito da reforma constitucional, fazer o novo Estado Senhor Deus Todo-Poderoso. Não deve haver mulher em cardo de chefia em todo o universo". O Brasil, então, deveria ser transferido via reforma constitucional para o remetente, Deus. Já de início verificamos o que colocamos anteriormente. O remetente é Deus, todo poderoso, mas ao mesmo tempo precisaria de ajuda do presidente para dar o Estado a ele via reforma constitucional. Mesmo o Verbo necessitaria passar por todos os trâmites legais para realizar modificações na estrutura do país. Ainda, claro, a divindade seria extremamente misógina.

Na sequência o remetente passa para o "assunto principal", que seria "fazer uma gerra contra os Estados Unidos da América e Europa". O motivo para isso ter que ocorrer é bastante confuso:

> perda até agora aproximada de bilhões de vezes tudo o que está construído sobre a face da terra para cada território nação até uns 300. Isto tudo somente no meu reino particular e também nele a exploração de milhões de galáxias e um efetivo de homens quatrilhões de vezes maior do que todos que já existiram neste planeta. Também há os maiores prejuízos contra mim, Jesus, os céus e o paraíso próximo (FGPPR).

Aparentemente Deus estaria sofrendo perdas fora do planeta e isso seria "causado pelos Estados Unidos e Europa que vivem da exploração do 3° mundo". Esse ponto acredito ser interessante, uma vez que representa uma forma em que o discurso da cultura ingressa no delírio. A chamada teoria dos mundos foi

criada durante a guerra fria e bastante utilizada até a década de 1990, quando caiu em desuso. A questão da exploração dos países de terceiro mundo, países subdesenvolvidos, pelo primeiro mundo, países capitalistas desenvolvidos era bastante debatida e difundida. Assim, é relevante a escolha dos inimigos de Deus, o remetente. Os mesmos que exploravam o terceiro mundo eram os que o prejudicavam, sendo que ele prometia que "depois da guerra continuarei oferecendo o próximo reino de Deus, servidão e o planejado e diciplinado crescimento dos direitos justos, bons, verdadeiros, amorosos, que são fieis para mim".

Na guerra contra seus inimigos, o remetente diz que "não deve haver limites [...] se quiserem considerar sujo, que considerem". Todos os meios deveriam ser realizados para a vitória. Além disso, o remetente dizia que os "intrusos" deveriam ser retirados, sendo estes os que participavam de alguma instituição, já que "no Reino de Deus os escolhidos não entram em instituições religiosas abertas que dão lugares para demônios [...] Nem PSDB Ne Planos Nem governo". O remetente finaliza com o que poderia ser um slogan: "Por direitos, posses e interesses, só o Verbo".

Todas as cartas a Fernando Henrique Cardoso analisadas nesse capítulo foram enviadas durante seu primeiro mandato. Em 1997 o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que permitia a reeleição em cargos do executivo de todos os níveis, em um processo bastante nebuloso. No ano seguinte FHC se candidatou à reeleição e novamente venceu a disputa em primeiro turno, ocupando o cargo de presidente da república até 2003.

Considerações finais

Para a realização deste artigo, as fontes documentais levaram ao questionamento que deu início à pesquisa. Em situações em que foi possível verificar a presença de um delírio em uma carta enviada ao presidente, qual seria o papel da política no delírio existente? Freud já havia elaborado a hipótese que a construção do delírio levava em conta os fatores externos e, durante a pesquisa, pudemos constatar a veracidade dessa suposição.

Os remetentes vislumbravam no presidente uma figura paterna construída de maneira imaginária, um pai poderoso, benevolente, onipotente e rigoroso, capaz de ajudá-los em relação aos seus perseguidores ou dar reconhecimento às suas capacidades sobre-humanas e/ou especiais.

O momento político vivenciado no país à época que as correspondências foram escritas influenciou diretamente o seu conteúdo, uma vez que os remetentes tomaram para si diversos significantes que circundavam o imaginário social, na escolha de seus opositores e, claro, no seu amigo, parceiro e salvador (o presidente).

A abordagem interdisciplinar entre história e psicanálise, aplicada neste estudo, evidencia o potencial de análise de fontes documentais sob uma perspectiva que ultrapassa as fronteiras tradicionais da História Política. Essa integração permite acessar dimensões subjetivas dos sujeitos históricos, oferecendo uma visão mais complexa sobre os entrelaçamentos entre indivíduo e contexto social.

No caso das correspondências presidenciais, a psicanálise foi instrumental para compreender os delírios como uma forma singular de reelaboração da realidade histórica. Essa metodologia pode ser expandida para outros conjuntos

documentais, como cartas privadas, diários e outros registros pessoais, ampliando o campo de análise para incluir questões subjetivas, culturais e sociais que permeiam o imaginário coletivo e individual. Assim, este estudo sugere um caminho possível para futuros trabalhos que busquem articular a dimensão subjetiva e o contexto histórico em outras análises.

É possível afirmar, ainda, que existe uma razão na desrazão, já que os elementos constantes nas cartas possuem uma correspondência na realidade, tomada sem qualquer filtro ou metaforização, erigindo o delírio à realidade pessoal do remetente.

Podemos finalizar da mesma forma que Freud no seu estudo do caso Schreber: "Compete ao futuro dizer se existe mais delírio na minha teoria do que eu gostaria de admitir, ou se há mais verdade no delírio de Schreber do que outras pessoas estão, por enquanto, preparadas para acreditar" (FREUD, 1996, p. 85). Após este estudo com bases históricas e psicanalíticas, seria justo afirmar que há mais verdade no delírio.

Referências

ABAL, Felipe Cittolin. *Delírio e política em cartas aos presidentes da República*. Passo Fundo: Acervus, 2023.

ARQUIVO NACIONAL. *Fundo Gabinete Pessoal do Presidente da República*. Brasília.

BIBLIOTECA PRESIDÊCIA DA REPÚBLICA. *Fernando Henrique Cardoso Viagens*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/viagens>. Acesso em 12 nov. 2024.

DE CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise*: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Livro-bomba fere diplomata no Itamaraty*. São Paulo, 4 de outubro de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/04/brasil/55.html>. Acesso em 21 nov. 2024.

FREUD, Sigmund. *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia* (dementia paranoides). In: FREUD, Sigmund. Obras completas v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do ego*. In: FREUD, Sigmund. Obras completas v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

FREUD, Sigmund. *Neurose e psicose*. In: FREUD, Sigmund. Neurose, psicose, perversão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018a.

FREUD, Sigmund. *A perda da realidade na neurose e na psicose*. In: FREUD, Sigmund. Neurose, psicose, perversão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018a.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUERRA, Andréa M.C. *A psicose*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 5*: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MATTUELLA, Luciano. *Um itinerário íntimo pela psicanálise lacaniana*. Porto Alegre: Zouk, 2022.

MILLER, Jacques-Allain. *A Invenção Psicótica*. Opção Lacaniana, n. 36, maio de 2003.

MURAT, Laure. *O homem que se achava Napoleão*: por uma história política da loucura. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

QUINET, Antonio. *Teoria e clínica da psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

TERKEL, Studs. 'One hell of a big bang'. *The Guardian*, 06 ago. 2002. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2002/aug/06/nuclear.japan>. Acesso em 12 nov. 2024.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

RESILIÊNCIA DO POVO NAMBIQUARA DIANTE DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Francisco Clébio Pinheiro
Doutorando pelo Programa de Pós-graduação
em História da UPF
Bolsista FUPF, sob
franciscoclebio@gmail.com

Resumo
Este trabalho é fruto da experiência em um projeto de doutorado que analisa a interação cultural entre estudantes indígenas que frequentam escolas não indígenas, com foco em Comodoro, MT. A trajetória indígena na região Centro-Oeste revela resiliência diante das adversidades impostas pelo contato com não indígenas. Apesar das invasões e ameaças no início da colonização, os povos originários mantiveram vivas suas tradições e modos de vida. As transformações se intensificaram com a construção da linha telegráfica por Marechal Rondon, no início do século XX. Embora adotasse uma abordagem menos violenta, essa obra expôs os Nambiquara a doenças e abriu caminho para a exploração de suas terras. A posterior pavimentação de rodovias acelerou esse processo, tornando a região alvo de imobiliárias e madeireiras, que desmataram extensas áreas e forçaram deslocamentos. Segundo Price (1989), a FUNAI negava a presença indígena, enquanto a SUDAM financiava obras que impactavam diretamente esses povos. Muitos foram retirados à força e levados para territórios de grupos rivais, e epidemias dizimaram a população jovem. Apesar desses desafios, os Nambiquara preservaram elementos essenciais da cultura. Festas, danças e a produção de artefatos tradicionais seguem desempenhando um papel fundamental na identidade do povo, expressando sua resistência às tentativas de assimilação e dominação dos não indígenas.
Palavras-chave: indígenas Nambiquara; colonização na região Centro-Oeste; resiliência indígena.

Introdução

A questão cultural indígena engloba diferentes elementos incluindo as línguas, artefatos e rituais que foram conservados ao decorrer do tempo. Diante da abrangência de questões que podem ser abordadas, prioriza-se na tese de doutorado a percepção dos estudantes indígenas em escolas não indígenas, de modo mais específico em Comodoro-MT. No presente trabalho escolheu-se o recorte que analisa o processo de colonização na região Centro-Oeste, seus desafios, bem como a sobrevivência da cultura indígena Nambiquara frente a esse processo.

Vale ressaltar que a localidade em questão era habitat de diversos povos indígenas, cada um com suas próprias práticas culturais e formas de interagir com o ambiente. Esses grupos, há milênios, desenvolveram sistemas complexos de manejo da terra, baseados em conhecimentos tradicionais sobre caça, pesca e agricultura, garantindo a sua subsistência em harmonia com a natureza. A chegada dos colonizadores europeus desencadeou um processo de profundas transformações, marcado pela disputa por territórios, imposição de novas culturas e a exploração dos recursos naturais, o que levou à marginalização e à perda de grande parte de suas terras ancestrais e, posteriormente, foi necessário demarcar territórios específicos para os mais diferentes grupos sobreviventes.

A expansão da fronteira agrícola no Brasil, particularmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, a partir do século XX, desencadeou um intenso processo de ocupação territorial. A criação de municípios como Comodoro, em Mato Grosso, exemplifica essa dinâmica, impulsionada por fatores como a busca por novas áreas para a agricultura, a construção de infraestruturas viárias e políticas governamentais de incentivo à colonização. Esse movimento, no entanto, negligenciou a presença pré-

existente de povos indígenas na região, como aponta Fernández (2007), o que gerou diversos conflitos e desafios socioambientais.

Ao longo da história, o contato entre indígenas e não indígenas foi marcado por processos de dominação, que resultaram em conflitos, doenças, mortes e a destruição de grande parte de seus modos de vida tradicionais. A luta por sobrevivência foi constante para manter os principais elementos da cultura e seus territórios.

Até a Constituição de 1988, as políticas do Estado visavam à integração e assimilação dos povos indígenas à cultura nacional. Contudo, a persistência de diversas culturas indígenas representa forte testemunho de sobrevivência diante das inúmeras agressões sofridas ao longo da história. A preservação das línguas e costumes, bem como a luta por direitos e territórios são exemplos inspiradores de resistência e resiliência. O fato de existir povos nativos em Comodoro-MT falando na própria língua e cultivando a cultura, significa que houve uma superação frente aos desafios enfrentados.

1. Desenvolvimento

Localizado no Centro-Oeste, o Estado de Mato Grosso foi palco de intensas transformações políticas, econômicas e sociais ao longo do século XX. Para compreender os processos que marcaram essa região, é fundamental analisar o contexto histórico de sua ocupação, assinalado por políticas de colonização e expansão agrícola.

Durante o Estado Novo (1937-1945), o governo de Getúlio Vargas implementou a “Marcha para o Oeste”, um projeto de colonização que visava expandir as fronteiras agrícolas e

integrar as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. A partir da década de 1960, com a construção de grandes rodovias, o fluxo migratório para essas áreas se intensificou, impulsionado por políticas de colonização que buscavam a ocupação de terras e a expansão da fronteira agrícola. Os slogans da ditadura militar, como "Integrar para não entregar" e "Terra sem homens para homens sem terra", expressavam os objetivos de promover a ocupação do território nacional e solucionar o problema da reforma agrária. O impulsionamento desse processo se deu a partir das grandes plantações de soja e a pecuária (Silva; Sato, 2010).

O marco inicial das mudanças ocorreu principalmente com a construção da linha telegráfica pelo Marechal Rondon, no início do século XX. Essa obra, que visava integrar as regiões Centro-Oeste e Norte ao restante do país, trouxe consigo o primeiro contato direto dos povos tradicionais com a sociedade não indígena. Embora tenha adotado uma postura relativamente "pacífica", Rondon ainda assim contribuiu para a exposição do povo Nambiquara a novas doenças, além de abrir caminho para a exploração de suas terras por madeireiros e outros colonizadores.

A abertura da estrada de cascalho, posteriormente asfaltada, foi a porta de entrada para a exploração das terras indígenas. A grade leva de imigrantes que chegava constantemente impeliu os povos nativos para outras regiões visando a ocupação das melhores terras pelos colonizadores. Sendo assim, o processo de colonização interferiu diretamente nas comunidades originárias, como afirma Almeida (2021, p 4): "A população preestabelecida de comunidades ribeirinhas e indígenas foi sendo impelida a abandonar seus territórios em virtude de uma série de políticas que tinham como objetivo a fixação de população exógena, oriunda das regiões Sul e Sudeste."

Essa expansão foi marcada por choques diretos com os povos indígenas, resultando na desestruturação dos modelos

tradicionais de convivência, conforme aponta Fernández (2007, p. 157):

> [...] a 'disponibilidades' dos chamados 'grandes estoques' de terras, encravado nos denominados 'vazios' populacionais, decorreu de um longo processo social de construção de novos territórios, processo esse pautado na desarticulação e desestruturação de territórios tradicionais de caça, pesca, roças, moradia, rituais, conflitos e lazer dos povos indígenas. Essa construção social de 'despovoamento' foi mediada por relação de conflitos e violência, levando à quase extinção de vários grupos [...].

Portanto, observa-se que o processo de reocupação provocou choque cultural e social para os povos indígenas. A visão europeia de propriedade da terra, que contrastava com as concepções tradicionais indígenas, desencadeou conflitos e levou à extinção de muitos territórios ancestrais. Parte dos grupos indígenas foi dizimada ou submetida à aculturação, resultando na perda de suas identidades e modos de vida.

Ainda conforme Price (1989), a região se tornou alvo das imobiliárias, que negociavam as terras com considerável lucro, sem respeitar os direitos dos indígenas. Além disso, a chegada de madeireiros resultou em um desmatamento significativo, forçando o deslocamento de indígenas para outras localidades, pois a FUNAI emitia certidões "negativas", alegando que nas terras dos "índios" não havia indígenas, enquanto a SUDAM financiava as obras. Os indígenas dispersos foram resgatados de helicóptero no Vale do Guaporé e levados para terras de grupos rivais. A população de jovens e crianças menores de 15 anos foi dizimada pela epidemia. Um médico declarou que a forma de

vida imposta era vergonhosa, não apenas para o Brasil, mas para o mundo (Carelli; Severino, 1980).

Portanto, a presença de não indígenas na região trouxe consequências para as populações locais, como por exemplo, doenças, conflitos e mortes que foram fatores responsáveis pelo declínio populacional, como destacado por Price (1989, p. 37):

> O Projeto Nambiquara havia tido um sucesso razoável em melhorar a saúde geral, que, até então, era terrível. As estimativas da população Nambiquara na virada do século chegavam a 20.000; em 1938, a população sobrevivente foi estimada entre 2.000 e 3.000; em 1959, em 1.500; e em 1969, em 600. Segundo o primeiro censo real, realizado em 1975, a população era de 534. A taxa de mortalidade para a parte da tribo que consegui acompanhar de 1969 a 1975 era de 60 por mil, enquanto a taxa de natalidade era de 45 por mil. A expectativa de vida média ao nascer era de vinte e três anos [...] Em 1980, a população subiu para 570 — um aumento pequeno, mas uma reversão do longo declínio.[42]

[42] Confere no Original: "The Nambiquara Project had been reasonably successful in improving the general health, which, up to that time, was dreadful. Estimates of Nambiquara population at the turn of the century run as high as 20,000; in 1938 the surviving population was estimated at 2,000 to 3,000; in 1959 at 1,500; and in 1969, at 600. The population according to the first real census, taken in 1975, was 534. The death rate for the part of the tribe that I had been able to keep track of from 1969 to 1975 was 60 per thousand, while the birth rate was 45 per thousand. Average life expectancy at birth was twenty-three years [...] By 1980, the population had risen to 570 - only a slight increase, but a reversal of long decline" (Price, 1989, p. 37).

Esses dados possibilitam acompanhar o processo de declínio do povo Nambiquara diante da colonização. A redução populacional se deve a fatores que causaram inúmeras mortes entre os indígenas, principalmente as invasões de terras e mortes, bem como as doenças trazidas pelos não indígenas. Somente na década de 80 é que os nativos começam a ter um pequeno acréscimo populacional. O agravamento da situação também se deve a fatores como: "[...] o desrespeito às terras indígenas, a devastação ambiental e o efeito predatório dos garimpos" (Cunha, 2006, p. 90).

Com o objetivo de promover a ocupação territorial e o desenvolvimento econômico, o regime militar implementou o Programa de Integração Nacional (PIN). Essa política, marcada pela concessão de terras, incentivos financeiros e investimentos em infraestrutura, impulsionou a ocupação de áreas antes consideradas pouco povoadas, intensificando a pressão sobre os recursos naturais e os povos tradicionais que habitavam essas regiões (Viegas, 2020).

O período mais intenso de migração para o Mato Grosso foi nas décadas de 1970 e 1980. Aos poucos, diferentes fatores proporcionaram a vinda de pessoas para a região. No entanto, com o passar do tempo, ocorreram mudanças nas fronteiras agrícolas, que começaram a diminuir e, assim, passou a aumentar a concentração de pessoas nas áreas urbanas, como se nota a seguir:

> Não é por acaso que o Estado, atualmente, apresenta elevado grau de urbanização, onde

> os centros urbanos tornaram-se as últimas opções para a permanência dos migrantes ali chegados, situação que se agrava quando se considera o reduzido potencial de absorção demográfica da maioria deles (Cunha, 2006, p. 88).

O processo em si é marcado por fatores que favoreceram a entrada de grandes empresas para explorar a região, como destacado por Cunha (2006, p. 89):

> Esta intervenção do governo foi realizada, principalmente, através do Prodoeste (Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste), efetivado pela ação da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), no qual muitos grupos empresariais beneficiaram-se em diversos aspectos do processo de ocupação da fronteira amazônica. Vale lembrar que vários projetos aprovados, alguns megalomaníacos, nunca efetivamente entraram em funcionamento, o que gerou uma série de escândalos pelo uso indevido de dinheiro público.

Esses projetos de colonização através de grandes empresas se concentraram na década de 70. A década seguinte foi caracterizada por:

> [...] projetos de colonização, baseados em assentamentos de famílias em pequenas propriedades e executados por empresas públicas e privadas. Porém, estes projetos acabaram limitados e tiveram suas chances de sucesso

> reduzidas por diversos elementos, tais como: características qualitativas da terra; dificuldade de acesso ao crédito por parte dos pequenos agricultores; e condições de isolamento da maioria das áreas colonizadas (em particular no caso do norte de Mato Grosso)" (Cunha, 2006, p. 89).

O fator determinante para a reocupação da região foi a abertura de rodovias que possibilitaram a formação de pequenas cidades, mas em sua maioria com falta de infraestrutura e serviços essenciais. Essas cidades foram constituídas com populações entre 20 e 50 mil pessoas. Já na questão agrícola há uma mudança no sentido de priorizar a agricultura mecanizada, principalmente o cultivo da soja. Fator esse que traz como agravante o desmatamento e a destruição do meio ambiente. Além disso, a pecuária é outro elemento que tem adentrado no Mato Grosso. A contradição constatada ao decorrer da pesquisa é que o estado surgiu como frente agrícola, mas 80% da população mora em área urbana, conforme dados dos anos 2000. Isso se deve ao fato de que emprega-se na produção o mínimo de pessoas e utiliza-se em sua maioria maquinários para realizar os trabalhos (Cunha, 2006).

As consequências desse processo são relatadas por Cunha (2006, p. 105):

> As atividades econômicas hegemônicas (pecuária e soja) deixam suas marcas em praticamente todas as áreas existentes, via de regra, implicando considerável desruralização e inchamento urbano, que, na maior parte do território matogrossense, não possui condições de reter o excedente populacional. Este

> contínuo "movimento da fronteira" é percebido pela avaliação das tendências demográficas das várias microrregiões do Estado.

Frente a essas situações expostas, observa-se que ocorreu todo um processo de interferência direta na cultura indígena Nambiquara. A chegada dos colonizadores, o processo de urbanização das cidades e, principalmente o extermínio de nativos por meio de doenças e conflitos. Além disso, é preciso considerar que as políticas governamentais antes da Constituição Federal de 1988 eram voltadas para a integração e assimilação cultural, em que os indígenas eram forçados a abrir mão dos costumes e tradições visando a adaptação às condições impostas, como salienta Biccas (2022, p. 25): "A educação no período imperial teria um importante papel de nacionalizar o povo via escola, principalmente ensinando a língua portuguesa, além de civilizar os 'bárbaros' e produzir a homogeneização social."

Apesar dessas pressões, os Nambiquara conseguiram preservar aspectos essenciais da cultura. Festas, danças e a produção de artefatos tradicionais continuam a desempenhar um papel central na identidade do povo. Essas práticas expressam a resiliência e a resistência diante das tentativas de assimilação e imposição cultural.

Dentre os aspectos evidenciados na análise, sobressaem-se a preservação das línguas. Contudo, pode-se observar influências externas da televisão, internet e do contato com os não indígenas. Essa é uma questão que pode ser melhor abordada por um linguista. No entanto, um fator relevante é que, embora os estudantes frequentem escolas não indígenas, eles retornam às aldeias, onde utilizam suas línguas maternas, o que favorece a manutenção de grande parte da cultura e dos valores. Da mesma

forma, isso também acontece com os que vêm à cidade para fazer compras e retornam para suas aldeias.

Essa permanência das línguas representa um sinal de resistência e resiliência, pois, ao longo do processo de colonização, houve uma forte tendência ao desaparecimento das mesmas devido à redução da população indígena e ao contato crescente com os não indígenas. Entretanto, diversas línguas foram preservadas, como por exemplo a Nambiquara do Cerrado, Negarotê e Mamaindê. Vale ressaltar que um indígena do Cerrado não compreende a língua Negarotê ou Mamaindê, enquanto esses dois últimos apresentam maior proximidade linguística, facilitando a comunicação entre seus falantes. Nas festividades a língua portuguesa pode ser utilizada como alternativa quando não se compreendem nas línguas maternas.

Esse fenômeno de preservação dos idiomas, apesar das adversidades vivenciadas, está diretamente relacionado às estratégias grupais de transmissão dos saberes tradicionais. O ensino das falas nativas dentro das aldeias, aliado ao uso diário nos rituais e na vida cotidiana, reforça a identidade cultural e garante sua continuidade entre as novas gerações. Além disso, essa valorização das línguas maternas contribui no fortalecimento dos idiomas, enfrentando os desafios impostos pela influência externa e predominância do português no ambiente escolar e urbano.

Além das línguas foi possível constatar a prática de rituais. O principal destes é o da menina moça, que é uma celebração de passagem que marca a transição da menina para a vida adulta, logo após a primeira menstruação. O evento envolve toda a aldeia em preparativos e comemorações, sendo uma das festividades mais elaboradas do grupo (Price, 1972).

Após a primeira menstruação, a menina é tradicionalmente resguardada por um período que pode variar de um mês

ou mais, sob os cuidados de outras mulheres da aldeia. Durante esse tempo de reclusão, ela é instruída sobre os papéis e responsabilidades de uma mulher adulta, aprendendo sobre os aspectos da vida doméstica e social e recebendo as orientações que são essenciais para a vida de mulher indígena. É através deste ritual que as práticas tradicionais, valores, crenças e identidades são transmitidas, conservando a riqueza e a diversidade cultural do povo (Costa, 2000; 2008).

Outro ritual é o da flauta sagrada que está interligado ao desenvolvimento da agricultura e é transmitido ao longo das gerações. Conforme descrito por Price (1989, p. 8-9), a origem da agricultura está associada à narrativa em que um menino misterioso guia seu pai até uma floresta, e lá ele desaparece e se transforma em plantações. Elementos de seu corpo se convertem em plantas cultiváveis, enquanto sua alma se torna a música das flautas.

A narrativa reforça a noção de que esse garoto detinha um conhecimento ancestral, desconhecido pelo pai e ensina as diferentes formas de cultivar o solo. A coloração vermelha obtida do urucum, por exemplo, remete à simbologia de seu sangue, justificando a continuidade da pintura corporal entre os Nambiquara. A relação entre a agricultura e a flauta sagrada é estabelecida pelo fato de que a alma do menino se converte em melodia, fazendo do ritual uma expressão da interconexão entre o mundo espiritual e material (Costa, 2008).

Além disso, Costa (2008, p. 114), ressalta que no passado os Nambiquara desconheciam a agricultura, sobrevivendo da caça, pesca e coleta. A narrativa reforça que a criação da agricultura se deu pela ação do garoto, que instruiu os homens a retornarem após um ciclo lunar. Ao chegarem ao local onde ele havia desaparecido, encontraram uma roça extensa, evidenciando a transformação da criança em diferentes plantas e sua

essência representada pela flauta de bambu. Esse ritual persiste no presente, reforçando a relação entre os Nambiquara e a terra.

Há também relatos documentados por Pereira (1983, p. 16-17), que detalha a conversão do corpo do menino em diferentes tipos de cultivos, destacando o simbolismo da flauta sagrada, que surge do seu braço. A narrativa enfatiza a transmissão de conhecimentos ancestrais, ensinando os Nambiquara a plantar e colher corretamente, consolidando o papel da espiritualidade na sustentação dos povos indígenas e na sua relação respeitosa com a natureza.

Vale destacar a restrição das mulheres ao contato com a flauta, pois, segundo Costa (2010), sua visão ou toque poderiam trazer doença ou morte. Esse elemento simbólico reforça a estrutura de papéis sociais dentro da aldeia. Para Aytai (1967-68), a flauta também carrega uma representação de masculinidade, sendo alimentada com chicha pelos homens durante os rituais, fortalecendo seu status sagrado e guardada em cabanas que evitem o contato das mulheres.

O presente ritual representa um aspecto central da cultura Nambiquara, ligando os saberes ancestrais à agricultura e à estrutura social do grupo. A preservação desse conhecimento tradicional reforça a continuidade das práticas indígenas e sua relação simbólica com a terra e os ciclos naturais.

Permanece também na cultura Nambiquara o ritual da pajelança que está interligado à cura física e espiritual dos indígenas. Para Botelho e Costa (2006), nas mais variadas formas de sociedades existem pessoa com poderes próprios para lidar com a dor, o medo e a morte. Estas questões estão interligadas ao sagrado: “[...] o exercício de funções que excedem o sagrado, capazes de gerar interferência política nos respectivos grupos sociais, e a extraordinária capacidade de reconstruir os próprios

saberes, como uma história de longa duração, ao longo de quatro séculos" (Botelho; Costa, 2006, p. 928).

Portanto, quando um membro do grupo se encontra doente é feita a cerimônia para descobrir se a enfermidade é indígena ou não indígenas. Se for própria da cultura realiza-se a pajelança e os procedimentos de cura através de cerimônias e plantas naturais que são de conhecimento ancestral dos pajés (Costa, 2008). Do contrário, se descobrir que não é possível resolver o problema com essas ações, enviam a pessoa à cidade para que sejam realizados exames e procedimentos não indígenas visando encontrar as causas do problema de saúde.

Frente ao exposto, observa-se que a trajetória de vida dos indígenas Nambiquara foi marcada por desafios históricos que se agravaram com o "encontro" com os não indígenas que trouxe consigo enfrentamentos, doenças e quase a extinção do povo. No entanto, conseguiram resistir e sobreviver aos desafios possibilitando que suas narrativas fossem registradas através deste artigo.

Considerações finais

Ao decorrer deste trabalho observou-se que o processo de colonização na região Centro-Oeste foi marcado por inúmeras transformações na vida dos nativos, pois a partir das primeiras estradas abertas uma leva de migrantes adentraram a localidade ocorrendo inúmeros conflitos diretos, bem como mortes causadas por doenças as quais os indígenas não tinham imunidade capaz de resistir e com isso vários grupos foram exterminados.

Evidenciou-se também que durante o período que antecede a Constituição Federal de 1988, predominava a intenção de inseri-los na cultura nacional tornando-os cidadãos comuns.

Para isso, ocorreu até mesmo em certos momentos a proibição das línguas nativas. No entanto, frente a tantas adversidades vários elementos da cultura sobreviveram como foi demonstrado neste artigo.

Assim, a colonização da região onde habitam os Nambiquara e o surgimento do município de Comodoro estão inseridos num processo histórico marcado por intensas transformações territoriais e sociais. Desde os primeiros contatos com os colonizadores, os povos nativos enfrentaram desafios que resultaram na reorganização de suas formas de vida, territórios e relações sociopolíticas. A construção de rodovias intensificou o avanço de frentes agropecuárias e a instalação de novos assentamentos alterando a dinâmica local. Nesse cenário, a população indígena foi sendo cada vez mais empurrada para a marginalidade, enquanto os conflitos por terras se tornaram mais frequentes e intensos.

Observou-se que a fundação de Comodoro está diretamente ligada a diferentes processos. Criado oficialmente em 1986, o município se consolidou como um polo econômico voltado para a agropecuária, caracterizando-se pela grande presença de migrantes vindos de outras regiões do país. Contudo, essa expansão territorial também trouxe desafios relacionados à sustentabilidade ambiental e às questões fundiárias, especialmente no que diz respeito às terras tradicionalmente ocupadas pelos povos Nambiquara.

Atualmente, a demarcação das terras, o reconhecimento dos direitos indígenas e a busca por soluções conciliatórias entre os diferentes grupos sociais da região seguem como pautas fundamentais para o desenvolvimento do município. A compreensão histórica desses processos é essencial para que se possa promover um diálogo entre progresso econômico e a preservação das culturas originárias.

Frente ao exposto, evidencia-se a necessidade de aprofundamento em estudos que contemplem tanto as trajetórias dos povos indígenas quanto os impactos da colonização sobre a organização territorial e econômica de Comodoro, contribuindo na reflexão e debate sobre os desafios enfrentados na atualidade.

Referências:

AYTAI, Desidério. As flautas rituais dos Nambikwara. *Revista de Antropologia.* Volume 15 e 16, pp. 69-75. São Paulo, 1967-68. Disponível em:http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aaytai-1968-flautas/Aytai_1968_AsFlautasRituaisNambikuara.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

ALMEIDA, Luciana Schleder. Significados locais da colonização interna no norte mato-grossense. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, p. e202101, 2021.

BICCAS, Maurilane. História da Alfabetização de Adolescentes, Jovens e Adultos no Brasil. *In*: GAZOLA et. al. (org). *Educação e Nação no Bicentenário da Independência***.** Belo Horizonte: KMA, 2022.

BOTELHO, João Bosco; COSTA, Hideraldo Lima da. Pajé: reconstrução e sobrevivência. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 13, n. 4, p. 927–956, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702006000400009 . Acesso em: 19 fev. 2025.

CARELLI, Vincert; SEVERIANO, Milton. *Mão Branca contra o povo cinza:* Vamos matar este índio? Goiás: Brasil Debates - Centro de Trabalho Indigenista, 1980. Disponível em:

https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acarelli-1980-mao/Carelli%26Severiano_1980_MaoBrancaXpovoCinza.pdf. Acesso em: 23 dez. 2024.

COSTA, Anna Maria Ribeiro Moreira da. Desidério Aytai e os Índios Nambiquara. *Instituto Histórico e Geográfico do Estado d Mato Grosso*, 2010. (Publicações Avulsas). Disponível em: https://www.ihgmt.com.br/download.php?id=452. Acesso em: 27 nov. 2024.

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. *Senhores da memória***:** na história no universo dos Nambiquara do cerrado 1942-1968. 2000. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2000.

COSTA, Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da. *Wanistesu:* um construtor do mundo Nambiquara. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 1, p. 87–107, jan. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/PSp4DcbZ9mXpnFpZVgQzP6F/. Acesso em: 13 nov. 2024.

FERNÁNDEZ, Antônio João Castrillon. *Do Cerrado à Amazônia:* as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007. 262 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14276. Acesso em: 13 nov. 2024.

PEREIRA, Adalberto Holanda. O pensamento mítico dos Nambikwára. *Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 36, 1983.

PRICE, Paul David. *Before the bulldozer***:** the Nambikwara Indians and the World Bank. Washington, D. C.: Seven Locks Press, 1989.

PRICE, Paul David. *Nambikwara Society*. Tese (For the degree of Doctor of Philosophy). Department of Anthropology, Faculty of the Division of the Social Sciences. Chicago, Illinois, 1972.

SILVA, Regina; SATO, Michèle. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso - Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 261–281, dez. 2010.

VIEGAS, Danielle Heberle. Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, p. e202009pt, 2020.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

ENTRE A AUTORIA ÉTNICA E O PROJETO ESTÉTICO IDEOLÓGICO DE MAKUNAIMA: ASPECTOS HISTORIOGRÁFICOS E LITERÁRIOS NA CONCEPÇÃO DE MITO/PANTON NA COSMOVISÃO MACUXI

Francisco Pereira Gomes de Oliveira
Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade de Passo Fundo
Bolsista CAPES

Resumo
Este artigo investiga as tentativas de conceituar mito através da análise historiográfica, desde as investidas infrutíferas de conceituação, a importância da memória, da metáfora bem como os processos de demitologização, trazendo uma perspectiva do mito baseada nas ideias do século XIX, e também pontos de vistas mais recentes. Partindo dos aspectos historiográficos e literários da concepção de mito em paralelo com as narrativas dos povos ancestrais do circum-Roraima, especialmente nos relatos dos pemon, com ênfase na cosmovisão macuxi, o trabalho busca compreender as nuances entre a autoria étnica e o projeto estético-ideológico de Makunaíma. Considerando a cosmovisão do nativo como ponto de partida, é perceptível que as confluências entre história, literatura e antropologia desvelam um modo de ser/ver como as concepções de mito se opõem às teorias que veem no mito uma projeção psíquica, ritual ou mecanismo de reconciliação de opostos na experiência humana. Os resultados da pesquisa corroboram a ideia de que as histórias pemon, vistas como "panton" em oposição ao conceito ocidentalizado de "mito", desvelam uma visão etnotextual e o ethos identitário da "tribo".
Palavras-chave: Mito. Panton. Historiografia literária

.

Desenvolvimento

As pesquisas sobre o mito/panton nas narrativas indígenas do circum-Roraima[43] são embrionárias, considerando a diversidade linguística e cultural da tríplice fronteira. A maioria dos estudos aborda o mito de forma etnocêntrica, mas alguns autores analisam o mito ancestral sob uma perspectiva etnotextual e antropológica. A antropologia contribui significativamente para compreender como os pemon[44] constroem e transmitem seus conhecimentos e valores através das histórias. Nesse sentido a pesquisa investigará a importância de compreender como as sociedades ancestrais reconfiguram as histórias recebidas e as mesclam com o repertório ocidental. Bem como, analisará a produção autoral dos professores nativos de Maturuca que enfatizam a preservação da língua e cultura Makuxi[45] para combater a desindianização, descortinando o termo Panton, como expressão legítima da ancestralidade, refletindo os hábitos, costumes,

[43] O termo circum-Roraima pertence a Cesáreo de Armellada, pesquisador e missionário venezuelano. Trata-se de um termo de referência útil, curto, que denota a região das terras altas e baixas localizadas no entorno do monte Roraima, onde os povos Kapon e Pemon mantêm suas famílias tradicionais. (BUTT-COLSON, 1985).

[44] O povo Pemon pertence ao tronco linguístico Carib e habita a região do Monte Roraima, no planalto guianense. Sob a denominação Pemon estão "[...] os Kamarakoto, os Arecuna, os Taurepang e os Macuxi [...]" (SANTILLI, 2001, p. 15).

[45] Macuxi é a designação comum para os grupos Pemon que habitam o sul da área no entorno do Monte Roraima. Suas vertentes meridionais e os campos ou savanas1 que se estendem pelas cabeceiras dos rios Branco e Rupununi, território partilhado por Guiana e Brasil (SANTILLI, 1997: 19).

religião e imaginário da comunidade, legitimando a mitopoética pemon com seu caráter oral e coletivo.

Inicialmente abordaremos o percurso histórico do mito enfatizando as tentativas de conceituação, bem como as relações que ele estabelece com as categorias linguagem, história, psicologia e literatura. Nessa perspectiva, além dos termos mito, panton e lenda, a análise abrangerá teóricos que apresentam uma perspectiva do mito em concordância com as ideias do século XIX, e também pontos de vistas mais recentes. Conforme proposto por (RUTHVEN, 1976, p. 12) as "concepções de mito como simples fábula, invenção e ficção se opõem às concepções teóricas mais recentes que veem na elaboração mítica uma forma de projeção psíquica ou ramificações do ritual", além dessas, o mito é percebido em diferentes culturas como um instrumento para reconstruir opostos paradoxais na experiência humana.

Partindo dessa premissa, para entendermos o conceito do projeto autoral Macuxi Panton, é importante diferenciar os conceitos de mitos cosmogônicos, mitos de origem e narrativas etiológicas. Desse modo, a proposição mais aceita para os mitos cosmogônicos é que eles explicitam como o mundo surgiu, o termo "cosmo" faz referência ao universo, e "gonia" a uma ideia de geração ou criação (ELIADE, 1972, p. 20). Já os mitos de origem explicam como as coisas surgem no mundo, "são histórias simbólicas que narram acontecimentos de um passado distante, o sentido da vida humana e as relações com entidades sobrenaturais, divinas ou simplesmente não-humanas" (ELIADE, 1972, p. 20). Já A lenda é tida como, "um precioso documento: ela exala a vida do povo, comunica-lhe um ardor de sentimento que nos comove mais do que a rigidez de fatos consignados" (BAYARD, 2002, p. 8). As narrativas etiológicas são histórias que explicam a origem de certos fenômenos, tradições ou elementos

culturais, conferindo-lhes significado e contexto dentro da cultura que as produziu.

De acordo com Eliade (1972), existe uma relação intrínseca entre os mitos cosmogônicos e os mitos de origem sendo essa uma característica específica extremamente importante dos mitos de origem, muitas vezes eles fazem parte do mito cosmogônico e, em certo sentido, o prolonga. O autor exemplifica de forma clara essa relação:

> Toda história mítica que relata a origem de alguma coisa pressupõe e prolonga a cosmogonia. Do ponto de vista da estrutura, os mitos de origem homologam-se ao mito cosmogônico. Sendo a criação do Mundo a criação por excelência, a cosmogonia torna-se o modelo exemplar para toda espécie de "criação". [...] todo divo aparecimento — um animal, uma planta, uma instituição — implica a existência de um Mundo (ELIADE, 1972, p. 20).

O fato de os mitos de origem dependerem do mito cosmogônico é melhor compreendido quando se considera que, em ambos os casos, existe um começo. Sendo que o começo absoluto é a Criação do Mundo. Não se trata, evidentemente, de uma simples curiosidade teórica. Não basta conhecer a origem, é preciso reintegrar o momento em que tal ou tal coisa foi criada. Logo, isso se traduz num rememorar até a recuperação do Tempo original, forte e sagrado, proporcionando a recuperação do Tempo primordial, indispensável para assegurar a renovação total do Cosmo, da vida e da sociedade. Essa renovação é obtida

através da reatualização do começo absoluto, da recriação do Pia-to-daktay[46], do tempo perfeito, isto é, da Criação do Mundo.

O projeto estético de Makunaima na Makuxi Panton, está centrado no etnotexto, se caracteriza pela transposição da oralidade para a escrita, preservando elementos metamórficos e toponímicos da narrativa voco-expressiva. (DE OLIVEIRA, 2021, p. 62). Ao transpor o personagem da mitopoética Pemon, com seu caráter oral e coletivo para a cultura letrada os professores indígenas usam de "estratégias e táticas" (CERTEAU, 1998, p. 46). para imprimir um novo arquétipo de educação dentro de uma nova perspectiva letrada, empregadas com o intuito de que o homem ordinário se sobressaia perante a dominação do sistema.

Concernente ao projeto ideológico temos duas vertentes, na primeira, que não será objeto desta análise, há o projeto ideológico de Makunaima de Mario de Andrade que se opõe à visão de país encontrada na produção artística e cultural anterior ao modernismo, e outra que é a vertente etnotextual, que enfatiza a importância de compreender como as sociedades ancestrais reconfiguram as histórias recebidas e as mesclam com o repertório ocidental. Através de projetos autorais professores nativos de Maturuca priorizam a preservação da língua e cultura Makuxi para combater o que nomeiam como um processo de desindianização.

Iniciando a discussão dessas premissas, historicamente, na perspectiva ruthveniana a própria pergunta - o que é o mito? - "está eivada de equívocos, uma vez que não temos a

[46] Segundo Molina e Gamboa (2006, p. 18) Pia-to —daktay, é o fundamento da crença pemon, definido o tempo dos ancestrais, de harmonia, o princípio, o tronco inicial em sentido físico e espiritual e físico e espiritual, (PEMON, mitos, leyendas, danzas, cantos, juegos e bailes) Fundación Kachire.

experiência direta do mito, mas somente de - determinados mitos, o que enseja uma grande multiplicidade de interpretações discrepantes" (RUTHVEN, 1976, p. 13). Para o autor os mitos que conseguimos acessar, devido às suas origens nebulosas e significados ambivalentes, se tornam paradoxais, pois, apesar de parecerem resistentes a uma explicação lógica, incentivam investigações centradas na racionalidade.

Por conseguinte, faz-se necessário uma rápida compreensão acerca do percurso histórico da questão. Sabemos que os gregos sistematizaram os pressupostos básicos do pensamento mítico: a importância da origem; o papel da memória e a história como sagrada. Nessa perspectiva a origem etimológica da palavra "mito" remonta ao grego "mythos" e na interpretação mais aceita teria o sentido de "narrativa", "fábula", "ficção", "invenção". Nesse aspecto, veremos na pesquisa que, contrariando a perspectiva reinante no século XIX, em meados do século XX o mito passa a ter um novo valor semântico para os estudiosos ocidentais. Tal qual para as sociedades arcaicas ele passa a designar uma "história verdadeira, apreciada por seu caráter sagrado, exemplar e significativo". (ELIADE, 1972, p. 6).

É nesse contexto que se coloca, no âmbito da presente pesquisa, a concepção de Makunaima como mito. Sendo essa uma atribuição que se dá em virtude do encontro entre a cultura europeia e a cultura Pemon. Ressalte-se que para as populações ancestrais suas histórias não são vistas dessa perspectiva. O agente externo a partir de sua visão de mundo denomina a cosmogonia do nativo como mito, caracterizando uma visão etnocêntrica na atribuição do conceito. Daniel Munduruku explica dessa forma o processo de assimilação de conceitos entre os povos ancestrais:

> Esse índio, que foi sendo tramado dentro da nossa formação, não existe. E aí entra a minha afirmação: eu não sou e não existo. Porque esse índio é um ser que foi sendo plantado na nossa história, e nós fomos sendo obrigados a tratá-lo como ser folclórico. Não olhamos para o indígena como um ser humano. Olhamos a partir desse olhar romantizado ou – e essa é a segunda postura – olhamos pelos olhos da ideologia que mora dentro da gente, quer queiramos ou não. (MUNDURUKU, 2017, p. 1).

Além disso, uma visada atenta para a língua indígena Macuxi da família Karíb, falada em Roraima, ao norte do rio Amazonas, por pouco mais de quinze mil falantes, mostrará que o termo mito não integra o conjunto de lexemas dessa língua. Em síntese, conforme (SELEPRIN, 2010, p. 2), para quem vive o mito, este é a história verdadeira, proposta numa linguagem acessível à gênese do mundo, das coisas e do homem.

Devido a isso, ressaltamos que o uso do conceito de mito no âmbito da presente pesquisa deve ser tomado como uma conceituação que considera o ponto de vista dos encontros culturais. Não estamos falando em integração de culturas, posto que consideramos os interesses e jogos políticos envolvidos, também consideramos o fato de que essa interação cultural é vista por alguns teóricos como um processo que produziu e continua produzindo modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo em separado, "provocando reorganizações no funcionamento linguístico das línguas bem como rupturas em processos semânticos estabilizados". (MARIANI, 2004, p. 7). Assim seria mais adequado falar em cooperação cultural de povos que dividem um espaço em comum.

Posto isto, para o senso comum, tanto o mito quanto a lenda podem ser classificados como narrativas míticas que se propõem a explicar a origem ou a razão do surgimento do ser humano, de um fenômeno, de um ritual ou do próprio universo. Nesta conjuntura, lenda e mito tendem a confundir-se, o que evidencia a dificuldade de esboçar com clareza as fronteiras entre eles. Contudo, o nativo macuxi estabelece uma distinção tangível entre os conceitos ocidentalizados e o conjunto de lexemas Karibe intrínsecos a sua cultura voco-expressiva.

> Os indígenas Macuxi nomeiam suas narrativas de panton. "Tudo aquilo ali, panton. Isso que você tá querendo chama panton" – afirma em entrevista, Seu Severino, ancião macuxi da comunidade São Jorge. [...] A esse respeito, fui alertado por uma liderança indígena, há nove anos, quando ainda estava providenciando a autorização para iniciar minhas pesquisas. Ela me disse: "isso que você chama de mito, fábula, é a nossa história". (FIOROTI, 2018, p. 101).

É possível perceber nas falas do ancião macuxi, alguns matizes da interação linguística, os nativos pemon reconhecem a existência dor termo mito devido ao processo de letramento e inserção na cultura ocidental, mas optam por utilizar panton, o que caracteriza também as táticas internas da tribo e o multiletramento. Para alguns autores, onde se inclui (MARIANI, (2004, p. 19), trata-se de uma imposição uma vez que na aquisição da língua ocorreria "um processo histórico de confronto entre línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos dessemelhantes, em condições assimétricas de poder", todavia para outros autores como Soares, há um processo de troca cultural.

Nessa perspectiva, ele afirma que "A linguagem não é só sócio-histórica e ideológica, é também cultural, pois recebe a influência do contexto cultural. Por isso, a "linguagem é, ao mesmo tempo, o principal produto da cultura, e é o principal instrumento para sua transmissão" (SOARES, 2001, p. 16).

Assim, a relação entre cultura e linguagem pode ser vista como um processo em que ambas se moldam mutuamente. A linguagem é a ferramenta através da qual os nativos expressam e transmitem seus valores ancestrais, crenças e conhecimentos, enquanto a cultura fornece o contexto e o conteúdo que dão sentido aos lexemas e aos símbolos. Nesse aspecto, a maneira como os indivíduos nativos ou não-nativos percebem e interagem com o mundo é tanto uma criação cultural quanto uma construção linguística, refletindo uma interdependência profunda e contínua entre essas duas dimensões que permeiam os contatos entre a cultura do nativo e a ocidental circundante.

No que diz respeito ao aspecto de mito e linguagem, analisando a predileção por "panton" em detrimento de "mito" enseja que estando inseridos no movimento da linguagem e em distintos contextos linguísticos, sempre teremos que fazer escolhas, dessa forma, as relações entre as palavras, presentes em nossa memória, nos farão escolher determinados sintagmas em detrimento de outros. Trata-se aqui do conceito de "eixo sintagmático", no qual a pessoa combina unidades verbais na cadeia linguística. (SAUSSURE, 2012, p. 116). Nesse sentido, "o conjunto final do discurso será, pois, um composto de associações que trazem, em sua substância, combinações da percepção com a memória. Os fatos passados, os valores. " (LIMA, 2002, p.79). O signo presente no discurso é, em sua essência, repleto de significados profundos, que precisam ser trazidos à tona. Nesse aspecto, o termo panton é a escolha natural do nativo para descrever as memorias da ancestralidade dentro do lócus voco-

expressivo. Todavia, no contexto letrado, o nativo precisa optar entre os vocábulos mito e lenda, assim, nesse contexto dado, ele se recusa a aplicar às suas narrativas o termo "lenda", o que na perspectiva linguística faz todo sentido.

Não obstante, pode haver outras explicações para a escolha do lexema "Panton" entre os pemon e por consequência na Macuxi Panton, Eliade (1972) esclarece que em algumas sociedades ancestrais os mitos não podem ser narrados de qualquer maneira. Em muitas tribos, eles não são recitados perante as mulheres e as crianças, ou seja, perante os não-iniciados. No cotidiano da tribo geralmente, os velhos instrutores comunicam os mitos aos neófitos, durante seu período de isolamento na mata, e isso faz parte de sua iniciação (ELIADE, 1972, p.12).

Analisando o ritual de contação de narrativas orais em Piddington, Eliade, esclarece que entre os Karadjeri: "Os mitos sagrados que não podem ser conhecidos pelas mulheres dizem respeito principalmente à cosmogonia e, sobretudo, à instituição das cerimônias de iniciação" (ELIADE, 1972, p.13).

Destarte, as inovações mitológicas já podem ser observadas desde o tratamento dado por Homero a Tétis[47] na ilíada. Nesse sentido Ruthven (1976) afirma que uma "mitologia inventada não tem as mesmas ressonâncias da que se herda", contudo, o autor lembra que em seu nascedouro um mito "é tanto obra de um indivíduo quanto o são uma balada ou poema épico: alguém tem que fornecer a matéria-prima que posteriormente outros poderão aumentar e modificar". O que nos coloca diante de um paradoxo: Embora seja o narrador quem constrói o esquema do

[47] Na mitologia grega Tétis, é uma ninfa do mar, líder das cinquenta ninfas filhas de Nereus, antigo deus marinho, e mãe de Aquiles. Tétis é descrita por Hesíodo como de "pés de prata". Homero se refere a ela como "a deusa dos pés prateados"

mito, ele só nasce e se consolida a partir da aceitação coletiva, ou seja, o mito só passa a existir quando ele permeia o senso-comum. Logo o mito deixa de ser uma criação individual e passa a ser um patrimônio do ideário coletivo (RUTHVEN, 1976, p. 89).

Avançando um pouco mais na questão, Vieira esclarece que "a lenda absorve elementos e funções que também são comuns aos mitos, como o fato de servirem como ensinamento, o que seria a função pedagógica do mito" (VIEIRA, 2018, p. 46), entretanto, se o mito pode ser universal, a lenda tem local específico: se refere a um lugar determinado, servindo para explicar um costume ou uma cerimônia religiosa, por exemplo. Sendo assim, podemos compreender melhor a escolha linguística pemon, com a distinção estabelecida por Coelho:

> a lenda está mais desvinculada do povo, isto é, está menos ligada a um povo específico, enquanto que o mito é o patrimônio cultural de um povo, constituindo-se num elemento de coesão social, de agregação e, em consequência, preservando-lhe a identidade. Apesar dos aspectos fantasiosos, dos elementos fantásticos e aparentemente ilógicos que o povoam, o "mito" é uma verdade para o povo que o cultiva, está profundamente enraizado no seu tecido social, distinguindo-se, portanto, da lenda e, sobretudo da superstição. (COELHO, 2003, p.10).

Com isso, Examinando as diferentes definições e características que têm sido atribuídas a panton, mito e lenda, é indicial que panton é a expressão legitima da ancestralidade, o termo

carrega consigo uma forte presença do etnotexto e sua legitimação da comunidade, aquilo que reflete hábitos, usos, costumes, religião, imaginário em que a "comunidade se espelha, se reproduz, se codifica e se decifra, se desenrola e principalmente, se garante e se legitima" (PELEN, 2001, p. 73). Logo, a escolha de panton singulariza a expressão mitopoética pemon com seu caráter oral e coletivo.

Na perspectiva ocidental o vocábulo mito é considerado como tendo um papel fundamental na teoria do imaginário, se constituindo ao longo dos séculos num lexema que apresenta múltiplas significações. “Esse termo remete à cultura antiga, ao passado, à literatura à criação artística em geral, a histórias de deuses e de heróis, com uma tonalidade nebulosa, lírica e agressiva” (JABOUILLE, 1986, p. 13). Para o senso comum, presente no cotidiano do “homem ordinário” de (CERTEAU, 1988, p. 38), o termo remete a uma visão romântica de grupos reunidos à volta da fogueira, ouvindo histórias dos tempos ancestrais narradas por anciões.

No cotidiano como na linguagem viver é fazer escolhas, nesse sentido, levando em conta a proposição saussuriana sobre as opções do falante de fazer trocas no eixo sintagmático de significantes diferentes para o mesmo significado, nessas escolhas, segundo (TRUDGILL, 1975, p. 39) não há a “boa” ou “má” linguagem, essa proposição se coloca como um fenômeno de prestígio e não em razão de alguma virtude intrínseca da língua”. Para Marcushi, assim como não há sociedade homogênea ou uniforme, independentemente do tamanho, também não há língua uniforme e homogênea. As línguas variam e mudam porque são dinâmicas e porque não são determinadas de modo rígido. (MARCUSCHI, 1996, p. 1).

Outro paralelo importante a se considerar é o que se apresenta entre mito e história, considerando os aspectos

supramencionados, no que se refere a tradição pagã, a alegorização de Homero havia começado no século VI a.C. com Teágenes de Régio, acreditava-se que algumas das personagens homéricas eram, na realidade, qualidades personificadas.

A teoria que tratava da transformação de eventos míticos em acontecimentos históricos teve seu auge com a narrativa evemerista que levou alguns historiadores a acreditarem que "todo o panteão dos deuses da mitologia grega tivesse sido recrutado dessa forma" (RUTHVEN, 1976, p. 20), No século IV, Evêmero, um siciliano, relata sua História Sagrada na qual Zeus nasceu em Creta, viajou pelo oriente onde foi proclamado deus, voltou para sua terra e morreu.

Essa apoteose mítica de Zeus seria explorada de forma aprazível pelo cristianismo emergente. A controvertida perspectiva evemerista foi um sucesso ao ponto de Evêmero ser considerado como um teórico fundador da antropologia moderna para alguns, e subversor de religiões pagãs para outros.

As possibilidades levantadas por Evêmero de que o deus supremo dos pagãos havia sido humano e de que Hércules, Esculápio, Castor e Polux começaram como mortais levaram ao aprofundamento da narrativa. O processo chegou ao ponto que a teoria que trata da transformação de eventos míticos em acontecimentos históricos, foi denominada por (FONTEROSE, 1971, p. 23) de "palaifatismo". Segundo essa interpretação, cabia a um historiador evemerista determinar as datas e ver todos os episódios da mitologia grega incluídos na história hebreia, que era utilizada então para determinar as datas. Assim, "o historiador se tornaria a contragosto, um fazedor de mitos". (RUTHVEN, 1976, p. 21).

Mudanças significativas na perspectiva evemerista acerca do mito e da história só viriam ocorrer no século XV. Na Europa, o cientificismo começou a se modificar, articulando o

método de observação e experimentação com o uso de instrumentos técnicos. De forma concomitante, a concepção de um universo infinito pressupunha uma linguagem nova. A matemática seria essa nova linguagem. Galileu descreve essa nova visão assim:

> A filosofia [i.e., a física] encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto. (GALILEU GALILEI, 2004, p.46).

Considerando a aflição social que essa mudança causou imediatamente, dadas as consequências políticas a que deu origem, a concepção de ciência e as convicções medievais foram estremecidas. O mundo, finalmente, poderia ser lido e interpretado, através de caracteres geométricos, da matemática e da lógica indutiva, mescladas com as concepções filosóficas do século XVII. Assim, a modernidade é instituída por Descartes, estabelecendo o eu como constituinte do mundo e a razão como soberana, validando uma abordagem hostil e contestadora para os estudos mitológicos, conhecida como demitologização.

Com o processo de demitologização o arcabouço conceitual do mito e os estudos da mitologia estavam sob o escrutínio retificador dessa nova abordagem baseada na razão pura, igualmente o cientificismo oferecia opções cartesianas para as

interpretações psicológicas do mito, e as tentativas de demitologização passaram a ser tema constante no ideário da ilustração do século XVII, uma vez que a partir de então se postulava que o melhor modo de conhecer tudo que é natural ou mesmo artificial era pelo método científico.

Contudo, no final do século XVIII e início do XIX, a Europa experimentava uma série considerável de revoluções dentre aos quais destacamos a Revolução Francesa e a Revolução Industrial que mudaram a forma de pensar da sociedade ocidental. A ascensão do pensamento Iluminista reconfigurou o mundo no âmbito social, econômico, político e científico. Nesse período, conhecido como século das luzes, a sociedade passou a questionar a relação de dependência da religião e defender o uso da razão sobre o da fé para entender e solucionar os problemas da sociedade.

Entretanto, nesse mesmo contexto histórico, um grupo de pensadores, tais como Coleridge, Lessing e Goethe, inicia a consolidação do alicerce semântico do movimento estético chamado Romantismo, alinhando, paralelamente a lógica do conhecimento sensível e a lógica racionalista, um terceiro elemento, o imaginário, trazendo para a pauta das discussões a força dos mitos e dos arquétipos, presentes no sonho, no devaneio, na fantasia e sua consequente valorização.

Com a ascensão revalorizada do imaginário, vai também crescendo a perda da confiança cega e exclusivista na razão, buscando-se valorizar o que há também de emoção no ser humano. Segundo REIS E LOPES, 1998, p. 79) o Romantismo alemão, "com sua propensão para valorizar elementos provenientes da cultura nacional e popular, foi um período literário especialmente propício para o culto dos mitos e das lendas".

É inegável que o Iluminismo provocou uma revolução na mentalidade do mundo ocidental, principalmente a europeia, em

contrapartida, o romantismo já preconizava que a razão não era tão soberana assim, se por um lado a ciência moderna oferecia opções cartesianas para as interpretações psicológicas do mito, por outro, o universo empírico deixava pouco espaço para a liberdade e a criatividade do espírito humano. A ênfase romântica na Arte e na imaginação é uma reação direta e crítica ao empirismo e ao racionalismo.

> A atividade cognoscitiva do eu, que procede infinitamente em novas séries de sínteses do objetivo e do subjetivo, é chamada de imaginação produtiva, onde é desta que nascem as coisas do mundo. Bem, em Kant a imaginação pertencia ao conhecimento inferior da sensibilidade. Mas Fichte lhe atribui uma função elevada, de caráter intuitivo e superior ao do intelecto; onde distingue entre razão determinante, a imaginação produtiva e o produto dessa imaginação, que é fixado no entendimento, onde a imaginação opera intuitivamente e é intuição. (SANTOS, 2006, p. 54).

Colocando em xeque o paradigma do racionalismo no qual o uso da lógica e do raciocínio deve ser a única metodologia de conhecimento, onde apenas a razão pode ser utilizada para se chegar à verdade, o Romantismo enfatizava fortes emoções como fonte da experiência estética. Era representado de forma mais vigorosa por meio da Literatura, da Música, e das Artes visuais, bem como na abordagem filosófica.

A despeito das diferentes abordagens e tentativas de conceituação, outro ponto de inflexão é o fato de que ninguém conseguiu provar até o momento, que a literatura é ou não é mito,

há uma opinião recorrente e sustentada por estudiosos de que "o mito está estreitamente ligado - embora obscuramente - à literatura" (RUTHVEN, 1976, p. 72).

Nesse sentido, os mitos são tidos como obras de literatura Farnel (1919), em virtude de serem obras de imaginação, reconhecidamente anônimas e de caráter coletivo. Os defensores dessa proposição concordam que a metáfora é a base comum ao mito e a literatura, embora discordem sobre a questão da primazia.

Alguns teóricos apontam que mito e literatura possuem o mesmo fascínio de oratória, outros procuram as origens do mito na metáfora. Para (RANK, 1932, p. 207) "mitos são produtos das metáforas que foram tomadas em sentido literal". Estabelecendo um link entre essas perspectivas acerca das categorias mito e literatura, (FRYE, 1963, p. 1), afirma que "o mito é um elemento estrutural na literatura", uma vez que "a literatura como um todo é uma mitologia deslocada" para ele, as revoluções na história da literatura são invariavelmente revoluções na forma literária e, portanto, uma reformulação das convenções literárias.

Inspirando a perspectiva romântica alemã, Herder sublinhava o caráter mítico de todos os conceitos verbais e linguísticos, e Schelling via na linguagem uma "mitologia empalidecida", (CASSIRER, 1992, p. 103). A tentativa romântica especialmente em Adalbert Kuhn e Max Muller, na segunda metade do século XIX, apoia metodicamente a comparação mítica nos resultados da comparação linguística o que pode ter contribuído para uma conclusão lógica da primazia da formação de conceitos na linguagem sobre o mito. Dentro da concepção romântica a mitologia converteu-se consequentemente no produto da linguagem.

Considerando a percepção romântica o homem não tinha escolha, o caráter mítico de todos os conceitos verbais e linguísticos aliados as necessidades do espírito, abriam e orientavam o caminho para a fantasia mítica:

> [...]. Certo silvícola vê uma árvore grandiosa, de copa magnífica e admirase; a copa rumoreja! é a divindade que se irrita! O selvagem cai de joelhos e adora! Eis a história do homem sensível, o obscuro liame pelo qual os Verba Nomina se tornam, e seu facílimo passo até a abstração. [...]as coisas são como a natureza toda era para o inventor, um panteão: um reino de seres animados e atuantes! ... A tormenta que ruge, o suave zéfiro, os mananciais cristalinos e o imponente oceano. Sua mitologia toda encontrase nas fontes, nos Verbis e Nominibus das línguas antigas, e o mais velho dicionário foi, um sonoro panteão. (CASSIRER, 1992, p.102).

Partindo dessas linhas verifica-se que diante da premência de frear sua fantasia poética e esforçar-se ao máximo para dar expressão adequadas as necessidades sempre crescentes do seu espirito o homem foi forçado pelas circunstâncias a falar metaforicamente, não se trata, no primeiro momento, de uma metáfora moderna e individual resultante da fantasia, resultante de uma deliberação de um poeta ou a transposição de uma palavra que passa de um objeto a outro, mas, de uma "metáfora antiga, mais frequentemente uma questão de necessidade (CASSIRER, 1992, p.103).

Fugindo dessa dualidade aparente, vemos que essa condicionalidade, no que lhe concerne, só pode ser concebida como

algo inteiramente recíproco, pois "a linguagem e o mito se acham originalmente em correlação indissolúveis" (CASSIRER, 1992, p. 106).

Cassirer afirma que a reciprocidade entre mito e literatura é algo intrínseco a natureza primária dessas categorias, e que só aos poucos cada uma vai se desprendendo como membro independente:

> [...] Ambos são ramos diversos do mesmo impulso de informação simbólica, que brota de um mesmo ato fundamental e da elaboração espiritual, da concentração e elevação da simples percepção sensorial. Nos fonemas da linguagem, assim como nas primitivas configurações míticas, consuma-se o mesmo processo interior, ambas constituem a resolução de uma tensão interna, a representação de noções e comoções anímicas em determinadas formações e conformações objetivas. (CASSIRER, 1992, p.106).

A união do impulso de informação simbólica, da elaboração espiritual e da concentração e elevação da simples percepção sensorial culminam na ideia de que no nível linguístico, o mito se volta, como na palavra, para o pensamento, para um estado do ser humano, fazendo-o participar da realidade, assim, ele se torna "a fala escolhida pela história, porque a palavra alcança, então, a forma de um poder mítico, substancial, com força substancial de criação de uma realidade particular da vida humana" (SANTOS VIANA, 2009, p.65).

Concordando em parte e divergindo em outras especialmente no que diz respeito à primazia, é possível perceber nos teóricos apresentados que a metáfora e o pensamento estão

profundamente entrelaçados. Para Freitas (2018) tanto na linguagem quanto na mitologia ocorre uma transposição simbólica do conteúdo sensível para uma conformação objetiva. Segundo ele, "as metáforas linguísticas e míticas nascem do mesmo esforço de concentração da percepção sensorial, particular a toda informação". (FREITAS, 2018, p. 17).

Sem tentar assumir uma posição nesse conflito de teorias pela primazia temporal ou hierárquica da linguagem sobre a mitologia, é importante saber que aquilo que costumamos nomear como antropomorfismo, personificação ou animismo, foi há alguns séculos, algo indispensável para o desenvolvimento de nossa linguagem e de nossa razão, e, portanto, essencial para compreender a mitologia.

A despeito da importância do papel da perspectiva étnico-religiosa Bitencourt esclarece que:

> [...] é preciso considerar a influência tanto psicológica quanto sociológica do mito na vida do homem. O mito revela a natureza humana, as relações em sociedade, enaltece as virtudes e condena os maus comportamentos, ensinando, orientando e exemplificando o bom proceder por meio de um modelo de conduta fornecido, mas sem cunho moralizante. (BITENCOURT, 2009, p. 36).

E perceptível na análise de Bitencourt, que os ritos, festas e celebrações da ancestralidade não podem ser dissociados das relações sociais e comportamentais construídas na coletividade. O homem como um ser individual olha para além de si e busca no coletivo um modelo, mais ainda, continua olhando para cima e para todas as direções como numa busca de espelhos nos quais

possa refletir uma condição de existência e delinear uma conduta.

Nesse mesmo sentido, (ARANHA E MARTINS, 1986, p. 22), esboçam uma tentativa de definição compreensiva do mito para além da racionalidade, "o mito é uma intuição compreensiva da realidade, uma forma espontânea de o homem situar-se no mundo". Nessa concepção, está implícito o entendimento de que as raízes do mito não se acham nas explicações racionais, mas na realidade vivida, portanto, pré-reflexiva, das emoções e da afetividade. Assim sendo, a função do mito não seria, primordialmente, explicar a realidade, mas acolher e tranquilizar o homem em um mundo assustador

Se acrescentarmos o aspecto da racionalidade no trato com o mito, veremos que Freud (1913) e Jung (2014) convergem sobre o tema quanto ao seu significado, ambos assumem que, de alguma forma, nós sabemos o que o mito está nos dizendo, muito antes de sabermos que sabemos. Freud considerava os mitos como "precipitados" de processos inconscientes, e Jung denominou o conteúdo do inconsciente coletivo "arquétipos". Contudo, posteriormente, Jung assumiria uma posição anti-freudiana, passando a defender que ao contrário da tese que estabelecia uma relação intrínseca entre mito e estágio da infantilidade, os mitos são "o produto mais maduro da jovem humanidade" (FREUD, 1913 CPW, vol. V, p. 24).

Para Albert Camus o mito representaria a nossa condição de submissão a modernidade, ou seja, "a concepção do prisioneiro ou do indivíduo moderno submetido ao Estado" (CAMUS, 2004, p. 43). Ele analisa com frieza e desesperança a condição absurda da existência humana, traçando um paralelo entre o mito grego e o nosso mundo atual, comparando o esforço de Sísifo com o nosso cotidiano. Ao subir com a pedra, vê-la cair, descer para buscá-la e subi-la novamente, Camus nos apresenta a maior

realidade da vida: a tomada de consciência pelo ser humano da falta de sentido ou do sentido absurdo da sua condição humana.

Numa tentativa ousada de síntese, Eliade afirma:

> Sem a pretensão de querer reduzir a questão, dada sua complexidade dos mais variados pontos de vistas teóricos excludentes, convergentes ou divergentes, na percepção dos etnólogos, sociólogos e historiadores das religiões, a concepção mais aceita de mito na atualidade engloba tanto o sentido de ficção ou de ilusão quanto de uma história verdadeira; esta última acepção é mais aceita pelas sociedades ancestrais para as quais o mito está ligado aos rituais e tradições sagradas. Por serem considerados uma revelação primordial e modelo exemplar norteador do comportamento humano, o mito ganha significado e valor para a existência (ELIADE, 1989, p. 10).

Conforme se vê, a noção de mito é complexa, mesmo porque o mito não é exclusividade de povos ancestrais, nem de civilizações nascentes, mas ele povoa todos os tempos e culturas como componente indissociável da maneira humana de compreender a realidade. Enquanto existir, o ser humano certamente questionará e buscará respostas para questões metafisicas que convergem para suas origens, seu tempo e o seu futuro, o que enseja a ideia de que o mito sempre estará na ordem do dia. Dadas às posições teóricas e as condições do terreno fértil da mitologia, advertidos de que ninguém é formado em mitologia. Ela faz parte de um campo que engloba uma variedade de ramos de conhecimento e disciplinas: “os clássicos, a antropologia, o folclore, a história das religiões, a linguística, a psicologia e a

história da arte". (RUTHVEN, 1976, p. 15) Só nos resta abraçar resignados a proposição levi-straussiana: Aqui, mais uma vez, cabe ao mito, submetido à prova de análise, revelar sua própria natureza. A análise mítica se assemelha a uma tarefa de Penélope: cada progresso traz uma nova esperança, que carrega uma nova dificuldade. O dossiê nunca está concluído (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 23).

A despeito da perspectiva adotada, o mito é escorregadio, seja em seus aspectos históricos, antropológicos ou literários. Defini-lo é uma tarefa complexa, pois essas narrativas não são exclusivas de culturas antigas ou civilizações em desenvolvimento. Os mitos têm o poder de transcender o tempo e o espaço. Eles refletem as percepções e valores das sociedades que os criaram, mas também são reinterpretados e adaptados continuamente pelas gerações seguintes. Tal qual a esfinge, na antiguidade clássica, devorava quem não conseguisse decifrar seu enigma, ele tem desafiado os estudiosos através do tempo. Agostinho enfatiza essa aflição ao abordar o tema: "O que é o mito? Sei muito bem o que é, desde que não me pergunte; mas quando pedem uma definição fico perplexo. " (AGOSTINHO (xi. 14). A inquietação agostiniana continua atual, uma vez que inúmeros elementos concorrem para essa complexidade:

> A mitologia é um assunto por direito nato, apesar de não ser reconhecida como tal pelo sistema educacional. Ninguém é formado em mitologia. Ela faz parte de um campo que engloba uma variedade de ramos de conhecimento e disciplinas: os clássicos, a antropologia, o folclore, a história das religiões, a linguística, a psicologia e a história da arte. Cada um vê a mitologia a luz de suas próprias preocupações […] (RUTHVEN, 1976, p. 15).

Na perspectiva de Ruthven, sob quaisquer prismas que seja estudada, sempre teremos uma visão fragmentada da mitologia, assim, a tentativa de conciliar as diversas perspectivas teóricas atinentes ao tema é uma tarefa parcialmente infrutífera. Corroborando essa percepção, veremos que em diferentes épocas historiadores, antropólogos, filósofos entre outros, vem esboçando pontos de vistas ora excludentes ora complementares a respeito da complexidade conceitual do que seja mito.

Conclusão

Em síntese, a noção de mito é complexa, uma vez que transcende as fronteiras de tempo e espaço extrapolando os limites e intersecções das ciências humanas. Ela não se enquadra dentro das rígidas normas do pensamento cientifico, embora seja alvo de seus constantes escrutínios. O mito não é exclusividade de povos ancestrais ou de civilizações nascentes. Por serem narrativas cosmogônicas que explicam a origem do mundo, das coisas, dos fenômenos naturais e das estruturas sociais ele evolui e se adapta no bojo das culturas humanas. Essa natureza dinâmica do mito permite que ele seja reinterpretado e os povos nativos, têm o direito e a primazia de definir e expressar suas próprias concepções de mito/panton contribuindo para enriquecer o debate ressignificando as narrativas ancestrais que preservam e transmitem sua herança, cultura, cosmovisões e seus valores geracionais.

A abordagem das narrativas orais indígenas, com ênfase na etnopoética e na etnotextualidade, margeadas pelos estudos antropológicos, desempenha um papel crucial na valorização da perspectiva ameríndia e da cultura dos povos nativos. A etnopoética permite a interpretação e a análise das estruturas poéticas

presentes nas narrativas orais, revelando a profundidade estética e cultural dessas tradições. Ao mesmo tempo, a etnotextualidade facilita a compreensão das narrativas em seu contexto original, preservando a integridade e a autenticidade das histórias contadas. Quando essas abordagens são apoiadas por estudos antropológicos, elas proporcionam uma visão holística das culturas indígenas, destacando a riqueza e a diversidade de seus modos de vida, crenças e valores.

Ao reconhecer e valorizar a diversidade dessa narrativa, podemos compreender melhor a riqueza das tradições culturais e a importância de cada sociedade no processo de construção e perpetuação de suas próprias histórias sejam elas míticas ou platônicas.

Referências

ARMELLADA, FR. C. DE; GUTIERREZ SALAZAR, FR. M. *Diccionario Pemón*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2007.

_____.*Tauron Panton: Cuentos y Leyendas de los Indios Pemon.* Caracas: Ediciones del Ministerio de Educación. BRETT, Rev, 2013.

BAYARD, Jean-Pierre. *Histórias das lendas*. SP: Books Brasil.com, 2002.

SANTO AGOSTINHO. Confissões. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 2002, pp. 327-362.

BUTT-COLSON, Audrey. Routes of knowledge: an aspect of regional integration in the circum-Roraima area of the Guiana Highlands. *Antropologica*, pp. 10-149, 63, (64), 1985.

Disponível em: <http://www.fundacionlasalle.org.ve/userfiles/ant_1985_63-64_103-149(1).pd. Acesso em: 26 jun. 2024.

CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. Editora: Record Brasil. 2004. 158 p.

CASSIRER, Emst. *Antropologia filosófica sobre o homem. Introdução a uma filosofia da cultura humana*. Trad. Vicente Felix de Queiroz. São Paulo: Ed. Mestre Jou. 1972. 377 p.

_____ . *Linguagem e mito*. 3 ed. Trad. J. Guinsburg e Miriam Schneiderman. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992. 127 p.

COELHO, Maria do Carmo. *As narrações da cultura indígena da Amazônia: lendas e histórias*. São Paulo: PUC-SP, 2003.

ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Tradução de Manuela Torres. Rio de Janeiro: edições 70, 1989 - https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras /article/view/8518>.

_____. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972. Disponível em < file:///D:/LIVROS/ELIADE,%20M.%20Mito%20e%20realidade.pdf> Acesso em 10 nov. 2024.

_____. *Mito do Eterno Retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.

FIOROTI, Devair Antônio. Taren, eren e panton: poetnicidade oral Macuxi. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n.º 53, pp. 101-127, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/fzmLm7XjJsvFCzNRYcHgxdD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 18 Jun 2024.

GRAÇA, Antônio Paulo. *Uma Poética do genocídio*. Ed. Topbooks, 1998. Original *from the University of Michigan*. Digitized, Apr 3, 2008.

LIMA, Rita de Cássia Marques. *O poder da comunicação*. São Paulo: FGV-EAESP, 2002, 240 P. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da FGV-EAESP, Área de Concentração: Organização, Recursos Humanos e Planejamento).

MIRANDA, Janira Sodré. Macuxi, Etno-história e história oral: Possibilidades metodológicas para a historiografia indígena. *Revista Temporis [ação]*, v. 18, n. 1, pp. 127–145, 2018. Disponível em: <https://is.gd/etnoHistoria>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MARIANI, B. *A colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

PELEN, J. N.; SAMPAIO, T. M. T.; AUN KHOURY, R. T. Y. Memória da literatura oral a dinâmica discursiva da literatura oral: Reflexões sobre a noção de etnotexto. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 22, 2012. Disponível em: <https://is.gd/literaturaOra>l. Acesso em: 20 jun. 2024.

REIS, C..; LOPES, M. *Dicionário de narratologia***.** 6. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1998

RUTHVEN, K. K. *O mito*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

SANTILLI, Paulo. *Pemongon Patá*: território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral.* Org. Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Chelini, Paes e Blikstein. 28ª ed. SP: Cultrix, 2012.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social.* 17ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

SOBRAL, André et al. *Makunaimi, Makuxi Panton*: Histórias Makuxi. N.º 2, Boa Vista, 1998.

SELEPRIN, M. *O mito na sociedade atual*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/O_mito_na_sociedade_atual.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

OLIVEIRA, Francisco. *Entre a oralidade e a escrita: Nuances dos elementos metamórficos no mito de Makunaima na narrativa macuxi***.** [s.l: s.n.]. Disponível em: http://repositorio.ufrr.br:8080/jspui/bitstream/prefix/804/1/Entre%20a%20oralidade%20e%20a%20escrita_nuances%20dos%20elementos%20metam%C3%B3rficos...%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. *O Ato inidigena de educar-se uma-conversa-com-DanielMunduruku*. <https://www.scribd.com/document/374721616/32-BIENAL>.

JABOUILLE, Victor. *Iniciação À Ciência dos Mitos*, Editorial Inquérito Limitada, Lisboa, 1986.

JOBIM, José Luís. *Literatura e Cultura: do nacional ao transnacional*. Rio de Janeiro-RJ: EdUERJ, 2013.

JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente*. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. VII/2. Petrópolis: Vozes, 2011f.

_____. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. In: Obras Completas de C. G. Jung, vol. IX/1. Petrópolis: Vozes, 2011e.

_____. *A psicologia da figura do trickster*. In: Obras Completas de C.G. Jung, vol. 9: os arquétipos e o inconsciente coletivo. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Preface to the Hebrew Translation of Totem and Taboo*_ (Prefácio à Tradução Hebraica de Totem e Tabu‘). Em Totem and Taboo, Londres, 1950, p. XI. (Trad. de James Strachey.)

VIEIRA, Valdinei Pedro Sales. *Narrativas orais do Alto Jequitinhonha: uma proposta de análise tópica em contos populares do Serro* – MG / Valdinei Pedro Sales Vieira, 2018. 115 p.: il.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

A PRESENÇA E MISSÃO RELIGIOSA NA ENCRUZILHADA NATALINO

Gilmar Muniz Garcia
Mestrando no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UFFS
muniz487@gmail.com

Resumo
Ao analisar a disputa e/ou consequentemente conquista da terra por um líder ou grupo que se utiliza de uma ideologia religiosa para aglutinar, cimentar e motivar determinado grupo a lutar por certo espaço, devemos levar em consideração dois fatores que não se excluem: a) motivação religiosa, esta que pode surgir devido a ocorrências de teofanias e sinais naquele espaço, que então torna-se sagrado e a disputa justifica-se por querer estabelecer-se próximo do espaço de contanto com o transcendente9 e; b) argumento religioso, que não exclui a teofania, mas pode utilizar-se dela ou de uma suposta ocorrência da mesma para justificar a disputa e ocupação da terra por determinado povo, bem como apenas utilizar a religião como ideologia de cimentação de massas antagonistas como meio para determinado fim, o que não deixa de ser plausível, entretanto, cada caso deve ser analisado de forma específica.
Para Weber a sociedade é cimentada pela dimensão religiosa e o que a organiza é a sacralidade do ser, tendo este parâmetro, neste trabalho será descrito de que forma o cristianismo apresentou-se como ideologia de aglutinação e cimentação social, fornecendo elementos místicos e motivação na luta e resistência em busca da terra no Acampamento da Encruzilhada Natalino. Além disso, será realizado uma análise crítica referente a participação e engajamento de membros da Igreja Católica no movimento, como também os demais posicionamentos antagonistas ao acampamento no interior da estrutura eclesial da Igreja. A presença religiosa no acampamento não se resume à Igreja Católica, sabe-se que houve uma experiência tanto ecumênica quanto inter-religiosa e, consequentemente o envolvimento de líderes das mais diversas instituições. Num primeiro

momento, alguns membros da Igreja, sobretudo Dom Claudio Colling então bispo de Passo Fundo e Dom Vicente Scherer arcebispo de Porto alegre, reproduziram os discursos do governo e combateram as reivindicações dos acampados na Encruzilhada Natalino. Para o Frei Wilson Dallagnol, a ambiguidade no posicionamento no interior da estrutura da Igreja, constitui-se como um divisor de águas na Igreja entre aqueles que estavam preocupados com a reforma agrária e aqueles que eram contra, mas favoráveis na teoria.
Palavras-chave: Desigualdade e diferença; Encruzilhada Natalino; Conflitos no campo Brasil.

Introdução

Ao analisar a disputa e/ou consequentemente conquista da terra por um líder ou grupo que se utiliza de uma ideologia religiosa para aglutinar, cimentar e motivar determinado grupo a lutar por certo espaço, devemos levar em consideração dois fatores que não se excluem: a) motivação religiosa, esta que pode surgir devido a ocorrências de teofanias e sinais naquele espaço, que então torna-se sagrado e a disputa justifica-se por querer estabelecer-se próximo do espaço de contanto com o transcendente e; b) argumento religioso, que não exclui a teofania, mas pode utilizar-se dela ou de uma suposta ocorrência da mesma para justificar a disputa e ocupação da terra por determinado povo, bem como apenas utilizar a religião como ideologia de cimentação de massas antagonistas como meio para determinado fim, o que não deixa de ser plausível, entretanto, cada caso deve ser analisado de forma específica.

Para Weber (1983), a sociedade é cimentada pela dimensão religiosa e o que a organiza é a sacralidade do ser, tendo este parâmetro, neste trabalho será descrito de que forma o cristianismo apresentou-se como ideologia de aglutinação e

cimentação social, fornecendo elementos místicos e motivação na luta e resistência em busca da terra no Acampamento da Encruzilhada Natalino. Além disso, será realizado uma análise crítica referente a participação e engajamento de membros da Igreja Católica no movimento, como também os demais posicionamentos antagonistas ao acampamento no interior da estrutura eclesial da Igreja. A presença religiosa no acampamento não se resume à Igreja Católica, sabe-se que houve uma experiência tanto ecumênica quanto inter-religiosa e, consequentemente o envolvimento de líderes das mais diversas instituições (SOUZA, 1985).

O movimento agrário de luta e disputa pela terra é um fenômeno que atinge boa parte dos povos espalhados pelo mundo, se não a todos eles, tal fenômeno está ligado aos movimentos migratórios, pois quando se migra para ocupar um território, esse espaço, em grande parte, já se encontra ocupado por um outro povo, o que gera uma disputa pelo domínio da terra (GÖRGEN & ESTÉDILE, 1993). Essa busca pela conquista da terra pode se dar tanto de forma interna quanto de forma externa. Se na primeira, a disputa ocorre de forma interna, entre detentores da terra e aqueles que buscam um espaço para poder chamar de seu, obrigando o Estado a mediar o litígio agrário. Na segunda há um movimento em que uma nação ou povo disputa com outro a hegemonia do espaço ou simplesmente busca ampliar a sua terra, anexando um território que até então não lhe pertencia.

A busca e o consequente litígio por uma terra específica nas civilizações arcaicas e ainda hoje entre os povos modernos, em grande parte dos conflitos, ao menos como argumento, é o aspecto sagrado da terra, podendo ser uma montanha, um rio, uma cidade santa (ELIADE, 1992), ou até mesmo a promessa de uma determinada divindade doando uma área ao povo por ele eleito, como foi o caso do povo hebreu.

Para entender melhor o conceito de "eleição", Norman Gottwald em seu livro As tribos de Yahweh (1986), discorre sobre a exclusão da terra do povo hebreu e consequentemente, sua aliança a uma nova divindade para conquistar a terra, visto que esses encontravam-se em um processo de sedentarização deixando o nomadismo encontrando-se à margem da sociedade cananeia, excluídos do acesso à terra e do poder hegemônico. Brian Kibuuka em A Tora comentada (2020), problematiza o caminho do povo hebreu faz-se necessário em virtude do conceito de eleição tomado por tal povo e toda trajetória dele no Antigo Testamento, que foi reinterpretado e utilizado como argumento religioso no Acampamento da Encruzilhada Natalino, produzindo uma mística de resistência. Tal fundamentação bíblica também está presente no caderno de mística do MST (MST, 1998).

Materiais e métodos

Este trabalho foi realizado por meio de um levantamento e análise crítica de documentos primários, juntamente com auxílio de uma revisão bibliográfica, de jornais, documentários, artigos e pela utilização de um dossiê elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) intitulado Conflitos no Campo Brasil. Os documentos primários foram buscados no arquivo do Centro de Documentação Tomás Balduino -CEDOC que reúne documentos e registros dos conflitos agrários no Brasil desde 1975; arquivo da Arquidiocese de Porto Alegre.

Resultados

Num primeiro momento, alguns membros da Igreja, sobretudo Dom Claudio Colling, então bispo de Passo Fundo e Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto alegre, reproduziram os discursos do governo e combateram as reivindicações dos acampados na Encruzilhada Natalino (MARCON, 1997, 2016). Para o Frei Wilson Dallagnol (2017), a ambiguidade no posicionamento no interior da estrutura da Igreja, constitui-se como um divisor de águas na Igreja entre aqueles que estavam preocupados com a reforma agrária e aqueles que eram contra e favoráveis apenas na teoria. Entretanto, mesmo com posições antagônicas, a Igreja era a única instituição que tinha força suficiente para romper o círculo de silêncio imposto pela repressão do Major Curió ao acampamento, visto que as denúncias realizadas por alguns políticos na tribuna da Assembleia Legislativa e as matérias dos jornais, não produziam o mesmo efeito que os pronunciamentos e ação de membros da Igreja (MARCON, 1997).

O Major Curió era exímio em desarticular movimentos agrários, entretanto, não obteve êxito no Acampamento Natalino, o que além da singularidade do caso, pode-se atribuir a presença do cristianismo como argumento e ideologia aglutinadora para a conquista da terra, bem como a ausência de um líder ao quase específico (MARCON, 1997 e 2016; SOUZA, 1985). Também deve-se levar em consideração, o engajamento de membros da Igreja no movimento como elementos que permitiram tamanha resistência dos acampados. Dois fatores tornam o Acampamento Natalino substancialmente diferente aos demais desmantelados pelo Major Curió: a) apoio e engajamento de pessoas e entidades da sociedade civil e; b) o apoio e empenho de parte da igreja, juntamente com uma mística que justifica a luta pela terra (CPT, 1983, 1997, 2006).

Considerações Finais.

A repressão exercida pelo Major Curió causou uma certa tensão e insegurança nos acampados. Após a retirada dos interventores federais o acampamento voltou a ser monitorado pelo governo estadual e a situação entre este e os acampados, só veio a ser resolvida com a aquisição de uma área de terra do município de Ronda Alta pela Igreja Católica que ficou conhecida como Nova Ronda Alta, a 30 km da encruzilhada Natalino14. "Nova Ronda Alta: a terra prometida", era a inscrição em uma faixa que ficava na entrada do assentamento, a cruz do assentamento foi levada no primeiro caminhão, e neste acampamento permanente os assentados puderam se organizar livre da repressão do Estado, o que permitiu o surgimento em nível nacional e organizado do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST.

Referências

CPT, (Org). *Os pobres possuirão a terra*: Pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, CEBI – Centro de Estudos Bíblicos, 2006.

_____. *CPT: Pastoral e Compromisso*. Petrópolis: Vozes,1983.

_____. *A luta pela Terra.* A comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

DALLAGNOL, Wilson. *As romarias da terra no Rio Grande do Sul:* O Povo a caminho da Terra Prometida. 3Ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GORGEN, Sérgio A. STÉDILE, João P. *A luta pela terra no Brasil.* São Paulo: SCRITTA, 1993.

GOTTWALD, Norman K. *As tribos de Yahweh:* Uma sociologia da Religião de Israel liberto 1250-1050 a.C. São Paulo: Paulinas, 1986.

MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino:* História da luta pela reforma agrária. Passo Fundo: UPF, 1997.

_____. *Experiência do Acampamento Natalino:* Uma releitura política e educativa. ANPEDSUL2016. Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em < http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/EIxo-3_TELMO-MARCON.pdf> Acesso em 23/01/2025. p. 5.

MST. Caderno de formação Nº 27: *Mística:* uma necessidade no trabalho popular e organizativo. São Paulo, 1998.

SOUZA, Marcelo de B. *A Bíblia e a luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1985.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* São Paulo: Pioneira, 1983.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

A PRESENÇA DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA NA ROTA DO ROSÁRIO: UM FENÔMENO CRESCENTE E ATIVO NA DIOCESE DE JACAREZINHO, PARANÁ (séc. XXI).

Helison Lázaro de Souza
Mestre em História – UPF
Especialização em Ciências da Religião - UEPG
helisonsouza11@gmail.com

Resumo
O presente artigo tem como objetivo examinar as interações complementares entre o turismo religioso e a Renovação Carismática Católica (RCC) no contexto institucional da Diocese de Jacarezinho, especificamente por meio da Rota do Rosário, um itinerário religioso e turístico. Observando o local, mas relacionando-o ao contexto global, busca-se evidenciar como essas dinâmicas refletem adaptações estratégicas promovidas pela instituição religiosa em ocorrências contemporâneas, mediante um cenário no qual organizações religiosas desenvolvem formas de atuação em meio a pluralidade religiosa. Nesse contexto, observa-se em meio as tradições a introdução de elementos diversificados de "espiritualidades", caracterizados por uma menor intermediação institucional e por uma maior autonomia na construção de experiências e crenças religiosas individuais relacionados a religião. Tradições consolidadas, como a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), inserem-se nesse cenário parte das dinâmicas do mercado religioso, onde ofertas e demandas se moldam em meio a significações variadas entre elementos intramundanos e extramundanos. A hipótese deste estudo considera que essas práticas se interconectam e fomentam um diálogo contínuo entre tradição e inovação no interior da ICAR, especialmente, neste caso, por meio de parcerias institucionais. Nesse sentido, destaca-se a Diocese de Jacarezinho, no estado do Paraná, como principal gestora da Rota do Rosário, assumindo um papel na articulação dessas interações.
Palavras-chave: espiritualidades, RCC, turismo religioso.

A relação entre religião e turismo abrange diversas abordagens, uma vez que envolve importantes fenômenos sociais, econômicos e culturais. O turismo religioso, em particular, apresenta características que frequentemente coincidem com as do turismo cultural, configurando-se como um espaço multifuncional que abrange distintas tradições religiosas e se vincula a um segmento de mercado estruturado a partir da dinâmica entre oferta e demanda (Dias; Silveira, 2003). No entanto, essa perspectiva mercadológica não esgota as possibilidades de análise do turismo religioso. Os santuários inseridos em determinadas rotas turísticas, por exemplo, atendem tanto a uma demanda devocional quanto a um interesse cultural, que podem se diferenciar ou se complementar na experiência dos presentes, conforme suas motivações e expectativas individuais.

A Rota do Rosário, fundada em 18 de outubro de 2008, constitui um itinerário religioso e turístico vinculado à ação institucional da Diocese de Jacarezinho (PR), por meio da Pastoral do Turismo[48] em parceria com diversas entidades e apoios institucionais. O deslocamento ao longo da rota pode ocorrer individual ou coletivamente, seja a pé, a cavalo, de bicicleta, de carro,

[48] A Pastoral do Turismo é um empreendimento da ICAR, apoiado pela CNBB no Brasil, entre os elementos que a configura é ser uma iniciativa de evangelização relacionada ao turismo, dedicada especialmente para a evangelização católica e o amparo de turistas em espaços religiosos e culturais. Sua atuação insere-se no contexto do turismo religioso empregado por diversos atores, sem desconsiderar outras formas de deslocamento, como as peregrinações. Entre as ofertas turísticas, envolve o cultural, o de esporte, o de lazer e o de hospitalidade. Desde a década de 1960, a atuação da Pastoral em âmbito global envolve demandas na busca do que o turismo pode fornecer. Vincula-se a questões socioeconômicas locais e o turismo de massa, principalmente ligado ao mercado mais expressivo após Segunda Guerra Mundial (Souza,2024).

motocicleta ou ônibus. Atualmente, a Rota abrange diretamente doze municípios e seus respectivos atrativos, tanto de caráter religioso[49] quanto não religioso[50]. Indiretamente, estabelece

[49] A presente análise aponta a existência de 15 santuários considerados "oficiais" na Rota do Rosário, sendo 14 sob a jurisdição da Diocese de Jacarezinho e um sob a jurisdição da Diocese de Ponta Grossa, conforme informações disponibilizadas no site oficial da Rota (Rota do Rosário, s.d.). Contudo, observa-se, recentemente, um processo de expansão com a configuração de novos santuários para integrar a Rota, como o Santuário Santa do Paredão e outro ainda não inaugurado na cidade de Andirá (PR), além da inclusão de novos atrativos para turismo religioso, o que reflete um esforço contínuo de ampliação e diversificação da oferta. A saber sobre os santuários existentes: Arapoti (1) - Santuário Diocesano Igrejinha São João Batista; Bandeirante (2) - Santuário Diocesano de Santa Terezinha do Menino Jesus e da Sagrada Face; Santuário Diocesano de São Miguel Arcanjo; Ibaiti (2) - Santuário Eucarístico Diocesano do Sagrado Coração de Jesus; Santuário Nossa Senhora das Graças da Medalha Milagrosa; Jacarezinho (2) - Santuário da Mãe Rainha e Vencedora de Schoenstatt; Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe; Jaguariaíva (1) - Santuário Diocesano do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria; Joaquim Távora (1) - Santuário Santíssimo Nome de Jesus; Ribeirão Claro (1) - Santuário Diocesano de São Vicente Pallotti; Ribeirão do Pinhal (1) - Santuário do Divino Espírito Santo; Piraí do Sul (1) - Santuário Nossa Senhora das Brotas (Diocese de Ponta Grossa); Santo Antônio da Platina (1) - Santuário Nossa Senhora das Graças; Siqueira Campos (1) - Santuário do Senhor Bom Jesus da Cana Verde; Tomazina (1) - Santuário Diocesano Nossa Senhora da Conceição Aparecida e de Santo Inocêncio, Mártir.

[50] Entre atrativos variados, como resort e comércios que a Rota circunscreve, outros exemplos são: Arapoti - Museu da Colonização Holandesa; Museu do Trator; Bandeirante - Museu Maria Calil Zambon; Vinícola La Dorni; Parque do Povo; Ibaiti – Parque Estadual da Mina Velha; Jacarezinho – Mosteiro Preciosíssimo Sangue, Fraternidade "O Caminho"; Capela São Benedito; Museu Dom Ernesto de Paula; Morro do Cruzeiro; Bairro do Monjolinho (prática de parapente); as pinturas da Catedral Imaculada Conceição em Jacarezinho; Jaguariaiva – Parque Estadual do Cerrado; Parque Estadual do Vale do Codó; Parque Linear do Rio do Capivari; Parque Ambiental Dr. Ruy

conexões entre os municípios do Norte Pioneiro e parte dos Campos Gerais do Paraná. No âmbito institucional da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), a rota congrega os então "territórios" das Dioceses de Jacarezinho e de Ponta Grossa, sendo a primeira a principal gestora da iniciativa.

Entre seus principais objetivos, destacam-se a promoção da evangelização católica, o fortalecimento da adesão de fiéis às comunidades eclesiais – conforme apontado pela TV Evangelizar (2017) –, e o estímulo ao desenvolvimento econômico e social inter-regional por meio do turismo religioso. Esse aspecto adquire especial relevância considerando que a Rota do Rosário percorre municípios de pequeno porte, com população inferior a 50 mil habitantes (Souza, 2024).

Por oferecer serviços que abrangem um público diversificado, tanto de praticantes quanto de não praticantes do catolicismo, a Rota do Rosário é administrada por sacerdotes católicos — especificamente reitores dos santuários, incluindo padres, freis e religiosas. Além disso, conta com o apoio de uma coalizão de agentes composta por políticos, empresários, comerciantes e leigos engajados na iniciativa. Essa estrutura de gestão desempenha um papel fundamental na organização, manutenção e continuidade do projeto (Souza, 2024).

Essa Rota está vinculada direta e indiretamente ao Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios por meio do

---

Cunha; Parque Municipal Lago Azul; Canyon do Rio Jaguariaiva; Rio das Mortes; Piraí do Sul – Museu Municipal Ricardo Szesz Filho; Floresta Nacional de Piraí do Sul; Trilha de Piraí do Sul e Cachoeira da Paulina; Ribeirão Claro – Recanto da Cascata; Cascata Véu da Noiva; Gruta da Água Virtuosa; Ponte Pênsil Alves Lima; Mirante da Serra; Ribeirão do Pinhal – Barragem do Rio Laranjinha; Santo Antônio da Platina – Mirante Municipal; Praça Frei Cristóvão do Capinzal; Tomazina - Salto Cavalcanti; Parque das Corredeiras.

turismo[51], uma vez que ela acompanha ações do Paraná Turismo, em que determinado projeto foi iniciado formalmente pelo Estado brasileiro entre 2003 e 2004, fomentando o turismo como proposta de desenvolvimento socioeconômico nas diversas regiões e municípios brasileiros.

Nesse contexto, os santuários da Rota do Rosário promovem celebrações litúrgicas cujas narrativas enfatizam a relação entre fé e aspectos materiais ou físicos, interpretados como fornecimento de "bênçãos" concedidas. Esse discurso insere-se em uma dinâmica que articula elementos simbólicos e materiais, reforçando a experiência religiosa no âmbito devocional.

A Rota do Rosário, por sua vez, busca atender à crescente demanda por formas de "espiritualidades"[52] características da

[51] A CNBB-Sul II (Paraná) apoia e é apoiada pelas ações do Paraná Turismo, este órgão é administrado pela Secretária de Estado do Turismo – SETU (2023), o Paraná Turismo segue a Cartilha do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), lançada em abril de 2004, que faz parte da política pública do Estado brasileiro delineada pelo "Plano Nacional do Turismo" (2003). Este programa segue alinhamentos internacionais no âmbito da oferta turística e visa ampliação regional através da execução descentralizada e regionalizada do turismo, buscando alcançar resultados socioeconômicos específicos para âmbito nacional, estadual, regional e municipal. O Grupo de Trabalho (GT) de Turismo Religioso do Paraná (2018), estabelece a gestão e favorece a inserção do turismo nos municípios ligado a essa unidade federativa, tendo entre os organizadores membros da CNBB. Este GT formalmente foi elevado à condição de "Comitê Interinstitucional de Turismo Religioso", em conformidade com a Resolução nº 059/2024 da Secretaria de Estado do Turismo - Setu (Souza, 2024).

[52]Como explica Vouchez (1994), embora cada contexto histórico tenha suas próprias definições e compreensões do que aqui chamamos de "espiritualidade", um termo que remonta ao século XIX, no contexto do presente artigo, a espiritualidade é entendida como uma dimensão da vida interior, frequentemente subjetiva e caracterizada pela busca e afirmação de sentido. Ela se

busca por muitas pessoas na contemporaneidade, marcadas por itinerários menos mediados institucionalmente e frequentemente associadas a estilos de vida que privilegiam o individual e o que é dado como "sagrado". Esse fenômeno envolve também os consumos variados de bens e experiências que entrelaçam cultura, história, gastronomia, práticas esportivas e turismo ecológico, promovendo uma interação entre os atrativos religiosos e a paisagem natural. Embora adote uma abordagem ecumênica, a Rota mantém uma ênfase nos elementos da tradição católica, favorecendo a construção de sentidos religiosos diversos, tanto em nível individual quanto coletivo, a partir da confluência de distintas percepções de significado e crença (Souza, 2024).

---

manifesta, em alguns casos, por meio de questões religiosas que ultrapassam os sistemas religiosos estabelecidos, remetendo a um esforço e relação do indivíduo com o que ele queira significar. Por vezes, abrange também dimensões de bem-estar, desenvolvimento humano e aspectos meditativos. No entanto, trata-se de um processo que se expressa por meio de narrativas que envolvem as relações entre o intramundano (manifestado nos limites do espaço e do tempo) e o extramundano (como Deus, os deuses, o universo ou outras entidades espirituais ou transcendentes que conferem a experiência do indivíduo), de forma ampla, com aquilo que confere sentido à vida individual e às relações. A espiritualidade aqui definida não se limita a uma compreensão universal, mas reflete uma busca pessoal, uma escolha que pode se manifestar como um contato, pertencimento ou afirmação, ocorrendo na proximidade do indivíduo com aquilo que ele reconhece, ou pode vir a reconhecer, como significativo ou divinizado. Dentro do universo cristão, e mais especificamente nos grupos religiosos carismáticos católicos, a espiritualidade se manifesta, entre outras coisas, na vivência do "Espírito Santo", figura central de suas crenças, reconhecido por eles como força "transformadora" e de "conexão". Essa manifestação, embora permeada por elementos bíblicos e litúrgicos, especialmente aqueles relacionados ao Pentecostes, configura-se também como uma experiência vivencial, tanto pessoal quanto coletiva, que pode ser experienciada em diferentes níveis de intimidade.

Diante desse cenário, observa-se a constituição de espaços que acolhem uma diversidade de grupos, abrangendo tanto praticantes do catolicismo quanto indivíduos sem vínculo religioso formal. No presente artigo, enfatiza-se, em especial, a atuação da Renovação Carismática Católica como um exemplo expressivo desse fenômeno em ascensão, evidenciando seu impacto na experiência devocional e na dinâmica do turismo religioso ao longo da Rota.

A presença de atuação histórica e o simbolismo do Rosário regional

Conforme aponta Souza (2024), no contexto histórico regional marcado pela presença e pela devoção ao Rosário — um elemento expressivo do catolicismo —, e em articulação com o fator institucional, as primeiras décadas da Diocese de Jacarezinho-PR (1926-1956) foram decisivas para a configuração do primeiro "território" eclesiástico no chamado "Norte do Paraná". Inicialmente abrangendo uma vasta extensão territorial que ia do nordeste ao noroeste paranaense, a Diocese acompanhou o processo de colonização ao longo da primeira metade do século XX, sendo posteriormente subdividida e passando sua atuação apenas no nordeste e em partes do centro-leste do estado.

A presença dessa Diocese inseriu-se em um amplo conjunto de alianças entre atores religiosos, políticos e a sociedade que se estabeleceu na região, sendo a promoção das devoções marianas um dos principais elementos de coesão. Esse fenômeno acompanhou tanto a atuação episcopal quanto as expressões de fé da população local, reforçando, ao longo do tempo, a devoção ao Rosário e conferindo-lhe significados sociais,

políticos e culturais. Embora essa dinâmica seja característica de diversas regiões influenciadas pelo catolicismo no período, no contexto paranaense regional a tradição mariana se fortaleceu. Esse fator foi determinante para a escolha do nome "Rota do Rosário" como denominação desse itinerário religioso e turístico no século XXI.

No território delimitado e pastoralmente assistido pela Diocese de Jacarezinho — abrangendo o nordeste do Paraná e parte do centro-leste do estado —, o simbolismo e a cultura católica estruturam a Rota como um eixo de devoção e promoção cultural. Essa configuração transcende o aspecto estritamente religioso e se constitui como um percurso turístico-religioso que articula dimensões econômicas, devocionais e estratégicas, incluindo o marketing institucional e representações geográficas, históricas e simbólicas. Em síntese, a presença histórica da Diocese nesse espaço não apenas por meio da estrutura do catolicismo eclesiástico, mas também expressões do catolicismo popular, possibilitou a conformação de uma Rota que integra elementos religiosos aos paisagísticos, históricos e culturais, em um cenário marcado pela institucionalidade católica e pelo imaginário devocional regional de muitas pessoas.

Renovação Carismática Católica em contexto da Rota do Rosário

As relações e a intensificação do turismo religioso podem suscitar discordâncias em determinados aspectos, além de levantar desafios e problemáticas significativas, tais como a potencial comercialização excessiva da experiência religiosa e eventuais tensões entre diferentes grupos que compartilham

esses espaços (Butler; Suntikul, 2018). Embora essas questões não constituam o foco central desta análise, elas evidenciam que o turismo religioso não se restringe ao âmbito do "ócio" ou do lazer vinculado às estruturas religiosas, mas também envolve dimensões espirituais que mobilizam buscas subjetivas e experiências identitárias específicas por partes dos visitantes.

Nesse sentido, o turismo religioso configura-se como um fenômeno dinâmico, marcado por processos de continuidade e adaptação ao longo do tempo e do espaço, nos quais se estabelecem inserções, negociações e reconfigurações institucionais e simbólicas. Essas dinâmicas contribuem para sistemas de crença, tanto em sua dimensão coletiva quanto individual, demonstrando a complexidade dos significados atribuídos até mesmo nas demarcações de "territórios" dados como sagrados e às práticas devocionais no contexto contemporâneo.

A complexidade temática abrange questões complementares ou conflitantes que não se esgotam nesta análise. No entanto, no âmbito institucional do catolicismo, destaca-se a Pastoral do Turismo, que se fortalece em um contexto de mercado religioso ampliado e de presença crescente dos carismáticos em espaços articulados ao turismo religioso. Obviamente, não se trata de uma generalização desses grupos no espaço, mas de elementos que os caracterizam e que são claramente observáveis.

Entre as diversas experiências que os transeuntes podem vivenciar na Rota do Rosário, este artigo enfatiza a atuação da Renovação Carismática Católica (RCC), especialmente por meio de eventos realizados nos santuários, que, de certo modo, contribuem para caracterizá-los. No contexto da expansão do movimento carismático católico em diferentes países e regiões, grupos da RCC promovem encontros ao longo da Rota, combinando sua espiritualidade com a valorização dos espaços devocionais. Essas celebrações, em geral, incluem música animada,

experiências de contato com o "Espírito Santo", evangelização, devoção ao Rosário, danças, bênçãos, rituais de exorcismo e momentos de cura e libertação.

Esses elementos são observáveis em eventos específicos realizados nos santuários da Rota do Rosário, configurando experiências religiosas em distintos níveis. Nota-se, ainda, que alguns santuários apresentam celebrações mais intensas e enérgicas, enquanto outros adotam uma abordagem mais contida.

Aparentemente a propagação e influência de práticas espirituais e sensibilidades religiosas associadas à Renovação Carismática Católica (RCC) manifestam-se em diferentes dimensões da vida social, cultural e religiosa local. Nessas manifestações, o papel de Maria frequentemente ocupa uma posição privilegiada, acompanhando significações desses grupos e reforçando a ligação e simbolismo do Rosário.

Um exemplo dessa configuração nos santuários, antes mesmo da fundação da Rota, é a própria elevação do Santuário de Nossa Senhora das Graças em Santo Antônio da Platina, na década de 1990, cuja origem está associada a experiências sobrenaturais com revelações. Atualmente, a RCC desempenha um papel ativo na gestão desse espaço. Conforme relatado pelo documentário sobre a Rota do Rosário pela TV Evangelizar (2017), a interpretação de devoções foi determinante na criação e na configuração desse santuário, mas também de outros existentes na Rota. Em consonância com esse modelo, várias paróquias foram elevadas à categoria de santuários ao longo da Diocese de Jacarezinho, configurados em maioria como santuários diocesanos. Por mais que esses espaços de devoções estejam ligados a crenças de grupos ou indivíduos da região, é impossível não salientar a intenção e amparo institucional de aumentá-los nessa Rota.

A Diocese, nesse contexto, destaca-se como a segunda diocese do Paraná com maior número de santuários (15), atrás apenas da Arquidiocese de Curitiba - PR (Souza, 2024). Com a pretensão de aumentar, atualmente com 16 santuários no roteiro da Rota, visto inserir um santuário pertencente a jurisdição diocesana de Ponta Grossa. Tal expansão evidencia uma intenção clara da hierarquia católica em consolidar esses espaços como locais de visitação pelo turismo religioso, mas também, expressivo apelo devocional, intensificando a experiência religiosa e promovendo a presença de grupos com determinadas características carismáticas.

Entre as funções, esses santuários são estruturados para atender às demandas do turismo religioso e engloba fervor de práticas devocionais, promovendo entre outros eventos, acampamentos, cânticos religiosos, celebrações de cura, entre outros, como é o caso do Santuário de São Miguel Arcanjo, Bandeirantes (PR). Este geograficamente ao lado do Hotel Resort dos Morros dos Anjos, visa proporcionar infraestrutura de elementos dos carismáticos nas missas e diversificação e comodidades para os visitantes, religiosos ou não.

Outro aspecto relevante associado a presença dos grupos da Renovação Carismática Católica (RCC) diz respeito às devoções voltadas para uma Imagem de Nossa Senhora de Fátima (popularmente chamada Nossa Senhora do Mel), essa Imagem em torno da qual há relatos, conforme a crença católica, de manifestações como exsudar de mel, azeite e sal. Obviamente que isso envolve questões que articulam o catolicismo dado como popular inserido em esferas de atuação eclesiásticas. A intenção não é validar ou refutar tais ocorrências de supostos fenômenos aqui, é importante apenas destacar a presença dessa Imagem e o fervor local que ela exerce nesses espaços.

A presença da imagem de Nossa Senhora de Fatima (Nossa Senhora do Mel), cuja sua origem é portuguesa advinda para o Brasil na década de 1990, para a cidade de Mirassol (SP), relaciona-se a um presente destinado a uma devota de Maria, passando consequentemente a Santa peregrinar por diversas paróquias e santuários levando a romarias e peregrinações. Como exemplo na Rota do Rosário, desencadeando eventos nos santuários - Nossa Senhora da Medalha Milagrosa (Ibaiti), Senhor Bom Jesus da Cana Verde (Siqueira Campos), *Santíssimo Nome de Jesus* (Joaquim Tavora), Nossa Senhora das Graças (Santo Antônio da Platina).

Mesmo dentro de estudos envolvendo religiosidade popular inserida em estruturas eclesiásticas, observa-se isso como fração do mercado religioso de fornecimentos, apoiadas por alguns sacerdotes e pelas próprias administrações dos santuários, visto a ocorrência de eventos neles. Mas as experiências se expandem além dos espaços oficializados da Rota, exemplo disso é a comunidade local da RCC situada no bairro rural de Siqueira Campos (PR) – Bairro Saltinho, onde se observa a presença dessa Santa. Tal prática ilustra a amplitude da devoção mariana no contexto carismático, com a RCC promovendo o fervor devocional a Santa não apenas centralizados nos santuários, todavia, também em espaços periféricos ligados a jurisdição da Diocese de Jacarezinho.

A Igreja Católica Apostólica Romana até o momento não reconhece “oficialmente” essa Imagem como “milagrosa”. No entanto, para diversos grupos, para além da região, a devoção é parte de uma realidade presente, fração de uma expressão de crença religiosa. Esse cenário reforça a percepção do mercado religioso na dinâmica dessas práticas, pois, mesmo sem um posicionamento “oficial” da ICAR, e como exemplo, pela gestão institucional por meio da Diocese de Jacarezinho na Rota do

Rosário, evidencia-se a organização de eventos estruturados para acolher essa Santa. A existência desses eventos apontam uma demanda por tais práticas e devoções, apontando que, mesmo sem um "reconhecimento" institucional "formal", a oferta religiosa se mantém ativa, ocorre uma linha tênue de complexidades que configuram esse mercado religioso.

Nesse contexto institucional de auxílio, especificando grupos carismáticos católicos, destaca-se a criação do CHARIS — Serviço Internacional para a Renovação Carismática Católica, instituído em junho de 2019. Com o escritório no Vaticano destinado a ação global da ICAR para essas comunidades. Esse termo remete à graça e ao carisma e visa fornecer apoio institucional a diversas comunidades católicas intercontinentais, sem assumir, conforme descrito em seus estatutos, o papel estrito de organização religiosa. Em vez disso, ele atua como um "serviço" voltado para a multiplicidade de expressões carismáticas que compõem a RCC, buscando colaborar principalmente nas questões teológicas. O que aparenta significar direta ou indiretamente "organização" em suas múltiplas formas e configurações, uma vez que está ligado a um fornecimento.

No discurso inaugural do CHARIS, o Papa Francisco ressaltou a importância desse "novo e único serviço" ao encorajar a partilha do "Batismo no Espírito Santo" no seio da "Igreja" (Discurso, junho de 2019). Esse marco colabora para interpretações apontadas por alguns analistas como um indicativo do aumento da "pentecostalização" , em especial na América Latina, onde há evidencias crescentes por experiências religiosas mais emocionais e carismáticas (Garrard, Doran, 2020).

Entre esse serviço institucional o objetivo é identificar as diferentes realidades que cercam a Renovação Carismática Católica. Segundo as declarações desse Papa, o CHARIS está sob supervisão canônica e vinculado aos Estatutos do Dicastério

para os Leigos, a Família e a Vida. Sua proposta é ser um espaço de "intercâmbio", promovendo a troca de informações sobre programas de formação, práticas e atividades pastorais "bem-sucedidas" desenvolvidas por grupos ou comunidades de um país, com possíveis replicações em outros países (CHARIS, 2019).

Este orgão dado como "um novo corpo de serviço internacional" para todas as expressões "da corrente de graça que a Renovação Carismática é" (Vatican News, 2 nov. de 2018), salienta não ser uma associação de fiéis ou uma federação de associações, e sim, um serviço oferecido para as manifestações existentes. Algo que já evoca abranger a existente heterogeneidade do catolicismo carismatico.

Como mencionado, o turismo religioso oferece espaços abrangentes. Na Rota, a dinâmica carismática parece evidenciar o papel agregador e simbólico dos santuários, ressaltando sua importância não apenas como um projeto estruturado de turismo religioso, mas também como locais centrais para esses grupos, que neles desenvolvem muitas práticas características.

No âmbito histórico do cristianismo, entre as inúmeras questões, o século XX foi marcado pelo florescimento, ou "re-florescimento" de expressões religiosas fortemente influenciadas pelo Pentecoste. Essas manifestações baseiam-se, em grande parte, na confiança de que refletem ideias de experiências típicas do cristianismo primitivo, mentalidades associadas a contextos específicos de crença, espaço e tempo, conforme descrito nas "Escrituras", desaguados no imaginário da contemporaneidade e fomentados por grupos diversificados (Johnson; Ross, 2009).

Entre adaptações e ramificações, pode-se relacionar esse fenômeno à presença de uma "cultura do Pentecostes", que se insere por vezes de maneira independente, como as inúmeras ramificações de igrejas pentecostais, desencadeando novas formas

de tradições, ou emergindo dentro de tradições religiosas estabelecidas, como a Católica, Metodista e Presbiteriana.

O presente objetivo aqui não é classificar grupos, mas alguns pesquisadores, buscando uma melhor compreensão do fenômeno dessas influências a partir do século XX, classificam os "movimentos" em categorias, todavia, alguns grupos não se encaixam em nenhuma definição estabelecida visto as diferenças entre eles. Para Alencar (2023), "pentecostalismos" são expressões sociais e históricas de uma religiosidade, com temporalidades e espacialidades diferentes. Já "pentecostalidade" envolve manifestações contemporâneas da ação do "Espírito Santo" (Alencar, 2023, p. 131). Cabe ressaltar alguns pontos que dependendo do contexto histórico, e do que foi documentado, algumas ocorrências ligadas a espiritualidade cristã podem ter ocorrido manifestações antes memo do século XX, como Vouchez (1995) analisa essas questões de "espiritualidade" em períodos históricos anteriores relacionado a experiências não institucionalizadas.

De qualquer forma, contextos e situações de experiências dadas como sobrenaturais são referidos como parte da vivência individual ou coletiva em diversos sistemas de crenças ao longo da história, não restritas ao cristianismo, sendo documentadas ou não. Conforme Carranza (2020), no contexto contemporâneo relacionado ao catolicismo e definição de nomes e grupos, como a Renovação Carismática Católica (RCC), emerge como uma expressão desse novo movimento de reavivamento cristão do século XX. No âmbito das datas, em 1967, na Universidade Duquesne, na Pensilvânia, segundo o que foi documentado um grupo de estudantes católicos orou em línguas, vivenciou êxtase espiritual e "proclamou" ter recebido dons e carismas do "Espírito". Subsequentemente, muitos grupos de oração começaram a aparecer em diversas regiões eclesiais, e as experiências com o

"Espírito Santo" no catolicismo passaram a ser reconhecidas sob o nome de Renovação Carismática Católica. Em poucas décadas, esses grupos se tornaram presentes em muitos espaços, especialmente em países latino-americanos, promovendo eventos semelhantes e conectando-se à espiritualidade carismática, a seminários de estudo e a grupos de oração de base social desse movimento (Carranza, 2020, p. 393).

O que aqui se denomina "cultura do Pentecostes" exerce dinâmicas dentro das instituições. Para os grupos envolvidos há uma forte ênfase no sobrenatural, envolvendo cura, milagres, manifestações carismáticas e uma predominante orientação para a salvação pessoal, além dessas dadas experiências diretas com o "Espírito Santo". O cristianismo tem experimentado crescimento, especialmente por meio dessas formas carismáticas e pentecostais (Jenkins, 2011). Como visto, essa "cultura" não só influencia o cristianismo global entre as tradições, mas também se manifesta de maneira localizada, adaptando-se aos contextos locais.

No cenário globalizado, ela se difunde por meio de redes transnacionais de comunicação, fluxos migratórios e mídias digitais, configurando parte das identidades religiosas e das práticas devocionais que transcendem as fronteiras geográficas e culturais estabelecidas. Determinadas expressões abrangem essa ampla variedade de igrejas e grupos com diferentes origens e tradições. Esse fenômeno reafirma uma percepção de expansão de uma espécie de "pentecostalização" global (Garrard; Doran, 2020), com destaque para os continentes do chamado "Sul Global" (Jenkins, 2011), sendo particularmente notável o seu crescimento na América Latina (Garrard; Doran, 2020).

O que é chamado de "Sul Global" — termo utilizado por alguns pesquisadores para se referir a regiões como África, América Latina e partes da Ásia, ainda que com certas

ambiguidades — concentra mais de 80% dos grupos pentecostais e carismáticos no mundo. Cada uma dessas regiões, contudo, possui especificidades culturais e econômicas próprias, que influenciam e moldam essas práticas e movimentos de formas distintas (Center for Global Christianity, jan. 2024).

Essas formas de espiritualidade demonstram uma notável capacidade de utilizar ferramentas culturais que desencadeiam tanto renovações e continuidades quanto mudanças, combinando iniciativas coletivas e individuais, além de explorar de maneira singular as possíveis potencialidades do repertório humano. Embora muitos desses movimentos estejam associados a certa conservação de tradições e costumes, uma característica indiscutível é a vivacidade com que se manifestam em meio à globalização (Droogers, 2012).

No contexto paranaense, a atuação dos grupos de oração vinculados à Renovação Carismática Católica (RCC) pode ser analisada com a ajuda dos dados do site oficial de grupos cadastrados da RCC. Até a última verificação, em outubro de 2024, esse estado registrava um total de 1.495 grupos de oração, ocupando a terceira posição no ranking nacional. Apenas São Paulo e Minas Gerais apresentavam uma quantidade superior de cadastros (RCC Brasil - Grupo de Orações, 2024). Cabe destacar que, segundo o IBGE, esses dois estados também são os mais populosos do Brasil, seguidos por Rio de Janeiro, Bahia e, em quinto lugar, o Paraná. O que demonstra uma presença expressiva da RCC no estado paranaense por sua terceira posição.

Em um contexto global, embora existam limitações, incertezas e riscos inerentes às estatísticas religiosas, uma vez que se referem a comportamentos que podem apresentar variações, é possível identificar mudanças significativas nos parâmetros da religião e das pertenças religiosas. Embora alguns dados indiquem um possível aumento populacional mundial, mesmo em

meio às incertezas numéricas, análises sobre diversas religiões e sistemas de crença apontam para o crescimento do cristianismo, especialmente em regiões da África, América Latina e partes da Ásia, onde se observa o então potencial de expansão nas próximas décadas, impulsionado principalmente por movimentos pentecostais e carismáticos (Jenkins, 2011).

Em 2014, uma pesquisa do *Pew Research Center* destacou que 69% dos adultos na América Latina ainda se identificavam como católicos, apesar das perdas, afastamentos e migrações religiosas na região. Uma parcela significativa dessas migrações tem sido em direção ao pentecostalismo evangélico, caracterizado por sua diversidade de denominações e por formas de culto marcadas por uma forte expressividade emocional (Pew Research Center, 2014). O que reflete novamente o mercado religioso de buscas por pessoas, como o serviço institucional da ICAR - CHARIS. Aparentemente, e divergindo desses grupos evangélicos no sentido de desejada "unificação", uma vez que estes são caracterizados por sua fragmentação, a ICAR procura uma "unidade" católica com sua organização direta ou indireta para esses grupos carismáticos católicos.

Como fenômeno interconectado, os movimentos pentecostais e carismáticos abrangem diversas classificações, incluindo aqueles que se autodenominam como tais e outros que, apesar de não adotarem explicitamente essas denominações, compartilham características semelhantes (Anderson, 2004). Seja em espaços físicos ou digitais. Dados indicam um crescimento expressivo desses movimentos globalmente, com foco em práticas associadas aos dons espirituais e a uma forte dimensão emocional, principalmente nesse "Sul Global". O número de adeptos referente a esses movimentos aumentou significativamente globalmente, passando de aproximadamente 58 milhões em 1970 para 635 milhões em 2020 (Zurlo; Johnson, 2019).

Dentro desses estudos, ainda referente aos dados de 2014, as cifras apontam que 40% dos católicos na América Latina se identificavam como "carismáticos". As cifras de 2020 apontam que as maiores populações de católicos carismáticos foram registradas no Brasil, com 61 milhões de adeptos (representando 29% da população católica do país), seguido pelas Filipinas, com 26 milhões de carismáticos católicos.

De acordo com os números de 2024 - *Center for Global Christianity* - vinculados aos estudos do *Gordon College* e da Universidade de Edimburgo (UK), há atualmente cerca de 683.341.000 pentecostais e carismáticos no mundo, com projeções que indicam um aumento para 1.031.503.000 até 2050. O que representa um crescimento estimado de quase 350 milhões de pessoas para essas classificações (Center for Global Christianity, jan. 2024). Caso essas projeções estejam corretas em algumas décadas, alcançando a marca de 1 bilhão de adeptos em 2050, esse crescimento reflete o impacto das ações das organizações religiosas, como a Igreja Católica Apostólica Romana, estabelecendo serviços como o CHARIS (2019), para atender grupos carismáticos católicos, cuja presença local na Rota é observada expressivamente nos santuários.

Dentro desse contexto, a análise de Philip Jenkins (2020) sobre as religiões institucionalizadas destaca uma série de mudanças nos parâmetros globais e sugere uma possível "resposta" para essas transformações, enfatizando a necessidade de inovações e adaptações por parte das organizações religiosas. Entre as diversas dinâmicas observadas, a complexidade reside no fato de que essas religiões podem, sim, enfrentar perdas em termos de adesão formal a curto, médio e longo prazo. No entanto, desafiando a ideia de que a religião está se tornando irrelevante na sociedade, Jenkins argumenta que isso não implica no desaparecimento da religião, na busca por questões espirituais

(relacionadas a experiências introspectivas e diretas com o que é considerado extramundano ou significativo) ou na relevância da espiritualidade para muitas pessoas. Essas questões espirituais continuam a ser buscadas e podem ser atendidas por diversas configurações das organizações religiosas.

Esse entendimento é central para o presente artigo, que explora o turismo religioso como uma expressão e parte complementar de uma ação religiosa institucional, tanto por meio da Pastoral do Turismo quanto pelos elementos diretos ou indiretos ligados aos grupos da RCC, considerando suas potencialidades e limitações. O serviço CHARIS aponta para uma atuação institucional voltada especificamente para grupos carismáticos católicos, o que, nesse contexto, reflete uma realidade crescente dentro da Rota do Rosário. Isso acompanha o crescimento do turismo religioso global, o aumento de grupos carismáticos e a percepção de como a instituição religiosa insere em suas estruturas questões de espiritualidade vinculados a esses grupos e suas significações.

Considerações Finais

Em suma, observa-se com a Rota do Rosário, por meio da Diocese de Jacarezinho, em suas diversas atuações, tem estabelecido com o turismo religioso e a Renovação Carismática Católica (RCC) estratégias voltadas para o fortalecimento desses elementos e o da própria organização religiosa em meio a recepção produtiva de “espiritualidades” locais, dentro de roupagens, vernizes e elementos que comunicam tradição e inovação. Através da criação de roteiros devocionais e turísticos, a Diocese fomenta espaços de expressão para diferentes grupos, como os

carismáticos, que incentivam o fervor espiritual e a participação leiga em ambientes de presença e atuação institucional. Esse modelo alia devoção popular, eclesiástica e apelo turístico, promovendo uma complexidade relacional, mas que claramente favorece certo reavivamento religioso de acordo com os parâmetros atuais, por meio de eventos, celebrações e práticas que ressoam com a busca de indivíduos por experiências diversificadas e o reavivamento de práticas religiosas e das instituições. Assim, a Diocese se posiciona como um agente ativo na promoção e amparo, integrando a RCC e o turismo religioso como novas formas de vivenciar a religião por diferentes indivíduos, abrangendo questões emocionais e individuais dentro das continuidades, em graus e tonalidades, com as quais os agentes produtores e receptores, no tempo e no espaço, se configuram e se reconfiguram por meio das relações diretas ou indiretas.

Referências

ALLAN, Anderson. *An Introduction to Pentecostalism: Global Charismatic Christianity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ALENCAR, . Pentecostalismos. In *Dicionário para entender o campo religioso.* REIS, Livia [et al.] (orgs.). Rio de Janeiro (RJ): Instituto de Estudos da Religião, 2023.

BUTLER, R.; SUNTIKUL, W. *Tourism and Religion*: issues and implications, UK: Channel View Publications, 2018.

CARRANZA, Brenda. Preferential Option for the Spirit: The Catholic Charismatic Renewal. In: ORIQUE, David Thomas; FITZPATRICK-BEHRENS, Susan; GARRARD, Virginia. *The*

*Oxford Handbook Latin American Christianity. N*ew York (NY): Oxford University Press, 2020.

DIAS, R. SILVEIRA, E.J.S (orgs.). *Turismo Religioso: ensaios e reflexões.* Campinas (SP): Ed. Alínea, 2003.

DROOGERS, André. *Play and Power in Religion*. Berlin: De Gruyter, 2012.

GARRARD, Virginia; DORAN, Justin M. Pentecostalism na Neo-Pentecostalism in Latin America: Two Case Studies. In: ORIQUE, David Thomas; FITZPATRICK-BEHRENS, Susan; GARRARD, Virginia. *The Oxford Handbook Latin American Christianity.* New York (NY): Oxford University Press, 2020.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.

HAMMER, Olav. Tradition and Innovation. In: STAUSBERG, Michael; ENGLER, Steven. *The Oxford Handbook of The Study Of Religion*. United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

RUPKE, Jorg. Individualization and Privatization. In: STAUSBERG, Michael; ENGLER, Steven. *The Oxford Handbook of The Study Of Religion.* United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

JENKINS, Philip. *Fertility and Faith: The Demographic Revolution and the Transformation of World Religions*. Texas (USA): Baylor University Press, 2020.

JENKINS, Philip. The Next Christendom. 3ed. New York: Oxford University Press, 2011.

JOHSON, Todd M.; ROSS, Kenneth R. *Atlas of Global Christianity (1910-2010)*. Edinburgh University Press, 2009.

SOUZA, Helison Lázaro de. *A Rota do Rosário como estratégia de reforço do contínuo institucional católico no Norte Pioneiro e Campos Gerais do Paraná (2008-2023).* F.197. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2024.

Status of Global Christianity, 2024, in the Context of 1900–2050. *Center For Global Christianity*. Disponível em: www.gordonconwell.edu/wp-content/uploads/sites/13/2024/01/Status-of-Global-Christianity-2024.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

VOUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média ocidental: (século VIII a XIII).* Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1995.

ZURLO, Gina. A. JOHNSON, Todd M. *World Christian Encyclopedia.* 3ª ed. Edinburgh University Press. 2019.

Fontes

CHARIS, o novo e único serviço internacional para a RCC. *VaticanNews.* 2 de nov. de 2018. Disponível em: www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-11/renovacao-carismaticacatolicacharis.html#:~:text=CHARIS%20é%20um%20novo%20corpo,todas%20as%20realidades%20carismáticas%20existentes. Acesso em: 20/09/2024.

Discurso do Santo Padre durante a inauguração do CHARIS. *CHARIS*, 2019. Disponível em: www.charis.international/pt/discurso-do-papa-francisco-aos-participantes-da-conferencia-internacional-da-renovacao-carismatica-catolica/. Acesso em: 20 set. 2024.

GRUPO DE ORAÇÕES NO BRASIL. *RCC Brasil*. 2024. Disponível em: <www.rccbrasil.net/grupodeoracao/>. Acesso em: 06 mai. 2024.

Serviço Internacional para a Renovação Carismática Católica. *CHARIS*. s.d. Disponível em: www.charis.international/pt/. Acesso em: 19 set. 2024.

O Futuro das Religiões Mundiais: Projeções de Crescimento Populacional, 2010-2050. *Pew Research Center*. 02 abr. 2015. Disponível em: www.pewresearch.org/religion/2015/04/02/religious-projections-2010-2050/#fn-72340-11. Acesso em : 25 set. 2024.

Religião na América Latina. *Pew Research Center*. 13 nov. 2014. Disponível em: www.pewresearch.org/religion/2014/11/13/religion-in-latin-america/. Acesso em: 25 set. 2024.

PROJETO DA ROTA DO ROSÁRIO. Projeto da Rota do Rosário. *Rota do Rosário*. s.d. Disponível em: <rotadorosario.org/projeto-rota-do-rosario/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

TV EVANGELIZAR. *Documentário Rota do Rosário*. 30 mar. 2017. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=-pmG1YVgO3Y. 1 vídeo (1 hora, 16 min). Acesso em: 21 set. 2024.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

AS LIMITAÇÕES DO CÁLCULO DE PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL E NA ECONOMIA MUNDIAL PELO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE EXTERNA DE REINALDO GONÇALVES

Igor Estima Sardo
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS

Resumo
Este trabalho tem por problema de pesquisa a seguinte pergunta: quais são as limitações do método do cálculo de vulnerabilidades econômicas externas de Reinaldo Gonçalves (2005) quando aplicável a uma economia central como os Estados Unidos (EUA)? Como hipótese principal ao ensaio, sugere-se que, conquanto o método tenha utilidades de análise, ao ser aplicado a uma economia central, a maior limitação reside no poder estrutural que os EUA têm sobre a economia internacional e o Sistema Internacional (SI). Logo, este estudo tem como objetivo principal aplicar o método do cálculo de Índices de Vulnerabilidade Externa (IVE) aos EUA, no intervalo de 2008 a 2019, comparando-se às economias emergentes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Além disto, o trabalho tem por objetivo específico comparar os trabalhos de Gonçalves (2005) com os de Susan Strange (1994) e Robert Gilpin (2002). Metodologicamente, foram utilizados os processos de revisão de literatura, análise e coleta de dados em documentos oficiais e em organizações internacionais. Finalmente, inferiu-se que as hipóteses foram confirmadas, isto é, o método de Gonçalves (2005) não leva o poder estrutural em conta para economias centrais, fato que prejudica uma análise holística da economia mundial, que, no entanto, pode ser complementada por outros autores da área.
Palavras-chave: Índice de Vulnerabilidade Externa. EUA. BRICS.

Introdução

Este trabalho tem por problema de pesquisa a seguinte pergunta: quais são as limitações do método do cálculo de vulnerabilidades econômicas externas de Reinaldo Gonçalves (2005) quando aplicável a uma economia central como os Estados Unidos (EUA)? Como hipótese principal ao ensaio, sugere-se que, conquanto o método tenha utilidades de análise, ao ser aplicado a uma economia central, a maior limitação reside no poder estrutural que os EUA têm sobre a economia internacional e o Sistema Internacional (SI). Logo, este estudo tem como objetivo principal aplicar o método do cálculo de Índices de Vulnerabilidade Externa (IVE) aos EUA, no intervalo de 2008 a 2019, comparando-se às economias emergentes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Além disto, o trabalho tem por objetivo específico comparar os trabalhos de Gonçalves (2005) com os de Susan Strange (1994) e Robert Gilpin (2002). Metodologicamente, foram utilizados os processos de revisão de literatura, análise e coleta de dados em documentos oficiais e em organizações internacionais.

O ensaio foi organizado em cinco seções, esta introdução sendo a primeira. A segunda seção trata do método de Gonçalves (2005) aplicado aos EUA, com os processos e resultados extraídos de Sardo (2024). Na terceria seção, apresentam-se os obstáculos práticos e teóricos do método de Gonçalves (2005), utilizando-se não somente o arcabouço do próprio autor, mas, sobretudo, dos autores Gilpin (2002) e Strange (1994). Na quarta seção, observa-se possíveis soluções aos óbices apresentados anteriormente, buscando algum caminho para uma visão holística para o tema. Finalmente, na conclusão, inferiu-se que as hipóteses foram confirmadas, isto é, o método de Gonçalves (2005) não leva o poder estrutural em conta para economias centrais,

fato que prejudica uma análise holística da economia mundial, que, no entanto, pode ser complementada por outros autores da área.

O método de Gonçalves aplicado aos EUA

O economista Reinaldo Gonçalves (2005) desenvolveu um índice de comparação na economia internacional que reúne 16 indicadores macroeconômicos distribuídos em três áreas: comercial, produtivo-tecnológica e monetário-financeira. A ideia de Gonçalves, neste sentido, é comparar os indicadores de diferentes economias, fazendo, desta forma, um índice assim chamado de IVE. Em seu trabalho seminal (Gonçalves, 2005), o economista brasileiro analisou 113 economias no ano de 2002, chegando-se a uma hierarquia das economias mais vulneráveis às menos.

Para se chegar ao IVE, é necessário compilar os 16 indicadores das economias amostradas, ordená-los entre o menos vulnerável (0%) e o mais vulnerável (100%) e convertê-los em índices, isto é, fazer uma relação de *ranking* entre os indicadores máximos e mínimos da amostra. Assim sendo, cada indicador possui um índice que varia de 0% a 100%, obrigatoriamente. O cálculo do índice é feito a partir da seguinte fórmula:

Figura 1 - Cálculo de índice

$$\text{Índice} = \frac{X - X_{Mín}}{X_{Máx} - X_{Mín}} \times 100$$

Fonte: Gonçalves (2005, p. 130).

Portanto, é preciso fazer uma média simples dos índices de cada indicador em cada esfera de análise, conseguindo-se os índices de vulnerabilidade comercial (IVCO), de vulnerabilidade produtivo-tecnológica (IVPT) e de vulnerabilidade monetário-financeira (IVMF). Finalmente, é necessário realizar a média dos três índices para se atingir o IVE geral da economia em questão em paralelo com as demais economias da amostra.

Os indicadores coletados para se realizar o cálculo se tratam de (Gonçalves, 2005, p. 131-132):

- Esfera comercial (5 indicadores): exportação de bens e serviços/PIB; crescimento real do comércio (exportação + importação) de bens e serviços – crescimento do PIB real; índice de concentração das exportações; reservas internacionais líquidas [exclusive recursos do FMI] /importação de bens e serviços; e taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações de bens.

- Esfera produtivo-tecnológica (6 indicadores): estoque de investimento externo direto [IED]/PIB; estoque de IED/exportação de bens e serviços; estoque de IED em serviços/estoque de IED total; gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico/PIB; exportação de produtos intensivos em tecnologia/exportação de manufaturados; e pagamento de tecnologia/ gastos com P&D.

- Esfera monetário-financeira (5 indicadores): dívida externa total/exportação de bens e serviços; dívida com FMI/dívida externa total; renda líquida/exportação de bens e

serviços; serviço da dívida pública e garantida pelo setor.

Para o presente estudo, utilizou-se os EUA em paralelo com seus principais rivais na economia internacional, ou seja, o grupo de países conhecidos como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), economias emergentes que têm o desejo declarado de reformar as instituições financeiras internacionais para serem mais democráticas e menos centradas nos EUA. O intervalo de tempo para análise para verificar a evolução do IVE americano foi o de 2008 a 2019, isto é, entre duas grandes crises econômicas[53], momento de grande variação do IVE de qualquer economia. Tendo por base as fontes à disposição para coleta de dados (FMI, 2023; UNCTAD,2023a; 2024b; United States, 2020; 2023a; 2023b; World Bank Group, 2022), assim como, sobretudo, de Sardo (2024, p. 58), foi possível chegar à seguinte variação:

[53] Crise Financeira do Subprime, tendo por estopim a falência do Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008; Crise da Pandemia de Covid-19, tendo por estopim o anúncio de pandemia feita pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020.

Quadro 1. Balanço do IVE e dos indicadores dos EUA

Índice ou indicador	Variação (2008-2019)	Balanço
IVE	De 10,03% a 16,46%	Deterioração de 64,11%
IVCO	De 60% para 23,12%	Melhora de 61,47%
IVPT	De 30,09% para 49,37%	Deterioração de 64,07%
IVMF	De 63,77% a 64,4%	Estável

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de Sardo (2024, p. 58).

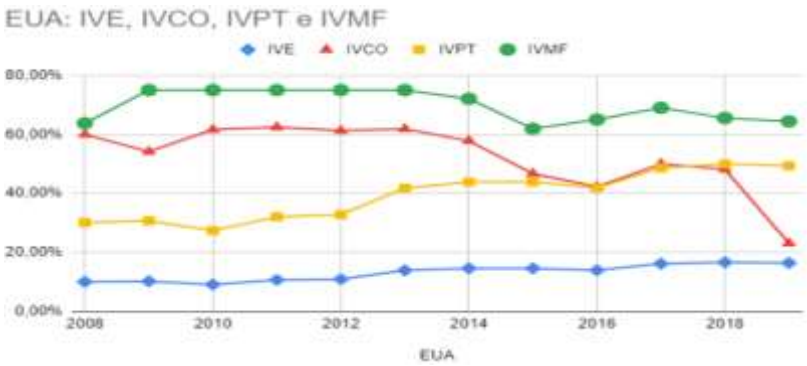
Em resumo, como expõe Sardo (2024, p. 59):

> [...] fica patente que houve piora significativa no IVPT, apesar dos bons resultados nos indicadores relacionados à P&D. Isto é reflexo da desnacionalização da indústria no solo norte-americano e, também, de sua desindustrialização. Ademais, é de se notar a melhora no IVCO, muito em função do crescimento econômico e do protecionismo. Por fim, o desempenho do IVMF se manteve estável, em um patamar de baixo desempenho, mas, ao longo do período de análise, foram feitos esforços, como a coordenação em nível de G20 e G7 e as políticas monetárias do Fed, para que a taxa não se deteriorasse e retornasse ao patamar de 2008.

Pelo exposto, verifica-se que o IVPT americano obteve maior grau de deterioração, a despeito de estratégias que tentassem reverter este fato, como o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O IVCO apresentou melhora significativa, puxado em grande medida pela guerra comercial que a administração Trump empreendeu contra a China de 2017 em diante e, por fim, o IVMF ficou sob controle estável, uma vez que os EUA utilizaram uma combinação de políticas domésticas e multilaterais para controlar o tornado financeiro pós-2008, unindo políticas de *quantitative easing* e *tapering* pelo Fed, Banco Central dos EUA, com coordenação de políticas macroeconômicas no G20 e no G7 (Sardo, 2024).

O gráfico 1 resume os dados apresentados até aqui:

Gráfico 1. Evolução dos índices de vulnerabilidade dos EUA



Fonte: Sardo (2024, p. 45)

Limitações práticas e teóricas ao método de Gonçalves

A partir dos dados expostos, infere-se que o IVE americano demonstrou deterioração geral frente ao BRICS, sobremaneira, no que tange a esfera produtivo-tecnológica. À primeira vista, esta conclusão parece ser corroborada pela evidência empírica da conjuntura da desindustrialização da economia americana e da desnacionalização do restante da indústria interna dos EUA (Costa, 2017). Como coloca Sardo (2024, p. 57-58):

> Avaliando em perspectiva, nestes 11 anos de execução de política macroeconômica das administrações Obama e Trump, o mais relevante das políticas é verificar se elas surtiram efeito nos indicadores que compõem o IVE. De fato, embora o IVE geral dos EUA tenha se deteriorado, dois agregados macroeconômicos foram responsáveis por frear uma maior deterioração: PIB e gastos em P&D. Como visto anteriormente, o crescimento econômico desde a crise de 2008 foi retomado rapidamente após 2009 e inaugurou um longo período de boom, que se refletiu em registros de PIB sempre maiores. Isto representou uma melhora nos indicadores de Grau de abertura comercial (exportações / PIB) e Grau de integração na economia mundial (crescimento real do comércio / PIB). Ademais, ainda na esfera comercial, o aumento do protecionismo a partir de 2017 representou uma melhora significativa no indicador de Grau de proteção da atividade econômica (Reservas internacionais líquidas [excluindo os recursos do FMI] / Importação de bens e serviços). Os gastos com

> P&D foram uma estratégia de governo que perpassou tanto Obama quanto Trump e seus grandes volumes em investimento representaram melhoras nos indicadores de Gastos com P&D como proporção do PIB e Capacidade de absorção da tecnologia proveniente do exterior (Pagamento de tecnologia / Gastos com P&D). Com relação à esfera monetário-financeira, o desempenho dos quatro indicadores dos EUA é substancial na série histórica. Enquanto os EUA não registraram dívidas junto ao FMI, mantiveram o pior desempenho da amostra em Desequilíbrio de estoque (Dívida externa total / Exportação de bens e serviços), devido ao aumento da dívida externa e baixa exportação, e Absorção da receita de exportação pelo serviço do passivo externo (Renda líquida / Exportação de bens e serviços), devido, sobretudo, à baixa exportação.

No entanto, o cálculo do IVE para economias centrais contém problemas centrais. Pode-se separar tais problemas em três tipos: (i) arquitetura das instituições financeiras internacionais; (ii) prerrogativas monetárias únicas; e (iii) erros e resíduos da amostra.

Com relação ao primeiro item, os EUA foram o principal arquiteto das instituições financeiras internacionais pós-guerra e, desta forma, seu principal beneficiário. O próprio Gonçalves (2005) reconhece que o Fundo Monetário Internacional (FMI), órgão que regula parte dos indicadores da esfera monetário-financeira, é, na realidade, "[…] um instrumento de política econômica externa dos Estados Unidos, mais especificamente do Tesouro desse país" (Gonçalves, 2005, p. 146). Gilpin (2002)

argumenta neste mesmo sentido ao descrever as instituições financeiras de Bretton-Woods como instrumentos da hegemonia liberal estadunidense. Neste sentido, muitos dos indicadores do IVE são parâmetros estipulados pelos próprios EUA (Sardo, 2024).

No tocante ao segundo item, Strange (1994) e Eichengreen (2000; 2011) contradizem os indicadores de dívida doméstica e externa, haja vista que os EUA são a única economia do mundo capaz, até o momento, de emitir dívida na própria moeda. Tendo isto em vista, os EUA podem postergar problemas no Balanço de Pagamentos e financiar gastos públicos, sobretudo, com suas Forças Armadas, tendo por lastro a confiança e a demanda internacionais que o dólar americano goza (Cohen, 2015; 2019).

Por fim, com respeito ao terceiro item, é difícil de avaliar se as demais esferas realmente sofreram uma deterioração profunda ou se somente se trataram de uma variação de curto prazo que, porventura, pode ter sido revertida em momento posterior a 2019. Isto é, quando se faz uma amostra, é possível que erros e resíduos acabem desviando resultados de uma população e de um intervalo de tempo maior (Sardo, 2024).

Perspectivas e soluções ao método de Gonçalves

A partir da exposição das falhas do método de Gonçalves, há dois pontos de interesse que surgem: perspectivas de análises mais aprofundadas e soluções complementares ao método. No primeiro quesito, é inequívoco que as autoridades políticas de Washington perceberam a perda relativa deu seu poder frente ao BRICS e reagiram empregando estratégias para reverter

indicadores que estivessem deteriorando nas diferentes esferas, seja comercial, seja produtivo-tecnológica, seja monetário-financeira. Com relação ao segundo quesito, o emprego de outros autores que abordem conceitos mais estruturais e sistêmicos da economia mundial pode aumentar o escopo da abordagem de Gonçalves e chegar a uma visão mais holística da economia internacional e do SI (Strange, 1994; Cohen, 2015; 2019).

A respeito das estratégias empregadas por Washington, é possível classificar três macroestratégias, uma para cada esfera: protecionismo na esfera comercial, proteção de patentes na esfera produtivo-tecnológica e coordenação de políticas em foros multilaterais na esfera monetário-financeira. Embora a primeira e a segunda estratégia se confundam dentro de um arcabouço maior de proteção à indústria, é importante separá-las, uma vez que sua aplicação se dá mediante diferentes políticas. Neste sentido, o objetivo das duas primeiras estratégias parece claro de incentivar que as empresas americanas reagissem de maneira schumpeteriana à proteção garantida pelo Estado e retomassem a competitividade internacional frente a empresas estrangeiras, principalmente asiáticas, que ganhavam cada vez mais espaço no mercado mundial. Todavia, enquanto a primeira estratégia surtiu efeito em diminuir o IVCO americano, a segunda estratégia não impediu o aumento da vulnerabilidade externa americana na esfera produtivo-tecnológica (Sardo, 2024).

Com relação à terceira estratégia, era preciso salvar o poder do dólar como moeda de referência da economia mundial. Para isto, foi preciso combinar políticas domésticas com políticas multilaterais em dois momentos distintos do intervalo de 2008 a 2019. No intervalo de 2008 a 2013, o Fed percebeu a necessidade de facilitar o crédito e expandir a base monetária mediante uma política conhecida como *quantitative easing*, ao

mesmo tempo que a diplomacia americana concedia mais poder às economias emergentes no foro do G20 – grupo das vinte maiores economias do mundo – haja vista que as economias emergentes haviam se tornado as principais credoras do FMI e de outras instituições financeiras internacionais. Quando o pior da crise havia passado, ou seja, a confiança no dólar havia se restabelecido e a crise do euro fora estabilizada, a estratégia na esfera monetário-financeira rapidamente se inverteu na virada de 2012 para 2013: o Fed passou a praticar uma política monetária contracionista, conhecida como *tapering*, para fortalecer o dólar, enquanto que os EUA e seus aliados esvaziaram o G20 e volataram a coordenar políticas macroeconômicas principalmente no G7, grupo que reúne EUA e seus aliados europeus e japonês (Sardo, 2024).

Fica claro que a aplicação destas estratégias pós-2008 serviu para restaurar o poder americano na esteira de seu declínio relativo depois da crise financeira do *subprime* e da perda de credibilidade das instituições domésticas e internacionais dos EUA. Mas, cada estratégia teve seu preço. Consequências diplomáticas maiores acabaram por se repercutir em relação à China. As duas primeiras estratégias foram de declaração de guerra à indústria chinesa, entrementes a última acabou por conceder poder à moeda chinesa, possibilitando que o renminbi entrasse na cesta de moedas do FMI em 2015 (Sardo, 2024). O quadro 2 a seguir resume o escopo e as consequências de cada estratégia:

Quadro 2. Balanço das estratégias estadunidenses

Estratégia	Objetivo	Intenção	Direção	Duração	Resultado econômico	Resultado político
Protecionismo	Comercial	Defensiva	Direcionado e estrutural	Longo prazo	Diminuição do IVCO, mediante redução das importações	Guerra comercial e contenção da China
Proteção de patentes	Produtivo-tecnológica	Ofensiva	Estrutural	Longo prazo	Deterioração do IVPT, mas manutenção da liderança em P&D	Guerra tecnológica e contenção da China
Quantitative easing + G20 / Tapering + G7	Monetário-financeira	Defensiva	Estrutural	Curto prazo	Manutenção do IVMF e da senhoriagem do dólar	Concessão de poder e ascensão da China

Fonte: Sardo (2024, p. 76).

No tocante às soluções cabíveis ao método de Gonçalves (2005), pode-se utilizar as brechas expostas como seu próprio antídoto, ou seja, utilizar dos autores que evidenciam brechas no método de Gonçalves como, na verdade, seu complemento. Por exemplo, é possível compreender o movimento de estratégias protecionistas e schumpeterianas dos EUA mediante o prima de Gilpin (2002), argumentando-se que Washington tenta recuperar seu posto de hegemonia liberal. Para isto, seria preciso reaver sua indústria e, desta forma, voltar a ofertar bens públicos internacionais que garantissem sua liderança moral e não apenas seu domínio militar. Ademais, Strange (1994) pode ser instrumentalizada no mesmo sentido: a autora britânica trabalha com a ideia de poder estrutural sobre o sistema, existindo os poderes

estruturais sobre o crédito, a produção, a segurança e o saber[54]. Ainda mantendo poder estrutural sobre a segurança e o saber, os EUA buscam recuperar seu poder momentaneamente abalado no crédito e, ainda mais, na produção.

Mesmo Eichengreen (2011) concorda que o privilégio exorbitante do dólar está ameaçado pela perda de competitividade das empresas americanas no cenário mundial. Se em 1960, mais da metade do mundo dependia das exportações e investimentos americanos, a situação atualmente se inverteu em favor da China, mesmo que a moeda chinesa renminbi não esteja à altura do dólar. Strange (1994), Eichengreen (2011) e Cohen (2015; 2019) podem ser utilizados para entender como, mesmo perdendo espaço na competitividade industrial, as instituições financeiras americanas sustentam o dólar e impedem que sua vulnerabilidade monetário-financeira se manifeste por completo (Sardo, 2024).

Conclusão

Pelo conteúdo apresentado no trabalho, conclui-se que as hipóteses propostas ao problema inicial do estudo se mostraram corretas, uma vez que o método do cálculo de IVE possui um poder explicativo para economias periféricas e em desenvolvimento, contudo contém forte limitações ao se propor à análise de vulnerabilidade de economias centrais, ainda mais em se tratando dos EUA. O cálculo e o paralelo dos índices dos EUA

[54] Saber (*knowledge*) pode ser entendido como conhecimento prático da fronteira tecológica (*know-how*) e hegemonia teórica de campos das ciências sociais, sobretudo, das ciências econômicas (Strange, 1994).

demostrou que, realmente, a economia estadunidense apresentou um quadro de deterioração em comparação com seus principais concorrentes da economia internacional. Entretanto, pontos centrais do modelo, como a moeda nacional dos EUA e o controle que este país exerce sobre as instituições financeiras internacionais dificulta e, porventura, impossibilita uma análise holística da economia mundial, sendo necessária sua complementação com outros autores da área de Economia Política Internacional, tais como Eichengreen (2000; 2011), Gilpin (2002), Strange (1994), Cohen (2015; 2019), entre outros.

Referências

ARIENTI, Patricia F. F. Os impactos da gestão macroeconômica do Governo Obama na fragilidade do dólar como moeda internacional. In: MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. *A economia política do governo Obama.* João Pessoa: Editora da UFPB, 2017. p. 91-120

Banco Mundial. *Data Worldbank*: indicator 2011-2019. 2023b. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.RINR?end=2019&locations=US&start=2011&view=cha rt. Acesso em 27 nov. 2023.

COELHO, Jaime Cesar; GAIOTTO, Felipe Camargo. As finanças como política de Estado: o primeiro Governo de Obama. In: MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. *A economia política do governo Obama.* João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.COHEN, Benjamin J. Currency power: understanding monetary rivalry. Princeton: Princeton University Press, 2015.

COHEN, Benjamin J. *Currency statecraft*: monetary rivalry and geopolitical ambition. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

COSTA, Karen Fernandez. Inovação e desenvolvimento nos Estados Unidos: os anos Obama. In: MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. *A economia política do governo Obama*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

EICHENGREEN, Barry J. *A globalização do capital*: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Ed. 34, 2000.

EICHENGREEN, Barry. *Exorbitant privilege:* the rise and fall of the dollar. Oxford: University Press, 2011.

FMI - Fundo Monetário Internacional. *Total IMF Credit Outstanding for all members from 1984 - 2023*. 2023. Disponível em: https://www.imf.org/external/np/fin/tad/extcred1.aspx. Útimo acesso em 12 nov. 2023.

GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SARDO, Igor Estima. *O aumento das vulnerabilidades econômicas dos EUA frente ao BRICS e suas estratégias de reversão (2008-2019)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, UFRGS. Porto Alegre, p. 241. 2024.

STRANGE, Susan. *States and Markets*. 2nd ed. London: Continuum, 1994.

UNCTAD. *Merchandise:* Product concentration and diversification indices of exports and imports, annual. 2023. Disponível em: https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.ConcentDiversIndices. Útimo acesso em 12 nov. 2023. 2023a.

UNCTAD. *Annex table 04*: FDI outward stock, by region and economy, 1990-2022. Disponível em: https://unctad.org/search?keys=fdi+stock. Útimo acesso em 12 nov. 2023. 2023b.

UNITED STATES. Congressional Budget Office - CBO**.** The Budget and Economic Outlook: 2020 to 2030. 2020. Disponível em: https://www.cbo.gov/publication/56020. Acesso em: 27 nov. 2023.

UNITED STATES. Department of the Treasury - DOT. *Historical Debt Outstanding*. Disponível em: https://fiscaldata.treasury.gov/datasets/historical-debt-outstanding/historical-debt-outstanding. Útimo acesso em 12 nov. 2023. 2023a.

UNITED STATES. Department of the Treasury - DOT. *U.S. Gross External Debt.* 2023b. Disponível em: https://home.treasury.gov/data/treasury-international-capital-tic-system-home-page/tic-forms-instructions/us-gross-external-debt. Útimo acesso em 12 nov. 2023. 2023b.

WORLD BANK GROUP. *Real interest rates (%):* United States. 2022. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.RINR?end=2013&locations=US&start=2000&view=cha rt. Acesso em 07 set. 2022.

WORLD BANK GROUP. *World Development Indicators.* 2023. Disponível em: https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#. Útimo acesso em 12 nov. 2023.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

AS PRÁTICAS POLÍTICO-JURÍDICAS E ECONÔMICAS DE ACESSO A TERRA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL, COM A ADOÇÃO DO REGIME MILITAR

Ironita A. Policarpo Machado
Universidade Federal do Ceará (UFC)[55]
Bolsa CNPQ

Resumo
A comunicação têm por objetos apresentar reflexões inicias sobre os conflitos judiciais em torno da terra e as relações de poder e econômicos de acesso a terras no Norte do Rio Grande do Sul-Brasil, com a adoção do Regime Militar (1964-1980) e expor as principais alterações e influências do novo sistema jurídico e legal sobre o Poder Judiciário, de modo que seja apresentada a relação dos interesses governistas sobre a jurisdição estatal, a qual modernamente deve possuir como uma de suas principais características a imparcialidade. Considera noções e relações entre à história agrária, a propriedade da terra e a história do direito. Considerando as práticas político-jurídicas, normativas e econômicas por meio da análise de litígios, utilizando de fontes judiciais (ações cíveis) que tramitaram no período tendo por objeto a propriedade da terra; a da legislação agrária, entre outras fontes primárias (relatórios, correspondências, estatísticas, cartografias), em especial, no Norte do Rio Grande do Sul. A metodologia aplicada trata objetivamente da análise do inter-relacionamento dos fatores jurídicos, políticos e socioeconômicos à formulação da natureza e prática jurídica acerca das questões agrárias, no período delimitado (1964 – 1980).

[55] Vinculada ao Núcleo de Estudos Histórico do Mundo Rural (NEHMuR), participante do Programa de Pesquisador Voluntário, na categoria Estágio Pós-Doutoral, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Projeto História Social da Propriedade, coordenado pela Profª Drª Márcia Maria Menendes Motta, com bolsa CNPQ.

O projeto As práticas político-jurídicas e econômicas de acesso as terras no Norte do Rio Grande do Sul-Brasil, com a adoção do Regime Militar (1964-1980) têm por objetos de estudo os conflitos judiciais em torno da terra e as relações de poder, idendo as permanências e/ou mudanças e/ou rupturas com o processo histórico vigente até 1950, ou seja, a (re)ocupação do espaço, privatização e mercantilização da terra; e, entender e expor as principais alterações e influências do novo sistema jurídico e legal sobre o Poder Judiciário, de modo que seja apresentada a relação dos interesses governistas sobre a jurisdição estatal. Considera noções e relações entre a história agrária, a propriedade da terra e a história do direito.

As práticas político-jurídicas, normativas e econômicas são analisadas através de litígios, utilizando fontes judiciais (ações cíveis) que tramitaram no período tendo por objeto a propriedade da terra; a da legislação agrária, entre outras fontes primárias (relatórios, correspondências, estatísticas, cartografias), em especial, no Norte do Rio Grande do Sul. A metodologia aplicada trata, objetivamente, de análise do inter-relacionamento dos fatores jurídicos, políticos e socioeconômicos à formulação da natureza e prática jurídica acerca das questões agrárias, fundiárias e políticas públicas, no período delimitado de 1964 a 1980.

Desde 2005, temos nos ocupado com a temática do direito e do processo histórico constitutivo da propriedade da terra. A pesquisa tem amparo, principalmente, em fontes judiciais (ações cíveis, litígios relacionados a terra e demais questões agrárias), dialogando com outros documentos. Destacamos que ler processos judiciais de época não é tarefa fácil, mas ao mesmo tempo é instigante, pela natureza como fonte e seus apensos,

pela memória registrada e a diversidade de possibilidades interpretativas que materializam.

Nesse percurso, a pesquisa teve dois recortes conjunturais: o primeiro correspondente ao período de 1890-1930, em que o poder do mando, a rede de compromissos coronelísticos, a conciliação de frações de classe, da troca de favores, a formação autoritária das lides político-partidárias e os confrontos de forças partidárias que reinavam, encontramos a primeira problemática, identificar que conflito social promoveu e levou aos tribunais tantos litígios e, consequentemente, o significado do Judiciário na Primeira República sul-rio-grandense. Estudo concluído em 2009 e defendida a tese[56], com publicação em livro em 2012 e a segunda edição revisada e ampliada em 2020[57].

Na segunda conjuntura de análise e, consequentemente, resultando na segunda edição do livro, seguimos com a problemática anterior acrescentando o desafio de interpretar os processos de acesso à terra, sua manutenção e capitalização, as legislações agrária e tributária, as relações produtivas e socioculturais, os conflitos agrários e as disputas por legitimação de direitos nos anos de 1930 a 1945, no Rio Grande do Sul, sob o governo Varguista que implementou uma política econômica desenvolvimentista; as interpretações centraram-se nas repercussões da referida política Varguista no mundo rural sul-rio-grandense. Para tal propósito, tomamos por fontes os seguintes documentos: os processos judiciais – ações cíveis que

[56] Machado, Ironita A. Policarpo. Entre Justiça e Lucro: Rio Grande do Sul - 1890 - 1930. [impresso]: Passo Fundo: Ediup, 2012.
[57] Machado, Ironita A. Policarpo. Entre Justiça e Lucro: Rio Grande do Sul - 1890 - 1945. [recurso eletrônico] Passo Fundo: Acervus, 2020, v.1. p.418. https://www.acervuseditora.com.br/entre-justica-e-lucro

tramitaram no período, Relatório da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do RS de 1945; os Censos do RS 1930 a 1950 (De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS 1930 – 1950), entre outras, objetivando identificar as relações político-jurídicas e econômicas de diversos sujeitos e instituições acerca da capitalização da terra, no complexo quadro do capitalismo em construção.

Assim, a análise do papel da terra, do Estado e do Judiciário no processo de racionalidade capitalista, sob a força das conjunturas históricas, a primeira de 1890 a 1930 e a segunda de 1930 a 1945, conjuga os interesses das lideranças governamentais e de frações de classe sobre as políticas de terras, com a institucionalização do regime republicano sul-rio-grandense e o Estado Novo, suas políticas de modernização do Estado, pela organização administrativa e prática do Judiciário, permitiu-nos verificar como a tentativa de equacionar a legitimação estatal da apropriação e controle da propriedade privada da terra, o capital agregado pelo arrendamento ou produção agropecuária, deu-se por relações sociais de força.

Portanto, viemos trabalhando na ampliação dos estudos e debates no campo historiográfico e jurídico, da pesquisa e dos métodos sob o princípio interdisciplinar sobre esta temática e suas variáveis, com produção de conhecimento referente ao período de 1890 a 1950. Veja-se, por exemplo, a análise da questão agrária no judiciário sul-rio-grandense, no período de 1930 a 1945, durante a conhecida Era Vargas, que se constitui em torno de um projeto socioeconômico nacional e autônomo, e da dita "República Populista Desenvolvimentista", da década de 50, bem como de 1964 – 1980, período marcado pelo projeto desenvolvimentista dos militares.

Neste sentido, pesquisar as repercussões destas políticas de Estado no mundo rural na sociedade sul brasileira nos permitirá analisar as conjunturas da estrutura política, socioeconômica e jurídica da história fundiária e agrária, ampliando o conhecimento historiográfico, no que se refere a identificar, analisar e caracterizar as políticas agrárias, os sujeitos envolvidos, a legislação agrária elaborada e utilizada em prol da constituição da modernização do Estado, considerando as noções e práticas capitalistas.

Assim, o que justifica este estudo é o potencial de pesquisa, portanto, do desenvolvimento de subprojetos; ao caráter interdisciplinar de campo de estudo, entre a área da História, do Direito, da Geografia, da Antropologia; assim, essa temática de pesquisa aponta para diversas situações que ainda estão por ser estudadas de forma densa, tais como: as tessituras de poder como controle institucional e político do Poder Judiciário e Executivo ora do Estado do Rio Grande do Sul ora do Estado Nacional, em nome de um projeto de modernização frente à transição da estrutura política, socioeconômica ao nível nacional e internacional.

Nesta perspectiva, na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas implementa um projeto político e econômico que traz poucas realizações para "fora" do discurso, no que se refere à questão da estrutura fundiária, e de decretos-lei referentes à propriedade da terra. Ele afirmava a necessidade de "reconstrução" de vários setores do país, sobretudo o financeiro e o econômico, em que as providências essenciais a serem tomadas diziam respeito ao reajustamento social e econômico por meio da restauração do crédito público e o fortalecimento das fontes produtoras.

Além disso, o governo Vargas manteve, em parte, a proibição de importar mercadorias estrangeiras que tivessem similar na indústria nacional; criou nos estados várias coletorias para arrecadação de rendas federais; regulamentou a Lei de Reajustamento Econômico; autorizou a Carteira de Redesconto para redescontar letras de câmbio ou notas promissórias em que o aceitante ou emitente exercesse atividade na agricultura ou indústria; regulou a organização dos bancos de crédito industrial; realizou acordos comerciais com diversos países, entre eles, países pertencentes à Bacia do Prata (MACHADO, 2020).

Nessa perspectiva de análise dos documentos estaduais (relatórios, correspondências, dados estatísticos, periódicos) e do Judiciário, confirma-se a hipótese de que a terra foi central no processo de capitalização no Rio Grande do Sul. Ainda, identificamos que a compreensão da questão da terra e das forças atuantes na constituição do Estado vai além da perspectiva da legislação agrária dos projetos públicos e privados de colonização, da organização administrativa.

Assim, amplia-se no âmbito da lei, nos princípios das doutrinas sobre a questão da propriedade, no pensamento e nas práticas jurídicas e no costume como lugares de conflitos, que, diante dos imperativos capitalistas emergentes, afloravam evidenciando a luta intraclasse e de frações de classe, em virtude da concepção que cada uma tinha em relação à sua posição e determinação sobre a posse de terra e o seu valor, constituídas historicamente.

Corroborando a tese de que a propriedade da terra se tornou mercadoria como fator de capitalização para a sociedade civil, a fração de classe hegemônica por meio de relações sociais de força política nos embates em torno da posse versus propriedade e do público versus privado, nos litígios judiciais o governo

do Estado constituiu o Judiciário em estratégia liberal-conservadora, formatada e materializada num sistema próprio à racionalidade moderna, pois "o Estado era muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia; o estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura."(CARNOY, 1988, p.91). Aí residia o elemento de força do partido-Estado, pela decodificação do direito à terra em códigos, normas, decretos e leis, e políticas socioeconômicas desenvolvimentistas, de acordo com a consciência de uma fração de classe que comungava das mesmas ideias e projetos, da qual o governo fazia parte, transpostas ao Judiciário pela interpretação e atuação dos operadores de direito, e agentes burocrático-administrativos, seguindo os interesses da fração de classe que representavam.

No caso do estado do Rio Grande do Sul, as reformas contribuíram para o desenvolvimento econômico do Estado, mas as teses financeiras e econômicas colocadas em prática propuseram o controle total da economia pelo Estado. Portanto, restanos investigar as permanências ou rupturas das conjunturas econômicas, políticas e sociais deste processo no período de 1964 a 1980.

A análise do papel da terra, do Estado e do Judiciário no processo de racionalidade capitalista, sob a força das conjunturas históricas, a primeira de 1890 a 1930 e a segunda de 1930 a 1950 considera que, na década de 1950 o projeto desenvolvimentista varguista mantém-se e não altera as bases fundiárias, conjugando os interesses das lideranças governamentais e de frações de classe sobre as políticas de terras.

Isso, com a institucionalização do regime republicano sul-rio-grandense e o Estado Novo, suas políticas de modernização do Estado, pela organização administrativa e prática do Judiciário, permitiram-nos verificar como a tentativa de

equacionar a legitimação estatal da apropriação e controle da propriedade privada da terra, o capital agregado pelo arrendamento ou produção agropecuária, deu-se por relações sociais de força (MACHADO, 2020).

Agora, através do projeto As práticas político-jurídicas e econômicas de acesso a terras no Norte do Rio Grande do Sul - Brasil, com a adoção do Regime Militar (1964-1980), o desafio é identificar rupturas, continuidades e ou permanências com o processo histórico vigente até 1950, ou seja, a (re)ocupação do espaço, privatização e mercantilização da terra; e, entender as principais alterações e influências do novo sistema jurídico e legal sobre o Poder Judiciário, compreendendo a relação dos interesses governistas sobre a jurisdição estatal.

Considerando as práticas político-jurídicas, normativas e econômicas por meio da análise de litígios judiciais, utilizando fontes judiciais (ações cíveis ainda a serem analisadas com profundidade) que tramitaram nas décadas de 1960 a 1980, tendo por objeto a propriedade da terra; a da legislação agrária, entre outras fontes primárias (relatórios, correspondências, estatísticas, cartografias da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio), em especial, no Norte do Rio Grande do Sul, até o momento, obtivemos os seguintes resultados:

Localização interna no Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul (AHR/UPF/RS)

Dados – síntese dos processos de ação cível - décadas de 1940 - 1970

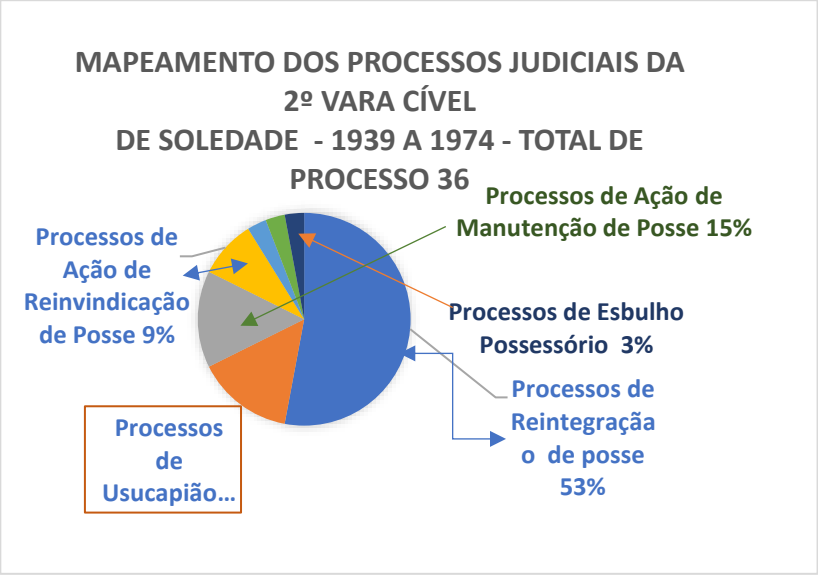
- **Total - 153** Processos Ação cível – litígios agrários

ISSN 2318-6208

- **12** - Processos de Restituição de posse – acontecendo com mais frequência na década de 1940
- **41** - Processos de Reintegração de Posse – acontecendo com mais frequência nas décadas de 1950 e 60
- **21** - Processos de Usucapião – acontecendo com mais frequência nas décadas de 1950 e 60
- **09** - Processos de Ação de Manutenção de Posse – acontecendo com mais frequência na década de 1960
- **13** - Processos de Ação Ordinária de Indenização e Negatória de Servidão - acontecendo com mais frequência na década de 1950
- **03** - Processos de Esbulho Possessório – Acontecendo com mais frequência na década de 1950
- **54** - Tipologias de processos relacionados a questões agrárias - Disputa de terras, Execução de Dívida Ativa – Carta Precatória e de Penhora, Apelação – Agravo de Instrumento: Penhora indevida, Destituição de Posse - Terras Herdadas em Partilha, Requisição de Posse, Depósito por Desistência de Negócio Envolvendo Terras, Invasão de Propriedade, Apropriação Indébita,, Dano e Invasão de Propriedade, Usucapião, Imissão de Posse, Demarcação, Liquidação Trabalhista), Reintegração de posse Esbulho possessório, Extinção de Usufruto -1960-1980.

Das 54 Ações Cíveis, apenas 36 processos fazem parte da amostragem a ser analisada porque estão datados entre 1964

a 1980, portanto entre a data do golpe civil militar[58] e a data que encerra o acervo judicial em questão (delimitado no projeto de pesquisa). Foram mantidos 10 processos judiciais que tiveram a petição inicial anterior a 1964 e tramitaram nas décadas de 1960 e 1970 (alguns arquivados sem a sentença).



Fonte: Processos de Ação Cível-AHR-UPF. Elaboração da pesquisadora

[58] MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil, Terra e Poder: o problema da terra na crise política. Editora Vozes. Petrópolis: RJ, 1984

	Quantidade
Processos de Reintegraçãao de posse	18
Processos de Usucapião	5
Processos de Ação de Manutenção de Posse	5
Processos de Ação de Reinvindicaçãode Posse	3
Processos de Esbulho Possessório	1
Demarcação	1
Execuçã Penhora de Bens	1

Fonte: Processos de Ação Cível-AHR (1939-1974). Elaboração da pesquisadora

Preliminarmente, identificamos como permanência das décadas anteriores, o litígio acerca da terra, a legitimação de posse; nas décadas de 1960 e 1970, do total de trinta e seis (36)

ações cíveis, configurando 53% da amostragem, destacam-se dezoito (18) processos de reintegração de posse, 15% dos processos de manutenção de posse (5) e 15% de processos de usucapião (5), em número reduzido, os demais processos, mesmo indiretamente, são frutos de litígios envolvendo a posse da terra. A essência dos litígios podemos observar, no excerto abaixo:

> Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito
> D. e A, à conclusão em 16.6.56
> Romeu Notari
> FORTUNATO BORGES FERNANDES, brasileiro, casado, agricultor, residente no distrito de Fontoura Xavier, neste Município, por seu assistente judiciário infra escrito, ut alvará incluso, vem, respeitosamente, dizer a V. Excia, que quer propor, como propõe, esta ação de REINTEGRAÇÃO DE POSSE, contra DIAMANTINO TOMBINI e sua MULHER, e FELICIANO SILVA e sua MULHER, brasileiros, o primeiro industrial e o segundo trabalhador rural, aquele residente na cidade de Carazinho e este na localidade denominada Arvorezinha, no Município de Encantado, neste Estado, pelos seguintes motivos, os quais - S. N. P. 1) Que por escritura pública (doc. nº 2), na data de vinte (20) de junho do ano transato, o casal de Candido Fragata dos Santos cedeu e transferiu ao ora A. uma área de terras de cultura, com a extensão aproximada de duzentos e quarenta e dois mil metros quadrados (242.000 m2), digo, os direitos hereditários que lhe cabiam, estando a mesma situada no distrito de Fontoura Xavier, neste

> município; [...] REQUER haja - por bem V. Excia., após audiência das testemunhas - abaixo arroladas, a fim de se comprovar os requisitos estatuídos no art. 371, caput e incisos, do Código de Processo Civil, determinar a expedição de mandado de reintegração initio litis, sem audiência dos R.R., segundo preceito do art. 506 do Código Civil.[59]

A inicial do processo judicial data de 1956 e encerrada em 1970. Destaca-se o fato de permanecer a prática de cedência (espontânea ou arrendamento) de terras pra cultura entre familiares e ou agregados, características de redes familiares; autores e réus, em muitos casos, morarem em um município ou distritos (localidades) diferente da localização dos domínios da terra requerida a posse; o Código Civil 1916 instituído pela Lei n°. 3 071 e o Código de Processo Civil de 1939 com o decreto-lei 1.608 orientam e amparam juridicamente o direito à posse e à propriedade, sendo alterado o primeiro em 2022 e o segundo em 1973, o diferencial neste aspecto é o Estatuto da Terra instituído pela Lei nº4.504, de 30 de Novembro de 1964, que no caso dos litígios em estudo não fora mencionado em nenhum processo, provavelmente, pelo fato da inicial dos mesmos ser anterior a referida lei.

---

[59] ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Poder Judiciário, ESCRIVANIA DO CIVEL E CRIME Tipo: REINTEGRAÇÃO DE POSSE, Ano 1967, Autos nº 47 Autor: FORTUNATO BORGES FERNANDES, Réu: DIAMANTINO TOMBINI e outros; N° 2368; 1956; Fls. 1; 2ª Vara, Cartório do Cível, SOLEDADE - Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, Reintegração de Posse. In. Acervo Judiciário Arquivo Histórico da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

A exemplo da maioria das ações cíveis, o processo judicial referido no excerto, é arquivado. Veja-se:

> INFORMAÇÃO
> MM. Juiz
> Face ao contido no radiograma nº 306, datado de 9 do corrente, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, informo a V. Exa. que o presente feito pertence ao município de Fontoura Xavier, sendo, desta maneira, privativo da 1ª Vara, desta comarca. Soledade, 12 de maio de 1966.
> O escrivão: Wilson Bohrer
> Em 18/7/70
> [Ilegível]
> Informação
> Com o devido respeito, reniforme ao MM. Juiz que o Dr. Assistente Judiciário do Autor já falecido.
> CONCLUSÃO
> Faço estes autos conclusos ao Dr. Juiz. da 2ª Vara.
> Soledade, 20 de julho de 1970
> O Escrivão [ilegível]
> Face ao [ilegível] do A., arquiva-se[60].

[60] ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Poder Judiciário, ESCRIVANIA DO CIVEL E CRIME Tipo: REINTEGRAÇÃO DE POSSE, Ano 1967, Autos nº 47 Autor: FORTUNATO BORGES FERNANDES, Réu: DIAMANTINO TOMBINI e outros; N° 2368; 1956; Fls. 1; 2ª Vara, Cartório do Cível, SOLEDADE - Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, Reintegração de Posse. In. Acervo Judiciário Arquivo Histórico da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

O que se observa é a redistribuição da ação cível a outra comarca em função, provavelmente, da criação ou redimensionamento das comarcas no período, consequentemente, implicando em outros operadores do direito, no falecimento de alguma das partes ou desistência da ação, demonstrando o descaso de todo o trâmite e sentença anteriores.

É notável a diminuição de processos judiciais (ações cíveis: litígios acerca da posse da terra) tramitando no período de 1960 e 1970, mas os litígios se mantiveram em sua tipologia, principalmente: reintegração da posse. Essa situação jurídica pode resultar em ação de força nova, sendo a ação em que o possuidor de coisa pede garantias legais e protetoras contra turbação ou violência à sua posse. Assim se denomina porque deve ser proposta dentro de ano e dia contados da data da turbação. Se há turbação, sem perda da posse, recebe o nome de ação de manutenção de posse; se há perda de posse, chama-se ação de reintegração, e se há apenas receios de turbação ou violência eminente, toma o nome de interdito proibitório. In: SILVA, 2004, p. 28-30; VERGARA, 1936, p. 245-255; a posse por usucapião foi disciplinada em 13 de abril de 1938, Decreto nº 7.230 – regula a execução via administrativa do art. 148 da Constituição da República: usucapião decenal.

O referido Decreto de 1939, aprovou o Regulamento de terras públicas e seu povoamento, fruto do Decreto nº 7230 de 13 de abril de 1938 (este havia regulamentado o de 1931 que, por sua vez, havia regulamentado o de 1928), regulamentou a executou, por via administrativa, o art. 148 da Constituição Federal de 1937, que estabelecia:

> Todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de

> domínio alheio, um trecho de terra até dez hectares, tornando-o produtivo com o seu trabalho e tendo nele a sua morada, adquirirá o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. (Constituição Federal, 1937).[61]

Referindo-se ao posseiro de terra, as expressões "produtivo com o seu trabalho e tendo nele a sua morada, adquirirá o domínio", demonstram a essência do processo de racionalização da propriedade da terra e o valor agregado à produção, já legitimado, sofria poucas alterações, segundo os interesses político-econômicos de cada governo. Da mesma forma, a justificativa dada ao Decreto de nº 7230 de 1938, legitimado e sobreposto pelo de 1939, quando diz que "com esse fundamento legal, têm sido propostas ações contra o Estado para aquisição de domínio de terras de seu patrimônio" (processos judiciais requerendo usucapião) e, continua, "prover para que seja mais eficazmente atingida a finalidade social e econômica do preceito constitucional, que é de proteger o trabalhador e estimular a formação da pequena propriedade e sua efetiva cultura[62]" . Em síntese, a discriminação de terras, legitimação de posses, povoamento, conservação e exploração de matas eram estratégias de desenvolvimento econômico dirigidas pelo Estado sul-rio-grandense e pela União sob uma legislação anterior ao Estatuto da Terra de 1964.

Esses indicativos não atendem totalmente ao objetivo proposto nem caracterizam suficientemente os processos

[61] https://www.jusbrasil.com.br. Acesso em 14 de setembro de 2024.

[62] Rio Grande do Sul. Coletânea das Legislações das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Governo do Estado, Secretaria da Agricultura, Diretoria de Terras e Colonização, Porto Alegre, 1961, p. 84.

judicias de ação cível acerca da posse da terra e sua renda satisfatoriamente, ainda, faz-se necessário ampliar e aprofundar o estudo. Assim, encerramos a comunicação dos resultados parciais da investigação, apontando alguns indícios e hipóteses que podem dar direção à continuidade da investigação. Sendo eles:

1) Os conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul entre os anos de 1960 e 1980 foram complexos e envolveram colonos, índios, latifundiários, a esfera pública estadual e federal, e entidades mediadoras; os movimentos sociais rurais no Brasil tiveram grande destaque na década de 1950, com as Ligas Camponesas, mas caíram na clandestinidade nos anos 1960 e 1970. Nos anos 1980, voltaram a se manifestar, com a atuação da igreja católica e de partidos de esquerda, como o PT; os principais movimentos sociais do campo no Brasil são: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), CPT (Comissão Pastoral da Terra)[63];

O que nos leva à questão do Estatuto da Terra. O governo militar toma estes movimentos sociais como mote para propagar falsamente a incapacidade dos governos anteriores de realizar a

[63] Ver. Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980). [2. ed.; E-book] / Organizadores: Alessandra Gasparotto e Fabricio Teló. – São Leopoldo: Oikos, 2021.

"reforma agrária" e desenvolver social e economicamente o país, propondo o Estatuto da Terra (1964), o que Martins (1984) chama de militarização da questão agrária brasileira.

Esclarecendo, com base na regulamentação contida no Estatuto da Terra, o governo militar promove, efetivamente, por um lado, um amplo processo de alienação de terras devolutas em todo o território nacional; por outro lado, implementa um amplo e eficiente conjunto de instrumentos de políticas agrícolas e de crédito rural que, inegavelmente, deram grande impulso à produção e à produtividade do setor agrícola brasileiro. A contrapartida da implementação desse modelo foi a reprodução, nas "áreas novas " incorporadas à agricultura, da mesma concentração fundiária nas áreas de ocupação antiga. Esta foi a "reforma agrária" e, sobretudo, agrícola, de fato, feita pelo regime militar. É nesse sentido específico que não procede a afirmação de que o Estatuto da Terra não foi executado.

Ele, efetivamente, conforme Jones (1987), o foi, como os dados da incorporação de novas áreas ao patrimônio privado, entre 1960 a 1980, na ordem de 114.965.285 hectares, ou seja, um acréscimo de 47,9% de área nova, no período, em relação a 1960, não deixam dúvida. Para se ter uma ideia, esta cifra correspondia a 31,10% do total da área de todos os estabelecimentos agrícolas recenseados em 1980. O Plano de desenvolvimento excludente e concentracionista do governo militar, iniciado por Castelo Branco, estava posto, como podemos interpretar na Mensagem 33, no seguinte excerto:

A extrema variação de situações regionais no Brasil impõe, entretanto que não se criem restrições à manutenção e formação de grandes empresas rurais em áreas, onde a pressão demográfica é moderada e onde a natureza do solo ou o tipo de cultivo tornem tecnicamente aconselhável a exploração em grandes unidades desde que garantidos os princípios de justiça social e o uso adequado da terra com

alto índice de produtividade. O projeto anexo não interfere nem se contrapõe às empresas rurais existentes ou a serem criadas; antes as reconhece como legítimas formas de exploração da terra, dando-lhes o merecido relevo, dentro da definição do inciso V do art. 4°, e propiciando-lhe ainda as numerosas medidas preconizadas no título relativo à Política de Desenvolvimento Rural.[64]

O que nos parece nítida é a proposição e o sentido trazidos na Mensagem 33 sobre o Projeto do Governo à solução do problema agrário. Não omite, sequer, a possibilidade, efetivamente aberta, de promoção de uma política de formação de grandes propriedades, supostamente empresariais, nas regiões "onde a pressão demográfica é moderada e onde a natureza do solo ou o tipo de cultivo tornem tecnicamente aconselhável".

Em outras palavras, estava efetivamente assegurada a alternativa para a implementação de grandes concessões ou "vendas" de terras na Amazônia, no Centro Oeste, etc., por suposto, mediante a implantação de grandes empresas agropecuárias. O problema não está, efetivamente, na proposição da diretriz, de se implementar ou incentivar a estruturação de empresas agropecuárias eficientes, independentemente de seus respectivos tamanhos físicos, mas na suposição apriorística de que tais empresas deveriam ser estruturadas sobre grandes áreas, especialmente nas regiões de "baixa densidade populacional". A exemplo, a questão é elucidada com muita competência na dissertação “Forças propulsoras e expropriativas no processo de colonização do leste de Rondônia (1970-1980) de Karine Kimberly da Silva.

No caso do Rio Grande do Sul, o processo de colonização, ocupação e territorialização, iniciado ainda no século XVIII, estava no último quartel do século XX completamente

[64] Mensagem 33, de 1964 (CN) - Mensagem nº 559 (in BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964.).

ocupado, portanto, densamente povoado; o investimento em tecnologia, financiamento para a agricultura, estações experimentais, infraestrutura (comunicação, transporte terrestre e fluvial) beneficiavam a agricultura e o escoamento da produção desde a década de 1930.

Neste sentido, testemunho é que, no ano de 1974, o Governo do Rio Grande do Sul, administração do engenheiro Euclides Triches, no documento intitulado Mensagem à Assembleia Legislativa, faz um balanço de quatro anos de governo, nele é registrado que os setores prioritários estabelecidos no "Projeto Grande Rio Grande", entre eles a agropecuária, considerada o principal suporte econômico do Estado. Registra que diversas foram as realizações no setor primário da economia: foram criados órgãos de apoio e supervisão às atividades agropecuárias, com o fim de promover um desenvolvimento mais ordenado no setor, como a Central de Comando Mecanizado de Apoio à Agricultura (CEMAPA), o Instituto de Pesquisa Zootécnica, entre outros.

Essa questão, cotejada com a documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul, Inspetoria de Terras de Passo Fundo, através da Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura[65], nos leva a seguinte hipótese:

> 2) O processo de constituição da propriedade privada no norte sul-rio-grandense, da pequena à grande propriedade de terra, foram vias de capitalização do Estado e de iniciativas privadas e, no caso das décadas de 1960 a

[65] Corpus documental composto por Correspondências expedidas, Informações, Cartografias, Plantas, Cadernos contábeis, processos administrativos compõem o acervo da Secretaria de Terras do RS, sob a guarda do Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (AHR/UPF).

> 1970, do governo federal presente através da Central Mecanizada de Apoio à Agricultura, Unidade de Terras Públicas e Núcleos Agrícolas, o que pode ter contribuído ao processo de ocupação e colonização do norte brasileiro, especialmente, o território Amazônico.

A documentação nominada Informações (1927-1978) compõe acervo de centenas de documentações informando sobre os colonos que requeriam a escritura dos lotes coloniais, o valor a pagar e, quando necessário, o juro, a localização, medição e delimitação da área, descrição dos integrantes da família, a produção e o destino. Em relação ao período de 1965 a 1978, existem 12 pastas de documentos e cada uma delas desdobra-se em aproximadamente 184 informações (aproximadamente 2.208 lotes rurais), que ainda precisam ser cartografadas e analisadas[66].

> 3) Encerrando, indicamos algumas temáticas e fontes viáveis a novas pesquisas, sendo possível cotejar os temas nelas registrados com a questão agrária/fundiária do Rio Grande do Sul nos governos militares (1960-1930), assim, ampliando as abordagens que as ações cíveis por si só não deram conta:
>
> > 3.1. Mensagem À Assembleia Legislativa Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Exercício 1974 – Administração ENGº

[66] Ainda compõem o acervo documentos de correspondências expedidas e recebidas, relatório, relação de propriedade vistoriadas, arrecadações, despesas com funcionários, boletins mensais, plantas, entre outros, correspondente a diversos municípios do norte sul-rio-grandense (Passo Fundo, Guaporé, Carazinho, Soledade, Sarandi, Encantado, etc.). AHR/UPF.

Euclides Triches, "A Sua Excelência o Senhor Deputado João Carlos Gastal, Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Palácio Farroupilha, Nesta Capital." A análise deste documento na integra viabilizará o olhar ampliado sobre o *Projeto Grande Rio Grande* problematizando o desenvolvimento socioeconômico do Estado articulado as políticas federais. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão https://planejamento.rs.gov.br

3.2. EMPRAPA: A Estação Experimental de Passo Fundo criada em 1937 na Era Vargas, e a Embrapa Trigo criada em 1974 durante o regime militar, foram duas instituições públicas criadas pelo Estado brasileiro com o objetivo de desenvolver, especialmente, pesquisas genéticas de trigo para possibilitar o aumento da produção de alimentos no Brasil. A atuação das referidas instituições tem grande importância na constituição da história da agricultura do Centro-Norte do estado do Rio Grande do Sul, região em que foram instaladas. A Embrapa Trigo efetivou-se como Centro Nacional de Pesquisa de Trigo – CNPT no ano de 1974. Estudo da temática desenvolvimento agrícola e a questão fundiária em articulação com o contexto político-econômico regional e brasileiro dentro do recorte temporal 1937-1974.

3.3. Estudo dos regimes jurídicos da propriedade da terra, capitalização e agricultura no RS articulado ao Brasil: com a ditadura militar, a Emenda Constitucional nº

10, de 9 de novembro de 1964, inclui competência à União (art. 5º) legislar sobre o direito agrário, e no art. 15, decretar impostos sobre a propriedade territorial rural. A emenda ainda inclui ao art. 147 seis parágrafos sobre a forma de indenização cabível caso ocorra a desapropriação, podendo ser realizada com títulos da dívida pública. Os planos e zonas prioritárias para desapropriações com fins de reforma agrária serão decretados pelo Poder Executivo. As leis e a emenda mencionadas estabelecem as diretrizes para um possível plano de reforma agrária que atenderia as reivindicações dos crescentes movimentos socioagrários e poderia promover o desenvolvimento agrícola. Nessa perspectiva, em 30 de novembro de 1964 foi sancionada a lei nº 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, projeto encaminhado em 26 de outubro de 1964, sendo aprovado um mês depois. Tal perspectiva remete-nos ao estudo à cultura jurídica conservadora e excludente, porém adepta de uma retórica liberal-burguesa (WOLKMER, 2003 p. 99-102) dos juristas alinhados com a Ditadura Militar, verificadas a partir de suas biografias profissionais e políticas, objetivando analisar as modificações existentes no cenário político-jurídico no período compreendido entre os anos de 1964 a 1980, que resultou em profundas modificações e alterou, significativamente, o cotidiano não só civil, constitucional e a estrutura do judiciário.

Em relação à organização do judiciário no RS ver: Lei nº 5256, de 02 de agosto de 1966, Dispõe sobre a reforma do Código de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul. (publicada no DOE nº 32, de 20 de agosto de 1966).

Em síntese, pontuamos algumas observações preliminares:

- A maioria dos processos cíveis foram arquivados ora por desistência de uma das partes ora falecimento ou sem justificativa;
- A redistribuição da ação cível a outra comarca em função, provavelmente, da criação ou redimensionamento das comarcas no período, consequentemente, implicando em outros operadores do direito, demonstrando o descaso de todo o tramite e sentença anteriores;
- A diminuição de processos judiciais (ações cíveis: litígios acerca da posse da terra) tramitando no período de 1960 e 1970;
- Os litígios se mantiveram em sua tipologia, principalmente: reintegração de posse;
- Reintegração de Posse: situação jurídica que pode resultar em ação de força nova, sendo a ação em que o possuidor de coisa pede garantias legais e protetoras contra turbação ou violência à sua posse. Assim se denomina porque deve ser proposta dentro de ano e dia contados da data da turbação. Se há turbação, sem perda da posse, recebe o nome de ação de manutenção de posse; se há perda de posse, chama-se ação de reintegração, e se há apenas receios de turbação ou violência eminente, toma o nome de interdito proibitório. In: SILVA, 2004, p. 28-30; VERGARA, 1936, p. 245-255;
- A posse por usucapião foi disciplinada em 13 de abril de 1938, Decreto nº 7.230 – regula a execução via administrativa do art. 148 da Constituição da República: usucapião decenal
- Sobreposição Legal: o Decreto de 1939, aprovou o Regulamento de terras públicas e seu povoamento, fruto do Decreto

nº 7230 de 13 de abril de 1938 (este havia regulamentado o de 1931 que, por sua vez, havia regulamentado o de 1928), regulou a executou, por via administrativa, o art. 148 da Constituição Federal de 1937, que estabelecia;

- Todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra até dez hectares, tornando-o produtivo com o seu trabalho e tendo nele a sua morada, adquirirá o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. (Constituição Federal, 1937);
- A discriminação de terras, legitimação de posses, povoamento, conservação e exploração de matas eram estratégias de desenvolvimento econômico dirigidas pelo Estado sul-rio-grandense e pela União sob uma legislação anterior ao Estatuto da Terra de 1964;

Concluímos, indicando algumas temáticas e fontes viáveis a novas pesquisas, sendo possível cotejar os temas nelas registradas com a questão agrária/fundiária do Rio Grande do Sul nos governos militares (1960-1930), assim, ampliando as abordagens que as ações cíveis por si só não deram conta:

- Mensagem Á Assembleia Legislativa Governo do Estado do Rio Grande do Sul Exercício 1974 – Administração ENGº Euclides Triches, "A Sua Excelência o Senhor Deputado João Carlos Gastal, Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado – Palácio Farroupilha, Nesta Capital." A análise deste documento na integra viabilizará o olhar ampliado sobre o *Projeto Grande Rio Grande* problematizando o desenvolvimento socioeconômico do Estado articulado as políticas federais. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão https://planejamento.rs.gov.br

- EMPRAPA: A Estação Experimental de Passo Fundo criada em 1937 na Era Vargas, e a Embrapa Trigo criada em 1974 durante o regime militar, foram duas instituições públicas criadas pelo Estado brasileiro com o objetivo de desenvolver, especialmente, pesquisas genéticas de trigo para possibilitar o aumento da produção de alimentos no Brasil. A atuação das referidas instituições tem grande importância na constituição da história da agricultura do Centro-Norte do estado do Rio Grande do Sul, região em que foram instaladas.
- Estudo dos regimes jurídicos da propriedade da terra, capitalização e agricultura no RS articulado ao Brasil: com a ditadura militar, a Emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964, inclui competência à União (art. 5º) legislar sobre o direito agrário, e no art. 15, decretar impostos sobre a propriedade territorial rural. A emenda ainda inclui ao art. 147 seis parágrafos sobre a forma de indenização cabível caso ocorra a desapropriação, podendo ser realizada com títulos da dívida pública;
- A organização do judiciário no RS ver: Lei nº 5256, de 02 de agosto de 1966, dispõe sobre a reforma do Código de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul. (publicada no DOE nº 32, de 20 de agosto de 1966).

Referências bibliográficas

AGUIAR, Roberto de. *Direito, poder e opressão.* São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

AXT, Gunter. *Algumas reflexões sobre os critérios para a*

identificação e guarda dos processos judiciais históricos. Porto Alegre, 2003.

CAMARGO, Ana Maria. *Política arquivística e historiográfica do judiciário.* In: AXT, Gunter. Algumas reflexões sobre os critérios para a identificação e guarda dos processos judiciais históricos, p.10, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988. p. 91.

CESAR, Guilherme. (Org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

FÉLIX, Loiva Otero. RS: 200 anos construindo a justiça entre poder, política e sociedade. In: FELIX Otero; RECKZEIGEL, Ana Luiza Setti (org.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.

GRAMSCI, Antônio. (1984). *Maquiavel, a política e o Estado Moderno.* 5. ed. Tradução Luiz Mário Gazzenio. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GUERREIRO, Carolina Webber. *Vulcão da Serra*: violência política em Soledade (RS). Passo Fundo: UPF, 2005.

JONES, Alberto da Silva. *O Diagnóstico Militar da Questçao Agrária*: o Estatuto da Terras. resr, vol.35, n4, p.9-40, 1997.

MACHADO, Ironita A. Policarpo; DICKEL, S. L. Função Social da Propriedade, Fazenda Annoni e uma História de Prática Jurídica e Social. *Revista de Direito Agrário*. , v.1, p.131 - 152, 2018.

_____, Ironita A. Policarpo; REICHERT, E. H. Una

historia, varias cuestiones. Ficción y realidad en la apropiación capitalista del espacio y del hombre. Ulúa. *Revista de Historia, Sociedad y Cultura* , v.1, p.121 - 141, 2018.

_____, A. Policarpo Machado [et. al**.].** *Indígenas, quilombolas e agricultores*: história e conflitos agrários no sul do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2018.

_____, Ironita A. Policarpo; TEDESCO, João Carlos. *História do mundo rural*: construção do conhecimento em perspectiva In: História do Mundo Rural: o sul do Brasil.1 ed.Erechim: All Print, 2020, v.2, p. 13-42.

_____, Ironita A. Policarpo; BACCIN, D. J. Arquétipo da propriedade privada: um olhar sobre o norte do Rio Grande do Sul In: *História do Mundo Rural: regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária*.1 ed.Passo Fundo: UPF Editora, 2019, v.1, p. 41-83.

_____, Ironita A. Policarpo. Colonização e capitalização: relações jurídicas e político-econômicas no norte do Rio Grande do Sul In: *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*.1 ed.Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019, v.5, p. 171-200.

_____, Ironita A. Policarpo. Configurações e significados histórico-jurídico da propriedade da terra no Brasil do século XIX e XX In: *Estado, Configuração da Terras e Conflitos Agrários: norte do RS e oeste de SC*.2 ed.São Leopoldo: Oikos, 2019, v.1, p. 51-85.

MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil, Terra e Poder:* o problema da terra na crise política. Editora Vozes. Petrópolis: RJ, 1984.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder*. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, 199

MUNIZ, Iranice Gonçalves; SILVA, Edjane Esmerina Dias da (coord.). *Memória, verdade e justiça de transição.* Florianópolis: Conpedi; UFPB, 2014.

SILVA, Karine Kimberly. *Forças propulsoras e expropriativas no processo de colonização do leste de Rondônia (1970-1980).* Dissertação defendida no PPPGH, Universidade de Passo Fundo (Minter- FC – RO), 2024.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A Política Fiscal Modernizadora do Partido Republicano Rio-Grandense. *In.*: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. República Velha (1889-1930). GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *História Geral do Rio Grande do Sul*. v.3. t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 247-267.

THOMPSON, Eduard P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

WOLKMER, Antônio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

ANÁLISE HISTÓRICA DO GRAFITE EM PASSO FUNDO

Itacir Biff
Mestrando em História PPGH – UPF
Bolsista FUPF
158199@upf.br

Resumo
Este artigo explora o grafite como uma forma de expressão artística democrática e impactante no espaço urbano, destacando sua capacidade de transcender os limites convencionais da arte e promover reflexões sociais. A pesquisa analisa a trajetória do grafite desde suas origens em Nova York, na década de 1960, até sua popularização em diversas cidades, incluindo Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. O estudo busca compreender o desenvolvimento do grafite em Passo Fundo, analisando suas influências artísticas, temáticas e impacto cultural, com foco no período de 1990 a 2020. A pesquisa se insere no campo da História do Tempo Presente, visando analisar fenômenos contemporâneos de relevância histórica. O artigo destaca a importância do grafite como ferramenta de crítica social, capaz de transformar o espaço urbano em um palco de expressão artística e promover a inclusão social. A pesquisa também aborda a relação do grafite com a cultura popular, analisando como essa forma de expressão se insere no cotidiano da cidade e dialoga com outras manifestações culturais. A investigação evidencia a diversidade de estilos e abordagens presentes no grafite de Passo Fundo, desde o grafite tradicional até o grafite-arte, e sua capacidade de refletir as transformações da cidade. O estudo busca contribuir para a construção de um conhecimento mais aprofundado sobre a arte urbana e sua relação com a cultura popular, incentivando novas pesquisas e reflexões sobre o tema.
Palavras-chave: Grafite, Arte Urbana Passo Fundo

Considerações iniciais

O grafite, enquanto expressão artística, tem se consolidado como uma das formas mais impactantes e democráticas de comunicação visual no espaço urbano. Sua capacidade de transcender os limites convencionais da arte, levando-a para as ruas e tornando-a acessível a todos, desafia as estruturas do sistema capitalista, que frequentemente restringe o acesso à arte a uma elite cultural e econômica. Diferente das obras expostas em museus e galerias, o grafite se manifesta em muros, prédios e construções abandonadas, transformando espaços públicos em verdadeiras galerias a céu aberto. Essa característica faz do grafite uma manifestação artística única, que não apenas embeleza a cidade, mas também promove reflexões sobre questões sociais, políticas e culturais.

A origem do grafite contemporâneo remonta à década de 1960, em Nova York, onde surgiu associado à cultura hip-hop e ao movimento negro. Inicialmente, os writers utilizavam as paredes da cidade para deixar suas marcas, conhecidas como tags, que evoluíram para formas mais complexas e estilizadas, incorporando elementos estéticos e técnicos. Esse avanço permitiu que o grafite se tornasse uma expressão artística reconhecida, capaz de transmitir mensagens políticas e sociais que muitas vezes não eram abordadas pela mídia tradicional. No Brasil, o grafite ganhou força na década de 1980, influenciado pelos artistas norte-americanos, mas rapidamente desenvolveu características próprias, refletindo a cultura e a história do país.

A essência do grafite está na sua capacidade de transformar o espaço urbano em um palco de expressão artística e crítica social. Conforme destacado por Katiucya Perigo (2016), o grafite utiliza o humor e a sátira para criticar a sociedade, estampando nos muros da cidade mensagens que refletem conflitos,

desejos e identidades. Essa forma de arte é acessível a todos, pois não está confinada a espaços elitizados, mas sim exposta nos muros e paredes que a cidade tem a oferecer. Além disso, o grafite está intrinsecamente ligado a valores como a luta contra a opressão, a desigualdade social, a valorização da cultura popular e a liberdade de expressão, conforme apontado por Banksy (2012).

Nas últimas décadas, o grafite tem se popularizado em diversas cidades ao redor do mundo, incluindo Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Neste contexto, o grafite tem se destacado como uma importante manifestação artística e cultural, refletindo a identidade local e abordando questões sociais relevantes. A realização de eventos culturais e projetos sociais tem contribuído para a valorização do grafite na cidade, promovendo a interação entre artistas locais e internacionais e incentivando a formação de novos talentos.

Este artigo busca explorar o desenvolvimento do grafite em Passo Fundo, analisando suas influências artísticas, suas temáticas e seu impacto cultural. A pesquisa se insere no campo da História do Tempo Presente, com o objetivo de compreender fenômenos contemporâneos que possuem relevância histórica. Ao delimitar o estudo no período entre os anos 1990 e 2020, buscamos traçar um panorama do grafite na cidade, identificando suas particularidades e sua importância no contexto local.

A escassez de estudos sobre o grafite em Passo Fundo evidencia a necessidade de investimento em pesquisas nessa área. O grafite, como forma de expressão artística urbana, tem ganhado cada vez mais visibilidade e reconhecimento mundialmente, porém, sua investigação acadêmica ainda carece de atenção em muitas localidades, incluindo Passo Fundo. Este estudo visa contribuir para a construção de um conhecimento mais

aprofundado sobre a arte urbana e sua relação com a cultura popular, incentivando novas pesquisas e reflexões sobre o tema.

Ao analisar o grafite em Passo Fundo, não nos limitamos a uma descrição estética das obras, mas buscamos compreender as relações entre os grafiteiros, o espaço urbano e a sociedade. Através da investigação das influências artísticas, das temáticas abordadas e das técnicas utilizadas, é possível traçar um panorama do desenvolvimento do grafite na cidade, identificando suas particularidades e sua relevância no contexto local. Acreditamos que o grafite, como expressão artística e cultural, merece ser valorizado e reconhecido como parte integrante da identidade da cidade.

Trajetórias do grafite

Atualmente, o grafite é uma técnica de arte que nos chama atenção com suas temáticas, que por vezes, giram acerca de assuntos de grande impacto social. O grafiteiro busca, através da técnica artística do grafite, tornar a arte acessível a todos, tentando desconstruir o conceito de arte criado dentro do sistema capitalista, onde a mesma só poderia ser apreciada por quem pudesse pagar para vê-la ou tê-la. Diferente das obras apresentadas em museus de arte, o grafite em sua essência é realizado nos muros, em prédios, construções abandonadas.

O grafite contemporâneo passou a ser difundido como expressão artística em Nova York, EUA, na década de 1960, associado à cultura hip-hop e ao movimento negro. Os writers usavam as paredes como tela para suas criações, que no princípio se delimitavam às grafias, utilizadas para deixar uma “marca” na cidade, ação essa que atualmente conhecemos como TAGs. Posteriormente, foram desenvolvidos os estilos, que por vez iam

além da grafia, "momento no qual a estética passou a ser incluída e ter uma importância junto ao aprimoramento técnico" (Silva, 2014).

No Brasil, o grafite se estabeleceu posteriormente ao início do movimento, que é datado nos anos 60, a cultura hip-hop teve um papel importante para a aceitação do grafite em nosso país, de acordo com Gitahy, (1999, p.16)

> Essa manifestação, que começa a surgir no Brasil já nos anos 1950, com a introdução do spray, segue pelos 1960, passa pelos 1970 e se consagra com linguagem artística nos anos 1980, conquistando seu espaço na mídia, chegando a Bienal, às manchetes de jornais e até às novelas de TV, seguindo pelos anos 1990 rumo à virada do milênio.

As pinturas passam a conter mensagens políticas e sociais, pois a realidade que era utilizada como temática das pinturas não aparecia com frequência nas mídias tradicionais da época, como rádio e TV. Na década seguinte, influenciados pelos artistas estadunidenses, a arte urbana popularizou-se no Brasil, especialmente nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, "conquistando seu espaço na mídia, chegando à Bienal, às manchetes de jornais e até às novelas de TV, seguindo pelos anos 1990 rumo à virada do milênio" (Gitahy, 1999, p. 16). Gradualmente, os grafiteiros brasileiros distanciaram-se das influências norte-americanas, passando a produzir a partir de seu próprio estilo, que misturava elementos "tradicionais" do grafite com elementos da história artística do Brasil.

Desde a origem, o grafite se caracterizou como uma forma de expressão artística, para além das paredes dos museus e galerias, ganhando as ruas e os espaços públicos. Os grafiteiros

utilizam a cidade como uma tela, onde podem expressar as suas ideias e emoções, em um processo criativo que geralmente é improvisado e espontâneo. Conforme Katiucya Perigo (2016, p. 196), "de forma bem-humorada, ele faz crítica à sociedade e a deixa estampada nos muros, que são vitrine da cidade", desse modo ele se torna acessível ao expectador, pois "não existe elitismo ou badalação, o grafite fica exposto nos melhores muros e paredes que a cidade tem a oferecer e ninguém fica de fora por causa do preço do ingresso" (Banksy, 2012, p. 08). Além disso, o grafite está ligado a uma série de valores e ideais compartilhadas por muitos grafiteiros e apreciadores dessa forma de arte, como a luta contra a opressão e a desigualdade social, a valorização da cultura popular e a liberdade de expressão. De acordo com Bansky (2012, p. 29), "é preciso muita coragem para, numa democracia ocidental, se erguer anonimamente e clamar por coisas em que ninguém mais acredita – como paz justiça e liberdade". Todos esses elementos contribuem para fazer do grafite um movimento cultural e artístico de relevância e impacto social.

O grafite tem se tornado cada vez mais popular nas últimas décadas, sendo desenvolvido em diversos locais pelo mundo, de forma mais presente, sobretudo, ao longo dos anos 2000. Tendo essa questão em vista, ficamos diante de alguns questionamentos: de que forma o grafite se estabeleceu na cidade de Passo Fundo? De que maneira a imprensa tratou esse assunto? É possível identificar quais as influências artísticas dos grafiteiros? Quais são suas demandas, colocações e opiniões?

Entendemos que o estudo da temática se faz importante enquanto possibilitaria compreender um dos processos do desenvolvimento da arte urbana e sua relação com a cultura popular, bem como para identificar possíveis mudanças culturais, comportamentais, políticas e sociais que ocorreram no meio em

que o movimento do grafite em Passo Fundo está inserido, e de que maneira elas foram representadas na pintura.

Tendo em vista que o grafite se popularizou pelo interior nos últimos anos dos anos 1990 e primeiros anos dos anos 2000, este será nosso primeiro recorte temporal, sendo que nossa baliza final é o ano de 2020. Deste modo, a presente pesquisa enquadra-se na História do Tempo Presente, cujo objetivo é analisar e compreender fenômenos contemporâneos que possuem relevância histórica. Ao delimitar nosso estudo no período citado acima, buscamos explorar o desenvolvimento do grafite como expressão artística e seu impacto cultural.

A escassez de estudos sobre o grafite em Passo Fundo é um fator que justifica a escolha deste tema e evidencia a necessidade de investimento em pesquisas nessa área. O grafite, como forma de expressão artística urbana, tem ganhado cada vez mais visibilidade e reconhecimento mundialmente, porém, sua investigação acadêmica ainda carece de atenção em muitas localidades, incluindo Passo Fundo.

Esta maneira de arte também está presente nos mais variados espaços privados da cidade, atualmente o grafite vem sendo frequentemente empregado em eventos culturais e projetos escolares no município, fato este que não é exclusividade de Passo Fundo, em seus escritos Souza argumenta que "… é interessante observar como a escola, por meio de oficinas ou nas aulas de artes, em uma tentativa de envolver alunos e comunidade, vêm abraçando o grafite como uma expressão artística válida e relevante" (Souza, 2011, p.77).

O grafite revela-se de vital importância em Passo Fundo RS, enaltecendo a paisagem urbana e incentivando a manifestação artístico-cultural de coletivos sociais diversos, enquanto garante aos artistas locais espaços urbanos distintos dos convencionais, estimula a diversidade e a inclusão. O grafite

confronta o paradigma convencional de arte, transmutando o espaço público, e promovendo o acesso à arte.

Considerando que o grafite contemporâneo se inspira em tradições artísticas que remontam à antiguidade, este estudo visa aprofundar o conhecimento sobre essa forma de expressão criativa. Nas últimas décadas, esse fenômeno tem sido uma das manifestações que nos desperta atenção na arte urbana, não apenas em seu significado, mas também em sua capacidade de refletir criticamente questões sociais e políticas. Em situações que demonstram essa prática, destaca-se o uso do humor e da sátira como ferramenta de comunicação, abordando valores sociais e políticos de forma clara e eficaz.

O grafite é uma forma de arte popular nas cidades, usada em muros, fachadas e outros espaços públicos como uma demonstração de particularidades da vida social e uma forma de exposição. À medida que a arte urbana se insere e se torna presente na paisagem urbana e na própria vida do espectador, ela transforma a arte em um meio que desafia os limites dos museus e galerias para se tornar um lugar de arte que aproxima a obra do público, criando uma expansão para o mundo artístico. Isso deve levar a comunidade a se envolver na profundidade da complexidade intrínseca que essa forma de arte carrega em termos de múltiplos significados.

As obras dos grafiteiros carregam uma qualidade poética dentro delas que fala muito diretamente ao ambiente social, refletindo conflitos, desejos e identidades. Por essa razão, a pesquisa histórica sobre essas interações é necessária para uma análise adequada dos fatos e narrativas sociais contidos no grafite, se alguém os considerar no contexto necessário para analisar o papel do grafite como fenômeno cultural e mídia social. Sob essa ótica, torna-se evidente que o grafite transcende sua mera estética, convertendo-se em um rico objeto de análise histórica. Pelo

contexto de sua criação e pelas mensagens transmitidas na obra, fica evidente a capacidade do grafite de expressar questões culturais, políticas e sociais, tornando-o uma ferramenta importante, um símbolo da transformação do espaço urbano e da dinâmica da cidade.

O grafite, enquanto expressão visual, possui uma longa trajetória que remonta aos primórdios da humanidade. Ganz (2004), destaca que a palavra tem origem no termo italiano sgrafitto, que significa rabisco ou ranhura, e suas manifestações podem ser identificadas desde as mais antigas representações artísticas da história humana. As figuras gravadas nas paredes das cavernas, como aquelas encontradas nas Grutas de Lascaux, na França, são exemplos desse processo criativo primitivo, realizadas com ossos ou pedras. Essas inscrições não apenas revelam o caráter comunicativo e artístico do grafite, mas também reforçam sua relevância enquanto prática que atravessa os tempos, assumindo diferentes formas e significados.

Acontece que essas manifestações visuais que encontramos em cavernas e rochas são de fato os primeiros esforços para contar histórias, transmitir mensagens ou mesmo registrar a vida cotidiana. É nesse sentido que Celso Gitahy (1999), destaca que as pinturas rupestres são o primeiro exemplo de grafite já registrado na história da arte. A maioria dessas representações — normalmente animais, caçadores e símbolos — atestam as formas iniciais de expressão visual e comunicativa humana. Por mais que sejam um marco artístico importante, muitos desses registros continuam sendo um enigma para os arqueólogos que se aprofundam em seu significado e contexto. Assim, essas pinturas não apenas evidenciam o caráter ancestral do grafite, mas também refletem os mistérios e as complexidades das culturas que as produziram.

Desde a antiguidade, as práticas de registro em superfícies públicas demonstram a necessidade humana de comunicação visual e textual em contextos diversos. Nicholas Ganz (2004), ressalta que, na Grécia antiga, fragmentos de argila com anotações entalhadas foram encontrados, evidenciando uma tradição de expressão individual ou coletiva. Da mesma forma, as escavações em Pompéia revelaram uma ampla diversidade de grafites, que incluíam desde slogans eleitorais até desenhos e cenas obscenas, refletindo aspectos do cotidiano e das interações sociais daquela sociedade. Esses registros mostram como o grafite, mesmo em suas formas mais rudimentares, serviu como meio de expressão popular, capturando as nuances culturais, políticas e sociais das comunidades que o produziram. Gitahy descreve que (1999, p.14), "Essa função de expressão artística foi utilizada desde o Extremo Oriente, Índia, China e por todos os povos do Mediterrâneo. Assim como os murais narrativos dos egípcios, os murais descobertos em Pompeia nos fazem supor a qualidade da pintura alcançada pelos romanos."[1]

Mais tarde, a Segunda Guerra Mundial foi um período marcado por conflitos e ideologias. Nesse contexto, a comunicação visual se mostrou como uma ferramenta para disseminar ideias, tanto para manipular massas quanto para promover a resistência. A inscrição em muros, por exemplo, foi utilizada de maneiras distintas por ambos os lados do conflito. Como observa Ganz, (2004, p.8)

...durante a Segunda Guerra Mundial, os nazistas usaram inscrições em muros como meio de propaganda para provocar o ódio contra os judeus e os dissidentes. Contudo, o grafite também foi importante para os movimentos de resistência, como forma de disseminar seus protestos entre o grande público. Um exemplo é o "Rosa Branca", grupo de inconformistas alemães que se manifestavam contra Hitler e seu regime, em 1942, por

meio de folhetos e slogans pintados, até serem capturados em 1943.

A arte mural no Brasil da década de 1950 destacou-se como uma expressão cultural marcante, integrando história, identidade nacional e espaço urbano em suas composições visuais. Celso Gitahy (1999), ressalta que, no Brasil da década de 1950, os murais desempenharam um papel relevante na construção de uma narrativa visual que dialogava com a história e as artes nacionais. Essas obras, frequentemente integradas às fachadas de edifícios, buscavam promover um sentido de identidade cultural. Um exemplo notável é o mural de Di Cavalcanti, com cerca de 15 metros de extensão, localizado na fachada do Teatro da Cultura Artística, na região central de São Paulo, que sintetiza a interação entre arte pública e memória cultural. De acordo com Gitahy (1999, p.16) "todos esses dados sobre o muralismo, junto com a pop art, já apontavam para a origem do grafiti contemporâneo enquanto expressão artística humana".

O estêncil, técnica bastante utilizada no grafite contemporâneo, tem suas raízes em movimentos de resistência e contestação social, que surgiram de maneira significativa nas décadas de 1960 e 1970. Ganz (2004), em seus escritos ressalta que, durante as revoltas estudantis desse período, os manifestantes utilizaram o espaço público para divulgar suas ideias, frequentemente recorrendo a pôsteres e palavras pintadas nas paredes. Nesse contexto, os estudantes franceses utilizaram uma técnica que pode ser vista como precursora do grafite contemporâneo, o *pochoir*, uma forma de estêncil que permitia a criação rápida de imagens e mensagens. Esse uso inovador da pintura nas ruas contribuiu para o desenvolvimento de uma linguagem visual que viria a ser associada ao grafite como o conhecemos hoje.

O grafite contemporâneo teve suas origens no final da década de 1970, consolidando-se como uma forma de expressão

urbana nas cidades de Nova York e Filadélfia. Nesse período, conforme destaca Nicholas Ganz (2004), artistas como Taki 183, Julio 204, Cat 161 e Cornbread (da Filadélfia) começaram a pintar seus nomes em muros e estações de metrô, especialmente em torno de Manhattan, dando início ao que seria posteriormente reconhecido como o movimento do tagging. Essas assinaturas, além de marcar territórios urbanos, estabeleceram as bases para a estética e a cultura do grafite, transformando a paisagem das grandes cidades e criando uma linguagem visual que rapidamente se espalhou para outros contextos urbanos ao redor do mundo.

No Brasil, o grafite se estabeleceu posteriormente ao início do movimento, que é datado nos anos 60, a cultura hip-hop teve um papel importante para a aceitação do grafite em nosso país, de acordo com Gitahy, (1999, p.16). Essa manifestação, que começa a surgir no Brasil já nos anos 1950, com a introdução do spray, segue pelos 1960, passa pelos 1970 e se consagra com linguagem artística nos anos 1980, conquistando seu espaço na mídia, chegando à Bienal, às manchetes de jornais e até às novelas de TV, seguindo pelos anos 1990 rumo à virada do milênio.

No âmbito legislativo, quando falamos de Brasil, medidas foram tomadas com intuito de regulamentar a prática do grafite e da pixação, eles eram tidos como proibidos. A regulamentação no país afirmou a proibição, inicialmente surgiu de modo a criminalizar a prática do grafite e pixação, segundo Caldeira (2015, p.9) “De acordo com a legislação brasileira, o grafite e a pixação são crimes ambientais – conforme o artigo 65 da lei 9605, de 12/02/1998, denominada Lei dos Crimes Ambientais – , sujeitos a multas e detenções.”. No entanto, com o tempo e a crescente visibilidade do grafite como expressão artística, a legislação brasileira passou por modificações, buscando

diferenciar o grafite da pichação e reconhecer o primeiro como manifestação cultural. A Lei nº 12.408/2011, por exemplo, descriminalizou o grafite, permitindo sua prática em espaços públicos desde que autorizada.

Para compreendermos a complexidade da técnica do grafite, recorreremos à classificação proposta por Silva (2014). O autor, ao analisar as diversas dimensões dessa expressão artística urbana, identifica quatro valências que caracterizam o grafite: cenaridade, precariedade, velocidade e fugacidade. Silva, (2014 p.137-138):

> A *cenaridade*, que consiste no lugar escolhido, o desenho empregado, os materiais, cores formas gerais de suas imagens ou textos concebidos como estratégias formais para causar impacto público; a *precariedade*, que indica que os meios utilizados são de baixo custo e facilmente adquiríveis no mercado; e a *velocidade*, por meio da qual as diferentes inscrições se consignam no mínimo tempo possível. A última valência, a *fugacidade* pós operativa, atua de fora do sistema grafite e condiciona sua efêmera duração.

Observando a opção de grafitar no anonimato, a respeito das características da técnica em seus escritos, Cardoso, (2016, p.203), descreve ela como sendo "Uma arte cultivada por personagens muitas vezes desconhecidos, deixam seus signos misteriosos nas paredes e nos muros das casas e das ruas". Considerando que o grafite é realizado em espaços públicos, nas ruas, e locais de fácil acesso aos espectadores, Ramos afirma que, (1994, p.43) "pixadores e grafiteiros se apropriam de locais da cidade sem o consentimento prévio de autoridades ou moradores", essa afirmação demonstra a essência do movimento e sua natureza de transgressão, uma vez que expõem a espontaneidade

da ação, e a possível despreocupação do grafiteiro com o que podemos julgar por consequências de seus atos.

O anonimato é uma particularidade que, por sua vez, acaba permitindo a utilização das mais variadas temáticas que o autor desejar, o que pode ser julgado como uma adversidade, visto que pode pender a assuntos inconvenientes. Ao conduzir uma definição, Silva, (2014, p.138) a estabelece como: "escrita perversa enquanto diz ou expressa o que não pode dizer ou expressar, o que precisamente neste jogo de manifestar o proibido se legitima como ação contra toda ordem estabelecida, seja social, linguística ou política.". Esse fato pode ser interpretado como um possível potencial divisor entre grafite e grafite-arte, termos utilizados por Silva, (2014), sendo o primeiro, adepto das condições ideológicas e subjetivas do movimento.

A análise do grafite em Passo Fundo, portanto, não se limita a uma descrição estética das obras, mas busca compreender as relações entre os grafiteiros, o espaço urbano e a sociedade. Através da investigação das influências artísticas, das temáticas abordadas e das técnicas utilizadas, é possível traçar um panorama do desenvolvimento do grafite na cidade, identificando suas particularidades e sua relevância no contexto local.

A pesquisa também busca explorar a relação entre o grafite e a cultura popular, analisando como essa forma de expressão se insere no cotidiano da cidade e como dialoga com outras manifestações culturais. O grafite, como expressão artística urbana, está intrinsecamente ligado à vida na cidade, refletindo seus ritmos, suas transformações e seus conflitos.

Ao analisar o grafite em Passo Fundo, é fundamental considerar a diversidade de estilos e abordagens presentes na cidade. Desde o grafite mais tradicional, com suas letras e desenhos coloridos, até o grafite-arte, com suas composições

complexas e mensagens elaboradas, a cidade abriga uma rica produção artística que merece ser estudada e valorizada.

A pesquisa proposta, ao investigar o grafite em Passo Fundo, busca contribuir para a construção de um conhecimento mais aprofundado sobre a arte urbana e sua relação com a cultura popular. A análise do grafite como fenômeno histórico, social e cultural permite compreender as transformações que ocorreram na cidade e na sociedade ao longo do tempo, revelando as dinâmicas e os conflitos que moldaram a identidade local.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, exploramos a trajetória do grafite desde suas origens ancestrais até suas manifestações contemporâneas, destacando sua relevância como forma de expressão artística e cultural. A análise do grafite em Passo Fundo nos permitirá compreender como essa forma de arte se desenvolveu na cidade, revelando suas particularidades e sua importância no contexto local.

A pesquisa evidenciou a diversidade de estilos e abordagens presentes no grafite, bem como sua capacidade de dialogar com a cultura popular e de refletir as transformações da cidade. A investigação das influências artísticas, das temáticas abordadas e das técnicas utilizadas nos permitiu traçar um panorama do desenvolvimento do grafite na cidade, identificando suas particularidades e sua relevância no contexto local.

Acreditamos que este estudo contribui para a construção de um conhecimento mais aprofundado sobre a arte urbana e sua relação com a cultura popular, incentivando novas pesquisas e reflexões sobre o tema. Acreditamos que o grafite, como

expressão artística e cultural, merece ser valorizado e reconhecido como parte integrante da identidade da cidade.

Referências

BANKSY. *Guerra e Spray*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2012

BRASIL. *Lei nº 12.408, de 25 de maio de 2011***.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12408.htm>. Acesso em: 08 nov. 2024.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Inscrição e circulação:* novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 94, nov. 2012.

CARDOSO, Maria Helena Abadesso. *Das obscuras cavernas da pré-história aos modernos grafites das cidades*. Rio de Janeiro: Editora Barra Livros.

GITAHY, Celso. *O que é Grafitti*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RAMOS, Célia Maria Antonacci. *Grafite Pichação & Cia*. São Paulo: Annablume, 1994.

SILVA, Armando. *Imaginários, estranhamentos urbanos*. São Paulo, Edições Sesc São Paulo, 2014.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

A "BANDEIRA DE GUERRA À MORTE" (1813) E A BANDEIRA DO BRASIL IMPÉRIO (1822): O LOSANGO COMO SÍMBOLO DE UMA REVOLUÇÃO ARMADA E SUA REVERBERAÇÃO NA ARTE CONTEMPORÂNEA

Ítalo Franco Costa
PPGAV/UFRGS
Bolsista PROEX: PROPG-CNPq
italofrancocosta.academico@gmail.com

Resumo
A Bandeira Nacional é um dos símbolos máximos das nações modernas, servindo muitas vezes como um catalisador da identidade nacional. No entanto, quando pensamos neste símbolo no contexto da história e da arte brasileiras percebemos alguns paradoxos entre o que o ele de fato representa e o que pode representar quando o colocamos lado a lado com estes campos do conhecimento. Desde várias ressignificações ao longo de sua história à diferentes visões políticas e filosóficas dentre aqueles que a conceberam, a Bandeira do Brasil possui o difícil objetivo de unir o povo plural de um país de tamanho continental sob uma única identidade. Partindo de uma reflexão histórica e artística de seu uso e ocorrência nas bandeiras da infantaria da Revolução Francesa e da Guerra à Morte, analisa-se neste artigo o uso do losango na criação da Bandeira do Brasil, bem como sua simbologia e apropriação por artistas contemporâneos brasileiros que ao produzir suas obras se aproximam da simbologia do losango possivelmente empregada por Jean Baptiste Debret quando da criação da "Bandeira do Brasil Império" — a de uma revolução armada de caráter popular contra o regime monárquico vigente ou, quando recontextualizada para os dias atuais, a de uma revolução das classes e povos oprimidos contra seus opressores e o regime que os privilegia.
Palavras-chave: Bandeira, Símbolo, Arte

Introdução

Como objeto-símbolo, a bandeira é composta por dois elementos: forma e conteúdo. Constituem os elementos formais o desenho, a forma, as proporções e as cores que lhe são próprias e que distinguem o objeto das demais bandeiras. Temos como exemplo a forma como são nomeadas as bandeiras da Grã-Bretanha (Union Jack) e a dos Estados Unidos da América (Stars and Strips), por suas formas; da Itália (Tricolore), a da França (Bleu-blanc-rouge), por suas cores; e no caso do Brasil, o Auriverde Pendão (LUZ, 1999).

O pavilhão brasileiro é hoje um símbolo repleto de controvérsias. A versão atual, constituída em 1889 a partir da Proclamação da República, herda as cores verde e amarelo da casa de Bragança e Habsburgo, respectivamente. Isso se dá, em grande parte, pela estreita relação de Deodoro da Fonseca com a monarquia (SENA, 1999) e pela própria proclamação, que não contou com a participação popular (CARVALHO, 2019), diferente da maioria dos países que no mesmo século romperam as amarras da colonização. A escolha por manter as cores da bandeira do Brasil Império tinha como objetivo preservar a identidade nacional e a continuidade histórica, mesmo com a mudança de regime político, carregando assim uma forte herança monárquica (CARVALHO, 2017).

No período republicano tardio, entretanto, começa a circular uma nova interpretação da bandeira, sugerindo que o verde e o amarelo representavam as matas e o ouro encontrado em solo nacional — uma forma de se distanciar do passado monárquico. Esta nova leitura da bandeira ainda é aceita por uma parcela da população atualmente.

O conhecimento das cores da bandeira nacional e sua verdadeira simbologia vem se popularizando nos últimos anos e atingindo extratos da sociedade distante dos debates acadêmicos. No entanto, o conhecimento das motivações de suas formas, principalmente no caso do losango dos Habsburgo, continua pouco disseminado. Este texto busca se debruçar sobre o losango como símbolo, revisando como a criação da bandeira do Brasil Império foi influenciada pela vivência de Jean-Baptiste Debret desdea revolução francesa e o período napoleônico até sua chegada ao Brasil. Propõe-se também uma reflexão sobre a simbologia do losango na bandeira nacional, relacionando-a com a bandeira de "Guerra à Morte" (1813) idealizada por Simón Bolívar durante o processo de independência venezuelana. E por fim, analisa-se o modo como artistas contemporâneos utilizam o losango em suas produções, procurando diálogos — a partir da simbologia histórica por trás da forma geométrica elaborada por Debret — nas obras "Bandeira afro-brasileira (em diálogo com David Hammons)" (2020) de Bruno Baptistelli, "Todas, sempre, em qualquer lugar" (2020) de Cildo Meireles e "Berço Esplêndido" (2019), de Jéssica Porciúncula.

1. O losango como símbolo da revolução armada

A bandeira do Brasil Império (Figura 1), adotada em 1822, após a Proclamação da Independência, foi encomendada por D. Pedro I a um dos principais artistas da corte brasileira, Jean-Baptiste Debret, fundador da Academia Imperial de Belas Artes.

Figura 1. Bandeira do Brasil Império (1822), Protótipo de Jean Baptiste Debret, criação de D. Pedro I.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_Imp%C3%A9rio_do_Brasil

Idealizada em 1820 pelo monarca que antevia os movimentos pela independência do território, a bandeira apresentava um paralelogramo verde sobreposto por um losango dourado, ficando no centro deste o escudo de armas do Império do Brasil. Este, por sua vez, era composto por uma esfera armilar de ouro sobreposta à Cruz de Cristo e circundada por 18 estrelas azuis, que representavam as 18 províncias, e uma outra, maior, representativa da Corte. Acima deste arranjo estava a Coroa Real, e, ao redor dele, um molho de cana e um ramo de fumo simbolizavam as riquezas nacionais.

Posteriormente, com o Golpe Republicano de 1889, que instaurou a República do Brasil, a esfera armilar daria lugar ao

globo azul com o lema positivista criado por Auguste Comte "Ordem e Progresso" (Figura 2), e o conceito das estrelas retornaria, hoje em maior número (27 no total), representando os 26 estados e o Distrito Federal.

Atualmente, apesar da bandeira do Brasil ser a única de uma união federativa a apresentar o losango em sua estrutura formal, a forma geométrica possui um histórico de usos que remontam à revolução francesa e ao regime Napoleônico, fazendo com que a opção pelo uso de sua forma não seja um acidente ou mera coincidência.

Esta influência é trazida por Jean Baptiste Debret ao cruzar o Atlântico rumo ao Brasil carregando consigo seus ideais revolucionários O artista atravessou o período revolucionário sob proteção de Jacques-Louis David, pintor e deputado durante a Convenção Nacional, sendo"A morte de Marat", de 1793, uma de suas telas mais emblemáticas do período. Sob o Império, Debret consagrou alguns dos quadros à glória de Napoleão e lecionou desenho técnico na Escola Politécnica de Paris (LEENHARDT, 2023).

Com a queda de Napoleão e o exílio de Jacques-Louis David em Bruxelas, Debret não encontrou mais trabalho. Acabou embarcando para o Brasil com o grupo de jacobinos organizado por Joaquim Lebreton que ficou conhecido como a Missão Artística Francesa de 1816.

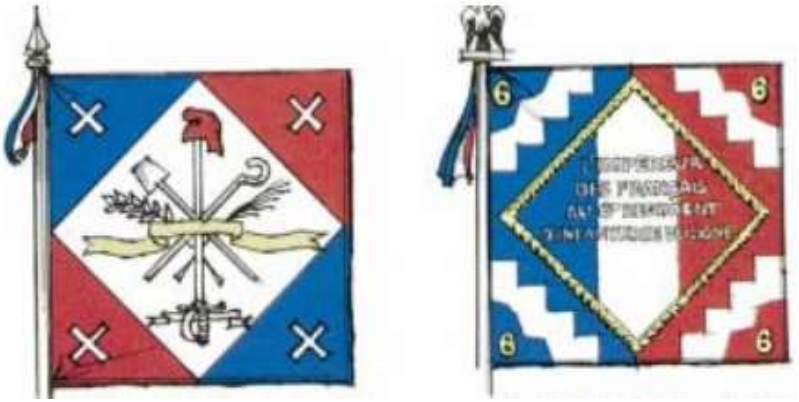
Figura 2. Bandeira da República Brasileira (1889), criação de Raimundo Teixeira Mendes, Miguel Lemos, Manuel Pereira Reis e confecção de Décio Villares.

Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_Brasil#/media/Ficheiro:Flag_of_Brazil.svg

Trazendo consigo conhecimento ímpar por ter vivenciado o período de ebulição da Era Moderna junto ao seu tutor, Debret constituiu seu repertório visual com os símbolos da Revolução Francesa e entre esses, é claro, estava a bandeira tricolor formalizada por Jacques-Louis David em 1794 (GLAZAS, 2005) e suas variações. Dentre estas, estavam a bandeira do Regimento de Saint Louis en l'Ille (Figura 3) e da Guarda Nacional de Paris (Revolução Francesa), que exibia no centro uma espada, um báculo e uma pá, como símbolo dos três estados, e a divisa *"Vis unita major nunc et semper"*. Um desenho idêntico, porém

mais elaborado, compunha a bandeira do 6º Regimento de Infantaria de Linha de Napoleão I. Ambas eram compostas de um retângulo branco acompanhado de quatro triângulos azuis e vermelhos alternados (LUZ, 1999).

Figura 3. Bandeira do Regimento de Saint Louis en I'lle da Guarda Nacional de París (a esquerda) e a bandeira do 6° Regimento de Infantaria de Linha de Napoleão I (a direita), séc XIX.



Fonte: A história dos símbolos nacionais, Milton Luz, Editora Senado Federal, 1999.

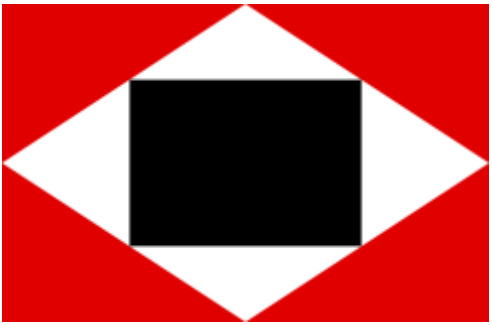
A "importação" do losango realizada por Debret não foi caso isolado. Processo similar aconteceu na Venezuela, durante os eventos que resultaram em sua independência uma década antes de ocorrer em território Brasileiro o mesmo fenômeno. É o que podemos perceber na bandeira imaginada por Simón Bolívar ao promulgar, em 1813, o famoso decreto de "Guerra até a morte" no calor da luta contra as tropas coloniais espanholas (Figura 4). O losango aqui presente é branco e sobreposto a um

paralelogramo vermelho. O retângulo preto simboliza uma radicalidade sem quartel (LEENHARDT, 2023).

Como Debret, Simón Bolívar também presenciou os eventos que incendiaram a vida social na França e foi por eles fortemente impactado. Quando tinha 16 anos, deixou Caracas para viajar à Europa. Em Paris, observou a coroação de Napoleão Bonaparte, que para o jovem simbolizou a falha do movimento republicano, bem como o poder individual de mudar a história. Quando retornou à Caracas, em 1807, já tinha em mente seu compromisso com aindependência de toda a América Latina (SAIGNES, 2021).

Também é possível afirmar que durante este período Simón Bolívar, assim como Debret, teve contato não só com as bandeiras da infantaria napoleônica que tinham o losango equilátero em sua forma, mas também com a bandeira do Reino da Itália (1805) (Figura 5), que possuía a mesma disposição de elementos que a bandeira de "Guerra até a morte" e a bandeira do Brasil Império viriam a representar: as cores tricolores da antiga república, com foco no retângulo no centro da composição, e a águia símbolo do Império de Napoleão.

Figura 4. Bandeira de "Guerra até a morte" (1813) idealizada por Simón Bolívar



Fonte:https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bandera_de_la_Guerra_a Muerte.

Figura 5. Bandeira do Reino da Itália (1805) idealizada por Giuseppe Compagnoni.

Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Kingdom_of_Italy_(Napoleonic)#/media/File:Flag_of_the_Napoleonic_Kingdom_of_Italy.svg

A partir destes dois exemplos (o da Bandeira do Brasil Império e a Bandeira de Guerra até a morte), é possível pensar no emprego do losango nas bandeiras não apenas como uma mera decisão formal, mas como uma potente e consciente decisão estética.

Mesmo a revolução tendo falhado, possibilitando a volta de um monarca imperialista como Napoleão, o uso do losango reflete a confiança no projeto iniciado em 1789, responsável não apenas pela queda da monarquia, mas também pela eclosão de diversos processos revolucionários ao redor do mundo. Neste sentido, os ideais positivistas, pilares do pensamento revolucionário, se disseminaram, tornando palpável a possibilidade da criação de um novo mundo a partir de uma revolução armada e protagonizada pelas classes oprimidas.

Isto torna o caso da ocorrência do losango na bandeira brasileira uma espécie de paradoxo. Passando por uma independência da monarquia forjada pela própria nobreza e por uma República constituída por militares sem a participação popular, o losango revolucionário — soterrado por diversas releituras do que a bandeira de fato significa — mantém, ainda que imperceptíveis ao olhar descuidado, ideais contrários aos próprios regimes que o utilizaram.

Talvez seja por isso que hoje artistas contemporâneos se voltam à figura da bandeira mais uma vez, refletindo sobre seu uso, sua simbologia e a capacidade da população de se identificar com ela — principalmente na esteira dos eventos que levaram à queda da presidenta Dilma Rousseff e à ascensão do bolsonarismo como movimento de extrema-direita.

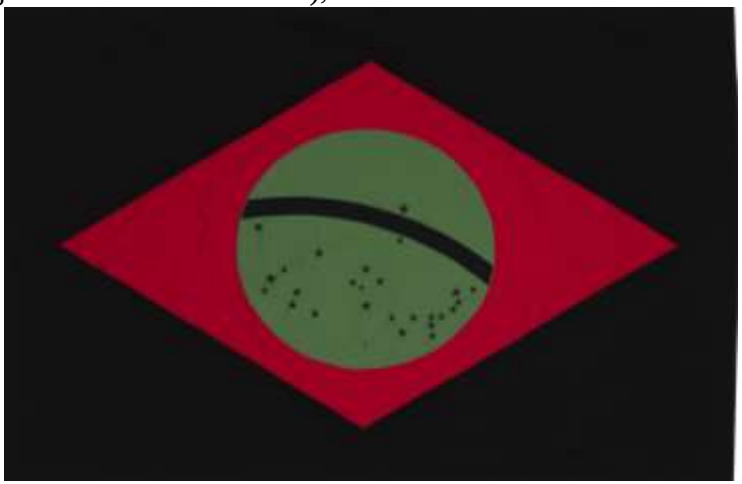
É o caso das obras de Bruno Baptistelli, Cildo Meireles e Jéssica Porciúncula, que modificam em algum nível o losango da bandeira nacional.

O losango ressignificado na arte contemporânea brasileira

Inspirado pela obra de David Hammons, "African-American Flag", de 1990, Bruno Baptistelli criou a "Bandeira Afro-brasileira" (Figura 6), de 2020, ao aplicar as cores do movimento Pan-Africano na bandeira nacional e retirar o lema "Ordem e Progresso". Ao fazê-lo, Bruno coloca o Brasil no mapa do pensamento Pan-Africano, que historicamente vinha sendo centrado nos Estados Unidos (BARBOSA, 2012), e nos dá uma pista, ao cobrir o lema da bandeira brasileira, de que esta corrente de pensamento não encontra e não deveria encontrar no positivismo de Comte, terreno fértil para suas ideias de união e reconstrução.

Nesta obra, o losango recebe o vermelho que nas cores do movimento simboliza o sangue derramado pela libertação do povo negro e que une todo o povo de ascendência africana que compartilha de uma história de escravidão e colonização. Traçando um paralelo com a simbologia presente no losango da bandeira brasileira, a da revolução armada, é possível afirmar que Bruno acaba por reforçar o ideal de união de todos os africanos e afrodescendentes do mundo na luta contra o racismo e em defesa de seus direitos, evocando, conscientemente ou não, os ideários da Revolução Francesa apagados por décadas de ressignificação. Esta leitura simbólica só se faz possível ao trazer as cores do movimento Pan Africano para a bandeira brasileira, cuja estrutura possui o losango, pois na obra de David Hammons as referências são outras, uma vez que tem como base a bandeira dos Estados Unidos da América que não possui esta forma geométrica.

Figura 6. Bruno Baptistelli, 'Bandeira afro-brasileira (em diálogo com David Hammons), 2020.



Fonte: https://masp.org.br/acervo/obra/bandeira-afro-brasileira-em-dialogo-com-david-hammons-2a-versao

Já Cildo Meireles, em "Todas, sempre, em qualquer lugar" (Figura 7), de 2020, apresenta uma releitura da bandeira do Brasil onde o losango, de um verde-escuro acinzentado, tangencia a esfera armilar de um azul-escuro acinzentado com os dizeres "ditadura é uma merda". O paralelogramo clássico da bandeira nacional se transforma em um retângulo no qual o artista utiliza a cor amarelo pastel que, por sua densidade na composição como um todo, impõe peso contra as demais formas, parecendo espremê-las em uma disputa pelo domínio da atenção de seu espectador. Já as cores do losango e do paralelogramo se encontram invertidas, o que, em um contexto de crítica aos regimes ditatoriais, pode simbolizar uma "inversão de valores" —- ao mesmo tempo sombria pela escolha das cores escuras e "tosca" pelo uso do amarelo pastel.

É possível acrescentar mais uma camada à crítica neste contexto, uma vez que o losango simboliza a revolução armada das classes oprimidas: o espaço preenchido pelo losango verde-escuro na composição de Cildo Meireles, que parece ser espremido pelo retângulo amarelo, só não foi tomado de completo por este porque o globo azul-escuro se apresenta com uma qualidade quase indestrutível que impede o campo amarelo de tomar conta. Assim, o círculo poderia simbolizar o descontentamento do artista com o período da ditadura, e o retângulo, a opressão de seu regime, trazendo força para o contexto de resistência contra o período da ditadura militar. Pensando nas obras de Cildo Meireles, principalmente no que a "Inserções em circuitos ideológicos" se propõe a pensar, seria então o descontentamento o motor para a revolução?

Figura 7. Todas, sempre, em qualquer lugar (2020), Cildo Meireles.

Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/10/cildo-meireles-satiriza-regimes-totalitarios-em-obra-de-serie-pela-democracia.shtml

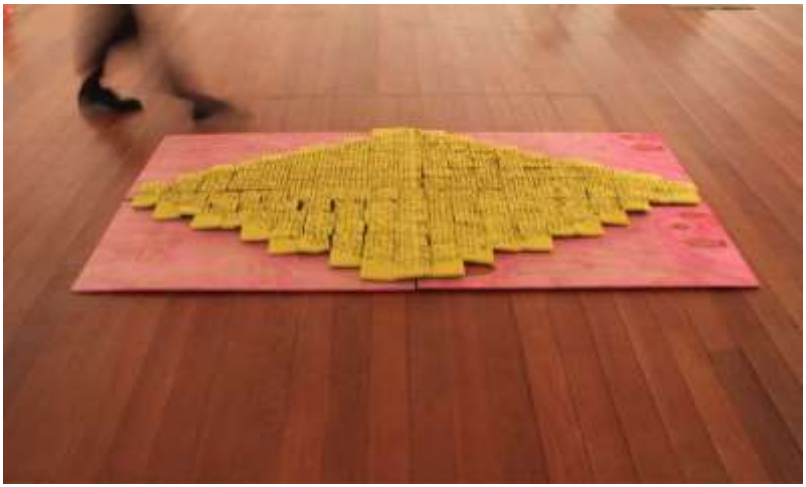
Em "Berço Esplêndido" (Figura 8), de 2019, a artista Jessica Porciuncula elabora uma bandeira nacional utilizando biombos de obras e esponjas cravejadas por pregos, construindo uma cama de faquir com objetos do dia a dia para sua performance de mesmo nome. Nela, a artista se deita sobre os pregos, ficando imóvel por longos períodos de tempo, tal qual a prática dos faquires, indivíduos que executam feitos de resistência ou de suposta magia, como caminhar sobre o fogo, engolir espadas e, neste caso, deitar-se sobre uma cama de pregos. Durante a performance, o descanso é impossível, uma vez que a tensão do corpo sobre os pregos é contínua, exigindo que a artista esteja ciente da distribuição do peso de seu próprio corpo o tempo todo para não se machucar.

Assim, tanto a obra quanto a performance tornam-se uma metáfora potente para falar sobre um povo que não descansa e que constantemente se sacrifica em longas horas de trabalho em uma rotina devastadora. Tal metáfora se torna ainda mais relevante quando temos um debate público intenso e acalorado sobre o fim da escala 6x1, que leva tantos trabalhadores à doença sem poder ter tempo para aproveitar a vida com apenas um dia de folga na semana.

Ao analisarmos "Berço Esplêndido" pela ótica que o simbolismo do losango nos apresenta, a potencializamos. Uma vez que esta forma geométrica tem seu material (tecido) substituído por pregos, a obra acaba por evidenciar a disparidade entre o trabalho e o lazer para diferentes classes sociais ao nos obrigar a nos indagar "quem se deita, nesta pátria, sobre uma cama de pregos?". Ou seja, a bandeira tornada cama de faquirismo nos permite refletir sobre o direito ao descanso, evidenciando o debate tão contemporâneo pela necessidade de alterações nas leis trabalhistas.

Quando lembramos que a Revolução Francesa contou com a aderência das populações menos abastadas e trabalhadores da França, percebemos que o mesmo local em que se descansa pode ser também o local em que se luta: o país, neste caso representado pela bandeira-cama repleta de pregos. Ao lembrar que todo símbolo possui múltiplos significados, o sacrifício para enriquecer poucos através de uma jornada de trabalho exaustiva, interpretação possível da obra de Jéssica, também reforça a necessidade de lutar/resistir, isto é,sacrificar-se na luta, pelo direito ao descanso.

Figura 8. Berço Esplêndido (2019), Jéssica Porciúncula.



Fonte: https://jessicaporciuncula.46graus.com/tridimensional/

Conclusão

As obras, colocadas lado a lado, evidenciam também o papel fundamental do artista pela sua capacidade de mobilizar imaginários. Traçando a origem do uso do losango na história da vexilologia, é possível identificar suas raízes na Revolução Francesa, passando pela apropriação por Napoleão Bonaparte e posteriormente pelo seu uso nas bandeiras dos movimentos de independência da América Latina. Assim, essa forma geométrica se torna um símbolo da revolução armada pelas classes oprimidas.

Como todo símbolo, sua interpretação se transforma com o passar do tempo e, antes visto como uma revolução da burguesia e do povo contra a nobreza, hoje podemos compreender o losango como um símbolo da revolução contra a própria burguesia.

Esta Simbologia há tanto esquecida, mas ainda presente na história da bandeira nacional, faz com que artistas contemporâneos dialoguem diretamente com um trabalho de Debret com o qualmuitos ainda não fazem uma ligação direta, como o fazem com suas pinturas: a própria bandeira nacional, uma vez que a ocorrência do losango nesta iniciou com a "Bandeira do Brasil Império", em 1822.

Observadores dos movimentos sociais e das mudanças políticas, os artistas contemporâneos apresentados traçam comentários e reflexões que são potencializados a partir da simbologia do losango apresentada neste texto. Como em Bruno Baptistelli, que muda a cor do losango, tornando a bandeira nacional uma bandeira afro-brasileira e trazendo para o centro o debate sobre o racismo, herança da violência colonial. Ou como em Cildo Meireles, que traz nossa capacidade de resistir a regimes autoritários a partir de uma postura questionadora. Ou, por fim,

em Jessica Porciuncula, que apresenta a relação do corpo com os autos sacrifícios que precisamos fazer para sobreviver diante de um cotidiano avassalador produzido pelo capitalismo.

Referências

BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. *África*, [S. l.], n. 31-32, p. 135–155, 2012.

CARVALHO, José Murilo De. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo De. *Os Bestializados: O rio de janeiro e a República que não foi***.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

GLAZAS Catherine. Les inscriptions sur les drapeaux et étendards de l'armée française. In: *Revue Historique des Armées*, n°240, 2005. Traditions et symbolique militaires. pp. 38-53.

JURT, Joseph. O Brasil: Um Estado-Nação a ser construído: o papel dos símbolos nacionais do Império à República**.** In: *Revista MANA*. p. 471-509, 2012.

LEENHARDT, Jacques. *Rever Debret.* São Paulo: Editora 34, 2023.

LUZ, Milton. *A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino.* Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999.

PEDROSA, Adriano; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Histórias Brasileiras*. São Paulo/SP: Editora MASP, 2022.

SAIGNES, Miguel Acosta. Bolívar. Acción y utopía del hombre de las dificultades**.** Caracas, Venezuela: Editora Datalla de Carabobo, 2021.

SENA, Ernesto. *Deodoro: Subsídios para a história***.** Brasília: Senado Federal, 1999.

SKIDMORE, Thomas. E; SMITH, Peter H; GREEN, James N. *Modern Latin America***.** Oxonia/UK: Editora Oxford Press, 2013.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

FONTES E MÉTODOS NA GUERRA CIVIL FARROUPILHA EM SANTA CATARINA (1835-1845)

Janaíta da Rocha Golin
Mestra em História Regional,
Aluna especial do PPGH-UFFS e
Técnica em Assuntos Educacionais da UFFS

Resumo
Grande parte do território da Província de Santa Catarina constituía-se em território ambicionado pelas lideranças platinas na primeira metade do século XIX. Juan Manuel de Rosas, presidente argentino, pretendia retomar parte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de três nações soberanas: a Bolívia, o Uruguai e o Paraguai para reconstruir o vice-reinado do [Rio da] Prata. Todavia, o Império do Brasil combatia as investidas de Rosas, o qual aproveitou o ambiente de instabilidade do levante farroupilha iniciado em 1835 para auxiliar os insurrectos contra o governo brasileiro. Em 29 de julho de 1839 Laguna foi conquistada pelos farroupilhas associando-se à República Rio-Grandense, proclamada em 1836. Muitos habitantes do Rio Grande do Sul haviam passado para o lado catarinense, sendo alguns destes fornecendo armas e munições aos rebeldes, outros fugindo da zona de conflito que havia se instaurado. Esta expansão mediante alianças locais teve em um primeiro momento o principal interesse de estabelecer portos e comunicação com o comércio exterior já que no Rio Grande do Sul todos os ancoradouros estavam de posse do governo imperial. Santa Catarina mediante este recorte cronológico entre 1835 a 1845 (guerra civil farroupilha) é o tema de estudo deste trabalho.
Palavras-chave: Farroupilha, Santa Catarina, Território e Fronteira

A guerra civil farroupilha ocorrida entre os anos de 1835 e 1845 foi amplamente abordada e debatida pela historiografia. As causas do estopim da insurreição, o desenrolar do conflito e o seu término com o acordo armistício de 1845 são os elementos que mais aparecem nas bibliografias consultadas.[67] Mas, apesar de haver trabalhos importantes sobre o tema, percebe-se algumas lacunas que podem ser exploradas. A Província de Santa Catarina frequentemente aparece nas análises historiográficas de forma efêmera. Abordada de forma cronológica durante a insurreição é reservado ao território catarinense, essencialmente, os anos de 1838 e 1839, em que ocorreu a ocupação de Lages e Laguna, partindo na maioria das vezes com uma descrição breve dos acontecimentos. O romance entre o italiano Giuseppe Garibaldi e a catarinense Anita habita o imaginário popular em que a guerra civil farroupilha é lembrada. A representação da história dos dois é enaltecida pelo "heroísmo" em que a produção dos institutos históricos do final do século XIX destacava. Anita Garibaldi era projetada como símbolo de civilização e progresso, modelo a ser seguido por "gerações vindouras para o engrandecimento da pátria" (ELIBIO, 2001, p. 157).

A perda da Província Cisplatina foi um dos fatores que causaram constantes atritos entre as Províncias Unidas (posteriormente Confederação Argentina) e o Império do Brasil. As autoridades argentinas que se envolveram com a assinatura da Convenção Preliminar da Paz, em 1828, acreditavam que os imperiais levaram vantagens com o fim da guerra (GUAZELLI,

[67] Alguns autores como Cláudio Moreira Bento, Moacyr Flores, Sérgio da Costa Franco, Tau Golin, Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Dante de Laytano, Sandra Pesavento, Helga Piccolo, Juremir Machado da Silva, Walter Spalding e Maria Medianeira Padoin foram alguns historiadores que produziram sobre o tema.

2013, p. 43). Em contraposição, a perda da Banda Oriental para os rio-grandenses representou significativas perdas econômicas. No território oriental, eles puderam ampliar suas estâncias quando durante os anos de 1823 a 1828[68] o território fez parte do Império. Mas, com a derrota, as conquistas dos rio-grandenses foram praticamente anuladas. Ocorreu despovoamento dos campos de gado e de peões, além de um recuo da fronteira, com limites incertos e sujeição aos ataques promovidos pelos orientais.

A perda da Cisplatina revela-se como fundamental na compreensão da tensão entre rio-grandenses e o Império, além de contribuir para o acirramento das tensões da fronteira com o Prata. A fronteira voltara a ser um problema quase exclusivo dos rio-grandenses (GUAZELLi, 2013, p. 46). Somando-se a isso, a produção saladeril oriental concorria em vantagem com a produção rio-grandense, já que o charque uruguaio era mais barato.

O desfecho da Guerra da Cisplatina (1825-1828) reacendeu velhas divergências e fomentou novas. No início da década de 1830, a crise econômica e o abatimento militar da elite estancieira agravaram o descontentamento MIRANDA, 2009, p. 191). As tensões entre a elite provincial e o centro político do Império fomentaram a crise que eclodiria a guerra civil farroupilha. A coesão existente entre Província e Império, quando os

[68] A adesão da Cisplatina só foi garantida em novembro de 1823, quando Lecor obteve um acordo com Álvaro Costa. Definiu-se que a praça de Montevidéu seria entregue às forças brasileiras e que os Voluntários Reais poderiam retirar-se para Lisboa com suas armas. Com a saída das tropas portuguesas, a província Cisplatina foi a última a aderir formalmente ao Império do Brasil em 24 de janeiro de 1824. Ver: MIRANDA, Márcia Eckert. A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831) - São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. p. 186.

interesses sulistas eram satisfeitos na região da fronteira, foi abalada quando o cenário mudou drasticamente para pior.

A fronteira, além de se referir a contenção e limites também serve para designar pontos de encontro e intercâmbio. Não significa o fim da esfera de jurisdição de um Estado nacional e do início de outro, mas evidencia as interações sociais de diferentes grupos. Durante a insurreição farroupilha os países do Prata frequentemente abasteciam os inimigos do Império do Brasil com armamentos e cavalhada. Este auxílio foi crucial para a sobrevivência da República Rio-Grandense (1836-1845). Esta condição fronteiriça perturbava o Império do Brasil, o qual procurou interromper estas relações. Juan Manuel de Rosas, presidente argentino, também ameaçava a hegemonia brasileira pelo fato de continuar com sua ambição de retomar os territórios perdidos para o Brasil e reconstituir o vice-reinado do Rio da Prata. Santa Catarina estava entre estes territórios.

> "A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade". Com esta frase, o sociólogo José de Souza Martins sinaliza que a história, a cultura, a língua e a realidade das populações fronteiriças são singulares, pois estão em permanente contato com o outro, vivendo encontros, desencontros, se descobrindo e redescobrindo em função das diferentes concepções de vida, de visões de mundo e do desencontro de temporalidades históricas (MYSKIW et al, 2022, p.8).

Havia a intenção de ampliação territorial dos domínios farroupilhas. A tomada dos territórios catarinenses quatro anos após o início do conflito demonstra o objetivo expansionista, que não ficou circunscrito apenas à Província do Rio Grande do Sul.

Também era necessário garantir portos fluviais, pois desde a retomada de Porto Alegre pelas forças do Império em 1836, associada ao domínio naval no Canal do Rio Grande, com sua barra no Atlântico, não havia condições de navegação para os farroupilhas. Os portos de Rio Grande e São José do Norte, controlando as duas margens do único acesso marítimo jamais foi tomado pelos farroupilhas. Depois da conquista de Lages em março de 1838 foi possível chegar até Laguna, em julho de 1839, e assim garantir um porto de acesso ao oceano Atlântico.

A tomada dos territórios catarinenses ainda na fase de secessão, apesar da declaração unilateral de uma República Rio-Grandense em 1836 pelo coronel latifundiário e escravocrata Antônio de Souza Netto, com alianças locais, demonstrava a tentativa de expansão dos farroupilhas. Com isso, as forças farrapas criaram a República Juliana numa parte do território catarinense no qual o controle do porto de Laguna foi um dos principais motivos impulsionadores de conquista desta região. Apesar do curto tempo de existência, a República Juliana tornou-se república irmã para fins de confederação com a República Rio-Grandense (Boeira e Golin, 2006, p.64). Este modelo de confederação propunha ligar-se a outros Estados independentes, os quais poderiam inclusive se conectar com territórios platinos. O Império acusava os farroupilhas de associação com líderes platinos da fronteira, ou caudilhos, como muitas vezes eram chamados.

As relações locais e fronteiriças entre os afetos e os desafetos de cada um dos grupos envolvidos no território catarinense durante o decênio farroupilha perpassa por relações de poder. Habitantes da província tendo que lidar com a guerra chegando na sua localidade. Os legalistas catarinenses e o Império do Brasil combatendo os rebeldes em todo o território catarinense, além de correligionários internos apoiando a revolta. Estrangeiros assumindo postos na República Juliana. Autoridades

provinciais mudando de lado conforme o contexto político de cada momento.

Os legalistas emitiam ordens de recrutamento militar na Província de Santa Catarina com o objetivo de reforçar o combate aos rebeldes. Estas medidas causavam grande descontentamento na população catarinense, o recrutamento forçado, que representava uma verdadeira caçada às pessoas aptas a prestarem serviço militar e completarem as fileiras do exército (COSTA, 2006, p. 82).

Uma política incisiva de combate aos farroupilhas pode ser percebida quando ocorreu a troca da presidência da Província de Santa Catarina do Coronel José Joaquim Machado de Oliveira pelo Brigadeiro João Carlos Pardal. Não foi bem aceito o tom conciliatório que o presidente anterior havia assumido, pois, não lhe era estranha a adesão dos catarinenses aos ideais farroupilhas (PIAZZA, 1993, p. 291). Foi João Carlos Pardal que solicitou ao governo regencial o envio de uma força naval para defender o litoral catarinense, o que até então não havia sido solicitado pelas autoridades anteriores, já que Laguna era resguardada apenas por quatro pequenas embarcações artilhadas, cedidas pelos seus proprietários lagunenses.

Todavia, a política de recrutamento e defesa dos portos não foi suficiente para que Lages não fosse conquistada pelos farroupilhas em 09 de março de 1838. O território lageano era muito próximo às áreas dominadas pelos rebeldes e sofreu constantes embates entre as forças rivais. A região sofreu com bloqueio comercial[69] imposto pelo Império e recrutamento forçado de ambos os lados.

---

[69] Lei Provincial de 4 de abril de 1838 Art. 1 Fica proibida a exportação de todos os artigos de comércio, de qualquer ponto da província, para o

Identifica-se que havia um grande esforço dos legalistas em debelar as rebeliões que ocorriam no território brasileiro durante o período regencial. Neste cenário de instabilidade política, Diogo Antônio Feijó, que havia assumido a Regência em 1835, ano do início da insurreição farroupilha, renunciou ao cargo em 1837. A descentralização política promovida por Feijó deu lugar à promoção de uma administração mais centralizadora depois da sua renúncia. Com esta tática, as revoltas começavam a ser contidas, a exemplo da Sabinada na Bahia em 1838. Manoel Cerqueira Lima, encarregado de negócios estrangeiros no Chile emitia ofício ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Antônio Peregrino Maciel Monteiro comemorando o feito imperial em Salvador. Fazia votos que o mesmo acontecesse com a Província do Rio Grande do Sul. Todavia, ainda iriam acontecer muitos embates no sul do país, e, além disso a Província de Santa Catarina também seria envolvida na revolta. A política de apaziguamento das revoltas provinciais só poderia acontecer se ocorresse uma negociação efetiva com estas regiões.

> As tentativas de pacificar a nação e consagrar a autoridade do respeito público não se imporiam com mão de ferro, nem com o esmagamento das províncias; um campo de aglutinação cultivado entre o liberalismo e o mando sem contemplações ensejaria o entendimento

---

município de Lages, ou para parte dele, por tempo de um ano, se antes não for o dito município evacuado pelas forças insurgentes da província do Rio Grande do Sul, que ora o ocupam. O Povo. n. 80. p. 3. Caçapava, 3 de julho de 1839.

> e o debate permanente das reivindicações provinciais (FAORO, 1977, p. 320).

Após a tomada de Lages em março de 1838 e Laguna em 22 de julho de 1839, os farroupilhas continuaram avançando para o norte com o propósito de conquistar Desterro (capital da província catarinense), enquanto a flotilha de corsários comandada por Garibaldi atuava no mar. Os objetivos, portanto, não se limitavam apenas à Proclamação em Laguna, visto que empregaram uma grande força militar no território catarinense. A conquista do ponto estratégico da capital da Província consolidaria o domínio sob o território catarinense caso chegasse a ser concluído.

A campanha militar demonstra a tentativa de associar-se a outros Estados como uma federação. Os farroupilhas entendiam a federação como a união de Estados associados com um poder central, onde tais Estados conservavam sua independência respectiva, respeitando, porém, certas medidas de interesse comum, como, por exemplo, a política diplomática (Flores, 2002, p.326).

Um dos interesses dos farroupilhas era a província do Rio Grande do Sul depender diretamente do mercado interno brasileiro para comercializar o charque. Segundo Antonio Elíbio, as repúblicas proclamadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina tiveram como base teórica as ideias liberais inspiradas em Locke, Montesquieu e Rousseau, adaptadas à realidade dos interesses e problemas locais, o que acabava revelando um mosaico de contradições inconciliáveis. A maior delas a manutenção da escravidão, o que, em essência, revelava uma "república escravocrata" e censitária, pois somente os proprietários e os possuidores de rendas deveriam ter direitos políticos, conforme viria a ficar expresso na Constituição da República Rio-Grandense, aprovada no município de Alegrete, em 1842. O projeto

de estado farroupilha era bastante conservador e não admitia mudanças abruptas na sociedade sul-rio-grandense. E a abolição da escravidão era uma reforma não admitida no governo rebelde, o qual sempre tomou medidas procurando preservar a instituição da escravidão.

Conforme Keila Grinberg, a escravidão era ponto de tensão entre as fronteiras. A abolição da escravatura no Uruguai e a proibição do tráfico atlântico de escravos africanos para o Brasil entre os anos de 1840 e 1850 atingiu a economia agrária do Rio Grande do Sul. Os proprietários de escravos da fronteira lidaram com o fim da escravidão no Uruguai ao mesmo tempo em que tinham muitas propriedades de terras neste local, enquanto que no Brasil a escravidão ainda era permitida e representava cerca de 30% da população dos habitantes do Rio Grande do Sul (GRINBERG, 2023, p. 130). O movimento farroupilha, encabeçado pela elite estancieira, era essencialmente escravocrata.

A administração da metade da província que havia ficado em mãos farroupilhas teve diversos problemas econômicos e políticos, além de militares. O italiano Luís Rossetti, na função de secretário de governo, chegou a enviar ofício para Domingos José de Almeida, ministro farroupilha no Rio Grande do Sul solicitando empréstimos. Inclusive chegou a temer o fracasso da recém instalada unidade administrativa. E não demorou muitos meses para que o governo imperial conseguisse fechar o cerco contra o inimigo exercendo grande pressão naval. A sonhada saída para o mar tão almejada pelos farroupilhas nunca se concretizou de fato. O capitão-de-mar-e-guerra Frederico Mariath assumiu o comando das forças navais do Império, distribuindo as embarcações ao longo do litoral, do Desterro para o sul. Devido a esses fatores, a simpatia inicial da população catarinense frente aos rebeldes foi se desvanecendo. Muitos catarinenses trocaram de lado, passando para as tropas imperiais.

A Frequesia de Imaruí, localidade catarinense, revoltou-se contra os farroupilhas ocorrendo sangrento combate no início de novembro de 1839. Apesar de David Canabarro ter dado pouca importância ao fato noticiando[70] a Antônio de Souza Netto que o inimigo foi dispersado e ocorreram somente três mortes no povoado, Garibaldi relata uma versão diferente do ocorrido. No livro *Memórias de Garibaldi*, escrito por Alexandre Dumas, o italiano lamentava a terrível ordem recebida e descrevia que a situação havia saído do controle ocorrendo pilhagens, violência e destruição: "Que Deus, do alto de Sua compaixão, possa perdoar-me! Jamais um outro dia desta vida gravou em minha alma uma tão amarga recordação...".[71]

Em 15 de novembro de 1839, Laguna foi reconquistada pelos legalistas. Lages também foi perdida e depois retomada novamente em 02 de dezembro de 1839 pelas tropas comandadas pelos farroupilhas Teixeira Nunes e Garibaldi. Mas, em 12 de janeiro de 1840, os rebeldes sofreram novo revés nas margens do rio Marombas, sendo muitos aprisionados, inclusive Ana da Jesus Ribeiro (Anita Garibaldi). Naquele momento, após a perda dos territórios catarinenses para as forças imperiais, os farroupilhas também enfrentavam dificuldades no Rio Grande do Sul. As localidades conquistadas eram cercadas pelos legalistas e a República Rio-Grandense sofria dificuldades no recrutamento militar e pagamento de impostos.[72]

No Uruguai, Manuel Oribe assumiu a presidência em 1835, concomitantemente à guerra civil no Rio Grande do Sul.

---

[70] O Povo. Suplemento ao në 121. p. 01. Caçapava, 23 de novembro de 1839.
[71] DUMAS, Alexandre. Memórias de Garibaldi. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 102-103.
[72] CV-342 – Ofício de Domingos José de Almeida a Inácio José de Oliveira Guimarães em 9 de novembro de 1839.

Governou até 1838 quando renunciou em meio a guerra desencadeada pelo rival Frutuoso Rivera. Na Argentina, Juan Manuel de Rosas havia assumido a representação da Confederação Argentina em 1831. Neste pacto federal, aderiram as seguintes províncias: Corrientes, Mendoza, Cordoba, Santiago do Estero, Rioja, Tucumán, San Juan, San Luis, Salta e Catamarca. As ações políticas, militares e diplomáticas de Rosas visavam reestabelecer a territorialidade do antigo Vice Reinado do rio da Prata, fundado em 1776 pela Espanha, abrangendo as atuais Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e territórios do sul do Brasil, conforme a fronteira do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Rivera, Oribe e Rosas foram personalidades que se relacionaram com as lideranças farroupilhas pelos próprios interesses contra o Império do Brasil. Mas, havia suspeições dentro do grupo contra alguns destes líderes. Luís Rossetti, por exemplo, via com reprovação a aliança com Rosas, pois temia que o envolvimento deles causasse a reprovação da França.[73]

> Rossetti referia-se à França porque temia uma intervenção daquele país caso os farroupilhas se unissem a Rosas. Entre 1838 a 1850 houve constantes bloqueios navais anglo-franceses a Buenos Aires e a Montevidéu. Os europeus desejavam, sobretudo, a liberdade de comércio para os seus produtos, naqueles portos, assegurar a independência do Uruguai e franquear o rio da Prata à navegação internacional (BANDEIRA, 1995, p. 65).

[73] CV-8043 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida,em 10 de outubro de 1839.

Logo após conquista farroupilha dos territórios catarinenses, em setembro de 1839, Rosas recebeu o ministro da República Rio Grandense, Antônio Manuel Correa da Câmara. Na prática, reconheceu o governo dos rebeldes e, habilmente, justificou ao governo legal que "não o rechaçava para que o governo argentino tivesse oportunidade de exercer seus bons ofícios para o bem da paz entre os partidos contendores" (GOLIN, 2002, p. 344). O Império concentrou suas ações na tentativa de dificultar esta aproximação. Rivera colaborou com os legalistas pelo motivo que temia uma intervenção militar brasileira, mas permitia trocas comerciais na praça comercial de Montevidéu. Estas transações foram importantes para que o governo rebelde sobrevivesse, e por isso, o Império o pressionou para que elas cessassem. Mas, Rivera continuou aliado dos rebeldes, contribuindo para que ao final do ano de 1839, a política exterior dos farroupilhas inclinou-se para o lado do líder uruguaio. Em Santa Catarina, Luís Rossetti comemorava a decisão de aproximação de Rivera e a declinação de Rosas em correspondência[74] a Domingos José de Almeida: "Vejo com imensa satisfação que a política exterior do gabinete vai seguindo melhor caminho. Esforce-se, contudo, para que seja celebrado o tratado de confederação com a República Catarinense, e faça de modo que nele intervenha o presidente Fructo".

O governo imperial brasileiro acreditava que, uma vez livre da intervenção anglo-francesa em seus portos e uma possível vitória dos aliados blancos (grupo político de Oribe) no Uruguai, Rosas teria condições de submeter totalmente a oposição interna argentina. Caso esta hipótese fosse concretizada, o

[74] CV-8043 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida,em 10 de outubro de 1839.

chanceler brasileiro Paulino José Soares de Souza acreditava que o Paraguai seria anexado pela Confederação Argentina, temendo então pelo isolamento do Brasil. Além disso, o protecionismo rigoroso e o monopólio do comércio de Buenos Aires sobre o interior da Argentina, o fechamento dos rios, cortando o acesso a província de Mato Grosso com a capital brasileira por água, e sua política de dominação sobre o Paraguai e Uruguai prejudicava os interesses brasileiros. Seguindo a lógica de oposição à Confederação Argentina, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil persuadiu seus países vizinhos a se posicionarem contra a sua expansão. O ministro Paulino José Soares de Sousa, em instrução[75] a Venceslau Antônio Ribeiro, encarregado de negócios no Chile, datada de 27 de dezembro de 1843, pediu que fosse difundida a ideia de que o fortalecimento do poder de Rosas seria prejudicial às demais potências da América meridional, prejudicando o equilíbrio de força entre as outras repúblicas.

> E, o movimento insurrecional do Rio Grande do Sul desencadeado pelos farroupilhas, poderia fragmentar o Império do Brasil, já que o projeto de poder concebido era a formação de uma Confederação, constituída pelo Rio Grande, Santa Catarina, Uruguai e mesopotâmia argentina (GOLIN, 2002, p.343).

[75] Instrução de Paulino José Soares de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Venceslau Antônio Ribeiro, encarregado de negócios no Chile, em 27 de dezembro de 1843. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 93-95.

A abordagem das relações além-fronteira é essencial para a compreensão do fenômeno da guerra civil farroupilha. Estas relações entre "grupos de poder detentores de primazia política, econômica, ideológica, cultural, jurídica e/ou militar" (RECKZIEGEL, 1999, p. 15) estiveram presentes no conflito. As personalidades estrangeiras colaboraram no enfrentamento ao Império do Brasil e auxiliaram constantemente os rebeldes. Ademais, fizeram parte dos aparatos administrativos e militares dos farroupilhas, mesmo que houvesse alguma discriminação contra os estrangeiros que ocupassem estes postos. Exemplos descritos nos documentos são encontrados tanto do lado legalista quanto dos farroupilhas. Houve rejeição de Rosseti no cargo de secretário de governo e Giuseppe Garibaldi como comandante da esquadrilha. "Os guerreiros estimam que o estrangeiro combata ao seu lado, mas os letrados não gostam de ver um estrangeiro sentado ao mesmo escritório".[76] João Pascoe Greenfell em ofício a Domingos Crescêncio de Carvalho reclamou do tratamento que vinha recebendo "alguns partidários da legalidade, cegos de vingança e interesses particulares, e surdos a voz da pátria e da humanidade me têm proclamado como um traidor e rebelde".[77]

Pode-se perceber uma variável de complexos que envolveram a guerra civil farroupilha no território catarinense, compreendendo relações locais e além-fronteira conforme a apresentação do tema. O objetivo expansionista dos líderes da insurreição sulista, num exame introdutório, transpareceu nas

[76] CV-8042 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 1º de outubro de 1839.
[77] Ofício de João Pascoe Greenfel a Domingos Crescêncio de Carvalho, em 15 de agosto de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1882. Vol. 452, p. 221-222.

bibliografias e fontes consultadas. O propósito de ligar-se com outras províncias e estabelecer uma confederação também é nítido, mas mantendo as características locais dos territórios. As alianças locais, nos parecem, que num primeiro momento, apoiaram a causa rebelde. Porém, ao longo do tempo, após desgaste da República Juliana e pressão do Império do Brasil a simpatia do povo catarinense se inverteu e muitos se rebelaram contra os farroupilhas, a exemplo da Freguesia de Imaruí. Todos estes fatores apresentados comprovam que é possível examinar a província de Santa Catarina no contexto da guerra civil farroupilha e seus desdobramentos.

Referências

ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1882

BERGER, Isis B., Os lugares das línguas nas fronteiras: reflexões de uma professora-formadora sob a ótica da política linguística. *In*: MYSKIW, Antonio M.; BUTZGE, Clóvis A.; LEMOS, Marilene Ap.. (Orgs.). *O Sul e suas fronteiras: Linguagens e História*. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022

ELÍBIO, Antonio M. Uma mulher ilustre do Brasil: Anita Garibaldi e o culto à nação. *In*: BRANCHER, Ana Lice; AREND, Silvia Maria Fávero, (Org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 2001. 347 p. ISBN 8532802184 (broch.).

BOEIRA, Nelson.; GOLIN, Tau.; PICCOLO, Helga.; PADOIN, Maria M.. (Orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul - Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. – v.2.

BRANCHER, Ana Lice; AREND, Silvia Maria Fávero, (Org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 2001. 347 p. ISBN 8532802184 (broch.).

Coleção Varela-342 – Ofício de Domingos José de Almeida a Inácio José de Oliveira Guimarães em 9 de novembro de 1839.

Coleção Varela-8042 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 1º de outubro de 1839.

Coleção Varela-8043 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida,em 10 de outubro de 1839.

COSTA, Gustavo M. *Entre contrabando e ambigüidades:* outros aspectos da República Juliana Laguna/SC - 1836-1845. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 167p. 2006.

DUMAS, Alexandre. *Memórias de Garibaldi*. Porto Alegre: L&PM, 1998

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1977.

FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense:* realidade e utopia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, 469P. (Coleção História, 54).

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GELLER, Odair. Compreender não é perdoar: pelo contingenciamento das fontes sobre a Guerra contra o Paraguai. In: MYSKIW, Antonio M.; BUTZGE, Clóvis A.; LEMOS, Marilene Ap.. (Orgs.). *O Sul e suas fronteiras:* Linguagens e História. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

GRINBERG, Keila. The Abolition of Slavery and International Relations on the Southern Border of the Brazilian Empire, 1840–

1865. In: FISHER, Brodwyn. GRINBERG, Keila. *The Boundaries of Freedom Slavery, Abolition, and the Making of Modern Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2023.

GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Linus, 2013.

Instrução de Paulino José Soares de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Venceslau Antônio Ribeiro, encarregado de negócios no Chile, em 27 de dezembro de 1843. *Cadernos do CHDD* / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 93-95.

MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

MYSKIW, Antonio M.; BUTZGE, Clóvis A.; LEMOS, Marilene Ap.. (Orgs.). *O Sul e suas fronteiras:* Linguagens e História. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

O Povo: jornal político, literário e ministerial da República Rio Grandense. Edição Fac-símile. Porto Alegre: Globo, 1930.

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC. Lunardelli, 1983.

SILVA, Amanda S.; TEIXEIRA, Anderson M.; REICHERT, Emanunuel H.. (Orgs.). *Desvendando a história regional novas pesquisas*. Passo Fundo: Editora Méritos, 2013.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO RELIGIOSA: ESTUDO DE CASO DO PADRE FRANCISCO APOLINARIS MASCARENHAS NO RIO GRANDE DO SUL

Jean Carlo Rosa Durigon
Drdo. PPGH/UFSM - Bolsista CAPES,
jeandurigon@hotmail.com

Marta Rosa Borin
Profª. Drª PPGH/UFSM
marta.borin@ufsm.br

Resumo
Este estudo é parte da tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, e visa identificar e apresentar os impactos da imigração religiosa de sacerdotes católicos indianos nas décadas de 1960 – 1970 no Estado do Rio Grand do Sul, especialmente na cidade e arquidiocese de Santa Maria, com enfoque à atuação do Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas, sacerdote secular diocesano incardinado na Arquidiocese de Bombaim (*Archdiocese of Bombay*), que residiu de 1967 a 2001, e criou a associação de leigos "Legião de Maria", pondo em prática as mudanças e diretrizes propostos pela Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II (1961 – 1965), onde se promovia e era dado destaque à atuação dos leigos frente a sociedade. Natural da Índia, Francisco Mascarenhas foi um dos quatro sacerdotes indianos seculares da Arquidiocese de Bombaim, que imigrou para o Brasil na década de 1960 desenvolvendo suas atividades laboriosas até o ano de 2001 na então Diocese de Santa Maria (hoje Arquidiocese de Santa Maria). O estudo apresenta como objetivo geral identificar a ação sócio-religiosa do Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas no Estado do Rio Grande do Sul e na Arquidiocese de Santa Maria, a partir de sua imigração para o Brasil, com ênfase na criação da associação laical eclesiástica "Legião de Maria". Afim de alcançar o objetivo geral, propõem-se objetivos específicos tais como: - estudar os tipos documentais existentes no acervo da instituição "Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa

Maria", Fundo Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas; - Estudar o fenômeno migratório de sacerdotes católicos para o Brasil nas décadas de 1960 e 1970, a partir da ótica documental eclesial advindos do Concílio Vaticano II, com ênfase nos sacerdotes provenientes da Índia, especialmente o Padre Francisco Mascarenhas; - **r**ealizar entrevistas baseadas no método da história oral com pessoas ligadas ao Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas, identificando os reflexos de sua atuação social e no campo religioso.

Introdução

Os Anos de 1960 a 1970 representam mudanças no contexto político religioso da Igreja católica no mundo e no Brasil. A convocação do Concílio Vaticano II no ano de 1961, pelo Papa (São) João XXIII, abre um novo paradigma a respeito da fé e da cultura católica. Há uma mudança de pensamento, novas metas são apresentadas e a chamada "questão pastoral", até então desempenhada quase que exclusivamente por clérigos e religiosos passa a abranger novos agentes, os leigos, ganhando grande repercussão no orbe católico e nas sociedades.

Os documentos eclesiais podem ter impulsionado os fatores migratórios que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970 para o Brasil, a partir das diretrizes do Concílio Vaticano II, especificamente para o Estado do Rio Grande do Sul e a Arquidiocese de Santa Maria, que recebeu quatro sacerdotes naturais da Índia, dentre eles o Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas, para um convênio de atuação de quatro anos, o qual vigorou além do estipulado, durando mais de três décadas.

A partir do acervo documental, busca-se analisar os impactos sócio-religiosos da atuação do padre Mascarenhas frente aos leigos católicos na Arquidiocese de Santa Maria, e em outras

localidades do Rio Grande do Sul, por onde transitou e promoveu a associação de leigos "Legião de Maria".

A hipótese que levantamos para este trabalho é de que a imigração de um sacerdote católico indiano para o Brasil, na década de 1960, é resultado da efetiva evangelização católica na Índia, visto que sacerdotes de origem indiana passaram a fazer o processo reverso, vindo atuar no Brasil, impactando um grande número de pessoas na cidade e Arquidiocese de Santa Maria, bem como no Estado do Rio Grande do Sul a partir da criação da Associação Legião de Maria.

Outra hipótese está relacionada à situação missionária da Igreja católica daquele período, ou seja, a partir do Concílio Vaticano II, e dos documentos resultantes deste, especialmente o Decreto *Ad Gentes* de 1965 que trata sobre a "Atividade Missionária da Igreja", promulgado pelo Papa (São) Paulo VI, onde a evangelização dos povos deveria ser não somente a partir dos sacerdotes, mas deveria contar com a participação dos leigos, alterando os paradigmas sociais e hierárquicos existentes.

Este estudo justifica-se, primeiramente, por dar continuidade à temática abordada pelo autor desde a graduação no Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (2013 – 2016), onde desde o ano de 2015, a partir do projeto de estágio curricular obrigatório, foi desenvolvido um trabalho de identificação e organização dos documentos eclesiais da Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria e do fundo Padre Francisco Mascarenhas.

Desta abordagem inicial durante o estágio curricular, teve como resultado o artigo intitulado "A aplicabilidade da gestão arquivística no acervo documental do *Senatus* do *Rio* Grande do Sul", sendo condecorado como melhor artigo de sua categoria

no XX Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia – ENEARQ 2016.

A temática foi desenvolvida também no Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (2017 – 2019), do qual resultou a dissertação intitulada "A contextualização do patrimônio documental do arquivo eclesiástico da Legião de Maria - S*enatus* Nossa Senhora da Conceição através da história oral". Concomitante à dissertação elaborou-se como produto do mestrado profissional, um catálogo seletivo abrangendo os anos de 1970 – 1990, elaborado a partir do confronto entre documentos textuais e documentos iconográficos produzidos pela instituição, juntamente com o relato oral destes documentos e imagens por parte de seus associados de longa data, testemunhas dos registros institucionais.

Pretende-se agora uma nova abordagem na temática dos acervos eclesiais, com o auxílio da historiografia e seu arcabouço teórico, analisar uma das figuras centrais na produção documental da "Legião de Maria", da qual resultou os trabalhos supracitados, por analisar o movimento migratório de sacerdotes indianos católicos para o Brasil nas décadas de 1960 e 1970, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul com ênfase na região central do Estado, compreendida como a Arquidiocese de Santa Maria e províncias eclesiais adjacentes (tais como as Dioceses de cachoeira do Sul, Bagé e as Arquidioceses de porto Alegre e Pelotas) na pessoa do Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas.

Quanto a sua relevância do ponto de vista do tema proposto, acredita-se que, enriquecerá a historiografia local e nacional, sobretudo sobre a história da igreja católica e seus agentes sociais, com enfoque na participação de leigos com maior

envolvimento a partir da atuação da "Legião de Maria", coordenada pelo Padre Francisco Mascarenhas no Rio Grande do Sul.

No que se refere às pesquisas em acervos eclesiais bem como ao patrimônio documental e imaterial, que resultam do fenômeno migratório religioso, poderemos contribuir para o reconhecimento da importância e relevâncias dos arquivos das associações laicais, uma abordagem além dos tradicionais arquivos paroquiais e das circuncisões eclesiásticas (Cúrias metropolitanas e Mitras diocesanas) ou ordens e congregações religiosas.

A cidade de Santa Maria apresenta uma diversidade de instituições religiosas em seu território administrativo, sendo elas eclesiais por excelência (Arquidiocese e paróquias), quanto associações laicais, no entanto dar-se-á foco ao acervo da "Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria", Fundo Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas, que faz parte desta rede de produtores de documentos eclesiásticos, *detentores de um capital cultural no campo religioso*, segundo Bordieu (2009).

A presente instituição eclesial possui dois fundos documentais e um sub-fundo, sendo o Fundo Documental "Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria", o Sub-fundo documental "Jornal *Vexillum*", ligado ao fundo anterior, e o fundo documental Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas (custodiado junto ao Memorial de mesmo nome), objeto desta pesquisa.

Esta instituição apresenta pouca exploração acadêmica no que se refere a sua documentação, compreensão historiográfica e difusão. Tem-se conhecimento de alguns trabalhos de cunho científicos, como os supracitados, o artigo "O Arquivista frente à documentação eclesial" (2016) a Dissertação intitulada "A contextualização do patrimônio documental do arquivo

eclesiástico da Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição através da história oral" (2019) e o vídeo de difusão intitulado "Memorial Padre Francisco Mascarenhas" veiculado junto ao XX Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia, Rio de Janeiro, 2016.

A região de Santa Maria, como proeminente produtora de bens capital religioso, registra abordagens de pesquisas acadêmicas tais como: "Por um Brasil católico: Tensão e conflito no campo religioso da República" (Borin 2010); "Da festa ao cerimonial midiático: as estratégias de midiatização da teleromaria da Medianeira pela Rede Vida" (Borelli 2007), dentre outros.

A partir dos registros da "Legião de Maria", entende-se sua estrutura, compreendendo, por conseguinte sua história, que se entrelaça com a história do Padre Francisco Mascarenhas.
Para elucidar e complementar a história desta figura religiosa, existem fontes documentais presente**s** no acervo e a possibilidade da coleta de informações por meio do uso da história oral, que através de entrevistas com leigos vinculados a Legião de Maria, podem fomentar a historiografia biográfica do Padre Mascarenhas e sua atuação sócio-religiosa.

1. Revisão bibliográfica

Para desenvolver esta pesquisa, faz-se necessária a revisão de literatura referente a historiografia, a" economia simbólica" proposta por Pierre Bordieu, especialmente o campo religioso, a arquivística, o conceito de patrimônio, seja ele material e imaterial, bem como demais elementos que subsidiem o arcabouço teórico-metodológico, tais como o registro e a memória a partir de Le Goff.

1.1- O Campo Religioso segundo Bordieu

Segundo Bordieu (2009 p. 31), "existem sistemas simbólicos, tais como a religião, a arte e a língua, e estes sistemas são veículos de poder e política".

Esses sistemas, ou campos simbólicos, dentre eles o campo religioso, são:

> Um instrumento de conhecimento, ou melhor, um veículo simbólico a um tempo estruturado [...] que encara como condição de possibilidade primordial o sentido dos signos (símbolos) quanto ao sentido do mundo, que os primeiros permitem construir (BORDIEU, 2009 p 28).

O Campo religioso, assim como o campo econômico possui seus bens de capital, isto é, bens que podem simbolicamente, formar um montante pertencente a um grupo social, unido por elemento comunal**, a** fé.

O acumulo de bens de capital religioso, constitui dois grupos geradores, ou produtores: os sacerdotes e os leigos, e ambos formam o corpo eclesial.

Durkheim apud Bordieu, diz que "Igreja não é somente uma confraria sacerdotal, é a comunidade moral formada por todos os crentes da mesma fé, tanto fiéis como sacerdotes" (BORDIEU 2009, p. 42).

O mesmo autor afirma que "a religião, e em geral todo sistema simbólico, está predisposta a cumprir uma função de associação" (BORDIEU 2009. 43).

Borin afirma que como capital simbólico no campo religioso, podem-se elencar aspectos como "devoção, crença e

tradição, que orienta as estratégias dos agentes que estão comprometidos no campo" (BORIN 2010, p. 23).

Nesta lógica, um acervo religioso, resultante de suas atividades, e de seu patrimônio imaterial, a fé, a crença; produzem como patrimônio material a documentação e os registros destes bens de economia simbólica.

1.2- Patrimônio, documento e memória

Para Ferreira (2014) patrimônio é um "bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornarem protegidos, devem ser preservados para o usufruto de todos os cidadãos".

Entende-se que a noção de patrimônio não é algo isolado, mas sim aliada ao ambiente (natureza) e à cultura de determinada instituição ou sociedade. Pode-se ter, assim, a concepção de patrimônio também como patrimônio cultural. (DURIGON, 2019)

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no ano de 1972, define patrimônio cultural como:

> **São considerados "patrimônio cultural":**
> - os **monumentos:** obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, **inscrições,** grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
> - os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade

> ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
> - os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972).[78]

Estes monumentos e inscrições (escrita epigráfica) são informações fixadas em um suporte, portanto, documentos epigráficos, também bens de capital de cultural, conforme Bordieu sintetiza no livro "a economia das trocas simbólicas".

Sobre registros epigráficos, Le Goff diz que:

> O aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva. [...] A escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. A memória assume, então, a forma de inscrição e suscitou na época moderna uma ciência auxiliar da história, a **epigrafia** (LE GOFF 2013, p. 394).

Além do patrimônio material, tais como prédios, monumentos e demais obras da humanidade, elencados pela UNESCO, a Constituição Federal, considera também o

[78] Grifo nosso.

patrimônio imaterial do povo, aquilo que não é palpável nem medido, mas que é transmitido, por meio dos fazeres e saberes, o imaterial, a **oralidade, a tradição, lendas, folclore**, etc., conforme assegura a Constituição Federal no seu Artigo número 216:

> Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL 1988).

No que se refere a definição do patrimônio imaterial brasileiro, o IPHAN assim define:

> Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; **celebrações;** formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (IPHAN)[79]

Tendo em vista as celebrações estarem vinculadas às liturgias, aos saberes e o conhecimento religioso apresentado a um grupo, estes se constituem patrimônios imateriais, formulados por seus agentes, geradores do "capital religioso".

[79] Grifo nosso. Sitio do IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234. Acesso em 20 out. 2018.

O acervo eclesial é resultado direto da ação de um patrimônio imaterial. Tanto o acervo de uma instituição custodiadora e mantenedora, quanto o acervo pessoal dos agentes religiosos, compõem as tipologias oriundas da imaterialidade cultural de um povo.

As instituições costodiadoras e mantenedoras apresentam uma função básica, que de acordo com Schellenberg (2006, p. 41) é "tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda".

Os registros documentais eclesiásticos registram as formas de celebrações, liturgias, ensinamentos e tradições religiosas, bem como transmitem um modelo de atuação social. Nisto pode-se agregar o registro dos agentes religiosos, bem como das associações religiosas.

1.3- Acervos Eclesiásticos

A Arquivologia, ciência afim da historiografia, nos apresenta conceitos fundamentais para compreender seus métodos e técnicas, dentre estes, o conceito de documento que, segundo Bellotto é:

> Um suporte com uma informação, que poderá ensinar algo a alguém. De forma simples, podemos dizer que o 'documento é uma informação, de qualquer tipo, sobre um suporte de qualquer tipo', ou, se colocarmos a definição ao contrário, 'documento é um suporte modificado por uma informação' (BELLOTTO, 2002, p.22).

Para Paes (2004) documento é: "o registro de uma informação independente da natureza do suporte a que contém". Assim podemos afirmar que documento é toda a informação fixada em um suporte, independente do mesmo.
A reunião de documentos oriundos de um mesmo produtor, ordenados dentro de uma lógica orgânica e acessível, forma um fundo documental.

Por fundo documental, Rousseau e Couture (1994) nos dão a seguinte definição:

> Os documentos de arquivo são formados a partir das atividades desempenhadas por seus produtores, os conjuntos documentais são reunidos por origem produtora, a qual chamamos de fundos, estes são conjuntos de documentos independentes de sua forma ou suporte, produzidos ao longo de uma atividade (ROUSSEAU E COUTURE, 1994, p.284).

Para Bellotto (2006), ao conceituar fundo documental, acrescenta-se que além de produzir documentos, instituições, pessoas ou famílias acumulam documentos no decorrer de suas atividades, e para sua melhor compreensão, podem compor mais de um fundo, ou subdividir-se em sub-fundos documentais:

> Fundo, é o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por

> outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim'. (BELLOTTO, 2006, p.128)

Ao especificar o que são acervos eclesiásticos, necessita-se dos conceitos de acervo que, segundo CUNHA (2007, p.8) é "o conjunto de bens que integram um patrimônio".
E da etimologia conceitual de eclesiástico, que segundo o mesmo autor, é "derivado do Latim *ecclesiasticus*, pertence ou relativo à igreja[80] (CUNHA, 2007, p. 283). A junção destes dois temos podem ser vistos da seguinte forma: acervos eclesiásticos são o conjunto de bens pertencentes à igreja.

Como os fundos documentais da "Legião de Maria - *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria", seu subfundo "Jornal *Vexillum"* e Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas estão inseridos no contexto da propagação da doutrina Católica, caracterizam-se como de cunho eclesiástico.

Destaca-se que o cunho eclesial abrange não somente os arquivos das Cúrias Metropolitanas, Mitras diocesanas ou Paróquias, mas englobam também os registros documentais das ordens e congregações religiosas, sejam elas contemplativas ou seculares[81], dos Movimentos leigos e das Associações religiosas, também como os acervos e registros pessoais dos agentes religiosos.

Estes acervos formam bens de economia simbólica, e são complementados com os relatos e memórias de seus agentes. A

---

[80] Neste trabalho a palavra "Igreja" refere-se à Igreja Católica Apostólica Romana, devido à finalidade do estudo.
[81] Congregações religiosas contemplativas: religiosos que vivem em clausura com o mundo exterior. E Congregações religiosas Seculares: religiosos que vivem em meio ao povo, não estão em clausurados.

oralidade e a tradição dos grupos sociais refletem ou complementam seus legados físicos, tais como monumentos, e documentos.

2. Objetivos

2.1-Objetivo geral

O estudo apresenta como objetivo geral identificar a ação sócio-religiosa do Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas no Estado do Rio Grande do Sul e na Arquidiocese de Santa Maria, a partir de sua imigração para o Brasil, com ênfase na criação da associação eclesiástica "Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria" [82].

3.2- Objetivos específicos

Afim de alcançar o objetivo geral, este estudo tem por objetivos específicos:

- estudar os tipos documentais existentes no acervo da instituição "Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da

[82] Legião de Maria, Associação internacional de católicos leigos, está presente em mais de 150 países, sua estrutura utiliza termos latinos, *Senatus* é um deles, significa "Senado". O *senatus* tem jurisdição sob um país, porém como o Brasil apresenta grandes dimensões, existem 10 *Senatus* e uma *Regia* filiados ao *Concilium Legionis Mariae*, órgão máximo da Legião de Maria com sede em Dublim, Irlanda. O Senatus Nossa Senhora da Conceição tem jurisdição sob o Estado do Rio Grande do Sul.

Conceição de Santa Maria", Fundo Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas;

- Estudar o fenômeno migratório de sacerdotes católicos para o Brasil nas décadas de 1960 e 1970, a partir dos documentos eclesiais advindos do Concílio Vaticano II, com ênfase nos sacerdotes advindos da Índia, especialmente o Padre Francisco Mascarenhas;

- **r**ealizar entrevistas baseadas no método da história oral com pessoas ligadas ao Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas, identificando os reflexos de sua atuação social e no campo religioso.

3. Metodologia

Para que os objetivos sejam alcançados em uma pesquisa, é necessário estipular seus métodos, que segundo Gil (2008, p.8) é o "conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos". Para esta pesquisa se analisará a bibliografia e a biográfica referente ao Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas.

Francis Apolinaris Mascarenhas, Antônio Francisco Apolinário Mascarenhas ou mesmo Francisco Mascarenhas[83], são as várias formas para identificar um só homem. Utilizaremos seu nome "aportuguesado" Padre Francisco Mascarenhas.

De nacionalidade indiana, nasceu em Chinchinim, província de Goa, então colônia portuguesa em 23/07/1916. Viveu

[83] Declaração emitida pela Mitra Diocesana de Santa Maria. Acervo da instituição.

a juventude junto aos familiares. Seu pai Antônio era médico, sua mãe Maria, era dona de casa.

Em 1933 ingressou no Seminário da Companhia de Jesus (Jesuítas, de nacionalidade inglesa) na cidade de Shembaganur, sul da Índia. Após um ano ingressou no Seminário Diocesano de Trichinopoly, sul da Índia dirigido pelos jesuítas franceses, onde foi ordenado ao grau de Diácono para a Diocese de Trichinopoly.

Durante o período de formação seminarístico um colega comenta com Francisco sobre um movimento, associação de leigos chamada "Legião de Maria", o qual está a serviço da autoridade eclesial e sacerdotal católica, e a partir das diretivas do Concílio Vaticano II, propaga-se para todos os continentes e grande parte das dioceses católicas do mundo.

Foi ordenado sacerdote em 21/03/1942, com vinte e cinco anos de idade na cidade de Bombaim. Como Sacerdote, atuou primeiramente na Igreja Nossa Senhora do Rosário, e em 02/02/1943 teve o primeiro contato pessoal com a Legião de Maria e formou então um Praesidium[84] (grupo de leigos filiados a Legião de Maria). Com o passar do tempo atuou em diversas paróquias de Bombaim e fundou outros grupos (ou *Praesidia*, coletivo de *praesidium)*.

Estes grupos da Legião de Maria, a posteriori vieram a formar o *Senatus*[85] de Bombaim, cuja jurisdição abrangia Bombaim e o norte da Índia. Em 1959 foi nomeado pároco da

[84] *Praesidium* (Lê-se "Presídium"), termo latino que significa "pequeno grupo, destacamento, base, também "proteção" (DURIGON, 2016).
[85] *Senatus*, termo latino que significa "senado". Adaptado da antiga organização de Roma, é o Conselho que administra os núcleos da Legião de Maria num território de grande amplitude, ou um país (DURIGON, 2016).

Paróquia São João Evangelista, e durante sua permanência nesta Paróquia, atuou como Diretor Espiritual do *Senatus* de Bombaim.

Viaja à Roma, em 1965 após o contato com um bispo brasileiro, obtém deste a informação de que em sua diocese de origem há um pequeno número de sacerdotes atuantes. Com base nesta conversa, Padre Francisco manifesta a seus superiores, na pessoa do Arcebispo de Bombaim, o desejo de trabalhar no Brasil, e por intermédio de outro Sacerdote, Padre Felipe dos Santos, de origem indiana já residente na Diocese de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, tem seu *Curriculum Vitae* apresentado à Dom Luiz Victor Sartori[86], o qual o "recebe de braços abertos e com muito reconhecimento" (DLVT)[87].

Em 26/06/1967, após comemorar vinte e cinco anos de sacerdócio, Padre Francisco parte para o Brasil, chegando a Santa Maria em 31/08/1967, sendo recebido pelo Bispo Diocesano de Santa Maria, Dom Luiz Victor Sartori.

Dom Luiz, em diálogo com Padre Francisco, menciona o envolvimento de Padre Francisco com a Legião de Maria na Índia e o trabalho que este realizou junto a esta associação de leigos.

O bispo relata que recebeu convites enviados pelo *Senatus* de São Paulo[88] para a diocese de Santa Maria afim de criar a Legião neste território eclesial. Até então, todos estes pedidos de criação foram recusados pela Diocese. Porém com a chegada de

---

[86] Quarto Bispo Diocesano de Santa Maria, seu Episcopado foi de 1960 a 1970, participou do Concilio Vaticano II.

[87] Trecho extraído da carta de D.L.V. Sartori a Pe. Francisco Mascarenhas, datada de 08/03/1967. Acervo da instituição.

[88] *Senatus* Nossa Senhora Aparecida de São Paulo foi o primeiro "grande Conselho" da Legião de Maria no Brasil, e seu território abrangia nesta época toda a região oeste e sul do Brasil.

Padre Mascarenhas, Dom Luiz decide criar a Legião de Maria na cidade, como resposta às Diretrizes do Concílio Vaticano II (1961 – 1965).

Padre Francisco é nomeado coadjutor da Paróquia Santa Catarina de Alexandria, no Bairro Itararé e responsável pela promoção da Legião de Maria na cidade e diocese.

Obtém licença do então pároco (Padre responsável pela administração da paróquia), Padre João Ferigolo e fundou em 07/09/1967 o primeiro grupo de Legionários de Santa Maria, recebendo a denominação de *Praesidium Nossa Senhora das Graças.*[89]

Desde sua chegada ao Rio Grande do Sul, Padre Francisco trabalhou constantemente para a promoção da Legião de Maria na cidade de Santa Maria e arredores, visitando diversas paróquias para divulgar a associação de leigos.

Em 1968 já havia 11 grupos (*Praesidia)* da legião de Maria dentro e fora da cidade de Santa Maria. (DURIGON, 2016)

Padre Francisco atuou promovendo a inclusão e capacitação de pessoas por meio da associação "Legião de Maria", no campo religioso. Atuou também em diversas cidades do Rio Grande do Sul, nos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Segundo Bordieu "o campo religioso é como todos os campos, um universo de crença, mas no qual o assunto é a crença" (BORDIEU 1990, p. 109).

Com base em uma crença (a doutrina católica e inserção dos leigos na evangelização, conforme os Documentos do

[89] Todo *Praesidium* da Legião de Maria recebe como nome um "título de Nossa Senhora", por exemplo: "Nossa Senhora Aparecida", "Nossa Senhora Medianeira", "Nossa Senhora do Rosário", etc.

Concílio Vaticano II), Padre Francisco fundou mais de oitocentos núcleos da Legião de Maria, chamados de "*Praesidium"*, no Rio Grande do Sul, com cerca de quinze pessoas em cada grupo, abordando atividades sociais como a promoção de alfabetização de jovens e adultos, especialmente junto às periferias e a classe operária.

Atuou junto a migrantes e pessoas em situação de vulnerabilidade social, destacando a promoção e valorização de empregadas domésticas e associação (clubes) de mães, abordando a religiosidade e a valoração humana concomitantemente.

Promoveu por cerca de 20 anos vários "cursos" de formação cristã, chamados de "retiros", dos quais o mais proeminente foi o "Cenáculo Retiro", tendo até três edições por ano, atingindo cerca de 60 pessoas por edição. Na década de 1990 lança o "Cenáculo para adolescentes", com edições até o ano de 2004, dirigidos por leigos associados a Legião de Maria.

Tendo em vista o legado deixado pelo Padre Francisco Mascarenhas no campo religioso e no âmbito social, serão utilizados roteiros para entrevistas com pessoas que pertenceram e estão ligadas à "Legião de Maria", que conviveram e atuaram junto ao Padre Mascarenhas, contribuindo para a disseminação da Legião de Maria em Santa Maria, no Rio Grande do Sul e em outros estados da federação.

Para as entrevistas, se elencarão pequenos grupos de pessoas, entre cinco e doze pessoas na faixa dos cinquenta anos aos noventa anos de idade (tendo em vista o falecimento do padre no ano de 2001, aqueles que conviveram com ele estão com idades entre as faixas etárias estipuladas).

Pesquisa, de acordo com Demo (1996, p. 34) é um "questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático".

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Exploratória porque envolve levantamento bibliográfico, pois se terá como fontes de pesquisa livros, teses, dissertações, periódicos e artigos, a fim de haver uma definição de referencial teórico relacionado ao tema, e objetiva proporcionar visão geral de determinado fato (GIL, 2008), especificamente a memória, o capital simbólico no campo religiosos e o patrimônio imaterial, a oralidade da tradição dos grupos.

É uma abordagem descritiva, já que se destina a descrever um determinado fato (a atuação do Padre Mascarenhas e dos leigos católicos após o Concílio Vaticano II no âmbito religioso e social), as características do público envolvido, associados da "Legião de Maria" que conviveram com o Padre Mascarenhas, envolvendo o uso de questionário como técnica de coleta de dados para sua metodologia (GIL, 2008).

3.1-História oral

Os hábitos e costumes transmitidos pelas sociedades muitas vezes não estão registrados apenas em documentos, mas também, pela oralidade e pela tradição que perpassa as gerações e remonta a história dos indivíduos e do grupo social ao qual estão inseridos.

Segundo Meihy (2015, p. 14) "a história oral é uma parte do conjunto de linguagem verbal expressa". Consiste em elaborar entrevistas e roteiros para obtenção de narrativas sobre determinado fato. O mesmo autor, afirma que:

> Os produtos de entrevistas em história oral devem sempre resultar em documentos de

> base material escrita, ainda que, em tantos casos, derivados de diálogos verbais.
> [...] A produção de entrevistas seja usada como alternativa para preencher vazios de documentos convencionais ou de lacunas de informações e até para complementar outros documentos. (MEIHY 2015, p. 24)

Além de contribuir para a historiografia, complementando o documento existente no acervo, e consequentemente na compreensão dos conjuntos documentais, a história oral pode ser classificada em tipos: história oral de vida, história oral temática e tradição oral (MEIHY 2015, p. 33).

A história oral temática "é mais passível de confrontos que se regulam a partir de datas, fatos, nomes e situações" Meihy (2015, p. 38).

O mesmo autor afirma que o uso da história oral como "algo a mais" para a pesquisa e a coleta de dados, equipara-se a uma fonte de suporte escrito" (MEIHY 2015, p. 67).

Quando se expõem documentos textuais (cartas, atas, convites, diários, etc.) e documentos iconográficos junto dos relatos de memórias, obtidos através de entrevistas coletadas, estes primeiros documentos ganharam novo significado e uma nova percepção por parte do pesquisador, podendo identificar uma grande parcela dos agentes sociais retratados nas formas documentais.

Os documentos por si só não revelam "o todo" referente a informações dos eventos registrados, mas apenas uma pequena parte que fora registrada em um suporte físico.

Segundo Le Goff, quando se refere a oralidade e a memória registrada: "todo documento tem em si um caráter de monumento" (2013, p. 396), e o reflexo da memória oral é a fixação do relato em um suporte, seja ele epigráfico (como nos

monumentos), seja ele em documento textual, como comumente o temos hoje. O mesmo autor afirma que "a passagem da oralidade à escrita, a memória é transformada" (2013, p. 398).

Com o auxílio da oralidade, pode-se obter mais detalhes do fato registrado, das personalidades dos agentes sociais, suas atuações e seu legado frente ao grupo pertencente.

Referências

BARROS, F. Arquivos históricos nos dias de hoje: aliciantes desafios, múltiplos papéis. In: *Congresso nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas*, 9, Ponta Delgada (Açores), 2007 – Biblioteca e Arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação [Multimédia]. Lisboa: b.A.D., 2007. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/573/398>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BORDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas***.** 6º ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2009 – (Coleção estudos; 20).

_____. *Coisas ditas.* 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. *A produção da Crença. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos***.** 1ª ed. São Paulo: Editora Zouk, 2002.

BORELLI, V. *Da festa ao cerimonial midiático: as estratégias de midiatização da teleromaria da Medianeira pela Rede Vida.* Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2505>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BORIN, M. R. *Por um Brasil católico: Tensão e conflito no campo religioso da república*. São Leopoldo: UNISINOS.

Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4550> Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.

_____. *Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.

_____. *Lei 6.546, de 04 de julho de 1978*. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=92&sid=52>. Acesso em: 22 ago. 2022.

_____. *Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.* Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Portal IPHAN*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12138&retorno=paginaIphan/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

LE GOFF, J. *História e memória.* 7ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MACHADO, M. B. P. *Educação Patrimonial:* orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2004.

MEIHY, José C. S. B. *História oral: como fazer, como pensar*. José Carlos Sebe Bom, Fabíola Holanda. – 2. ed., 4° reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.* UNESCO, 1972. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PAES, M. L. *Arquivo:* teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística.* Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos:* princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.* 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

VATICANO. *Documentos do Concilio Vaticano II: Decreto Ad Gentes.* Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html>

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

NEORREALISMO E PLURALISMO DEMOCRÁTICO: UMA POSSÍVEL APROXIMAÇÃO TEÓRICA PARA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

Jerônimo de Rossi Molina
Mestre em Administração. Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da UPF
Bolsista CAPES
jeronimo@derossimolina.com.br

Resumo
Desenvolver análises de política externa carece da compreensão quanto a necessidade de estabelecer premissas de como é formatado o sistema internacional. A partir dos anos 1990 a principal fonte de compreensão da política externa era a democracia liberal, essa coberta pela premissa da liberdade individual, da defesa da propriedade privada, do arcabouço jurídico e pelos direitos humanos. Contudo, essas premissas estão ruindo diante da multipolaridade e da construção de democracias plurais. Existe uma incompreensão quanto a ordem internacional está estabelecida e como ela foi construída, sob as bases da democracia liberal. Como forma de interpretar o sistema e a ordem internacional ora desenhadas, surge como alternativa o neorrealismo de Kenneth Waltz e John Mearsheimer, apoiados na realidade e na racionalidade dos líderes dos Estados. A partir das premissas base do neorrealismo (anarquia do sistema internacional, conflitos e busca por poder hegemônico) e teoria do Político de Carl Schmitt revigora a discussão, com a certeza de que o conflito é inerente da Política e peça fundamental para levar a compressão de como ocorre o intrincado sistema internacional baseado na racionalidade distante das paixões. Este artigo busca traz luz sob a análise de política externa para nosso tempo, enxergando tanto no passado como no presente que do Político emergente o conflito e a relação de amigo-inimigo fazem parte da constituição do sistema multipolar plural e democrático que vivemos, para além dos preceitos liberais convencionados pelas democracias ditas Ocidentais.
Palavras-chave: Neorrealismo, Democracia Radical, Política Externa.

Introdução

Como subcampo das Relações Internacionais, a Análise de Política Externa (APE) busca compreender como os Estados formulam e implementam suas políticas externas. Tem por foco os atores, argumentando que as ações entre e através dos mais diversos territórios estatais ocorrem através de tomadores de decisão humanos, agindo sozinhos ou em grupo (HUDSON, 2005, p. 1). Como ferramenta de análise, a APE se preocupa com as ações efetivamente realizadas ou anunciadas, por governos específicos, sejam eles tradicionais (Estados) ou atores supranacionais, subnacionais ou não governamentais (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 40–41). Considera, como premissa fundamental, que ações realizadas no âmbito da política externa é uma dimensão das ações políticas em geral (GONÇALVES; PINHEIRO, 2020, p. 24). Deste modo, toda e qualquer ação realizada no âmbito político – doméstico ou proveniente do sistema internacional – com foco nas fontes de decisões tomadas pelos decisores a frente da política externa, levando em conta motivações, estruturas de decisão e o contexto externo no qual as escolhas de política externa são tomadas (ALDEN; ARAN, 2016, p. 3).

Para realização das análises se busca uma explicação de como ocorreram as tomadas de decisão em âmbito multifatorial, assim como o exame de variáveis em diversos níveis de análise, ou seja, multiníveis (HUDSON, 2005, p. 2). Para tanto é preciso abarcar diversas variáveis explicativas de todos os níveis de análise, que afetam o processo decisório, aproximando uma abordagem interdisciplinar da APE, em áreas como a psicologia, sociologia, comportamento organizacional, antropologia, economia, dentre outras. Isso torna a APE um subcampo também integrativo, pois reúne uma variedade de informações através dos

diversos níveis de análise, em uma infindável variedade de informações de numerosas disciplinas do conhecimento humano.

Surgida nos anos 1950, a APE foi concebida como um contraponto ao realismo, teoria dominante em RI da época, investigando somente um ator em particular, tendo como fundamento a "teoria do ator específico", abrindo a "caixa preta dos Estados" (GONÇALVES; PINHEIRO, 2020, p. 52). Essa linha segue na contramão da proposta do neorrealismo, seja em sua vertente do realismo estrutural de Waltz (2002), como do realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), sendo o Estado e sua racionalidade o único ator a ser analisado. Entretanto, o caráter multinível da APE pressupõe focos de análise, sendo o indivíduo, o Estado e o sistema internacional (GONÇALVES; PINHEIRO, 2020, p. 56), semelhante aos níveis desenvolvidos por Waltz (2022), apesar do foco ser distinto. Em "*O Homem, O Estado e A Guerra"*, Waltz tenta compreender as origens da guerra no sistema internacional, dando maior ênfase sobre esse.

Como uma tentativa – não explicita – de conciliar o neorrealismo de Kenneth Waltz com as variáveis domésticas, veio com uma revisão de outros autores por Rose (1998, p. 146), tratando os teóricos de Relações Internacionais (RI) que incorporam variáveis internas e externas de Política Internacional, de um ponto de vista realista, como "Realistas Neoclássicos". Tal vertente teórica considera o neorrealismo como determinista, em uma lógica de ameaças e oportunidades surgidas a partir do sistema internacional, possibilitando ao Estado um leque de ações determinadas (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 19). As críticas ao realismo neoclássico surgem da própria origem do neorrealismo, relacionadas ao reducionismo em explicar a Política Internacional por meio dos fatores internos dos Estados, tendo na estrutura do sistema o principal foco (WALTZ, 1979, p. 18–19, 60, 80).

É importante ressaltar que o neorrealismo proposto por Kenneth Waltz foi desenvolvido em um momento de bipolaridade, onde duas potências – EUA e URSS – disputavam a hegemonia global, gerando fortalecendo uma balança de forças. Para o neorrealismo a bipolaridade é o melhor modelo de ordem internacional, garantindo mais estabilidade e segurança (WALTZ, 1979, p. 168). Com o fim da Guerra Fria, alguns autores concordaram com a possibilidade de existir multipolaridade, alguns mais otimistas e outros mais pessimistas diante de uma crise da hegemonia estadunidense (DA SILVA, 2010, p. 159–162). No campo dos neorrealistas, Mearsheimer também advogava o surgimento de multipolaridade com o fim da Guerra Fria, com a retirada das superpotências da Europa Central (MEARSHEIMER, 1990, p. 7). Esse vácuo de poder deixado pelas superpotências levaria a ascensão de potências menores, causando instabilidade. Waltz (2000, p. 6) também considera o ambiente multipolar como resultado da decadência de uma potência hegemônica, caracterizado pela complexidade da competição, diante das incertezas sobre as capacidades relativas dos Estados e dependência de alianças. Essa incerteza é a causadora de instabilidade no sistema internacional, gerando um incentivo ao armamento — com objetivo de aumentar a segurança — provocando insegurança em outros Estados e gerando uma reação destes (BLAGDEN, 2015, p. 336).

Está na natureza humana o desejo pelo poder como a forma constitutiva da ação política, ou seja, o *animus dominandi* (MORGENTHAU, 1947, p. 163–167). A política internacional, segue esse princípios da luta por poder de uns sobre os outros, independentemente se o objetivo final declarado seja esse (MORGENTHAU, 2003, p. 49). No Estado independente, onde as ações políticas se arregimentam, é o lugar onde se organiza a defensa desse interesse, disputando na arena internacional o

Poder (SORENSEN; JACKSON, 2018, p. 153). Esse conceito de interesse, "definido como poder (...) introduz uma ordem racional no campo da política", independentemente das preferências, motivações ou qualidades morais dos políticos executores da política externa (MORGENTHAU, 2003, p. 7–8). Morgenthau reforça a ineficiência de conhecer as motivações dos políticos, pois inexiste uma correlação entre as motivações pessoais dos políticos e as práticas de política externa. Isso também deixa ao longe motivações as simpatias ideológicas ou filosóficas, com políticos de uma forma ou outra agindo em nome do interesse nacional.

Quando políticos se utilizam das ideologias, mascaram suas reais motivações, não conseguindo "olhar de frente a verdade da política" (MORGENTHAU, 2003, p. 28). Por muito tempo liberais mostraram seu desejo em manter a Política longe do Político, crendo na democracia liberal como única forma de paz (WALTZ, 2000, p. 8). Essa 'visão pós-política", trata todos os conceitos contemporâneos de democracia e da política como parte de uma visão antipolítica comum, crendo em um mundo "sem inimigos" (MOUFFE, 2015, p. 1–2).

Está inserido no contexto do Estado o conceito de Político, sendo esse status político atingido por um povo dentro de um espaço territorial (SCHMITT, 2008, p. 19). Não o conceito formal de Estado advindo do ponto de vista liberal, mas o conceito de soberania por decisão do soberano, de forma absoluta e final (SCHMITT, 2005, p. 7). Se tem no Político o nível das práticas sociais que constituem a sociedade (MOUFFE, 2015, p. 8), na relação amigo-inimigo desinteressada de questões morais, éticas ou econômicas, conceituada de forma concreta e existencial (SCHMITT, 2008, p. 28–29).

Como método de análise, a APE se preocupa com a descoberta de fatores eminentemente internos do Estado, como

constituintes dos motivadores da política externa de determinado país. Entretanto, a anarquia do sistema internacional e a autoajuda presentes no contexto da política internacional obrigam os líderes políticos a pensarem de forma conceitual, em uma relação de amigo-inimigo. Diante da multipolaridade presente na ordem internacional, existe uma pluralidade de democracias, não alinhadas com o pensamento liberal (ou neoliberal, por assim dizer). Este artigo tem por objetivo aproximar a democracia radical proposta por Chantal Mouffe e a teoria de RI denominada neorrealismo, para ser usado como ponto de partida metodológico de APE.

Esse objetivo será atingido em cinco seções. A primeira a presente introdução, já superada. Na segunda seção é descrito um apanhado geral da teoria do neorrealismo em RI, baseando-se em Kenneth Waltz e John Mearsheimer, com maior ênfase no segundo autor. Já na terceira um resumo de como se desenvolve o conceito de político e a democracia radical a partir da Carl Schmitt e Chantal Mouffe. Na quarta seção, uma proposta de APE a partir desses marcos teóricos. Na última seção encerra-se com a conclusão e possibilidade de pesquisas futuras.

Neorrealismo em RI

Kenneth Waltz, a partir de sua obra "*Theory of International Politics"* (1979), trouxe uma nova perspectiva ao realismo empregado até então em RI. Tal fonte — realismo — diferencia-se do idealismo liberal, praticado em RI até meados de 1930 (SORENSEN; JACKSON, 2018, p. 92). Falando a linguagem realista clássica de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, o poder se se torna o elemento chave. Ponto de partida dessa aproximação foi com Edward H. Carr, em sua obra *"The Twenty Years'*

Crisis, 1919-1939" (1946), no qual considera que os pensadores liberais de RI interpretaram de forma incorreta os fatos da história, não compreendendo a natureza das relações internacionais.

Para Carr (1946, p. 41–69) as relações internacionais são palco de rivalidade e luta por interesses, não existindo uma harmonia natural de interesses. Isso leva uma luta política e econômica por seus próprios interesses, do qual alguns estão em posições privilegiadas e tentam manter seu status quo, enquanto outros tentam modificar sua posição. Grupos dominantes justificam sua dominação através da moralidade, sendo necessário reconhecer o conflito de interesses e a competição como algo natural e inevitável.

J. Hans Morgenthau também criticou o liberalismo em RI com sua obra "Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz" (2003), publicado originalmente em 1948, resumindo os pontos principais do realismo. Como já demonstrado, para o autor a natureza humana traz como impulso o desejo de poder, observado tanto na busca por poder político e econômico até na dominação de outros (MORGENTHAU, 2003, p. 18; 63). Seres humanos são ambivalentes, em sua avaliação do poder, tendendo a considerar sua reivindicação como justa, enquanto condenam o desejo alheio por poder (MORGENTHAU, 2003, p. 177). Por inexistir um governo mundial, a política internacional é uma arena anárquica, onde Estados armados se enfrentam (SORENSEN; JACKSON, 2018, p. 95).

Muito criticada, as ideias realistas careciam de validação científica de seus postulados. Waltz formulou "argumentos em forma de leis" (SORENSEN; JACKSON, 2018, p. 109), para alcançar a validação. Com isso Waltz se distanciou do realismo clássico, não demonstrando interesse pela ética da política ou pelos dilemas morais da política externa. Seu foco está na estrutura do sistema internacional, ao perceber que o sistema

internacional é uma anarquia, composta por unidades estatais semelhantes em sua função, mas diferentes em suas capacidades relativas, ou seja, o poder relativo de cada Estado (WALTZ, 1979, p. 54–101). Neste contexto é o sistema que determina as ações dos atores (Estados), sendo uma teoria determinista (SELIS, 2014, p. 110; SORENSEN; JACKSON, 2018, p. 165). Variações somente ocorrem quando acontece uma mudança na balança de poder, ou seja, quando um Estado diminui sua capacidade relativa perante a outro.

Também dominado como realismo estrutural, essa perspectiva considera que a distribuição de poder é fundamental para definir a estrutura do sistema, que influencia a forma de agir dos Estados presentes nele (WALTZ, 1979, p. 39, 97–98). Existem, portanto, duas formas de distribuição de capacidades relativas: (a) bipolar, caracterizada pela existência de duas grandes potências com a maior parte do poder, sendo mais estável, pois dificulta o jogo duplo e alianças não declaradas, tornando o sistema mais previsível e (WALTZ, 1979, p. 129–192); (b) multipolar, caracterizado pela presença de três ou mais potências, com um equilíbrio de poder mais complexo, com Estados dependendo de alianças e realinhamentos para manter a segurança, gerando instabilidade e incerteza (WALTZ, 1979, p. 163–172).

As premissas do realismo estrutural foram constituídas no âmbito da Guerra Fria, levando a crer que sua utilidade seria somente durante tal período. John Mearsheimer, em seu ensaio *"Back to the Future: instability in Europe after the Cold War"* (1990) por sua vez discorda disso, mencionando que o neorrealismo é tão relevante para situações multipolares quanto para bipolares da política mundial (SORENSEN; JACKSON, 2018, p. 172). De forma pessimista, Mearsheimer considera que a saída das superpotências da Europa iria tornar o ambiente mais

propenso à violência do que nos últimos 45 anos (MEARSHEIMER, 1990, p. 6). Para o autor o poder militar distribuído são as fontes principais de paz e guerra, sendo que a paz entre 1945 e 1990, foi resultado de três condições: (a) distribuição bipolar do poder militar no continente; (b) a igualdade militar entre EUA e URSS e; (c) o fato de cada potência estar armada com grande arsenal nuclear.

A defesa de Mearsheimer considera o término da ordem bipolar da Guerra Fria e o surgimento de uma Europa multipolar iriam provocar "o retorno indesejável da anarquia, da instabilidade europeia e até do risco renovado do conflito internacional, de crises e, possivelmente, da guerra" (SORENSEN; JACKSON, 2018, p. 174). Mearsheimer considera Waltz um "realista defensivo", argumentando que os Estados buscam principalmente a segurança, sendo a busca por poder contraproducente, conduzindo os Estados a formação de alianças para manter o equilíbrio contra um potencial hegemônico (MEARSHEIMER, 1990, p. 13–17).

No realismo defensivo a principal preocupação dos Estados é garantir a própria sobrevivência e segurança, não sendo inerentemente agressivos, mas podendo se envolver em guerra se houver sentimento de ameaça (WALTZ, 1979, p. 91-107 , 172–175). Enfatizam um comportamento cauteloso, a autoajuda e a busca por um equilíbrio de poder para manter a estabilidade, existem possibilidade de cooperação internacional, mas limitada pela desconfiança e por dilemas de segurança. Se ocorrem guerras, essas são resultados de erros de cálculo, mal-entendidos ou respostas exageradas as ameaças percebidas, tendo na prudência e no equilíbrio de poder as chaves para manter a paz.

Em contrapartida os realistas ofensivos consideram os Estados como inerentemente sedentos por poder, desejando

maximizar seu poder relativo, ampliando a hegemonia como meio de sobrevivência e segurança em meio a um sistema internacional anárquico (MEARSHEIMER, 1990, p. 13). É evidente que os Estados conseguem se tornar hegemônicos em apenas uma região do planeta, evitando a possível emergência de outra potência, seja em sua região ou em outra. Ocorre que um competidor poderia tentar interferir na esfera de influência e controle da potência hegemônica (SORENSEN; JACKSON, 2018, p. 176).

A busca por poder em um sistema internacional anárquico, é manifestada em nível regional como forma de conferir segurança máxima. Estados são inerentemente expansionistas, buscando maximizar seu poder relativo, sendo como passo lógico para a segurança e influência de um Estado. Tal prática estimula o conflito, que existiu, existe e existirá, não havendo nada que possa evitá-lo (MEARSHEIMER, 2001, p. 84). Esses conflitos são inerentes da natureza humana, devido as diversas concepções de boa vida através dos diversos grupos sociais, tantas que são irreconciliáveis (MEARSHEIMER, 2018, p. 14–44). Tais diferenças levam a conflitos mortais, graças a base ser vinculada a questões éticas e morais, diminuindo a racionabilidade e ampliando a prioridade fundamental que a é a sobrevivência. Isso leva ao medo e a desconfiança, gerando hostilidade e agressão, não sendo possível evitá-los pela razão ou pelo consenso.

A falta de uma autoridade central, aliada a competição por poder relativo, gera o conflito como estratégia a fim de proporcionar segurança para as potências, ampliando a esfera de influência hegemônica, seja regional ou global. É inerente da política como essência o conflito, em uma relação de amigo-inimigo, ou seja, sem conflito não existirá política (SCHMITT, 2008, p. 27–29).

Conceito de Político e a Democracia Radical

Após o término da Guerra Fria no início dos anos 1990, houve uma tendência em crer no "fim da história", conceito criado pelo filósofo estadunidense Francis Fukuyama em seu ensaio, transformado posteriormente em livro *"The End of History and the Last Man"* (1992). Em sua argumentação, Fukuyama (1992, p. xi–xxiii) atribui a democracia liberal o ápice da ideologia humana, não existindo outra ideologia superior. Correlaciona o fim do comunismo a essa perspectiva, onde a busca por liberdade e igualdade foram o estopim para esse fim (FUKUYAMA, 1992, p. 47).

A democracia liberal, considerada por muitos como a única ideologia a partir dos anos 1990, não é a aplicação do modelo democrático em contexto amplo, mas sim um regime preocupado com a ordem simbólica das relações sociais, mais que uma mera forma de governo (MOUFFE, 2000, p. 18). Essa ordem simbólica organiza a coexistência humana politicamente, articulando duas diferentes tradições: o liberalismo político (império da lei, separação dos poderes e direitos individuais) e a tradição popular de soberania democrática. Tais elementos inconciliáveis, gera a criação de uma fronteira entre "nós" e "eles" a partir da democracia, enquanto a lógica liberal enfatiza o respeito pelos "direitos humanos" (MOUFFE, 2000, p. 4).

Essas diferenças, com base na democracia liberal, seriam resolvidas a partir do consenso racional, onde as diversas tensões das diferentes interpretações dos valores liberais democráticos são debatidos, mas não completamente resolvidos pelo liberalismo (MOUFFE, 2000, p. 36–37). Tais debates residem alicerçados em uma "visão idealizada da sociabilidade humana", induzidos pela "empatia e pela reciprocidade" (MOUFFE, 2015, p. 2). Reside o fato que a democracia liberal estimula o consenso

excludente, não apresentando uma homogeneidade substantiva, em uma identidade comum (MOUFFE, 2000, p. 44–46). Tanto a violência como a animosidade são desconsideradas, atribuindo-se um caráter de "fenômeno arcaico", sendo "eliminado graças ao avanço do diálogo e ao estabelecimento, por meio de um contrato social", através do consenso racional (MOUFFE, 2015, p. 3).

A partir da visão utópica da democracia liberal, onde o mundo cosmopolita irá trazer paz, prosperidade e os direitos humanos como valor universal, se estabelece uma visão "pós-política" (MOUFFE, 2015, p. 2). Essa visão ignora o caráter antagônico e conflituoso do Político (MOUFFE; MARTIN, 2013, p. 184–205), priorizando a racionalidade leva a uma visão moralista da política, onde o poder e conflito são secundarizados. Com isso se torna impossível para a democracia liberal lidar com a contingência natural e hegemônica das relações sociais (MOUFFE, 2005, p. 19). Essas atitudes levam a despolitização da sociedade, onde conflitos são vistos como obstáculos e não como parte inerente da política (MOUFFE, 2005, p. 17; MOUFFE; MARTIN, 2013, p. 182).

Conforme Mouffe (2015, p. 8), o conceito de Político está atrelado a formação da sociedade, ou seja, em um nível ontológico, sendo um espaço de poder e conflito constitutiva da natureza humana. Este é referente a dimensão do antagonismo, que é inerente as relações humanas, podendo emergir nos mais diferentes tipos de relações sociais (MOUFFE, 2000, p. 101). A Política, por outro lado, é o conjunto de práticas, discursos e instituições no qual se estabelece uma certa ordem e organização humanas, coexistindo em condições que são sempre potencialmente conflituosas, por serem afetadas pela dimensão do Político. Compreender saber da dimensão do Político se compreende

que a Política consiste em docilizar a hostilidade, neutralizando o potencial antagonismo que existe nas relações humanas.

Com a ideia do fim da história e ascensão do liberalismo como única ideologia, ocorre o esvaziamento da visão de adversário da política democrática (MOUFFE, 2015, p. 46–49). Esse esvaziamento é decorrente da modernidade reflexiva, onde as disputas políticas ocorrem dentre os diversos "estilos de vida e à ampliação da autonomia a todas as esferas", quais a democratização dialógica seja implementada. Portanto, na perspectiva da democracia liberal, o debate democrático não ocorre entre adversários — no contexto do conflito inerente a natureza humana da Política — mas, sim a partir do "diálogo entre indivíduos" com único objetivo de ampliar a confiança ativa. Este modelo de política democrática liberal tem por seu oponente as tradições, contrárias da sociedade pós-tradicional, colocando-se "contra o curso da história", sendo possível a participação desses no âmbito da democracia dialógica.

APE neorrealista no contexto da multipolaridade global

Os modelos de democracia ao redor do mundo não são semelhantes. Considerações a respeito da China ou do Irã, como exemplos, de democracia colocariam em xeque valores ditos como universais por diversos países e organizações internacionais ao redor do mundo. Porém, na imensidão de diversos países, assim como China e Irã, existem outras formas de democracia para além da liberal. O liberalismo atribui uma característica positiva da natureza humana, colocando a razão como princípio em se tratando de política internacional (SORENSEN; JACKSON, 2018, p. 209–212).

Dentre os pilares da democracia liberal do império da lei, liberdade individual e os direitos humanos, sob a soberania popular (MOUFFE, 2000, p. 4), sendo uma ideologia universalista, onde todos os indivíduos possuem direitos inalienáveis, independentemente do país em que vivam (MEARSHEIMER, 2019, p. 14). Ao ignorar o conflito inerente da política, o liberalismo ignora as relações de poder e a divisão "nós-eles" (MOUFFE; MARTIN, 2013, p. 183), onde a racionalidade é empregada pelo consenso se torna ilusória (SCHMITT, 2005, p. 14).

A partir do advento de outras potências no sistema internacional, a inevitabilidade do conflito na política ficou evidente. Os EUA não almejam deixar o cenário internacional até então unipolar para a aceitação de outros atores na ordem internacional; de mesma forma, blocos políticos como os BRICS revelam a ascensão de outras formas de política internacional para além da posição liberal estadunidense. Inúmeras crises — financeiras, econômicas e políticas — irrompem pelo mundo como consequência direta da implementação forçada dos valores da democracia liberal (MEARSHEIMER, 2019, p. 32). Analisar a política externa de um país tendo como lente a tomada de decisão (*decision making*) se torna invariavelmente reforçar a imposição dos valores liberais, sem levar em consideração a relação conflituosa da política e o estabelecimento do político na sociedade.

Diante da multipolaridade global, se impõem uma análise não dos micros atores responsáveis pela prática estratégica da política externa. Por mais importante que seja a análise dos discursos e sua relação com a prática social para a compreensão crítica da tomada de decisão, a análise de política externa baseada na *realpolitik* busca compreender de forma equânime todos os países, independentemente se postulam preceitos liberais ou não. Isso serve para considerar como partícipes do cenário internacional *players* considerados equivocados.

Conclusões e Pesquisas Futuras

Analisar a política externa de um país demanda a compreensão daquilo que o país representa na política internacional, seu papel como potência, sua representação na ordem internacional. Percepções baseadas na democracia liberal, nas bases dos preceitos da ordem internacional imposta pelo modelo de liberdade individual, proteção da propriedade privada, conjugadas com a prerrogativa dos direitos humanos, enxergam somente a prática política. Ignoram a existência do conflito, necessário para a concepção de uma democracia global plural e multipolar.

Surge a necessidade de uma retomada inequívoca aos aspectos do neorrealismo. Movimentos contemporâneos dos Estados Unidos são retratos dos movimentos anteriormente apresentados pela mesma potência. A política *big stick* aplicada a todos, provocada por Donald Trump em seu segundo mandato é praticamente a mesma aplicada por Theodore Roosevelt Jr; a necessidade de expansão territorial da Rússia de Vladimir Putin repete os governos de seus antecessores soviéticos. Negar a presença do Político e seu aspecto conflituoso é igualmente negar a presença da própria política internacional e seu ambiente anárquico.

Porém, tal retomada deve seguir-se com os devidos cuidados. Atribuir a esse ou aquele governante a irracionalidade proveniente do fanatismo ideológico é um erro crasso. Na *realpolitik* as ideologias são paixões que não devem configurar como fins, mas sim como meios de atingir os verdadeiros objetivos. Caracterizar a política internacional como uma arena entre bandidos e mocinhos recai no mesmo dilema. Para tanto, surge como legitimação do outro a democracia para além da liberal, enxergando aquele entre estatal como potencial *player* no cenário internacional. Vide a China que saiu de um pequeno país agrícola e tornou-se uma potência global. Ou mesmo o Brasil,

que ascendeu na política internacional com seu estilo pragmático de realizar diplomacia.

Essa análise também recai sobre o passado, pois evita imputar sobre as costas do governante em chefe suas decisões políticas somente por sua posição, ou simplesmente fatores que alheio os era. Isso também evita o anacronismo ideológico e por sua vez a interpretação sob os auspícios da democracia liberal. Outro ponto é com relação a compreensão da Guerra Fria, ponto de corte na história da ordem internacional. Avaliar as idas e vindas dos Estados nesse período serve como forma de compreender políticas externas até então incompreensíveis, como o apoio do Brasil à independência de Angola em 1974, ou seja, um governo ditatorial de direita (brasileiro) apoiando um movimento independentista com vieses comunistas.

Entretanto, vale uma ressalva. Analisar a política externa simboliza para os historiadores a compreensão do passado com os olhos do presente; para os internacionalistas e analistas significa prever o futuro. Cabe mais aprofundamento teórico e metodológico para atingir tal objetivo, com foco principalmente na concepção que o mundo não o mesmo da Guerra Fria e tão pouco segue a ordem internacional liberal que a partir de 1990 vinha dando as cartas.

Referências

ALDEN, C.; ARAN, A. *Foreign Policy Analysis.* 2. ed. Milton Park: Routledge, 2016.

BLAGDEN, D. Global Multipolarity, European Security and Implications for UK Grand Strategy: Back to the Future, Once Again. *International Affairs*, v. 91, n. 2, p. 333–350, mar. 2015.

CARR, E. H. *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*. 2. ed. London: Macmillan Press, 1946.

DA SILVA, A. L. R. Depois do muro: crise de hegemonia e multipolaridade no sistema internacional pós-Guerra Fria. *História: Debates e Tendências*, v. 10, n. 1, p. 156–172, 2010.

DE LACERDA, G. B. Algumas teorias das relações internacionais: realismo, idealismo e grocianismo. *Revista Intersaberes*, v. 1, n. 1, p. 56–77, 2006.

FUKUYAMA, F. *The End of History and the Last Man*. 1. ed. New York: Free Press, 1992.

GONÇALVES, F. N.; PINHEIRO, L. *Análise de política externa*. Curitiba: Intersaberes, 2020.

HUDSON, V. M. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations: Foreign Policy Analysis. *Foreign Policy Analysis*, v. 1, n. 1, p. 1–30, 4 fev. 2005.

MEARSHEIMER, J. J. Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War. *International Security*, v. 15, n. 1, p. 5, 1990.

_____. Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. *International Security*, v. 43, n. 4, p. 7–50, abr. 2019.

_____. *The Great Delusion*. New Haven: Yale University Press, 2018. (The Henry L. Stimson Lectures Series).

_____. *The Tragedy of Great Power Politics*. 1. ed ed. New York, NY: Norton, 2001. (The Norton series in world politics).

MORGENTHAU, H. J. *A Política entre as nações.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

_____. *Scientific Man Versus Power Politics*. London: Latimer House, 1947.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, p. 11–23, nov. 2005.

_____. *Sobre o político.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

_____. *The democratic paradox.* London: Verso, 2000.

MOUFFE, C.; MARTIN, J. *Chantal Mouffe.* London: Routledge, 2013. (Routledge innovators in political theory, 4).

RIPSMAN, N. M.; TALIAFERRO, J. W.; LOBELL, S. E. *Neoclassical Realist Theory of International Politics.* New York: Oxford University Press, 2016.

ROSE, G. Review: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, v. 51, n. 1, p. 144–172, 1998.

SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 1, p. 40–59, 2013.

SCHMITT, C. *O Conceito do Político/Teoria do Partisan.* Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

_____. *Political Theology.* Tradução George Schwab. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SELIS, L. A Dialética da Anarquia: sobre a teoria neorrealista de Kenneth Waltz. *Carta Internacional*, v. 9, n. 1, p. 105–120, 2014.

SORENSEN, G.; JACKSON, R. *Introdução às relações internacionais.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

TELBAMI, S. Kenneth Waltz, Neorealism, and Foreign Policy. *Security Studies*, v. 11, n. 3, p. 158–170, mar. 2002.

WALTZ, K. *O homem, o estado e a guerra*. Tradução Adail Ubirajara Sobral. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2022.

_____. Structural Realism after the Cold War. *International Security*, v. 25, n. 1, p. 5–41, 2000.

_____. *Theory of International Politics*. Long Grove: Waveland Press, 1979.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

ENTRE AMORES E BANDINHAS: TRILHA SONORA DAS FESTIVIDADES NO SUL DO BRASIL

João Alberto Zanandréa
Mestrando no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF)
bolsista FUPF.
zanandreajoao@gmail.com

Resumo
A presente proposta de estudo, busca através de uma análise histórica e musicológica, a análise do estilo musical encontrado no sul brasileiro, popularmente conhecido nas festividades religiosas, shows e outras formas de entretenimentos: bandinha. Esta que por sua vez surge ainda no século XX com algumas bandas populares adicionando vários instrumentos como: bateria, trompete, contrabaixo, teclado, acordeon e guitarra elétrica. Primeiramente, saber que o som está presente desde o início da vida, como afirma Wisnik "O feto cresce no útero ao som do coração da mãe, e as sensações rítmicas de tensão e repouso, de contração e distensão vêm a ser, antes de qualquer objeto, traço ou inscrição das percepções. (2009, p.31). Percebe-se que as pulsações(vibração) fazem parte da vida muito antes de nascer, de outra forma, o som está presente desde o início. Murray Schafer (1997) no livro *A afinação do mundo*, descreveu como exemplo disso, o conceito de "paisagem sonora", é como um desenho feito através do som, como se fosse possível (e é,) fechar os olhos e através da sonoridade ou acústica do ambiente desenhar/ descrever determinado local, região. O que também pode constituir como Wisnik (2009) o self (o mim), reiterando que música é uma questão de identidade.
Sendo possível conhecer o mundo pelo som, o trabalho persistirá na digressão histórica de como surge o estilo musical, e também, a análise da estrutura musical bandinha. Isso através de quatro elementos: ritmo, melodia, harmonia e timbre (Copland, 2013). Discutindo sobre se as duas ou três músicas analisadas pelo sistema tonal determinando a pulsação característica do estilo, acordes mais utilizados, efeitos da guitarra, instrumentos e configurações de timbres. Este é uma primeira tentativa de

delineamento do gênero através do som, perceber-se-á a guitarra assume uma postura peculiar de ritmo, acordes, escalas e timbre (assim como outros instrumentos), mas o envolvimento social e a espinha dorsal da identidade de uma banda do estilo apresenta-se nos instrumentos de sopro, aspecto inegável em sua sonoridade é inclusive com utilização.. Mais que realizar um estudo heurístico e histórico do estilo bandinha, é demonstrar que o mundo pode ser compreendido através da música (som ou ruído), o que evidencia um processo histórico e construção identitária regional.
Palavras chave: Bandinha, Identidade, História.

Introdução

A discussão pauta-se pela pesquisa bibliográfica sobre a origem do estilo *bandinha* e seu delineamento sonoro, através do sistema tonal. Aspectos da sonoridade através da guitarra elétrica das/nas músicas: Novela das Oito (Flávio Dalcin e Banda Ouro), Barco do Amor (Os Atuais) e Perigosa e Linda (Corpo e Alma). O objetivo é o estudo do estilo ou de como ele é executado na guitarra elétrica, buscando delinear através do ritmo, melodia, timbre, tonalidade e harmonia, uma identidade histórico-regional e cultural. Além da musicalidade, a letra também apresenta aspectos comuns desse estilo, principalmente nos temas do amor e aventura, o que demonstra uma representação social/ idealização dos temas (Lins, 2020). A investigação é imprescindível devido a popularidade e a carência de estudos de sua sonoridade. O trabalho também foi tarefa possível, porque o som presente em qualquer dimensão humana, ou como disse Schafer (2001) a "[...] Eis a nova orquestra: o universo sonoro. E os músicos: qualquer um e qualquer coisa que soe!" (2001, p. 20). Portanto, como o mundo bandinha se apresenta? É o que se discutirá.

Possível origem

É comum em sábados ou domingos, em festas religiosas (festas de capela) ou em shows e bailes no sul do Brasil, o estilo musical bandinha ser extremamente presente, evidente que não único, mas majoritariamente rodeia no cantarolar das pessoas, rádios, sons automotivos, fones de ouvido e playlists de plataformas de *streaming.* Inclusive o humorista Felipe Pires[90], que fez muito sucesso nas redes sociais com vídeos de humor, recortando trechos de músicas de bandinha[91], o sucesso deu-se devido ao estilo marcar várias gerações. Seu ritmo de marchinha é contagiante, vários instrumentos compõem a estrutura da banda, os temas de letra são sempre algo entre amor, vida boêmia, aventura, festas, histórias pessoais ou cotidianas. Mas, questiona-se: o que é esse estilo musical bandinha? E onde surge esse gênero tão popular?

A imigração alemã, deflagrada no século XIX para o Brasil, proporcionou um novo panorama cultural, social e econômico, principalmente no Rio Grande do Sul. Ela (a imigração) decorre devido à crise econômica e o desemprego advindos da Segunda Revolução Industrial. O Império brasileiro estimulou a vinda dos imigrantes através da parceria e do colonato, para ocupar os "vazios demográficos" (Santos, 2017). Esta "[...] imigração no Rio Grande do Sul foi dirigida para a colonização, que

[90] Canal do Youtube Felipe Pires: https://www.youtube.com/@ofelipepires. Acesso em 28 de Jan de 2025.

[91] PIRES, Felipe. A bandinha de cada signo. YOUTUBE. Publicado em 27 de Jan. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vQ-8guyOzpM. Acesso em 28 de Jan. 2025

por sua vez foi pensada como um processo de preenchimento de áreas economicamente não ocupadas" (Santos, 2017, p.135). Mas essas pessoas trouxeram seus modos ser, ver e crer no mundo, apesar de que explicar o que é a cultura germânica no Rio Grande do sul, seja um desafio, os costumes e formas de saber-fazer mesclaram-se e sofreram ressignificações, produzindo (ao mesmo tempo) cultura. Com isso, demonstra-se que a cultura é uma das dimensões sociais, que faz mediações com demais áreas como sociedade, política, memória atrelando-se a sujeitos e seus comportamentos/hábitos produzindo heranças que podem (ou não) resistirem ao tempo, que é uma forma de patrimônio cultural (Pinsky, 2008). Disso, interessa para este trabalho a herança que evidentemente, também sofreu modificações ao longo do tempo: a música.

Stamboroski Jr (2011) abarca que a principal festa germânica realizada no Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina é o *kerb* e *kirchmessel* (em português quermesse): representam a festa realizada com a fundação da igreja e seu padroeiro. A qual, o papel socializador sempre é destaque. O autor ressalta que não apenas os teutos brasileiros são figuras fundamentais na formação dos ritmos musicais, porque a unificação alemã era composta de vários retalhos políticos na época, ou seja, diferentes povos. Os grupos musicais do período, no interior do Rio Grande do Sul eram

> [...] formados pelos membros das comunidades que dispunham de instrumentos - muitas vezes trazidos diretamente da Europa- ou de conhecimentos musicais. Em áreas mais rurais, os grupos eram menores e dependiam da disponibilidade de músicos amadores (Stamboroski Jr, 2011, p. 12-13).

Nesse panorama histórico, percebe-se que a "música germânica" engendra um pano de fundo para novas inovações na área da música. A polca, xote, valsa, marchinha eram ritmos comuns no século XX e, desses ritmos, bandas como *Os Montanari* e *Os Futuristas*, foram pioneiras com a gravadora Chantcler. Estas bandas geralmente caracterizadas por instrumentos de sopro como trompete, trombone e saxofone (algo ainda presente tanto em bandas de *kerb* ou festas/bailes), detinham certo conhecimento de música e experiência do ofício. Apesar da reflexão identitária deste trabalho focalizar na origem, estruturação das bandas e na análise da guitarra elétrica, instrumento (previamente concluiu-se) define-se como secundário quando remete ao gênero. Pois, elementos como bateria que conduzem o ritmo de marchinha[92], o contrabaixo[93] exercendo a I, IV e V grau de notas com algumas variações, também são característicos do gênero musical. Mas, os instrumentos de sopro são a marca registrada de matinê no domingo à tarde. O que dá estímulo para levantar-se da mesa e dançar são as introduções, solos de sopro dos trompetes e saxofones, como afirma Schafer "A audição é um modo de tocar a distância, e a intimidade do primeiro sentido funde se à sociabilidade cada vez que as pessoas se reúnem para ouvir algo especial" (2011, pg. 28). Carece se de pesquisas acerca do assunto, porém os instrumentos de sopro estiveram presentes tanto em bandas marciais, como

[92] SAMPAIO, Adriel. Ritmo Bandinha na Bateria. YOUTUBE. Publicado em 29 de Dez de 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bzY2xusXwLk. Acesso em 11 de Fev. 2025

[93] LIMA, Cristiano. Alô segurança (Cristiano Lima Bass). YOUTUBE. Publicado em 1 de Set de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Yh177BOi6bs. Acesso em 11 de Fev. 2025

clericais, aliás, estas são instituições disseminadoras do conhecimento musical. Em outras palavras, todos os instrumentos assumem posturas peculiares ao executar as canções, ritmos, notas próprias, compassos, mas trompete, saxofone e outros instrumentos com sopro, diferenciam, delineiam, caracterizam a banda de capela e não outra. Menciona-se que este aspecto do sopro como ponto nevrálgico da perfomance identitária da bandinha, ainda necessita de espaço de discussão a parte, mais aprofundado, que dentro de tempo hábil discutir-se-á.

Posteriormente a "jovem guarda" como afirma Stamboroski Jr (2011), mudariam o cenário. Seriam *Os Atuais(*1968) de Tucunduva: Ivar David, Ivo (irmão) e amigos, montaram uma bateria improvisada da banda marcial da escola que junto com uma guitarra semiacústica, angariaram mais tarde a alcunha de "Reis do Baile", inovando o som sulino: "pop sul" ou " bandinha". Afirma o autor

> Fãs do iê-iê-iê como os Beatles, como grande parte dos jovens ocidentais da época. Os Atuais mudariam permanentemente o cenário musical das bandas não-tradicionalistas (ou seja, as que não tocavam música gauchesca)[...] por um lado, se tinham intenção de incluir o rock no repertório de bailes, não deixavam de tocar sucessos populares na região e como era de praxe nas bandas locais sempre contaram com instrumentos de sopro na sua formação. [...] Esse tipo de repertório eclético se tornaria constante na carreira d'Os Atuais, e servia de modelo para o "estilo banda", que movimenta hoje grande parte do cenário musical do interior do estado. (Stamboroski Jr, 2011, p.16-17).

Evidente que não se deve única e exclusivamente o surgimento de um novo gênero musical apenas a banda acima mencionada. Grupos como Terceira Dimensão, Corpo e Alma, Danúbio Azul, Banda Passarela, Brilha Som e outros grupos incorporam o mesmo hibridismo de instrumentos, ritmos, letras, delineando a própria identidade sonora, constituindo o gênero bandinha. Importante relembrar que esse aporte histórico é possibilidade explicativa para o surgimento do gênero, que rasgado e costurado ao longo dos anos, da música popular germânica até ao hibridismo: incorporando a guitarra elétrica, teclados "imitando" outros instrumentos, gaita, pedais com efeitos e contrabaixo fizeram do som da época, um aspecto transformado pelo tempo com a ação criativa do homem, um dos estilos mais ouvidos e parte de uma identidade cultural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Para análise das músicas: Novela das Oito (Flávio Dalcin e Banda Ouro), Barco do Amor (Os Atuais) e Perigosa e Linda (Corpo e Alma), foi utilizada uma guitarra Modelo *Les Paul da Menphis*, um fone de ouvido, metrônomo, cabos Santo Ângelo, pedaleira *Boss ME-25* (para estudos dos efeitos). Foram analisadas pelo sistema tonal de organização musical. Abordar-se-á uma análise do som das três músicas junto às suas letras, buscando estudar os seguintes aspectos: ritmo, melodia, harmonia, timbre (Copland, 2013). Para o autor Copland os quatro aspectos da estrutura são definidos da seguinte maneira:

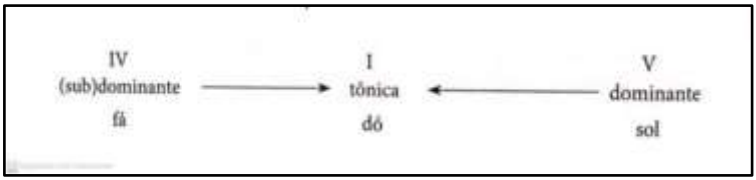
- **Timbre**: O timbre, na música, é análogo à cor na pintura [...] é qualidade do som produzido por determinado instrumento (Copland, 2013,p.68). Ou seja, é a fonte o material de que o instrumento é feito.

ISSN 2318-6208

- **Ritmo**: [...] a ideia do ritmo está ligada, na nossa imaginação, ao movimento físico (Copland,2013 p. 39). Tem relação com o pulsar, cadência. A título de exemplo, pode se fazer um compasso de 4/4 com marcação no primeiro e no terceiro pulso: **1**-2-**3**-4.
- **Harmonia:** [...] É o estudo desses acordes e sua relação mútua. [...]. Assim como um edifício de muitos andares tem uma armação de aço por baixo da cobertura de pedra e tijolo, assim também tem a peça bem feita de música uma sólida estrutura oculta sob a aparência externa da matéria musical (Copland, 2017, p. 59-62). Alguns ainda afirmam que a harmonia é o próprio campo harmônico, é a relação entre os acordes dentro de uma canção.
- **Melodia**: [...] uma espécie de esqueleto que pode ser obtido quando se eliminam notas "não essenciais" (Copland, 2013, p.50). Pode ser entendida como o caminho percorrido, ou ainda a sequência sucessiva de notas de uma música.

Por fim deste tópico, o sistema tonal é uma forma de explicar a harmonia da música, a qual os acordes giram em torno de uma tônica, nota de I grau. A relação entre os acordes pode ser entendida no exemplo de Wisnik (2013, p.140):

Imagem 1. Desenho do livro *O som e o sentido*, explicação do sistema tonal



Fonte: WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido:* uma outra história das músicas- 3 ed- São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 140

Tabela de Campos Harmônicos Maiores Naturais

Fórmula	I M	II m	III m	IV M	V M	VI m	VII m(5b)
Sétimas	7M	7	7	7M	7	7	7
Tom C - Am	C	Dm	Em	F	G	Am	Bm(5b)
Tom C# - A#m	C#	D#m	Fm	F#	G#	A#m	Cm(5b)
Tom D - Bm	D	Em	F#m	G	A	Bm	C#m(5b)
Tom D# - Cm	D#	Fm	Gm	G#	A#	Cm	Dm(5b)
Tom E - C#m	E	F#m	G#m	A	B	C#m	D#m(5b)
Tom F - Dm	F	Gm	Am	A#	C	Dm	Em(5b)
Tom F# - D#m	F#	G#m	A#m	B	C#	D#m	Fm(5b)
Tom G - Em	G	Am	Bm	C	D	Em	F#m(5b)
Tom G# - Fm	G#	A#m	Cm	C#	D#	Fm	Gm(5b)
Tom A - F#m	A	Bm	C#m	D	E	F#m	G#m(5b)
Tom A# - Gm	A#	Cm	Dm	D#	F	Gm	Am(5b)
Tom B - G#m	B	C#m	D#m	E	F#	G#m	A#m(5b)

Imagem 2. Print screen Campos harmônicos
Fonte: Cifra Club- Todos os campos harmônicos. Disponível em: https://www.cifraclub.com.br/aprenda/guitarra/tutoriais/284/1. Acesso em: 21 de Jan. 2025

Percebe-se que no sistema tonal, a música tem uma base, um retorno, um ponto de calmaria, esse lugar chamamos de tônica, no caso é C (Dó). Dessa forma, a tonalidade gira em torno

desse campo harmônico que é composto por outros acordes além de Dó. Observa-se que no campo harmônico de Dó, há no IV e no V grau: Fá Maior e Sol Maior. O IV grau geralmente gera expectativa, aventura, um revigoramento. Já o V grau que é Sol maior, representa o contraponto com a nota fundamental, representa tensão. Na análise feita das músicas, essa relação se adequa muito bem, por isso apenas o sistema tonal foi utilizado. O sistema modal não gira em torno de tônica, além de que esse caso, pode haver sobreposição dos dois sistemas.

Entre amores e bandinhas

A música Novela das Oito[94] foi escolhida devido ao ritmo característico da bandinha: a marchinha. Nessa composição, na guitarra, o ritmo concentra-se em um compasso de 4/4, com marcações no tempo 1 e 3: **1**-2-**3**-4. A velocidade da música encontra-se entre 138 ou 139 (acelerada). A música estrutura-se no campo harmônico de E (maior). Os acordes utilizados são E5(9)- B - A - EM7- E5(9) (Mí com quinta e nona) é a tônica, é o acorde de primeiro grau, gera a estabilidade; E7M (trítono) prepara para o refrão (cria um desconforto) para gerar boa sensação em A (Lá Maior) ou seja, é a Subdominante-IV grau ou quarta justa; B (Sí) é a Dominante- V grau ou quinta justa- cumpre o papel de tensionamento. A guitarra utiliza shapes (formas) de Lá e Mi na região mais aguda do braço guitarra; os efeitos da guitarra são *clean* e o *chorus.* O ritmo: a palhetada é ascendente

[94] Música Novela das Oito- Flávio Dalcin e Banda Ouro: https://www.youtube.com/watch?v=jLuvfjh4-7U. Acesso em 28 de Jan. 2025.

(de baixo para cima) um por tempo (compasso); com pequenas variações. Os timbres são vários: bateria, contrabaixo, instrumentos de sopro, teclados, voz e vocal e guitarra. Portanto, de forma mais simples, a música encontra-se no sistema tonal, com ritmo mais acelerado, timbres variados. A característica mais marcante da guitarra é o timbre modulado pelos efeitos do pedal que junto com o ritmo[95] característico da palhetada em sentido ascendente, concomitante ao compasso, faz desse aspecto uma marca do gênero para os guitarristas, sempre feito com o *clean*.

Juntamente a análise da estrutura sonora, acompanha a letra, que no primeiro trecho, prontamente demonstra o tema do amor, do namoro. Observa-se no trecho:

> O nosso romance parece até
> Com aquele homem e aquela mulher
> Que a gente vê toda noite na tv
> Depois do jornal
> A gente se adora se amarra e diz
> Pra ser feliz e se ter o que quer
> Se deve viver um romance assim
> Com um bom final
> (Flávio Dalcin e Banda Ouro,1983)

Nesse trecho, o autor demonstra certa romantização, afirmando que um relacionamento para dar certo e obter a plenitude da vida deveria ser como na novela. Regina Navarro Lins (2020. p.129), descreve sobre a idealização romântica:

[95] Vídeo demonstrativo do ritmo: https://www.youtube.com/watch?v=LIN5qtbSfa8. Acesso em 28 de Jan. 2025.

> As características do amor romântico são bastante claras: você idealiza a pessoa amada e projeta nela tudo o que gostaria que ela fosse. Atribui a ela características de personalidade que na verdade não possui. Não se relaciona com a pessoa da vida real, mas com a inventada com as próprias necessidades.

A questão é analisar socialmente a letra, pois isso demonstra a partir do trecho da música e da autora que há sempre uma idealização do relacionamento, das pessoas ou situação, os temas do amor na música sempre são exacerbados. O refrão marca com nota de Lá Maior (A), um entusiasmo da ideia.

> Se você quer pode vir curtir comigo
> A novela das oito
> Só não peça beijos que eu
> To de olho na tela
> Se você quer pode vir curtir comigo
> A novela das oito
> Não fala comigo que eu
> Me ligo é na novela
> (Flávio Dalcin e Banda Ouro,1983)

No refrão, o autor/personagem tem a ideia de convidar (possivelmente a companheira(o)) para assistir à novela juntos, mas ironicamente ou astutamente (depende da perspectiva), o(a) personagem é tão vidrado na trama televisiva que pede para não lhe distrair, mesmo pedindo beijos, pois o "curtir" junto a novela é intuito. Ou ainda por outro ângulo, o(a) personagem convidaria a(o) companheira(o) para assistir na intenção despretendida (com a desculpa de que está apenas querendo assistir) de ganhar um beijo de novela, sem o pedi-lo diretamente. Músicas são

sempre subjetivas, são ligadas ao emocional e podem ilustrar os anseios, angústias, desejos e experiências que os alicerçam no substrato da memória.

Barco do amor- Os Atuais

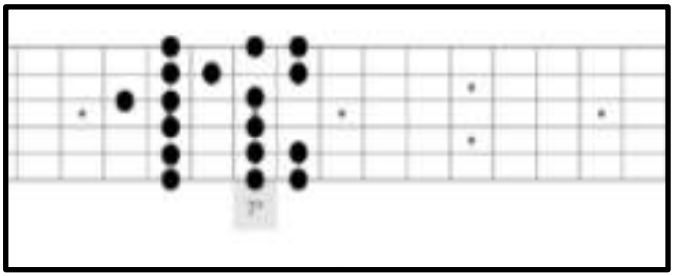
A música sucesso do grupo Os Atuais: Barco do Amor[96] foi selecionada devido ser um dos grupos que hibridizou os repertórios das bandas da época, além de ser uma música que explora as escalas diatônicas no braço da guitarra. A música centra-se na tonalidade F (Fá maior); utiliza os acordes de F (Fá) - Bb (Sí bemol) – C (Dó maior) - Dm (Ré menor). Dó (C) ocupa o V grau do campo harmônico (tensão) e Sí bemol (Bb) ocupa o IV gerando a expectativa, mas a novidade é o Ré menor (Dm), que geralmente possui função também de estabilidade, contudo aqui, ela gera certa agonia no trecho da letra " Eu só sei que serei feliz meu bem" (Atuais, 1993) ou seja, quando será feliz? O próximo trecho responde contrapondo a nota menor causadora da agonia, com Dó maior (C) "Quando em terra eu pisar" (Atuais, 1993). A letra caminha na velocidade de 129 e 130 bpms, quase representando o balanço de um barco ao vento, navegando pelas ondas do amor até terra firme, onde há firmeza, há certeza deste sentimento. Os timbres são sobrepostos ou com vários instrumentos, a novidade aqui, é utilização da escala diatônica[97] em Dó(C) na guitarra, modulada por um *drive* de distorção. Utiliza-se *hammer-on, pull-off, bend, realize, slides* e vibrato: técnicas de solo de guitarra, típico de um solo de rock,

[96] Barcos do Amor- Os Atuais: https://www.youtube.com/watch?v=gX98gY4no3U. Acesso em 28 de Jan. 2025

[97] Vídeo demonstrativo da escala e solo da música Barco do amor: https://www.youtube.com/shorts/M5OREuTEkE8. Acesso em 28 de Jan. 2025

mostrando as influências da ecleticidade da banda. O ritmo também é no sentido ascendente como na música analisada anteriormente, mas na gravação original, as cordas soam por mais tempo na modulação *clean.*

Imagem 3. Print-screen digitação da escala diatônica



Fonte: Music Clan, disponível em: https://music-clan.com.br/blog/escala-maior-natural/

Outra análise da letra, é a de que ela descreve que o personagem ou autor, é um navegante do amor em busca de uma certeza de felicidade. Isso pode exposto no seguinte trecho:

> Nem frio nem o vento me faz parar
> Meu destino é navegar
> Eu só sei que serei feliz meu bem
> Quando em terra eu pisar
>
> **Refrão**
> No azul do céu vejo o sol brilhar
> Pensamentos vão pro ar
> Só você, só você que sei amar

Vai meu barco a navegar
Vai meu barco a navegar
(Os Atuais, 1983)

Na composição, o destino é navegar, mas em busca de que? Buscar a felicidade, pois o céu azul, o vento e a brisa levam os pensamentos à pessoa amada. Portanto, pode-se interpretar que, enquanto a terra firme não chega, pensamentos buscam a felicidade do encontro que, enquanto não chega, resta navegar, representando talvez a saudade.

Perigosa e linda- Corpo e Alma

Aqui há uma ramificação de estilo e identidade. A banda Corpo e Alma, conhecida como a banda *katchakera,*surgiu em 1971, a qual na época deixaram em segundo plano as músicas populares germânicas e gravaram nos ritmos derivados da *cumbia*, uma nova aposta de sonoridade. A origem

> de la cumbia se liga a la integración del coctel americano y llega a las raices de nuestro ancestro triétnico, cuyos tres ingredientes, mezclados ya en diferentes proporciones, forman la síntesis de la Nación colombiana[...]fusión de sus 190 - expresiones musicales: la melancólica gaita o flauta indigena, en cercano contraste con la alegre e impetuosa resonancia del tambor africano. Asi surgió este ritmo que llamamos cumbia y que hoy encarna el sentir de una caudalosa porción del pueblo colombiano (Zappata, 1962, p.190-191).

A cumbia é um ritmo de origem colombiana, é uma fusão da percussão africana e da sonoridade indígena. Willian Mansque (2024) jornalista do Zero Hora, narra em reportagem do sucesso da música Perigosa e Linda (2007) composta por Wilceu Pause na época, afirmando que a *katchaka* tornou-se o carro chefe da banda. Ainda conta sobre Vanderlei Rodrigo nos anos 50, trajado a moda Elvis Presley, que em visita ao Paraguai ouviu o ritmo do *katchaco* (o estilo paraguaio) e o adaptou compondo o grande sucesso *El De Los Ojos Negros (Aquela dos Olhos Negros)*. Vanderlei ficou conhecido pelo povo como "O rei da *katchaca*", hoje não mais vocalista da banda, posição ocupada atualmente por Wagner Schneider.

No estudo sonoro da música Perigosa e Linda[98], versão gravada em 2022, diferentemente das marchinhas e polcas de outras bandas, esta possui um ritmo mais *caliente*, mais lento (entre 96 e 97 bpms) e gingado em comparação às marchinhas por exemplo. A música encontra-se no campo harmônico de E (Mí Maior), utiliza os acordes de: E5(9) (Mí com quinta e nona), que é o acorde de I grau (a estabilidade); B (Sí Maior) gerando o contraponto (tensão), portanto V grau. Essa mudança entre Mí e Sí causa uma espécie de balanço junto a letra, como se enquanto cantasse em um pulso **UM** e DOIS / **TRÊS** e QUATRO, portanto um compasso de 4/4, fosse chegando à conclusão de que a paixão está tomando conta (por isso esta confissão). Fugind de amor, e da decepção outra vez, alguém lhe prende compulsoriamente, sem muita escolha ou ainda escapatória.

Vou confessar
Nunca mais queria amar

[98] Perigosa e Linda- Corpo e Alma: https://www.youtube.com/watch?v=1I2BLoDxWxQ. Acesso em: 28 de jan. 2025

Era só ficar, ficar
Mas aí do nada, você apareceu
Penetrou minha emoção
Disse que eu era um fugitivo do amor
Me deu ordem de prisão
Corri, fugi, mas você me acertou
Baleou meu coração
(Corpo e Alma, 2022)

No refrão chega-se à conclusão de uma mulher com a representação perigosa, pois o "tiro" foi certeiro, fulminante, "a queima roupa", sem qualquer chance de se esquivar. Essa conclusão acompanhada de Lá Maior(A) o qual ocupa o IV grau no campo harmônico, buscando alterar o clima do balanço e pensamentos sem fim, para cenário de rendição à essa "bandida" que na perspectiva deste artigo, é metaforicamente a mulher que "atirou", "prendeu" sem pena ou arrependimento.

Refrão
Perigosa e linda, jeito de bandida
Mas com um toque (sexy) sedutor
Perigosa e linda, jeito de bandida
Uma bandida chamada amor
(Corpo e Alma, 2022)

Nesse trecho abaixo, que como a primeira estrofe antes do primeiro refrão, o balanço entre Mí e Sí, continuam a propor pensamentos que "vai daqui para cá, de cá para lá", nesse "vai e vem", o compositor se rende ao amor. A própria guitarra faz essa distinção na palhetada: executada de forma ascendente, isso é,

de baixo para cima, mas com um detalhe[99] que faz toda a diferença na construção desse contraste. Durante os quatro pulsos: UM- DOIS- TRÊS-QUATRO, a guitarra dá uma palhetada por pulso, mas apenas em UM e TRÊS, a corda mínima (E) que torna o som mais agudo, soa. Já em DOIS e QUATRO, soam-se as cordas a partir da segunda (Sí), tornando o som mais grave. Como se parecesse melodicamente um **TAM**- TUM-**TAM**-TUM.

E agora preso eu estou
Nas garras do teu amor
Não vou escapar, não vou
Você disse: Vou atirar
Eu gritei: Vou me apaixonar!
Atire, atire, atire
E você atirou
(Corpo e Alma, 2022)

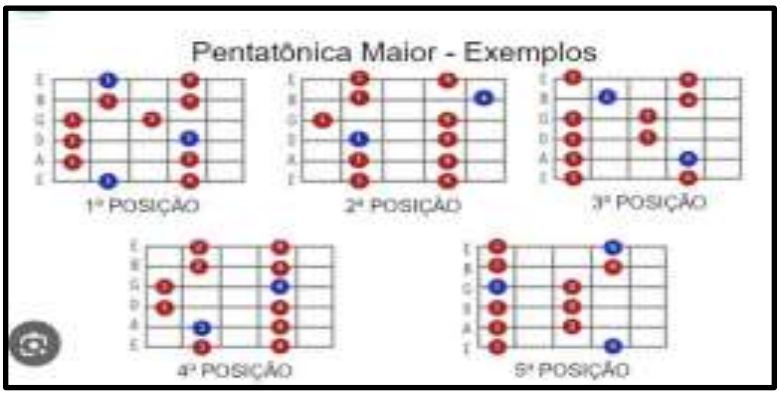
Durante toda a música a guitarra permanece com efeito *clean* e um *chorus* suave. Outro aspecto interessante é o solo da introdução realizado pelo teclado com efeito de gaita. O solo é digitado dentro da escala pentatônica - se tentasse-se reproduzir em uma guitarra por exemplo - de C#m (Dó Sustenido Menor) que é a escala relativa harmônica menor de E (Mí Maior). A ambientação dessa introdução, apesar de todas as notas bases serem maiores, soa um breve trecho como se fosse menor, devido ao efeito da escala.

A imagem abaixo, mostra cinco formas de digitar as escalas pentatônicas na guitarra, caso desejasse executar o solo de introdução na guitarra, precisaria usar a quinta e a primeira

[99] Vídeo demonstrativo do ritmo de *katchaka*: https://www.youtube.com/watch?v=Eeeix6Yg_j0. Acesso em 28 de Jan. 2025

posição, a partir da nona casa do braço da guitarra.

Imagem 4. Print screen escalas pentatônicas



Fonte: Curso de Violão Club, disponível em: https://www.cursodeviola-oclub.com/blog/o-que-e-escala pentatonica-e-porque-voce-precisa-disso-pra-dominar-o-violao. Acesso em: 23 de Jan. 2025.

Conclusão

O esforço deste trabalho visava um estudo da sonoridade do gênero bandinha, a formatação e instrumentação das bandas, visto que pela guitarra, pode-se exemplificar uma primeira tentativa de delinear o gênero. Trabalha-se com a hipótese de que a bandinha é fruto das necessidades do contexto social do período e da inventividade/criatividade dos músicos, portanto, um processo de ressignificação. As bandas geralmente são compostas por um vocalista, no mínimo dois trompetistas, um contrabaixo, um guitarrista, um tecladista ou gaiteiro e um baterista. Sendo o

papel da guitarra secundário (por conclusão deste trabalho) na formação identitária do "o que seria uma bandinha", os instrumentos de sopro apresentam destaque na sua sonoridade e no envolvimento social, ainda que isso permaneça um ponto aberto à discussão, ele inegavelmente se faz presente.

Pela guitarra elétrica, que é um instrumento de cordas que compõe as bandas do gênero bem como das músicas analisadas, demonstra que a bandinha é um estilo musical com vários timbres, estruturada no sistema tonal, utilizando aproximadamente 3 ou 4 acordes: geralmente o I, IV e V grau do campo harmônico em que foi composta. Utiliza efeitos como *clean, drive, chorus* para ritmos e solos, além de que, estes últimos, percebeu-se a utilização de técnicas como *pull-off, bends* e outras técnicas de solo utilizadas no rock. A palhetada do ritmo geralmente é em sentido ascendente, uma palhetada por compasso, na maioria das vezes 4/4. Se for uma marchinha, ritmo acelerado, já uma *katchaka*, mais lenta e envolvente. Pelo contrabaixo, pontua o I, IV e V dos campos harmônicos e variações cromáticas e diatônicas na passagem dos acordes e viradas de bateria. A bateria trabalha com ritmo de marchinha com bumbo, caixa, pratos e chimbal. Bumbo marca o tempo junto com a caixa (geralmente nos tempos DOIS e QUATRO), os pratos contrastam no tempo com o bumbo (UM e TRÊS). Para refletir sobre as letras, vale entender que as percepções sobre as letras das músicas são um ponto de vista neste artigo, e não verdades engessadas e absolutas, até porque como Copland afirma, o compositor "[...] procura conhecer a significação emocional de seu tema" (2013, p.33), portanto, o significado de uma obra musical nem sempre está clara para o artista. Aliás, "Pode [o compositor] ser incapaz de expressar verbalmente esse valor, mas é capaz de senti-lo" (Copland, 2013, p. 33). Ademais, a perspectiva das letras e da performance das bandas, também se

enquadram nas representações sociais, pois são erigidas por grupos com saberes, técnicas artísticas, relações e imaginários semelhantes que tentam aproximar uma narrativa musical da realidade, principalmente no tema do amor. Aliás, as representações sociais são uma apropriação da realidade, que passa pelo subjetivo de cada existência, singularizando um jeito de ser, crer, ver e por que não, fazer música. A partir disso, é possível interseccionar bandinha e identidade, pois bandas selecionam seus instrumentos, ritmos, melodias, *performance* (jeito de executar/apresentar), compartilham experiências com os demais grupos do gênero, construindo o "não outro" (Medeiros, 2013). Seja buscando inovar o som, misturando o antigo com o novo como Os Atuais ou importando e adaptando ritmos de cumbia como a banda Corpo e Alma, que a identidade musical é construída. Bandinha é a ressignificação cultural, patrimônio imaterial, sonoridade híbrida das marchinhas, polcas ou *katchakas*, com sua gênese sonora de identidade firmadas no sopro (som) das bandas germânicas que sofreu incremento de outros instrumentos como teclado, gaita, guitarra e suas variações. Ela se tornou marca de várias gerações em que o estilo marcou época, faz dos ouvintes e amantes de um baile de capela no domingo à tarde e das quermesses, parte da memória coletiva de diversas comunidades no interior do Rio Grande do Sul. Fez de cada palhetada na guitarra, cada introdução de sopro, cada marcação da bateria, cada compasso do contrabaixo, cada matinê, cada passo de dança, cada baile, balançar o coração e timbrar memórias de afetividade a quem aderiu ao estilo.

Referências

COPLAND, Aaron. *Como ouvir e entender música*-1 ed- São Paulo: Editora Realizações 2013.

DALCIN, Flávio (compositor); *Novela das Oito*. Caxias do Sul. Gravadora: ACIT, 1983 (3 min e 2 segundos)

LIMA, Cristiano. *Alô segurança* (Cristiano Lima Bass). YOUTUBE. Publicado em 1 de Set de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Yh177BOi6bs. Acesso em 11 de Fev. 2025

LINS, Regina Navarro. *Amor na vitrine: um olhar sobre as relações amorosas contemporâneas*- 1 ed- Rio de Janeiro: BestSeller, 2020.

MANSQUE, William. "*Perigosa e Linda": conheça a katchaka, gênero que tem feito sucesso nos bailões*; Zero Hora- publicada em: 16/07/2024; Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2024/07/perigosa-e-linda-conheca-a katchaka-genero-que-tem-feito-sucesso-nos-bailoes-clyoig59f00cb011rfby0i3pj.html. Acesso em 18 de Out. de 2024

MEDEIROS, Daniel Ribeiro; NOGUEIRA, Isabel Porto. Reflexões sobre memória, identidade e rock: relações entre os sons e o sentido de si. In: *Anais do II Encontro Internacional dos Imaginários Sonoros*, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/6141326/Reflex%C3%B5es_sbre_mem%C3%B3ria_identidade_e_roc_k_rela%C3%A7%C3%B5es_entre_os_sons_e_o_sentido_de_si. Acesso em 28 de Jan. 2025

OS ATUAIS (banda). *Barco do amor*. São Paulo. Discos Copacabana: 1983, Disco-LP (2 min e 49 segundos).

PAUSE, Wilceu (compositor). *Perigosa e linda*. Gravação: Banda Corpo e Alma. Santo Ângelo/RS, Faixa Nobre: 2022, DVD (3 min 28 segundos).

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) Introdução; Cultura; In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2008.

PIRES, Felipe. *A bandinha de cada signo*. YOUTUBE. Publicado em 27 de Jan. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vQ-8guyOzpM. Acesso em 28 de Jan. 2025.

SAMPAIO, Adriel. *Ritmo Bandinha na Bateria*. YOUTUBE. Publicado em 29 de Dez de 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bzY2xusXwLk. Acesso em 11 de Fev. 2025

SANTOS, Miriam O. Reescrevendo a história: imigrantes italianos, colonos alemães, portugueses e a população brasileira no sul do Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, 2017. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017230. Acesso em: 28 de jan. 2025.

SCHAFER, Murray. *A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem*. Trad. Marisa Trench

STAMBOROSKI JR, Amauri Antonio. *Música Popular Germânica no Sul do Brasil: um panorama histórico da "bandinha" ao "pop do sul"*. Funarte. Ministério da Cultura. São Paulo, 2011. Disponível em: https://issuu.com/amaurigonzo/docs/m__sica_popular_germ__nica_no_sul_d. Acesso em 28 de Jan. 2025.

WEIGSDING, Jessica Adriani. A influência da música no comportamento humano. *Arquivos do Mudi*, v. 18, n. 2, 2015. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/25137. Acesso em 28 de Jan. 2025

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*- 3 ed- São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ZAPATA OLIVELLA, Delia (1962). La cumbia: síntesis musical de la nación colombiana; reseña histórica y coreográfica". *Revista Colombiana de Folclor*, vol. 3, nº 7, Disponível em: .https://redaprende.colombiaaprende.edu.co/recursos/colecciones/34UDQKC25D1/QVV54OK63B R/1278. Acesso em 28 de Jan. 2025.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

DE SUSTENTABILIDADE: COMO A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA ECOA A CRISE AMBIENTAL.

José Cristiano Santos de Paula
Mestrando no Programa de Pós-graduação em
História da Universidade de Passo Fundo.
Bolsista CNPq.
152963@upf.br

Resumo
A pesquisa tem como tema a crise ambiental e delimita-se a abordar suas representações na Música Popular Brasileira, através da análise das letras das composições. Propomos uma conexão entre música e meio ambiente, enquanto possibilidade de comunicação e disseminação de diferentes ideias e pensamentos à sociedade, no escopo da história ambiental. A música desempenha um papel fundamental na cultura brasileira, servindo não apenas como forma de entretenimento, mas também como um meio poderoso de expressão cultural, social e política. Ainda sobre a importância da música na cultura brasileira, entendemos que ela seja uma parte vital, que reflete a diversidade e a riqueza das tradições e influências que compõe o Brasil. Entendemos que a música tem o poder de mobilizar as pessoas e criar movimentos sociais, daí seu vetor de conscientização. Eventos como festivais de música ou shows beneficentes frequentemente arrecadam fundos e promovem causas importantes, incluindo a proteção ambiental. As letras de músicas que tratam de questões ambientais podem sensibilizar o público sobre a importância da sustentabilidade e da conservação da natureza. Ao longo da história, a música tem sido usada para refletir e influenciar pensamentos e ações sobre o meio ambiente. Nossa pretensão com este escrito é explicar como música pode influenciar a percepção e a conscientização pública sobre esses temas.
Palavras-chave: sustentabilidade; música; crise ambiental;

Introdução: apresentação do tema.

A pesquisa tem como tema a crise ambiental e delimita-se a abordar suas representações na Música Popular Brasileira, através da análise das letras das composições. Propomos uma conexão entre música e meio ambiente, enquanto possibilidade de comunicação e disseminação de diferentes ideias e pensamentos à sociedade, no escopo da história ambiental. A música desempenha um papel fundamental na cultura brasileira, servindo não apenas como forma de entretenimento, mas também como um meio poderoso de expressão cultural, social e política. Ainda, sobre a importância da música na cultura brasileira, entendemos que ela seja uma parte vital, que reflete a diversidade e a riqueza das tradições e influências que compõe o Brasil. Gêneros como samba, bossa nova, forró são manifestações dessa diversidade. Podemos pensar que canções e ritmos são frequentemente associados a diferentes regiões do país, criando um senso de pertencimento e identidade local, por exemplo.

> A música e a poesia reúnem aparatos estéticos não apenas capazes de transmitir conteúdos de verdade, mas, como em certas circunstâncias, de representarem redutos fundamentais de preservação e resistência. A "instabilidade" do sentido vista dessa maneira não é precariedade; pelo contrário, é uma força potente e constante capaz de unificar grupos e funcionar como manifesto político (SAGGIORATO, 2012, p. 13).

Entendemos também que a música tem o poder de mobilizar as pessoas e criar movimentos sociais. Daí seu vetor de mobilização e conscientização. Eventos como festivais de música

ou shows beneficentes frequentemente arrecadam fundos e promovem causas importantes, incluindo a proteção ambiental. As letras de músicas que tratam de questões ambientais podem sensibilizar o público sobre a importância da sustentabilidade e da conservação da natureza. Dito de outra forma, a arte é um caminho para viabilizar e sensibilizar os indivíduos acerca desta temática. De acordo com Oliveira (2017)

> A linguagem é reveladora das diversas formas de arte. Na música os sons trazem mensagem pela harmonia. A medida de seu uso é dada pela situação social. A entonação altera seu significado. Em verdade, qualquer emanação de voz produz uma alteração no outro. Consubstancia uma mensagem que pode ser entendida e captada de diversas maneiras. (OLIVEIRA, 2017, p. 51)

Daí a relevância de discutirmos, a partir da música, as questões ambientais contemporâneas. Ao longo da história, a música tem sido usada para refletir e influenciar pensamentos e ações sobre o meio ambiente. Nossa pretensão com este escrito é explicar como música pode influenciar a percepção e a conscientização pública sobre esses temas, ampliando e contribuindo com as discussões acerca do tema.

Desenvolvimento: retrospectiva histórica das questões ambientais na Música Popular Brasileira.

Estabelecendo um recorte histórico, podemos observar que o surgimento da consciência ambiental na Música Popular

Brasileira começou a ganhar força nas décadas de 1960 e 1970, em meio ao crescimento do movimento ambientalista global. O Tropicalismo[100], movimento liderado por artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Os Mutantes, trouxe uma nova perspectiva para a MPB, incluindo preocupações sociais e ambientais. Saggiorato (2012) nos ensina que

> A disposição de cantar as manifestações políticas, sociais e históricas, cultivando certa propensão ética e até mesmo pedagógica, vem sendo aplicada ao longo dos anos no Brasil. No entanto, foi a partir do início da década de 1960 e, consecutivamente, atravessando toda a década de 1970 que a canção popular estreitou de forma significativa um vínculo com atos políticos, definindo um perfil de contestação explícita, acusações e aversões, transformando-se num método de influenciar a opinião pública. (SAGGIORATO, 2012, p. 15)

[100] O Tropicalismo foi um movimento cultural de contracultura que surgiu no Brasil na década de 1960. Esse movimento se manifestou principalmente na música, mas também teve representantes em outras áreas da cultura, como o teatro, o cinema e as artes plásticas. Entre os principais representantes estavam Caetano Veloso, Rita Lee, Gal Costa e Gilberto Gil. Os tropicalistas procuravam renovar o cenário cultural brasileiro denunciando a realidade política e social do Brasil. Suas canções alegóricas foram a forma encontrada para evidenciar os problemas do país e fugir da censura existente no período da Ditadura Militar.

O cantor e compositor baiano Gilberto Gil, por exemplo, nas canções "Cérebro Eletrônico"[101] e "Procissão"[102], já insinuava preocupações com o progresso desenfreado e suas consequências.

> Cérebro Eletrônico
>
> O cérebro eletrônico faz tudo/ Faz quase tudo/ Faz quase tudo/Mas ele é mudo/ [...] O cérebro eletrônico comanda/ Manda e desmanda/ Ele é quem manda/ Mas ele não anda/ [...] Só eu posso pensar/ Se Deus existe/ Só eu/ Só eu posso chorar/ Quando estou triste/ Só eu/ Eu cá com meus botões/ De carne e osso/ Eu falo e ouço. Hum [...] (Gilberto Gil, 1969).
>
> Procissão
>
> Meu divino São José/ Aqui estou em vossos pés/ Dai-nos chuvas com abundância/ Meu Jesus de Nazaré/ [...] Olha lá vai passando a

[101] A canção "Cérebro eletrônico" foi gravada no álbum homônimo lançado em 1969, em um período de grande turbulência política no Brasil, durante a ditadura militar, sendo o terceiro álbum de estúdio do cantor e compositor Gilberto Gil. O álbum é composto por nove faixas, com destaque para "Cérebro Eletrônico" e "Aquele Abraço".

[102] Já a canção "Procissão" foi lançada em 1967 no álbum "Louvação". Combinando poesia e crítica social, a canção é considerada uma das obras primas do movimento capitalista. A letra descreve uma procissão religiosa, comparando-a a uma cobra que se arrasta pelo chão, e destaca a esperança das pessoas em promessas divinas e terrenas que muitas vezes não se concretizam.

> procissão/ Se arrastando que nem cobra pelo chão/ As pessoas que nela vão passando/ Acreditam nas coisa lá do céu/ As mulheres cantando tiram o verso/ Os homens escutando tiram o chapéu/ Eles vivem penando aqui na Terra/ Esperando o que Jesus prometeu/ [...] E Jesus prometeu coisa melhor/ Prá quem vive neste mundo sem amor/ Só depois de entregar o corpo ao chão/ Só depois de morrer neste sertão/ Eu também tô do lado de Jesus/ Só que acho que ele se esqueceu/ De dizer que na Terra a gente têm/ De arranjar um jeitinho pra viver [...] (Gilberto Gil, 1976).

Seguindo na esteira da história, as décadas de 1980 e 1990 presenciaram um aumento na conscientização ambiental, principalmente, com a realização de eventos como a Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro (BR). O objetivo do encontro era debater os problemas ambientais mundiais[103]. Artistas da MPB começaram a abordar diretamente questões ambientais nas letras de suas canções. Destacamos a banda de rock brasileira Legião Urbana, formada em 1982, em Brasília (DF), por Renato Russo (vocais) e Marcelo Bonfá (bateria), que contou com Dado Villa-Lobos (guitarra) e

[103] Nesta conferência, 178 países adotaram a Agenda 21, um plano de ação para desenvolver parcerias e possibilitar o Desenvolvimento Sustentável, denominado "A Declaração do Milênio". Neste plano, estavam contidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sendo que 8 deles, previstos para 2015, tinham o foco na redução da extrema pobreza à nível mundial. (disponível em https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em 30 outubro 2024.

Renato Rocha (baixo) em sua formação mais conhecida. Em músicas como “Perfeição”, integrante do álbum “O Descobrimento do Brasil”[104], a banda critica o consumismo e a degradação ambiental.

Já no álbum “Dois”[105], a canção “Fábrica” faz uma crítica direta a poluição gerada pela indústria, denunciando que a visão de um céu límpido e claro já não existe mais. Isso causa, de acordo com o eu-poético, um cansaço visual nos trabalhadores, indicando que a saúde daqueles empregados estaria sendo prejudicada. Outro exemplo que podemos citar é a canção “Quando o sol bater na janela do teu quarto”, do álbum “As Quatro Estações”. Aqui, fica claro que a crise ambiental não era um termo qualquer, mas sim, uma realidade que caracterizava como um momento crítico, uma encruzilhada em que a humanidade se encontrava, cheia de incertezas, e que exigia uma urgente tomada de decisões. O compositor Renato Russo mais uma vez sendo genial e a frente de seu tempo.

---

[104] “Descobrimento do Brasil” foi o sexto álbum de estúdio da banda brasileira de rock Legião Urbana, lançado em 20 de dezembro de 1993. O álbum inclui faixas como "Perfeição", "Vinte e Nove", "Vamos Fazer Um Filme" e "Só Por Hoje". O álbum foi um sucesso comercial, vendendo mais de 950 mil cópias no Brasil, recebendo disco de platina pela Associação Brasileira de Produtores de Disco (ABPD).

[105] O álbum “Dois” gravada em 1986 é considerado um considerado um dos melhores álbuns da música brasileira e ocupa a 21ª posição na lista dos 100 maiores discos da música brasileira pela Rolling Stone Brasil. O álbum inclui faixas icônicas como "Tempo Perdido", "Eduardo e Mônica", "Índios", "Quase Sem Querer", e a citada “Fábrica”. Disponível em "Os 100 maiores discos da Música Brasileira" – *Revista Rolling Stone Brasil*, outubro de 2007, edição nº 13, página 109.

Fábrica

O céu já foi azul/ Mas agora é cinza/ O que era verde aqui/ Já não existe mais/ [...] Quem me dera acreditar/ Que não acontece nada/ De tanto brincar com fogo/ Que venha o fogo então/ [...] Esse ar deixou minha vista cansada/ Nada demais [...] (Legião Urbana, 1986).

Quando o Sol Bater Na Janela do Teu Quarto

Quando o Sol bater/ Na janela do teu quarto/ Lembra e vê/ Que o caminho é um só/ [...] Por que esperar?/ Se podemos começar/ Tudo de novo/ Agora mesmo [...]/ A humanidade é desumana/ Mas ainda temos chance/ O Sol nasce pra todos/ Só não sabe quem não quer [...] (Legião Urbana, 1989).

Outra canção que compõe esse aumento na conscientização, ecoando assim a crise ambiental, foi a música "Mamãe Natureza", da cantora e compositora Rita Lee. A canção, integrante do álbum "Atrás do Porto tem uma Cidade"[106], clama por um maior cuidado com o meio ambiente. Nossa investigação segue,

[106] "Atrás do Porto Tem uma Cidade" é o terceiro álbum de estúdio da cantora Rita Lee e foi lançado em 1974, em colaboração com banda Tutti Frutti. O álbum apresenta uma mistura de hard rock, glam rock, blues rock e rock and roll.

ainda nos anos 1990, com a análise da banda brasileira nascida no estado de Pernambuco, Chico Science & Nação Zumbi. Criadores do movimento Manguebeat, abordavam questões urbanas e ambientais, conectando a ecologia do mangue com a cultura urbana de Recife. A canção "Manguetown"[107] é uma das mais icônicas do grupo, sendo uma celebração vibrante da cultura e da resistência das periferias brasileiras, especialmente da região dos manguezais de Recife.

> Mamãe Natureza
>
> Não sei se eu estou pirando/ Ou se as coisas estão melhorando/ Não sei se eu vou ter algum dinheiro/ Ou se eu só vou cantar no chuveiro/ Estou no colo da mãe natureza/ Ela toma conta da minha cabeça/ É que eu sei que não adianta mesmo a gente chorar/ A mamãe não dá sobremesa [...]/ Mamãe, ma-mamãe natureza!/ Mamãe, ma-mamãe natureza!/ Mamãe, ma-mamãe natureza! [...] (Rita Lee, 1974).
>
> Manguetown
>
> Estou enfiado na lama/ É um bairro sujo/ Onde os urubus têm casas/ E eu não tenho asas

[107] A canção "Maguetown" fez parte do álbum "Afrociberdelia", lançado em 1996. Este álbum foi um marco do movimento Manguebeat e combina elementos de rock alternativo, funk rock, rock industrial e funk metal.

> Mas estou aqui em minha casa/ Onde os urubus têm asas/ Vou pintando segurando as paredes do mangue do meu quintal/ Manguetown/ Andando por entre os becos/ Andando em coletivos/ Ninguém foge ao cheiro sujo/ Da lama da Manguetown [...] (Chico Scienci & Nação Zumbi, 1996).

A letra de "Manguetown" utiliza a metáfora do mangue, um ecossistema frequentemente associado à sujeira e ao descarte, para representar o bairro onde vivia. A canção aborda pobreza, marginalização e a resiliência dos moradores daquelas áreas, e fez parte do álbum "Afrociberdelia", lançado em 1996. Já nos anos 2000, a questão ambiental continuou a ser um tema importante para muitos artistas. Neste contexto, podemos citar a banda brasileira Tribalistas, formada pela cantora e compositora Marisa Monte, e pelos cantores e compositores Arnaldo Antunes e Carlinhos Brown. O supergrupo incluiu referências à natureza e à sustentabilidade em suas músicas, como em "Vilarejo". As referências a "um vento bom" e a visão "do horizonte deitar no chão", evocam uma sensação de tranquilidade e harmonia com o ambiente, algo que muitas vezes acabam se perdendo nas agitações da vida moderna. A canção compõe o álbum "Tribalistas – Ao Vivo", de 2019[108].

Outro exemplo, é a canção "Os Peixinhos", que se apresenta como uma celebração poética da beleza e da liberdade dos peixes no ambiente aquático. A letra compara os peixes a "flores sem chão", destacando sua leveza e grandiosidade ao nadar e

[108] O álbum "Tribalistas Ao Vivo" é o primeiro álbum ao vivo do supergrupo brasileiro Tribalistas, lançado em 2019, foi gravado durante um concerto da turnê Tribalistas Tour no Allianz Parque, em São Paulo, em 2018.

boiar. A metáfora presente sugere que, assim como as flores embelezam a terra, os peixes adornam o mar o com suas cores e movimentos fluidos. A canção compõe o álbum "Tribalistas", de 2017[109], mas na verdade foi gravada pela cantora e compositora Marisa Monte no álbum Infinito Particular, lançado pela gravadora EMI, em 2006. Em 2003, a banda de rock brasileiro "O Rappa", lançou o álbum "O silêncio Q Precede o Esporro"[110], na qual a canção "O Salto" fazia críticas a vaidade humana e a (auto)destruição. Carregada de metáforas e simbolismo, a letra da música apresenta uma imagem de devastação, onde as "ondas de vaidade" são responsáveis por destruir "vilarejos", uma possível alusão à forma como o ego e o orgulho podem arruinar comunidades e relações. Em linhas gerais, a banda também fala sobre a exploração desmedida dos recursos naturais e o impacto na natureza.

> Vilarejo
> Há um vilarejo ali/ Onde areja um vento bom/ Na varanda, quem descansa/ Vê o horizonte deitar no chão [...]/ Pra acalmar o coração/ Lá o mundo tem razão/ Terra de heróis, lares de mãe/ Paraíso se mudou para lá [..] (Marisa Monte, 2006).
>
> Os Peixinhos

[109] Já o álbum "Tribalistas" de 2017 é o segundo álbum de estúdio do supergrupo. Lançado em 2017, quinze anos após o sucesso do álbum de estreia.
[110] "O Silêncio Q Precede o Esporro" é o quarto álbum de estúdio da banda brasileira de rock O Rappa, lançado em 2003, sendo a primeira gravação da banda sem o baterista e letrista Marcelo Yuka.

> Os peixinhos são/ Flores sem o chão/ Nadam, boiam, fazem bolhas/ E bolinhas de sabão [...]/ Como lindos são/ Coloridos tão/ Espirrando gotas/ Como notas na canção [...] (Tribalistas, 2017).

Ainda no contexto histórico, tivemos outros artistas e movimentos pioneiros que traziam em seu bojo a espectro da sustentabilidade e da necessidade de pensarmos sobre as questões ambientais. Gilberto Gil, já citado neste texto, além de ser um dos fundadores do Tropicalismo, também foi Ministro da Cultura (2003-2008), durante parte dos dois primeiros mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Gil, como é popularmente conhecido, é um ativista ambiental declarado, o que se reflete nas letras de suas canções, quase sempre estabelecendo uma conexão com a natureza e a com a sustentabilidade. Outro ícone do Tropicalismo, o também cantor e compositor baiano Caetano Veloso, abordou questões ambientais em algumas músicas como "Terra", que celebra a importância do planeta e de sua conservação.

Ainda permeando grandes nomes da MPB, devemos falar também do cantor, compositor e escritor carioca Chico Buarque[111] (Francisco Buarque de Hollanda). Embora mais

[111] Francisco Buarque de Hollanda, mais conhecido como Chico Buarque, nasceu no Rio de Janeiro em 19 de junho de 1944. Ele é um dos mais importantes músicos, compositores, dramaturgos e escritores brasileiros. Filho do historiador Sérgio Buarque de Hollanda e da pianista Maria Amélia Cesário Alvim, Chico cresceu em um ambiente culturalmente rico e desde cedo demonstrou interesse pela música e pela literatura. Ganhou destaque no cenário musical brasileiro na década de 1960, especialmente com a canção "A Banda", que venceu o Festival de Música Popular Brasileira em 1966. Durante o regime militar no Brasil, suas músicas frequentemente abordavam

conhecido por suas críticas sociais e políticas, em algumas canções, faz menção a temas relacionados ao meio ambiente e ao impacto humano. Um bom exemplo é a música "Passaredo", que utiliza a metáfora dos pássaros para tecer uma crítica social e ambiental. A letra, repleta de nomes de aves brasileiras, cria uma atmosfera de urgência e alerta, onde os pássaros são avisados sobre a chegada do "homem", sugerindo uma ameaça iminente. Na canção, a repetição do aviso "o homem vem aí", funciona como um refrão que reforça a ideia de perigo, fazendo uma clara referência à destruição causada pelo ser humano à natureza e, por extensão, as próprias aves. A música pode ser interpretada como uma alegoria sobre a perda da biodiversidade e a necessidade de conscientização e ação para a preservação do meio ambiente.

> Passaredo
>
> Some, coleiro/ Anda, trigueiro/ Te esconde colibri/ Voa, macuco/ Voa, viúva/ Utiariti
> Bico calado/ Toma cuidado/ Que o homem vem aí/ O homem vem aí [...]
> (Chico Buarque e Francis Hime, 1976).

Também não podemos deixar de mencionar o conjunto musical originário da Bahia, ativo em seu auge entre os anos de

---

temas sociais e políticos, o que levou à censura de várias de suas composições e ao seu autoexílio na Itália em 1969. Também se destacou como escritor, publicando romances e peças teatrais. Recebeu diversos prêmios ao longo de sua carreira, incluindo o Prêmio Camões em 2019, um dos mais importantes da literatura em língua portuguesa. Disponível em https://www.ebiografia.com/chico_buarque. Acesso em fev. 2025.

1969 e 1979, chamado Novos Baianos. O grupo, que mesclava vários gêneros musicais, também abordava em suas letras um estilo de vida mais simples e em harmonia com a natureza. Exemplo disso pode ser encontrado na canção "Acabou Chorare", que dá título ao álbum lançado em 1972[112], e que reflete a essência do movimento Tropicalista e da contracultura dos anos 1970.

> A "paternidade" tropicalista tornou-se evidente logo no início do grupo formado em 1967, que chegou ao Rio de Janeiro no final da década e gravou seu primeiro LP *É ferro na boneca!* em 1970. O próprio nome do grupo sugere a continuidade, ou seja, a ininterrupção cultural tropicalista segmentada numa nova geração de baianos. Em parte, alguns jornalistas defendiam na época que os membros do grupo se denominavam os "novos baianos", alegando que Gil, Caetano, Tom Zé e todo o pessoal tropicalista – que, por sua vez, são seus conterrâneos – eram carinhosamente apelidados de "velhos baianos". (SAGGIORATO, 2012, p. 117).

A letra de "Acabou Chorare", aparentemente simples e lúdica, traz uma mensagem de otimismo e renovação, de esperança e alegria. Utilizando metáforas da natureza, como "abelha" e o "carneirinho" para ilustrar beleza e simplicidade, busca

[112] "Acabou Chorare" é o segundo álbum de estúdio do grupo musical brasileiro Novos Baianos, lançado em 1972 pela gravadora Som Livre. Este álbum é considerado uma obra-prima da música popular brasileira e é frequentemente citado como um dos melhores álbuns brasileiros de todos os tempos.

(e encontra) formas de se reinventar e seguir em frente, apesar das adversidades, o que pode ser utilizado para enfrentar as mudanças climáticas e todas as questões ambientais que nos ocorrem.

> Acabou Chorare
>
> Acabou chorare, ficou tudo lindo/ De manhã cedinho, tudo cá cá cá, na fé fé fé/ No bu bu li li, no bu bu li lindo/ No bu bu bolindo/ Talvez pelo buraquinho, invadiu-me a casa, me acordou na cama/ Tomou o meu coração e sentou na minha mão [...]/ Abelha, abelhinha... [...] (Novos Baianos, 1972).

Em nossa breve pesquisa até aqui, podermos observar que ao longo das décadas a música brasileira tem sido uma poderosa plataforma para abordar e tentar conscientizar sobre questões ambientais. Desde o início do Tropicalismo até os artistas contemporâneos, muitos músicos têm usado suas vozes para promover a sustentabilidade e destacar a importância de proteger nosso planeta. Essas canções não só refletem as preocupações ambientais de suas épocas, mas também inspiram ações positivas para um futuro mais sustentável. Aprendemos com Dias (2015) que "a crise ambiental não é um termo qualquer. É um conceito amplamente aceito e reflete uma realidade que se caracteriza como um momento crítico, uma encruzilhada em que a humanidade se encontra, cheia de incertezas, mas que exige uma urgente tomada de decisões". (DIAS, 2015, p. 16). Portanto, devemos sim refletir profundamente sobre a crise ambiental, propondo ações humanas significativas e urgentes. Ao que nos parece, algumas canções da MPB facilitam esse

processo reflexivo e, com sorte, a tomada de decisões pelos indivíduos a partir de seus ecos musicais.

Algumas conclusões: música para reflexão de questões sociais e ambientais.

Acreditamos que a música tem um papel poderoso na reflexão e conscientização sobre questões sociais e ambientais, e aqui, poderíamos citar vários aspectos que corroboram com esta afirmação, sendo o primeiro deles a educação e conscientização. Entendemos que a música pode informar e educar as pessoas sobre questões sociais e ambientais de maneira acessível e emocionalmente envolvente. Letras de músicas, frequentemente, trazem mensagens importantes que podem ajudar a conscientizar o público sobre problemas como desmatamento, poluição, mudanças climáticas e desigualdade social. Há que se falar na capacidade que a música tem de inspirar ações coletivas e movimentos sociais. Concertos beneficentes, festivais e canções de protesto têm uma longa história de mobilização de pessoas em torno de causas importantes, dentre elas, a causa ambiental.

É evidente que podemos criar uma conexão emocional através das canções, isto é, dito de outra forma, é evidente que a música tem a capacidade de evocar emoções profundas, criando empatia e conexão com os problemas abordados nas suas letras. É claro, existe aqui uma discussão hermenêutica importante, mas que não será trazida à baila neste momento. Em condição oportuna, iremos dialogar sobre a mensagem e suas possibilidades. Seguindo nossa análise, acreditamos que quando uma música fala sobre o sofrimento causado pela degradação ambiental ou pela injustiça social, por exemplo, ela pode tocar o ouvinte

de maneira pessoal e profunda, incentivando um maior compromisso com a causa, ou pelo menos, incentivando uma reflexão sobre o tema. Trata-se de um impacto na vida daquele indivíduo e na coletividade na qual está inserido. Essas narrativas podem ser poderosas ao trazer uma perspectiva humana para problemas que, de outra forma, podem parecer abstratos ou distantes.

Propondo um fechamento da nossa digressão, entendemos que a música é uma ferramenta multifacetada que pode iluminar, educar, mobilizar e inspirar mudanças sociais e ambientais. Ela tem a capacidade de conectar as pessoas emocionalmente aos problemas do mundo, transformando a conscientização em ação. Trata-se, portanto, de poderoso instrumento de comunicação e transformação social. Ao refletir e abordar questões sociais e ambientais, ela não apenas entretém, mas também educa e mobiliza a população, incentivando um olhar crítico e proativo sobre os desafios (presentes e futuros) do nosso país. Assim, entendemos que a análise das letras da MPB pode revelar muito sobre as preocupações e os valores da sociedade brasileira ao longo do tempo. Ao refletir e amplificar essas preocupações, as canções não só entretêm, mas também inspiram ações para um futuro mais sustentável. É através desse poderoso eco musical que continuamos a ouvir o chamado urgente para proteger e preservar o planeta para a presente e as futuras gerações.

Referências

BAIANOS, Novos. *Acabou Chorare. Acabou Chorare*. Rio de Janeiro: Som Livre, 1972.

BUARQUE, Chico; Hime, Francis. *Passaredo. Meus Caros Amigos*. São Paulo: Philips Records, 1976.

DIAS, Reinaldo. *Sustentabilidade: origem e fundamentos; educação e governança global; modelo de desenvolvimento*. São Paulo: Atlas, 2015.

GIL, Gilberto. *Cérebro Eletrônico. Cérebro Eletrônico*. São Paulo: Philips Records, 1969.

GIL, Gilberto. *Procissão. Louvação.* São Paulo: Philips Records, 1967.

LEE, Rita; *Frutti, Tutti. Mamãe Natureza. Atrás do Porto tem uma Cidade*. Rio de Janeiro: PolyGram, 1974.

MONTE, Marisa. *Vilarejo. Infinito Particular*. Rio de Janeiro: EMI, 2006.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Direito e arte*. São Paulo: Malheiros, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015.

ROSA, Luiz Pingelli; FREITAS, Mariana Almeida Vieira. *Mudança Climática Global e os Desafios para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo: USP, 2003.

SAGGIORATO, Alexandre. *Anos de chumbo: rock e repressão durante o AI-5*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

SAGGIORATO, Alexandre. *Barra Rock: sons da contracultura brasileira das décadas de 1960 e 1970*. Passo Fundo: Méritos, 2021.

SCIENCE, Chico; Zumbi, Nação. *Manguetown. Afrociberdelia*. São Paulo: Chaos, 1996.

TRIBALISTAS. *Os Peixinhos. Tribalistas*. São Paulo: Universal Music, 2017.

URBANA. Legião. *Fábrica. Dois*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1986.

URBANA, Legião. *Quando o Sol Bater na Janela do Teu Quarto. As Quatro Estações*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1989.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

UMA BREVE HISTÓRIA DA FLORESTA NACIONAL DE CANELA (FLONA)

Julia Costa Oliveira
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade de Passo Fundo.
Bolsista da CAPES,
juliaoliveirahistoria@gmail.com

Resumo
As Unidades de Conservação (UCs) são áreas protegidas para preservação da biodiversidade no Brasil. A Floresta Nacional de Canela (FLONA), se integra no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e tem como objetivo a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais. Criada originalmente como Parque Florestal Eurico Gaspar Dutra, foi transformada em Floresta Nacional na década de 1960, abrigando uma rica diversidade de fauna e flora, incluindo espécies ameaçadas. Além disso, desenvolve atividades de pesquisa e educação ambiental, promovendo a sensibilização e a participação da sociedade na proteção ambiental.

Introdução

As Unidades de Conservação (UCs) são espaços naturais protegidos por leis próprias, no qual vêm crescendo nas últimas décadas, nos três níveis de governo. Essa aceleração de crescimento é fundamental e importante para a biodiversidade do país, que:

> Ao mesmo tempo em que o território brasileiro é povoado por uma imensa variedade de seres vivos, espalhadas por vários biomas e ecossistemas, ou seja, megadiverso, os seus

> biomas vêm sofrendo com sucessivos episódios de degradação, alteração e conversão, para dar lugar a atividades produtivas e instalações de infra-estrutura (DRUMMOND; FRANCO; NINIS, 2006, p. 8).

Por isso, as unidades de conservação têm como objetivo preservar a diversidade biológica e os ecossistemas naturais, além de promover o uso sustentável dos recursos naturais. Localizada na Serra Gaúcha, no bioma Mata Atlântica, tendo como cobertura vegetal a Floresta Ombrófila Mista na Serra Gaúcha, a Floresta Nacional de Canela (FLONA) é uma das três florestas nacionais do Estado do Rio Grande do Sul, junto com a Flona de São Francisco de Paula, localizada no município de mesmo nome, e a Flona de Passo Fundo, localizada no município de Mato Castelhano.

As Flonas estão inseridas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), regulamentado pela Lei n. 9.985 de 2000, sendo que seus principais objetivos foram:

> 1) a conservação da biodiversidade em seus três níveis fundamentais (diversidade genética, de espécies e de ecossistemas); 2) o uso sustentável dos recursos naturais; 3) a participação da sociedade e 4) a distribuição equitativa dos benefícios auferidos por intermédio da criação, implementação e gestão das UCs (DRUMMOND; FRANCO; NINIS, 2006, p. 17).

As florestas nacionais integram o grupo das unidades de uso sustentável do SNUC e são compreendidas como “área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem

como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas" (SNUC, 2000, p. 12), ou seja:

> I - A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.
> II - Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.
> III - A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.
> IV - A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.
> V - A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.
> VI - A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal (SNUC, 2000, p. 12).

Sendo unidades de conservação de uso sustentável, têm como objetivos o desenvolvimento e o manejo sustentável da floresta e a produção de recursos naturais, com a pesquisa científica incentivada e a visitação pública permitida, mas deve seguir as normas estabelecidas pelo órgão gestor e no plano de manejo, evitando, portanto, danos graves ao ecossistema. As unidades de conservação têm funções alinhadas com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), um instrumento internacional assinado pelo governo brasileiro em 1994. Seus objetivos são:

> a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e eqùitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado (BRASIL, 1994, p. 9).

De acordo com Coelho, em 2008 havia 63 florestas nacionais ocupando uma área de aproximadamente 170.000 km2, no qual, 99,4% estavam localizadas na região amazônica ao norte do Brasil. Nas regiões "sul e sudeste estão as Florestas Nacionais em áreas menores, criadas nos anos quarenta do século passado" (COELHO, 2008, p. 14). Em contraste com as UCs da região norte, as flonas do sul possuem áreas com plantação de espécies exóticas como o *Pinus sp.* e *Eucalyptus sp.* destinadas a exploração madeireira, junto com a *Araucaria angustifolia*, de ocorrência nativa no Brasil meridional.

A origem do Parque Florestal e mudanças posteriores

O Instituto Nacional do Pinho (INP) foi criado em 1941, sob o governo do presidente Getúlio Vargas e visava atender às solicitações e os interesses dos produtores e exportadores da madeira da *Araucaria angustifolia*. Uma das iniciativas do INP foi criar parques florestais no sul e sudeste do Brasil.

A aquisição de terras pelo INP para a criação do Parque Florestal Eurico Gaspar Dutra, em homenagem ao presidente da República, ocorreu no final de 1946. Conforme o *Anuário Brasileiro de Economia Florestal* (INP, 1949), o Parque Florestal Eurico Gaspar Dutra está inserido em região que, originalmente, era totalmente coberta por Floresta Ombrófila Mista ou floresta com araucárias, sem manchas de campo. Também denominada de Estação Florestal, descrita assim:

> Os 405 hectares que constituem esta Estação situam-se no município de Canela, a nordeste da cidade riograndense do mesmo nome, a qual esta ligada por uma estrada que, desde a sede da Estação, mede 8 quilômetros. Primitivamente a área foi floresta densa, em que se destacavam o pinheiro, a canela lajeana, o cocão, o bugre, o camboatã, a cerejeira, o ipê, o cedro, etc. As primeiras derrubadas intensivas começaram há uns 30 anos. O Instituto encontrou apenas remanescentes, vassourais, capoeiras ralas e pastos. O período das geadas é de junho a outubro. Até aqui, seus danos têm sido moderados. Nessa Estação reside o Silvicultor Regional. Entre outras construções, há a casa do Administrador, a do Caixa Almoxarife, 2 casas para outros funcionários, o

> escritório e almoxarifado, o posto médico dentário, a garagem com depósito, a Estação florestal, o paiol, a oficina, o estábulo, 15 casas de 4 cômodos para operários e 2 casas coletivas para famílias e solteiros. Em Canela, haviam sido plantados, em 1947 e 1948, 296.000 pinheiros (ICMBio, 2017, p. 13).

De acordo com seu Plano de Manejo, nos primeiros anos trabalhavam no Parque Florestal mais de sessenta pessoas e mais de trezentas famílias residiam no local. As "vegetações remanescentes foram derrubadas e queimadas e os plantios foram realizados. Iniciou-se também o fornecimento de mudas de pinheiros às empresas e particulares, para implantação de muitos reflorestamentos que ocorriam na região" (ICMBio, 2017, p. 14). O Parque de Canela foi o primeiro a realizar a experimentação do plantio de mudas, seguida pela Estação Florestal de Passo Fundo. Nas duas estações, as mudas eram obtidas de viveiros com sementes selecionadas morfologicamente (ANUÁRIO, 1949).

Com o Código Florestal de 1965, criado pela Lei n. 4.771, foram colocados parâmetros para a realização de atividades ligadas aos recursos florestais. O Artigo 5º destacava que "O Poder Público criará Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos e sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir àquele fim" (IBAMA, 1989).

O golpe de Estado de 1964 instalou um novo grupo político no governo federal. Neste contexto, em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que assumiu a função dos órgãos que foram extintos, como o Conselho Florestal, o Departamento de Recursos Naturais

Renováveis do Ministério da Agricultura e o Instituto Nacional do Pinho. Neste mesmo tempo, o Parque Florestal Eurico Gaspar Dutra passou a ser denominado Floresta Nacional de Canela, bem como os demais parques que foram transformados em flonas. No Rio Grande do Sul, foram criadas, ainda, as Florestas Nacionais de São Francisco de Paula e de Passo Fundo (ICMBio, 2017).

Décadas depois, em 1989, com a redemocratização do país, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Ele assumiu as atividades de órgãos estatais como a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência de Pesca (SUDEPE) e a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) (ICMBio, 2017). Mais recentemente, em 2007, houve a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que assumiu a responsabilidade pela gestão das Unidades de Conservação Federais, com o objetivo de proteger a biodiversidade e promover o uso sustentável dos recursos. Conforme a Lei n. 11.516, de 2007, cabe ao ICMBio:

> I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;
> II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

> III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;
> IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e
> V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas (BRASIL, 2007).

A Floresta Nacional de Canela

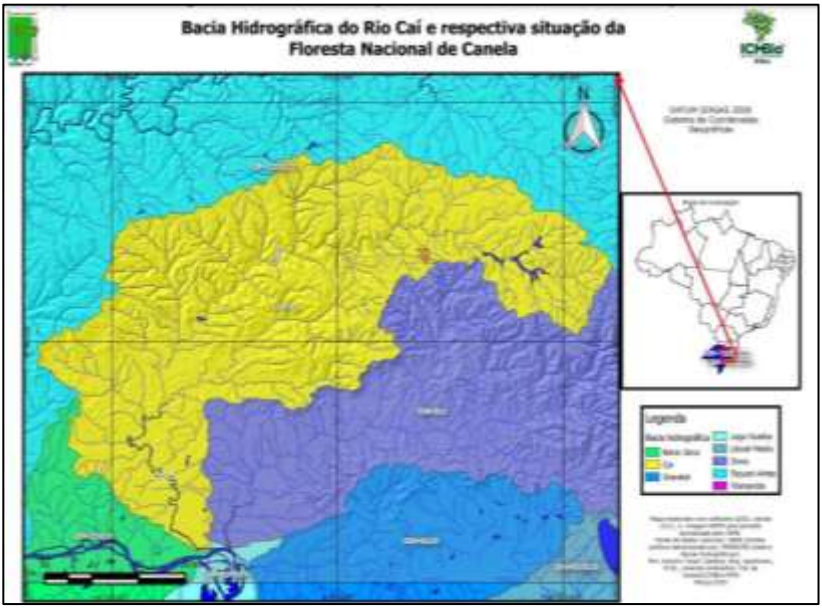
Localizada no Estado do Rio Grande do Sul, no município de Canela (Mapa 1), situado no topo e nas encostas do Planalto Meridional do Brasil, a Floresta Nacional de Canela ocupa uma área de cerca de 530 hectares, o que corresponde a apenas 2,1% do território municipal. O município faz divisa com São Francisco de Paula, ao leste, onde se encontra a Floresta Nacional de São Francisco de Paula; Caxias do Sul ao norte; Três Coroas ao sul e Gramado ao oeste. Canela é um espaço de visitação que recebe cerca de 2,5 milhões de turistas ao ano e um dos atrativos é a natureza conservada (ICMBio, 2017).

Mapa 1. Localização da Floresta Nacional de Canela

Fonte: Google Earth, 2024.

O município de Canela está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Caí e em mais duas microbacias conforme o Mapa 2: I) microbacia do Arroio Tiririca; II) microbacia do Arroio Caçador. A Flona divide as duas microbacias, ou seja, 49,52% de sua área pertencente à microbacia do Arroio Caçador e 50,48% está na microbacia do Arroio Tiririca que possui aproximadamente 8km de extensão (ICMBio, 2017).

Mapa 2. Bacia Hidrográfica do Rio Caí e localização da Floresta Nacional de Canela



Fonte: ICMBio, 2017.

Conforme Coelho (2008), o nome Tiririca vem da espécie *Cyperus esculentus L.*, da família das ciperáceas encontradas em brejos e localidades ripárias. Na Flona existem três lagos artificiais, denominadas Tiririca, do Refúgio e dos Xaxins. representados na Figura 1.

Figura 1. Três lagoas artificiais existentes no interior da UC

Fonte: ICMBio, 2017.

O arroio Tiririca forma a lagoa Tiririca, com cerca de três hectares e contém, também, banhados. A lagoa do Refúgio forma uma bacia de captação a partir da floresta nativa. A bacia da lagoa dos Xaxins inclui florestas nativas, áreas com araucárias, eucaliptos e pinus (COELHO, 2008).

O bioma predominante é a Mata Atlântica, principalmente a espécie de *Araucaria angustifolia*, vegetação predominante com a Floresta Ombrófila Mista, que ocupa cerca de 60% da unidade de conservação. As áreas plantadas com espécies exóticas, como o *Eucalyptus spp.* e o *Pinus spp.*, ocupam 33% da Flona, isto é, cerca de 176,9 hectares (COELHO, 2008).

Seu solo, conforme o Sistema Brasileiro de Classificação do Solo (SiBCS) é da classe neossolo regolítico distrófico, com o relevo ondulado e com o desenvolvimento a partir de rochas

como rolito e dacito (EMBRAPA, 2006). Sua fauna é constituída de aproximadamente 131 espécies de invertebrados, 20 de peixes, 16 de anfíbios nativos, 10 de répteis, 19 de mamíferos nativos e 158 espécies de aves nativas (COELHO, 2008). Em um estudo foram registrado cerca de 166 espécies de aves na Flona, o que corresponde a cerca de 8,7% da avifauna brasileira. Entre elas, ocorrem na Flona o papagaio-charão (*Amazona pretrei*) e o papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*), ambos ameaçados de extinção (ICMBio, 2017).

A mastofauna da Flona Canela tem cerca de 19 espécies, incluindo o bugio-ruivo, a cutia, o gato-do-mato-pequeno, o quati e o gato-mourisco, espécies igualmente ameaçadas de extinção. As espécies exóticas são o cachorro doméstico, o cavalo e a lebre-europeia, causando impactos sobre a fauna nativa do local. Por exemplo: com o aumento da Lebre-europeia, houve uma diminuição do tapiti nativo (*Sylvilagus brasiliensis*) (ICMBio, 2017).

Para a educação ambiental, a Floresta Nacional de Canela oferece um Centro de Visitantes, com uma estrutura esquemática de uma araucária, permitindo assim, que os visitantes vejam por dentro do tronco e observem o sistema radicular da árvore. Contém, também, diversos animais taxidermizados organizados em dioramas, nativos da fauna do local, provenientes do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) ou coletados após apreensões e atropelamentos. No ambiente também se encontra um sementário, com sementes de espécies nativas (ICMBio, 2017).

Ainda para a educação ambiental, a Floresta Nacional de Canela contém trilhas interpretativas, com diversos animais identificados ao longo do trecho. As atividades de interpretação ambiental são acompanhadas por um funcionário da Flona. Também são realizadas palestras em escolas e em outras

instituições sobre temas ambientais, conforme a demanda (ICMBio, 2017).

Conclusão

Inicialmente sua criação como Parque Florestal Eurico Gaspar Dutra esteve voltada para a produção madeireira. Mais recentemente, a Floresta Nacional de Canela passou a ter um papel fundamental na conservação da biodiversidade local e regional, ou seja, houve uma mudança de função e a Floresta Nacional de Canela passou a ter, também, um olhar voltado para a conservação e não mais somente para a produção e extração de madeira. Além disso, suas iniciativas em pesquisa e educação ambiental fortalecem o engajamento público na preservação dos recursos naturais. Apesar das dificuldades, como a presença de espécies exóticas, a Flona continua a ser uma referência em conservação no nordeste do estado do Rio Grande do Sul.

Referências e fontes

BRASIL. *Lei n. 9.985, de 18 jul. 2000*. Regulamenta o Art. 225 da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).* Brasília: MMA, 2025. Disponível em: https://cnuc.mma.gov.br/ Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. *Mata Atlântica*: patrimônio nacional dos brasileiros. In: CAMPANILI, Maura; SCHAFFER, Wigold Bertoldo (Orgs.). Brasília: MMA, 2010. 408 p. (Biodiversidade, 34).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade. *A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB: cópia do Decreto Legislativo nº 2, de 5 de junho de 1992.* Brasília, DF: MMA, 2000. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007***.** Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm. Acesso em: 23 jan. 2025.

COELHO, Raul Candido da Trindade Paixão. *Avaliação das bacias hidrográficas dos arroios Caçador e Tiririca na Floresta Nacional de Canela, com ênfase na qualidade da água e ocupação do solo das áreas de preservação permanente ripárias*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – UFRGS, Instituto de Biociências, Porto Alegre, 2008.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; NINIS, Alessandra Bortoni. O estado das áreas protegidas do Brasil. Brasília: agosto de 2006.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.* - 2. ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 2006.

INP. Instituto Nacional do Pinho. Os serviços de reflorestamento do I.N.P. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal***,** Rio de Janeiro, n. 2, p. 403-411, 1949.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Plano de Manejo para a Floresta Nacional de Canela-RS.* Brasília: ICMBio, 2017. 2 vol. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/flona-de-canela/arquivos/volume_i_diagnostico_fn_canelaplano1.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

IBAMA. 1989. *Plano de Manejo para a Floresta Nacional de Canela-RS.* Santa Maria: FATEC-UFSM, 398 p.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

O RECRUTAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL PARA A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1943 – 1945)

Julia de Oliveira Bender
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo

Resumo
Este artigo apresenta uma reflexão história para explicar a participação do Rio Grande do Sul na atuação brasileira na Segunda Guerra Mundial. A historiografia relacionada às questões militares vem ganhando novos adeptos. Neste sentido, observa-se que esse atual enfoque no estudo da instituição militar e de seus elementos relacionados pode proporcionar novos caminhos metodológicos e diferentes abordagens históricas que levem a uma nova compreensão da história social e cultural do Brasil. Assim, pretendemos discutir sobre o recrutamento militar no Rio Grande do Sul, destacando a mobilização, a dinâmica e a resistência que por lá ocorreram durante o período de recrutamento, ou seja, durante a Segunda Guerra Mundial.
Palavras-chaves: Recrutamento, Segunda Guerra, Rio Grande do Sul;

Introdução

O objetivo central do trabalho é o recrutamento. A ideia é discutir esse tema de forma clara, com ênfase ao recrutamento no estado do Rio Grande do Sul.

Um conflito com magnitude que foi a Segunda Guerra Mundial, não começa sem importantes causas ou motivos. Podemos dizer que vários fatores influenciaram o início deste

conflito que se iniciou na Europa e, rapidamente, espalhou-se pela África e Ásia.

O marco inicial ocorreu no ano de 1939, quando o exército alemão invadiu a Polônia. Em consequência, a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha. De acordo com a política de alianças militares existentes na época, formaram-se dois grupos: Aliados (liderados inicialmente por Inglaterra, URSS e França) e Eixo (liderados inicialmente por Alemanha, Itália e Japão).

O historiador inglês John Keegan dimensiona a importância da Segunda Guerra Mundial no cenário internacional:

> A Segunda Guerra Mundial foi verdadeiramente uma guerra mundial, envolvendo todos os países e impérios existentes; apenas aqueles absolutamente distantes para participar ou severamente marcados por recentes guerras internas permaneceram longe. Qualquer história da Segunda Guerra Mundial é, portanto, uma história do mundo entre 1939 e 1945 (KEEGAN,1996, p. 31).

A Segunda Guerra Mundial foi, pelo menos até os dias atuais, o maior e mais brutal conflito sofrido pela humanidade ao longo da história. As perdas de vidas em consequência dos muitos combates militares foram exorbitantes, matanças de civis, fome e inúmeras doenças ocasionadas pela agitação em torno do conflito, onde mais ou menos 55 milhões de seres humanos morreram, milhões apenas por não se enquadrarem nas ideias do regime alemão.

A participação do Brasil entre as 16 nações que participaram do conflito contra a Alemanha, durante a Guerra, foi

significativa. É bastante conhecida e documentada. Inúmeras obras – tanto nacionais como estrangeiros – já exploraram as relações do governo brasileiro com as principais potências mundiais envolvidas no conflito.

A origem do Exército Brasileiro remonta a forte presença de pessoas envolvidas com a atividade militar durante o período colonial. Havia a ameaça de ataques estrangeiros, sem falar no medo de revoltas por parte dos índios e negros, o que gerou uma sociedade intensamente militarizada.

> Naquela época cerca de 5% dos homens de todas as idades pertenciam a uma das diversas tropas existentes, seja de soldados permanentes do Exército regular ou tropas de linha, recrutados por nada menos que 25 anos, ou então milicianos chamados de ordenanças ou auxiliares membros de unidades militares temporárias convocados apenas para treinamento e emergências (HOMERO, 2006, p. 64).

Diante da impossibilidade do governo organizar um serviço público eficiente e na falta de outros órgãos os militares acabavam executando diversas tarefas como reparos em estradas, prédios públicos, serviço de bombeiros e até de entrega de correspondências. Fica evidente a grande importância e comprometimento dos militares com a sociedade.

"A Segunda Guerra Mundial teve como característica determinante o fato de que os países em conflito visavam pretensões ilimitadas. Em outras palavras, tinha como objetivo a submissão absoluta do adversário" (TOTTA, 2006, p. 357). A principal ação militar brasileira aconteceu na organização da

campanha da Itália, onde os brasileiros foram para o combate ao lado das forças estadunidenses. Nesse breve período de tempo, 25.334 soldados brasileiros foram enviados para a Europa, com a perda de 443 homens. Vários estados brasileiros tiveram participação importante no período do conflito, entre ele esta o Rio Grande do Sul.

Em busca de um entendimento sobre os meios utilizados para o recrutamento de soldados do estado do Rio Grande do Sul para atuar na Segunda Guerra Mundial, o presente estudo de mestrado objetiva responder a seguinte questão: como ocorreu o processo de recrutamento militar, das Forças Armadas nacionais, no Rio Grande do Sul, no período da Segunda Guerra mundial (1940 – 45)? Buscar um entendimento a respeito da escolha de quem de fato representaria o Brasil em batalha em terras Italianas contra o Nazismo. Produzirá, portanto, conhecimento histórico e permitirá compreender melhor essa ação militar, pois a busca por conhecimento acadêmico tem aumentado muito nas últimas décadas.

As investigações históricas realizadas no Brasil por pesquisadores da chamada Nova História Militar têm sofrido um incremento considerável nas últimas décadas. No Brasil, a Nova História Militar vem estimulando historiadores/pesquisadores a refletirem sobre temas militares utilizando novas abordagens, contribuindo assim para a renovação da historiografia militar. No Brasil, poucos pesquisadores se detiveram a examinar aspectos da nova historiografia militar brasileira em um estado especifico, como no caso desse trabalho, do estado do Rio Grande do Sul.

Recrutamento dos gaúchos e a participação na FEB durante a Segunda Guerra

Em relatório apresentado ao Presidente Vargas, em novembro de 1940, Eurico Gaspar Dutra expressava preocupação acerca dos problemas sanitários dos indivíduos convocados pelo Exército. De acordo com o então Ministro da Guerra, com a incorporação de indivíduos às fileiras do Exército vinham à tona as precárias condições de saúde da população brasileira, principalmente a das áreas rurais, criando embaraços à ideia de "defesa nacional":

> O índice de jovens incapazes fisicamente é alarmante e merece [ser] encarado com todo o desvelo. De 1932 a 1939 esse índice atingiu a 31% dos convocados ou apresentados (voluntários e sorteados). Note-se, todavia, que muitos dos jovens julgados aptos para os serviços das armas, apresentam, logo após os primeiros meses depois da incorporação, sintomas denunciadores de afecções sérias – de degenerescência ou de origens infecciosas – que os tornam absolutamente incapazes, senão nocivos à caserna (DUTRA, 1940, p. 49).

Em agosto de 1943, uma Portaria Ministerial, estabeleceu as normas gerais de estruturação da Primeira Divisão de Infantaria do Exército. Nela estava previsto que seriam aproveitadas unidades já existentes, transformadas algumas, e criadas outras. Porém, numerosos e difíceis foram os obstáculos à tarefa de se organizar uma Força Expedicionária de acordo com os moldes

norte-americanos. No final de novembro de 1943 tomou posse a Primeira Divisão de Infantaria do Exército, que foi instituída e organizada por General João Batista Mascarenhas de Moraes, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (FALCÃO, 1999, p. 213).

O estado do Rio Grande do Sul, está entre os 20 que mandaram soldados para o confronto, o estado foi o 4° com maior número de recrutas.

Em um decreto do Ministro da Guerra Dutra, de janeiro de 1944, onde foi expedido a nota do comandante da 3º Região Militar, avisando que estava aberta as portas dos quarteis ao voluntariado para se apresentar para a defesa da pátria e para o desagravo da soberania nacional. O decreto também ressalta que Estado do Rio Grande do Sul, tem um histórico de servir em conflitos voluntariamente e que nesse momento a pátria estava convocando para marcharem em defesa do país.

Em ordens de serviço do período, vinham ordens claras que uma vez considerados aptos, deveriam ficar em condições de seguir para o Rio de Janeiro e, possivelmente, serem integrados à Força Expedicionária Brasileira (FEB). A inspeção de saúde do pessoal da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, foi realizada no Hospital Militar de Santa Maria, veio gente de toda a região da fronteira. Após a realização dos exames, os soldados voltavam para as suas Unidades e aguardavam a divulgação dos resultados.

Os soldados reprovados nos exames médicos foram licenciados; os que haviam sido convocados, mas considerados inaptos, foram dispensados da incorporação no Exército. Para os que estavam com a saúde perfeita, restava dar a notícia à família e aguardar o embarque.

Memórias de um dos combatentes gaúchos

Para melhor entender esse contexto, entre em contato com um pracinha, ex-combatente é a melhor forma de perceber como, de certa forma, foi minuciosa quanto a escolha de quem representaria o Brasil na Segunda Guerra Mundial. O recrutado em questão reside nas proximidades da cidade Ibirubá-RS.

O Senhor Guilherme Câmera, foi um dos 1880 homens gaúchos que representaram o Rio Grande do Sul, nos campos de combate italianos. Com 93 anos e uma memória invejável, ele contou-nos sobre como ocorreu seu recrutamento e de mais 249 soldados dos Quarteis do município de Cruz Alta – RS, a atual Escola de Sargentos do Exército de Cruz Alta no noroeste do Estado.

Completou 18 anos, em 1942, ou seja, ingressou no exercício em 1943.

Ao questionado em relação às quais eram os critérios utilizados para o recrutamento, para escolher quem iria, ele começa afirmando sobre quem ficou em solo gaúcho: os casados, pais, feridos e doentes.

Os exames de saúde duraram dois dias e ocorram na cidade de Santa Maria – RS. As expressões de saúde eram rigorosas, buscavam soldados "perfeitos". Quem tinha dentes ou ossos quebrados, cicatrizes, doenças sexuais entre outras eram descartados. De 1500 homens, apenas 300 foram recrutados. Guilherme afirma que durante a expressão de saúde não sabiam o real motivo. Só souberam quando saiu à lista dos nomes selecionados. Depois dos nomes divulgados e real motivo das inspeções de saúde, ficaram presos e isolados até o dia de ir para o Rio de Janeiro – RJ.

Destes 300, apenas 250 foram de fato para o Rio de Janeiro, lá passaram 20 dias em treinamento. Em tentativas

desesperadas muitos: casaram, desertaram, amputaram partes do corpo, quebraram ossos e até mesmo se suicidaram. Desertar o ex-pracinha gaúcho considerava o ato covarde, "mas entendi a falta de coragem dos companheiros" e sobre o suicídio "Se o soldado parava pra pensar no que estava acontecendo, ele se matava mesmo. Eu nunca faria isso porque só queria voltar e ver a minha mãe. Eu a amava".

"Sobre os voluntários, o ex-combatente, afirma que existiu muitos, a maioria porque o irmão ou algum familiar havia sido recrutado. Mas a maioria não teve escolha foram angariados. Os únicos que realmente tiveram escolha foram os filhos de pais ricos, que tiravam seus filhos do quartel por boa vontade dos comandantes ou no meio da noite escondido.

De julho de 1944 a maio de 1945, Guilherme acampou em barracas feitas com estacas de pau no meio do mato, se surpreendeu com a hospitalidade americana, viu parceiros mortos e, quando ouviu as instruções de como usar um fuzil, se deu conta de que homem mataria homem como se estivesse matando bicho. A justificativa se baseava na impressão de que o caos não acabaria e a morte os alcançaria cedo ou tarde. "Eu falava italiano de casa porque minha mãe me ensinou e foi isso que ajudou a me tornar um policial especial lá na Europa.

"Completando, 94% do contingente, foram convocados da vida civil. Entre todos os angariados 64,02% eram da região sudeste, 18, 26% da região sul e os outros 17, 72% das demais regiões do Brasil. Resumindo acredito que a Região Sul, principalmente o Rio Grande do Sul, teve uma grande importância para a FEB, no que diz respeito à Segunda Guerra Mundial.15 Na Segunda Guerra Mundial, no Exército ou na Marinha, quem foi recrutado, foi justamente os mais pobres e menos instruídos, com poucos contatos sociais importantes que lhes permitissem

fugir. A maior parte, dos oficiais conseguiu escapar do envio para a guerra.

O senhor Guilherme Câmera, apesar de dizer várias vezes que não gosta de falar do que viveu durante aqueles quinze meses na Itália, também tem muito orgulho de ter participado desse grande ato representando a Força Expedicionária Brasileira.

Considerações finais

As relações internacionais do Brasil, principalmente com os Estados Unidos, durante a década de 1940 evidenciam a complexidade dos vínculos que têm que ser estabelecidos entre uma grande potência e seus aliados subordinados na criação de um sistema de poder no plano internacional.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil se viu inicialmente entre dois blocos ideológicos distintos. Ainda que o Brasil estivesse vivendo a ditadura de Getúlio Vargas, conhecida como Estado Novo, não houve por parte do nosso país, um alinhamento com as forças do Eixo – Alemanha, Itália e Japão.

Entretanto, os aliados, entre eles Inglaterra e, principalmente, os Estados Unidos, sabiam muito bem o quanto o Brasil era importante, tanto para abastecer com artigos fundamentais os países envolvidos no conflito, bem como para apoiar com bases estrategicamente posicionadas o esforço de guerra na África e também na Europa.

Essa situação levou os dois blocos a disputarem o apoio brasileiro e o governo do Estado Novo. Ciente disso pode

alinhavar acordos que sanassem as necessidades mais urgentes para aquele momento.

As principais necessidades brasileiras eram reequipar e modernizar o Exército Brasileiro, e desenvolver um complexo siderúrgico.

As ofertas alemãs fizeram com que os americanos que recusavam em cooperar com o Brasil mudassem de ideia, vindo a apoiar a implantação da siderúrgica, bem como se comprometeram a cooperar militarmente com o país. Assim, o governo do Estado Novo que exportava muito material para os dois lados em conflito soube tirar o máximo de proveito nas relações comerciais entre eles.

Porem vários acontecimentos, relatados na dissertação, levaram o Brasil a se posicionar ao lado dos Aliados. A FEB foi criada e estruturada.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi formada por 25.334brasileiros, a força inexperiente começa a chegar à Itália a partir do segundo semestre de 1944 e como toda tropa novata comete muitos erros. Apesar de todas as dificuldades de estar em uma guerra distante, a FEB acumulou vitórias em batalhas, muitas delas com perdas.

O Brasil entrou na Segunda Guerra sem estar preparado. Ao decidir enviar tropas, o governo brasileiro se deparou com a falta de estrutura do seu Exército. Com equipamentos ultrapassados, treinamento deficiente e roupas inadequadas para enfrentar o inverno europeu, os pracinhas brasileiros desembarcaram na Itália sem ter a noção do que era uma guerra.

Conduzir o Brasil a uma posição de destaque era uma meta para a qual convergiam os esforços estatais no período do Estado Novo. A supressão da democracia, com o fechamento dos canais de participação, o afastamento das oposições (dentro

e fora do Exército) e outros mecanismos que buscavam a ordem, a centralização, a burocratização e a institucionalização em diversas instâncias do governo e da sociedade eram justificados como elementos necessários ao "engrandecimento" nacional. As Forças Armadas brasileiras, sobretudo o Exército, tiveram participação fundamental neste processo. A sua aliança com Vargas, através, principalmente, do grupo representado por Dutra e Góes Monteiro, pressupunha a instalação da ordem interna pelos militares (capitaneados pelo Exército).

A posição do Brasil como aliado subordinado no sistema de poder estadunidense foi plenamente justificada nas formulações econômicas, políticas e militares dos ideólogos do regime. Os recursos de barganha haviam sido drasticamente reduzidos e o governo brasileiro não tinha mais meios para extrair benefícios especiais de seu alinhamento com os Estados Unidos.

Embora o objetivo do presente trabalho não tenha sido discutir os motivos que levaram a participação do Brasil e sim a participação, acreditamos que a constatação do Estado Novo com a tradição nacional, em âmbito interno e externo, explicita que o Regime tinha clareza das ambiguidades que envolviam sua conduta interna e sua postura externa. Entendemos, então, que isso pode constituir um novo elemento a ser refletido ao se considerar os motivos que levaram ao recrutamento de tantos soldados no solo do Rio Grande de Sul, questionando a ideia difundida na historiografia teria uma relação direta e causal com a participação ativa do Brasil na Guerra, através da FEB, e com o término desse conflito mundial.

Os interesses do Brasil quanto a FEB eram garantir o recebimento de novos equipamentos dos americanos e adquirir o status de aliado dos Estados Unidos. Ao final da Segunda

Guerra Mundial o Brasil conseguiu concretizar ambos os objetivos – tendo o envio da FEB à Europa contribuído para isso.

Os soldados brasileiros estavam despreparados para o que eles iriam enfrentar no campo de batalha. As táticas, equipamentos e a filosofia militar dos combatentes brasileiros estavam desatualizados. Alguns dos pracinhas enviados para a guerra tinham problemas de saúde não diagnosticados na hora do recrutamento, dificultando suas vidas e seus desempenhos na Itália.

Os pracinhas, como um todo, passaram por muitas dificuldades na Europa. Enfrentaram um rigoroso inverno, estando acostumados ao clima tropical do Brasil, assim como a péssimas condições de vida no front: falta de higiene, despreparo, intempéries, etc.

Ao longo dos anos, os pracinhas acabaram sendo esquecidos e desamparados pelo governo e sociedade. Muitos soldados sofreram traumas e ferimentos e só receberam algum tipo de auxílio muito tempo depois. Fato este que contrasta com todo o reconhecimento recebido durante a guerra, assim como a festa de boas-vindas que os recepcionou ao término do conflito.

O recrutamento tem dois lados. De um lado, o exército tenta se profissionalizar, através de uma avaliação de saúde, profissional, operacional, baseada na eficácia exigida de uma força militar moderna. E de outro buscava os melhores meios de manter vivos seus soldados na guerra, por isso muitas estratégias foram pensadas e articuladas com apoio dos norte-americanos.

Formada por um contingente de 25.374 homens, oriundos de 20 Estados brasileiros e capital, os combatentes da Força Expedicionária Brasileira foram convocados a lutar na frente de combate da Segunda Guerra Mundial, no Teatro de operações bélicas italiano. Mas estes homens, que formavam um corpo de

guerra majoritariamente de civis transformados em soldados, estavam preparados para utilizar um morteiro, atirar com um canhão, ou mesmo fazer varredura em terrenos cheios de minas explosivas? A resposta é simples: não.

Os "cidadãos-soldados", aqueles que não faziam parte do corpo de oficiais da FEB, formavam grande parte do total de combatentes brasileiros na Guerra. Foram recrutados de diversos lugares do país, como menciona a canção do expedicionário, ou seja, não tinham preparo algum para enfrentar a situação que os impunham, porque eram civis. Pensemos ainda que estamos nos referindo a um Brasil da década de 1940, em que boa parte de sua população vinha da zona rural. Havia nesta situação um grande problema, pois esta grande massa de "cidadãos-soldados" deveria ser treinada para combate. Todavia, existia aí um conflito: a estrutura militar brasileira era de origem francesa, pouco moderna para a conjuntura da Segunda Grande Guerra, sem mencionar a falta de estrutura logística para o preparo destes combatentes, e mesmo a precária seleção realizada por consultas médicas. Tinham aí um descompasso entre o interesse de participar da Guerra com o nítido atraso das Forças Armadas do Estado brasileiro.

Devido à grandeza da miscelânea social que constava na Força Expedicionária, homens recrutados de quase todos os Estados brasileiros, muitos eram os embates entre praças e oficiais, devido às tendências de conservação de hierarquia por parte dos militares de carreira.

Apesar das adversidades, sabemos que as ações da FEB em combate foram importantes para o crescimento do Exercito Brasileiro.

Concluímos então que o Brasil conquistou seus objetivos com a guerra: A construção da Siderúrgica Nacional, a

atualização dos equipamentos militares, além da aproximação com os Estados Unidos, especialmente no que diz respeito aos investimentos econômicos.

O recrutamento de soldados para a Força Expedicionária Brasileira (FEB) no estado do Rio Grande do Sul seguiu um processo similar ao de outros estados brasileiros, mas com algumas particularidades devido à forte tradição militar da região. O Rio Grande do Sul sempre foi um estado com forte cultura militar, devido à sua localização estratégica na fronteira sul do Brasil e à sua história de conflitos como a Revolução Farroupilha, Federalista.

No Rio Grande do Sul, as Forças Armadas tiveram uma presença significativa no processo de mobilização, devido à infraestrutura militar já existente, como quartéis e centros de treinamento. Dennison Oliveira (em seu livro "Soldados Alemães de Vargas") coloca que os soldados do Rio Grande do Sul, apresentavam melhores condições de saúde, devido o clima, com um inverno semelhante ao Europeu.

A participação do estado foi significativa também em termos de logística, apoio às tropas e domínio de dialetos italianos, pois além do Rio Grande do Sul já possuía uma estrutura organizacional e uma base militar consolidada, a maior parte de sua colonização foi de imigrantes europeus. Isso facilitou a mobilização de tropas e recursos para o esforço de guerra.

Os gaúchos, como eram chamados os soldados do Rio Grande do Sul, tiveram grande participação nas batalhas da FEB e foram reconhecidos pelo seu espírito combativo e disciplina, características fortemente associadas ao orgulho militar da região.

Dos 1880 pracinhas gaúchos, 21 ficaram no cemitério de Pistóian na Itália.

Referências bibliográficas

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

ANDRADE, Paulo de. Uma sugestão à margem do problema das promoções no Exército. *Revista Nação Armada*. Rio de Janeiro, nº 73, p. 10-17. 1945.

BARBOSA, João Felipe Sampaio. Regresso e desmobilização da FEB: problemas e consequências. Revista: A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Ano 71, N° 719, mai/jun. 1985.

BARONE, João. *O Brasil e a sua guerra quase desconhecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

BENTO, Cláudio Moreira. *História da 3ª Região Militar:1889-195*3. Porto Alegre: [qualidade comunicação gráfica], 1995. 2v.

BILAC, O. *A Liga da Defesa Nacional. A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965.

BILAC, O. *Ao Exército Nacional. A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965.

BONET, Fernanda dos Santos. *Autoritarismo e nacionalismo : o discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através das páginas da revista "Cultura política"*. Porto Alegre – PUC (Dissertação de Mestrado), 2010.

BRANCO, Manoel Thomaz Castello. *O Brasil na II Grande Guerra***.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora, 1960.

BRASIL, Estado-Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro*: *perfil militar de um povo*. Rio de Janeiro/Brasília: Serviços Gráficos da Fundação IBGE, 1972, vol. 3.

BRASIL. *Relatório do Ministério da Guerra apresentado ao presidente Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

CARVALHO, Estevão Leitão de. *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, [1952].

CASTRO, Celso. *A origem do Serviço Militar Obrigatório no Brasil: a lei do Sorteio Militar.* Relatórios de pesquisa CNPQ, março. 1993.

COGGIOLA, Osvaldo (ed.). *Segunda Guerra Mundial. Um balanço histórico*. São Paulo, Xamã, 1995.

DUTRA, Eurico Gaspar. *Situação atual do Exército em junho de 1940: Suas principais necessidades.* Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1940

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Brasília: Serviço Gráfico da*

FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora da UNB, 1999.

FERRAZ, Francisco C, *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*, Col. Descobrindo o Brasil. Livros Digital EPUB. 2011.

FERREIRA, Oliveira S. *Forças Armadas para quê?* São Paulo, GRD, 1998;

GOYOS JR., Durval. Noronha. *A campanha da Força Expedicionária Brasileira pela libertação da Itália*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

HENRIQUES, Major Elber de Mello. *A FEB doze anos depois*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

HOMERO, Adler. Soldados na paz e na guerra. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 4, nº 38, dez./2006. p. 64.

IERVOLINO, Ana Paula. *A participação de teuto-brasileiros na FEB (1944-1945): memória e identidade. São Paulo – USP (*Dissertação Mestrado em História), São Paulo, 2011.

KEEGAN, John. *The Battle for History. New York: Vintage Books*, 1996.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. *Serviço Militar, democracia e defesa nacional: Razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil*. São Paulo – USP (Dissertação de Mestrado), 2001.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Trincheiras da memória: brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945*. São Paulo – USP (Tese de Doutorado em História), São Paulo, 2004.

MONTEIRO, Vitor José da Rocha *Do "exército de sombras" ao "soldado-cidadão": saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista Nação Armada (1939-1947).* Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado em História), 2010.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Esboço crítico da historiografia militar brasileira. *Revista Escritas*. Araguaína, TO, v. 5, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, Dennison de. Relações *Internacionais Militares Brasil – EUA na Segunda Guerra Mundial: o caso das comissões militares conjuntas.* ANPH, 2015. Florianópolis – SC.

OLIVEIRA, Dennison *Soldados Brasileiros de Hitler*. Curitiba, Juruá 2008.

_____. *Soldados Alemães de Vargas*. Curitiba, Juruá 2008;

OLIVEIRA, Gabriel Machado de Borges. *A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a importância da liderança em conflitos armados.* Brasília – CUB (Dissertação de Mestrado), 2011.

SANTOS, Luciana Ibarra. *Há algo novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundia*l. Porto Alegre: PUCRS (Dissertação de Mestrado em História), 2006, p. 14.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre:

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SILVEIRA, Joel. *As duas Guerras da FEB.* Rio de Janeiro: Idade Nova, 1965.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA: experiência, memória e incorporação seletiva de ideias nas décadas de 1930 e 40*. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, p. 24-36. 2009.

TOTTA, Antônio Pedro.A Segunda Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.*). História das Guerras.* São Paulo: Contexto, 2006.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

PROCEDIMENTOS CURATORIAIS NO ACERVO ARQUEOLÓGICO DO LACUMA – UPF

Juliana Fernandes da Silva
Mestranda em História/PPGH-UPF
Bolsista CAPES

Resumo
Em uma instituição que salvaguarda artefatos arqueológicos, são necessários procedimentos para o controle, preservação e conservação dos materiais, envolvendo desde o processo de higienização e catalogação adequada, até a utilização do acervo para pesquisas acadêmicas e práticas de extroversão do conhecimento com a comunidade. Desse modo, o presente trabalho propõe a apresentação da trajetória de um acervo de artefatos arqueológicos, proveniente de pesquisas empreendidas pelo Gabinete de Arqueologia da Universidade de Passo Fundo (UPF) na década de 1970 e 1980, inferindo as origens do acervo, sua guarda e transferência para o Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA) da UPF , como medida de emergência em razão de reformas estruturais no antigo local de guarda, o Museu Histórico Regional (MHR). Além disso, são apresentados os sobre os procedimentos de cadastro dos artefatos arqueológicos realizados no LACUMA, de acordo com as regras previstas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e de que forma esses procedimentos devem ser realizados para atender aos critérios necessários.
Palavras-chave: Acervo arqueológico; Procedimentos curatoriais; Salvaguarda;

Introdução

O presente artigo será referente aos processos curatoriais e de salvaguarda de acervos arqueológicos, tendo como foco o acervo arqueológico do Museu Histórico Regional (MHR), que

em 2023 foi realocado do antigo prédio MHR para o Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA) da Universidade de Passo Fundo. Os processos curatoriais previstos para uma instituição de salvaguarda de acervos arqueológicos seguem, atualmente no Brasil, as normas apresentadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual é órgão da União responsável por esta categoria de materiais.

Inicialmente, será comentado sobre os principais processos curatoriais previstos pelo IPHAN que as instituições de guarda devem se apropriar para os cuidados com os acervos arqueológicos, tais como higienização das peças, catalogação, acondicionamento, além da extroversão do conhecimento, onde os profissionais responsáveis pelos materiais arqueológicos da instituição propõem formas de apresentá-los ao público geral, seja por pesquisas relacionadas àqueles artefatos, seja por exposições os envolvendo, práticas de Educação Patrimonial, entre outros questões.

Com cada um dos processos curatoriais sendo demonstrados durante o primeiro subtítulo, será apresentada um pouco da trajetória do acervo arqueológico do MHR, o qual começou a ser pesquisado pelos professores e pesquisadores do Gabinete de Arqueologia da UPF, durante as décadas de 1970 e 1980. Este acervo esteve sob guarda do Museu Histórico Regional por muitos anos, porém por questão de segurança, o acervo teve de ser retirado do prédio antigo do MHR, em razão de reformas estruturais, com isso, o LACUMA foi a instituição responsável por receber este acervo e realizar os processos curatoriais necessários novamente, além da criação de Fichas de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, prevista pelo portaria 196 do IPHAN de 2016. Durante o artigo será comentado como este processo está sendo realizado pelos profissionais do LACUMA.

Por fim, na parte final destes escritos, se buscará demonstrar o potencial arqueológico e cultural do acervo MHR, visto que as peças arqueológicas presentes nele possuem diversos tipos de materiais, tais como artefatos líticos polidos e lascados, pontas de projéteis, ossos, urnas funerárias, diversos vasilhames cerâmicos e fragmentos cerâmicos, onde muitas peças contém informações arqueológicas relevantes que podem ser utilizadas para pesquisa e análise, sendo possível entender e estudar a origem dos povos indígenas que produziram estes artefatos, graças aos estudos do Gabinete de Arqueologia, das informações decorativas e das maneiras de produção destes artefatos. É necessário valorizar a cultura indígena no Brasil, visto que tantos povos indígenas foram silenciados e menosprezados no passado até os dias atuais. Se faz necessário perceber as particularidades e complexidades da cultura ancestral, buscando o cuidado e a preservação dos acervos arqueológicos, ouvindo e respeitando os indígenas descendentes destes povos, distribuindo o conhecimento acadêmico, técnico, cultural e de identidade para o público em geral, a partir das práticas de extroversão do conhecimento.

Processos curatoriais com acervos arqueológicos

Da mesma maneira que diferentes tipos de acervos possuem seus modelos de preservação, catalogação, acondicionamentos, e demais procedimentos curatoriais, o acervo arqueológico também deve seguir procedimentos para garantir a preservação do patrimônio, onde a cultura, a arte, as identidades e as memórias mantenham-se conhecidas, vivas, com o estudo de objetos utilizados pelas pessoas do passado e presente. O Laboratório de Cultura Material e Arqueologia da UPF, conhecido

como LACUMA, coordenado atualmente pela professora Jacqueline Ahlert, salvaguarda não somente o acervo do MHR, mas outros acervos provenientes de doações de municípios próximos de Passo Fundo, tais como Casca, além de acervos vindos de projetos de escavações arqueológicas, como o acervo de São Miguel das Missões, e projetos de sítio escola com as turmas de Especialização em Cultura Material e Arqueologia da UPF, como é o caso de peças vindas do município de Vista Alegre do Prata, e do sítio em Santa Cruz, Serra das Andorinhas, no Pará.

O LACUMA conta com espaços de pesquisa e trabalho dos bolsistas, tais como: Laboratório, Reserva Técnica e espaço de estudo. Primeiramente falaremos sobre o Laboratório, demonstrado pela Figura 1. O laboratório é o local onde os procedimentos curatoriais acontecem, os materiais arqueológicos provenientes de escavações, doações ou de outras instituições vêm para o laboratório, preferencialmente já armazenados e catalogados, para que os cuidados com a coleção sejam feitos. Os materiais, ao chegarem no laboratório, são conduzidos para os processos de a) conferência, b) higienização, c) catalogação (sendo que *b* e *c* são duas etapas que podem ter sido realizadas por profissionais de outras empresas, onde apenas entregaram o material para a instituição de guarda) e d) armazenamento.

Podemos nos atentar nos primeiros procedimentos que envolvem desde o transporte dos materiais arqueológicos até o outro local. Michalski (1990) (apud Rosado 2008, p 4) desenvolve sobre os agentes de deterioração que podem ocorrer em coleções, acervos museológicos ou de exposições.

> São eles: degradação causada por danos físicos (vibração, choques, abrasão etc.); ação de agentes biológicos (fungos, cupins, microorganismos, animais etc.); vandalismo e roubo;

> água e umidade (infiltrações, enchentes etc.); fogo; sujidades (provenientes da poeira, poluição etc.); radiação (raio ultravioleta – luz natural ou artificial); flutuações inadequadas de umidade relativa e variações incorretas de temperatura

Visto que os fatores de degradação podem ocorrer se o acervo não for bem armazenado e higienizado, os profissionais que trabalharam em campo, os que fizeram o transporte e os profissionais do laboratório devem entender sobre os procedimentos para evitar infortúnios com as peças. A utilização de materiais feitos de polietileno, como espumas finas e cobertura de TNT (Rosado, 2008) servem bem o propósito de armazenar, apoiar e cobrir as peças dos acervos. Além disso, é necessário um trabalho cuidadoso, para o armazenamento destas peças até chegarem ao laboratório e na análise minuciosa de cada uma para que não haja perdas durante o transporte, fotografias das peças, cuidados durante o trajeto, entre outros.

Durante a conferência dos materiais que foram transportados do MHR para o LACUMA, foi necessário conferir também suas catalogações, percebendo as nomenclaturas de cada conjunto de peças, se as mesmas estavam separadas corretamente de acordo com as informações contidas nas planilhas do Museu, feitas pelos responsáveis do acervo anteriormente. Geralmente as peças estão catalogadas corretamente, a conferência das peças requer tempo de trabalho, visto que existem coleções com mais de 1000 peças, como é o caso do acervo MHR, que contém aproximadamente 1500 peças.

Figura 1. Laboratório LACUMA

Fonte: Silva, Juliana. 2024.

Após o processo de conferência dos acervos, algumas coleções irão requerer processos de higienização, como é o caso de peças doadas por pessoas físicas, ou em alguns outros casos de locais que não estão preparados ou bem equipados para a guarda e manutenção de coleções arqueológicas, onde as higienizações não foram feitas. A higienização é uma questão importantíssima para os materiais arqueológicos, visto que muitos deles podem se deteriorar se a higienização for feita de maneira equivocada. Há casos de uma peça de cerâmica, por exemplo, perder suas informações de decoração pintada por conta de uma higienização mal realizada. Segundo a portaria do IPHAN 196/2016 VIII. 6. “O acervo deverá ser higienizado antes do armazenamento e, periodicamente, nos casos em que tenham contato com sujidades. Para tal, utilizar trinchas e pincéis de cerdas

macias, evitando o emprego de produtos químicos e de água". As cerâmicas, como sendo mais frágeis que os materiais líticos, o uso de água é evitado, e se for necessário, a água é utilizada em mínima quantidade, molhando a ponta de um algodão envolta em um palito para esfregar levemente nas sujidades da peça. É também muito recomendado que as mãos estejam limpas e a utilização de luvas, segundo a portaria do IPHAN 196/2016 VIII.12. luvas de látex sem talco ou luvas de algodão, além de objetos grandes ou pesados serem manuseados por mais de uma pessoa.

Com a higienização das peças arqueológicas realizada, é necessário iniciar os procedimentos de catalogação das mesmas. Geralmente, os artefatos já vão estar previamente catalogados se virem diretamente de outra instituição de guarda, de uma escavação feita por uma equipe de arqueólogos e outros profissionais, ou feita por uma empresa de arqueologia, a catalogação das peças logo quando retiradas de um sítio arqueológico auxilia e otimiza os trabalhos laboratoriais. Os materiais arqueológicos provenientes de doações podem não possuir catalogações. No LACUMA, a equipe foi responsável por realizar a catalogação de uma coleção vinda da cidade de Casca/RS, doada pelo senhor Marco Aurélio Pedot, e outra também da mesma cidade, doada pelo Museu de Casca.

Para a catalogação das peças utilizam-se nomenclaturas que envolvem, geralmente, o sítio ou local que as peças vieram, seguido por números sequenciais. A catalogação do acervo do MHR já havia sido realizada pela equipe responsável anteriormente, porém o processo de conferência das peças ainda continua sendo feito junto às Fichas de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Segundo a portaria do IPHAN 196/2016 as instituições devem manter a catalogação e o inventário do acervo atualizado, e utilizar-se de sistemas de identificação e localização

das peças, com etiquetas nos locais que os materiais estarão armazenados. O acervo do MHR estava armazenado em gavetas demonstradas na Figura 2.

Figura 2. Gavetas para armazenamento vindas do MHR.

Fonte: Silva, Juliana. 2024.

O armazenamento das coleções arqueológicas é outro ponto essencial para a conservação deste patrimônio material. Os artefatos devem estar armazenados dentro de materiais específicos que garantam a sua conservação, sendo que se as etapas

de higienização não forem feitas corretamente, a conservação do material pode ser afetada. O acondicionamento também é utilizado como nomenclatura para as coleções que estão guardadas, e essas coleções ficam nas Reservas Técnicas das instituições de salvaguarda. Segundo Froner (2008) as Reservas Técnicas eram, por muito tempo, tratadas como depósitos de objetos que não estavam sendo investigados cientificamente ou que não estivessem expostos ao público. A autora ainda descreve que o conceito de Reserva Técnica não existia, e os materiais ficaram guardados com outros que não tinham mais uso.

Atualmente há a separação da Reserva Técnica de outras salas que não tenham como objetivo o acondicionamento das coleções. Segundo Froner (2008, p.5) numa Reserva Técnica "[...] não devem existir pias, tanques ou banheiros [...] evitando-se inclusive a localização desses ambientes úmidos próxima às salas de guarda de acervo". Além disso, a autora escreve que a ventilação, iluminação, e poluição são importantes em um projeto arquitetônico de Reserva Técnica, assim como proteção contra incêndios e inundações, estando longe de espaços que possam ter estabilidade de terreno, ou má qualidade de material construtivo.

Muitas vezes se torna difícil para certas instituições de guarda conseguirem todos estes requisitos, porém é sempre necessário que os responsáveis procurem ao máximo facilitar o processo para garantir um local mais adequado para receber as coleções. É importante garantir os espaços e materiais adequados para a conservação preventiva das coleções, permitindo a continuação dos estudos sobre o patrimônio arqueológico, de acordo com Froner (2008, p. 8):

> Assim, o edifício é observado não apenas em relação à sua condição histórica ou estética, mas em relação ao seu caráter funcional

> específico: um espaço físico que comporta acervos - a cultura material enquanto patrimônio cultural - e que, portanto, está estritamente ligado à sua preservação, sendo esta política de responsabilidade institucional.

Coleção MHR e seu potencial arqueológico

A coleção de peças arqueológicas vindas do antigo Museu Histórico Regional de Passo Fundo/RS para a salvaguarda no Laboratório de Cultura Material e Arqueologia da UPF, foi formada pelos pesquisadores do Gabinete de Arqueologia, durante as décadas de 1970 e 1980, sendo esse grupo vinculado institucionalmente à Universidade de Passo Fundo. Os pesquisadores foram: Norah de Toledo Boor (curso de História/UPF), Ari Carlos Ribeiro de Moraes Fernandes (curso de História/UPF), Adilson Mesquita (curso de Artes Visuais/UPF), contemplando outros colaboradores. De acordo com o ofício feito pelo NupHA (2023), em 1982, o acervo arqueológico foi cedido para exposição e empréstimo para o Museu Histórico e Cultural de Passo Fundo, que posteriormente viraria o MHR. Segundo Rosado (2008, p.3) “O empréstimo de acervos museológicos a outras instituições para exposições temporárias é considerado uma das atividades importantes do museu. Essas exposições fazem parte da missão educacional e cultural dessas instituições;”. Não foram encontrados registros que de fato afirmavam como o Gabinete de Arqueologia interrompeu suas pesquisas ou se essa parceria teria dado origem a algum outro núcleo de pesquisa, o fato é que a coleção ficou sob a guarda do MHR até 2023. Em 2023, o acervo do MHR foi retirado das dependências do Museu, por conta de reformas no prédio, que ofereciam possíveis riscos

para os materiais do acervo. A maior parte dos materiais estavam armazenados nas gavetas demonstradas na Figura 2 e em estantes com manivelas, sendo que uma Urna funerária estava exposta em uma das salas do Museu. Antes que o LACUMA pudesse aceitar o acervo, foi necessário conferir se o espaço da Reserva Técnica tinha a possibilidade de armazenar tantas peças, e no momento que isto foi confirmado, o acervo foi enviado para a instituição, que fica dentro do prédio B4 do Campus I da Universidade de Passo Fundo.

Dentre as peças que o acervo MHR abarca, podemos destacar categoriais de artefatos os quais contém uma ótima quantidade de informações técnicas para estudos e pesquisas: Urnas funerárias, decoradas e lisas; Vasilhames cerâmicos de diversas funções e decorações; Artefatos líticos polidos, como mãos de pilão, machados, boleadeiras; Artefatos líticos lascados, como instrumentos bifaciais e pontas de flecha; Fragmentos de borda cerâmicos pintados e com decorações diversas (ungulados, corrugados, lisos);

Os artefatos deste acervo, como de qualquer outro, devem ser tratados de acordo com suas propriedades físicas e particularidades de matéria prima. Os materiais líticos, por exemplo, sendo feitos com base de pedras como basalto, quartzo, entre outros, possuem maneiras de cuidado diferentes de uma cerâmica feita de argila. Os artefatos líticos, de acordo com Souza e Froner (2008) possuem diferentes porosidades dependendo do material, o que influencia diretamente na degradação e na resistência do material à pressão e impactos. Mesmo que este tipo de material pareça resistente, é importante perceber que “as pedras podem rachar, fragmentar, descamar ou pulverizar-se em consequência de impactos mecânicos. [...] quando objetos líticos são guardados em uma mesma gaveta ou embalagem sem proteção;

ao se movimentar, uma rocha bate em outra [...]" (Souza e Froner, 2008, p. 9).

Já os artefatos cerâmicos são feitos através de uma massa de argila, misturada com outros materiais que auxiliam como plastificantes. As peças cerâmicas passam, geralmente, por um cozimento, porém a resistência varia de cerâmica para cerâmica. Segundo Souza e Froner (2008, p.10)"Quanto mais clara a cerâmica, maior a pureza da argila e sua resistência a um cozimento em altas temperaturas; quanto maior a temperatura de cocção, maior é a fusão dos componentes minerais e mais resistente é a cerâmica." Este tipo de informação auxilia os profissionais do laboratório e da reserva técnica a entenderem quais materiais podem oferecer mais risco de quebra.

Os cuidados com as peças do MHR foram realizados pela equipe do laboratório, e quando as peças foram realocadas dentro do LACUMA, foi necessário realizar um procedimento de catalogação em Fichas de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. No decorrer da produção das fichas, os materiais do MHR foram conferidos e catalogados de acordo com suas respectivas numerações, os dados foram fornecidos pela equipe do Museu através de uma planilha com a numeração da peça, a tipologia da peça, decorações e local que foram encontradas, porém estas informações não existiam para todos os materiais, haviam várias peças com números repetidos, ou sem número. Durante o processo de realização das fichas as peças foram medidas, pesadas e fotografadas, bem como suas respectivas decorações, formas de produção, e observações complementares identificadas. A Figura 3 ilustra alguns vasilhames cerâmicos de diferentes decorações que pertencem ao acervo MHR.

Figura 3. Vasilhames coleção MHR

Fonte: Silva, Juliana. 2024.

É de grande importância perceber que os acervos arqueológicos são fonte de conhecimento, tanto para acadêmicos quanto para pessoas fora da academia. Os artefatos ligam a atualidade com o passado, a partir das ações humanas aplicadas neles. Com práticas que incentivam o conhecimento sobre o patrimônio, podemos citar a Educação Patrimonial, que é bastante recorrente no LACUMA, feita pela professora coordenadora e pelos bolsistas, para escolas da região e para turmas da graduação e pós-graduação. Segundo Horta, Grunberg, Monteiro (1999) a Educação Patrimonial é um trabalho educacional tendo o Patrimônio Cultural como fonte primária do conhecimento, que busca, através do contato direto com evidências e manifestações culturais, direcionar às pessoas a um processo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural. O acervo do MHR contém diversas peças arqueológicas de grupos indígenas guarani e jê, isto pode ser constatado por conta dos locais que os materiais foram achados, em regiões do Rio Grande do

Sul, como Casca, Iraí, Uruguaiana e de Santa Catarina, como Caibi, Caxambu do Sul, Chapecó e Palmitos, além de algumas peças terem sido doadas pelo Museu Zoobotânico da Universidade de Passo Fundo, e também pela análise dos modos de produção dos artefatos, envolvendo as decorações, as espessuras das cerâmicas, os tamanhos e colorações, que muitas vezes os arqueólogos percebem características nos artefatos e as ligam com determinados grupos indígenas.

Por conta da quantidade de artefatos variados com tamanhos, decorações e tipologias diversas, as possibilidades de pesquisa e de extroversão do conhecimento são grandes. A Educação Patrimonial com os artefatos da coleção MHR é uma das práticas que a equipe do LACUMA pretende fazer, utilizando novos equipamentos que o laboratório recebeu, que facilitarão o trabalho de reproduzir peças por impressão 3D, além de representações de desenhos e ilustrações de artefatos. De acordo com as características destes artefatos e os seus locais de origem, será possível demonstrar para os alunos um pouco da cultura material de povos guarani e jê, para que o conhecimento, a valorização e o respeito às culturas indígenas sejam disseminados cada vez mais.

Figura 4. Peças da coleção MHR

Fonte: Silva, Juliana. 2024

Compreendendo as coleções arqueológicas do LACUMA como patrimônios que foram feitos pelos povos indígenas no Brasil, é reforçado durante as práticas de Educação Patrimonial as origens e importâncias que estes artefatos carregam. Fala-se bastante sobre os procedimentos metodológicos e curatoriais, enfatizando a preservação das particularidades e os cuidados com estes materiais arqueológicos, que pode-se, muitas vezes, não levar em consideração certas vivências que as pessoas podem ter tido com os artefatos, cotidianamente. Em uma discussão referente a isso, é importante destacar a pesquisa de Bezerra (2017), que discute e demonstra reflexões sobre os artefatos arqueológicos e a relação das pessoas com os mesmos, isto visto em estudos com comunidades na Amazônia. A autora comenta sobre muitos artefatos nas comunidades visitadas estarem dentro das casas das pessoas, sendo utilizados em seu dia a dia, "[...] as casas frequentemente se assentam sobre sítios arqueológicos. Nelas, as urnas funerárias armazenam água ou farinha; as crianças brincam com moedas antigas;". É demonstrado aqui

esta relação de humildade com os artefatos, que muitos arqueólogos podem ter a visão de que isso seria uma desvalorização do patrimônio, porém a autora escreve:

> Quero dizer que o entendimento de que as comunidades locais "não conhecem, não sabem, não valorizam" a materialidade que convencionamos denominar patrimônio arqueológico constitui uma análise míope dessas situações, sendo um forte indicador das assimetrias existentes nas relações entre nós, arqueólogos, e o "outro". (Bezerra, 2017, p.46)

Ao entendermos que em todos os lugares do Brasil existem pessoas que possuem as mesmas relações com os artefatos arqueológicos das descritas por Bezerra (2017), compreendemos a complexidade da discussão sobre o patrimônio, como isto envolve os indivíduos que produziram os materiais anteriormente, como também envolve as pessoas da atualidade, que convivem cotidianamente com esta cultura material. Por meio da Educação Patrimonial, buscamos compreender esses diferentes lados da nossa relação com a cultura material brasileira, e procurar explicar às pessoas sobre essas relações tão significativas.

Considerações finais

Todas as coleções de peças arqueológicas existentes em uma instituição de guarda devem passar por procedimentos curatoriais no que diz respeito ao cuidado com o estado de conservação das peças, as melhores formas de acondicionamento das

mesmas, bem como as suas catalogações e higienizações necessárias. Além disso, é essencial para as instituições que as coleções sejam divulgadas, em alguma medida, para pesquisas acadêmicas e interações educativas com o público geral. No LACUMA, todas as coleções presentes no Laboratório e na Reserva Técnica passam por processos curatoriais diariamente, onde a equipe trabalha às vezes com uma coleção específica, e em outros momentos com coleções e processos curatoriais diferentes. A coleção do Museu Histórico Regional (MHR) atualmente ainda se encontra em processo de catalogação, passando pelo processo de ser todo fotografado pela equipe e incorporado em Fichas de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel para serem enviadas ao IPHAN.

A coleção MHR conta com diversos tipos de artefatos, que possuem um potencial arqueológico de pesquisa e ensino bastante relevante. As peças arqueológicas grandes, como urnas funerárias, artefatos líticos, pontas de flecha, ossos, e diversos materiais cerâmicos com tipos decorativos de origem guarani e jê, podem ser pesquisadas por qualquer aluno e pesquisador interessado, visto a possibilidade de extrair informações a respeito de técnicas de produção, decorações e práticas culturais dos povos que produziram tais materiais. A equipe do LACUMA, que conta tanto com acadêmicos da graduação de História e das Artes Visuais, quanto com Mestrandos e Doutorandos da História, pretende pesquisar e divulgar cada vez mais a coleção MHR, com práticas de educação patrimonial, artigos científicos, trabalhos em eventos, oficinas, promovendo o conhecimento da área da Arqueologia e informações sobre as diversas práticas dos povos indígenas, buscando a valorização do patrimônio cultural e da cultura indígena ancestral e atual.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Marcia. *Teto e afeto: Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia.* Belém, Pará: Editora GKNoronha, 1ª ed., 2017.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia básico da Educação Patrimonial.* IPHAN. 1999.

Ofício NuPHA nº 06/2023. Solicitação de deslocamento e salvaguarda do acervo arqueológico presente no Museu Histórico Regional (MHR) para o Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA).PPGH, Universidade de Passo Fundo, jul. 2023.

PORTARIA N°. 196, DE 18 DE MAIO DE 2016. *Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel*. IPHAN. 2016

ROSADO, Alessandra. Manuseio, embalagem e transporte de acervos. *Tópicos em Conservação Preventiva* - 10. Belo Horizonte: LACICOR - EBA - UFMG, 2008.

SOUZA, Luiz Antônio C.; FRONER, Yacy-Ara. Reconhecimento de materiais que compõem acervos. *Tópicos em Conservação Preventiva* - 4. Belo Horizonte: LACICOR - EBA - UFMG, 2008.

FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio C. Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios. *Tópicos em Conservação Preventiva* - 3. Belo Horizonte: LACICOR - EBA - UFMG, 2008.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

O CASO DE NHEÇU: REFLEXÕES SOBRE A CRIAÇÃO DA NARRATIVA

Kauize de Moura Valandro
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS)
Bolsista CAPES
kau.valandro@gmail.com

Daniela Marzola Fialho
Docente no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS)
dfialho.voy@terra.com.br

Resumo
O artigo propõe discutir o apagamento da história indígena através da criação de uma figura mítica, aqui representada pelo cacique e pajé do povo Mbyá Guarani - Nheçu. Este tinha domínio de uma grande área, território hoje pertencente às cidades de Pirapó e Roque Gonzales, que, simbolicamente, leva o nome do primeiro mártir. Segundo a literatura jesuítica, em 1628, foram assassinados brutalmente os padres e mártires Roque Gonzalez de Santa Cruz, Alonso Rodriguez e Juan del Castillo, a mando de Nheçu, descrito como "um ministro de Satanás". O caso de Nheçu traduz a relação de representação e de como o passado nos chega através dela. Os poucos vestígios encontrados do cacique e seu povo são transfigurados através da intencionalidade do material em que aparecem, tornando sua interpretação ainda mais complexa. Pretende-se, assim, responder a questão de "como se dá a representação de Nheçu?". Objetiva-se, através do recorte abordado, demonstrar como as diferentes relações territoriais e de poder são de grande importância na construção da narrativa, que, por sua vez, culmina na invisibilidade dos povos originários. A busca por encontrá-lo atrás da figura mítica que foi criada é importante no contexto da representação indígena e de sua luta contra o colonialismo. Desmistificando sua persona, delineando-o de forma mais próxima ao que

representava no imaginário de uma sociedade que não mais existe, chega-se mais próximo de uma narrativa mais igualitária.
Palavras-chave: Nheçu; narrativa; história indígena

Introdução

Como discutido por diversos autores, dentre eles, o professor e historiador Casé Angatu Xukuru Tupinambá, torna-se necessário o esforço para resgatar a memória e retornar o protagonismo dos povos indígenas brasileiros. Para ele

> A história oficial desse país é parte do processo de genocídio e de etnocídio. Porque trata-se de quando as pessoas que vivem na pobreza dos meios urbanos, nas cidades do interior da Bahia e desse país, perceber que muitas eram descendentes de indígenas que foram espoliados das suas terras, que seus ancestrais tiveram as suas terras espoliadas, e que razão de sua pobreza material, é porque houve um processo histórico de espoliação. É disso que se trata quando se fala de história dos povos originários. Trata-se de um processo histórico de roubo das terras originárias, de escravidão, de estupro, de violência. E por isso que a história oficial tem que nos apagar (TUPINAMBÁ, C. A. X., 2023).

O apagamento da história indígena inicia-se concomitantemente à luta pelas terras do Novo Mundo, no século XVI, fato que reverberou em consequências territoriais e sociais, as quais permeiam o tempo passado e presente. Assim, torna-se por vezes difícil visualizar de forma clara a presença de elementos

culturais indígenas na formação sociocultural brasileira. Essa é uma realidade que precisa ser contornada, visto que são importantes atores no deslinde da história e da construção da identidade nacional.

Dentro da história do Rio Grande do Sul, é possível encontrar algumas figuras que se destacam na luta pelos direitos e territorialização indígena. Porém, o fato é que inúmeros líderes indígenas lutaram - e ainda lutam - por essas prerrogativas, mas poucos são, de fato, retratados como tal. Por serem comumente retratados como coadjuvantes na história da colonização, suas demandas e façanhas são desconsideradas. Esse é o caso de Nheçu, cacique e pajé do povo Mbyá Guarani.

A história de Nheçu e de seu povo se inicia muito antes, mas ele se torna um personagem na literatura jesuítica quando os padres Roque Gonzalez de Santa Cruz, Alonso Rodriguez e Juan del Castillo são enviados ao território de seu domínio, a fim de formar mais uma redução jesuítica. Inicialmente, o contato entre os padres e o pajé se mostram cordiais. Porém, com a evolução da ocupação jesuítica de seu território - aqui representando não só a terra, mas seus costumes e ideais de comunidade - Nheçu teria ordenado o assassinato dos padres. E, assim, em 1628, ocorre o massacre dos padres e mártires.

O assassinato é brutal. A questão é que apenas a partir desses fatos que podemos traçar os passos de Nheçu. Soma-se a isso que os escritos advindos dessa época, quase todos de caráter religioso, representam o povo indígena como "bestas-fera" (HOFFMAN, 2006), trazendo relatos carregados de preconceitos acerca do povo a ser 'domesticado'. Isso resulta no desconhecimento de uma parte importante da história indígena, que é, por consequência, parte importante da história nacional. Algo que não ocorre com os mártires, por exemplo, já que sua história é muito bem documentada e sempre relembrada pela igreja e fiéis.

Nheçu tinha domínio de uma grande área riograndense, nesta época chamada de Pirapó, território que hoje pertence à cidade de mesmo nome – Pirapó – e à cidade de Roque Gonzales, que, simbolicamente, leva o nome do primeiro mártir. Padre Roque Gonzalez era paraguaio e trabalhou toda sua vida a serviço da igreja católica, sendo constituído sacerdote aos 24 anos de idade. Dele partiu a vontade de se dedicar à formação espiritual dos índios, do que tomou forma as Reduções Jesuíticas. Junto aos padres Alonso e Juan, são considerados os primeiros evangelizadores da região sul. Em 1988, foram canonizados e declarados santos pela Igreja Católica.

Desde então, o Santuário do Caaró, localizado entre as cidades de Caibaté e Roque Gonzales, homenageia a morte dos santos missioneiros, recebendo milhares de pessoas em romarias e peregrinações. Em 2023, 35 anos após a canonização dos padres, foram inauguradas, no Cerro do Inhacurutum e na praça central da cidade de Roque Gonzales, duas estátuas em homenagem a Nheçu.

Nesse sentido, num intuito de dar luz a essa representatividade e tensionar a narrativa clássica, o presente artigo propõe-se a discutir o apagamento da história indígena através da criação da figura mítica, aqui representado pelo caso de Nheçu, cacique e pajé do povo Mbyá Guarani. Pretende-se, então, responder a questão de pesquisa "como se dá a representação de Nheçu?". Objetiva-se, desse modo, através do recorte abordado, demonstrar como as diferentes relações territoriais e de poder são de grande importância na construção da invisibilidade dos povos originários.

O argumento central desenvolve-se em torno da ideia de que a representação indígena histórica é limitada e, por vezes, até mítica, o que, somado ao seu apagamento estrutural e sistemático, se traduz no etnocídio, na não representatividade

sociocultural e no desconhecimento popular, tanto da trajetória e da luta indígena quanto de seu papel na construção da história nacional.

Através de autores como Carlos Fausto, Nelson Hoffmann, Paulo Rogério Melo de Oliveira e Sandra Pesavento, pretende-se construir um estudo fenomenológico e bibliográfico, de base qualitativa. Espera-se assim compreender de melhor forma as relações de invisibilização, contribuindo para a discussão sobre indianismos, poder e territorialidade.

No passado, o encontro – ou choque – de duas culturas completamente diferentes levaram ao inevitável conflito que resultou no avanço de um grupo na ocupação das terras, enquanto o outro padeceu sob a força e a opressão. No presente, há o enfoque na manutenção da cultura e da representação do grupo dominante. Ainda assim, o propósito do artigo não é vilanizá-los, e sim tensionar a narrativa, romper com o '*continuum*' e com o historicismo (PESAVENTO apud BENJAMIN, 1995), de modo a contar também a história dos vencidos, aqui representados por Nheçu e seu povo, buscando revelar os silêncios como tão importantes quanto as ênfases (VOVELLE, 1997).

1. Representação e relações de poder: o caso de Nheçu

Ñeçu ou Nheçu era considerado cacique e um poderoso feiticeiro, conhecido por seu povo como "a Reverência". Tinha domínio de uma grande área riograndense, esta à época chamada de Pirapó (guarani para "Salto do Peixe"), localizada entre as margens do Rio Ijuí e do Rio Uruguai, na região do Cerro do Inhacurutum (HOFFMAN, 2006; IPHAN, URI, 2016). Este território, hoje, pertence à cidade de mesmo nome – Pirapó – e à

cidade de Roque Gonzales, que, simbolicamente, leva o nome do primeiro mártir.

Pela literatura jesuítica, conclui-se que possuía grande domínio sobre o povo que comandava, concentrando tanto os poderes políticos quanto religiosos, algo comum na cultura Guarani. Exercia, também, grande influência sob os demais povos da região, sendo considerado um dos grandes chefes do povo Guarani. Foi descrito como "[...] el mayor cacique que conocieron aquelles países", e mestre nos "embustes y magias" por Montoya (1986) e "[...] un ministro de Satanás cacique del Ijuí llamado Ñezú grandísimo hechicero" no descrito por Blanco (1929), o que marca sua influência (OLIVEIRA, 2011). Também, seu povo, é recorrentemente chamado de "bestas-fera" (HOFFMAN, 2006) na literatura da época.

Os padres Roque González, Alonso Rodriguez e Juan del Castillo são enviados ao território até então dominado por Nheçu, com o intuito de criar reduções para dar continuidade aos ensinamentos e à formação espiritual dos indígenas. Segundo Oliveira (2011), os primeiros contatos entre o cacique Nheçu e os padres foram tranquilos e promissores. A partir destes, Nheçu permitiu a entrada e estabelecimento dos padres no local, chegando até a visitar uma das reduções, além de ordenar a construção de uma igreja para os missionários.

Porém, através dos depoimentos dos indígenas tomados após as execuções, pode-se observar um descontentamento com a presença missionária, advinda do cacique Nheçu, que percebe como a presença dos padres afeta sua autoridade perante seu povo, além de ameaçar tanto seus privilégios de chefe quanto o modo de vida Guarani. Alguns dos pontos de atrito foram a necessidade cristã da extinção da cultura poligâmica, além do batizado. Sendo este um exemplo de como o líder indígena não estava passível à submissão da catequização, já que Nheçu,

apesar de parecer estar de acordo com os missionários e seu trabalho de evangelização, "[...] escondia as mulheres e os filhos nos 'montes'" (OLIVEIRA, 2011) para evitar seu batismo pelo padre Juan del Castillo.

Ainda, segundo Oliveira (2011), na época do fato, em 1628, o padre Juan del Castillo era responsável pela redução de Assunção do Ijuí, enquanto Roque González se juntava a Alonso Rodriguez para fundar a redução de Caaró. Depois de três meses da fundação da redução de Assunção do Ijuí, Nheçu, junto a caciques subordinados, ordena a morte, de forma brutal, de Roque González e Alonso Rodriguez. O cacique teria ordenado que o coração de Roque fosse arrancado de seu peito e, segundo o narrado, quando feito, o coração do padre teria se manifestado, dizendo algo como "Matastes a quem vos amava e queria bem; porém somente o meu corpo, pois minha alma está no céu", de acordo com as passagens jesuíticas.

Dois dias depois, quando informado da execução do plano, envia Quaraíbe, seu sogro, para a redução de Assunção do Ijuí, com a missão de matar o padre Juan de Castillo. A violência e a ritualística que envolvem as mortes dos missionários pode ser lida como uma forma de negar uma possível vingança xamânica e a imortalidade aos padres (FAUSTO, 2005).

Com isso, inicia-se a perseguição dos responsáveis, seguida por seu julgamento e punição. Na perseguição, participaram mais de 700 indígenas cristãos, liderados por Nicolás Ñeengirú, cacique de uma redução uruguaia e mais de 1000 indígenas liderados pelo capitão Manuel Cabral e dez espanhóis. Enfrentaram um exército de 400 "índios rebeldes", grupo que acabou fugindo e se refugiando nos montes devido ao combate violento. Nesse cenário, os responsáveis pelas mortes dos missionários foram presos, interrogados e mortos, porém, o mandante, Nheçu, nunca foi encontrado (OLIVEIRA, 2011).

Dentre os depoimentos, destaca-se o do cacique Guarecupí, que informa que Nheçu também ordenou que queimassem as igrejas e destruíssem as imagens, adornos, cruzes e livros cristãos, apagando todas as marcas do cristianismo (OLIVEIRA, 2011). Ao mesmo tempo, utiliza-se das vestes litúrgicas que foram arrancadas dos padres junto ao adorno de plumas utilizado pelos chefes indígenas, para performar uma cerimônia de 'contra batismo' nas crianças da aldeia, que parece ser tão importante aos Guarani quanto o batismo aos missionários (FAUSTO, 2005).

Para Oliveira (2011), a cerimônia e a forma que esta ocorre "traduz o movimento de duas culturas que se interpenetram no contexto do colonialismo, numa relação desigual de poder e marcada pela dominação política e tecnológica da cultura dominante". De mesmo modo, para o autor, o uso das vestes e o distanciamento de Nheçu da morte dos missionários demonstra o temor e a admiração que o cacique nutria pelos padres, alimentado pela "[...] atração pelos símbolos, pelos ornamentos e pelos rituais católicos, expressões do poder dos padres".

Nesse sentido, pode-se dizer que, com isso, os indígenas, em especial Nheçu, não buscavam restaurar seu modo de vida anterior à colonização, mas sim se apropriar do imaginário e poder detidos pelos missionários (FAUSTO, 2005). Ou seja, é impossível reduzir a questão a um conflito entre dois modos distintos de vida "[...] divididos por uma fronteira impermeável, mas conformavam uma rede social em que se traficavam não apenas bens, mas signos continuamente reinterpretados" (FAUSTO, 2005), quando, na realidade, mostra-se mais adequado a idealização de uma sobreposição entre as culturas, visto que, mesmo dentro de uma relação desigual de poder, ambas se transformam.

De modo geral, a motivação de Nheçu foi, de forma central, a manutenção de importantes aspectos da cultura Guarani.

Mesmo assim, é importante ressaltar que toda e qualquer análise do período é feita através de materiais produzidos na época ou baseados nesses documentos. Nesse sentido, deve-se reconhecer os sujeitos como indivíduos à sua época, assim como os acontecimentos narrados.

Os relatórios sobre o fato, escritos pelos jesuítas, por exemplo, são feitos através de informações extraídas dos indígenas durante os interrogatórios. Porém, estes apenas respondiam o que eram perguntados em um questionário controlado pelos padres e, para além disso, apesar de se tratarem de fontes, o documento é redigido através da interpretação do interlocutor. Segundo Oliveira (2011), os indígenas são, "[...] portanto, as fontes dos padres. Nas mãos dos padres, as informações adquirem significados bem diferentes".

Não significa dizer que a versão dos depoimentos indígenas é factual, até por isso ser impossível, e sim levantar a perspectiva de que ao se ler, nesse caso, a literatura jesuítica, deve-se considerar o interlocutor, o tempo e o contexto. O mesmo vale para os missionários, que "[...] não podiam controlar os significados produzidos na relação com os índios; suas ideias, uma vez postas em circulação, ganhavam autonomia em relação à origem" (FAUSTO, 2005 apud GRIFFITHS, 1999).

De todo modo, os padres Roque González, Alonso Rodriguez e Juan del Castillo foram beatificados em 1934 e canonizados em 1988, sendo então considerados santos pela Igreja Católica. Desde então, o Santuário do Caaró, localizado entre as cidades de Caibaté e Roque Gonzales, homenageia a morte dos santos missioneiros, recebendo milhares de pessoas em romarias e peregrinações. Em 2023, 35 anos após a canonização dos padres, foram inauguradas, no Cerro do Inhacurutum e na praça central da cidade de Roque Gonzales, duas estátuas em homenagem a Nheçu.

Estátuas de Nheçu no Cerro do Inhacurutum (Imagem 01) e na Praça de Roque Gonzales (Imagem 02).

Fonte: Reprodução / Trilha da Integração Guarani-Jesuítica.

2. Narrativa e discurso: a produção da realidade

Os padres Roque González, Alonso Rodriguez e Juan del Castillo foram canonizados, em 1988, pelo Papa João Paulo II. Porém, o processo foi iniciado já em 1629, quando se iniciou o movimento de reconhecimento dos mesmos como mártires. Nesse processo, o registro detalhado dos eventos, trazido nas cartas trocadas à época entre os missionários e a Companhia de Jesus, foi de suma importância na criação da narrativa e na propagação da devoção popular. Ademais, nos trezentos anos que sucederam ao martírio, o evento foi lembrado nas cartas dos demais padres da Companhia de Jesus, além de também ser

relembrado durante as homenagens ao tricentenário do assassinato dos missionários. Assim, em 1934, são beatificados e, em 1988, canonizados (MARIN e SANTOS, 2013).

É interessante observar a relação entre a Companhia de Jesus e a documentação dos fatos. Claro que existia a necessidade de comunicação entre os missionários e seus superiores. E, por ter um mesmo fim, a comunicação segue certos padrões, como o caráter descritivo e registral, bem como a preocupação com a posteridade. Porém, apenas o caráter descritivo não criaria uma narrativa tão presente no imaginário coletivo; é a rememoração dos fatos que os fazem, mesmo tão distantes no tempo, recordados no tempo presente.

Numa interpretação de Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin (1985, p. 16) aborda como a preocupação de salvar o passado no presente os modifica, pois

> [...] transforma o passado porque este assume uma forma nova, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobrirmos, inscrita nas linhas do atual.

Ademais, para Marin e Santos (2013), é visível a preocupação epistolar com a memória da instituição e a rememoração jesuítica. O zelo para com estes documentos, além da produção monumental destes, os dá o sentido de documento/monumento (OLIVEIRA, 2009). Amparado pelos escritos de Le Goff, o autor ressalta que "[...] todo o documento é monumento na medida em que supõe uma intencionalidade, encerra determinadas relações de poder e projeta para o futuro uma imagem desejada de

alguém, de uma instituição, de um acontecimento, ainda que involuntariamente".

No caso dos documentos vinculados ao martírio e toda a narrativa que o envolve, observa-se tanto a intencionalidade quanto a reverberação futura, estas instauradas sob as relações de poder estabelecidas à época e ao longo do tempo. Para Marin e Santos (2013), os escritos de Le Goff nesse sentido explicam como os documentos podem ser denominados também de monumentos por seu caráter de construção de um discurso que implica na composição de um personagem.

Dessa forma, a Romaria do Caaró, por exemplo, poderia ser considerada um documento/monumento por ser construída através da consolidação de Roque González como personagem principal - ou mito - na fundação das missões (MARIN e SANTOS, 2013), sendo que a criação do personagem se dá pela interpretação da documentação da Companhia de Jesus, que, por si só, já pode ser considerada um monumento por sua intencionalidade.

Para Foucault (1987, p. 8), "o documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa". Ou seja, a construção da história não deve ser embasada unicamente na interpretação dos documentos. Estes devem ser lidos a sua época, considerando-se o contexto e o que pretendem, de certo modo, representar. Corroborando o pensamento, Pesavento (2004), numa interpretação de Foucault, nos diz que, para o autor "[...] não haveria separação entre texto e contexto, e aquilo que se convencionou chamar de real era dado por objetos discursivos, fixados historicamente pelos homens".

Assim, por ser impossível reconstituir o passado na sua integridade, já que "[...] aquilo que já passou teve a sua concretude num tempo que não mais se recomporá" (PESAVENTO, 1995), resta a interpretação de documentos ou registros desse tempo, sendo que estes chegam ao historiador por meio de representações (PESAVENTO, 2004).

Nesse sentido, para melhor interpretar os fatos, é necessário que o historiador visualize as representações como construções, a partir do real, construídas a partir de um imaginário social pertencente apenas à época a qual representa (PESAVENTO, 2004). Logo, por ser um sistema de ideias e imagens de representação coletiva, pode-se considerar o imaginário como "[...] um real 'mais real' do que as condições concretas da existência, mobilizando as ações dos indivíduos, motivando práticas sociais e legitimando situações" (PESAVENTO, 1995). Ou seja, o imaginário de uma época cria representações desse tempo, daí a indissociabilidade de texto e contexto.

Desse modo, pode-se concluir que não foi somente o martírio que criou o mártir, e sim a narrativa que foi construída sobre o fato, assim como sua recorrente rememoração. Sendo esta construída com bases em documentações redigidas com intenções específicas, e, por esse motivo, é necessária a sensibilidade na análise, ao considerar o contexto em que os escritos se inserem, assim como sua intencionalidade.

É nesse cenário que surge a necessidade de falar, também, sobre outros personagens da narrativa e de como são representados na história. Só é possível traçar a história de Nheçu e seu povo através de sua representação trazida pelos jesuítas, o que, devido às circunstâncias, carrega o peso da diferença - e até da incompreensão - cultural.

3. Diferentes formas de narrar e vivenciar o território

Segundo Fausto (2005), nas últimas décadas, através de novas abordagens na história e na antropologia, conseguiu-se assumir, de forma mais completa, a complexidade da temática das reduções jesuíticas, relativizando o mito que as envolvia. Dessa forma, a historiografia sobre as lutas indígenas na América Latina tem tomado corpo. Ainda assim, Nheçu "[...] é uma ruidosa ausência na literatura da denominada 'resistência indígena'" (OLIVEIRA, 2011).

Os missionários, em especial padre Roque, é descrito em vários documentos e em diferentes conjunturas, o que torna a formação de sua persona mais acessível e factível. Ao passo que Nheçu é citado, de forma praticamente exclusiva, no que tange ao martírio e, dessa forma, retratado como "o impostor diabólico". Como coloca Oliveira (2011), "os poucos rastros do cacique e pajé são encontrados em território alheio, e os rastros não são exatamente seus".

A dificuldade de localizar Nheçu dentro da narrativa não se dá somente pela fonte da informação, mas pela distância cultural existente, tanto entre o interlocutor e a sua persona quanto para com o historiador. O exercício de 'imaginar o imaginário' se torna ainda mais complexo quando se trata de uma representação envolvida por uma mítica tão bem construída.

Em relação às diferenças culturais, um ponto que vale ressaltar é a relação de cada um com o território. Dentro das comunidades indígenas, existe uma relação profunda entre o indivíduo e o território que ocupa, como se o corpo fosse indissociável do espaço, onde um é a continuidade do outro. Nesse sentido, percebendo o território e o indivíduo como um só, torna-se mais evidente a ruptura que a perspectiva da divisão de poder pode ter causado em Nheçu. Como coloca Quinteiro Weir

(2019), "o primeiro e mais contundente passo do estabelecimento da dominação colonial e da colonialidade é desintegrar o nós da sua originária condição territorial e da práxis de sua territorialidade".

Para Haesbaert (2020), a perda do controle de seu território

> [...] para os povos originários, ao contrário de um empresário capitalista, por exemplo, representa muito mais do que a perda de uma base de recursos – a ameaça a um território indígena significa a perda de todo um modo de vida, uma concepção de mundo, ligada de forma imanente à terra e a um conjunto de referenciais simbólicos aí envolvidos.

A perspectiva da territorialidade indígena é apenas um item que diferencia sua cultura da dos colonizadores, sendo um bom balizador para abrir questionamentos sobre a construção da narrativa. Teria ela sido construída de forma diferente se realizada pela perspectiva indígena? Até que ponto a vilanização excessiva de Nheçu alimenta a imagem dos jesuítas como "salvadores" do povo indígena, sem considerar sua cultura ou modo de vida?

De todo modo, o intuito não é retratar Nheçu como uma figura messiânica. Pelo apresentado, agiu pela manutenção dos costumes Guarani e, pode-se argumentar, também por interesses individuais vinculados à manutenção de seu poder sob o povo e a terra que comandava. Nesse sentido, intenciona-se apenas delineá-lo como um personagem da narrativa que, assim como os missionários, são indivíduos de seu tempo, de sua cultura e de seu imaginário.

Considerações finais

O caso de Nheçu traduz, de forma expressiva, a relação de representação e de como o passado nos chega através dela. Os poucos vestígios encontrados do cacique e seu povo são transfigurados através da intencionalidade do material em que aparecem, tornando sua interpretação e 'recriação' no presente ainda mais complexa. Ao mesmo tempo, esse se torna um exercício necessário à vista de traçar seus passos da forma mais precisa possível, a fim de compreender, de forma mais completa, os eventos que levaram à criação da narrativa nos moldes atuais.

Para além disso, a busca por encontrá-lo atrás da figura mítica que fora criada é importante no contexto da representação indígena e de sua luta contra o colonialismo. Desmistificando sua persona, delineando-o de forma mais próxima ao real ou ao que era sua representação no imaginário de uma sociedade que não mais existe, chega-se mais próximo de uma narrativa mais igualitária.

Assim, não se busca retratá-lo como uma figura messiânica que buscava a salvação de seu povo. Também não se questiona a figura dos padres, sua santidade ou méritos. O horror e a violência de suas mortes é indiscutível. Apenas intenciona-se construir a ideia de que, pela construção da narrativa, invariavelmente, gera-se um apagamento da figura indígena, no intuito de justificar ações colonizadoras e de apagamento que culminam no etnocídio.

Nesse contexto, cita-se o exemplo da Romaria do Caaró, que ocorre, desde 1933, em homenagem aos mártires. Em 2023, a cidade de Roque Gonzales fez a instalação de duas estátuas de Nheçu, sendo uma no centro da cidade e outra no Cerro do Inhacurutum, o que demonstra, de certa forma, como essa representatividade tem sido vista localmente.

Esse resgate permite o tensionamento da narrativa, de modo a visualizar outras possibilidades e teorias, além de levantar ainda mais questionamentos. O povo Guarani jamais será o mesmo e o seu imaginário se torna muito distante do que um dia já foi. O projeto colonial deixou marcas difíceis de se compreender e, por ser impossível reconstituir o passado na sua integridade, deve-se fazer o possível para apenas imaginá-lo.

Referências

FAUSTO, Carlos. Se Deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). *Mana*, v. 11, n. 5, p. 385-418, Rio de Janeiro, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: *Obras escolhidas* - vol 1: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 7-20.

GRIFFITHS, Nicholas. 1999. Introduction. In: N. Griffith and F. Cervantes (eds), *Spiritual encounters: interactions between christianity and native religions in colonial America*. Lincoln: University of Nebraska Press. pp. 1-42.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia,* vol: 22, n. 48, 2020, p. 75-90.

HOFFMANN, Nelson. *Terra de Nheçu*. 3. ed. Santo Ângelo: FURI; Florianópolis: LEDIX, 2009.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; URI - UNIVERSIDADE INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES. *Levantamento de elementos do patrimônio turístico-cultural da Região Missioneira.* Santo Ângelo, 2006. Disponível em:

<https://www.portaldasmissoes.com.br/uploads/empreendimentos/0000655_Inhacurutum%20-%20levantamento%20Turistico%20Região.pdf>. Acesso em: julho de 2024.

LÖWY, Marcel. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio - Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 62-82.

MARIN, Diosen; SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. O caso do Caaró e Pirapó: A análise de um evento religioso a partir da mídia impressa, 1937-1945. *XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH).* Natal, 2013.

OLIVEIRA, Paulo Rogério de. *O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas tierras de Ñezú.* 2009. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. A rebelião de Ñezú: em defesa de "su antiguo modo de vida" (Pirapó, Província Jesuítica do Paraguai, 1628). *Revista Anos 90* [revista], Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 109-138, dez. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatathy. O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social. *Revista de Cultura Vozes* [revista], a. 89, v. 89, n. 5, p. 34-44, Petrópolis-RJ, set. 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatathy. Clio e a grande virada da História. In: *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

QUINTERO WEIR, J. A. *Fazer comunidade: notas sobre território e territorialidade a partir do sentipensar indígena na bacia do Lago de Maracaibo, Venezuela.* Porto Alegre: Deriva, 2019.

TAVARES, Elaine. *Padre Roque e Nheçu – uma outra história*. Instituto de Estudos Latino-Americanos UFSC, 2015. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/padre-roque-e-nhecu-uma-outra-historia/>. Acesso: julho de 2024.

TUPINAMBÁ, Casé Angatu Xukuru. *'É necessário reescrever a história colocando protagonismo indígena', diz historiador*. [Entrevista concedida a] Gabriela Amorim. Brasil de Fato, Salvador (BA), julho de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/23/e-necessario-reescrever-a-historia-colocando-protagonismo-indigena-diz-historiador>. Acesso em: setembro de 2024.

VOVELLE, Michel. Prefácio à Vovelle e Introdução. In: VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História: Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o Século XX*. São Paulo: Ed. Ática, 1997, p. 7-31.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

GALINHAS FELIZES NA ERA DA SUSTENTABILIDADE: A PRODUÇÃO DE OVOS LIVRES DE GAIOLAS E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O BEM-ESTAR ANIMAL

Laianny Cristine Gonçalves Terreri
Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Bolsista CAPES.
laiannyterreri@gmail.com

Resumo
As atividades humanas têm gerado grandes impactos no meio ambiente global, resultando no desenvolvimento de estratégias voltadas para a sustentabilidade, com o objetivo de transformar diferentes aspectos da sociedade. Nesse cenário, o bem-estar animal tem se destacado como um componente importante da sustentabilidade e da preservação dos recursos naturais. Atualmente, tanto o público quanto o setor comercial demonstram interesse em alimentos produzidos com práticas que consideram tanto a sustentabilidade quanto o bem-estar animal. Esse interesse tem impulsionado a demanda e o consumo de ovos provenientes de galinhas criadas em liberdade, popularmente conhecidas como 'galinhas felizes', identificadas com um selo de certificação de bem-estar animal. A demanda por práticas que garantam o bem-estar animal envolve aspectos éticos, ambientais e econômicos. Nossa pesquisa examina o papel de diferentes agentes dentro do sistema alimentar industrial nessas transições, com foco especial nas questões ambientais. Adotamos abordagens transdisciplinares para oferecer uma visão ampla sobre bem-estar animal e sustentabilidade, considerando as interações entre humanos, animais não humanos e o meio ambiente.
Palavras-chave: Bem-estar animal; galinhas livres de gaiola; sustentabilidade; antropoceno

Durante pesquisa anterior, que investigava os impactos no bem-estar animal com a industrialização da suinocultura em Santa Catarina entre as décadas de 1970 e 2000, ficou evidente uma escassez de debates sobre a questão do bem-estar animal no Brasil (Terreri, 2022). A ausência de referências diretas ao assunto em leis, diretrizes, reportagens e outras fontes documentais expôs tanto a imaturidade do debate ambientalista quanto a limitada pressão social por práticas éticas na produção agroindustrial. No entanto, esse cenário mudou a partir do final dos anos 1990 no Brasil.

Hoje o bem-estar animal não é mais uma questão periférica, mas ocupa posição central no debate ambiental e influencia até nas práticas de consumo mais corriqueiras. Em 2022, a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente firmou um marco, aprovando sua primeira resolução sobre o tema, reconhecendo que promover o bem-estar animal é fundamental para enfrentar desafios ambientais globais. Alinhada com a abordagem de Saúde Única, essa perspectiva reforça o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (UNEP, 2022).

Marcos como a publicação de "Animal Machines" (1964), de Ruth Harrison, impulsionaram essa consciência. Ao descrever as condições de confinamento na criação industrial britânica, Harrison revelou práticas antes ocultas aos olhos do público e deu força ao movimento em prol do bem-estar animal. Como resposta, o governo britânico instituiu o Comitê Brambell. Compreendendo que os animais possuem necessidades e comportamentos específicos, o comitê redigiu, no ano seguinte, um relatório que introduziu o conceito das Cinco Liberdades. Esse conceito defendia que os animais deveriam estar livres de: 1- fome e sede; 2- desconforto; 3- dor, ferimentos ou doenças; 4- medo e estresse, além de assegurar: 5- liberdade para expressar seu comportamento natural (Brambell, 1965).

O impacto desse relatório foi profundo, embora não exaustivo: ele lançou as bases para uma visão mais científica sobre as necessidades específicas das diferentes espécies, estimulando novas investigações nas décadas subsequentes. Nos anos 1970, o interesse pelo comportamento natural dos animais não humanos começou a expandir-se rapidamente, impulsionado pela colaboração entre filósofos da ética animal, psicólogos, zootécnicos, biólogos e outros especialistas, resultando na criação de novas definições e métricas para avaliar o bem-estar animal.

As primeiras teorias simplificavam o bem-estar ao nível de estresse fisiológico dos animais. Conhecida como escola do funcionamento biológico, essa visão limitava-se à ideia de que a ausência de estresse indicaria bem-estar, enquanto níveis elevados de estresse seriam sinal de condições de baixo bem-estar. Esse estresse era frequentemente atribuído a fatores como a seleção genética voltada para produtividade elevada, métodos de manejo intensivo e práticas que causavam dor física.

Com a chegada da década de 1980, novas abordagens começaram a surgir, ampliando o foco para além dos aspectos fisiológicos, incluindo também os comportamentais e emocionais dos animais. O reconhecimento da importância da expressão de comportamentos naturais e da ausência de sofrimento físico e psicológico se consolidou como elementos cruciais para o bem-estar. A escola dos sentimentos enfatizou que o bem-estar animal está profundamente ligado às experiências emocionais, envolvendo a eliminação de estados negativos que se referem ao "sofrimento", além da possível presença de estados positivos, conhecidos como "prazer" (Duncan, 2004).

Como Safina (2016) observa, adotar a postura de que animais não humanos não possuem sentimentos pode ser considerado um cuidado científico; no entanto, descartar completamente a possibilidade de emoções nesses seres é uma prática

inadequada. Atribuir sentimentos aos animais pode levar a uma interpretação equivocada de suas motivações, mas, ao mesmo tempo, negar que tenham qualquer tipo de motivação resulta em um entendimento falho.

Embora os estados afetivos positivos constituam um campo novo e desafiador de interpretação e avaliação, essa área nos possibilita tecer uma história para além do humano. Ao considerarmos as capacidades cognitivas e emocionais das galinhas poedeiras, podemos vê-las como agentes ativos em suas interações com os humanos e o meio ambiente, não meramente como vítimas da exploração. Elas são "sujeitos, seres co-constitutivos em suas relações com coletividades humanas e co-partícipes da vida social onde quer que ela se manifeste" (Velden, 2015, p. 8). Contudo, é essencial que consideremos todas as vertentes quando se trata do bem-estar animal.

O Brasil, como um protagonista no agronegócio mundial, explora milhões de animais anualmente. Apenas nos dois primeiros trimestres de 2024, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou mais de 27 bilhões de ovos produzidos, um número que envolve o trabalho incessante de aproximadamente 200 milhões de galinhas (IBGE, 2024). Mesmo diante da enorme quantidade de animais não humanos sendo explorados diariamente, não existe um conjunto sólido de leis e regulamentações que assegure o bem-estar desses seres. Apesar dessa lacuna, hoje é possível encontrar com facilidade nas prateleiras dos supermercados ovos que ostentam o selo de bem-estar animal. Esses ovos provêm de galinhas criadas em sistema livre de gaiolas, sendo comumente denominados ovos de galinhas felizes.

A representação das galinhas livres de gaiola é cuidadosamente elaborada por meio de embalagens e campanhas publicitárias. Nesses materiais, as galinhas são retratadas em

cenários bucólicos, sempre sob a luz do sol, sugerindo que vivem o idealizado sonho do campo. Nesse contexto, o consumidor é convidado a acreditar que essas galinhas gozam de uma vida plena e livre. Um exemplo evidente desse tipo de comunicação pode ser encontrado no site institucional da Ares do Campo, uma marca do grupo Granja Faria, especializada na produção de ovos de galinhas criadas sem gaiolas. Na Figura 1, é possível observar as galinhas desfrutando de um gostoso banho de sol.

Figura 1. Recorte do site da granja Ares do Campo

Fonte: Ares do Campo, 2023

Essas campanhas publicitárias têm como objetivo oferecer ao consumidor final uma imagem de galinhas livres e felizes, promovendo a ideia de que esses animais desfrutam de um elevado nível de bem-estar, liberdade e felicidade desfrutando de grandes espaços verdes. Contudo, ao não existir uma legislação e fiscalização rigorosa que verifique com que frequência essas galinhas podem frequentar esse espaço natural, é comum viverem dentro de grandes galpões, como pode ser observado a seguir:

Figura 2. Leandro Pinto em um galpão de galinhas livres de gaiola

Fonte: Ovosite, 2022

É inegável que essas aves vivem em condições superiores às do sistema convencional de produção em gaiolas, mas a liberdade evocada nas propagandas das granjas se revela limitada, uma vez que, em última análise, elas devem "retornar às embalagens". Isso nos leva a questionar: estarão realmente felizes e livres como afirmam as campanhas? Ou será que essa liberdade se trata apenas de uma estratégia simbólica, elaborada para atender ao ideal contemporâneo de consumo ético e sustentável?

Conforme aponta a Antropologia do Consumo, podemos interpretar essa liberdade como um desempenho que, embora atraente, se transforma em uma mitologia, onde a narrativa criada associa significados e emoções idealizados ao produto, ao mesmo tempo em que oculta realidades desconfortáveis (Camargo, 2016; Duarte, 2010). Nessa perspectiva, as empresas utilizam o discurso sobre sustentabilidade e bem-estar animal para cativar consumidores que buscam práticas éticas, mesmo que o produto em si não atenda a essas expectativas de liberdade para os animais não humanos. A Antropologia do Consumo sugere que esses símbolos e narrativas são cruciais na era do consumo consciente, gerando uma dissonância entre o significado social atribuído ao produto e as verdadeiras condições de criação das galinhas. O paradoxo se revela na constatação de que, mesmo longe das gaiolas, elas permanecem aprisionadas em um ciclo de exploração.

A exploração nas criações livres de gaiolas ocorre principalmente de duas formas: no sistema *cage-free*, em que as aves passam toda a vida em galpões fechados, e no modelo *free-range*, que teoricamente oferece algum acesso ao ambiente externo. No entanto, a falta de regulamentação específica e a fiscalização limitada permitem que empresas adaptem seus rótulos de acordo com suas estratégias de marketing, contanto que

obedeçam às normas sanitárias estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Assim, não há garantias concretas quanto à frequência, duração ou condições desse acesso ao exterior.

As diretrizes da HFAC (Humane Farm Animal Care), adotadas pela organização internacional Certified Humane Brasil — uma das principais certificadoras de bem-estar animal no país — determinam que as galinhas devem ter acesso ao ambiente externo pelo menos uma vez por dia. Exceções são permitidas apenas se a temperatura estiver abaixo de 0°C ou se houver chuvas intensas que impeçam a circulação das aves no pasto (HFAC, 2018). No entanto, a realidade nem sempre condiz com as normas. Em entrevista ao jornalista Marcos Hermanson Pomar, para o portal Joio e o Trigo, um funcionário da granja Ares do Campo revelou: "Não é frequente. [É] quando dá. Quando o clima está bom e quando nós temos tempo" (Pomar, 2018).

Em 2008, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou a Instrução Normativa Nº 56, que introduziu a REBEM (Recomendações de Boas Práticas de Bem-Estar para Animais de Produção e de Interesse Econômico). Embora tenha sido a primeira diretriz voltada especificamente ao bem-estar animal no Brasil, o documento é curto, abrangendo apenas duas páginas, e bastante genérico. Ele proíbe o sofrimento desnecessário e sugere manejo responsável, instalações higiênicas e uma dieta adequada, mas carece de especificações práticas (MAPA, 2008). A instrução prometia ainda a publicação de manuais específicos para cada espécie, mas tais documentos nunca foram emitidos, deixando um vácuo regulatório que torna difícil a aplicação efetiva das recomendações gerais. Na prática, essa lacuna permite interpretações flexíveis das normas, frequentemente priorizando interesses econômicos sobre o real bem-estar animal.

No cenário global, o Brasil é signatário da Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH), uma das principais autoridades internacionais em saúde e bem-estar animal, representando uma rede de 182 nações comprometidas. A WOAH define padrões para a saúde animal com foco no comércio internacional e na melhoria das práticas produtivas. Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), esses padrões "resguardam a agropecuária nacional, favorecem a imagem dos produtores, criam credibilidade para o serviço veterinário oficial e beneficiam diretamente os animais de produção em diversas espécies" (MAPA, 2016, online). Contudo, vale notar que essa perspectiva parte da premissa de que melhorias no bem-estar animal não são apenas éticas, mas são vistas também economicamente vantajosas, elevando a produtividade e oferecendo ganhos palpáveis ao setor.

Entre os princípios de bem-estar promovidos pela WOAH e adotados pelo MAPA, está a necessidade de garantir um ambiente físico que possibilite "repouso confortável, movimentos seguros e confortáveis, incluindo mudanças posturais normais, e a oportunidade de realizar comportamentos naturais motivados" (MAPA, 2016, online). No entanto, essas diretrizes carecem de especificidade para cada espécie, dificultando uma implementação mais precisa na prática agroindustrial. Além disso, conceitos como "movimentos seguros" e "mudanças posturais normais" frequentemente entram em choque com a realidade dos sistemas intensivos de produção, onde o espaço restrito limita severamente a expressão de comportamentos naturais. Mesmo em sistemas considerados menos restritivos, como cage-free e free-range, as condições estão longe de garantir plenamente o bem-estar físico e psicológico dos animais.

Essa insuficiência se agrava pela falta de regulamentação clara quanto a comportamentos naturais fundamentais, como

banhos de areia, socialização e exploração do ambiente, atividades essenciais para a saúde mental e física das galinhas poedeiras, mas raramente viáveis em ambientes industriais. O que vemos nas normativas brasileiras, portanto, são diretrizes amplas e ambíguas que nem sempre asseguram as mínimas condições de bem-estar. A ausência de uma fiscalização rigorosa, por sua vez, facilita o ajuste das práticas empresariais conforme os interesses econômicos. Como resultado, práticas nocivas, como a restrição alimentar durante a muda forçada e o descarte de pintinhos machos, seguem amplamente aceitas e aplicadas, enquanto as propagandas publicitárias insistem na imagem de liberdade e felicidade.

Ainda assim, mesmo na ausência de uma legislação específica proibindo a produção em gaiolas, vários atores da cadeia produtiva têm, gradualmente, adotado sistemas de produção e exploração sem gaiolas. Contudo, essas mudanças não são isoladas e fazem parte de uma longa cadeia de eventos.

Essas mudanças não são alheias à industrialização da criação animal, consolidada na segunda metade do século XX, nas esteiras da lógica da modernidade, que enxerga o mundo natural e os seres não humanos como recursos a serem administrados e otimizados para a consolidação da promessa do futuro em rumo linear ao progresso. Assim, a ciência e a tecnologia foram empregadas não apenas para aumentar a produtividade, mas para moldar os próprios corpos e comportamentos dos animais. Galinhas confinadas em gaiolas, medicadas e alimentadas com ração especializada passaram a ser tratadas como peças de uma máquina produtiva. Esse modelo, que promete abundância para o consumidor humano, revela as contradições de um sistema que almeja crescimento ilimitado em um planeta finito.

A partir das últimas décadas do século XX, a narrativa de progresso infinito passou a ser confrontada pelos limites

ambientais e materiais do planeta. As consequências da mudança climática, que emergem como um sério entrave ao desenvolvimento desenfreado, revelam que o modelo de expansão contínua não é viável a longo prazo. Diante da ameaça de um futuro ambientalmente catastrófico, a sociedade começou a buscar alternativas que preservassem os recursos naturais, garantindo que estes pudessem sustentar o crescimento futuro. Esse cenário impulsionou o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que representa uma tentativa de conciliar progresso e responsabilidade ambiental, propondo uma exploração mais cautelosa dos recursos e uma gestão que respeite os limites naturais. Embora o relatório *Nosso Futuro Comum* (Brundtland, 1988) tenha definido o desenvolvimento sustentável como a busca por atender às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras, essa proposta carrega suas próprias limitações. Na prática, a noção de sustentabilidade muitas vezes se traduz em uma continuidade do crescimento, apenas com um verniz de responsabilidade ambiental. A produção e consumo de ovos livres de gaiolas exemplificam essa lógica: enquanto oferecem uma alternativa menos nociva ao bem-estar animal, permanecem dentro da lógica produtiva e de exploração que busca reconciliar eficiência econômica com impactos reduzidos.

Esse contexto demonstra que, embora as iniciativas pela eliminação de gaiolas sejam um passo positivo, elas não rompem com a lógica antropocêntrica e produtivista que caracteriza a modernidade. Os documentos e diretrizes ainda legitimam a exploração dos animais, tratando-os como beneficiários passivos das melhorias, e não como seres com agência e direitos próprios. Como observa Blattner (2021), os regulamentos são elaborados por humanos em benefício de humanos, o que compromete a objetividade e perpetua interesses conflitantes. A transição para

sistemas livres de gaiolas, por exemplo, não aborda questões mais profundas sobre a vontade dos animais e seu direito a uma existência autônoma, mas se limita a melhorias dentro de um modelo que continua a priorizar a produtividade e o consumo humano.

Portanto, embora a narrativa de progresso tenha sido abalada pela consciência dos limites planetários e pela crise ambiental, as transformações no setor agroindustrial revelam que a busca por crescimento e abundância permanece central. A produção de ovos livres de gaiolas, ainda que um avanço, é um exemplo de como o desenvolvimento sustentável pode ser instrumentalizado para justificar a continuidade de um modelo econômico que, em última instância, segue subordinando os interesses dos animais e do meio ambiente aos interesses do mercado e do consumo humano.

Considerações finais

Em conclusão, a evolução do debate sobre o bem-estar animal no Brasil reflete um processo complexo, impulsionado pela crescente conscientização social e pela pressão internacional por práticas agropecuárias mais éticas. A transição da avicultura industrializada, tradicionalmente desprovida de regulamentações rígidas, para um cenário onde o bem-estar animal ganha relevância demonstra um progresso significativo, embora ainda limitado. Apesar do avanço nos discursos e nas certificações, há uma evidente disparidade entre o que é promovido ao consumidor e as condições reais enfrentadas pelos animais não humanos.

As práticas publicitárias e os selos de bem-estar animal que destacam galinhas “felizes e livres” apresentam uma

imagem idealizada que frequentemente omite a realidade dos sistemas produtivos. Tais narrativas estão profundamente enraizadas em uma estratégia simbólica que busca alinhar o produto aos valores do consumidor consciente. No entanto, isso cria uma dissonância entre a percepção social e a condição real dos animais, que continuam a viver em situações de confinamento e práticas de criação intensivas e invasivas, ainda que fora de gaiolas. A falta de regulamentações específicas que garantam a transparência sobre as condições de criação permite que o marketing e o consumo ético se tornem instrumentos de uma indústria que responde parcialmente às demandas éticas da sociedade, mas sem implementar mudanças profundas nas práticas de manejo.

Portanto, embora o bem-estar animal tenha se tornado um tema central e seja visto como um caminho para práticas mais humanizadas e sustentáveis, ele ainda enfrenta desafios significativos no Brasil. A ausência de um aparato regulatório robusto que abarque as necessidades específicas de cada espécie e assegure práticas realmente condizentes com os padrões de bem-estar revela que o caminho para uma produção verdadeiramente ética e sustentável é longo.

Referências bibliográficas

BLATTNER, Charlotte E. Turning to Animal Agency in the Anthropocene. In: BOVENKERK, Bernice; KEULARTZ, Jozef (ed.). *Animals in Our Midst*: the challenges of co-existing with animals in the anthropocene. Cham: Springer, 2021. p. 65-78. Disponível em: https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-63523-7#toc. Acesso em: 05 out. 2024.

BRAMBELL, W. R. et al. *Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animals kept under Intensive Livestock Husbandry Systems*. Londres, 1965.

BRUNDTLAND, Relatório. *Nosso futuro comum*. Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CAMARGO, Hertz Wendel de. Mito, consumo e imaginário: estruturas mágico-totêmicas no filme publicitário os últimos desejos da kombi. *Culturas Midiáticas*, João Pessoa, v. 16, n. 9, p. 166-182, jan. 2016.

DUARTE, Alice. A antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica das suas relações e possibilidades. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, n. 2, p. 363-393, jun. 2010.

DUNCAN, Ian J. H.. A Concept of Welfare Based on Feelings. In: BENSON, G. John; ROLLIN, Bernard E. (ed.). *The well-being of farm animals*: challenges and solutions. Ames: Blackwell, 2004. p. 85-102.

HFCA, Humane Farm Animal Care. *Padrões da HFAC para a Criação de Galinhas Poedeiras*. Middleburg: HFCA, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema IBGE de Recuperação Automática* – SIDRA. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/abate/brasil . 2023. Acesso em: 9 agosto 2024.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução Normativa MAPA nº 56 de 06/11/2008.* Estabelece os procedimentos gerais de Recomendações de Boas Práticas de Bem-Estar para Animais de Produção e de Interesse Econômico, abrangendo os sistemas de produção e o transporte. Brasília, DF, 6 nov. 2008.

MAPA. *Recomendações da Organização Mundial de Saúde Animal*. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/defesa-agropecuaria/animal/bem-estar-animal/recomendacoes-oie . Acesso em: 01 jul. 2024.

POMAR, Marcos Hermanson. *Quando a embalagem esconde a realidad***e**: choques, maus tratos e fraudes na vida das galinhas livres de gaiola. choques, maus tratos e fraudes na vida das galinhas livres de gaiola. 2020. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2020/06/quando-a-embalagem-esconde-a-realidade-choques-maus-tratos-e-fraudes-na-vida-das-galinhas-livres-de-gaiola/ . Acesso em: 10 maio 2024.

SAFINA, Carl. Animals think and feel: précis of beyond words. *Animal Sentience***,** [S.L.], v. 1, n. 2, p. 1-12, 1 Jan. 2016. WellBeing International Publications. http://dx.doi.org/10.51291/2377-7478.1028.

TERRERI, Laianny Cristine Gonçalves. *Das florestas às gaiolas:* o impacto da industrialização da suinocultura do oeste catarinense no bem-estar animal (1978-1998). 2022. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

UNEP. *Draft resolution on the animal welfare–environment–sustainable development nexus*. United Nations Environment Assembly of the United Nations Environment Programme, 2022

VELDEN, F. F. V. Apresentação ao Dossiê. *Revista de Antropologia da UFSCar*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 7–16, 2015. DOI: 10.52426/rau.v5i1.129. Disponível em: https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/129 . Acesso em: 5 out. 2024.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

O PAPEL DO EMPRESARIADO NO GOLPE DE 1964: O IBAD E A REVISTA AÇÃO DEMOCRÁTICA (1959-1963)

Larissa de Godoi
Programa de Pós-graduação em História – UPF
Bolsista CAPES - PROSUC II
larissagodoi@gmail.com

Resumo
Esta comunicação oral trata sobre a pesquisa de Mestrado em andamento que investiga a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e de sua publicação, a revista Ação Democrática, no processo de desestabilização do governo de João Goulart, culminando no golpe militar de 1964. A pesquisa analisa como o IBAD, em aliança com o capital multinacional, disseminou uma ideologia anticomunista e promoveu uma agenda de modernização econômica subordinada ao capital estrangeiro, articulando campanhas opositoras ao governo de Goulart. A investigação se baseia em uma análise documental das edições da revista Ação Democrática e no exame das conexões do IBAD com outros atores políticos e econômicos. O estudo busca elucidar o papel central do IBAD na criação de um ambiente político propício ao golpe, destacando como essas articulações influenciaram a opinião pública e contribuíram para o golpe. A pesquisa busca contribuir para uma compreensão mais aprofundada sobre o envolvimento da imprensa e de organizações empresariais no apoio ao golpe de 1964, bem como para reflexões acerca da participação de atores privados em processos políticos de transformação durante este período da história brasileira.
Palavras-chave: IBAD, Ditadura Militar, Golpe de 1964

Introdução

A década de 1960 marca um período de agravamento na crise do capitalismo brasileiro, com desaceleração do ciclo industrial, déficit crescente, aumento da dívida externa do Estado

e baixo desempenho do setor agrícola. Em um contexto de Guerra Fria e acirramento da luta de classes no país, ocorre a formação de grupos que buscavam agir para favorecer uma parcela da burguesia industrial e multinacional e desenvolver um projeto hegemônico dominante. Nesse sentido, destaca-se o capital multinacional e associado, ou seja, "aquele que era ligado à indústria de bens duráveis e que teve seu crescimento possibilitado pelo capital estrangeiro durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960)". (MOREIRA, 2019)

Esse grupo multinacional associado passa a colaborar com os militares, principalmente com a ESG (Escola Superior de Guerra), tornando-se organizador de uma rede empresarial e militar, que tinha como objetivo uma ação ideológica e social que pudesse conter as forças populares, desagregar o grupo histórico-populista que se encontrava em crise e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político, com possibilidade de um golpe de Estado. (DREYFUSS, 1981).

Além disso, norteavam-se pelo anticomunismo e o desejo da criação de uma democracia nos próprios moldes, sem características consideradas negativas como o sindicalismo e nacionalismo extremado (SPOHR, 2010).

Para conquistar esse objetivo, além do *lobby* perante o executivo e da atuação paralela no governo, buscou-se maneiras de moldar a opinião pública, através da criação de grupos de ação política e ideológica.

É nesse contexto que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi criado em 1959, por Ivan Hasslocher, com a proposta de ser um desses grupos de ação dentro da estratégia do grupo multinacional e associado. Assim, deveria atuar na influência da opinião pública e em ações diretas na política, com o objetivo de se instaurar dentro do governo público, como define Dreyfuss (1981):

> A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. (...)

Nesse processo, a elite orgânica modelaria as forças sociais burguesas em uma classe, processo esse que culminaria com a transposição do poder privado dos interesses multinacionais e associados para o governo público do Brasil."

O instituto agia de diversas maneiras, estabelecendo ligações com empresários, militares, políticos e funcionários ligados ao governo. Através da agência *Promotion*, foram produzidos inúmeros programas de rádio e TV, jornais, revistas e divulgação de livros. Entre essas ações, estava a circulação mensal da revista "Ação Democrática" dirigida por Gabriel Chaves de Melo (CPDOC/FGV).

Segundo Silva (2021), entre 1962 e 1963, a revista teve uma tiragem de 400 mil cópias e era distribuída gratuitamente. A estratégia de distribuição era enviar os exemplares diretamente para o público-alvo e não pela distribuição em bancas, buscando atingir aqueles que o IBAD considerava essenciais na mobilização pública. O conteúdo da revista se aliava com os objetivos do grupo multinacional e associado, contribuindo com a disseminação ideológica que focava principalmente no anticomunismo e na crítica ao governo:

> Essa publicação (...) atacava não apenas o comunismo, mas também o nacionalismo e os gastos do governo federal. Ela buscava

> difundir a ideia de que o Estado seria sempre "mau administrador e mau patrão". As empresas estatais brasileiras eram criticadas por sua suposta ineficiência administrativa e financeira e pela corrupção que reinaria em seus quadros dirigentes. A revista também procurava atacar a reputação de lideranças políticas e de partidos de esquerda, por meio de insinuações e acusações de toda ordem.

Além disso, o IBAD atuou diretamente nas eleições de 1962, financiando candidatos ligados a ADEP (Ação Democrática Popular) que fossem contrários a João Goulart e anticomunistas (ou seja, mais do que um apoio financeiro, uma condição ideológica). Essa ação levou à criação da CPI do IBAD em 1963, resultando no encerramento do instituto por ordem judicial.

Problema de pesquisa

Este projeto de pesquisa se dedica à análise do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e suas atividades no período de 1959 a 1963, marcando sua fase de maior atividade. O cerne da investigação repousa nas estratégias, ações e conteúdo veiculados pelo IBAD por meio da revista "Ação Democrática". O objetivo é compreender como o instituto buscou disseminar a ideologia do grupo do capital multinacional e associado no Brasil, desempenhando um papel de destaque em um contexto político marcado pela polarização e instabilidade.

Este estudo aborda não apenas os aspectos ideológicos e políticos das ações do IBAD, mas também as representações visuais e narrativas presentes na revista "Ação Democrática". O

intuito é compreender como essas publicações contribuíram para moldar a percepção pública em relação ao projeto ideológico do grupo do capital multinacional e associado.

A análise proposta é crucial para a compreensão do impacto do IBAD no cenário político do Brasil nesse período. Explorar como o instituto influenciou a política brasileira é fundamental para compreender a desestabilização do governo de João Goulart e, em última instância, a instauração do golpe militar de 1964. Este projeto pretende lançar luz sobre as estratégias complexas adotadas pelo IBAD e sua interação com a sociedade da época, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos eventos históricos desse período turbulento.

Objetivos da pesquisa

O objetivo principal é analisar como as ações promovidas pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), através do seu periódico "Ação Democrática", contribuíram para a disseminação ideológica do grupo do capital multinacional e associado no Brasil no período de 1959 a 1963. Além disso, os tópicos a seguir também se apresentam como objetos a serem pesquisados:

1. Compreender como o IBAD atuou dentro do grupo do capital multinacional e associado e o alcance de seus objetivos políticos e ideológicos.

2. Examinar o papel das representações visuais e narrativas promovidas pelo IBAD no periódico 'Ação Democrática' na construção da percepção pública em relação ao projeto ideológico do grupo do capital multinacional e associado.

3. Compreender como o IBAD influenciou a desestabilização do governo de João Goulart e a instauração do golpe

militar de 1964, dentro do contexto de crise econômica e política do período.

Justificativa da pesquisa atual

Este projeto de pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar e atualizar nossa compreensão do período crítico do golpe militar de 1964 no Brasil, que em 2024 completará 60 anos. Esse marco representa uma oportunidade essencial para reexaminar e reinterpretar os eventos históricos que marcaram essa época. O distanciamento temporal nos permite uma análise mais objetiva e crítica, abrindo caminho para a identificação de narrativas históricas que foram moldadas ao longo das décadas.

O contexto atual de revisionismo histórico, desafios à memória histórica e a proliferação de *fake news* também desempenharam um papel fundamental na escolha deste tema de pesquisa. Nos últimos anos, temos observado um aumento significativo no revisionismo histórico relacionado ao golpe de 1964, tornando imperativa uma análise profunda e crítica. A revisão da história desse período está intrinsecamente ligada a desafios à memória histórica, à medida que novas interpretações e versões dos eventos emergem.

Compreender como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) atuou como grupo de ação dentro de um contexto em que vários setores da sociedade buscavam moldar a percepção pública durante o governo de João Goulart, incluindo o uso de estratégias de disseminação ideológica, é fundamental para contextualizar o período com toda a sua complexidade e nuances.

Esta pesquisa também se justifica pela necessidade de aprofundar a bibliografia existente sobre o IBAD e seu papel na construção da memória histórica. Apesar das pesquisas anteriores sobre o tema, é fundamental atualizar e expandir esse corpo de conhecimento por meio de análises críticas e novas perspectivas. Por esse motivo, optamos por analisar o acervo da revista "Ação Democrática", um enfoque menos explorado nas análises do instituto que permite uma compreensão mais detalhada do período. Como afirmado por Zanotto, "folhear as páginas de Ação Democrática é tomar contato com uma miríade de argumentações antigovernistas e, portanto, conhecer com maior profundidade as posições em conflito político no contexto pré-golpe."

A análise crítica e aprofundada das ações do IBAD e da influência do empresariado associado na sociedade brasileira são cruciais para uma compreensão mais abrangente dos eventos que levaram ao golpe militar de 1964 e suas implicações, além de contribuir para os debates contemporâneos sobre desinformação e manipulação da memória histórica, reforçando a importância de um estudo aprofundado desse período crítico na história brasileira.

Referência teórico-metodológicas

Este projeto de pesquisa está fundamentado em uma análise que parte das definições de crise política e hegemônica no Brasil, com foco no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), utilizando como referência os conceitos apresentados na obra "A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe" de René Armand Dreyfuss (1981). A obra orienta este

estudo, fornecendo informações sobre o IBAD e a visão do golpe militar como uma resposta do capital multinacional e associado, juntamente com os militares, em um período de crise orgânica no Brasil. Essa crise é aqui entendida como um momento em que a ordem política e econômica existente estava passando por uma desintegração profunda, resultando em uma reorganização significativa das estruturas de poder e uma mudança na dinâmica política e social do país.

Em consonância com a abordagem da obra de Dreyfuss, outro autor de destaque é Antonio Gramsci (2006). A obra de Dreyfuss faz amplas referências a Gramsci, onde serão utilizados alguns conceitos como:

• aparelhos privados de hegemonia (como o IBAD), aqui entendidos por instituições, organizações ou mecanismos não estatais que desempenham um papel fundamental na construção e manutenção da hegemonia de uma classe social sobre a sociedade. Eles desempenham um papel crucial na formação da opinião pública e na criação de um senso comum que beneficie a classe dominante.

• Hegemonia, referindo-se à dominação de uma classe social sobre outras, não apenas por meio da coerção e do controle estatal, mas também por meio do consenso e da influência ideológica.

• Estado ampliado, sendo uma interpretação da obra gramsciana que se baseia na ideia de que o Estado, de acordo com a visão de Gramsci, não é apenas composto por instituições políticas, como governo, parlamento e forças armadas. Em vez disso, ele abrange uma gama mais ampla de instituições, organizações e mecanismos de poder.

Para enriquecer o contexto de análise da década de 1960, o trabalho de Demian Bezerra Melo (2009), "O Plebiscito de 1963: Inflexão de Forças na Crise Orgânica dos Anos 60",

também integra o quadro teórico desta pesquisa. Melo realiza uma análise abrangente do início dos anos 60 e da correlação de forças presentes no momento do plebiscito do governo João Goulart, incluindo o papel do IBAD, contribuindo assim para uma discussão mais ampla do cenário econômico e político do Brasil nessa época.

A dissertação de Marina Spohr Gonçalves (2010), "Páginas Golpistas: Democracia e Anticomunismo Através do Projeto Editorial do IPES (1961-1964)", também enriquece o panorama teórico desta pesquisa. O trabalho fornece uma visão abrangente da crise brasileira naquele período, em linha com a perspectiva de Dreyfuss. Além disso, realiza uma análise completa do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) como um aparelho hegemônico privado que buscou difundir valores ideológicos do grupo multinacional associado através de empreendimentos editoriais. Isso se relaciona diretamente com a pesquisa aqui proposta, que visa avaliar o IBAD e sua revista "Ação Democrática" sob parâmetros semelhantes.

O trabalho de Fernanda Teixeira Moreira (2019), "O Partido do Empresariado: O IPÊS-SP, os Empresários Paulistas e a Construção de Consenso na Década de 1960", contribui para a base teórica, apesar de tratar especificamente do IPES em São Paulo. A obra lança luz sobre como esses institutos atuaram na busca de consenso e na disseminação de sua ideologia, inclusive através da imprensa.

Além das questões relacionadas ao período histórico e à atuação do IBAD, esta pesquisa inclui discussões sobre a influência e a importância da imprensa no Brasil. A análise da revista "Ação Democrática" baseia-se em conceitos relevantes na literatura sobre a imprensa, como evidenciado no artigo de Rodrigo Patto Sá Motta (2008), "A Ditadura nas Representações Verbais e Visuais da Grande Imprensa: 1964-1969". Apesar de

o objeto e o período desse artigo estarem ligeiramente afastados do nosso foco principal, a análise de Motta destaca a importância da imprensa na derrubada de João Goulart, enfocando-a como uma divulgadora de informações, ideias e valores capaz de construir consensos e mobilizar a opinião pública. A abordagem visual e verbal (incluindo charges) em conjunto com o contexto histórico realizada no artigo é também um objetivo que esperamos alcançar nesta pesquisa.

Finalmente, a visão de Tania Regina de Luca, no capítulo "História dos, nos e por meio dos Periódicos", complementa este projeto. Seguiremos a abordagem sugerida por De Luca, que inclui a identificação dos autores, razões para a escrita, público-alvo, organização estética, editores e proprietários e as relações de poder envolvidas, juntamente com a consideração do contexto histórico.

Fontes de pesquisa

A pesquisa tem como enfoque o levantamento, coleta e análise das fontes a serem utilizadas, com foco na Revista “Ação Democrática”, além de levantamento bibliográfico.

1. Levantamento bibliográfico: está sendo realizado com o intuito de mapear a produção acadêmica relacionada ao IBAD, ao golpe de 1964, ao governo de João Goulart, e às representações visuais e narrativas na imprensa da época. Isso permitirá situar a pesquisa dentro do contexto historiográfico existente e identificar lacunas a serem preenchidas.

2. Levantamento e coleta de fontes: O enfoque principal está nos acervos: Fundo Paulo de Assis Ribeiro - Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Fundo Castilho Cabral – FGV, Fundo

Amaral Peixoto – FGV e Arquivo Edgar Leuenroth-Unicamp, que possuem em seu índice digital exemplares da revista "Ação Democrática", destacando que essa lista pode ser ampliada. A coleta já foi iniciada e revelou exemplos importantes a serem considerados, como nas imagens abaixo, que retratam justamente a questão do anticomunismo que a pesquisa busca explorar.

Figura 1- Capa da Revista Ação Democrática - ANO IV - Número 43

Figura 2 - Capa da Revista Ação Democrática - ANO IV - Número 44

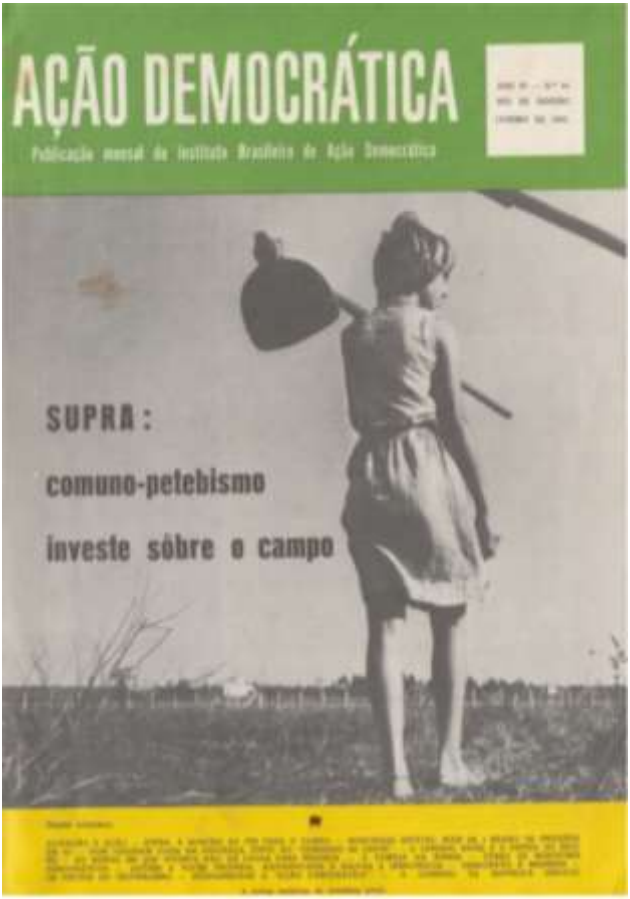


Figura 3 - Capa da Revista Ação Democrática - ANO III - Número 33

Nas capas apresentadas, identificamos elementos recorrentes, como críticas ao governo vigente de João Goulart e ao seu partido (PTB), associando os problemas do país à presença do comunismo. Além disso, aparecem figuras da oposição, como Carlos Lacerda e Senador Benedito Mário Calazans, um recurso frequentemente utilizado pela revista para

reforçar sua narrativa e conferir diferentes graus de autoridade às informações veiculadas.

3. Análise Crítica das Fontes: As fontes coletadas serão submetidas a uma análise crítica, levando em conta tanto o panorama histórico quanto a análise textual e das representações visuais nelas presentes. Será avaliado como o IBAD utilizou estratégias discursivas e imagéticas para difundir sua ideologia e como isso impactou a opinião pública.

Fontes e bibliografia

CPDOC/FGV. Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Disponível em: https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad. Acesso em: 01/10/2023.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado* – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica da década de 1960*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MOREIRA, Fernanda Teixeira. *O Partido do Empresariado*: O IPÊS-SP, os empresários paulistas e a construção de consenso

na década de 1960. Tese (Doutorado em História) - Fundação Getúlio Vargas, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518-3319-topoi-14-26-00062.pdf. Acesso em: 02/10/2023.

SILVA, Vicente Gil da. *"O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD):* Contexto Histórico de Surgimento e Trajetória de Ivan Hasslocher." In: ANPUH-Brasil. 31º Simpósio, 2021. Rio de Janeiro.

SPOHR, Martina. *Páginas Golpistas*: anticomunismo e democracia no projeto editorial do Ipes (1961-1964). Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2010.

ZANOTTO, Gizele. *O "defensor da democracia*" Arquivo Histórico Regional (AHR) - Memórias do AHR, [URL], acesso em 02/10/2023

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

EM BUSCA DA HISTORICIDADE E DAS REPRESENTAÇÕES EM *CINEMA, ASPIRINAS E URUBUS*

Lucas do Prado
Programa de Pós-Graduação em História da UPF
lucazsoad@gmail.com

Resumo
Neste estudo, propomos uma análise da película brasileira *Cinema, Aspirinas e Urubus* (2005), que foi dirigida por Marcelo Gomes. O longa-metragem retrata a jornada de dois viajantes no sertão nordestino: Johann, um alemão que foge da Segunda Guerra Mundial e acaba em meio ao agreste brasileiro, viajando em seu caminhão e exibindo filmes e propagandas para vender Aspirinas; e Ranulpho, um sertanejo sonhador que busca melhores condições de vida e almeja chegar ao Rio de Janeiro. Ao explorar o enredo e o conteúdo dessa obra cinematográfica, nosso objetivo é analisar o filme em busca de elementos históricos que possam estar presentes no mesmo. Dessa forma, pretendemos identificar também as questões relativas às representações, que abrangem desde aspectos cotidianos até reflexões filosóficas existenciais. O filme *Cinema, Aspirinas e Urubus* oferece uma oportunidade para compreendermos as diferentes realidades dos personagens, suas motivações e a maneira como as circunstâncias históricas os ocorreram. Além disso, buscamos enxergar além da superfície do filme, identificando possíveis mensagens e simbolismos aos quais o diretor Marcelo Gomes possa ter incorporado à trama.
Palavras chave: Cinema; História; representações

Panorama descritivo de *Cinema Aspirinas e Urubus*

Buscaremos neste estudo, analisar o filme *Cinema, aspirinas e urubus*, película brasileira do diretor Marcelo Gomes. O objetivo dessa análise é explorar a historicidade presente na

obra, identificando as principais questões de representação nela contidas.

Para isso, utilizaremos as ferramentas metodológicas propostas pelo historiador José Maria Caparrós Lera, especialmente sua abordagem crítica de análise fílmica, conhecida como Metodologia Film-Historia. Essa metodologia nos permitirá destacar elementos significativos para a compreensão e interpretação do filme, incluindo aspectos frequentemente negligenciados em outras análises, mas que, segundo Caparrós Lera, são essenciais para uma investigação aprofundada da obra cinematográfica.

É importante ressaltar que essa abordagem analítica não é absoluta nem definitiva. O próprio Caparrós Lera enfatiza que sua metodologia permanece aberta a novas perspectivas e interpretações, permitindo que a análise fílmica evolua continuamente. Como afirma o autor:

> Ahi que, tras el estudio y las ensefiairzas obtenidas con la obra de Jacques Aumont y Michel Marie, Analisis del film (Barcelona: Paidós, 1990), la propia expe riencia de es tos últimos anos en la supervision de articulos y tesis doctorales, junto con Sergio Alegre hemos sometido a una primera revision aquella metodologia y redactado esta nueva propuesta de anlisis histórico de los films de fiction, que ahora denominamos Metodologia Film-Historia, la cual ha entrado en un nuevo periodo de evaluación en el trabajo colectivo 'La sociedad norteamericana a traves del eine'. Metodologia, por tanto, heredada de mi primera version ahora corregida y aumentada- que continua abierta a cualquier sugerencia y

> ampliation y que, en ningún caso, se presenta como definitiva. (LERA, 2013, p. 90).

Sobre os aspectos técnico-artísticos destacados por Caparrós Lera como fundamentais para a análise de uma obra cinematográfica, apresentamos aqui algumas informações sobre o filme *Cinema, aspirinas e urubus*. Como mencionado anteriormente, trata-se de um longa-metragem brasileiro dirigido por Marcelo Gomes, com roteiro assinado por Paulo Caldas e Karim Aïnouz. O elenco principal é composto por João Miguel, que interpreta o sertanejo Ranulpho, e Peter Ketnath, no papel de Johann. A cinematografia e a direção de fotografia foram conduzidas por Mauro Pinheiro Junior, enquanto a trilha sonora ficou a cargo de Tomás Alves de Souza. Já a direção de arte e o figurino foram trabalhos de Marcos Pedroso e Beto Normal.

As filmagens ocorreram em diversas cidades do sertão da Paraíba, incluindo Patos, São Mamede (especialmente na Vila de Picotes), Pocinhos e Cabaceiras. O filme foi produzido pelas companhias Dezenove Filmes e Rec Produtores Associados Ltda. Classificado como um filme independente, teve um orçamento relativamente baixo para os padrões cinematográficos, girando em torno de 2,1 milhões de reais. A classificação indicativa da obra é para maiores de 14 anos.

Embora seja um filme brasileiro, sua estreia oficial ocorreu no dia 11 de novembro de 2005 na mostra paralela Un Certain Regard do Festival de Cannes. Com duração de aproximadamente 140 minutos, *Cinema, aspirinas e urubus* foi amplamente reconhecido, conquistando as principais premiações do Grande Prêmio de Cinema Brasileiro daquele ano, com exceção das categorias de melhor ator e melhor atriz, nas quais também foi indicado. Além disso, foi selecionado pelo Ministério da Cultura para representar o Brasil na disputa por uma indicação ao

Oscar de melhor filme em língua estrangeira na edição de 2007. Em 2015, foi incluído pela Associação Brasileira de Críticos de Cinema (Abraccine) na lista dos 100 melhores filmes brasileiros de todos os tempos.

A obra teve circulação internacional significativa, participando de festivais como o Festival de Santa Maria da Feira, em Portugal (2005), onde foi premiado; o Festival Internacional de Mar del Plata, na Argentina (2006); e o Festival Internacional de Guadalajara, no México (2006), onde foi eleito o melhor filme ibero-americano e rendeu a João Miguel o prêmio de melhor ator.

Cinema, aspirinas e urubus é amplamente classificado como um road movie, embora haja debates sobre sua inserção em outros movimentos cinematográficos. Algumas análises o relacionam ao Árido Movie, um subgênero que ganhou destaque posteriormente, com a obra homônima de Lírio Ferreira (Árido Movie, 2005). Outros estudiosos sugerem que ele compartilha características com o Cinema Novo, movimento surgido nos anos 1960 e exemplificado por filmes como Vidas Secas (1963), de Nelson Pereira dos Santos, Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964), de Glauber Rocha, e O Pagador de Promessas (1962), de Anselmo Duarte, vencedor da Palma de Ouro em Cannes.

Apesar dessas discussões, este estudo não pretende aprofundar-se na categorização do gênero fílmico da obra, pois essa perspectiva se alinha mais à crítica cinematográfica do que à investigação historiográfica. No entanto, consideramos relevante situar o leitor sobre as distintas interpretações em torno do filme, aceitando a premissa de que sua estrutura narrativa e temática se encaixa, de fato, no formato de um road movie.

Análise hibrida da obra cinematográfica Cinema aspirinas e urubus

Para Marcelo Gomes, em uma entrevista para o site omelete, "o filme trata-se do tema da alteridade, de dois personagens que estão fugindo de histórias políticas e sociais antagônicas". Porém, em nossa interpretação pode-se analisar também o filme em outras perspectivas. Como um filme que, trata da solidão e da amizade; as relações entre o sonho e a realidade; questões geográficas espaciais entre o estrangeiro e o nativo; as interpretações culturais e a construção de identidades ou não. Também temas filosóficos como a contingência, a autenticidade e a má-fé, bem como as representações sobre todas estas óticas citadas. Representações estas que trataremos de analisar melhor no decorrer do trabalho.

Caparrós Lera trabalha também com a "Comparación con el tratamiento en el film. Comparación con los films preexistentes sobre dicho tema (generalmente un film nunca es original en casi nada, sino que el realizador ha seguido varios modelos precedentes" (LERA, 2013, p. 92). Dê certa forma, esta afirmativa em alguns aspectos faz sentido, uma vez que, em algumas situações, *Cinema, aspirinas e urubus* é comparado ao cinema novo brasileiro, pelo caráter de ser também uma obra que rompe com as convenções do cinema tradicional e apresenta uma visão mais crítica e autônoma do Brasil. Dessa maneira, o longa-metragem, representa também a realidade de uma parte da população nordestina naquele período do recorte histórico do qual o filme está sendo nos apresentado, denunciando as desigualdades sociais, a exploração sofrida por aquele povo, a questão dos retirantes e da baixa qualidade de vida, fazendo assim, com que esse povo tenha de abandonar sua terra natal para fugir

da fome e a seca; como também o abandono estatal para com aquelas populações.

Essas problemáticas, se não vistas com um olhar mais atento perante as cenas do filme por parte do espectador, acabam se apresentando mais como um pano de fundo no filme de Marcelo Gomes, uma vez que, "A narrativa deixa de ser, portanto, a alegoria de um país dilacerado social e politicamente, para ser o cenário de troca de experiências, afetivas sobretudo (MULLER, 2006, p. 6). Deste modo, tematicamente destaca-se a questão antagônica dos dois personagens que fogem de suas realidades, o drama individual das duas personas. Não se pode ignorar, a centralidade na dramaticidade dos dois personagens. Mas temos que lembrar que o background do filme, se relaciona com o cinema novo, o aspecto narrativo, da ênfase na trajetória de Ranulpho e Johann e não necessariamente de forma mais acentuada a uma crítica explicita ao abandono por parte do Estado com aquelas pessoas, mesmo sendo perceptível.

O filme *Cinema, aspirinas e urubus*, acompanha a jornada de dois personagens distintos, Johann e Ranulpho, no sertão nordestino brasileiro durante a década de 1940. A narrativa se desenrola a partir de 18 de agosto de 1942, quando seus caminhos se cruzam, levando-os a viajar juntos por grande parte da trama. Embora o desfecho do filme não seja antecipado neste estudo, destacamos que suas trajetórias eventualmente tomam rumos diferentes, um aspecto que será analisado mais adiante.

Para uma melhor compreensão da obra, apresentaremos uma breve contextualização do enredo e de seus personagens principais. Johann é o primeiro protagonista introduzido na história. No início, pouco se sabe sobre ele, apenas que é um estrangeiro dirigindo um caminhão pelo sertão. Com o avanço da trama, descobrimos que ele é alemão e fugiu de seu país natal

devido às consequências da Segunda Guerra Mundial. Após passar por alguns países, chega ao Brasil, onde percorre o interior nordestino com seu caminhão, que também funciona como um cinema itinerante. Sua atividade consiste em exibir filmes que incluem propagandas da Bayer, com o objetivo de vender aspirinas às populações locais.

O segundo protagonista, Ranulpho, surge na trama quando pede carona a Johann em uma das estradas do agreste brasileiro. Ranulpho é um sertanejo que deseja ir ao Rio de Janeiro, buscando melhores condições de vida e um trabalho formal. Sua jornada reflete o fenômeno da migração nordestina em busca de oportunidades em grandes centros urbanos. Ele não apenas deseja garantir um sustento, mas também provar à sua mãe e aos conterrâneos de Bonança, sua cidade natal, que conseguiu um emprego registrado e um futuro promissor.

A relação entre Johann e Ranulpho, suas motivações e os desafios que enfrentam ao longo do percurso são elementos centrais para a compreensão do filme. Além de explorar aspectos históricos e sociais da época, a obra revela a interseção entre diferentes realidades e a maneira como o contexto da guerra e da pobreza influencia o destino de ambos os personagens, ainda pode acrescentar Cabicinhas:

> Enquanto sistemas de interpretação, as representações sociais regulam a nossa relação com os outros e orientam o nosso comportamento. As representações intervêm ainda em processos tão variados como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupal, as acções de resistência e de mudança social. Enquanto fenómenos cognitivos, as representações sociais são consideradas como o produto duma

> actividade de apropriação da realidade exterior e, simultaneamente, como processo de elaboração psicológica e social da realidade (CABICINHAS, 2013, p. 58)

Atualmente, a relação entre cinema e História segue sendo amplamente debatida por historiadores contemporâneos. Os primeiros estudos nessa área surgiram no século XX, após as primeiras produções cinematográficas, e desde então, diversas abordagens analíticas foram desenvolvidas.

Nesta investigação, adotamos uma abordagem híbrida para examinar tanto a historicidade quanto as representações presentes em *Cinema, aspirinas e urubus*. Destacamos que o filme em questão não se trata de um documentário nem de uma obra épica, mas sim de um filme de ambientação histórica. Isso se deve ao seu recorte temporal e espacial bem definido, situando a narrativa em agosto de 1942. Esse período é evidenciado no longa-metragem, especialmente por meio das transmissões radiofônicas, que contextualizam os acontecimentos históricos do momento, conforme aponta José D'Assunção Barros:

> Estaremos tratando dos chamados filmes históricos – entendidos aqui como aqueles filmes que buscam representar ou estetizar eventos ou processos históricos conhecidos, e que incluem entre outras as categorias dos filmes épicos e também dos filmes históricos que apresentam uma versão romanceada de eventos ou vidas de personagens históricos. Em outro caso, será possível destacar ainda aqueles filmes que chamaremos de filmes de ambientação histórica, aqui considerando os filmes que se referem a enredos criados

> livremente mas sobre um contexto histórico bem estabelecido. Ao lado dos filmes históricos e dos filmes de ambientação histórica, uma terceira e importante modalidade ainda a ser discutida neste tipo de relação entre o Cinema e a representação histórica é a dos documentários históricos (J. D BARROS 2007, p.2).

Um dos aspectos mais marcantes em *Cinema, aspirinas e urubus* é a forma como Marcelo Gomes constrói um plano de fundo social e político, integrando elementos da realidade nordestina ao enredo. Como afirma José D'Assunção Barros (2007, p. 5), em um filme, "cantam inevitavelmente todas as vozes sociais, não apenas as que invadem a cena através dos seus discursos como também as que nela penetram através da imagem". Dessa maneira, é com *Cinema, aspirinas e urubus* que evidencia as dificuldades enfrentadas pelo povo nordestino, especialmente através da fotografia e da ambientação.

As representações sociais no filme podem ser categorizadas como controversas ou polêmicas. Segundo Cabecinhas (2012, p. 56), as representações "são geradas no decurso de um conflito social ou luta entre grupos, não sendo partilhadas pela sociedade no conjunto". Essa tensão pode ser observada na oposição entre os sonhos de Ranulpho e a dura realidade que ele enfrenta, bem como na justaposição entre os filmes exibidos por Johann e o cotidiano dos sertanejos. Essa dualidade entre o moderno e o arcaico ressalta a desigualdade social e a falta de infraestrutura nos pequenos municípios do sertão nordestino.

A fotografia do filme reforça essa leitura simbólica. As imagens capturadas pelas câmeras – quando as tomadas se passam na parte do dia – ficam altamente contrastadas e

estouradas. Esse efeito cria um céu branco e opressor, transmitindo a sensação de um sol abrasador e remetendo à dureza do sertão. Já as cenas noturnas são propositalmente escuras, representando a precariedade das condições de vida. Dessa forma, o filme utiliza a estética visual para imergir o espectador nesse universo e destacar a chegada do cinema, do rádio e das aspirinas como símbolos do progresso que contrastam com a realidade estagnada do sertão. O uso histórico das representações cinematográficas contribui para uma reflexão mais ampla sobre a sociedade e suas transformações, ainda pode contribuir Barros:

> O Cinema, assim, apresenta-se como tecnologia adicional para a História Oral – acrescentando uma nova dimensão à coleta de depoimentos – mas também para outras inúmeras modalidades historiográficas como a História da Cultura Material ou a História do Quotidiano (basta pensar na filmagem de estruturas urbanas para posterior análise pelo historiador da cultura material, ou na filmagem de situações da vida quotidiana para interpretação posterior pelo historiador do quotidiano (J. D BARROS, 2007, p.4)

Ao chegarem ao primeiro vilarejo, os dois viajantes se dirigem ao centro da cidade e iniciam a montagem dos equipamentos para a exibição dos filmes e propagandas de Johann. Ao observar o cenário de um vilarejo pobre, Ranulpho questiona Johann: “Viu o povo é cismado, pirangueiro, mesquinho, do tempo do ronco, como o moço vai convencer eles a comprar remédio novo com esse povo atrasado”. Essa fala evidencia que, apesar de ser da mesma região, Ranulpho percebe sua própria terra

como resistente a novas informações e mudanças, duvidando da aceitação do desconhecido por parte da população local.

Ranulpho acredita que Johann terá dificuldades para vender suas pílulas, pois considera que o povo necessita de itens mais essenciais antes de um medicamento para dor de cabeça. Em outro momento da película, ele reforça essa visão ao afirmar: "Se ajudar a matar a fome do povo, aí o moço vai fazer é dinheiro". Esse comentário revela o ceticismo de Ranulpho quanto ao impacto das pílulas e das propagandas de Johann naquele contexto de carência, enfatizando que as necessidades básicas deveriam ser atendidas antes que qualquer outro produto fosse oferecido à população. Johann reproduz o filme *O Brasil Maravilhoso,* que mostra as maravilhas naturais do Brasil, a tecnologia e a modernidade, a vida das pessoas na cidade grande. No meio da reprodução do filme, aparecem propagandas da Bayer, mais especificamente da aspirina. Em umas das propagandas diz o seguinte:

> Já não resta mais em nosso espirito a doce lembrança da alegria passada, são as consequências dos prazeres do homem, a fadiga das danças e do abuso de bebidas alcoólicas, mas fossem assim todos os males, e se ao menos tem remédio pronto e de imediato, na hora da dor não perca a cabeça tome aspirina e mostre que tem cabeça.

Como se, de alguma forma, as pessoas que assistiam à propaganda durante o filme se sentissem coagidas a comprar as pílulas de ácido acetilsalicílico — de slogan "Aspirinas, o fim de todos os males" — para demonstrar que tinham discernimento e que essa seria a melhor decisão, mesmo que a compra não fosse uma prioridade naquele momento. Assim, acabavam cedendo à

propaganda e adquirindo algumas unidades do suposto medicamento milagroso vendido pelo alemão e seu companheiro sertanejo.

Esse ato pode representar a relação entre o local e o global, evidenciando como as multinacionais chegavam a essas localidades antes mesmo do Estado. Além disso, destaca-se o poder da propaganda da época em influenciar o consumo, moldando comportamentos e criando demandas artificiais. No caso específico da Bayer, uma empresa alemã atuando no Brasil da década de 1940, é possível inferir que suas estratégias publicitárias tenham sido influenciadas pelas ideias de Joseph Goebbels. Embora não necessariamente ligadas a um apoio ao regime nazista, essas estratégias incorporavam os princípios de apelo emocional e manipulação das massas desenvolvidos por Goebbels, que revolucionaram a propaganda política e comercial daquele período.

Uma cena que destaca o contraste de iluminação ocorre quando Johann e Ranulpho chegam à primeira cidade. Após a exibição dos filmes e propagandas, a câmera faz um corte repentino, revelando um elemento crucial na análise fílmica: o enquadramento simbólico. Segundo Lera (2013, p. 93), o enquadramento simbólico "busca implicar diversos elementos que subrayen, expliquen o den profundidad psicologica a la accion, personajes u objetos presentados". Nesse momento, Johann aparece vendendo suas pílulas, iluminado apenas por um lampião, com o slogan do medicamento ao fundo, criando um contraste não só visual, mas também entre o antigo e o moderno.

Outro recurso tecnológico também de suma importância dentro da narrativa de *Cinemas aspirinas e urubus* é o rádio que Johann carrega consigo dentro de seu caminhão. O rádio por vezes parece ser mais um personagem do filme do que as próprias pessoas que os atores principais vão cruzando em sua jornada. É

através da tecnologia do rádio que nossos protagonistas recebem informações do mundo exterior ao qual eles estão inseridos, que como sabemos é o sertão.

Por meio do rádio, chegam notícias como: "Os horários de partida mudaram, agora serão dois cargueiros saindo do Porto de Recife nas quartas e sextas. E de Fortaleza nas quintas e sábados. Os interessados podem se inscrever nas prefeituras. Avante soldados da borracha[113] e o Brasil sempre em marcha". Notícias estas dadas por uma antiga rádio local chamada PRA8. Neste contexto, podemos identificar a chamada em que o governo brasileiro fazia naquele período, usando-se da propaganda no rádio para mobilizar pessoas desprivilegiadas a migrarem para a Amazônia em busca de melhores condições de vida, e assim também contribuindo para a extração de matéria prima para a fabricação da borracha.

Neste contexto, Johann, confuso, pergunta a Ranulpho sobre o significado daquela notícia. Em resposta, Ranulpho explica: "O Governo pega os retirante os miseráveis, manda tudo pra Amazônia, chega lá se tem que fica trabalhando no seringal fazendo borracha pra americano usar na Guerra".

Aqui, observa-se mais um paralelo entre o local e o exterior, ou entre o micro e o macro. No âmbito do micro, há os

[113] Os chamados soldados da borracha, eram pessoas recrutadas pelo governo brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial para extraírem látex de seringueiras na Amazônia. A campanha de recrutamento teve início no ano de 1942, onde o governo brasileiro usava de incentivo para que trabalhadores, principalmente da região nordeste do país, se deslocassem para o território amazônico para suprir a mão de obra da demanda por látex que o país tinha no momento. Como pudemos ver, os incentivos aconteciam desde 1942, — como também notamos em *Cinema Aspirinas e Urubus* — porém a nomenclatura de "Soldados da Borracha", ganha maior ênfase após o Brasil juntar-se aos aliados contra as potências do eixo.

retirantes que, fugindo da seca, da fome e da falta de recursos no sertão brasileiro, buscam melhores condições nas grandes cidades ou na Amazônia, onde se dedicam à extração do látex. Já no plano macro, evidencia-se a relação internacional envolvida nesse processo: a borracha extraída nos seringais brasileiros era destinada à venda para os Estados Unidos, que a utilizavam na produção de diversos materiais essenciais para a Segunda Guerra Mundial, como botas, pneus, botes e outros equipamentos militares. Esse cenário ilustra como as necessidades locais e a exploração de mão de obra nordestina estavam inseridas em um contexto global, demonstrando a interdependência entre as economias e as estratégias geopolíticas da época[114].

Uma das perspectivas marcantes do filme ocorre nas cenas em que os protagonistas estão dentro do caminhão. Frequentemente, a câmera enquadra ambos durante as conversas e, em alguns momentos, captura também a paisagem ao redor vista pelo retrovisor. Essa escolha estilística reflete a abordagem cinematográfica de Marcelo Gomes, que evita enquadramentos amplos em Planos Gerais (PG), os quais, segundo Caparrós Lera, "más amplio, abarca todo un gran decorado o un paisaje. La figura humana está ausente o aparece muy lejana. Su uso es más bien descriptivo y narrativo, aunque en ocasiones puede ser dramático y psicológico" (LERA, 2013, p. 93).

Diferentemente dessa abordagem, Marcelo Gomes e Mauro Pinheiro Junior optam, de acordo com a perspectiva de

[114] Devido a ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial, em áreas produtoras de látex no sudeste asiático, ocorreu uma escassez de borracha não somente para os Estados Unidos da América, mas também para todas as potências do eixo. Os norte-americanos em maioria, importavam este material da Ásia, devido ao valor comercial ser mais baixo, porém, devido a esta interrupção de fornecimento, tiveram de recorrer ao látex Brasileiro.

Lera, pelos Planos Conjuntos (PC), que *"engloba el conjunto de la acción, buena parte del espacio y a uno o varios personajes. Posee valor narrativo y dramático, a la vez que descriptivo"* (LERA, 2013, p. 93). Essa escolha confere uma maior proximidade emocional entre os personagens e o espectador, característica evidente ao longo de *Cinema, aspirinas e urubus*.

Em uma cena emblemática, enquanto os protagonistas viajam pelo sertão e observam a paisagem pelos retrovisores, Johann nota algo peculiar e questiona Ranulpho sobre o que está vendo. Ranulpho desce do caminhão para entender a situação, e a câmera permanece no interior do veículo, adotando a perspectiva de Johann. Ele observa Ranulpho conversando com um sertanejo local, que explica sua atitude: o homem estava tentando impedir que suas vacas fugissem, pois a água do rio estava secando, forçando os animais a buscarem novas fontes de água. Esse momento reforça a relação entre os personagens e o ambiente, evidenciando a escassez de recursos no sertão e a luta diária dos moradores para sobreviver.

Aqui podemos notar duas realidades dissemelhantes na figura, da representação de dois indivíduos distintos que fogem de realidades históricas opostas. De um lado, temos um morador local, desejando deixar o sertão para perseguir seus sonhos; do outro, um estrangeiro, cada vez mais envolvido no agreste brasileiro, buscando escapar de sua situação original em seu país de origem. Ambas as situações são igualmente complexas, entrelaçando-se de maneira hábil no enredo fílmico desenvolvido por Marcelo Gomes. Ainda contribui Cabicinhas:

> As representações sociais estão ligadas a sistemas de pensamento mais largos, ideológicos ou culturais, e a um determinado estado de conhecimentos científicos. Os meios de

> comunicação social e as conversações interpessoais quotidianas intervêm na sua elaboração, por meio de processos de influência social. Segundo Jodelet as representações sociais formam sistemas e dão origem a "teorias implícitas", versões da realidade que incarnam em imagens cheias de significação (1989: 35). Sintetizando, as representações sociais são conceptualizadas como saber funcional ou teorias sociais práticas. Estas permitem a organização significante do real e desempenham um papel vital na comunicação: «todas as interacções humanas, quer ocorram entre dois indivíduos ou dois grupos, pressupõe tais representações (CABICINHAS, 2012, p. 58).

Em outra cena, o filme aborda a questão cultural e intercultural de forma inesperada para Johann. O alemão é picado por um animal, possivelmente uma cobra, e, sem conhecimento sobre a fauna local, não consegue identificar o que o feriu. Diante da situação, um morador da região aconselha: "se não sabe o que o foi, é melhor sangrar". *Apesar do receio,* Ranulpho segue a orientação. Esse momento representa uma imersão nos costumes medicinais locais, evidenciada tanto no ato de sangrar a ferida quanto na preparação de um remédio feito com raízes de mandacaru. A mulher que vende o remédio aos viajantes reforça a crença na medicina popular e na fé ao sugerir: "Qualquer coisa coloca esse rosário encostado nele". Caso os tratamentos tradicionais não surtissem efeito, o recurso final seria a intervenção divina, uma referência à religiosidade presente no sertão. Essa cena também levanta um questionamento implícito*: onde está Deus para amparar não*

somente Johann, mas também todas as pessoas e as situações de dificuldade demonstradas em Cinema, aspirinas e urubus?

Enquanto se recupera, Johann reflete sobre a ironia de sua situação. Ele havia fugido da guerra para evitar a morte, mas agora se via à beira dela em um ambiente hostil, sem acesso à medicina moderna e dependendo exclusivamente dos conhecimentos locais. Durante o delírio causado pelo veneno, Johann pede a Ranulpho que lhe conte uma história. O sertanejo responde: "A única história que eu sei contar é a minha", e então começa a narrá-la.

> Ranulpho: – Penei, penei, penei mais cheguei lá... na capital. Quando a fome começou a bater, eu voltei, fiquei com medo de morrer de fome. Pensa que levar uma derrota nas costas é triste? Também, lá é assim, nordestino só serve de mangação. Juntava o povinho todo assim e ficava falando: "Fala aí de novo rapaz" Mais um paraíba... "é verdade que você bota a peixeira debaixo das calças que nem cangaceiro? Você come calango, é?" Aí eu baixava a cabeça. Agora não, agora vai ser diferente... Eu nem cheguei lá e já é diferente. Agora eu vou chegar e falar com ele assim: "Como é, rapaz, repita aí de novo, Calango? Como o calango como o cu da tua mãe, fila da puta! E aí eu vou pegar a carteira de trabalho assinada com o emprego na fábrica da Aspirina e vou mostrar na cara dele assim ó. No dia seguinte vou escrever uma carta para minha mãe contando do novo funcionário da fábrica. E ela vai abrir e vai ler para todos os moradores de Bonança ouvir.

No entanto, logo depois, ele admite que nunca esteve na capital e que sua narrativa era baseada apenas no que ouvira de outras pessoas que tentaram a vida na cidade grande. Como afirma Cabicinhas, "Os indivíduos não se limitam a receber e processar informação, são também construtores de significados e teorizam a realidade social" (2013, p. 60). Essa reflexão se aplica diretamente a Ranulpho, que projeta sua visão sobre a cidade grande a partir dos relatos alheios. No entanto, como ele próprio diz, desta vez queria que fosse diferente.

Nesse momento, Ranulpho abandona a má-fé e assume a responsabilidade por sua escolha de deixar sua terra em busca de um sonho. Ele para de culpar fatores externos e aceita sua liberdade de ação dentro da realidade imposta. Após esse clímax, Johann se recupera e ambos retomam a viagem, cruzando o sertão paraibano e deixando para trás rastros e poeira, enquanto as notícias continuam a chegar pelo rádio.

Essas notícias alteram a perspectiva do filme, tornando mais próximo aquilo que antes parecia distante – tanto para Johann quanto, principalmente, para Ranulpho. A transmissão anuncia:

> Notícias da Paraíba, foi preso nesta manhã na Paraíba, um alemão que supostamente enviava mensagem de localização de navios na costa brasileira. Dentro da casa do referido alemão foram encontrados suásticas e propagandas a favor do nazismo. O alemão foi levado ao campo de concentração em aldeia perto de recife onde ficara preso.

Nesse contexto, o Brasil já não mantinha mais sua posição de neutralidade entre as alianças do Eixo e dos Aliados, o que deixa Johann apreensivo. Ranulpho, por outro lado,

percebe a preocupação do companheiro e tenta tranquilizá-lo ao afirmar: "— Tá pensando na guerra é? Não se aperreie não, aqui o cabra tá seguro, não tem bomba que chegue nesse fim de mundo". Essa fala evidencia como a guerra parece uma realidade distante para Ranulpho, enquanto para Johann, mesmo longe dos campos de batalha, a situação gera desconforto e incerteza sobre seu futuro.

No entanto, ao chegarem na cidade de Triunfo, Johann recebe um choque de realidade. Na agência dos correios, ele encontra uma correspondência oficial do governo brasileiro, cujo conteúdo diz:

> Caro senhor Johann Hohefels, decreto número 2132, de 31 de agosto de 1942. O governo brasileiro decidiu declarar guerra à Alemanha e seus aliados. Nesse processo a CIA Aspirina fica à partir de agora sob intervenção federal. Seus principais diretores e gerentes presos e levados para campos de concentração no interior de São Paulo. Senhor Johan deve voltar a capital e partir imediatamente para seus país de origem, a Alemanha, ou se dirigir a algum campo de concentração a ser determinado.

Essa parte de clímax do filme nos faz, a nós espectadores, e também aos personagens Ranulpho e Johann, refletirmos sobre as questões históricas em uma escala maior. Apesar de estarem praticamente isolados no sertão nordestino e terem contato apenas com algumas pessoas anônimas ou aleatórias em suas jornadas, suas vidas são interrompidas por uma guerra que acontece a mais de sete mil quilômetros de distância de ambos. Isso nos lembra da ligação entre eventos macro e micro históricos e as

influências nos acontecimentos do cotidianos de pessoas aparentemente desconectadas daqueles eventos.

Representações buscadas em Cinema Aspirinas e Urubus

O filme *Cinema, aspirinas e urubus* aborda o impacto da Segunda Guerra Mundial no sertão nordestino do Brasil, um lugar isolado, distante dos principais eventos do conflito, mas que ainda sofre suas influências. Johann, um imigrante alemão, representa a conexão com a Alemanha nazista, mesmo sem estar diretamente envolvido na guerra. Sua presença simboliza a relação entre o local e o global, incluindo as multinacionais e a movimentação de pessoas em busca de segurança. Já Ranulpho representa as dificuldades enfrentadas pelo povo sertanejo, explorando as diferenças culturais entre ele e Johann, e refletindo sobre como as pessoas lidam com as adversidades.

O filme se passa em uma região marcada pela seca, pobreza e dificuldades socioeconômicas, retratando a realidade brasileira da época, onde as condições de vida eram precárias, especialmente nas áreas rurais, frequentemente negligenciadas pelo Estado. Utilizando esse pano de fundo histórico, o filme aborda questões históricas, sociais, culturais e emocionais, mostrando como os personagens lidam com suas dificuldades e buscam esperança.

A imagem do urubu, tanto no título quanto no final do filme, serve como uma metáfora para a miséria, fome e pobreza da região. Como Marcelo Gomes mencionou, os urubus representam "a carniça daquele mundo", refletindo as mazelas que afligem as vidas dos personagens e da sociedade como um todo. Essa metáfora, juntamente com o sol, oferece uma

interpretação das condições de vida no sertão, conforme as categorias de análise de representação de Rosa Cabicinhas.

Como sabe-se, o estudo das representações, não tem origem na ciência da história, ela é um método de pesquisa em pleno desenvolvimento em vários lugares do globo como Europa; América Latina América do Norte, Ásia, Oceania e África. O conceito de representação social de fato surge "como reunificador das ciências sociais: situado na interface entre o psicológico e o social, o conceito oferece inúmeras possibilidades de articulação entre a psicologia, a sociologia e as ciências vizinhas (CABICINHAS, 2013, p.65). E quando falamos de ciências vizinhas, falamos igualmente da História.

Neste contexto, buscamos utilizar uma análise híbrida para interpretar o filme *Cinema, Aspirinas e Urubus*. Dessa forma, conduzimos nossa análise com base em metodologias de diversos autores, mas principalmente utilizando duas áreas da ciência que consideramos em desenvolvimento: o estudo das representações e a relação entre História e Cinema. Essas abordagens combinadas nos permitem uma compreensão mais ampla e profunda da obra cinematográfica em questão. Sabemos que deixamos lacunas e que ainda há muitas análises a serem feitas sobre a temática da historicidade e representações em *Cinema Aspirinas e Urubus*, deste modo, não damos um ponto final acerca disto, ainda deixamos em aberto para futuros trabalhos, pois como escreve Sartre: o caráter próprio de uma pesquisa é ser indefinida.

Referências

BAPTISTA, Maria Manuel. *Cultura: Metodologias e Investigação.* Coimbra: Grácio Editor. 2012.

BARROS, José D'Assunção. *Cinema e história – as funções do cinema como agente, fonte e representação da história*. Open Edition Journals. 2007

CABICINHAS, Rosa. *Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise*. Coimbra: Grácio Editor. 2012.

CARRIÈRE, Jean-Claude. *A linguagem secreta do cinema*. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro. 2006.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

KEROUAC, Jack. *On the Road.* Porto Alegre: L&PM. 2017.

LERA, José Maria Caparrós. *Análisis crítico del cine argumental.* JSTOR. 2013.

_____. El pasado como presente: 50 películas de género histórico. Barcelona. Editorial UOC. 2017.

MULLER, Adalberto. *Cinema (de) novo, estrada, sertão: notas para (se) pensar Cinema, aspirinas e urubus.* São Paulo. LOGOS24. 2006.

ROSENSTONE, Robert A. *A História nos filmes Os filmes na História.* São Paulo: Paz e Terra. 2010.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

RELAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS COM O RIO URUGUAI: IMPACTOS DA UHE FOZ DO CHAPECÓ NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

Lucas Antonio Franceschi
Doutorando Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade de Passo Fundo – PPGH/UPF
Bolsista da FUPF
156600@upf.com.br

Resumo
O rio Uruguai é um recurso natural crucial que molda a ocupação da região oeste de Santa Catarina e do noroeste do Rio Grande do Sul. Estudos arqueológicos indicam que o rio tem sido utilizado em diversas atividades desde os primeiros assentamentos humanos até a colonização europeia na região no início do século XX. Além de fornecer recursos alimentares e meios de transporte, o rio também se tornou uma referência para a organização social das populações locais. A pesquisa propõe uma investigação sobre o rio Uruguai e as comunidades ribeirinhas afetadas pela construção da UHE Foz do Chapecó. A pesquisa examina a relação dessas comunidades com o meio natural até serem deslocadas devido à construção da hidrelétrica, um processo que começou no final do século XIX e culminou com o fechamento das comportas em 2010. O rio Uruguai é destacado como um elo entre as pessoas e as comunidades e também um bem natural que fazia parte do cotidiano das pessoas. Essa proposta busca documentar e analisar as transformações nas relações entre as comunidades e o rio Uruguai, enfatizando a importância do rio e a história construída pelas comunidades e sua interação com o meio ambiente. Pretendemos mostrar a importância da preservação da memória e a história das comunidades afetadas pela construção da usina hidrelétrica, destacando a relevância do rio Uruguai na vida e na cultura dessas populações.
Palavras-chave: Rio Uruguai. Impactos. História Ambiental.

Introdução

Com a ocupação portuguesa a partir da definição dos limites território do Estado do Rio Grande do Sul, a atividade econômica de criação de gado e muares se desenvolveu criando os rebanhos de animais foram transportados das fazendas para os estados do Paraná e São Paulo. Para o transporte desses contingentes de animais foi aberta uma estrada que atravessava o atual estado de Santa Catarina. Uma dessas estradas utilizadas cruzava o rio Uruguai no Passo de Goio-en, onde Passo Fundo se juntava às águas do rio Uruguai na atual cidade de Nonoay, em direção a Passo Borman (atual distrito de Chapecó).

> A partir de 1850 o gado argentino que entrava pelo Passo de São Borja e Santa Maria, seguia até os campos de invernadinha de Cruz Alta e Passo Fundo, para depois rumar pelo Passo de Goio-En até os Campos Gerais do Paraná, atingindo a feira de Sorocaba em São Paulo, percorrendo mais de duzentas léguas ou mil e duzentos quilômetros (FLORES, 1998, p. 37).

Esses caminhos apontados por Flores definiram o povoamento ao longo da estrada, passos e paradouros, uma vez que os povoados foram criados para manter a estrutura para os tropeiros que percorriam o caminho das tropas.

O Vale do Rio Uruguai foi talvez o primeiro espaço ocupado pelos primeiros grupos humanos como fonte de alimento (pesca), como ponto de travessia de gado e mais tarde também como rota de transporte da madeira levada para a Argentina.

No decorrer do processo de povoamento, a exploração da madeira da região revelou-se uma fonte de renda e também um

meio de "limpar" a terra, deixando-a livre de árvores, incentivando a agricultura, que com a chegada dos imigrantes europeus ao século XIX.

O rio Uruguai foi via de transporte para esse contingente madeireiro que dependia das chuvas e da cheia do rio para conseguir transportar acompanhando as águas através das balsas, conforme apontado por Malan,

> De fevereiro em diante, as margens do Goyo-En revestem-se de alguma animação com a construcção das piraguas, que vão levar a S. Thomé, na província de Corrientes, o fumo e a herva produzidos na região adjacente. São tais piraguas grandes embarcações de madeira de lei, do feitio de um verdadeiro caixão, comportando 2 a 3.000 arrobas de herva e destinadas a seguir nas maiores enchentes, isto é, ordinariamente, de agosto a outubro, levadas pela correnteza até às povoações argentinas (MALAN, 1918, p. 275).

As madeiras eram amarradas e ficaram aguardando a cheia do rio para descer o rio com a correnteza, e para controlar e fiscalizar foram criados oficialmente os Postos de Fiscalização e Classificação do Instituto Nacional do Pinho, pela resolução nº 10, de 3 de setembro de 1943. Conforme apontado por Bellani (1995, p. 111-139)), os postos tinham como jurisdição, os seguintes locais de embarque: Porto Goio-Ên e Chalana (Chapecó), Caxambu do Sul, São Carlos, Passarinhos (Palmitos), Mondaí e Itapiranga. O destino das balsas era, segundo Bellani (1995), os portos de recebimento da madeira em Uruguaiana, Itaqui, Barra do Quaraí e Passo de Los Libres, o que correspondia a um percurso de mais de 500 km.

A viagem durava de 5 a 6 dias, e haviam muitos perigos enfrentados pelos balseiros durante a descida da balsa, como as ilhas que ficavam submersas com a cheia, curvas, corredeiras, como a do Salto Grande (Salto Yucumã), que poderiam arrebentar e balsa ocasionando perigo de morte aos balseiros.

Depois de definidos os limites políticos da região do Vale do Rio Uruguai, no ano de 1917, os governos estaduais cederam às empresas colonizadoras lotes de terras para ocuparem, estabelecendo o povoamento da região. As empresas promoviam a venda de terras para famílias, em sua maioria agricultores de origem européia, que já viviam nos assentamentos do Sul Rio Grande. A venda das terras gerou conflitos com os caboclos que as ocupavam, pois não tinham documentos das terras, apenas viviam como posseiros, tiveram que dar lugar aos colonos. Algumas vezes essa disputa pela terra era violenta, em outros casos o processo de colonização envolvia caboclos que trabalhavam como diaristas e operários de famílias assentadas.

Com a chegada dos colonos outras atividades extrativistas foram estabelecidas no rio Uruguai, sendo uma delas, a pesca, que servia de subsistência as famílias ribeirinhas. Conforme Entrevistas realizadas como moradores do município de Caxambu do Sul/SC revelam detalhes sobre as técnicas utilizadas na pesca, como relata o senhor Valdecir Ceccon.

> Nóis tinha o Rio Uruguai meio perto. O finado pai dizia, vocês ficam por ali, que eu vô pescá. Ma ele vinha com um baldinho, que tinha um baldinho assim além do cepo, cheio de peixe. (...) Ma peixe nóis pegava em tipo, tudo quanto era tipo. Surubi, jundiá, piava. Era só i pescá e fazê ceva, né. Nóis fazia ceva. Agora, o surubi e jundiá nóis ia assim,

> qualquer lugar ali, botava ali e jogava a isca e pegava.[115]

O rio Uruguai garantia o sustento de muitas famílias, e até os dias atuais ainda fornece peixes para alimentação, as técnicas apontadas pelo senhor Valdecir, como ceva, consiste em alimentar os peixes em um único lugar para posteriormente ir até esse local e pescar, já que os peixes já estão acostumados a ter alimento naquele local.

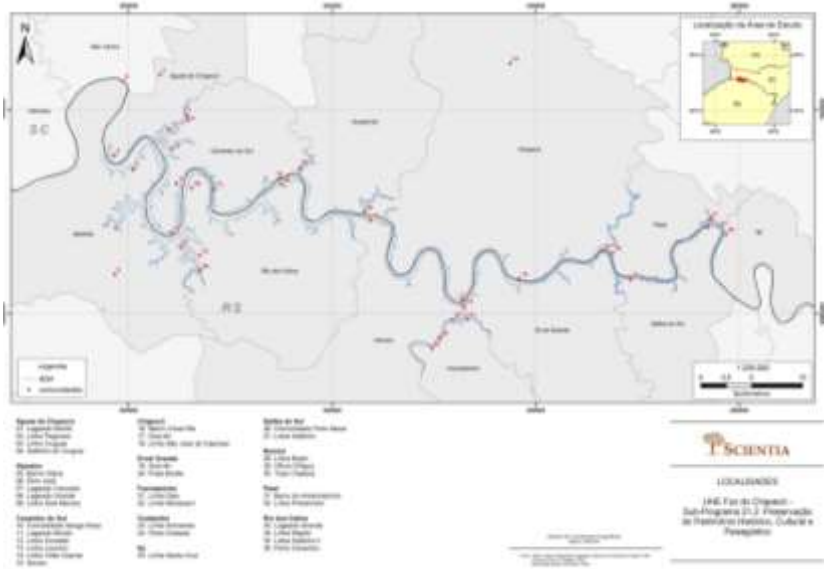
Essa atividade foi profundamente impactada com o advento da construção da usina, pois onde haviam corredeiras hoje jaz um lago, e não há mais a possibilidade de pesca do Dourado, peixe de escamas, que sobretudo era pescado em cachoeira e corredeiras.

Não somente as atividades foram modificadas, mas comunidades também perderam suas referências, ao observar o mapa podemos observar que 36 comunidades foram diretamente afetadas pelo empreendimento.

---

[115] Entrevista concedida pelo Sr. Valdecir Ceccon ao pesquisador André Luiz Onghero, em Chapecó/SC, no dia 29/05/2008. Entrevista faz parte do acervo do CEOM, referente ao Programa Básico Ambiental UHE Foz do Chapecó, subprograma de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Paisagístico da UHE Foz do Chapecó, na qual o autor do projeto foi integrante da equipe (técnico e pesquisador) de registro fotográfico e filmográfico nas áreas potencialmente atingidas pela elevação do nível dos rios e formação do reservatório, que em razão de que os diversos modos de expressão cultural, formas de produção e atrativos cênicos existentes nos municípios abrangidos pelo empreendimento poderiam sofrer algum tipo de perdas com o processo de alagamento.

Figura 1: Mapa das localidades atingidas pelo lago da usina hidrelétrica Foz do Chapecó



Fonte: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM

A construção de usina é um projeto de estado desde a década de 1970, quando começaram a ser realizados estudos sobre o potencial do rio Uruguai para a geração de energia elétrica. Esta nova forma de utilizar o rio procura garantir o abastecimento de eletricidade para o país, mas, em virtude do tamanho das obras, causa modificações no próprio rio e na relação da população com ele.

A área diretamente afetada pela construção da UHE Foz do Chapecó abrange parcelas ribeirinhas dos territórios de doze municípios do sudoeste catarinense e do noroeste do estado do Rio Grande do Sul. No estado de Santa Catarina, os municípios atingidos são Águas de Chapecó, Caxambú do Sul, Chapecó,

Guatambú, Itá e Paial; no estado do Rio Grande do Sul, Alpestre, Erval Grande, Faxinalzinho, Itatiba do Sul, Nonoai e Rio dos Índios.

Segundo informações do Consórcio Foz do Chapecó, o reservatório da barragem implantado no ano de 2010, ocupa uma área de 79,2 Km2. Destes, 40,0 Km2 que corresponde à própria calha do rio Uruguai. Desta forma 39,2 Km2 foram inundados para a formação do lago. Apesar de 3.923 hectares serem inundados, a Foz do Chapecó Energia adquiriu mais de 17 mil hectares com o objetivo de sediar canteiro de obras e o reservatório, além de reassentar algumas famílias que foram relocadas.[116]

As famílias foram atingidas de modos diversos: parte perde parcelas das terras que ocupam, nas condições de proprietários, arrendatários ou posseiros; parte perde a totalidade das terras que ocupam, nas mesmas condições, sendo este o impacto mais importante sofrido pelos comunitários.

Muitas famílias mudaram-se do local onde permaneceram durante a suas vidas, alterando histórias e memórias, e as atividades cotidianas mudadas, já que seu espaço desapareceu, e foram obrigados a deixar o rio que marcou suas vidas. Que segundo o senhor Itamar Fistarol, é definido como

> Ah, o Rio Uruguai aqui pra nóis é bão, né, que água não falta pro gado, pra pescá tamém, tu sempre tem pexe, né. De vez em quando pesquêmo pra vendê, tamém, né, quando sobra tempo, né. E o Rio Uruguai é bão, perto, né, é até bunito de vê, né.[117]

---

[116] Fonte: http://www.fozdochapeco.com.br/ acesso 19 set 2023

[117] Entrevista concedida pelo Sr. Itamar Fistarol aos pesquisadores André

Para o senhor Itamar o rio é tudo, e ainda é também um espaço de sociabilidades, os as comunidades que eram separadas pelo rio se uniam em dias de festa, de jogos de futebol, unindo catarinenses e rio-grandenses nas comunidades ribeirinhas do rio Uruguai.

Por fim, o rio Uruguai tem uma importância fundamental no modo de vida das populações que viveram e vivem em seu entorno. Além de constituir um ecossistema complexo, proporcionar o sustento de famílias e promover a economia regional, ele é uma referência para a identidade e memória da população que teve uma mudança fundamental no ano de 2010, quando do fechamento das comportas e formação do lago da UHE Foz do Chapecó.

A trajetória do Sr. Arestides Rodrigues

O Sr. Arestides Rodrigues, nascido em Nonoai, Rio Grande do Sul, nunca saiu de sua região natal. Viveu lá desde o nascimento até sua participação na pesquisa aos sessenta anos de idade.

A família do Sr. Arestides Rodrigues, ao longo dos anos, se dedicou a duas atividades principais para sua subsistência: enquanto ele trabalhava como areeiro, extraindo areia das margens do rio Uruguai para a indústria da construção civil, sua esposa e filhos cultivavam uma roça para garantir o sustento familiar, vendendo o excedente da produção.

Luiz Onghero, Lucas Antonio Franceschi e Matheus Spada Zati, em Caxambu do Sul/SC, no dia 31/05/2008.

Embora sua família sempre tenha cultivado a roça, o Sr. Arestides nunca se interessou por essa atividade, preferindo continuar como areeiro. O trabalho na roça era predominantemente feminino, com as mulheres permitindo que as crianças ajudassem conforme cresciam, uma tarefa que ele desempenhava a contragosto quando necessário.

Apesar de ter sido expulso de suas terras duas vezes, o Sr. Arestides sempre retornou ao trabalho de areeiro. Enquanto teve forças, participou da procissão de Nossa Senhora dos Navegantes no rio Uruguai com seu pequeno barco, reunindo-se com outros areeiros, balseiros e barqueiros.

O relato do Sr. Arestides oferece compromissos significativos sobre o mundo do trabalho nas comunidades locais próximas à UHE Foz do Chapecó, diminuindo que fatores étnicos e considerações de gênero desempenham papéis importantes. Enquanto os colonos, em sua maioria, foram e ainda são agricultores, os homens caboclos evitaram essa atividade, preferindo trabalhos mais próximos aos seus pares, como o trabalho de areeiro e balseiro.

Referencias

BAVARESCO, Paulo Ricardo. Colonização do Extremo Oeste Catarinense: contribuições para a história campesina da América Latina. In: *Anais do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*. Quito: ALASRU, 2006.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no rio Uruguai (1930-1950). In: *Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos de CEOM*. Chapecó: UNOESC, 1995. pp.111-139.

DMITRUK, Hilda B. Ocupação pré-colonial no Oeste catarinense. In: *Cadernos do CEOM*, Edição Comemorativa, n 23. Chapecó: Argos, 2006. pp 99-148.

FLORES, Moacyr. *Tropeirismo no Brasil*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

LUZ, Aujor Ávila da. *Os Fanáticos – Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos***.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1952.

Portelli, A., Janine Ribeiro, T. M. T., & Ribeiro Fenelón, R. T. D. (2012). O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 14. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233

MALAN, Alfredo. O Passo de Goio-En. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina*. Volume VII. 1918. 3º Trimestre. Florianópolis: Typ. da Escola de Aprendizes Artífices, 1918.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense***.** 2ª edição. Chapecó: Argos, 2006.

ZAMBIASI, José Luiz. *Lembranças de velhos***.** Chapecó: Argos: 2000.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

MOVIMENTO COCALERO NA BOLÍVIA

Luísa Caravantes Panno
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
lpcaravantes@gmail.com

Resumo
Nas décadas de 1980 e de 1990, foram implementadas políticas neoliberais na Bolívia que resultaram em pobreza e desigualdade, fomentando a emergência de novos movimentos sociais. Deste modo o objetivo deste estudo é contextualizar o surgimento de uma dessas mobilizações, o Movimento Cocalero, assim como os seus desdobramentos. Nascido como meio de resistência dos produtores da folha de coca contra as políticas de erradicação da planta, promovidas sob pressão norte-americanas; os *cocaleros* fizeram uso de marchas e bloqueios para defender o seu meio de subsistência. Esse movimento fortaleceu a identidade indígena e se consolidou politicamente com a constituição do partido Movimiento al Socialismo (MAS), liderado por Evo Morales. O MAS unificou as demandas populares, indígenas e anti-neoliberais sob a mesma bandeira, transformando o cenário político boliviano e destacando a luta pela soberania e justiça social. Com a eleição de Morales em 2006, o partido alcançou o poder, promovendo ações que desafiaram a influência estadunidense e reafirmaram a soberania boliviana. A luta dos produtores de coca exemplifica o encontro entre resistência social, identidade cultural e política institucional na América Latina.
Palavras-chaves: Movimento Cocalero; Bolívia; Movimiento al Socialismo.

Introdução

A Bolívia é um país com uma diversidade de culturas e costumes, construída a partir da junção de diferentes grupos sob uma mesma bandeira, se destacando por se autodenominar um

Estado Plurinacional. Dentro desse contexto estão os diferentes grupos indígenas, com suas próprias práticas, no interior desse espectro que o Movimento Cocalero surge, sendo formado pela união de produtores de coca, uma planta que faz parte da história boliviana desde de seu início. O plano geral no qual a manifestação iniciou, se dá durante a imposição de práticas neoliberais, reorientando os discursos políticos e os processos econômicos, pelo governo na tentativa de solucionar problemas de administrações passadas. Todavia, o que essa vertente trouxe foi um maior índice de miséria, de pobreza, de criminalidade e de desemprego, provocando a emergência de movimentos socais resistentes as políticas neoliberais e aos governos responsáveis por elas, principalmente nascidos dentro das classes populares que foram as mais afetadas por esses ideais.

Nesse cenário com a população se juntando para reivindicar seus direitos, a partir da formação de movimento sociais, "sistemas organizativos de participação social, de elaboração de discursos identitários e de formulação de propostas capazes de afetar as estruturas institucionais dos Estados" (Romero, 2007), que o Movimento Cocalero vai ser estudado. Principalmente por atingir um dos objetivos de assumir o controle para promover modificações normativas estatais com a eleição de Evo Morales à presidência em 2006, um dirigente dos camponeses produtores de folha de coca do Chapare, o primeiro indígena no cargo de presidente, e a relação dos *cocaleros* com o seu partido *Movimiento al Socialismo* (MAS). Logo o propósito central desta pesquisa, é esclarecer o surgimento dessa manifestação nacional boliviana, relacionando-a aos movimentos indígenas e seus costumes, ao contexto de desamparo econômico e social do país e no campo de relações internacionais, com a interferência dos Estados Unidos pressionando o governo sobre o forte tráfico de cocaína

que se originava na Bolívia em destino ao país norte americano. O recorte temporal se desdobra pelas décadas dos anos de 1980 e 1990, junto ao início do século XXI, quando começam a surgir os efeitos das políticas neoliberais, o aumento da oferta de drogas nos países, seus esforços para combater essa epidemia, com a eclosão de organizações sociais protegendo os seus interesses, seus modos de vida e a sua entrada no cenário político com a composição de partidos políticos para representar os seus interesses.

1. Movimento Cocalero

1.1. Contextualização e Nascimento do Movimento Cocalero

O cenário que se estendia pelo território boliviano na temporalidade delimitada, é dominado pela ideologia neoliberal. Em um caos socioeconômico gerado pelos anos de alternância de governos militares durante dezoito anos, forneceu munição para a imposição de políticas neoliberais, que se apresentavam como soluções contra a estagnação econômica, junto com a inflação de preços que gerava uma crise econômica (Costa, 2010). O resultado desses programas foi uma hegemonia neoliberal, com o fortalecimento do setor privado, maior concentração de riqueza, diminuição do papel do estado na economia e aumento de desigualdade social, além de afetar as normas e os valores costumeiros, na dimensão cultural. No período do encargo presidencial e do término do primeiro mandato de Sánchez Lozada (1993-1997), a população boliviana se via em apuros em meio às políticas neoliberais com

a quebra das estruturas organizacionais de mobilização e ação popular, a dissolução de indústrias antes nacionalizadas, a eliminação das barreiras de proteção social e as demissões em massa de trabalhadores. Essa conjuntura fornece a necessidade para a emersão dos movimentos populares, com diferentes projetos de transformação social, apresentando novidades entre eles. Essas mobilizações são sistemas de organização de participação social, que elaboram discursos de identidade e propostas para a mudanças sociais, culturais ou políticas das estruturas do Estado (Romero, 2007). Formando, a partir da sua reunião sob uma bandeira, um coletivo político que possibilita maior reconhecimento perante o regime.

Importante destacar a presença da Bolívia na esfera de influência dos Estados Unidos, devido a proposta de países centrais, em um contexto de economia mundial, que objetivava o desenvolvimento e a modernização de economias latino-americanas. Todavia, o resultado revelado foi um aumento da dependência dessas nações "periféricas" em detrimento aos Estados com economias centrais consolidadas (Gallardo, 2004). Logo, com o crescimento do mercado consumidor e fornecedor de drogas nos Estados Unidos, junto com a promulgação de projetos antidrogas, como Acordo do Programa Antinarcóticos de 1987 e o Contrato do Programa Antinarcóticos em 1988, ocorre a interferência norte-americana na Bolívia a partir de pressão governamental para facilitar essas iniciativas, além de atacar a folha de coca, com tentativa de legislações de erradicação e da criminalização dos *cocaleros*, produzindo uma reação dos produtores.

A matéria prima da produção em debate, que causa grande conflito mundial, é a folha de coca, produzida pela população andina há sete séculos, o seu consumo tem efeitos estimulantes que permite ser realizado grandes esforços físicos

sem alimentação, ou ao ser mascada, infusionada em chás provoca efeitos de analgésico local. Além de ser um meio de comunicação com os deuses e constituir uma parte identidade cultural de povos como os Quechua e os Aymará, fazendo parte da vida ritual e social, integrando a comunidade (Escárzaga, 2002). O *cocalero* é visto como um agricultor indígena que normalmente possui uma estratégia de plantação de multiculturas, utilizando fundamentalmente a força de trabalho familiar e tendo como principal obstáculo a criminalização de sua atividade produtiva, por terem a culpa do narcotráfico atribuída a eles pelos governos bolivianos. Nas décadas de 1980 e 1990, a maior parte da coca era produzida na província de Yungas, região de La Paz, e em Chapare, localizada em Cochabamba. A primeira, era reconhecida pela Lei 10.082 como área tradicional de produção de coca desde 1988, tendo a tradição da produção de coca a vários séculos. A segunda área, foi onde se desenvolveu diversas ondas de imigração e a colonização moderna, com fixação definitiva dos indivíduos. Cronologicamente, a produção logo se tornou uma monocultura devido ao alto lucro econômico, no início da década de 1980 ocorreu a última onda de imigração relacionada ao chamado "*boom* da coca" quando se tornou uma área atrativa para os bolivianos (Carolina, 2022).

A luta popular e a formação do movimento em si inicia com o deslocamento de camponeses quíchuas para o Chapare, norte de Cochabamba, para encontrar uma alternativa de sobrevivência. Devido a situação de extrema pobreza, outros grupos também migravam para a mesma região e todos começaram a se sustentar a partir do plantio de folhas de coca para garantir a sua subsistência. Nos ano de 1985 as fileiras do movimento começaram a ser preenchidas pelo operariado mineiro que antes se retirava da luta de camponeses indígenas,

além da junção de outros setores como os desempregados, em consequência das políticas de privatização de Estenssoro, e os mais pobres do campo (Costa, 2010). Uma característica que atribuiu simpatias era a sua disponibilidade de ter debates com estudantes, intelectuais ou qualquer membro da sociedade que havia demandas políticas que não estavam sendo atendidas.

As migrações permitiram uma organização desses produtores dos departamentos de Chapare e Yungas de maneira independente, fundada na experiência sindical passada dos antigos mineiros e agricultores rurais. Reproduzindo a estrutura organizacional dos mineradores, as assembleias onde os dirigentes resolviam as medidas e as ações eram as "bases", faziam uso de votação para sua diretoria e de bloqueios de avenidas e ruas como medidas de pressão. Os sindicatos tinham o papel de organizar a vida dos novos assentamentos e do trabalho produtivo, além de tomar decisões e resolver conflitos (Costa, 2010). Estas organizações possuem uma estratégia pacífica de luta, com marchas entre cidades, se posicionando contra a subordinação dos governos bolivianos e a presença militar crescente dos estadunidenses, com um discurso anti-imperialista. Se aplicou na tentativa de se assentar tanto nas práticas sindicalistas quanto nas comunitárias, herdadas das populações andinas. Além de se formular junto à tradição da luta mineira, que possui seu próprio passado na história boliviana, e na formulação de uma organização nos moldes modernos de um partido político. As principais ferramentas utilizadas pelos *cocalaeros* para defender os seus princípios foram as marchas e os bloqueios de estradas. A primeira geram solidariedade por sentimentos humanitários do povo, a saber em 1988 oito mil produtores camponeses em Cochabamba protestaram contra a criminalização da folha de coca. A segunda, foi utilizada em momentos de alta violência e militarização, levando a ocupação

de estradas e colocação de barricadas, como o ocorrido em junho de 1987, quando 10 mil agricultores bloquearam a estrada, contra o Plano Trienal de Combate ao Tráfico de Drogas (Carolina, 2022).

1.2. História do Movimento Cocalero e o Movimento al Socialismo (MAS)

O Estado da Bolívia reage com o uso da repressão, que encontra aliados nas grandes multinacionais, que atuavam na região do Chapare. Elas alegavam que os *cocaleros* atrapalhavam a sua produção, o seu escoamento e a sua lucratividade ao bloquearem as estradas não permitindo o fluxo comercial. Junto a essas empresas a burguesia boliviana também estava presente nos ataques contra os produtores. Na década de 1980 em Chapare, ocorreu uma série de conflitos que marcaram o relacionamento do Movimento Cocaleiro com o Estado boliviano, com confrontos, repressão e resistência. Esse conflito implicou no fortalecimento da organização sindical e deslocamento da participação dos *cocaleiros* da arena sindical para a política, moldando um novo viés (Carolina, 2022; Costa, 2010; Malá, 2008).

Fator importante a ser evidenciado é que com o regresso à democracia em 1982, ocorre um desejo de obter assistência dos Estados Unidos para a reforma econômica, por parte do governo boliviano, o que leva o Estado a se distanciar da agricultura de coca e iniciar uma luta contra as drogas, para se aproximar do país norte-americano. No mandato de Hernán Siles Zuazo (1982-1985) lança-se o começo dessa luta antidrogas com um projeto de erradicação da coca, destinado a atacar a indústria do narcotráfico. Em 1983 foram desenvolvidas as Unidades Móveis

de Patrulhamento Rural (UMOPAR), entidades militares criadas para substituir o vazio do Estado em certas áreas do território (Costa, 2010). Nesse cenário vai se desenrolar um ciclo de acontecimento que será repetido durante os anos, começando com ação do governo contra a planta, que gera uma reação dos produtores, o que leva a negociação de ambos os lados resultando na formulação de acordos, que posteriormente serão quebrados, levando a uma reprodução desse ciclo.

Na presidência de Víctor Paz Estenssoro, foi implementado o "Plano Trienal de Combate ao Tráfico de Drogas" em 1987, que é visto pela comunidade internacional como o primeiro passo do governo para limitar o tráfico de drogas e a sua produção. No mesmo ano é criado as "Forças Especiais de Combate ao Tráfico de Drogas" (FELCN), especializada no combate ao tráfico. Em 1988 é promulgada a "Lei do Regime da Coca e de Substâncias Controladas" ou "Lei 1008", determinando três zonas de produção de coca, a tradicional destinada à agricultura, usos medicinais ou rituais; a "em transição", na qual a produção, advinda do processo de colonização, responde a demanda internacional de narcóticos; e a ilícita, ou seja o restante do território (Malá, 2008). Tal norma foi aprovada após o Massacre de Villa Tunari, no qual *cocalero*s que realizavam uma marcha pacífica contra os planos de fumigação das plantações, foram acertados por agentes da UMOPAR e do *Drug Enforcement admintration* (DEA), provocando cinco mortes e doze feridos. Na década de 1990 sob a presidência de G. Sánchez de Lozada (1993-1997) foi imposto o projeto "Opção Zero", caracterizado pela destruição de todas as plantações de coca no Chapare e na transformação da área em um Parque Nacional ou Zona Industrial. Em 1997 com o segundo mandato do General Hugo Banzer (1997-2001), foi realizado o "Plano Dignidade" que levou ao aumento da

militarização no território do Chapare. Durante a ditadura de Banzer, as reivindicações que antes giravam em torno da possibilidade de plantar e de consumir a folha de coca sem um contexto de violência, defendendo a atividade econômica e a prática ancestral da mastigação, acrescentam os protestos contra as políticas de erradicação executadas pelo governo. Em 2002 com o curto mandato presidencial, Gonzalo Sánchez estabelece o "*Plan Bolivia*", no qual estava a declaração de uma guerra de alta intensidade contra as organizações de Cochabamba, que foram identificadas como grupos narcotraficantes e narcoguerrilheiros, no entanto não chegou no sua alcance total devido a troca da presidência (Carolina, 2022). O que começou com um grupo de produtores que empreenderam um combate contra o programa de erradicação da folha de coca, por ser a principal matéria-prima da produção do narcótico conhecido como cocaína, defendendo o cultivo da folha não apenas pelo seu valor econômico, mas essencialmente pelo sua relevância cultural e identitária. Logo viria a ser organizado em um partido político o *Movimento al Socialismo,* dirigido pelo índigena aymara Evo Morales, que junta a luta pela folha de coca com a revalorização da população indígena, que por muito tempo foi ignorada e excluída socialmente. O partido começa a se tornar uma força política de consideração no país, com as eleições presidenciais em 2002, visando um Estado forte, a anulação dos contratos de privatização e a reversão dos recursos naturais (Eguívar, 2005). Entretanto, provou a sua influência no ano de 2006 quando Evo Morales foi empossado presidente da Bolívia.

A problemática do cultivo da coca passa a exigir a atenção do Estado boliviano durante a década de 1950, quando se inicia às pressões internacionais pela criminalização da planta. A Convenção Única sobre Entorpecentes aprovada em 1961 pela Organização das Nações Unidas, vai contribuir para o

aumento da tensão no país latino-americano. O final do século XX e o início do século XXI se dá com a substituição da luta contra o comunismo, dada pelo término da Guerra Fria, pelos Estados Unidos com uma estratégia militar voltada à luta contra o narcoterrorismo, que logo será alterada devido ao 11 de Setembro. As políticas antidrogas produzidas pela legislação boliviana decorriam dos objetivos da Agência Antidrogas (DEA), eram violentas, abertamente inconstitucionais, prendendo os pequenos agricultores de folha de coca (Gallardo, 2004). Foi agravada pela militarização das áreas de cultivo da planta, com a presença permanente de forças militares tanto bolivianas quanto estadunidenses, assediando diariamente os produtores e dirigentes sindicais. Foi iniciado um processo de erradicação sem desenvolver paralelamente uma economia alternativa para sobrevivência do campesinato, nesse cenário se afirma a violência contra a subsistência dos produtores, a que persegue os camponeses em vez dos grandes traficantes e as repressões de manifestações de oposição (Eguívar, 2005). Logo, foi imposto a vontade norte-americana sobre a boliviana, produzindo danos físicos, psicológicos, econômicos e culturais. A instalação de bases militares e presença de exército norte-americanos em território boliviano foi interpretada como um neocolonialismo pelas organizações sociais, relacionando a uma memória da guerra colonial.

O movimento além de ter que lutar contra a repressão e contra a possibilidade de criminalização da planta, teve de se engajar em um conflito mediático pela ressignificação da folha de coca, por meio de uma hábil batalha ideológica. Por fim, conseguindo libertar o cultivo com a sua associação a questão do tráfico de drogas e da cocaína, utilizando uma construção de uma cadeia de equivalências, que permitiu a movimentação do significado para o símbolo de “a folha dos nossos antepassados”

(Gallardo, 2004, p.5), ligando a nacionalidade, a memória e a soberania contra o domínio dos Estados Unidos. Eles resgataram em seu discurso o aspecto indigenista do movimento Aymara, vinculando com o cultivo da folha, reivindicando os circuitos ancestrais da cultura andina. Nessa posição a liderança, vai juntar uma superposição de elementos, a crise econômica, os direitos humanos, a soberania da Bolívia, a preservação da cultura e antiglobalização. A fala constitui o movimento como vítima da repressão, como agente de mudança e coloca o povo como o legítimo proprietário do território nacional e dos seus recursos naturais. Nos anos oitenta se insistiu na crise a razão para o aumento da produção, pela falta de outras oportunidades no mercado, mais tarde com as políticas neoliberais os pronunciamentos começaram a condenar o neoliberalismo como causa da pobreza. Com o crescimento do movimento foi integrando um conceito mais étnico enfatizando os antecedentes rituais, fazendo uma 'ressacralização' da coca, enfatizando os dias de *akhulliku* (mascar) em é compartilhada com a população (Eguívar, 2005).

A mobilização estabelece o seu discurso baseando-se em um antagonismo entre defender os interesses dos pobres em comparação a defender os interesses dos ricos, representado pelo governo do qual estavam defrontando. Esses interesses abrangem os direitos dos cidadãos, defender os recursos naturais e ter tratamento igualitário (Gallardo, 2004). O partido do *Movimento al Socialismo* é concebido como o instrumento político do povo, mostrando em sua constituição o antagonismo aos partidos tradicionais, implicando a população e as organizações sociais como sujeito de excelência, também com uma forma de política diferente. A organização inclui a consulta às bases, a informar o povo e a permitir que eles façam as escolhas. A eficácia desse movimento é observada na aliança

entre camponeses, pobres urbanos e aos intelectuais, por juntar uma expressão de classe, apelo aos mais desfavorecidos, com o popular democrático, direcionada ao povo e a classe média.

O Movimento Cocalero conseguiu associar-se a diferentes reivindicações contra a crise econômica, o sistema capitalista, a corrupção, a defesa dos direitos humanos, o território e a folha de coca; permitindo a consolidação destas alianças que vêem na manifestação um aliado em suas lutas. O ideário do MAS foi construído em relação ao indianismo katarista com o Marxismo e o nacionalismo revolucionário. O movimento Katarismo apresenta entre suas reivindicações, o objetivo final da tomada de poder e controle do seus destinos políticos, estabelecendo a sua estrutura, se governando de acordo com seus costumes. Já a menção do marxismo como eixo ideológico visa ressaltar a dimensão classista, enfatizando a sua condição de camponês (Costa, 2010). Os componentes discursivos entre o MAS e o Movimento dos Cocaleros são o nacionalismo, o socialismo, o indigenismo e o anti-imperialismo. O MAS em um congresso de 2003 especifica quais os princípios que os guia. Dentre eles está a aspiração de conquistar uma justiça social, sem exploradores e explorados; estabelecer uma verdadeira democracia participativa de consenso e respeito, reconhecendo as diferentes organizações sociais existentes; considerar a Bolívia como multinacional e multicultural; rejeitar penetrações imperialistas; a defesa dos direitos humanos e da soberania; reconhecer a autonomia das nações indígenas; entre outros objetivos. A mudança política desenvolvida por meio de reformas institucionais desde 1993 (Eguívar, 2005), possibilitaram o acesso aos sindicatos dos camponeses através do sufrágio e do desenvolvimento de seus líderes como autoridades municipais legítimas.

A emergência da política do *cocalero* como sujeito político advindo das lutas sociais reflete-se no aumento de pautas reivindicatórias, que defendiam novas propostas feitas a partir de diferentes necessidades. A participação nas disputas em eleições por controle de instâncias parlamentares e governamentais, aumentou a parcela daqueles com poder de alterar a realidade de dentro do governo, estabelecendo diálogos entre várias camadas sociais (Costa, 2010). O exemplo mais concreto é a eleição de Evo Morales como presidente da nação, com uma administração de reorganização política, social e econômica, com a tentativa de diferenciação entre a folha e a cocaína, exaltando a importância nacional para possibilitar a despenalização da planta; e um distanciamento dos Estados Unidos para proteger a soberania, a cultura indígena e a tradição.

Conclusão

É possível analisar ao longo deste estudo, um relacionamento de diferentes aspectos da sociedade boliviana que se cruzam construindo a história da organização dos *cocaleros* e sua reflexão no país. Ademais, é interessante a percepção através dos anos que a folha de coca possui e os efeitos que sua significação acarreta socialmente. O movimento começa como mais uma resistência boliviana, onde os produtores eram reunidos de diferentes passados sob a mesma circunstância de miséria e de desemprego criada pelas políticas neoliberais impostas pelos governos. A curiosa característica de ter os seus fundamentos baseados nas lutas dos mineradores e na sua forma de organização é importante de ser mencionada, junto com a permanência da mobilização em uma reivindicação pacífica, se expressando por marchas e bloqueios de estradas. O

trabalho que foi feito para que ocorresse uma mudança de percepção, quando o assunto é a coca, trazendo para campo cultural e de importância para a preservação de tradições, é de grande mérito, ainda mais quando batendo de frente com organizações internacionais que amplificaram a campanha antidrogas. Também é necessário enfatizar, que os *cocaleros* são o produto das administrações dos governos ditatoriais e da instabilidade política que permeava pelo Estado boliviano. Nessa categoria, é que se analisa a influência e o poder dos Estados Unidos nos países latino-americanos, que usam a sua força para coagi-los a atenderem os seus interesses. Precisamente o que ocorreu no território da Bolívia, com aumento de militarização e criminalização dos *cocaleros,* não levando em consideração o fator cultural imbuído na planta. A condição da evolução do Movimento Cocalero para o desenvolvimento de um partido político, que pudesse concretizar em ações governamentais os desejos sendo expressos por protestos, é de extrema impressividade. Ainda mais, com o acúmulo de votos e a entrada política desses líderes, chegando ao cargo de presidência em 2006. Com esse plano de fundo, a união de outras demandas sob a mesma bandeiras, abrangendo cada vez mais uma parte da população, com alianças e diálogos entres classes é um coeficiente essencial em razão da subida de poder do partido *Movimento al Socialismo*.

Referências

CAROLINA , J. R. M. M. *La incidencia del movimiento cocalero en la política exterior de Bolivia*. Repositorio Institucional - Pontificia Universidad Javeriana. Pontificia Universidad

Javeriana. 2022. Disponível em: https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/62445/Monsalve%20%282022%29%20La%20incidencia%20del%20movimiento%20cocalero%20en%20la%20pol%c3%adtica%20exterior%20de%20Bolivia..pdf?sequence=8&isAllowed=y. Acesso em: 15 jul. 2024.

EGUÍVAR, Eduardo. *Movimientos campesinos y dilemas de la democracia. El movimiento cocalero y el MAS-IPSP en los niveles local y nacional de la política boliviana***.** 1996-2004, Buenos Aires: CLACSO, 2005, 96 p.

COSTA, Lício Romero. *O Retorno de Katari*: Cultura Histórica e Processo de Emergência Política do Movimento Cocalero na Bolívia (1995-2006). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Paraíba. João Pessoa, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6029/1/arquivototal.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

ESCÁRZAGA, F. Movimientos etno-campesinos en Bolivia (1985-2001). *Araucaria*, Sevilla. v. 4, n. 8, p. 0, 2002. Disponível em: https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/992. Acesso em: 15 jul. 2024.

GALLARDO, M. Castillo. Movimiento cocalero en Bolivia. Violencia, discurso y hegemonía. *Gazeta de Antropología***,** Jaén, 2004. Disponível em: https://www.ugr.es/~pwlac/G20_35Mayari_Castillo_Gallardo.html. Acesso em: 21 jul. 2024.

MALÁ, Sárka. El movimiento "cocalero" en Bolivia durante los años 80 y 90: sus causas y su desarollo. *Esboços: histórias em contextos globais, [S. l.]*, v. 15, n. 20, p. 101–117, 2009.

Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p101. Acesso em: 15 jul. 2024.

ROMERO, C. C. Movimentos sociais da Bolívia. *Revista de Educação Pública, [S. l.]*, v. 16, n. 31, p. 29–47, 2017.. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/5184. Acesso em: 21 jul. 2024.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA FEMININO: VENCENDO DENTRO DE CAMPO, MILITANDO FORA DELE

Marília Guaragni de Almeida
Programa de Pós-Graduação em História – UPF
Bolsa CAPES II
171971@upf.br

Resumo
O Sport Club Corinthians Paulista feminino tornou-se o maior clube brasileiro do futebol feminino, dentro e fora de campo, e soma resultados em prol da modalidade. Dono de marcas expressivas, como o ser o segundo clube do mundo com o maior número de vitórias consecutivas (34) entre futebol masculino e feminino, no ano de 2019. Ainda, a equipe busca se expressar por meio de causas extracampo, como no caso da luta por igualdade de gênero, violência, misoginia e assédio sexual, buscando a ressignificação do futebol feminino, aliando resultados dentro e fora de campo. Desde 2018 com uma gestão própria, o clube conquistou 20 títulos nacionais, internacionais e estaduais até então. Identificado como um dos principais times que buscam uma maior identidade do futebol feminino no Brasil, posicionando-se em causas sociais e fomentando a modalidade de forma econômica, com torcida, gestão e um time que oferece resultados. O Corinthians feminino faturou R$ 13,5 milhões em 2023 com as conquistas, mostrando que o futebol feminino não só pode vir a ser, como é, um esporte lucrativo. Além disso, destaca-se campanhas como "Respeita as Minas" e "Cale o Preconceito", que são exemplos das ações do time feminino paulista em prol do futebol feminino, não só dentro do seu clube. Imagens, trajes, campanhas nas redes sociais, protestos dentro e fora de campo e jogadoras bem posicionadas colocam o Corinthians como um modelo de time que vence dentro de campo e milita fora dele. Reforçando a ideia de que o futebol feminino é algo que vem ganhando notoriedade, mesmo com diferentes tipos de preconceitos, descasos e desigualdades presentes ainda no século XXI, mas que pode ser questionado de diferentes formas, sem deixar te obter resultados.
Palavras chave: Futebol feminino. Gênero. Sport Club Corinthians.

Introdução

A história do futebol feminino do Sport Club Corinthians Paulista é marcada por títulos e uma soberania indiscutível no Brasil e na América do Sul. São vinte títulos, cinco títulos de Libertadores da América, seis títulos de Campeonato Brasileiro, quatro títulos de Campeonato Paulista, três de SuperCopa do Brasil, uma Copa do Brasil e uma Copa Paulista. Com uma sala de troféus invejável, é de se esperar que o futebol feminino da instituição corintiana tenha anos de seu princípio de desenvolvimento, o que não acontece.

Diferentemente do futebol masculino, que tem seu início no ano de 1910, o departamento feminino só foi ativado no ano de 1997, sendo desativado 12 anos depois, em 2009. Este foi um período no qual a equipe feminina não obteve o sucesso desejado, carregando o desafio de um período no qual o futebol feminino não tinha investimento, nem cuidados específicos com estrutura, bem como com as atletas, o que dificultou a fixação da modalidade.

Sete anos depois, no ano de 2016, o clube reativou o departamento de futebol feminino, em parceria com o Grêmio Osasco Audax, que durou dois anos e iniciou a trajetória vitoriosa, começando com a conquista de dois títulos: a Copa do Brasil de 2016 e a Libertadores de 2017. Os títulos foram de grande importância para que o futebol feminino do Corinthians começasse a se destacar em âmbito nacional e continental.

O presente trabalho tem o intuito de analisar e exemplificar como a equipe do Sport Club Corinthians Paulista investiu na modalidade de futebol feminino e obteve retorno, em títulos, em investimento, em receita e também no âmbito social, algo que está ligado ao DNA corintiano.

Assim, por meio de uma pesquisa qualitativa e descritiva, de Bardin (2011) e Gil (2008), busca-se compreender o impacto social e econômico do Corinthians Feminino dentro da história do futebol feminino brasileiro. Ao mesmo tempo, a análise descritiva se concentra em apresentar os fatos e dados relativos ao desempenho do clube, tanto esportivo quanto em ações sociais, ou seja, as atividades realizadas dentro e fora de campo.

Os objetivos consistem em destacar como o Corinthians Feminino se colocou como um dos maiores clubes de futebol feminino do Brasil e do mundo, evidenciando o envolvimento do clube em causas sociais, como o combate à desigualdade de gênero, à misoginia, à violência e ao assédio sexual, de modo à promover a identidade do futebol feminino brasileiro mediante iniciativas dentro e fora do campo, destacar a lucratividade do futebol feminino e inspirar mudanças por meio da promoção de campanhas sociais e da transformação do espaço do futebol feminino, tanto no campo do esporte quanto nas demais questões.

De modo que se possa utilizar autores e autoras que debatam sobre gênero, futebol e sociedade para o entendimento da contribuição que o sucesso esportivo e o engajamento social aplicado pelo Corinthians Feminino que auxiliam no desenvolvimento e na consolidação da identidade do futebol feminino no Brasil. Ainda, por meio da promoção de alterações sociais e econômicas para a modalidade, atuando dentro e fora das quatro linhas de modo eficiente e vencedor.

Dividiu-se então o referencial teórico em quatro partes: História e Desenvolvimento do Futebol Feminino; Questões de Gênero no Esporte; Futebol como plataforma de ação social sem deixar de lucrativo; Campanhas realizadas pelo Corinthians Feminino e pelas atletas. Mesclando informações a respeito da realidade da mulher, do futebol de mulheres e da sociedade que

estavam inseridas, com autores que possibilitem esta conversação entre teoria e prática, em um campo de estudo no qual se está avançando gradualmente.

História e Desenvolvimento do Futebol Feminino

Para entender o êxito do Sport Club Corinthians Paulista na modalidade feminina, é preciso percorrer a história e os obstáculos enfrentados no futebol feminino no Brasil. Souza (2018) aponta que, por muito tempo, a modalidade foi considerada ilegal e enfrentou barreiras culturais e institucionais, que persistem até os dias de hoje.

Alguns elementos são fundamentais para o atraso significativo do futebol feminino, como a proibição aplicada no primeiro mandato do Presidente Getúlio Vargas, em 1941, por meio do Decreto-Lei 3.199, artigo 54, que proibia o exercício de esportes socialmente considerados masculinos e que pudessem prejudicar a feminilidade da mulher. O futebol era um desses esportes (ALMEIDA, 2024).

Desde a proibição em 1941 até a liberação em 1979, passaram-se 40 anos sem que as mulheres pudessem desenvolver a modalidade de forma legal. Além disso, somente em 1983 as mulheres puderam praticar futebol em estádios de forma regularizada. Foram 40 anos para a volta da prática e mais 2 anos para que o futebol feminino fosse considerado um esporte. Isso ocorreu porque, em 1979, houve a revogação do artigo 54 de 1941 para a prática de esportes por mulheres, mas esses esportes deveriam ser reconhecidos internacionalmente, o que não acontecia com o futebol feminino. Sua regulamentação foi adiada para 1983 (BONFIM, 2013).

É perceptível que as questões de gênero foram ponto central do atraso do futebol feminino no Brasil, como já coloca Scott (1995):

> O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p.75).

Com igual defasagem, enquanto o futebol masculino no Brasil se consagrava tricampeão do mundo, três vezes campeão da Copa do Mundo (1958, 1962, 1970), o futebol feminino não era praticado legalmente no país considerado o "País do Futebol". Na mesma linha, somente em 1986 aconteceu a primeira partida da Seleção Brasileira Feminina, e sua primeira disputa de uma competição oficial da FIFA (Fédération Internationale de Football Association) ocorreu em 1991, na Copa do Mundo (COSTA, 2017).

O comparativo é injusto, porém vai ao encontro de muitas ações que caracterizam a disparidade entre o futebol masculino e o feminino. Um já está consolidado mexendo com política, economia e o emocional dos indivíduos; o outro busca

diariamente seu espaço, reconhecimento e respeito (ALMEIDA, 2024).

Em âmbito de campeonatos nacionais realizados no Brasil, tem-se os primeiros registros por meio da Taça Brasil, competição que ocorreu dos anos de 1983 até 1991, de forma amadora. O time de maior destaque foi o Radar, do Rio de Janeiro, com seis títulos, seguido do Saad, de São Paulo, com dois títulos, ambas as equipes não possuem mais atividades relacionadas ao futebol feminino. O nome da instituição do Sport Club Corinthians Paulista aparece nos registros da primeira edição, de 1983, ficando em terceiro lugar (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2024).

No ano de 1992, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) assumiu o comando do futebol feminino. Com uma pausa de organização no ano de 1992, a Taça Brasil de Clubes voltou sob o comando da CBF no ano de 1993, sendo conquistada pelo Clube de Regatas Vasco da Gama. Em 1994, a competição passou de Taça Brasil de Clubes para Campeonato Nacional Brasileiro de Futebol Feminino, durando até o ano de 2001 (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2024).

Na sequência, de 2002 até 2005, não ocorreram campeonatos nacionais. O período é marcado apenas por um quadrangular ocorrido em 2003, que envolveu a Brasileira Universitária, o Santos, o Saad e o CFZ. Muito por conta da disputa das Olimpíadas de Atenas, que ocorreria em 2004, o período é relevante para as condições do futebol feminino no Brasil que não momento não possuía competições no país, e suas atletas eram obrigadas a buscar times do exterior (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2024).

Este momento olímpico tem relevância nas condições do futebol feminino no Brasil, pois foi no ano de 2004, com a medalha de prata conquistada nas Olimpíadas, que começaram os

questionamentos sobre o real tratamento do futebol feminino no Brasil. Isso porque um país sem uma liga nacional conquistou o segundo lugar no pódio - o mesmo volta a acontecer e 2007 com a conquista do segundo lugar na Copa do Mundo de Futebol Feminino - (GOELLNER 2005).

Assim, no ano de 2006, houve mais mudanças, retomadas e tentativas de manter uma competição nacional, como no caso da LINAF, Liga Nacional De Futebol, juntamente com a Federação Paulista (FPFA), que criaram a Liga Nacional. Foi então um torneio disputado em São Paulo, tendo duas edições, vencidas pelo Botucatu (2006) e Santos (2007) (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2024).

Em 2007, a CBF assumiu mais uma vez o controle das competições nacionais femininas, ano em que ocorreu a realização da Copa do Mundo Feminina, na China. Foi criada então a Copa do Brasil Feminina, disputada de 2006 até 2016, com 10 edições e um total de 64 clubes disputando. O primeiro campeão foi o Saad, do Rio de Janeiro, em 2006, e os maiores vencedores foram o Santos e o São José, ambos de São Paulo, com dois títulos cada. A competição volta a ser realizada no ano de 2025, com o visando a próxima Copa do Mundo Feminina (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2024).

Já a versão nos moldes atuais do Campeonato Brasileiro Feminino tem sua data de origem no ano de 2013, sendo organizado pela CBF. Sua primeira edição foi organizada com base no Ranking da CBF de Futebol Feminino, com os 20 melhores clubes. No ano de 2017, criou-se a Série A2, com 16 equipes, o mesmo número de participantes da Série A1, modelo que se segue até o ano de 2025, que acontecerá novas mudanças para tornar realizar um campeonato mais competitivo e buscando um melhor desenvolvimento das equipes, já pensando na Copa do

Mundo Feminina, que será sediada pelo Brasil, em 2027. Assim, até lá, os campeonatos de série A1 e A2 deverão ter 20 equipes nas competições (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2024).

Em títulos, existe uma supremacia paulista na competição. De 10 edições, 9 foram vencidas por equipes de São Paulo, sendo destas, seis títulos do Corinthians, dois títulos da Ferroviária de Araraquara, um título do Rio Preto e um título do Centro Olímpico. O único time de fora de São Paulo a conquistar a taça foi o Flamengo, do Rio de Janeiro, vencedor em 2016 (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2024).

Não foram só 42 anos de proibição, mas também muitos anos buscando fixação, apoio, reconhecimento e investimentos. Se somarmos todos os anos, o futebol feminino no Brasil é recente. A forma de competição, uma seleção própria, uniformes, salários, estruturas, transmissão, equidade e tantos outros aspectos são ainda mais recentes (HAAG, 2023).

Questões de Gênero no Esporte

Segundo uma pesquisa realizada pela marca esportiva Penalty, em 2023, cerca de 270 milhões de pessoas praticam o futebol, tornando-o o esporte mais praticado do mundo. De acordo com a FIFA, aproximadamente 90% desses praticantes são homens. Segundo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), 14 milhões de pessoas praticam o futebol no Brasil, sendo que somente 2 milhões são mulheres.

Beauvoir (2009) já destacava que o esporte é dominado por homens, de forma que reflete e reforça as desigualdades de

gênero. Além disso, as mulheres têm lutado por espaço, reconhecimento e igualdade dentro desse contexto. Os números de praticantes do sexo masculino, comparados aos do sexo feminino, expõem uma disparidade que possui elementos marcantes na história do futebol feminino, diretamente ligados ao gênero.

Essa disparidade ocorre porque se trata de uma construção social, na qual as normas e ações são aprendidas e incorporadas pelas pessoas por meio da reprodução. E isso não se limita apenas ao passado, pois características voltadas para a inferioridade do gênero feminino em relação ao masculino ainda perduram na contemporaneidade. E no futebol, isso é bem visível (SILVA, 2008).

Comumente, encontram-se comentários, tanto online quanto orais, de indivíduos que colocam o futebol feminino em uma posição de inferioridade. Discursos sexistas, misóginos, preconceituosos e machistas fazem parte, de forma recorrente, das reações quando um vídeo, um lance ou uma foto aparece retratando o futebol feminino. Esses comentários expõem ódio não apenas à modalidade, mas também às mulheres, colocando-as como de menor importância no esporte (ALMEIDA, 2024).

A diminuição das dimensões do campo, o tamanho dos uniformes, regras adaptadas, o embelezamento das atletas, preliminares de jogos masculinos, o direcionamento de verbas destinadas aos femininos para a melhora do masculino, entre outras, são algumas das colocações que se fazem presentes quando o futebol feminino é assunto. Qualquer pesquisa em rede social ou ferramenta de pesquisa é fonte para a confirmação desse fato (ALMEIDA, 2024).

Ao questionar o ambiente, a roupa, o trabalho como atleta, a aparência e até onde se encontram essas mulheres, percebe-se uma necessidade de controle sobre o gênero feminino.:

> Precisavam cumprir algumas condições estéticas, pois os dirigentes da FPF prometiam literalmente um campeonato bom e bonito, que unisse o "futebol à feminilidade". Assim, por exemplo, atletas de cabelos raspados foram barradas - a preferência era por moças de cabelos compridos; também havia um componente etário nas pré-condições, as atletas não poderiam ter mais de 23 anos para jogarem, provavelmente pelo fato das imagens das mais novas serem mais facilmente erotizáveis na mídia em geral (KNIJNIK & VASCONCELLOS, 2003, p.5).

Aplica-se isso à performance, na qual as apresentações são contínuas, ou seja, têm características associadas a um gênero específico, colocando como pauta gestos, linguagem, físico e, neste caso, o futebol. Pois, não obstante, o gênero não é algo orgânico, mas sim acontece por meio da construção social dos indivíduos, sendo performado constantemente, e ainda pode ser livremente interpretado. Ao se referir ao futebol, aliam-se inúmeros comportamentos variados que são internalizados conforme o passar do tempo. O futebol feminino, em relação ao gênero, é uma construção social que pode ser mudada (BUTLER, 2003).

Butler (2021) argumenta que o gênero não é algo inerente, mas sim construído por normas sociais e culturais. No esporte, essas normas são frequentemente reforçadas, categorizando atividades como "masculinas" ou "femininas", podendo a vir a ser desconstruídas.

Bonfim (2023), exemplifica também, que as representações midiáticas e culturais no esporte mostram como o corpo esportivo feminino é tratado pela mídia, muitas vezes reforçando estereótipos de gênero que desqualificam ou sexualizam as mulheres atletas. Não somente quando atletas, mas também na representação de comentarias, atletas, narradoras, jornalistas e demais profissões que se relacionem com o futebol. Um reflexo de um esporte que ainda é voltado ao público masculino e que ataca o futebol feminino apenas por relação de poder, o mais forte, o mais antigo ou o em maior número (FOUCAULT, 2005).

Leninskyj (2003) coloca:

> A habilidade esportiva dificilmente se compatibiliza com a subordinação feminina tradicional da sociedade patriarcal; de fato, o esporte oferecia a possibilidade de tornar igualitárias as relações entre os sexos. O esporte, ao minimizar as diferenças socialmente construídas entre os sexos, revelava o caráter tênue das bases biológicas de tais diferenças; portanto, constituía uma ameaça séria ao mito da fragilidade feminina. (LENKKYJ citado por ADELMAN, 2003, p. 448).

Quando o futebol feminino passa a ganhar proporções maiores, se torna pauta de debates jornalísticos, tem transmissões, público alvo, cifras significativas, patrocinadores, público nos estádios, engajamento e adesão, questões de gênero ainda voltam a ser pauta. O que ocorre por se tratar de uma desestabilização da estrutura estabelecida na sociedade, mantida por um domínio hegemônico do sexo masculino (PISCITELLI, 2009).

Futebol como plataforma de ação social sem deixar de ser lucrativo

Times como o Corinthians têm sido essenciais para a ressignificação do futebol feminino, garantindo não somente resultados esportivos, mas também mudanças sociais. Isso porque uma das justificativas aplicadas à falta de incentivo, falta de apoio e falta de adesão ao futebol feminino é sua rentabilidade, algo que a equipe do Corinthians desconstrói, tanto no campo quanto fora dele (SILVA, 2008).

A apresentadora, jornalista e comentarista Mariana Spinelli, da ESPN Brasil, falou no programa "Mina de Passe" sobre o quanto o futebol feminino ainda precisa se provar para ser valorizado como produto: "No masculino, você dá as melhores condições e depois exige resultados. No feminino, você exige resultados para, então, dar as melhores condições" (SPINELLI, MINA DE PASSE, 2024).

Isso porque, em 2024, o futebol do Corinthians Feminino arrecadou R$ 24,3 milhões em premiações, como negociações, patrocínios e bilheteria – um recorde na história da modalidade no clube e para o restante do Brasil e do mundo. Além disso, tem em sua trajetória financeira a quinta maior transferência do mundo, referente ao futebol feminino, a venda da atleta Tarciane para o futebol dos Estados Unidos da América, no valor de R$ 2,59 milhões. Algo que até recentemente não acontecia (MEU TIMÃO, 2024). Foi necessário dar melhores condições, melhores salários e mais estrutura para que o patamar de time vitorioso acontecesse.

A estruturação do Corinthians feminino fez com que o clube se tornasse referência da modalidade no Brasil e no mundo, vencendo praticamente todos os títulos que disputa. Além disso, o clube tem um grande número de atletas

convocadas para a Seleção Brasileira. Quando entra no mercado de transferências, as atletas optam por participar do projeto, que oferece estrutura física de centros e treinamentos, materiais iguais aos do time masculino, estádio e, algo que ainda é bem longe em alguns clubes, salários que atingem ou ultrapassam R$ 100.000,00 (MEU TIMÃO, 2024).

Em questão de mundo, hoje o Corinthians é considerado o 3º melhor clube feminino do mundo, apenas atrás das superpotências da modalidade, o Barcelona da Espanha, atual campeão da Liga dos Campeões, e o Lyon, da França, seis vezes campeão da competição. Isso mostra que o investimento feito em 2016 deu frutos e faz com que o futebol corintiano seja autossuficiente e exemplo mundial. Em números, o Corinthians tem quatro dos cinco maiores públicos em partidas de futebol no Brasil, colocando mais de 44 mil torcedores em seus jogos (MEU TIMÃO, 2024).

Autores como Scraton e Flintoff (2002) discutem como as mulheres no esporte utilizam sua visibilidade para confrontar desigualdades estruturais, Disparidade que ainda existe mesmo em equipes de sucesso, como o Corinthians. Em escalas menores, mas ainda presentes, que são notáveis.

Para Coakley (2004), o esporte é uma "microssociedade", no sentido de que os sistemas de poder, classe, raça e gênero são refletidos nos esportes e, ao mesmo tempo, podem ser questionados. O que o futebol pode refletir e, ao mesmo tempo, ter em mãos para transformar são as tensões sociais.

Nesta mesma linha, o Corinthians, como instituição esportiva, tem em sua história lutas contra diferentes opressões. Fundado em 1910 por operários e classes mais baixas, em um Brasil sempre voltado à elite, o clube é considerado popularmente como "clube do povo", diferindo dos demais times, com sua organização voltada às classes mais baixas. Na mesma linha

de enfrentamento, na década de 1980, uma campanha contra a opressão militar, que assolava o Brasil desde 1964, com a implantação do Regime Militar, a ditadura brasileira, tornou-se famosa. A "democracia corintiana", liderada por nomes como Sócrates, Wladimir, Casagrande e outros atletas do time da época, pedia a volta da democracia no Brasil. Comemorações de gols, faixas, declarações públicas em apoio à volta das eleições eram feitas pelos atletas, algo que até então não acontecia de forma tão aberta (SANTOS; ROCCO JUNIOR, 2017).

Este DNA de luta contra as opressões se faz presente na equipe feminina, dentro e fora de campo. A voz ecoa pedindo igualdade, respeito e o fim de todo e qualquer tipo de violência e discriminação. Com campanhas como "Respeita as Minas" e "As Brabas", que aparecem constantemente em jogos do Corinthians feminino, o intuito é articular o esporte com uma causa social, utilizando a popularidade do futebol para promover a conscientização sobre respeito e direitos das mulheres. Não afastando e, muito menos, prejudicando as finanças e o rendimento do time dentro de campo, mas sim gerando mais engajamento, seguidores, adeptos, apreciadores, patrocinadores e até mesmo torcedores de outros times que apoiam as causas (PISANI; KESSLER, 2022).

Campanhas realizadas pelo Corinthians Feminino e pelas atletas

Por meio da construção da memória, que se tem a aplicação das ideias, perdurando ao longo do tempo e sendo referência do passado para o presente, até mesmo como incentivo a um futuro glorioso. Essa glória é o auge de qualquer esporte: o

primeiro lugar, a medalha, a premiação, o troféu, são efeitos físicos e abstratos do sucesso na realização. Visa-se a competitividade e a sustentação do que se foi ou do que se é (FOSTER et al., 2011).

A história é marcada por conquistas, e times de futebol vencedores são lembrados e exaltados anos após seus feitos. No futebol feminino, isso não se difere. Aliado a isso, aplica-se o tamanho da equipe feminina do Corinthians e o espaço que ela adquiriu, vencendo, para dar voz a outros elementos que acompanham a mulher e atleta ao executar sua função de jogadora de futebol. Kessler (2020) descreve que a não aceitação do tradicional imposto pela sociedade é um ato de resistência: "Os atos de desobediência às normas de gênero e sexualidade demonstram que há mulheres que não aceitam passivamente a cisheteronorma, a naturalização do ideal de maternidade e/ou o casamento como parâmetros para guiar suas vivências" (KESSLER, 2020, p. 57-58).

O Corinthians Feminino, por meio de campanhas como "Respeita as Minas", em alusão ao Dia Internacional da Mulher em 8 de março de 2018, apresentou um projeto que oferecia entrada grátis para as mulheres nesse dia e meia entrada nos demais jogos do mês. Isso porque, em uma pesquisa realizada pelo próprio Sport Club Corinthians Paulista, mostrou-se que mais de 53% da torcida era composta por mulheres. Aliado a isso, a mobilização ainda propunha debates, palestras e cursos gratuitos para as sócias torcedoras, para que estas se aproximassem do time feminino e aderissem à iniciativa. O mesmo se tornou um lema, tanto dentro da torcida corintiana quanto para o futebol feminino, que constantemente se vê rodeado de casos de desrespeito à figura da mulher (CORINTHIANS FEMININO, 2019).

No mesmo ano de 2018, com o intuito de arrecadar patrocínio para o time feminino, o Corinthians lançou uma

camiseta para a equipe feminina com frases machistas em diferentes pontos do uniforme. Frases como "Futebol é coisa de macho", "Mulher é na cozinha e não jogando futebol", "Mulher não pode jogar futebol" e "Futebol feminino só vai ser bom quando acabar" estampavam locais da camisa (CORINTHIANS FEMININO, 2019).

Mesmo atuando ativamente e honrando a história de resistência, as atletas do Corinthians, por conta própria, realizaram, no ano de 2024, um protesto contra a contratação do técnico Cuca, acusado de estupro de uma jovem de 13 anos em 1987, quando atuava pelo Grêmio. As atletas atuantes pelo clube postaram em suas redes sociais: "Estar em um clube democrático significa que podemos usar a nossa voz, por vezes de forma pública, por vezes nos bastidores. 'Respeita as Minas' não é uma frase qualquer. É, acima de tudo, um estado de espírito e um compromisso compartilhado. Ser Corinthians significa viver e lutar por direitos todos os dias" (2023). Aliado ao forte apelo, juntamente com a adesão da torcida, o técnico pediu demissão do clube, após somente duas partidas disputadas como comandante da equipe masculina (CORINTHIANS FEMININO, 2024).

Em 2024, a atuação de resistência do Corinthians e suas atletas foi ativa, primeiramente em apoio às 19 jogadoras da equipe paulista do Santos que realizaram denúncias de assédio moral e sexual, por meio de cartas anônimas, contra o seu atual técnico na época, Kleiton Lima. O mesmo foi recontratado pela equipe santista, mesmo tendo sido acusado dos casos. Em jogo disputado entre Corinthians e Santos, que era comandado por Lima, as jogadoras corintianas entraram em campo com as mãos tapando boca, olhos e ouvidos, demonstrando que estavam sendo silenciadas, não eram ouvidas e não se estava vendo o caso como crime de assédio. O mesmo protesto se estendeu pelo

Brasil, e a camisa número 19 das equipes era mostrada ao público em alusão às 19 denúncias que não foram suficientes para a exclusão do técnico (CORINTHIANS FEMININO, 2024).

Ainda, após ganhar a maior competição feminina da América do Sul, a Conmebol Libertadores, pela quinta vez, as atletas corintianas voltaram a ser assunto na luta por reconhecimento e respeito do futebol feminino. Ao soar o apito final, todas as atletas e a comissão técnica do Corinthians postaram juntos um vídeo no qual deixam a comemoração em segundo plano e questionam elementos que fizeram parte da conquista: a mudança de sede em última hora (o torneio iria acontecer no Uruguai e passou a ser realizado no Paraguai, com apenas dois meses antes do início do torneio), falta de divulgação da competição, campos de futebol em condições ruins e aptos a lesões, liberação de apenas 20 atletas para serem inscritas, jogos de três em três dias, sem tempo para descanso, estádios sem público, proibição de aquecimento no campo do jogo e estruturas precárias. Ao final, as atletas pedem respeito para que assim consigam que o futebol feminino da América Latina cresça (CORINTHIANS FEMININO, 2024).

As campanhas realizadas pelo Corinthians Feminino e suas atletas acontecem, por vezes, no momento de glória, na hora em que a equipe se sagra campeã ou está para comemorar. As mulheres que estariam comemorando acabam por deixar isso em segundo plano para dar voz à causa de todas as outras mulheres. Simone de Beauvoir (2009) coloca: "Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados" (2009, p. 194).

> Embora possamos vislumbrar mudanças significativas no que tange aos papeis que homens e mulheres exercem na sociedade, está ainda

> carrega um forte ranço nas questões de gênero e poder, que orientam e engessam homens e mulheres em determinados modos de ser e que apresentam o gênero masculino como superior sinônimo de poder, força e potência (MAUX, 2014, p. 18).

Se tratando de futebol de mulheres, é necessário aceitar o princípio de que as conquistas das mulheres nunca são apenas conquistas individuais. Por detrás de cada uma delas existem outras tantas mulheres, dentro e fora de campo, que foram necessárias para que se chegasse ao patamar atual. De forma que, por mais que se tenha avançado na história das mulheres, tanto no âmbito do futebol quanto fora dele, ainda são necessárias várias ações para que se conquiste o espaço que lhes foi tirado pela proibição da sociedade em relação ao gênero feminino (ALMEIDA, 2023). O Corinthians tem tentado, com seu status, sua história e seus atos de resistência, contribuir para essa conquista.

Considerações finais

Outras campanhas mais, já fizeram parte das ações do time feminino do Corinthians, temas como racismo, homofobia, doação de sangue, doações, auxilio as famílias atingidas pelas chuvas no Rio Grande do Sul e tantas outras. Foram citadas algumas, que, por seu teor atingiram um maior grupo de pessoas e teve resultados constatados, como também respondeu a uma

porcentagem e críticos que fomentavam que "Quem lacra, não lucra"[118].

Nos últimos anos, o futebol feminino tem registrado avanços significativos, e o Corinthians emerge como um exemplo notável desse progresso. Enquanto diversas equipes ainda enfrentam dificuldades estruturais e financeiras, o clube paulista consolidou-se como uma potência global, alcançando a terceira posição no ranking da FIFA em 2023. Esse crescimento não se reflete apenas na conquista de títulos e premiações – como os expressivos R$ 13,5 milhões arrecadados na temporada de 2023 e R$ 14,73 milhões em 2024 –, mas também na construção de uma identidade forte, sustentada por uma torcida fiel e engajada com a equipe feminina. Além disso, o Corinthians se destaca por oferecer bons salários, projetos visando títulos e também por servir como uma base fundamental para a seleção brasileira, reforçando seu papel como referência na modalidade.

No entanto, apesar desse êxito, a equipe também enfrenta desafios internos, especialmente quando as posições individuais das atletas entram em conflito com os interesses do clube. Esse cenário evidencia o crescente processo de profissionalização do futebol feminino, no qual as jogadoras assumem um papel de maior protagonismo tanto dentro quanto fora de campo. Outro reflexo desse prestígio é o fato de o clube ter sido a casa do atual técnico da seleção brasileira feminina, o que reforça sua influência no desenvolvimento do esporte no país. Dessa forma, o Corinthians se estabelece como uma exceção dentro do futebol

[118] "Quem lacra não lucra" foi um bordão que ganhou destaque no ano de 2018, em grupos conservadores em critica a qualquer ato contra pautas de diversidade, inclusão e militança. Ao adotar esta postura, por empresas ou pessoas físicas, apregoava-se que estariam se afastando dos lucros.

feminino brasileiro, demonstrando que investimento, estrutura e engajamento da torcida são fatores determinantes para o crescimento e a valorização da modalidade.

Diante desse cenário, o modelo adotado pelo Corinthians comprova que o sucesso no futebol feminino está diretamente ligado a uma gestão estratégica e a um compromisso contínuo com a modalidade. O investimento em infraestrutura, a valorização das atletas e a construção de uma identidade sólida para a equipe não apenas impulsionam conquistas esportivas, mas também contribuem para a consolidação do futebol feminino como um mercado sustentável e em crescimento, viabilizando que se possam defender diferentes anseios, esportivos ou não.

Dessa forma, o Corinthians não só reafirma sua posição de referência no Brasil, como também se estabelece como um exemplo a ser seguido por outros clubes que buscam desenvolver a categoria com excelência e projeção global. E que militar por igualdade, respeito, melhores condições, projeção e incentivo não afetam o rendimento dentro de campo, mas sim, proporcionam novas ações que condicionam melhorias a vida da mulher, dentro e fora de campo.

Referencias

ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. *Revista Estudos Feministas*, v.12, p.445-65, 2003.

AGÊNCIA CORINTHIANS. *Mulheres corinthianas: essenciais na construção da história do Timão*. Disponível em: https://www.corinthians.com.br/noticias/mulheres-corinthianas-

essenciais-na-construcao-da-historia-do-timao. Acesso em: 13 fev. 2025.

ALMEIDA, Marília Guaragni de. Futebol de mulheres no Brasil: uma trajetória de luta. XVII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es. FURG, em Rio Grande, Rio Grande do Sul: 2023.

ALMEIDA, Marília Guaragni de. *Gênero e Interseccionalidade*. Uma conquista que ficou em segundo plano: a seleção espanhola feminina campeã do mundo 2023. Editora Fundação Fenix, Porto Alegre: 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.

BONFIM, Aira. Futebol feminino e cobertura midiática: padrões de gênero nas representações esportivas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 35, n. 4, p. 799-813, 2013.

_____. *Futebol Feminino no Brasil:* entre festas, circos e subúrbios, uma história social (1915-1941). São Paulo: Aira Bonfim, 2023.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero:* feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

COSTA, Leda Maria da. O futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 13, p. 493–507, 2017.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. CBF. *Futebol Feminino Brasileiro* - História. Disponível em:

https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/campeonato-brasileiro/feminino-a1/2024. Acesso em: 12 fev. 2025.

CORINTHIANS FEMININO. Vídeo. Instagram. 19 de agosto de 2024. [https://www.instagram.com/reel/DBUrtatOGhj/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. 23/12/2024.

FOSTER, W.; SUDDABY, R.; MINKUS, A.; WIEBE, E. *History as Social Memory Assets: the example of Tim Hortons*. Management & Organizational History, v. 6, n. 1, p. 101-120, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização de Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *Futebol feminino e a conquista de direitos no Brasil:* políticas públicas e a invisibilidade histórica. Cadernos Pagu, n. 30, p. 229-261, 2005.

HAAG, Fernanda Ribeiro. *"O futebol não foi profissional comigo, mas eu fui com ele"*: o futebol como trabalho para as mulheres no Brasil (1983-2023). 2023. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/T.8.2023.tde-29012024-140050.

KESSLER, Cláudia S.; COSTA, Leda Maria da; PISANI, Mariane da Silva. *As mulheres no universo do futebol brasileiro*. Santa Maria: Editora UFSM, 2020.

KNIJNIK, Jorge Dorfman & VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro (2003). Mulheres na área no país do futebol perigo de gol.

In: *Mulher e Futebol:* mitos e verdades (Org.) SIMÕES, A São Paulo: Manole, p. 165-175.

LENSKYJ, Helen. *Out of Bounds: Women, Sport and Sexuality*. Toronto: The Women's Press, 1986.

MAUX, Ana Andreia Barbosa. *Masculinidade à prova:* um estudo de inspiração fenomenológico-hermenêutico sobre a infertilidade masculina. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Nata, RN, Brasil. (2014).

MEU TIMÃO. *Corinthians Feminino em 2024 ultrapassa com folga valores de premiações de ano anterior*; veja. Disponível em: https://www.meutimao.com.br/noticias-do-corinthians/490749/corinthians-feminino-em-2024-ultrapassa-com-folga-valores-de-premiacoes-de-ano-anterior-veja. Acesso em: 13 fev. 2025.

MEU TIMÃO. *Esses fatores tornaram o Corinthians Feminino um sucesso indiscutível e referência absoluta no país*. Disponível em: https://www.meutimao.com.br/coluna/ana_paula_araujo/3299/esses-fatores-tornaram-o-corinthians-feminino-um-sucesso-indiscutivel-e-referencia-absoluta-no-pais/. Acesso em: 13 fev. 2025.

PENALTY. *Os 10 esportes mais populares do mundo.* Blog Penalty, 13 out. 2023. Disponível em: https://blog.penalty.com.br/2023/10/13/os-10-esportes-mais-populares-do-mundo/. Acesso em: 12 fev. 2025.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. (orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PISANI, Mariane da Silva; KESSLER, Claudia Samuel. As mulheres no Universo do Futebol brasileiro: resgatando o gênero.

Conexões, Campinas, SP, v. 20, n. 00, p. e022017, 2022. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8667753. Acesso em: 13 fev. 2025.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; ROCCO JUNIOR, Ary José. O "time do povo": Vantagem competitiva na construção e na manutenção da identidade de uma organização esportiva. *Estudios Históricos* – CDHRPyB- Año IX – Julio - Diciembre 2017 - Nº 18 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay.

SCOTT, Joan. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2).

SCRATON, Sheila; FLINTOFF, Anne. *Gender and sport*: A reader. Londres: Routledge, 2002.

SILVA, Simone Guedes da; KNIJNIK, Jorge Daniel. Futebol de mulheres no Brasil: entre sombras e (poucas) visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 131-142, 2008.

SOUZA, Edivaldo Goés. Os obstáculos enfrentados no futebol feminino no Brasil: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 223-240, 2018.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

PERDEMOS O TREM? OS IMPACTOS DA CRISE DO MODAL FERROVIÁRIO PARA O VALE DO RIO DO PEIXE

Marilize Radin Frattini
Doutoranda em História do PPGH UFFS-Chapecó e Professora de História da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Resumo
A chegada dos trilhos no Vale do Rio do Peixe projetou economicamente a região. O desenvolvimento socioeconômico constatado no território, na primeira metade do século XX, modificou a dinâmica das relações, transformou a paisagem e conferiu um caráter produtivo distinto de outras regiões brasileiras ligadas pelas ferrovias. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande contribuiu para a comercialização de grandes parcelas de terra e a efetivação do processo, definido pelo poder público como modernizador. A colonização, ancorada em políticas públicas e privadas, direcionou para o território um grande contingente de migrantes que, a partir da agricultura em pequenas propriedades, impulsionou a produção e o reinvestimento de capital, condicionando o desenvolvimento regional. A matriz produtiva nas pequenas propriedades passou a ser reordenada em função da existência de um modal moderno, que facilitava o escoamento de animais vivos, principalmente porcos, cereais e demais matérias-primas. Gradativamente, surgiram diversas indústrias ligadas ao setor e uma ampla rede de comércio. A ferrovia, enquanto meio para o escoamento da produção, desencadeou uma geoeconomia no local. A partir da década de 1970, no Vale do Rio do Peixe, o sistema ferroviário entrou em estagnação. A demanda do fluxo de mercadorias para o Sul e Sudeste do país não foi suprida pelo transporte rodoviário e os impactos procedentes da crise reverberaram na retração dos percentuais de desenvolvimento dos municípios beneficiados pela ferrovia. A crise do modal desencadeou transformações estruturais e socioeconômicas e o deslocamento do eixo econômico para outras regiões do Oeste como, por exemplo, Chapecó. Considerando o papel histórico que as ferrovias tiveram para o desenvolvimento, em todo o país, o artigo propõe

compreender os impactos socioeconômicos ocorridos no Vale do Rio do Peixe, decorrentes da crise do sistema ferroviário, em particular pelo processo de desativação da ferrovia São Paulo-Rio Grande. O enfoque temporal direciona para o período de 1970 até meados dos anos 2000, quando o modal é efetivamente desativado. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma ampla revisão bibliográfica, documentos públicos, acervos contábeis privados, jornais, Relatórios da Inspetoria Federal das Estradas e Relatórios da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.
Palavras-chave: Ferrovia São Paulo-Rio Grande; Vale do Rio do Peixe; crise do modal ferroviário; impactos socioeconômicos.

Introdução

A construção histórica da região sul do Brasil perpassa por análises de diferentes temporalidades, que abrigam realidades socioeconômicas, demográficas, da paisagem e culturais singulares. O início do século XX se apresentou para a fronteira em questão, um período de grandes modificações. Naquele contexto, o poder público, assim como a maior parte da intelectualidade, idealizava a construção de uma nação moderna, alinhada às potências capitalistas. Para tal, propunham a conquista dos "sertões atrasados" e "inóspitos" com o propósito de superar o abandono, incrementar o "progresso" e a propagação da "civilização". Boa parte do território do Sul do Brasil, com fronteiras ainda em litígio e terras consideradas pouco ocupadas, enquadrava-se nesse cenário.

Após a conclusão da ferrovia São Paulo Rio Grande, em 1910, e a assinatura do Acordo de Limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, em 1916, as terras do Oeste catarinense passaram por um processo de reocupação. Os grupos escolhidos para a tarefa de impulsionar o almejado processo civilizador foram os descendentes de europeus. A comercialização

dos lotes agrícolas, pelas empresas colonizadoras, conciliou os interesses públicos e privados e direcionou para a nova fronteira milhares de colonos, que imbuídos do ideal de constituir propriedade e ascender economicamente transformaram a paisagem.

Ficou evidente que a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande favoreceu a comercialização das terras e, sobretudo, dos produtos cultivados pelos colonos. O dinamismo econômico provocado pelas pequenas propriedades agrícolas e favorecido pela ferrovia é observado especialmente pela emergência de fábricas de máquinas e implementos agrícolas, da indústria moageira e do ramo frigorífico, que moldaram economicamente o território. "Foi com a construção da estrada de ferro e com a demarcação das terras feita pelas companhias colonizadoras que a região passou a ser ocupada de forma capitalista (GOULARTI, 2002, p. 109)".

No Vale do Rio do Peixe, até o limiar da década de 1970, impulsionada pela presença da ferrovia, a pequena propriedade agrícola, gerida e trabalhada pela família, constituiu um elo mercantil muito significativo. A dinâmica econômica assumida foi suficientemente capaz de gerar excedentes. Gradativamente, os investimentos foram ocorrendo, principalmente, no comércio e na indústria e a projeção da região, pela agricultura, foi sendo percebida nacionalmente. A partir deste período, o cenário sofreu profundas transformações. Um conjunto de interesses públicos e privados, conectados, modificou a dinâmica dos transportes e alterou de maneira significativa os vínculos econômicos com o centro do país.

Destarte, o artigo propõe compreender de que forma o Vale do Rio do Peixe foi impactado pela crise e posterior desativação da ferrovia São Paulo – Rio Grande. Torna-se relevante identificar as transformações econômicas e sociais ocorridas no período de 1970 até meados dos anos 2000, visto o território ter

sido projetado regional e nacionalmente, a partir desse sistema de transportes. Se a inserção da ferrovia no Vale do Rio do Peixe dinamizou a produção e polarizou municípios como Joaçaba, Piratuba, Videira e Caçador, como se estabeleceram as relações a partir de sua desativação, haja vista a deficiência do sistema rodoviário?

Ferrovias e integração nacional

No século XIX, as ferrovias foram consideradas uma verdadeira transformação para as relações capitalistas, em ascensão. Não apenas pelo aumento da velocidade tecnicamente possível das locomotivas, mas pela extraordinária extensão da construção de linhas de estradas de ferro. A sua rápida expansão na Europa e nos Estados Unidos modificou o viés político econômico e estimulou os deslocamentos de mercadorias, pessoas e comunicações. Existia um abismo entre os lugares acessíveis à tecnologia e o "resto", "atrasado". A "selvageria" do "Oeste selvagem" e a "Escuridão" do "continente escuro" eram ocasionadas, parcialmente, por esses contrastes (HOBSBAWN, 1979, p. 68-75).

No Brasil, a implantação do sistema ferroviário teve início na década de 1840, no entanto, foi somente na segunda metade de 1870 que a capacidade de expansão dos empreendimentos ferroviários foi notada. Para Martins e Caixeta Filho (1998, p. 79), a partir de 1891, a atração de investimentos privados nas malhas ferroviárias representou um impulso expressivo, porém sem critérios de alcance macroeconômicos. Existiam, segundo os autores, marcantes heterogeneidades técnicas e de eficiência nas diversas regiões do país.

Mesmo com contradições, em geral, as ferrovias impulsionaram o desenvolvimento e modificaram os territórios por onde elas passaram. No Sudeste, o sistema de transporte esteve intimamente conectado com a produção de café, o incentivo à imigração, o desenvolvimento urbano e posteriormente a industrialização do território. (INOUE, 2021, p. 25-27).

A rede ferroviária paulistana interligava as diversas regiões aos portos formando uma complexa rede. O capital financeiro, oriundo principalmente da produção cafeeira, favoreceu a formação de um sistema agroindustrial, no qual as ferrovias deixavam de ser simplesmente uma empresa de transporte para assumir uma relevância econômica, social e cultural.

Milton Santos (2002, p. 262) identifica essa organização como sendo potencializadora de dois aspectos intrínsecos:

> O primeiro está associado à sua forma e materialidade. Como toda a rede é uma infraestrutura que possibilita o transporte de matéria, energia ou informação, sua inserção no território determina uma topologia específica de seus pontos de alcance e acesso. O segundo aspecto compreende seu conteúdo, sua natureza. Por essa razão toda rede é também social e política.

Por esse olhar, no Brasil, é perceptível a importância atribuída ao modal enquanto ligação entre o interior e os portos. A complexa rede, conectando diversas cidades, facilitava a economia agroexportadora e transformava o país em uma referência na produção e no escoamento. No entanto, é importante salientar, que o sistema ferroviário se apresentava em uma perspectiva muito mais ampla. Além do fluxo até os portos, que favorecia o capital agroexportador, principalmente cafeeiro,

as relações geravam a interiorização dos serviços. "A estação ferroviária centralizava as relações de comércio e a circulação de pessoas. O telégrafo, os jornais e até mesmo as melhorias na assistência à saúde estavam relacionadas às facilidades proporcionadas pela presença da ferrovia (INOUE, 2021, p. 27)".

As características acertadas, nos ramais que conectavam o Sudeste brasileiro, igualmente podem ser evidenciadas na ferrovia que ligava o Vale do Rio do Peixe ao Sul e ao Sudeste do Brasil. Considerando o papel histórico atribuído às ferrovias, no que tange o desenvolvimento econômico, social e cultural, a ferrovia instalada no Oeste catarinense conciliou interesses de ordem privada, vinculados ao capital internacional e a necessidade por parte do poder público federal em direcionar para a região um modal progressista.

A ferrovia São Paulo- Rio Grande e a reocupação do território do Vale do Rio do Peixe

A construção da ferrovia que cortou a floresta ombrófila mista, nas terras contestadas, marcou profundamente a história da região Oeste de Santa Catarina (VALENTINI, 2015, p. 50). No Vale do Rio do Peixe, a presença da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, inaugurada em 1910, e as concessões de terra resultaram na expansão da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul, com o deslocamento de colonos. Ao reocuparem o território, instituíram uma dinâmica de produção capaz de projetar a região no cenário nacional, com o fornecimento de bens primários e industrializados.

A ferrovia São Paulo-Rio Grande, resume-se, segundo Goularti Filho (2009, p. 113), no elemento de introdução das relações capitalistas e de produção no Oeste. Para o autor, a ocupação do território, que se estendeu até os anos 1950,

> faz parte do movimento geral da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil. A ocupação do Oeste Catarinense não deve ser vista apenas do ponto de vista estratégico territorial para demarcar terras comandadas pelo Governo Federal. Terra é um recurso que incorpora valor, e se valoriza, portanto, fonte de acumulação capitalista.

No início do século XX, o país passou por uma projeção capitalista, ou seja, criou-se um mercado de trabalho e de terras. Para Boris Fausto (2011), essa modernização também deveria passar necessariamente pela melhoria no sistema de transportes, precário até então. Sob esse olhar, a ferrovia que cortava o Vale do Rio do Peixe possibilitou a estruturação de um novo sistema produtivo. As relações socioeconômicas a serem estabelecidas no território encadeavam o acúmulo de capital e o seu gradativo reinvestimento para a consequente inserção no cenário capitalista.

Gentil Corazza (2016, p. 67) destaca que além do motivo estratégico de ocupação de um território de fronteira, a ferrovia servia, sobretudo, o propósito de integração nacional, pois na passagem do Império para a República, o Brasil ainda era um país fragmentado, com muitos conflitos regionais, carente de investimentos, especialmente para desenvolver sua infraestrutura e fortalecer o mercado interno.

Segundo Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 139), fica evidente a formulação, por parte do poder público, de uma

política de terras ligada ao estímulo à colonização europeia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial, submetida aos interesses do capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras. Em contraste com o restante do país, a experiência ocorrida no Oeste catarinense assimilava a estrutura fundiária baseada na pequena propriedade. Constituiu-se em uma peculiaridade no desenvolvimento do capitalismo, mas foi suficientemente capaz de projetar a região no ideal modernista e progressista proposto pelo poder público federal.

O elemento essencial que contribuiu para a viabilização dessa política no Vale do Rio do Peixe, foi a presença da linha férrea entre União da Vitória, no Paraná e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. O projeto concluído em 1910, inseriu a região nas políticas econômicas nacionais. Para Goularti Filho (2009), "nos longínquos rincões do Oeste catarinense, o capitalismo também chegou de trem".

O memorialista José Waldomiro Silva (1987, p. 13), ao descrever a fronteira, também apresenta a ferrovia como "porta-voz do 'progresso' da região, antes 'despovoada e inóspita', sendo a sua construção responsável pelo desenvolvimento do Vale do Rio do Peixe". Esses predicados direcionariam a superação de um passado visto como atrasado e pautado nas características de subsistência das populações nativas e cederia espaço à produção mercantil, geradora de excedentes, em uma nova fronteira agrícola, ocupada pelo colono e interligada pelo trem.

> A estrada de ferro atraiu magneticamente grande número de colonos descendentes de alemães e de italianos do estado Rio Grande do Sul, facultando-lhes ainda a possibilidade de exportar os seus produtos, principalmente

> porcos e alfafa para São Paulo, que ficava a uma distância de 1000 quilômetros (WAIBEL, 1955, p. 403).

A necessidade de povoar esses novos espaços, "sertões atrasados" e "vazios", constituía-se em uma prioridade para as autoridades catarinenses, e a ferrovia se apresentava como a ferramenta de apoio para efetivar o processo. Essa preocupação pode ser observada nas narrativas públicas quando da criação da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura, e nos discursos proferidos anualmente pelo Ministério da Agricultura. As narrativas traziam implícita a compreensão de que a privatização da terra e a fixação do elemento branco tornariam possível o propósito modernizador ambicionado pelo governo.

> Pequenos cultivadores de trigo, aveia, centeio e cevada nos platôs Paranaenses, Catarinenses e Rio-grandenses. São todos soldados obscuros, mas heroicos dessa formidável batalha que estamos travando com a floresta e o deserto. Esse é o aspecto mais empolgante e dramático do Brasil contemporâneo (BRASIL. RELATÓRIO, 1922, p. 310).

É importante pensar que a ferrovia, enquanto elemento técnico na sociedade, alterou as condicionantes e consequentemente o espaço. Caio Prado Júnior (2014, p. 109) argumentou que "houve quem afirmasse que 'o caminho cria o tipo social'. Certo ou errado, uma coisa, entretanto, é sem dúvida verdadeira: a influência considerável que as comunicações e transportes exerceram sobre a formação do Brasil […]". Milton Santos (2002, p. 187) estabelece, no entanto, que não é apenas o objeto em si que tem a capacidade de provocar as mudanças, mas

apresenta-se como o instrumento da evolução. O novo modal representou, no período, o modo usual de produção e comercialização, constituindo a organização socioeconômica da região pelo viés capitalista.

As implicações da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande no que concerne à colonização e inserção no viés capitalista foi percebido, segundo Cristina Dallanora (2019, p. 57), já nos primeiros anos posteriores ao conflito do Contestado. A extração madeireira e a produção agrícola se tornaram as atividades econômicas mais lucrativas e o foco das transações mercantis.

Segundo relatórios da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, pelo trecho Porto União-Marcelino Ramos, ainda no início da década de 1920, a comercialização da madeira pelo modal superava 100 mil toneladas anuais. Esses índices foram acrescidos na década de 1940, quando a reocupação do espaço pela colonização favorecia a prática. No ano de 1947, por exemplo, 167.965 toneladas de madeira foram encaminhadas para os portos da região Sudeste e, de lá, para o exterior, facilitadas pelo meio de transporte público e de fácil acesso (KROETZ, 1975, p. 77).

Para Delmir Valentini e José Carlos Radin (2016, p. 22) a ferrovia, além de superar o antigo molde de transporte do Sul ao Centro do país, foi dando caráter progressista ao território próximo às suas margens, principalmente após o acordo Interestadual de limites. As transformações impactaram a região não apenas no que tange aos domínios territoriais, mas na superação dos grupos que ocupavam a fronteira, considerados atrasados e desqualificados para levar adiante a obra do progresso a partir da inserção de capital.

O surgimento de uma nova dinâmica de produção, aqui identificada pela presença da ferrovia e da propriedade privada,

resultou em inovações nas funções sociais e econômicas. A matriz produtiva nas pequenas propriedades passou a ser reordenada em função da existência de um modal moderno, que facilitava o escoamento de animais vivos, principalmente porcos e demais matérias-primas.

O dinamismo econômico alcançado pela produção, destinada ao comércio, via ferrovia, gradativamente retroalimentava a produção de excedentes e o surgimento de indústrias de equipamentos agrícolas, moinhos e frigoríficos (FRATTINI, 2024). Esse viés de desenvolvimento agrícola e industrial permaneceu em ascensão no período em que o modal ferroviário proporcionou facilidades e dinamismo de escoamento, principalmente integrando o Sul ao Sudeste.

Ferrovia São Paulo – Rio Grande e o desenvolvimento econômico

Muitos países, no século XIX, tiveram no ferroviarismo seu maior estímulo ao desenvolvimento. As ferrovias representaram uma alternativa ao transporte hidroviário ou mantiveram características de complementaridade. O modal assumia, nessa perspectiva, uma importância particular pela função de especialização regional e ainda por atender à expansão demográfica representada em algumas regiões.

No Brasil, o desenvolvimento do setor ferroviário passou por vários percalços. Na compreensão de Marcio Rogerio Silveira (2013, p. 28), a estruturação do sistema superando traçados incorretos e onerosos, serviços insuficientes e lucros abusivos (garantias de juros), de forma geral, favoreceu a organização estratégica do território e a agroexportação. Na mesma perspectiva de análise, as colocações supracitadas estão de acordo

com as observações defendidas por Ricardo Silveira Martins e José Vicente Caixeta Filho (1998). Em seus estudos sobre o papel das ferrovias no processo de desenvolvimento e inserção do Brasil no cenário capitalista, salientam que o modal representou um importante estímulo para a economia. Tanto o crescimento e a modernização da indústria quanto o escoamento da produção agrícola estiveram até a década de 1930 atrelados ao sistema.

O engendramento de novas políticas econômicas no país, a partir de 1930, favoreceu para que o transporte por estrada de ferro assumisse novas características. No Sudeste, a indústria passava a ter destaque e o nacionalismo econômico era uma realidade. Pela concepção do crescimento "voltado para dentro", as novas construções ferroviárias mudaram a orientação dos seus traçados. A ferrovia São Paulo-Rio Grande, que circunda o Vale do Rio do Peixe, foi construída da maneira longitudinal, fugindo da lógica exportadora da maioria das ferrovias sul-americanas que seguiam um traçado oeste-leste (CASTRO, 1980).

Segundo Marcio Rogério Silveira (2005, p. 29), o fator principal está na orientação econômica que cada uma dessas regiões assumiu e o seu atrelamento com o tipo de produto e o mercado que atendia. Com a produção de café, o Sudeste atendeu muito mais ao mercado internacional, e o Sul, com a policultura, serviu ao mercado interno. A política nacionalista instituída por Getúlio Vargas possibilitou a inserção da pequena produção mercantil nas relações capitalistas. Foi dessa forma que a região conseguiu colocar sua produção no mercado urbano e em industrialização do Sudeste.

No Vale do Rio do Peixe, essas relações deram origem a várias indústrias que expandiram a sua produção para outras praças do país. A ferrovia passou a atender o mercado regional

e nacional, gerando impactos socioeconômicos significativos e projetando o território na primeira metade do século XX.

É importante, como apontado anteriormente, ressaltar que o extrativismo da madeira para o mercado externo também impulsionou a dinâmica do modal ferroviário no Vale do Rio do Peixe. Delmir José Valentim (2015, p. 126) afirma que logo após a inauguração da ferrovia, subsidiárias da Brasil Railway Company passaram a atuar no ramo da exploração madeireira e de serraria. Essa configuração da dinâmica de escoamento de produtos pelo modal ferroviário confirma as análises de Marcio Rogério Silveira, na qual se identifica uma maior integração ferroviária no Sul, onde o modal passa a atender as principais regiões econômicas internas e secundariamente a exportação.

> Claro que as ferrovias, no Sul, foram construídas para atender também ao extrativismo e essas estradas geralmente tem o sentido longitudinal, ou seja, do interior para os portos e vice-versa. Entretanto, observou-se que nas regiões extrativistas não houve grande desenvolvimento econômico e social. Quando há esse desenvolvimento é porque houve uma combinação com uma pequena produção mercantil em ascensão (SILVEIRA, 2005, p. 32).

Rosa Maria Kalil (2012), ao abordar a temática das ferrovias enquanto elemento de integração regional, destaca que o modal que interligava o Rio Grande do Sul com o centro do país acelerou a aproximação física e econômica do território e a "homogeneização do espaço". Na percepção da autora, a região cortada pela ferrovia e as áreas de influência sofreram mudanças significativas frente a este fator modernizador, ligando o interior à capital e ampliando o mercado consumidor para os produtos

coloniais. Observando que a ferrovia passa por Passo Fundo, estende-se até Marcelino Ramos e encontra nesse ponto o tronco que passa pelo Vale do Rio do Peixe, entende-se que a configuração modernizadora evidenciada para a região norte do Rio Grande do Sul replica-se na mesma perspectiva no Meio-Oeste catarinense.

Com a mesma perspectiva de análise, João Carlos Tedesco (2015) avulta que o trem foi o indutor de um primeiro ciclo de modernização. Uma ferrovia interiorana, com forte conotação econômica fez emergir uma geoeconomia local. A sinergia econômica induziu gradativamente o surgimento de indústrias de máquinas e implementos agrícolas, moinhos, frigoríficos, madeireiras, serrarias, além de outros empreendimentos, que geraram um dinamismo regional.

As possibilidades ofertadas pela ferrovia direcionaram para que, no final da década de 1960, o Vale do Rio do Peixe assumisse uma posição de destaque na região Oeste de Santa Catarina. Vários munícipios apresentavam números significativos no que concerne à produção e à comercialização pelo modal ferroviário. Em 1967, ao comemorar o primeiro cinquentenário de emancipação, Joaçaba foi considerada uma das cidades mais promissoras do Estado. Os levantamentos realizados no período identificaram 57 indústrias, empregando diretamente 812 operários. Na mesma perspectiva, 295 estabelecimentos comerciais mantinham-se registrados e, aproximadamente, 13 mil pessoas encontravam-se ligadas diretamente ao setor agrícola (IBGE, 1960). O parque industrial do município figurava entre os quatro primeiros do Estado, sendo superado apenas por Blumenau, Joinville e Brusque.

Os números supracitados conferiam para Joaçaba o título de “capital do Oeste” e condiziam diretamente com o perfil

de arrecadação da Estação Herval, de onde partia grande parte da produção do município. Para o ano de 1967, os dados disponibilizados pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (QUEIROZ, 2016, p. 71) apontavam a Estação Herval com o maior recolhimento no Vale do Rio do Peixe e a quarta maior no Estado, demonstrando a intrínseca relação entre o desenvolvimento econômico e a disponibilidade do modal ferroviário.

As projeções positivas de escoamento ferroviário, apresentadas na década de 1960, no Vale do Rio do Peixe, no entanto, não ilustram a situação de decadência a que estavam condicionadas grande parte das ferrovias brasileiras. Ralph Mennucci Giesbrecht (2017) ao discutir sobre o "desmanche das ferrovias paulistas" destaca que o avanço da indústria automobilística, com carros e ônibus, e a maioria significativa das rodovias, em maior número e em boa parte asfaltadas, desencadearam uma crise, em maior ou menor medida, no sistema ferroviário brasileiro. "Nos anos 60 e 70 sumiram praticamente todas as ferrovias menores, aquelas consideradas deficitárias".

É importante observar que a partir de 1957 a administração ferroviária, no Brasil, ficou sob a responsabilidade da Rede Ferroviária Federal S.A. Nesse período, segundo Paul Singer (1987), houve um aumento do controle por parte do poder público em setores de infraestrutura visando um melhor planejamento do desenvolvimento econômico. A inovação tecnológica e a alteração nos processos produtivos decorrentes da expansão do mercado mundial, pós Segunda Guerra Mundial, desencadearam novas interações entre as diversas regiões do país. Essas transformações, segundo o poder público, seriam facilitadas pelo modal rodoviário.

A crise do modal ferroviário e os impactos percebidos no Vale do Rio do Peixe

Mesmo com a supressão de diversos trechos ferroviários e os incentivos para o escoamento rodoviário, no Vale do Rio do Peixe, ficou potente a importância da ferrovia para a manutenção da economia regional. Os relatórios apresentados anualmente pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e os dados constantes no Arquivo do 3° Distrito de Porto União corroboram com a análise, sendo alguns exemplos apontados abaixo.

Pelo trecho Porto União-Marcelino Ramos, administrado pela Companhia, no ano de 1940 foram escoados 40.542 animais vivos e o fluxo de mercadorias atingiu 163 mil toneladas. Se observarmos os dados para o ano de 1960, o comércio de animais reduziu para 15.126, no entanto, o fluxo de mercadorias superou as 375 mil toneladas. Esses dados evidenciam a transformação econômica ocorrida nos municípios do Vale do Rio do Peixe. É importante destacar que o envio de animais, que notadamente ocorria para o Sudeste do país, perdeu força quando na região surgiram os primeiros abatedouros e posteriormente os frigoríficos, que processavam a banha e demais subprodutos, sobretudo suínos. Esses produtos passaram a perfazer os dados relacionados as mercadorias escoadas pelo modal (REDE VIAÇÃO PARANÁ SANTA CATARINA, 1950-1960).

Se considerarmos os números indicativos da produção e do escoamento de cereais, as prerrogativas da importância que a ferrovia mantinha até o momento da sua desativação se tornam ainda mais latentes. Dados apresentados pelo IBGE (1956, p. 33-34), demonstram que, para o ano de 1940, o Estado produziu uma quantia superior a 11.500 toneladas de trigo. O município de Joaçaba, que assumia a primazia na produção do cereal, na região do Vale do Rio do Peixe, acumulou 5.526 toneladas. Na

década seguinte, os números saltaram para 107.500 toneladas na totalidade do território catarinense, sendo 25.454 apenas no município de Joaçaba.

Os dados divulgados pelo IBGE validam as informações referentes às transações comerciais pelo modal ferroviário. Os índices inventariados nos relatórios da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina demonstram que no ano de 1940, pelo trecho entre Porto União-Marcelino Ramos, 7.583 toneladas de trigo foram comercializadas para o Sul ou Sudeste do país. Em 1950, mais de 13.100 toneladas do cereal mantiveram as arrecadações das Estações com saldo positivo. Os números corroboram com a manutenção da tríade produção-comercialização-projeção socioeconômica, mesmo que na década de 1960 a crise do sistema ferroviário já impacte diretamente as transações. Pelo modal, nesse período, a comercialização de trigo superava 18.650 toneladas e a oferta insuficiente de vagões indicava dificuldades.

> Embora o município de Joaçaba esteja praticamente ligado ao Norte e ao Sul do país através da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, que tem Estação no vizinho município de Herval do Oeste, ser atendido somente duas vezes por semana, para suas necessidades, é insuficiente (QUEIROZ, 2016, p. 125).

Essas dificuldades também eram observadas no setor industrial. A produção referente as 57 indústrias que o município de Joaçaba mantinha em 1966, bem como o fluxo de cargas do Frigorífico Pagnoncelli, em Herval d´Oeste, possuía como ponto de partida a Estação Herval. Após serem carregados nos vagões, os produtos seguiam para diversas regiões do Brasil e para o exterior. No entanto, as deficitárias condições já identificadas no

modal exigiam, com frequência, que vagões extras fossem requisitados para o escoamento das máquinas agrícolas, implementos e os produtos frigorificados (FRATTINI, 2024).

A redução da extensão das linhas e trens circulando, percebidos no Vale do Rio do Peixe, foi resultado da defasagem dos investimentos que vinham ocorrendo desde meados da década de 1950. A política de industrialização substitutiva dos bens de consumo duráveis, sob o comando da indústria automobilística promoveu uma "radicalização" pelo rodoviarismo, que impactou diretamente as regiões dependentes do modal ferroviário (PIZZO, 2024, p. 2).

Os empecilhos diretos envolvidos na reestruturação do sistema de transportes de mercadorias estavam relacionados, principalmente, na deficiência de rodovias que ligassem o Oeste às demais regiões do Estado e com o restante do país.

> Ressente-se, ainda, e grandemente, de estradas assaltadas, mais precisamente da BR-282 "asfaltada", que ligue como a exigir as atuais condições da vida moderna, a todos os centros do país, especialmente ao Oeste e Litoral do Estado, permitindo a circulação fácil e cômoda de sua grande produção. [...] o município é servido por uma rodovia federal (BR 282), com 22 km de extensão e quatro estaduais, [...] sendo que duas delas possuem tráfego temporário (QUEIROZ, 2016, p. 125).

Arthur Andreani (2022) destaca que no ano de 1968, um diagnóstico publicado pela Divisão de Estudos Econômicos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) expunha pontos críticos que impactavam diretamente na manutenção da hegemonia de determinados municípios do Oeste, a exemplo os pertencentes ao Vale do Rio do Peixe.

Segundo o autor, a região apresentava sérios problemas na disponibilidade de energia e comunicações, no entanto, o setor de rodovias era considerado como grande "ponto de estrangulamento" da região.

Em um comparativo referente aos dados identificados nos Relatórios da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina é possível perceber as transformações acarretadas pela crise do modal ferroviário no Vale do Rio do Peixe. Como identificado anteriormente, no ano de 1967, a Estação Herval mantinha a quarta maior arrecadação entre as estações do Estado, no entanto, na década seguinte, o sistema de transporte de passageiros entrou em falência, e o de cargas mantinha poucos embarques semanais.

Na mesma perspectiva de análise, podemos observar o relato referente ao fluxo de cargas na Estação Perdizes, no atual município de Videira, na década de 1970. O modal oferecia condições de vincular o território ao Sul e ao Sudeste, e a partir das relações comerciais sustentar a hegemonia econômica regional.

> [...] composições que se originavam do Rio Grande do Sul, da região de Passo Fundo eram responsáveis por abastecer com grãos às indústrias Perdigão, Sadia e diversos moinhos. [...] No sentido Porto União-Marcelino Ramos eram recebidos trens com tríplex G-22 puxando diversas mercadorias, como cimento, areia, grãos oriundos do Estado do Paraná e muitas vezes importados, como milho dos EUA, para abastecer as agroindústrias da região (STRADIOTTO, 2008).

As informações supracitadas corroboram com a prerrogativa de que a ferrovia se apresentava como principal elemento na dinâmica de produção e, por conseguinte, na condição socioeconômica mantida pelos municípios. Também direcionam para a compreensão de que a sua falência gerou impactos diretos na geoeconomia local. A crise do modal ferroviário, no final do século XX, reverbera para um processo de "perda" de visibilidade econômica e de transformações estruturais.

No Vale do Rio do Peixe, a ferrovia constituída no início do século XX, além de um elemento modernizador no sistema de transporte estimulou a colonização. A grande cobertura demográfica seguindo o traçado ferroviário possibilitou um crescimento vertiginoso dos municípios. A crise do modal e a escolha pelo rodoviarismo também modificaram a estrutura populacional e conduziram para a transferência da hegemonia econômica e social até então sustentada. Os municípios que passaram a observar um maior desenvolvimento rodoviário também receberam um fluxo populacional em maiores proporções. Um exemplo pode ser evidenciado ao comparar os munícipios de Joaçaba e Chapecó, emancipados no mesmo ano. Segundo dados apontados pelo IBGE, em 1960, a população absoluta de Joaçaba era de 34.088 pessoas, enquanto o município de Chapecó, que ainda mantinha grande parte do território original, apresentava um índice populacional de 52.089 pessoas. Ao verificar os números disponibilizados pelo IBGE, em 1980, percebemos que Joaçaba reduz sua população absoluta para 24.717 pessoas, enquanto Chapecó alcançava o índice de 83.768 pessoas (IBGE, 1982).

É notório que os municípios do Vale do Rio do Peixe se destacaram economicamente pela produção agrícola. Até o final da década de 1960, a triticultura foi notada como a atividade

econômica que sustentava o status de notoriedade nos municípios. No entanto, o acréscimo de aproximadamente 23 mil toneladas na produção de milho, entre as décadas de 1940 e 1950, remete à necessidade de alimento para a ascendente criação de suínos e a expansão frigorífica e justifica a descendente na produção do trigo (IBGE, 1956).

Sob tal perspectiva, é proeminente observar que uma série de fatores podem ser evidenciados como motivadores pelo deslocamento da referida hegemonia até então mantida pelos municípios, especialmente Joaçaba. A crise tritícola e a mudança estrutural na produção frigorífica foram elementos importantes para o encolhimento econômico dos municípios. É evidente que processos globais passaram a interferir na economia regional de maneira mais intensa, reduzindo o poder de decisão do empreendedorismo local, no entanto, a redução do comércio pela via férrea foi entendida como o principal fator para a condição de declínio.

Dessa forma, retomamos a questão relacionada ao modal ferroviário enquanto dinamizador da economia. A compreensão da sua decadência, atrelada a razões econômicas, políticas, administrativas e geográficas, torna-se a ferramenta para perceber de forma mais efetiva como se processaram as novas relações econômicas no território, a partir da década de 1970.

Há, portanto, uma estreita relação entre a projeção dos municípios e a presença da ferrovia. Tratar da operacionalização da ferrovia é necessariamente falar da expansão dos territórios, e a sua falência incide de modo direto nas dinâmicas de produção, comercialização e desenvolvimento. Compreender o papel desempenhado pela ferrovia e os impactos decorrentes de sua desativação, sempre permeados pelo diálogo entre o conhecimento produzido e as fontes levantadas ainda carece de

investigação. É importante questionar, por exemplo, se no limiar dos anos 2000, a realidade econômica, social e cultural dos municípios poderia ser distinta, se, ao invés da desativação, a ferrovia houvesse passado por um processo de modernização.

O trabalho, incipiente, mostrou um potencial tema a ser aprofundado, uma vez que pesquisas relacionadas ao dinamismo ocasionado nas pequenas propriedades agrícolas e o escoamento da produção garantido pela Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande são comumente observadas no meio acadêmico, no entanto, os impactos socioeconômicos desencadeados nos munícipios que faziam uso desse modal, quando da sua desativação, ainda são pouco discutidos. Compreender o papel que a ferrovia desempenhou no processo histórico de desenvolvimento do território torna-se tão importante quanto o entendimento das políticas de substituição pelo modal rodoviário, os impactos na economia dos municípios que compõem o Vale do Rio do Peixe e a perda de visibilidade frente a outros municípios do Oeste Catarinense

Referências

ANDREANI, Artur Carpenedo. O desenvolvimento de Chapecó nos anos de 1960: construindo as bases da "Capital do Oeste". *In*: SILVA, Marco Antônio; KOLIN, Paulo José (Org.). *Terra e Poder*: vivências e lutas sociais no campo. Passo Fundo: Acervus, 2022, p. 181- 207.

CASTRO, Antônio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 3 ed, v. 2, 1980.

CORAZA, Gentil. Traços da formação Socioeconômica do Oeste Catarinense. In: CORAZA, Gentil; RADIN, José Carlos (Org.). *Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos*. Florianópolis: Insular, 2016, p. 59-90.

DALLANORA, Cristina. *Conflitos no Ex-Contestado:* coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira. (Tese). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil.* 2 ed., 4 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

FRATTINI, Marilize Radin; RADIN, José Carlos. *De Cruzeiro a Joaçaba*: colonização e implicações socioeconômicas. Passo Fundo: Acervus, 2024.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *O desmanche das ferrovias paulistas (1945-2017)*. São Paulo: [s.n.], 2017.

GOULARTI FILHO, Alcides. *A formação Econômica de Santa Catarina*. Ensaios FEE. Porto Alegre, V 23, n°2, p 977- 1007, 2002.

GOULART FILHO, Alcides. A estrada de ferro São Paulo Rio Grande na formação Econômica regional em Santa Catarina. *Geosul*. Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 103- 128, Jul./dez. de 2009.

HOBSBAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2 Ed., 1979.

INOUE, Luciana Massami. *O papel das ferrovias na formação do território Paulista:* o caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e suas vilas ferroviárias. Revista Mosaico, PUC – GO, v. 14, p. 22- 35, 2021.

KALIL, Rosa Maria. *Passo Fundo e o processo de integração Regional:* a questão ferroviária. Passo Fundo: Anais do Seminário de História da cidade e do urbanismo, 2012.

KROETZ, Lando Rogério. *As estradas de ferro de Santa Catarina 1910 - 1960*. Dissertação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1975.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado:* a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MARTINS, Ricardo Silveira; CAIXETA FILHO, José Vicente. *O desenvolvimento do sistema de transporte:* auge, abandono e ativação recente das ferrovias. Passo Fundo: Teoria de evidência Econômica, Vol. 6, n. 11, 1998.

PIZZO, Maria do Rosário Rodrigues. *Atual quadro das ferrovias brasileiras:* problemas e perspectivas. Textos para discussão. Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística, n. 1, v. 5. Florianópolis: abr. de 2024.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira; A questão agrária no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

QUEIROZ, Alexandre Muniz de (org.). *Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba*. 2 ed. Joaçaba: [s.n.], 2016.

RUCKERT, Aldomar A. *A trajetória da Terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul*: 1827-1931. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SEGNINI, Liliana R. Petrili. *Ferrovia e ferroviários*: uma contribuição para a análise do poder disciplinar na empresa. São Paulo: Editora Autores Associados: Cortez Editora, 1982.

SILVA, José Valdomiro. *O Oeste Catarinense:* Memórias de um pioneiro. Florianópolis: 1987.

SILVEIRA, Márcio Rogério. *Transporte Ferroviário no Brasil:* da reestruturação da década de 1990 as Parcerias Público-Privadas. Geosul, Florianópolis, v. 20, n.39, p.29-42, jan./ jun. de 2005.

SILVEIRA, Márcio Rogério. *A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil*. Tese. São Paulo: UNESP, 2013.

SINGER, Paul. *O capitalismo:* sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

TEDESCO, João Carlos. *A Gare e o Trem em Passo Fundo:* Sinergias Econômicas – 1898 - 1978. Porto Alegre: EST Edições, 2015.

VALENTINI, Delmir José. *Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado.* Porto Alegre: Letra e Vida, 2015.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. Fronteira Sul: dos "espanhóis confinantes" à Mesorregião Região Fronteira Sul. *In*: CORAZZA Gentil; RADIN, José Carlos (Org.). *Fronteira Sul*: ensaios socioeconômicos. Florianópolis: Insular, 2016, p 13-32.

WAIBEL, Léo. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 17, n.4, out/dez.1955, p. 403.

Fontes

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Conselho Nacional de estatística**.** *Aspectos da economia agropecuária - 1940/1950*: Região Sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1956.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). VII Recenseamento Geral do Brasil. *Censo comercial e dos serviços.* Série Regional. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Vol. 4, Tomo IX. Departamento de Censos, 1960.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). IX Recenseamento Geral do Brasil. *Censo Demográfico – 1980*. Série Regional. Santa Catarina. Vol. 1, Tomo IV. Rio de Janeiro: Departamento de Censos,1982.

SANTA CATARINA**.** *Relatório*. Exercício de 1942. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

Estações ferroviárias do Brasil. Estação Perdizes. Paulo Stradiotto, julho de 2008. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/videira.htm Acesso em: 03/05/2024.

REDE DE VIAÇÃO PARANA-SANTA CATARINA. *Relatório*. Relatórios apresentados ao Exmo. Sr. Inspetor Federal das Estradas, pelo Engenheiro Fiscal nos anos de 1925-28 e 1930- 33. Curitiba.

REDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA. 3° Distrito (Porto União). *Relatório*. Relatório apresentado ao Diretor Superintendente da Rede de Viação Paraná-Santa

Catarina, pelo Engenheiro residente Chefe do Distrito, nos anos de 1950-60. Porto União.

BRASIL. *Relatório Governo Federal*. Relatório apresentado ao Presidente da República Epitácio Pessoa pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil: 01 de Setembro de 1920. Rio de janeiro: Tipografia estatística, 1922.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

IMPRENSA E REVOLUÇÃO: TEORIA DA REVOLUÇÃO CONTINENTAL NAS PÁGINAS DE EL POPULAR

Mateus Fiorentini
Doutorando em História pelo PPGh-UPF
e professor de História

Resumo
O presente trabalho tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento dos estudos relacionados à História da Imprensa na América Latina, a partir da experiência uruguaia. Ao longo da produção deste artigo identificou-se que esta área de estudos, em especial no que tange à imprensa operária do Uruguai, não avançou no mesmo ritmo que o conjunto da produção historiográfica. Ao mesmo tempo, este campo de investigação apresenta um amplo espectro de possibilidades para os historiadores. Assim, procurou-se chamar a atenção para o papel destacado dos periódicos ao longo da história uruguaia e sua contribuição para os debates relativos à identidade nacional do país. Revisar algumas das produções existentes sobre o assunto, ao mesmo tempo que indicar algumas temáticas possíveis para futuras pesquisas historiográficas. Para isso, buscou-se apoiar a observação da relação entre História e imprensa no Uruguai a partir da concepção da professora Tania de Luca e das contribuições de Elias Palti. As perspectivas dos autores permitem compreender a complexidade dos discursos políticos e sociais presentes nos periódicos e o papel social que desempenharam em seus respectivos contextos históricos.
Palavras-chave: História e imprensa; Uruguai; imprensa operária; América Latina

1. História e Imprensa: em busca da batida perfeita

A relação entre jornalistas e historiadores, ou da imprensa com a História, está marcada por ruídos e inúmeras polêmicas entre as áreas. Em grande medida, essas contendas

decorrem do papel jogado pelos meios de comunicação. Contudo, pode-se dizer que o desenvolvimento de uma historiografia dedicada à análise dos meios de comunicação, seja enquanto fontes ou como objetos de pesquisas, permitiu atenuar essas controvérsias e promoveu uma aproximação entre as duas áreas. Entretanto, persistem debates e tensões a serem superadas, de ambos os lados, para que seja possível explorar todas as potencialidades que esse diálogo pode oferecer à historiografia ou ao jornalismo.

Um dos elementos que merece ser destacado nessas discussões se refere à produção historiográfica desenvolvida por jornalistas, que entrelaçam a pesquisa e a escrita jornalística com temas históricos. Nestes casos, a atuação do profissional da comunicação, que se apoia em fontes e busca revelar fatos camuflados pelos interesses político-ideológicos em torno das disputas de poder, encontrou coincidências com a atividade do historiador e foi interpretada como sinônimo de investigação científica. A ampla aceitação de obras de cunho histórico produzida por jornalistas, campeões de venda em muitos casos, tem estimulado o antagonismo entre historiadores e jornalistas. Enquanto os segundos, em muitos casos, ganham exposição e visibilidade em virtude de seus estudos, que adquirem status de ciência, os primeiros veem seus trabalhos lidos apenas pelos seus pares e enfrentam o baixo interesse da população pela disciplina, de modo geral. Assim, durante muito tempo foi comum que historiadores mantivessem uma visão depreciativa frente aos trabalhos desenvolvidos por jornalistas, vistos como não científicos. Para estes, a verdadeira pesquisa científica seria aquela desenvolvida apenas por historiadores profissionais. Embora essa perspectiva ainda esteja presente entre boa parte dos historiadores, e não deve ser refutada, é possível identificar o reconhecimento crescente do papel que inúmeros jornalistas jogam,

principalmente no que diz respeito à divulgação científica e a popularização de debates sobre temas históricos. Sem recair sobre generalizações superficiais, é preciso reconhecer a qualidade e as contribuições importantes que algumas dessas pesquisas, desenvolvidas por jornalistas, deram à própria historiografia. Assim, ao mesmo tempo em que esses profissionais ajudam a disseminar o conhecimento histórico e contribuem para uma identificação maior da sociedade com a disciplina, tem sido crescente a busca, por parte de historiadores, pela incorporação de técnicas de jornalismo em seus trabalhos, sobretudo quanto aos padrões de escrita. Entretanto, sem aludir a elitismos nem academicismos de nenhuma ordem, deve-se registrar que cada disciplina possui sua própria dinâmica, conforme afirma a historiadora Tânia Regina de Luca,

> Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa (LUCA, 2008. p. 119).

Ainda assim, é fundamental estar alerta para evitar a

reprodução de visões preconceituosas acerca da produção do conhecimento, pois devemos considerar uma gama bastante ampla de personagens que desenvolveram relatos históricos importantes mesmo sem ser historiadores de formação. No contexto das independências nas Américas, espanhola e portuguesa, bem como no processo de construção das nações sul-americanas durante o século XIX, lideranças políticas, militares, jornalistas e profissionais de distintas áreas se ocuparam do trabalho de elaboração de relatos históricos que tiveram papel central na construção de identidades nacionais, políticas e sociais. Ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar as contribuições ao conhecimento histórico e social desenvolvidos pela cultura popular, movimentos sociais e grupos não vinculados ao mundo acadêmico de maneira geral.

Porém, a influência do positivismo sobre as ciências sociais, a partir da segunda metade do século XIX e começo do século XX, fez com que os jornais não fossem vistos como fontes confiáveis para uma historiografia que estava

> [...] associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a

> recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2008. p. 111-112).

Embora aqueles intelectuais ligados ao movimento operário - em especial anarquistas, socialistas e comunistas - já questionassem essa lógica, ainda no século XIX um marco fundamental para o questionamento ao positivismo se deu a partir do surgimento da Escola dos Annales. Ao refutar o caráter estático, linear e elitista da corrente fundada por Augusto Comte, a principal característica destes historiadores residiu na defesa da interdisciplinaridade da produção de conhecimento histórico. A partir daí se identifica um olhar mais atento para os meios de comunicação, ainda que "não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo" (LUCA, 2008. p. 112), conforme afirmou a professora da UNESP Tania de Luca.

Como já dito anteriormente, o grande debate que marcou a história da imprensa durante o século XX girou em torno de uma suposta objetividade ou seu caráter tendencioso. Assim, com o status de neutralidade que se atribuiu aos jornais, inúmeros historiadores da primeira metade do século XX passaram a apoiar suas pesquisas em fontes oriundas de periódicos impressos compreendendo que o conteúdo difundido em suas páginas representava relatos fidedignos da realidade. Em grande medida, como alertou Tania de Luca, as narrativas expostas nos jornais funcionavam como instrumentos legitimadores de posições apriorísticas. Para a autora de História dos, nos e por meio dos

periódicos, publicado pela editora Contexto no ano de 2008, "corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade." (LUCA, 2008, p. 121). Daí a necessidade de "historicizar a fonte" (LUCA, 2008, p. 121) levantada pela pesquisadora mencionada acima, "o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos." (LUCA, 2008, p. 121). Assim, as idealizações em torno de uma suposta neutralidade da narrativa jornalística se desmancharam no ar.

Dessa maneira, a perspectiva que respaldou a existência de uma hipotética objetividade da imprensa deu lugar à desconfiança em relação aos periódicos, sobretudo por parte de grupos políticos e sociais de postura contra-hegemônica que afloraram ao longo do século XX, especialmente após a II Guerra Mundial. Esses setores denunciavam o que identificou-se como mídia tradicional por serem porta-vozes da visão de mundo das classes dominantes e instrumentos estratégicos para a constituição de ideias hegemônicas. Em alguns casos, atribuiu-se à imprensa o papel de um "quarto poder" (ECO, 1998, p. 22). Assim, de maneira geral, com a obsolescência da ideia de neutralidade da imprensa, passou-se a entender que os "jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita." (LUCA, 2008. p. 115).

Porém, a constituição desse entendimento resultou de um amplo processo de renovação historiográfica que inclui o amadurecimento da Escola dos Annales através de suas segunda e terceira gerações incorporando novas temáticas de análise.

Deve-se mencionar, igualmente, a renovação do marxismo, especialmente a partir do que se convencionou chamar de *marxismo inglês*, em torno dos trabalhos de Eric Hobsbawm, Perry Anderson e Edward Thompson. Estes autores apresentaram para os estudos em torno do marxismo elementos relativos à cultura popular, mentalidades e identidades dos operários, "trouxeram ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência." (LUCA, 2008, p. 113-114). Essa atualização historiográfica permitiu a proliferação de estudos tendo a imprensa como objeto ou fonte de pesquisas, principalmente no que tange o pensamento e práticas dos grupos sociais e políticos. No caso brasileiro, por exemplo, a partir da segunda metade do século XX, o papel da imprensa no contexto da independência e da formação da nação, assim como no processo de instauração da república, passou a ser alvo de pesquisas que buscavam analisar as ideias e projetos das classes dominantes. Por outro lado, a imprensa operária, entre as décadas de 1970 e 1990, foi tema de importantes pesquisas acerca do mundo do trabalho e da visão de mundo dos trabalhadores. Segundo Tania de Luca,

> sob o influxo das renovações da disciplina, a atenção ampliou-se para além do movimento organizado com o acréscimo de questões sobre gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiências e práticas políticas cotidianas, formas de lazer e sociabilidade, produção teatral e literária, a imprensa operária continuou a ser um manancial imprescindível, ao lado dos depoimentos orais, das fontes judiciais e dos arquivos policiais, os últimos só mais recentemente abertos aos pesquisadores,

> caso do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro e Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (LUCA, 2008, p. 119-120).

Neste contexto de atualização de temáticas de estudo, principalmente a partir da década de 1970, a História Política voltou a ocupar espaço de destaque nas pesquisas históricas. Este ramo havia perdido protagonismo, sobretudo após a II Guerra Mundial e o fortalecimento da Escola dos Annales, uma vez que estava muito associada ao positivismo. No entanto, neste cenário os trabalhos dos historiadores passaram a abordar a questão política enquanto síntese das disputas de poder, assim como as distintas formas de legitimá-lo política, moral ou juridicamente. Ciro Flamarion Cardoso (CARDOSO, 1997) afirmou que esse processo permitiu romper com as visões tradicionais acerca da política ao mesmo tempo em que fortaleceu perspectivas culturalistas do poder, em especial a partir das pesquisas desenvolvidas por Michel Foucault e Derrida. É importante destacar, também, o movimento que denominou-se giro ou "virada linguística" (LUCA, 2008, p. 116), que trouxe para a arena das pesquisas historiográficas a análise dos discursos, dos conceitos, das linguagens políticas, entre outros. A partir disso, novos ramos de atuação para os historiadores originaram-se em torno da História das Ideias, História dos Conceitos e o que identificou-se como História Intelectual. Elias Paltí, professor da Universidade de Quilmes na Argentina e importante referência dos estudos referentes à História Intelectual Latino-americana, reivindica "el carácter plenamente histórico (contingente) de las formaciones discursivas." (PALTÍ, 2007, p. 301). Para o autor (PALTÍ, 2007, p. 300), "El objetivo último de la historia intelectual sería, pues, entender no qué dijo cada autor, sino cómo fue

posible para éste decir lo que dijo en un contexto determinado", "e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem" (LUCA, 2008. p. 117).

Seja no âmbito editorial e nas análises de conteúdo ou dos discursos, a aproximação entre História e imprensa foi uma marca desse cenário de renovação historiográfica que posicionou a imprensa como uma ferramenta central para a análise de discursos e conteúdos que expressam convicções políticas ou ideologias sociais. Diante disso, é possível identificar, de maneira geral, o crescimento das pesquisas que têm os periódicos como fonte ou objeto. Contudo, ao observar o desenrolar desse processo no que tange à historiografia latino-americana, especialmente a uruguaia, é possível constatar particularidades em relação ao contexto geral. Os impactos dessas mudanças e o desenvolvimento de pesquisas relativas à imprensa e demais periódicos, em especial nos estudos sobre a imprensa operária, serão abordados no tópico seguinte.

2. História e imprensa na América Latina, uma experiência uruguaia

Assim como afirmou-se anteriormente, a imprensa exerceu, e segue exercendo, papel estratégico para a construção de identidades políticas, sociais e culturais. Na América Latina não foi diferente, os primeiros impressos já circulavam pela região ainda no final do século XVIII, contudo, foi durante o século seguinte, no contexto das independências das colônias ibéricas no continente, que os jornais assumiram maior protagonismo. Durante o processo de constituição das nações latino-americanas e a modernização de sentido capitalista, vivido pela região no

final do século XIX e princípios do XX, os órgãos de imprensa converteram-se em importantes atores na disseminação de propostas acerca dos destinos dos países. Dessa maneira, os impressos transformaram-se em porta-vozes dos projetos políticos de grupos hegemônicos e contra-hegemônicos, assim como sustentaram ditaduras e movimentos subversivos. Por isso, os estudos acerca da imprensa adquiriram papel importante no último período, ainda que mais tímidos em relação ao conjunto da historiografia em âmbito global. Diante disso, neste tópico lançaremos nosso olhar para a relação entre História e imprensa a partir da experiência uruguaia, bem como a produção historiográfica sobre o tema, em especial sobre a história operária e comunista, no país. Com isso, pretende-se identificar o acúmulo produzido pela historiografia até o momento, apontar lacunas existentes e indicar possíveis pesquisas a serem desenvolvidas nesta área. Em sintonia com o cenário geral, a proliferação de impressos no Uruguai coincide com o processo de separação política da região conhecida como Banda Oriental em relação à Espanha e os conflitos em torno das tentativas de anexação portenha e luso-brasileira. Em especial, a partir de 1821, com a lei de liberdade de imprensa implementada por Portugal após a Revolução do Porto, a disseminação de impressos viveu um crescimento considerável na Província Cisplatina, assim batizada pelos lusitanos durante a ocupação portuguesa e brasileira. Neste contexto, os jornais assumiram o papel de porta-vozes da resistência à invasão estrangeira e contribuíram para a construção de um sentimento de nacionalidade por parte dos orientais. De acordo com Murillo Winter “A identificação com o local de nascimento e o sentimento de exaltação desse espaço faziam parte da luta contra a ocupação estrangeira, tanto brasileira quanto lusitana.” (WINTER, 2013, p. 06).

Murillo Dias Winter é especialista nos estudos acerca do

papel da imprensa na construção da identidade nacional uruguaia. Em suas pesquisas o historiador destaca o caráter eminentemente político dos jornais deste contexto,

> A imprensa se constituía muito mais do que uma fonte de informação, mas uma ferramenta para se fazer política, uma arma carregada para enfrentar os adversários através das palavras e embates retóricos na cena pública. A discussão política era justamente o grande objetivo da imprensa – compreendendo panfletos, periódicos, diários e revistas – no período das independências, e no imediatamente posterior, na América Latina (WINTER, 2013, p. 23).

Distante ainda da imagem de neutralidade atribuída à imprensa, os jornais do período tinham como tema central a resistência ao invasor brasileiro, assim como as tentativas de anexação por parte dos portenhos e o debate em torno da figura de José Artigas.

> Com a independência do Brasil e a ampliação da produção e circulação de periódicos na Província Cisplatina, o conceito de Pátria se politiza e se torna um importante recurso retórico a favor da liberdade, parcial ou total, da região. A política de Carlos Frederico Lecor (1764-1836) como administrador da província é contestada seguidamente, nesse momento inclusive por parte da elite montevideana que apoiou a intervenção armada em 1816 e se estabeleceu como base de apoio da política luso-brasileira. Entre as principais

> alegações estão os favorecimentos aos comerciantes brasileiros e aos proprietários riograndenses que se apossavam de grandes porções de terra na região do Rio Negro (WINTER, 2013, p. 11).

Para alguns jornais, o apoio à luta pela expulsão do invasor lusitano/brasileiro viria da margem direita do Rio da Prata. Porém, as dificuldades em obter o apoio de Buenos Aires foram alvo da reprovação dos periódicos da Província Oriental, "em artigo publicado no periódico Los amigos del Pueblo as atitudes dos governantes portenhos são criticadas, apesar de compor a mesma Pátria" (WINTER, 2013, p. 12). Por outro lado,

> os redatores do periódico El Aguacero destacam a ação de ilustres líderes orientais que retornaram a sua Pátria para auxiliar na causa revolucionária, a ênfase na atitude de renúncia a outros locais e a adesão irrestrita à luta dos demais orientais dos homens citados nas páginas do periódico também recai sobre o passado. O patriotismo não era restrito a esse momento de crise e de sofrimento, tais homens sempre estiveram ao lado da Pátria em períodos problemáticos e por ela trabalharam mesmo no exterior, recebendo por seu amor a pátria, a admiração inclusive de pessoas originárias de outros locais, até mesmo de espanhóis, os mesmos que a obrigaram a se refugiar em Buenos Aires em 1808 (WINTER, 2013, p. 12).

Assim, pode-se afirmar que a identidade oriental foi ganhando força em torno da contraposição entre os

"anexionismos" tanto de Buenos Aires quanto luso-brasileiro. Paralelamente às querelas anexionistas, os debates e apropriações em torno da figura de Artigas formam parte deste contexto, igualmente. Para ilustrar essas questões, Winter recorre à análise das publicações promovidas pelo jornal "El Ciudadano" acerca do líder da Província de Pueblos Libres,

> O projeto mais popular e confederado do caudilho se diferenciava das concepções políticas do redator do periódico, dessa forma a ideias e a ação artiguista na campanha foram tratadas depreciativamente, destacando os pretensos saques, ataques à população e destruição de plantações e propriedades quando Artigas combatia simultaneamente as tropas lusitanas e o exército oriundo de Buenos Aires. O projeto artiguista foi tratado como a Pátria Fugitiva e tinha, segundo o texto do El Ciudadano, como principal dogma político a perseguição aos inimigos e a destruição do que ainda restava em pé no caminho do líder (WINTER, 2013, p. 10).

Assim, em um curto período de tempo, Artigas "se transformou de um brilhante militar a favor da causa revolucionária buenairense na principal tormenta dos campos da Banda Oriental." (WINTER, 2018, p. 31). Pode se corroborar, então, com o entendimento de Murillo Winter ao compreender que

> a imprensa periódica da Província Cisplatina aponta o fortalecimento e a cristalização da identidade oriental, sobretudo como contraponto ao Brasil. Em um contexto fluido nas

> relações políticas e conturbado socialmente, a identidade oriental passou por um processo de transformações bastante rápidas, e nem sempre claras, nas páginas dos periódicos. Os orientais, inicialmente representantes do projeto artiguista confederado e dos anos de guerra civil na região da campanha, recebem outra conotação na Província da Cisplatina, são afastados do caudilho e compõem uma unidade com a antes inimiga cidade de Montevidéu. Nesse contexto, o interesse não é mais a luta de diferentes projetos locais e, sim, a expulsão da região de um inimigo em comum. Desse modo, Artigas é renegado, a população vitimada, e a orientalidade torna-se um ponto de coesão entre todos (WINTER, 2018, p. 41).

A partir de 1828, e em especial com a Constituição de 1830, o recém-nascido Uruguai estabeleceu marcos institucionais para a sua organização enquanto um estado independente, estruturado em torno de um regime republicano, contando com eleições e um sistema de partidos visto como o mais antigo da América Latina. Contudo, a conjuntura nacional estava marcada pela "convulsão revolucionária no território oriental, no qual sucedeu-se uma longa disputa pelo mando político entre os caudilhos de maior expressão da época – Rivera, Lavalleja e Oribe" (RECKZIEGEL, 2000, p. 04). Em torno das disputas travadas por estes personagens originou-se a configuração partidária tradicional do Uruguai, cujo marco inicial consiste na derrota da tentativa de Rivera em derrubar Oribe que aliou-se a Lavalleja para vencer seu antigo companheiro na batalha de Carpinteria (1836) "que ficou conhecida como a primeira batalha em que os

combatentes se singularizaram como blancos e colorados" (RECKZIEGEL, 2000, p. 05). Estes confrontos entre as hostes *blancas* e *coloradas* mantiveram a radicalidade até o final da Guerra do Paraguai, marcando esse contexto por uma profunda instabilidade política, fragilidade institucional e constantes ingerências estrangeiras.

Outro momento da história uruguaia em que é possível identificar o papel destacado da imprensa como expressão de projetos políticos consiste no período que se inicia na segunda metade do século XIX, ganha força no final dos oitocentos e impulso nos primeiros anos do século XX. O Uruguai que aflorou após a Guerra do Paraguai era distinto daquele de Lavalleja, Oribe e Rivera. Um dos elementos marcantes dessa sociedade do final do século XIX se expressa no contingente de imigrantes recebidos no país que impactou profundamente no perfil da população uruguaia. Segundo a professora Ana Luiza Reckziegel, no ano de 1889, "47% da população era composta de estrangeiros" (RECKZIEGEL, 2000, p. 03). A relativa estabilização que se instalou após o conflito abriu caminho para um processo de modernização da sociedade uruguaia que colocou o país platino em uma posição de vanguarda na região. Nesse contexto, de impulso de desenvolvimento capitalista, o país viveu uma diversificação de sua economia, principalmente com o incentivo às indústrias.

> Hasta el año 1876 se habían creado 137 establecimientos industriales, de los cuales muchos eran pequeños talleres; pero, entre esa fecha y 1900, se abrieron 577 nuevos establecimientos más. En 1883 había 300 fábricas diversas, 50 saladeros y graserias, 34 molinos, 4 empresas ferroviarias, y 5 tranviarias. Los obreros totalizaban 40.879 personas (FERRETJANS, 2008, p. 410).

Assim, esse processo de modernização capitalista trouxe consigo o surgimento de novos atores sociais, introduzindo novas ideias e práticas políticas no país, com grande destaque para os imigrantes europeus. De acordo com Daniel Álvarez Ferretjans, “refugio de radicales de la revolución europea de 1848, especialmente italianos y franceses, en el Uruguay se conocieron, a través de traducciones hechas en España, las nuevas ideas que expresan los socialistas franceses, especialmente las de Pierre-Joseph Proudhon” (FERRETJANS, 2008, p. 414). Assim, de maneira precoce em relação aos países da região, pode-se dizer, novas ideias circulavam pelo Uruguai conferindo aos jornais e demais impressos papel de destaque nesse contexto.

Numa época em que não havia canais de televisão, estações de rádio e menos ainda redes sociais; os jornais e revistas se configuraram como palcos dos grandes debates da sociedade uruguaia. Para ilustrar esse fenômeno, é possível citar três importantes personagens desse processo de modernização que tiveram os periódicos como ferramenta de propagação de suas ideias políticas. Um deles é José Enrique Rodó, autor de "Ariel", uma das principais obras acerca da modernização da sociedade uruguaia e o americanismo de sua cultura, teve atuação destacada na Revista Nacional de Literatura, fundada em 1895. Além disso, atuou como jornalista político em diários vinculados ao Partido Colorado, entre eles "El Orden”. José Pedro Varela, por sua vez, considerado o pai da escola pública uruguaia moderna, ocupou a função de Diretor de Instrução Pública durante o governo Latorre (1876) promoveu a primeira reforma educativa do país que instituiu o ensino laico, gratuito e obrigatório. Ainda que estivesse influenciado pelo positivismo e “sin renunciar a su clase y su mundo, procuró el bien colectivo, de acuerdo a una ideología liberal progresista.” (RAMA, 1957, p. 331). Dessa forma, o “primer sociólogo uruguayo” (RAMA, 1957, p. 325),

buscou dialogar com a diversidade de pensamentos que circulavam no período. Exemplo disso pode se considerar a publicação do texto "A Guerra civil na França", de Karl Marx, que "a tan sólo dos meses de su publicación en Londres, fue transcripta en La Paz, el periódico de José Pedro Várela, en su edición del 12 de agosto de 1871" (FERRETJANS, 2008, p. 415). Outro personagem que teve nos periódicos a fonte de disseminação de seu projeto político corresponde a José Batlle y Ordoñez. Ainda antes de se tornar presidente, o colorado era proprietário do jornal *El Dia* que "apareció diariamente a un precio sumamente accesible para amplios sectores de la población y [...] utilizado por Batlle con un sentido didáctico-político." (LOBATO, 2009, p. 15), uma fábrica de opinião.

O presidente Batlle y Ordoñez é um ator de destaque nesse contexto do início da passagem do século XIX para o século XX, após ser vitorioso na guerra civil que se iniciou em 1897 até 1904 o líder colorado deu início a um processo de estabilidade mais profunda da sociedade uruguaia, com impulso de tipo desenvolvimentista, que reforça a precocidade da sociedade uruguaia em relação aos demais países. Segundo Jaime Yaffé (s/d, p. 08):

> La modernización económica operada bajo el primer batllismo estuvo centrada en la dinamización de la economía urbana industrial y en el crecimiento de las empresas públicas aunque, al fracasar en sus planes de reforma rural y fiscal, no alcanzó a trastocar las bases del modelo agroexportador heredado del siglo XIX. Allí están las bases del creciente peso social y político de los sectores populares y medios urbanos. La clase obrera

> manufacturera y el funcionariado público se expandieron al son del incipiente crecimiento de la industria manufacturera y del desarrollo del aparato del estado.

Ao mesmo tempo Batlle y Ordoñez foi fundamental para constituição da figura de Artigas como herói nacional mostrando outra face do projeto batllista que se manifesta na busca pela construção de uma identidade nacional uruguaia buscando homogeneizar e pacificar essa sociedade que vinha de lutas fratricidas ao longo de todo século XIX.

> Los festejos del Centenario de la Batalla de las Piedras (programados para el 18 mayo de 1911) fueron la instancia en la que se procesó la exaltación de la figura de Artigas. Históricamente representan la primera "gran conmemoración" de la comunidad nacional uruguaya, es decir, la primera vez que el colectivo social elaboraba una instancia destinada a celebrarse a si mismo y a representarse como "nación". Sin lugar a dudas, un elemento central para la construcción del sentido era la elaboración de un relato lineal que describiera el desarrollo de la comunidad desde las guerras de independencia hasta el presente y que justificara la instancia de la conmemoración, materializándola en un personaje que encarna el complejo nacional-emotivo de la "nación uruguaya". Así es como la figura de Artigas aparecía naturalmente vinculada con el aniversário de la batalla que ganara a las fuerzas de Montevideo, y que representó uno de los primeros triunfos militares del

> movimiento iniciado en Buenos Aires casi un año antes (DEMASI, 2005, p. 1031-1032).

Assim a figura de Artigas ganha novas significações, diferentes daquelas construídas pelos jornais durante a época da ocupação luso-brasileira ou durante o processo de independência. A partir de 1911 se projeta um Artigas democrático e republicano, defensor da soberania particular dos povos e, ao mesmo tempo, o protetor, que cuida dos mais vulneráveis e defende que o estado deve ser o poncho dos pobres. Ao mesmo tempo que projetava um novo país que em poucos anos ganharia a alcunha de "Suíça da América" diante dos índices de desenvolvimento econômico, democracia liberal estável e políticas de bem-estar social. De acordo com o jornalista Daniel Álvarez Ferretjans (2008, p. 421), "Batlle fue una usina de artículos y escritos periodísticos que publicó en las páginas de El Día" direcionados, principalmente, para os trabalhadores. Com isso é possível identificar o protagonismo ocupado pelos periódicos na construção da identidade nacional dos uruguaios, bem como nos embates políticos e sociais decisivos para a sua formação social.

Entretanto, até agora, a abordagem desse artigo concentrou-se no papel da imprensa no desenvolvimento das ideias hegemônicas. Porém, é importante mencionar aqueles periódicos que exerceram um papel importante na construção de ideias e movimentos contra-hegemônicos que, no Uruguai, tiveram destaque também, e de certa maneira influenciaram a própria visão dominante. No entanto, ao longo da produção deste trabalho, foi possível constatar a existência de lacunas no que diz respeito aos estudos acerca da história da imprensa no país, particularmente daquilo que se convencionou chamar de imprensa operária. Diante disso, pretendemos dar um destaque a esse tema, num tópico específico, precisamente para chamar a atenção para alguns

lapsos existentes na historiografia sobre o tema e refletir acerca das possibilidades de pesquisas que se apresentam para os historiadores.

2.1. A imprensa na historiografia uruguaia

Um dos pesquisadores uruguaios que se dedica à análise da produção da historiografia uruguaia sobre a imprensa desse país é Wilson González Demuro, pesquisador
do Departamento de História Americana da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade da República (Udelar). Para o historiador, a primeira obra de maior relevância a respeito do tema surgiu no ano de 1883, com a publicação do livro "História de la prensa periódica de La República Oriental del Uruguay" de autoria de António Zinny. Na interpretação de Demuro (2013), os estudos sobre a imprensa no Uruguai ganharam maior fôlego no começo do século XX, quando Benjamín Fernández Medina publica a obra "La imprenta y la prensa en el Uruguay desde 1807 a 1900". Demuro identificou aqui a primeira tentativa de promover uma análise interpretativa a respeito da imprensa, superando, portanto, os estudos anteriores que se limitavam ao simples catálogo dos periódicos existentes. Ainda no âmbito desses catálogos pode-se mencionar a obra de Arturo Scarone que retomou as publicações na forma de catálogo. Difundido em partes, através da revista nacional ao lançar a obra "La prensa periódica de Uruguay de los años 1852 a 1905" o autor contribui com historiografia por evidenciar a atuação, ainda que efêmera, dos periódicos durante a chamada guerra Grande de 1838 a 1851. Outro aporte importante nesse processo de acúmulo da historiografia uruguaia em torno da

Imprensa consiste nas pesquisas desenvolvidas pelo professor Arbélio Ramirez, do ano de 1964, abordando a liberdade de imprensa e os impressos durante o período artiguista. Ramirez retomou os trabalhos analíticos e interpretativos abordando a importância da liberdade de imprensa como característica do artiguismo. Wilson Demuro (2013) destaca, ainda, as publicações sobre a história da imprensa no Uruguai publicadas durante a ditadura civil-militar, que governou o Uruguai entre 1973 e 1985. Durante as comemorações dos 150 anos da declaração de independência, em 1975, publicam-se as obras: Bibliografía y fuentes relativas al año 1825, de autoria de Mireya Pintos Carbajal e "Los acontecimientos de 1825 en la Provincia Oriental a través de la prensa rioplatense", de Flavio García. Para o professor da Udelar "El producto resultó irremediablemente incompleto al no incluir el archivo de prensa existente en la Biblioteca 'Pablo Blanco Acevedo' del Museo Histórico Nacional, donde se hallan varios de los más importantes periódicos orientales de la década de 1820." (DEMURO, 2013, p. 30).

Para Wilson Demuro, autor de "La historiografía de la prensa periódica en Uruguay (1880-2010), perfiles, avances y asuntos pendientes", as investigações acerca da história da imprensa uruguaia expandiram, a partir da década de 1980, no contexto da redemocratização. Desse período o professor destaca, principalmente, o trabalho de

> Daniel Álvarez Ferretjans, abogado y periodista de larga trayectoria, ya había publicado La prensa en el período de transición (1985) y una Crónica del Periodismo en el Uruguay (1986), cuando en el año 2008 dio a conocer una ampliación de esta última bajo el título de Historia de la Prensa en el Uruguay. Desde la Estrella del Sur a Internet. Síntesis importante

> y única en su tipo, es por ende otra referencia bibliográfica ineludible dentro de este campo. El autor se propuso escribir "un libro de síntesis histórica y compilación", una "crónica" de "naturaleza enciclopédica" (16-17) y profusamente ilustrada. Desde ese punto de vista el resultado es muy satisfactorio. (DEMURO, 2013, p. 31).

Quanto a história da imprensa operária, o historiador destaca a obra de Mirta Zaida Lobato que publicou em 2009 a obra "La prensa obrera. Buenos Aires y Montevideo, 1890-1958". Neste trabalho, a pesquisadora argentina analisou periódicos ligados a sindicatos e partidos operários e revolucionários das duas cidades rioplatenses que representou um trabalho pioneiro e, portanto, central para os estudos sobre o tema. Diante disso, pode-se afirmar que

> Una de las tesis principales de esta obra es que dichos medios contribuyeron fuertemente a la configuración de una identidad obrera, al mismo tiempo que dotaron de visibilidad pública a la problemática propia de cada rama laboral. Muestra el diferente papel que en ambas ciudades cumplieron los órganos de difusión sindical frente a otros identificados con partidos y movimientos políticos, de más acentuado perfil doctrinario. La prensa obrera es, en suma, fuente y objeto de indagación en este ejercicio de historia comparada. (DEMURO, 2013, p. 32).

Diante do exposto até o momento, é possível concordar com o pesquisador da UDELAR ao constatar que

> [...] la evolución seguida durante más de un siglo por la investigación histórica sobre la prensa se inserta de manera peculiar dentro del universo de cambios que experimentó toda la historiografía uruguaya en el mismo lapso. Como de costumbre, el peso de los contextos a la hora de elegir temas, establecer formas de trabajo y determinar objetivos resultó decisivo. Sin embargo, las analogías no pueden exagerarse, pues ciertas áreas de este conocimiento alcanzaron niveles de expansión y consideración académica muy superiores a otras. Entre las menos favorecidas cabe incluir, con toda seguridad, la historia del periodismo. (DEMURO, 2013, p. 32).

Não obstante, ao buscar pesquisas e estudos a respeito da imprensa operária é possível identificar um lapso ainda maior. Sobre essa questão, está dedicado a próxima subseção.

2.2. Imprensa Operária no Uruguai, um tema aberto

Se é possível constatar um vazio no que se refere a pesquisas relacionadas à história do jornalismo no Uruguai, que se amplia ao mencionar os estudos acerca da imprensa operária, é necessário apontar que há um caminho aberto e cheio de possibilidades para o desenvolvimento de investigações sobre a temática. Conforme identificou Wilson Demuro (2013, p. 32), essa renovação historiográfica que os uruguaios vivenciaram ao longo da segunda metade do século XX "provocó una mayor valorización de la prensa como fuente histórica, sobre la que se proyectaron miradas e interrogaciones nuevas y diferentes".

Nesse sentido, o autor visualiza que "en el área de sus estudios sobre medios de prensa, la historiografía uruguaya aún tiene posibilidades de recorrer un ancho camino de nuevas, mejores y más numerosas pesquisas". Uma dessas possibilidades consiste nos estudos acerca da imprensa operária e comunista no país.

Em consonância com o apontado no subitem anterior, uma das principais obras acerca da imprensa operária no Uruguai é o livro "La prensa obrera. Buenos Aires y Montevideo, 1890-1958" de autoria da pesquisadora argentina Mirta Zaida Lobato, publicado em 2009. Na opinião de Lobato,

> en Uruguay no existen análisis similares para importantes periódicos y sólo los semanarios Marcha y Búsqueda han recibido la atención de los estudiosos. El primero fue creado y dirigido por una figura como la de Carlos Quijano y el segundo fue portavoz de un grupo de profesionales afines con ideas económicas liberales. (LOBATO, 2009, p. 15).

No entanto, ainda que os estudos voltados à área sejam escassos, ao longo desta pesquisa foi possível elencar alguns trabalhos que abordam os periódicos operários e comunistas ou utilizam suas reportagens como fontes de pesquisa. Entre eles pode-se mencionar a obra de Carlos Yaffé intitulada "El año de 1955 a través del diario Justicia: el XVI Congreso del PCU, la fundación de la UJC y otros documentos" que aborda os acontecimentos que marcaram o evento mencionado, um marco para a virada política que a agremiação viveu a partir de então. Outro trabalho que deve ser listado é o artigo de Rita Ibarburu, dirigente do PCU, publicado na edição de outubro de 1960 da Revista Estudios, periódico teórico da organização. Ainda, na obra de Daniel Álvarez Ferretjans "Historia de la prensa en el

Uruguay: desde La estrella del Sur a Internet", já mencionado neste artigo, encontra-se capítulo dedicado a "La prensa obrera y los diarios pioneros de los partidos de izquierda". Ainda mais, a publicação de Gerardo Leibner, uma das principais referências nos estudos acerca da história dos comunistas uruguaios, intitulada "Camaradas y compañeros: una historia politica y social de los comunistas uruguayos", de 2011, dedica o seu terceiro capítulo ao papel desempenhado pelo diário comunista "El Popular" na constituição de uma "ideología social popular". Entretanto, essas pesquisas não esgotaram o manancial de temas de pesquisa e investigações que a história da imprensa operária oferece à historiografia. Assim, configura-se um campo bastante vasto a ser explorado pelos historiadores.

Mirta Lobato (2009, p. 37), por exemplo, identificou

> casi 40 publicaciones obreras (socialistas, anarquistas y comunistas) y 47 periódicos gremiales para el período 1880 y 1931, más otras 27 publicaciones de este tipo para la etapa que se extiende entre 1932 y 1958, muchas pertenecientes a las ideologías mencionadas a las que se sumaron los gremios autónomos.

Em conformidade com as análises desenvolvidas até o momento, desde meados do século XIX percebe-se a circulação de ideias socialistas, anarquistas ou revolucionárias de maneira geral. Nesse contexto, no ano de 1870, surgiu a Sociedad Tipográfica Montevideana configurando-se como a primeira organização sindical do país e, a partir de 1883, passou a editar um periódico quinzenal chamado "El Tipógrafo", el primer ejemplo de prensa estrictamente sindical que se edita en el Uruguay, con aparición intermitente hasta 1896 (FERRETJANS, 2008, p. 416-

417). No ano seguinte, passa a circular, principalmente em Montevidéu, o jornal "La Lucha Obrera", "que constituye el órgano oficioso de la Asociación Internacional de Obreros de Montevideo", segundo identificou o advogado e jornalista, Daniel Ferretjans (2008, p. 415) "cuya actividad se conocen por correspondencia enviada al exterior en 1872". Deve-se mencionar, também, o papel desempenhado pela imprensa anarquista do período, uma vez que esta corrente ideológica configurava-se como a principal força do movimento operário uruguaio. "En setiembre de 1901 se fundó el primer diario de tendencia anarquista. Se llamaba 'El Trabajo' y continuó apareciendo hasta marzo de 1902" (IBARBURU, 1960, p 82).

Com base nos estudos sobre a imprensa operária ou socialista no Uruguai, é possível analisar a trajetória de inúmeros dirigentes partidários e lideranças políticas deste campo que atuaram como "militantes-periodistas" (LOBATO, 2009, p. 62). Um desses personagens foi Carlos Quijano, fundador do periódico Marcha, um dos meios de comunicação vinculados à esquerda uruguaia mais antigos do país, conforme mencionado anteriormente. Outro tema que merece a análise da historiografia é o vínculo de José Pedro Varela com os jornais vinculados aos trabalhadores que foi "editor de El Obrero entre 1904 e 1905" (LOBATO, 2009, p. 65). Outro dirigente político da esquerda do Uruguai que desempenhou papel importante como jornalista foi Emilio Frugoni, um dos fundadores do Partido Socialista (PS) que atuou como cronista do jornal colorado "El Día" e posteriormente como diretor do Jornal "Justicia", órgão do PS criado em 1919. Segundo Rita Ibarburu (1960, p. 83), "Justicia", em vários momentos, teve uma tiragem "mayor que el de la prensa burguesa". Diante das polêmicas em torno da adesão às 21 condições exigidas para ingressar na Internacional Comunista (IC) e a mudança de nome do PS que passou a se chamar Partido

Comunista do Uruguai, Justicia passou a ser o órgão do PCU. Em consequência disso, Frugoni fundou o jornal "El Sol" onde marcaria sua atuação a partir de então. Outro personagem que merece destaque na prospecção de possibilidades de pesquisa relacionadas à imprensa operária no Uruguai, promovida por esse trabalho, deve ser Rodney Arismendi.

Arismendi é um personagem de destaque da esquerda uruguaia, principalmente, na segunda metade do século XX, foi o máximo dirigente do PCU entre 1956 e 1988 e um dos principais protagonistas da construção da Frente Ampla (FA) no ano de 1971, ferramenta política unitária do campo democrático e de esquerda do país. Além das funções de direção partidária, o líder comunista é recordista de mandatos parlamentares a nível nacional no Uruguai, foram 27 anos como deputado, interrompidos apenas pelo golpe de estado de 1973. Ao longo de sua trajetória, Arismendi ficou marcado, também, pela sua atividade intelectual no âmbito do marxismo e jornalística, tendo sido editor de vários periódicos, com destaque para a revista teórica "Estudios" e o jornal "El Popular", ambos criados por ele em 1956 e 1957, respectivamente.

> Em princípios da década de 1940, Arismendi assumiu a direção de Justicia, periódico do PCU e, em seguida, do Diario Popular – um jornal antifascista de relevante atuação para a criação da Unión General de Trabajadores (UGT), em 1942. Entre 1941 e 1945, perseguido por sua atividade como jornalista, exilou-se no Chile e na Argentina, antes de retornar clandestinamente ao Uruguai. Só voltou a ter uma atuação legal após a intensa campanha Libertad para Arismendi (que resultaria em sua anistia, concedida pela Câmara de Deputados). (FIORENTINI, 2023, S/D)

Durante o XVI Congresso do PCU, Arismendi foi eleito Secretário-Geral do partido, iniciando uma virada política, ideológica e organizativa que transformou a organização dos comunistas uruguaios de uma pequena seita para converter-se na maior força da esquerda do país. Nesse contexto, o historiador uruguaio Gerardo Leibner chama a atenção para a importância do jornal "El Popular" para esse processo que mudanças que o PCU enfrentou no período

> Sin tomarlo en cuenta sería imposible entender los alcances hegemónicos que durante los sesenta y comienzos de la década de los setenta los comunistas uruguayos lograron en la clase obrera y en algunos sectores populares montevideanos. Junto a ese gran avance del PCU en sectores populares urbanos, particularmente entre los trabajadores de las grandes empresas y en los barrios más netamente obreros, la adopción de la cultura popular montevideana, tenía también otros resultados. Los comunistas influían a los sectores populares, pero también, en el proceso de inserción, eran influidos por ellos. (LEIBNER, 2011, p. 296)

Dessa maneira, "El Popular" "evocaba así a uno de los períodos de relativo éxito en la aplicación de una línea de masas y de amplitud por parte del Partido Comunista. Además de tratarse de un diario identificado con la trayectoria personal de Arismendi". (LEIBNER, 2011, p. 287).

Com isso, espera-se chamar a atenção para a existência de uma ampla gama de temáticas possíveis para as pesquisas relacionadas à História da imprensa no Uruguai de modo que se

almeja que o presente trabalho possa estimular futuras pesquisas a respeito do tema.

Referências bibliográficas

LUCA, Tania Regina de Luca. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

ECO, Umberto. *Cinco Escritos Morais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998. Capítulo: Sobre a imprensa, 44p.

CARDOSO, C. F. (1997). História do poder, história política. *Estudos Ibero-Americanos*, *23*(1), 123–141.

ÁLVAREZ FERRETJANS, Daniel. *Historia de la prensa en el Uruguay: desde La estrella del sur a Internet*. Fin de Siglo, 2008.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. A instalação do Estado Nacional e as tensões-fronteiriças: Uruguai e Rio Grande do Sul no período 1822-1851. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*, 2000, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2000.

GONZÁLEZ DEMURO, Wilson. La historiografía de la prensa periódica en Uruguay (1880-2010). Perfiles, avances y asuntos Pendientes. In: *Revista Latinoamericana de 385 Comunicación*, Chasqui, 121, 2013.

RAMA, Carlos M. "José Pedro Varela, Primer Sociólogo Uruguayo." *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 19, no. 2, 1957, pp. 323–59. *JSTOR*, https://doi.org/10.2307/3538103. Accessed 29 Feb. 2024.

LEIBNER, Gerardo, *Camaradas y compañeros. Una historia*

política y social de los comunistas del Uruguay, Montevideo, Trilce, 2011, 632 p.

FIORENTINI, Mateus. *O marxismo de Rodney Arismendi*. São Paulo: Expressão Popular, 2023. Disponível em: https://expressaopopular.com.br/2024/01/09/o-marxismo-de-rodney-arismendi/. Acesso em: 28 fev. 2024.

LOBATO. M.Z. *La prensa obrera. Buenos Aires y Montevideo, 1890-1958*. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

WINTER, Murillo Dias. *Imprensa periódica e a construção da identidade Oriental (Província Cisplatina – 1821-1828)* [recurso eletrônico] / Murillo Dias Winter – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. 319 p.

_____, Murillo Dias. Vivir en cadenas, ¡que triste vivir!, Morir por la Patria, ¡que belo Morir!" – o conceito de Pátria nas páginas da imprensa periódica da Província Cisplatina (1821-1828). *Estudios Historicos*, Montevidéu, v. 11, n. 5, p. 4-19, dez. 2013. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/11/art.17%20Vivir%20en%20cadenas-%20MURILLO.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

IBARBURU, Rita. La Prensa Obrera en el Uruguay. *Revista Estudios*, Montevidéu, v. 10, n. 5, p. 81-85, out. 1960.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

AS COOPERATIVAS E A PRODUÇÃO DE SOJA NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Matheus do Nascimento Petter
Doutorando no Programa de Pós-graduação
em História da UPF
Bolsista Capes
206644@upf.br

Resumo
O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação do cooperativismo com o crescimento da produção de soja na região noroeste do Rio Grande do Sul, no período de 1950 a 1980. O cooperativismo surge na Inglaterra em meados do século XIX, após esse momento se espalha pelo mundo, na região noroeste do Rio Grande do Sul o cooperativismo passa a ter maior relevância no século XX, ganhando destaque principalmente o cooperativismo no campo, com os produtores se juntando para formar essas instituições visando reduzir a dependência de atravessadores. A partir da década de 1960 o cooperativismo passa a receber incentivos governamentais, pois eram vistas como fundamentais para incentivar o crescimento produtivo agropecuário, pois o governo tinha como objetivo obter divisas em dólar advindas desse setor. Foram a partir das cooperativas que ocorreram as transformações do campo, principalmente às relacionadas à revolução verde, como a mecanização e o uso de agrotóxicos. A soja passa a ser a cultura mais importante na região ainda na década de 1960, e portanto, é central na relação com o cooperativismo, é neste sentido que muitos autores afirmam que é impossível pensarmos no crescimento do cooperativismo na região sem atrelar a produção da soja. As cooperativas assim como a soja passam por um processo de expansão na região, é importante ressaltar que o cooperativismo atuava nas mais variadas instâncias da produção, sendo responsável pelo financiamento da produção, a venda das sementes, maquinários e insumos, além de após a colheita fazer o armazenamento dos grãos. O cooperativismo passou por uma crise na década de 1970, justamente devido a redução do valor da soja no mercado internacional, demonstrando a clara relação entre os dois setores.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o cooperativismo e a produção de soja na região nordeste do Rio Grande do Sul com um enfoque na segunda metade do século XX, após a revolução verde. O cooperativismo moderno surgiu em 1844 com os Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, como uma alternativa ao capitalismo, baseado em princípios de igualdade e solidariedade, o modelo cooperativista visava reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida. No Brasil, o cooperativismo ganhou força no século XX, especialmente no setor agropecuário, impulsionado por imigrantes europeus. O Rio Grande do Sul destacou-se como berço do cooperativismo nacional, com a criação da primeira cooperativa de crédito da América Latina, a Caixa Rural, em 1902. Durante o século XX, o cooperativismo brasileiro passou por diversas transformações, influenciado por políticas governamentais, como o incentivo estatal durante a era Vargas e a ditadura militar, quando o modelo foi adaptado para atender interesses econômicos, especialmente no agronegócio. Nas décadas de 1960 e 1970, o cooperativismo gaúcho expandiu-se com a Revolução Verde, impulsionando culturas como a soja. No entanto, crises econômicas e a dependência de subsídios governamentais, principalmente na segunda metade da década de 1970, levaram diversas cooperativas à situação financeira complexas e também à falência.

O cooperativismo no Brasil

No Brasil as primeiras cooperativas foram fundadas ainda no século XIX, mas passaram a ter maior relevância no século XX. A primeira cooperativa do Brasil foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro

Preto (MG), fundada no ano de 1889, visava atender demandas como crédito, habitação e alimentação. No decorrer dos anos, as cooperativas foram se espalhando por todo o território nacional, com os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul abrigando a maior quantidade de associações (MAPA, 2006).

Enquanto no final do século XIX a maioria das cooperativas tinham atuação urbana, no século XX as organizações com bases rurais ganharam uma maior relevância, com os produtores se associando com o propósito de alcançar melhores rendimentos, tanto na compra de insumos quanto na venda dos produtos. Essas cooperativas agropecuárias, em sua maioria, eram formadas por imigrantes, principalmente vindos da Europa, onde as ideias do cooperativismo já estavam mais enraizadas (Alves, 2019).

Na área do cooperativismo agropecuário, a primeira cooperativa brasileira foi criada no estado do Rio Grande do Sul, no município de Veranópolis, a Società Cooperativa dele Convenzione Agricoli. Fundada por imigrantes que chegaram da Itália, sua concretização ocorreu no ano de 1892 e buscava trazer melhores condições de produção aos seus associados (Alves, 2019). Nas décadas seguintes, diversas cooperativas agropecuárias foram criadas em todo o Brasil, especificamente nas regiões Sul e Sudeste (MAPA, 2006).

A primeira metade do século XX é marcada pelo forte incentivo estatal às cooperativas, especialmente em períodos de crises, com a divulgação em larga escala das vantagens do cooperativismo. Neste primeiro momento as cooperativas eram incentivadas a produzir alimentos para suprir a necessidade da importação (Ew, 2001). É importante lembrar que nesse período o Brasil era um país muito dependente da economia cafeeira, muitas vezes deixando de lado a produção de alimentos básicos para o consumo interno (Alves, 2019).

A partir do golpe de 1930, a interferência do estado passou a ser ainda maior dentro do aspecto do cooperativismo, com a regulação das associações e o incentivo para a fundação de novas cooperativas em diversas áreas, em uma política de incentivo às atividades nacionais propostas por Getúlio Vargas (1930–1945). Posterior a este período as cooperativas continuam em crescimento constante (Pinho, 2008).

Seguindo as políticas da era Vargas, durante toda a década de 1940 e 1950 as cooperativas passaram por forte controle do estado, o método utilizado era atrelar as associações aos sindicatos, estes, por sua vez, sob tutela direta do governo, desta forma era negado um dos princípios básicos do cooperativismo: o direito à autonomia (Moura, 1947). Essa situação manteve-se até os anos finais da década de 1980, somente com a nova constituição cidadã que foram implementadas outras formas de abordagem para com o cooperativismo (Alves, 2019).

Durante a ditadura militar o cooperativismo foi incentivado e tutelado de forma direta pelo governo. No ano de 1966, logo no início da ditadura militar, o governo criou e implementou suas políticas para as cooperativas. As associações eram vistas com bons olhos pelos militares, dado que podiam colocar em prática a política de ocupação do interior do Brasil, além de contribuir para a formação de divisas externas, estas advindas da produção de commodities que seriam exportadas para o mercado internacional (Pinho, 1991).

Visando conhecer melhor as ideias cooperativistas, diversas pessoas foram enviadas para outros países, principalmente a Alemanha, com a intenção de que compreendessem melhor o funcionamento do cooperativismo nesses países e, posteriormente, implementassem aqui no Brasil. Junto disso foram realizados vários congressos nacionais para que fossem

compartilhadas as experiências das cooperativas brasileiras, essas atividades foram incentivadas também por fundos internacionais que acreditavam que o modelo cooperativo implementado aqui seria benéfico para seus interesses (Alves, 2019).

A expansão do cooperativismo, um modelo de organização pensado por socialistas utópicos, durante um governo autoritário e conservador pode até causar um estranhamento no primeiro momento, mas quando analisamos de forma mais criteriosa percebemos que o modelo cooperativo adotado aqui foi bem diferente daquele implementado nas primeiras cooperativas, o modelo adotado foi denominado de cooperativismo empresarial, pois tinha como um dos principais objetivos o acúmulo de sobras e seu controle era restrito a um pequeno grupo dos associados (Simon, 2011).

As cooperativas empresariais tiveram um papel de grande relevância principalmente no setor agropecuário, em que grandes produtores se uniram nesse modelo de organização para ampliar seu poderio econômico, isso possibilitou a formação de diversas associações que tinham apenas um viés econômico, deixando os demais aspectos cooperativistas de lado (Pinho, 1991). Isso fica mais claro no processo de criação da organização das cooperativas brasileiras (OCB), em 1969, quando o primeiro presidente da instituição foi Antônio José Rodrigues Filho, uma pessoa que representava o modelo empresarial das cooperativas e era totalmente alinhado com o governo ditatorial (Alves, 2019).

Durante todo o período ditatorial, as cooperativas que mais cresceram foram as voltadas para o setor agropecuário, com intuito de produzir para o mercado externo, as associações que mais se destacaram foram as produtoras de café, açúcar, cacau e soja. Elas buscavam alta eficiência e tinham uma dependência da oscilação das moedas internacionais, essas

cooperativas se aproximavam do governo com a intenção de que ele atendesse suas necessidades e criasse políticas que lhes favorecesse (Schneider; Lauschner, 1979).

O modelo cooperativista brasileiro ganha novos contornos nos anos 1980, quando passa a fazer parte de instituições internacionais, esse fator foi acompanhado de um momento de maior globalização da economia brasileira (Rodrigues, 2014). Já no final da mesma década, o cooperativismo tem significativas mudanças relacionadas, de modo especial, à interferência do estado, isto é, não era mais necessário a autorização governamental para a criação de uma cooperativa, as pessoas e grupos poderiam associar-se de forma livre, cabendo ao estado apenas o incentivo para a sua criação (Conto, 2013).

Nos anos correspondentes ao final da década de 1980 e toda a década 1990 as cooperativas brasileiras tiveram um crescimento expressivo, mesmo com a economia brasileira em crise. Ao que tudo indica houveram algumas oscilações, mas de maneira geral o cooperativismo brasileiro se fortaleceu nesse período, inclusive traçando metas de atuação internacional (Rodrigues, 2014). As cooperativas com maiores destaques da época foram as relacionadas ao trabalho, com funcionários assumindo o controle das indústrias onde trabalhavam, estas haviam falido devido às crises que o Brasil passava no final do século XX (Silva *et al*., 2003).

Na primeira década do século XXI o cooperativismo passou por mais transformações, em decorrência das políticas de incentivos vindas do governo federal, esses incentivos ocorreram no período popularmente chamado de "era Lula" (Alves, 2019). Neste momento, o cooperativismo é demarcado em duas vertentes: empresarial e doutrinário; a primeira era voltada para o agronegócio, visando o acúmulo de divisas internacionais (Rodrigues, 2005), a segunda visava atender uma

demanda social advinda das organizações sociais que buscavam melhor qualidade de vida, principalmente para as pessoas em maior vulnerabilidade, assim em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) (Singer, 2004).

Essas duas vertentes formadas no início do século são a base do modelo cooperativo brasileiro, propostas distintas e defendidas por camadas sociais diferentes. Enquanto o cooperativismo empresarial tem uma visão voltada, quase que exclusivamente, a questões econômicas, o cooperativismo doutrinário busca a "[...] afirmação de experiências de organização da produção, da comercialização e do consumo a partir dos valores da autogestão, da solidariedade, da democracia, do desenvolvimento humano, do compromisso com o meio ambiente, da responsabilidade social [...]" (Gaiger *et al*., 1999) sem deixar de lado o fator econômico.

Atualmente o cooperativismo no Brasil tornou-se complexo, isso aconteceu devido às mais diversas experiências em todo o território nacional. As cooperativas tiveram a sua organização atualizada em 2019, com as seguintes divisões: 1. Produção de Bens e Serviços; 2. Infraestrutura; 3. Consumo; 4. Transporte; 5. Saúde; 6. Agropecuário; 7. Crédito (Organização Das Cooperativas Brasileiras, 2019). Com o setor agropecuário sendo o mais rentável, quando o único fator analisado é o econômico (Alves, 2019).

Os primeiros anos do cooperativismo no Rio Grande do Sul

O cooperativismo no estado do Rio Grande do Sul está diretamente relacionado à migração de populações europeias, que no final do século XIX saem da Europa, em virtude do

contexto de crises, oriundas sobretudo dos processos de unificação tanto da Alemanha quanto da Itália e buscam no Brasil um espaço para reorganizar seu modelo de vida. A primeira cooperativa que temos registro no estado gaúcho foi fundada em Veranópolis, no ano de 1892. A cooperativa foi criada por imigrantes italianos, estes, por sua vez, já haviam tido contato com o modelo cooperativista antes do processo de migração para a América (Alves, 2019).

Essa primeira cooperativa é seguida de um hiato de 10 anos, somente no ano de 1902 surge a cooperativa Caixa Rural, a primeira cooperativa de crédito do Brasil e da América Latina, a associação foi fundada em Nova Petrópolis, com as lideranças rurais encabeçando o processo ao lado do padre suíço Theodor Amstadt, este um dos maiores incentivadores do cooperativismo no estado do Rio Grande do Sul (Callai, 2008). As duas primeiras décadas do cooperativismo no estado gaúcho são marcadas por pouca influência cooperativista no aspecto econômico e social, em razão da pequena quantidade de associações e também a limitada diversificação dos serviços presentes na região (Cargnin, 2017).

No início da década de 1910 o governo federal, interessado no modelo cooperativista, traz para o Rio Grande do Sul o técnico em cooperativismo Dr. Giuseppe Di Stefano Paternó, ele visitou diversas localidades do estado com o intuito de estimular a criação de cooperativas na região. Sob a influência do italiano, diversas cooperativas foram criadas, de modo especial após 1913, essas associações eram variadas, indo desde as de crédito e serviços até as agropecuárias, cada uma se adequando às demandas das localidades em que eram formadas (Cargnin, 2017).

Apesar desse crescimento inicial na próxima década e meia as cooperativas tiveram uma grande estagnação, inclusive com algumas áreas tendo um declínio acentuado, os principais motivos para esse fator foram as deficiências administrativas e financeiras que as associações passaram (Callai, 2008). Para Cargin (2017), no período de 1914 a 1929 aconteceu um "silêncio tumular" no setor cooperativista de produção do estado gaúcho, esse enfraquecimento se deu também pela falta de políticas de incentivo do estado e a crise econômica da economia brasileira.

O modelo cooperativista só volta a ganhar destaque no Rio grande do Sul com as políticas de incentivos implantadas após o golpe de 1930, as medidas de incentivo que visavam o fortalecimento das indústrias de bases e o modelo econômico desenvolvimentista foram uma importante base para a retomada das cooperativas, que em muitas vezes eram tratadas como a salvação da economia, principalmente as agroindústrias, que eram vistas como geradoras de empregos e também como importantes fontes de divisas internacionais para a economia nacional, algo muito importante após a crise de 1929 (Silva, 2015).

Nas décadas que compreendem os anos de 1930 a 1950 houve um constante crescimento do cooperativismo, este se enraizando cada vez mais na sociedade rio-grandense. A articulação entre as cooperativas passa a ser uma prática recorrente, com as trocas de experiências e conhecimentos das organizações, que, para além dessas atividades, passam a se articular em grupos buscando maior relevância dentro dos espaços de influência social. Ademais, cooperativas novas chegam ao estado, com destaque para as de eletrificação e de telefonia, tecnologias novas para a região (Cargnin, 2017).

O cooperativismo na década de 1950

A década de 1950 marca um novo momento do cooperativismo no estado gaúcho, com uma maior consolidação do movimento cooperativo e com a formação de federações cooperativas, também chamadas de cooperativas de segundo grau (Callai, 2008). No contexto brasileiro o processo de políticas de industrialização implementadas pelo presidente Juscelino Kubistchek, especialmente com capital advindo do mercado internacional, contribuiu no fortalecimento das cooperativas no estado do Rio Grande do Sul com a criação do modelo cooperativo de produção (Cargnin, 2017).

No final da década de 1950 acontece mais um passo significativo para o cooperativismo, a criação da Comissão de Organização da Triticultura Nacional (COTRIN). A formação dessa comissão tinha como objetivo reduzir a dependência da importação de trigo e para isso as práticas cooperativistas foram implementadas para a produção do grão. O modelo cooperativo foi adotado por sua eficiência e também pelo menor custo de organização, visto que as estruturas administrativas e operacionais poderiam ser compartilhadas entre os associados (Benetti, 1992).

Para o estado, a concentração de produtores no modelo cooperativista também facilitava, pois a difusão de tecnologias de produção, os financiamentos bancários e a compra/venda dos produtos tinham nas cooperativas sua principal base. Benetti (1992) defende que:

> Parece óbvio que, não fosse a cooperativa, muitos desses agricultores não teriam acesso a tais financiamentos, quer por desconhecerem sua disponibilidade e

> mecanismos de obtenção, quer porque micro produtores, quer, enfim, simplesmente porque os bancos oficiais não teriam condições operacionais de executar um programa dessa natureza, de capilarização do uso do crédito.

Ainda sobre o fortalecimento do cooperativismo no estado gaúcho, na década de 1950 existem indícios que o governo tinha como objetivo utilizar esse modelo associativo para enfraquecer os movimentos sociais, estes estavam em franca ascensão na época, lutando por melhores condições de vida para a população, os mais visados eram os de organização rural, como os sindicatos e movimentos de organização progressistas de ordem religiosa (Benetti, 1992).

As primeiras cooperativas fundadas nesse período eram basicamente a associação de grandes produtores que se dedicavam ao cultivo da soja e do trigo, podemos citar como exemplo a COTRIJUÍ, que foi fundada em 1957 e a maioria de seus associados representavam "granjeiros" da região, na ata de fundação da cooperativa aparecem como sócios fundadores: Granja Santa Cecília, Granja Amoreira, Granja Regina, Granja Nossa Senhora Aparecida, Empresa Tupi, Fazenda Olga, Cooperativa Mista dos Agro-Pecuaristas Ltda, Cooperativa Mista Mauã Ltda, todos esses grandes produtores representam a realidade do início do cooperativismo no estado rio grandense, um modelo de organização voltado à grande produção (Cargnin, 2017).

As cooperativas tinham como objetivo organizar a compra e venda de produtos, a estocagem, a limpeza, além de facilitar o crédito junto às instituições financeiras. Para os

produtores o cooperativismo foi uma forma de evitar os "atravessadores" que cobravam taxas altíssimas. Segundo Benetti (1992) além das taxas há registros sobre diversas trapaças feitas por essas pessoas:

> Os produtores registram, por exemplo, que os compradores de grãos lhes cobravam taxas exorbitantes de comissão para a venda, armazenagem e limpeza de seus produtos, além da cobrança de pesados ágios sobre títulos de crédito, assim como altos juros sobre seus empréstimos. Além disso, trapaceavam na classificação dos grãos, atribuindo-lhes um teor de umidade superior ao que efetivamente continham, reduzindo, assim, seu valor, com o objetivo de pagar-lhes um preço menor do que aquele a que faziam jus; trapaceavam ainda no próprio peso físico da produção.

O cooperativismo na década de 1960

Na década de 1960 as cooperativas recebem um grande investimento vindo do estado, principalmente oriundos de fundos governamentais, algo que era de extrema importância, pois sem esse investimento o modelo cooperativo gaúcho não seria viável (Benetti, 1992). Esse movimento por parte do estado também tinha como objetivo uma maior aproximação do setor público com a população interiorana, já que, nesse período, poucos serviços públicos eram disponibilizados para esses espaços (Alves, 2019).

Foi durante esse tempo que se inicia na região noroeste do Rio Grande do Sul, e no Brasil como um todo, o processo conhecido por revolução verde, em que ocorre a mecanização do campo, os "defensivos agrícolas" começam a ser utilizados em larga escala e o melhoramento artificial de sementes passa ser a base para as plantações (Cargnin, 2017). Essas mudanças têm como um dos seus principais viabilizadores o movimento cooperativista, pois foram essas instituições responsáveis por estimular, dar assistência técnica e financiar essas operações (Benetti, 1992).

O cooperativismo agrícola gaúcho tinha como sua principal base a região noroeste, essa localidade é onde destacam-se as produções de culturas anuais de trigo, soja, milho e sorgo, possibilitadas pela condição do solo, clima regional e as populações ali presentes. Neste sentido, as cooperativas começam a se destacar pelo transporte, beneficiamento de grãos e sua venda, somente na parte final da década ocorre uma expansão da linha de atuação dado que o beneficiamento e o processamento ganham maior destaque, isso foi possível devido à construção de parques industriais (Alves, 2019).

Foi durante esse período também que as cooperativas na região passaram por grandes transformações, no início da década de 1960 existiam no estado gaúcho aproximadamente 500 cooperativas agrícolas, na metade dessa década o número era muito inferior, resultado de uma política de integração entre as grandes e novas cooperativas. As novas cooperativas tinham a sua primeira diretoria nomeada pelo Banco do Brasil e, segundo Andrioli (2016), tinham como objetivos centrais:

> 1) disponibilizar para os agricultores os empréstimos realizados no exterior e concedidos pelo Banco do Brasil 2) estruturar a

> assistência técnica aos agricultores, para ensiná-los a lidar com as novas tecnologias; 3) construir uma estrutura de armazenagem e comercialização da produção agrícola para a exportação.

Entre os anos de 1963 e 1965 o setor cooperativista passa por uma grande instabilidade, resultado da alta da inflação e da crise política do país originada do golpe militar de 1964. O cooperativismo, em consequência da sua estreita relação com as políticas governamentais, passou por um impacto muito grande, com uma significativa redução de atuação (Benetti, 1992). Uma forma das cooperativas fugirem da crise foi a diversificação de produtos, até então, a base do cooperativismo era o transporte e beneficiamento do trigo, com a instabilidade do período, outras culturas ganharam espaço, neste contexto a soja foi a que mais ganhou notoriedade (Ew, 2001).

No primeiro momento a soja foi vista apenas como um produto temporário, que seria comercializado para cobrir as perdas de incentivos anteriormente recebidos no trigo, essa lógica se dava em função do restrito mercado da soja até o momento, uma vez que ela era usada para adubação, alimentação animal e para a produção de óleos. Além disso, sua venda se limitava ao mercado nacional, com poucas vendas no mercado internacional (Benetti, 1992). Apesar dessas peculiaridades a produção da soja era fomentada e enfatizada pelas cooperativas, como uma forma de diversificar a produção e fugir da dependência do trigo, junto a isso ressalta-se o fato da soja ser cultivada na entressafra do trigo (Alves, 2019).

A segunda metade da década de 1960 foi marcada pelo crescimento cooperativo, as boas safras, tanto de trigo quanto de soja, foram a base desse crescimento, aliado a isso as

políticas de incentivo do governo ditatorial foram de grande importância, já que o governo via esse modelo de organização com bons olhos (Ew, 2001). A área plantada também teve um aumento significativo, resultado da revolução verde, que possibilitou uma transformação no setor agrário, com os tratores e colheitadeiras, substituindo a mão de obra humana (Benetti, 1992). O processo de mecanização do campo no noroeste gaúcho teve como um dos principais fomentadores o cooperativismo, era a partir dessas organizações que os produtores tinham acesso aos "pacotes tecnológicos da modernização", a financiamentos, armazenamento e inclusive a formação ideológica. Estar associado a uma cooperativa era sinônimo de estar incluído na sociedade, não estar ligado era ser excluído. Para Büttenbender (2011) foi devido a esses fatores que "[...] as cooperativas expandiram rapidamente seu quadro social e passaram a abrir filiais em comunidades mais expressivas do meio rural, constituindo-se como empresas significativas na geração de riqueza em nível local e regional [...]".

As boas safras do final da década de 1960 fizeram com que as cooperativas passassem por um processo de melhorias, as estruturas, que começaram a se estender pelas localidades próximas a matriz, tiveram que ser adaptadas, pois agora além do trigo a soja passava a assumir um papel de destaque no qual as cooperativas não poderiam deixar de lado (Benetti, 1992). O trigo tinha um forte estímulo vindo do governo militar, que via a autossuficiência no produto como algo de grande importância, visto que a soja tinha um excelente valor no mercado, principalmente o internacional, foram essas as bases da economia do cooperativismo que chegaram nos anos de 1970 (Büttenbender, 2011).

O cooperativismo na década de 1970

Os anos de 1970 seguem a tendência da década anterior, com a soja ganhando cada vez mais espaço dentro das atividades realizadas nas cooperativas, desta maneira as associações passam a ter a soja como seu principal produto. A cultura segue expandindo sua área de plantio, tomando áreas onde anteriormente eram dedicadas ao plantio de outros grãos como feijão e milho, esse crescimento se mantém por quase toda a primeira metade da década citada (Benetti, 1992). A soja e o cooperativismo têm uma relação muito íntima na região noroeste do Rio Grande do Sul. Para Alves (2019), é praticamente impossível pensarmos na expansão da soja, da maneira que ocorreu, sem levarmos em conta o papel do cooperativismo.

O crescimento da produção de soja, durante essa década, foi marcado pela expansão da área produtiva e a redução da variedade de culturas em prol da soja, esse movimento possibilitou um grande aumento de vendas por parte das cooperativas e só encontrou seu limite devido à falta de terras novas para o crescimento produtivo e a resistência de algumas culturas, principalmente em menores propriedades, em que as plantações de subsistência como feijão, mandioca e milho se mantiveram (Benetti, 1992). Essa tendência pode ser observada nas taxas de expansão produtiva das lavouras de soja que na década de 1960 fecharam em mais de 30% ao ano e na década de 1970 esse crescimento não superou os 5% ao ano (Büttenbender, 2011).

A expansão do cooperativismo na década de 1970 esteve apoiada diretamente na cultura da soja, que no início da década teve seus melhores preços no mercado internacional, esse fator inclusive foi o responsável pela reestruturação do cooperativismo gaúcho que deixou de ser associativo e passou a

ter uma visão empresarial, visando quase que exclusivamente o acúmulo de capital (Büttenbender, 2011). Para Benetti (1992) essa alteração do cooperativismo pode ser observada nas atas das cooperativas, que passam a realizar parcerias com empresas em pontos considerados estratégicos, essas mudanças foram avalizadas pelo estado, podemos perceber isso na Lei n.º 5.764 de 16/12/1971.

> As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem.

Esse processo também é analisado por alguns autores como uma forma do estado liberalizar o seu controle sob o cooperativismo e também aumentar suas receitas, pois o comércio realizado com as empresas seria taxado de forma diferente. Para outros pesquisadores, essas medidas eram vistas como uma forma de aumentar a área de atuação das cooperativas e não necessariamente aumentar a arrecadação por parte do governo (Ew, 2001). De toda forma, os princípios do cooperativismo foram mantidos, como defende Benetti (1992).

> As alterações jurídicas propiciadas pela lei parecem ter visado mais que a cooperativa possa assegurar-se de uma série maior de bens e serviços necessários à consecução de seus objetivos sociais, do que auferir lucros nessas atividades, resguardando-se assim,

> pelo menos em princípio, a natureza do Cooperativismo.

O cooperativismo agrícola foi um dos que mais recebeu aporte deste capital privado, muitas cooperativas se especializaram no beneficiamento de culturas, principalmente da soja, construindo unidades de esmagamento, de torragem e de trituração do grão, utilizando inclusive dinheiro e tecnologia internacionais (Benetti, 1985). Foi neste período que aproximadamente 80% da soja produzida no Rio Grande do Sul tinha sua origem nas cooperativas, estas por sua vez tinham como sua maior base de atuação a região noroeste do estado (Benetti, 1982).

As cooperativas também se especializaram no processo de armazenamento de grãos, desde meados dos anos 1960 o estado gaúcho não tinha capacidade de estocar toda a sua safra e este problema aumentou ainda mais durante a década de 1970, uma forma de contornar esse déficit foi a expansão dos silos das cooperativas e assim favorecer seus associados (Cargnin, 2017). Essa prática foi muito utilizada até a safra de 1978 quando houve o primeiro grande revés da produção sojicultura.

As cooperativas também foram responsáveis pela introdução da cultura de soja nas pequenas propriedades rurais, mesmo as populações com menores áreas de cultivo se sentiram atraídas pela margem de lucro que a soja possibilitava, as safras da primeira metade da década de 1970 foram as que mais instigaram esse processo produtivo, muitas lideranças cooperativas viam a soja como o "grão de ouro", já que o grão, agora, se confirmava como a cultura de maior impacto no setor agrícola, tanto no aspecto de quantidade quanto de movimentação financeira (Cargnin, 2017).

As pequenas propriedades nunca foram de grande importância para o cooperativismo sojicultor, a soja na década de 1970, período onde cresce o número de pequenas propriedades neste ramo, já estava com suas bases firmadas na grande propriedade monocultora, algo muito diferente dos minifúndios, que além da menor quantidade de terra tinham que dividi-la com as culturas de subsistência. Isso impossibilitava uma produção que impactasse o setor cooperativista, normalmente o cultivo era uma tentativa de aumentar a renda familiar, que na maioria dos casos resultou no êxodo rural da família ou dos filhos que dependiam dessa terra para retirar o sustento (Benetti, 1992).

No final da década de 1970 o cooperativismo sojicultor passa por uma grave crise, que se estende até meados dos anos 1980, a crise nesse setor não tem uma explicação única, mas é resultado de diversos fatores que impactaram desde o financiamento da produção e seu preço no mercado internacional, a quebras de safras seguidas e, além disso, houve a valorização de outros produtos como a carne e o feijão, que ocuparam territórios antes utilizados para a produção da soja (Benetti, 1992). Esses fatores se uniram ao fato de que as cooperativas haviam projetado sua modernização contando com o capital de safras futuras, estas que não aconteceram, o endividamento provocou a falência de diversas associações no período (Cargnin, 2017).

O preço da soja no mercado foi um fator determinante para crise no cooperativismo, o valor pago pela saca foi reduzindo desde o ano de 1973, quando atingiu o valor de 219,00 cruzeiros, em 1974 o valor reduziu para 147,00, em 1975 o valor médio fechou 132,00 cruzeiros e em 1976 chegou a 128,00 cruzeiros. O primeiro aumento nesses valores aconteceu em 1977, quando chegou a 170,00, já nos anos seguintes o valor

voltou a reduzir e em 1978 diminuiu para 141,00, no ano seguinte 138,00 e em 1980 o valor reduziu novamente, chegando a 131,00 cruzeiros, segundo os dados da Fundação Econômica e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE) citados por Benetti (1985).

Em contrapartida, o custo da produção da soja por hectare se manteve em alta saindo do valor de 174,00 cruzeiros em 1973, para o valor de 952,00 cruzeiros no ano de 1978, foi esse custo que impactou em cheio as cooperativas, com os produtores migrando para as culturas de subsistência que apresentavam maior rentabilidade (Cargnin, 2017). A área de produção também passou por redução, principalmente a partir de 1977, ano em que houve a redução do plantio de 10,1% e em 1978 a redução chegou a 18,7% (FEE, 1990).

Outro fator relevante foi a drástica redução no crédito governamental, devido à crise econômica que o país passou no final da década de 1970, esta consequência dos grandes empréstimos contraídos pelo governo militar junto aos fundos internacionais, essa diminuição impactou diretamente a produção de soja e, consequentemente, o cooperativismo da região, por ser muito dependente desta forma de auxílio (Benetti, 1992). Junto disso a redução, e em alguns casos o fim do subsídio, fez com que o custo de produção disparasse, chegando a quintuplicar (FEE, 1990).

Foram esses os fatores centrais que levaram à crise do cooperativismo na década de 1980, chamada por alguns pesquisadores de década perdida, por motivo do decréscimo sofrido no setor. Segundo dados apontados por Benetti (1985) ainda havia crescimento produtivo no ramo cooperativista agropecuário nos anos finais da década de 1970, mas o setor acaba contraindo dívidas projetando lucros maiores, que não foram alcançados, desta maneira o setor não conseguiu sanar

suas dívidas o que levou a falência de diversas cooperativas em todo o estado gaúcho, mas esse impacto foi maior na região noroeste, onde o modelo agrícola era o de maior importância.

Referências

ALVES, C. N. *O campo do ensino superior em cooperativismo:* uma análise a partir da construção social do ensino superior em cooperativismo no Rio Grande do Sul. 2019. 232 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

ANDRIOLI, A. I. *Soja orgânica versus soja transgênica*: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Chapecó: UFFS, 2016.

BENETTI, Maria Domingues. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul*: uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotrigo 1957/1980. 3. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1992.

BÜTTENBENDER, P. L. *Estudos sobre o cooperativismo no Noroeste do estado do Rio Grande Do Sul, de 2004 a 2010*. 2011. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) − Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, 2011.

CALLAI, J. L. *Fecotrigo*: um trabalho de união (50 anos). Porto Alegre: Fecotrigo, 2008.

CARGIN, M. *A territorialidade da atividade cooperativa e a produção de soja no Planalto gaúcho*. 2017. 208 f. Tese (Doutorado em Geografia) − Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CONTO, M. de. *A hermenêutica dos direitos fundamentais nas relações cooperativo- comunitárias*. 2013. 227 f. Tese (Doutorado em Direito) − Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

EW, Aní Reni. *Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul*: os casos COSUEL e COAPEL – Anos 90. 2001. 215 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) − Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

GAIGER, L. I. *et al*. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos do Cedope*, São Leopoldo: Unisinos, n. 15, 1999.

MOURA, V. Notícias do Cooperativismo Brasileiro. *Secção de Informações Sociais e Trabalhistas - União Pan-Americana*, Washington, 1947.

PINHO, D. B. *As cooperativas no desenvolvimento do Brasil*: passado, presente e futuro. São Paulo: ESETEC, 2008.

PINHO, D. B. *As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro.* Brasília: OCB/Coopercultura, v. 1, 1991.

RODRIGUES, R. Internacionalização. *Revista Saber Cooperar*, Brasília, p. 1-2, abr. 2014.

RODRIGUES, R. Mapa moderniza estrutura interna para apoiar crescimento do agronegócio. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-5, jan./mar. 2005.

SCHNEIDER, J. O.; LAUSCHNER, R. Evolução e situação atual do cooperativismo brasileiro. *In*: NAUMANN, F. F.; COOPERATIVAS, A. D. O. *O cooperativismo no Brasil:*

Enfoques, análises e contribuições. Curitiba: FNS; ASSOCEP,1979, cap. 1, p. 1-58.

SILVA, C. M. da. *De agricultor a farmer***:** Nelson Rockefeller e a modernizaçãoda Agricultura no Brasil. Guarapuava: Unicentro; Curitiba: UFPR, 2015.

SILVA, E. S. *et al*. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. *UniRcoop*, [*s. l.*], v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003.

SIMON, C. *A revolução silenciosa*: a saga da eletrificação rural cooperativada do RS. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2011.

SINGER, P. A economia solidária no governo federal. *Mercado de Trabalho: IPEA,* [*s. l.*], n. 24, p. 1-5, ago. 2004.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

AS RELAÇÕES DE ESPAÇO E TERRITÓRIO NAS REDUÇÕES DE NOSSA SENHORA DE LORETO E SANTO INÁCIO MINI NO GUAYRÁ (1610-1631): UMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA

Mauricio Hepp
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia e Arqueologia (UFPR)
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA)

Resumo
O presente texto tem como objetivo revistar as pesquisas nos sítios arqueológicos das reduções jesuítico-guaranis de Nossa Senhora de Loreto e Santo Inácio Mini, nas suas primeiras fundações, relacionando-os aos dados arqueológicos produzidos regionalmente nos demais registros associados à Fase Loreto que se caracteriza por interações entre jesuítas e guaranis. Nessa abordagem, propõe-se uma leitura a partir de documentos etnohistóricos e informações etnográficas sobre os assentamentos e territórios Guarani na região do Guairá (atual estado do Paraná, no Brasil) relacionando-os com os dados arqueológicos de sítios identificados nas regiões próximas às reduções, com intuito de verificar a compatibilidade nas interações de ambos os registros e permitir uma compreensão de uso do espaço para além dos limites definidos nos aldeamentos reducionais. Aqui serão observados a distribuição, distância, inserção na paisagem, quantidade e características dos sítios que compõem o entorno dos núcleos fundados pelos jesuítas, considerando, sobretudo, a caracterização que permita identificar os mesmos enquanto contemporâneos a esse processo de redução e catequização indígena. O objetivo final é traçar perspectivas para a possibilidade do uso de dados arqueológicos que conjuguem com as demais informações produzidas nos referidos sítios jesuítico-guaranis e verificar elementos de territorialidade, relações inter-sítios perspectivas de negociação e interações no espaço, além da perspectiva de trocas e transformações na cultura material tanto nos núcleos reducionais quanto nos assentamentos imediatos a elas.
Palavras-chave: jesuítico-guaranis – missões – arqueologia histórica

Introdução

A arqueologia histórica, atualmente, representa um campo disciplinar que abarca uma grande parcela das pesquisas arqueológicas no Brasil, principalmente no que se refere aos contextos da colonização das Américas. Esse campo de atuação, circunscrito a partir da década de 1960 nos Estado Unidos e, posteriormente, difundido em outros países, tem se tornado proeminente e ganhado um espaço maior nos debates teóricos principalmente no que tange a abordagens pós-coloniais nas últimas décadas. A pesquisa do período de colonização europeia na América tornou-se não apenas algo do passado cronológico, puramente focado na dicotomia colonizador/colonizado, mas também representa um processo em construção contínua e que pertence à história de diferentes etnias e grupos marginalizados historicamente, parcelas usualmente invisibilizadas nas narrativas do mundo colonial até a contemporaneidade (SENATORE, 2022).

Em grande medida, os contextos trabalhados na base de uma arqueologia histórica se deparam com uma problematização maior do que um simples assombro de uma disciplina considerada "histórica", mas que, durante muito tempo, teve cautela em lidar com um dos temas que praticamente a define (SILLIMANN, 2022, p. 28). O processo de colonização das américas, dentro das suas especificidades assim como da sua construção narrativa, cria um impasse na perspectiva de se trabalhar uma arqueologia colonial (não confundir com colonizadora), ao passo que tem um evento significativo na trajetória das populações originárias do continente, já constituídas de uma história profunda, e que tem um impacto que se refletiu na violência física e social, assim como se perpetuou através de uma violência

epistemológica e de apagamento das dinâmicas e transformações culturais vividas por essas populações.

Nessa perspectiva, quando se aborda encontros entre diferentes culturas, a arqueologia colonial vem trazer uma perspectiva do impacto causado por esse contato e, especificamente, no escopo dessa pesquisa, os primeiros ciclos de catequização indígena empregados pelos jesuítas na então província do Guairá, hoje atual estado do Paraná.

Considerando o histórico de pesquisa nos estados, e os sítios identificados associados a esse período circunscrito no século XVII, a fundação dos *pueblos* indígenas Guaranis de Nossa Senhora de Loreto e Santo Inácio Menor (CHMYZ, 1985; 1986; 2001; CHMYZ & SGANZERLA, 1990; CHMYZ et al., 1990), buscou-se entender como o impacto no mundo indígena e o quanto esse atuou através de suas práticas e referências frente às primeiras experiências catequizadoras levadas à frente pelos jesuítas durante duas décadas de duração (1610-1631).

Concomitante, considera-se que o estabelecimento dos *pueblos*, missões ou reduções jesuítico-guaranis não se constituíam apenas dos espaços definidos desses assentamentos, mas sugere-se que haveria uma correlação com outros locais, pautados também no contato com indígenas não catequizados, o que poderia envolver a circulação de bens, pessoas e práticas (CHMYZ et al., 1990; CHMYZ, 2001; 2009).

A arqueologia Guarani já tem alguns exemplos sobre a ampla mobilidade desses grupos (NOELLI, 1993; BONOMO et al., 2015) e um território consolidado na área de estudo, que abrange o vale do Rio Paranapanema (CHMYZ, 1977; BONOMO et al., 2015). Descrições dos cronistas até meados do século XIX sobre as colônias indígenas também apontam para uma perspectiva de interação com troca de mercadorias, contato

com indígenas de outras áreas, e circulação de pessoas e, possivelmente, objetos (CORTESÃO, 1951; MOTA, 2010). Todo esse movimento ante a chegada do colonizador europeu e, em especial, dos catequizadores jesuítas, sugere que esses assentamentos de caráter religioso estariam inseridos em uma perspectiva territorial prévia, com lideranças indígenas estabelecidas, negociações e dinâmicas de poder pré-estabelecidos, sendo os jesuítas um elemento novo nessas relações (CARDOZO, 1938; BECKER, 1992; NOELLI, 1993).

As reduções de Nossa Senhora de Loreto e Santo Inácio Mini, em última instância, constituíram-se nas primeiras experiências jesuíticas na então província do Guairá, o que transforma este contato cultural entre europeus e indígenas num aporte que orientou as relações desse encontro cultural e influenciou as perspectivas de significados, referências, representações e práticas, tanto para indígenas quanto para europeus naquela circunstância.

A vasta documentação produzida pelos jesuítas e outros cronistas da época têm sido um aporte imprescindível não apenas para estudos historiográficos, mas também como fonte para a interpretação da cultura material. As informações sobre cotidiano, práticas, organização, e costumes de indígenas antes e durante o processo evangelizador. A despeito do olhar eurocêntrico e de equívocos interpretativos, os jesuítas descreviam exaustivamente, considerando que, aspectos que não tenham sido registrados nesses textos, podem ser acessados pelo material arqueológico que apresenta informações relevantes e nuances que eludem a perspectiva apresentada nas narrativas.

Desse modo, o olhar para a cultura material visa entender aspectos do protagonismo indígena, estratégias de negociações e até práticas que estruturaram as comunidades que se

constituíram no período e viriam a se dispersar para outras regiões após o êxodo decorrente das bandeiras paulistas (PAUKETAT, 2001; SOUZA & SYMANSKI; 2009; SOUZA, 2017).

Em síntese, busca-se aqui apresentar questões que ainda merecem um olhar profundo de ordem arqueológica, das quais pretende-se prover algumas hipóteses para o tema em estudo. Ao entender como se dava a relação dos espaços dentro e fora da redução, e as estratégias de negociação e de representações na cultura material, a arqueologia pode contribuir através das seguintes proposições: 1) as mudanças e especificidades dentro dos estilos cerâmicos pré e pós estabelecimento das missões, com vias de observar transformações na cultura e identificadores de grupos plurais dentro de um mesmo contexto; 2) as relações no processo de colonização na perspectiva de negociação entre duas culturas distintas, e não apenas a dominação sobre outro grupo passivo; 3) novos referenciais poderiam estar sendo trabalhados e reorganizados no espaço da redução e na relação dos indígenas, e até mesmo refletidos na distribuição e característica da cultura material; e 4) a correlação com sítios no entorno pode sugerir uma organização social ampla que não se limitou ao espaço da redução, incluindo a circulação de materiais e influências nas comunidades não catequizadas.

A ocupação espanhola no território do Guairá

As primeiras pesquisas arqueológicas em locais de cunho "histórico" no Paraná foram desenvolvidas, principalmente, nas antigas vilas espanholas e nas reduções, fundadas nos séculos XVI e XVII. Esses estudos foram amplamente pautados nesses

locais como tema do início da ocupação (ou colonização europeia) no território paranaense. A ocupação espanhola, especificamente, no que foi determinada como Província do Guairá, e se deu através da fundação de vilas para ocupação e exploração dos recursos no território, principalmente a erva-mate sob o regime de trabalho de *encomiendas* (PARELLADA, 1997). A experiência jesuítica junto aos indígenas iniciou décadas mais tarde, em parte, conflituante com a exploração da mão-de-obra indígena e expandindo o empreendimento da igreja católica, que iria findar apenas com a violência dos bandeirantes nas expedições com intuito de apresar os indígenas para a o trabalho escravizado nas fazendo de cana-de-açúcar (CHMYZ, 1985, p. 173).

Os primeiros povoamentos erigidos pelos espanhóis no território foram Ontiveros (1554), nas margens do rio Paraná; Ciudad Real Del Guairá (1556-1557), junto a foz do Rio Piquiri no Rio Paraná; e Villa Rica Del Espiritu Santo (1570), a 60 léguas de Ciudad Real, que posteriormente foi realocada junto a foz do Rio Corumbataí no Rio Ivaí, no ano de 1589 (PARELLADA, 1997, pp. 11-12). Outros povoamentos se distribuíam nos arredores desses núcleos, onde as comunidades possuíam repartições de indígenas (*pueblos*) que trabalhavam no regime de *encomiendas*, e se distribuíam ao longo dos rios Ivaí, Corumbataí, Piquiri e Tibagi (PARELLADA, 1997, p. 15).

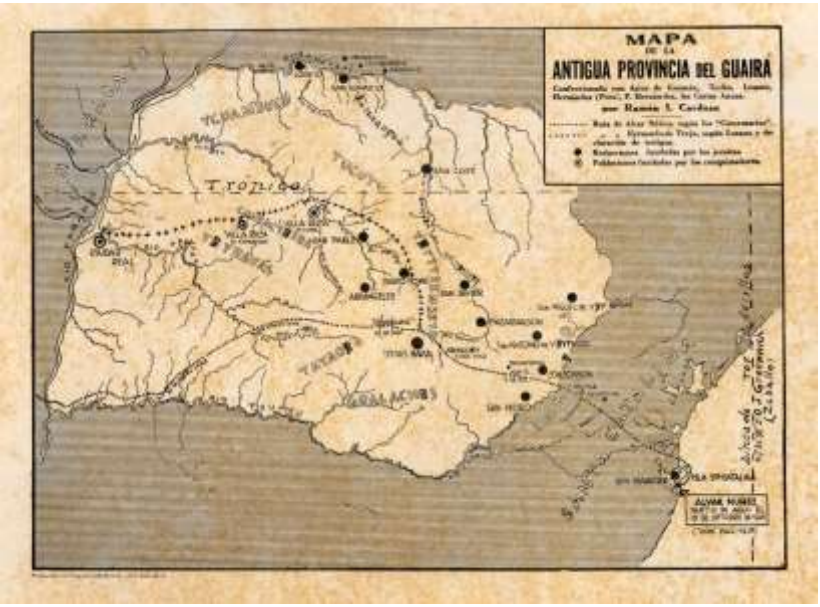
Embora já houvesse instalações dos jesuítas nesses povoamentos, a demanda pela catequização indígena no Guairá se seguiu devido aos mesmos serem numerosos em relação aos espanhóis, o que permitiria maior facilidade na conquista da região (PARELLADA, 1997). Assim, a partir do ano de 1609, os padres jesuítas Joseph Cataldino e Simão Masseta receberam autorização do governador do Paraguay para fundar assentamentos sob a forma de reduções junto aos indígenas em áreas do Rio

Paranapanema. Em 1610, após partirem de Ciudad Real, subiram o rio Paraná até a foz com o Paranapanema, e ainda por via fluvial, procederam até identificar os locais aptos para erigir a redução de Nossa Senhora de Loreto, junto à foz do rio Pirapó, e Santo Inácio do Ipaumbucu, junto a foz do ribeirão Santo Inácio (MOTA, 2010, p. 29).

No início do século XVII a região do Guairá chegou a contar com quinze reduções[119] (Figura 1.) (PARELLADA, 2014, p. 40). O projeto jesuítico no Guairá perdurou de 1610 a 1632, quando o avanço dos bandeirantes paulistas em busca de mão-de-obra indígena, atacou e pilhou os assentamentos, o que ocasionou na dispersão dos indígenas pelo território e a migrar até a Argentina, junto ao rio Paraná (MOTA, 2010, pp. 31-32).

[119] Em algumas publicações a contagem é de13 reduções. A dificuldade de localizar documentações assim como os locais desses assentamentos limita uma pesquisa com maior alcance. Além das missões, haveria aldeamentos visitados pelos jesuítas para catequização, sem haver estabelecido uma redução de fato, ou ter um padre residente. Esse é o caso de Itamaracá, Maracanã e Araraá, todas na margem direita do rio Paranapanema.

Figura 1. Mapa da província do Guairá com a indicação das vilas espanholas e das reduções jesuítico-guaranis. A localização é aproximada.



Fonte: Cardozo, 1938.

As pesquisas arqueológicas em Nuestra Señora de Loreto

O local onde estão os remanescentes da redução Nossa Senhora de Loreto, após seu abandono, foi identificado apenas no século XIX, primeiramente com a expedição do Barão de Antonina no rio Paranapanema, e descritas por João Henrique Elliot em 1846; e posteriormente na expedição de Joseph e Franz Keller, em 1865. Foi reocupada por uma colônia militar indígena já nesse período, nomeada Nossa Senhora do Pirapó. Embora não

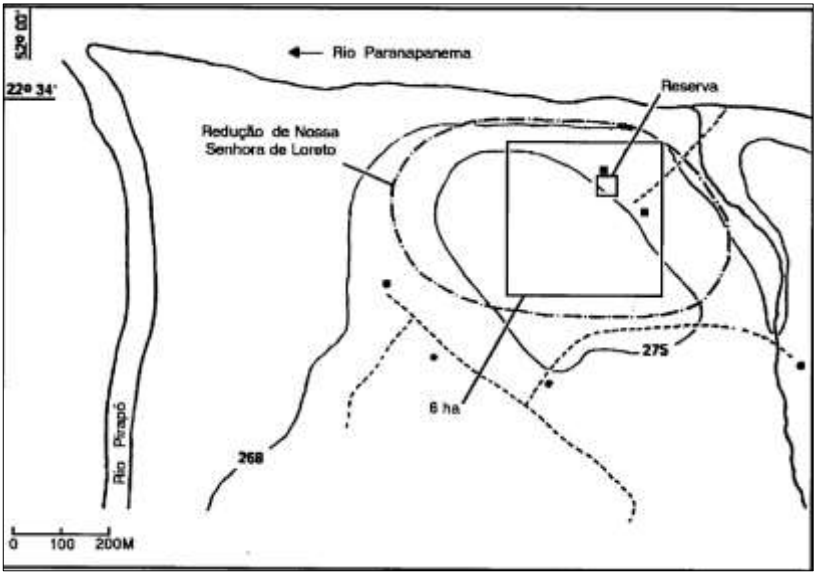
tenha perdurado por problemas de enfermidades (tendo se mudado para a então redução de Santo Inácio), o local teve sérios problemas de preservação, já que sua área foi constantemente reocupada por agricultores e posseiros, principalmente frente a expansão do norte do Paraná.

Mesmo com a promulgação da Lei Estadual nº. 33, de 17 de janeiro de 1948, que previa uma área de proteção para os locais das antigas reduções e vilas espanholas, esta foi sumariamente invadida, o que resultou numa redução considerável do perímetro de proteção de 121 hectares para 6 hectares, e então resumindo-se atualmente a uma pequena área que circunda os remanescentes do que seria a igreja (CHMYZ & SGANZERLA, 1990).

Em 1970, uma equipe da CEPA[120] atuando no contexto do PRONAPA[121] realizou uma prospecção na área que, além de identificar os problemas elencados no local da antiga redução, executou cortes pontuais para registro de estratigrafia e coleta de material em diferentes pontos do rio Pirapó, o qual foram utilizados como base para a definição da Fase Loreto (CHMYZ, 1974; CHMYZ, 1986, pp. 57-61). O local só seria revisitado sob égide de pesquisa durante o Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu, mesmo com a área fora da cota de alagamento, foram realizados levantamentos das condições atuais do sítio e nova coleta de material (CHMYZ & SGANZERLA, 1990, pp. 63-65; CHMYZ, 2001, p. 45).

[120] Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná.
[121] Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (1965-1970).

Figura 2. Situação da área estimada da redução de Nossa Senhora de Loreto e as reduções do perímetro devido a ação de posseiros nos anos de 1960 a 1970.



Fonte: CHMYZ & SGANZERLA, 1990, p. 63.

As características de antropização atuantes na área não foram encorajadoras para verificar um potencial de escavações no local, justificado pelos subsequentes trabalhos na terra decorrente da agricultura, com grande alteração da matriz sedimentar, e a ocupação por posseiros e outros agricultores que regularizaram a posse dos terrenos (Figura 2) (CHMYZ & SGANZERLA, 1990). Ainda que as pesquisas empreendidas fossem limitadas, os estudos que definiram a Fase Loreto identificaram 27 sítios arqueológicos (incluindo a redução) dispostos ao longo das margens do rio Pirapó e do rio Paranapanema (em distâncias entre

30 a 300 metros); e que conformavam concentrações de materiais medindo de 20 x 15m, até 90 x 70m. No total foram recuperados 8.895 fragmentos cerâmicos de diferentes características que compuseram a Fase Loreto, caracterizada, principalmente, por material com evidências de contato entre europeus e indígenas. Outros objetos, também feitos de cerâmica, incluíam: suportes de panelas, rodelas de fuso, cachimbos (incluindo com representação antropomorfa), esferas de argila, cilindros alongados, alças e pedestais (CHMYZ, 1974, pp.79-81).

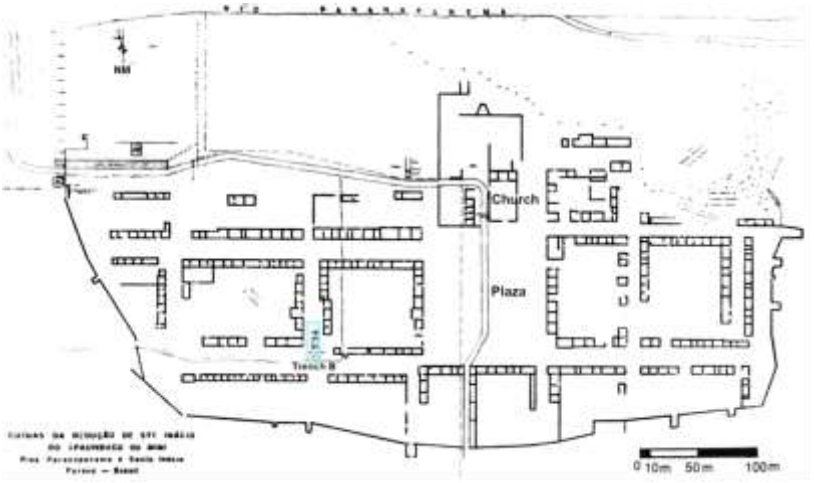
As pesquisas arqueológicas em San Ignácio Mini

A redução de San Ignacio do Ipaumbucu, ou San Ignacio Mini[122], também se insere no mesmo contexto de proteção da Lei Estadual nº. 33, porém teve menores problemas de preservação se comparado com o assentamento de Loreto. Ainda assim, ficou suscetível a ação da expansão da fronteira agrícola a partir do século XIX, além de receber a instalação de uma colônia militar e indígena, nomeada de Santo Inácio do Paranapanema, no período de 1862 a 1878 (MOTA, 2010, pp. 35-36). Nos anos de 1961-1963 foi empreendida a primeira pesquisa arqueológica no local com a escavação das estruturas e topografia da planta realiza por Blasi (BLASI, 1966; CHMYZ et al., 1990). Nessa pesquisa, Blasi (1966) produziu uma planta da redução a partir das feições de terra ainda presentes no local. Destes montículos detalhou-se a posição das edificações e demais estruturas que

[122] Denominação dada para diferenciar de sua homônima, San Ignácio Guazú, fundada no Paraguai em 1609.

compunham o aldeamento que tinha área aproximada de 219.000 m², sendo desta 16.000 m² de área construída, a praça com 1.000 m², e os conjuntos de casas em quarteirões com 640 m² (Figura 3).

Figura 3. Planta da redução de Santo Inácio Menor levantada por Blasi em 1966 indicando os locais da intervenção (Trench B).



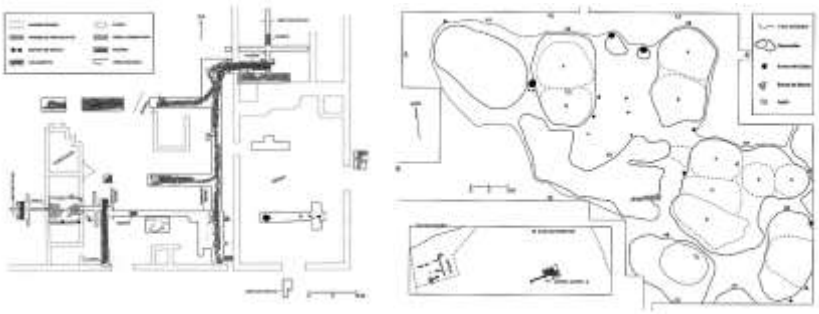
Fonte: Nimmo e Parellada, 2023.

As escavações seriam retomadas entre 1987 e 1990 com a equipe coordenada pelo professor Igor Chmyz, decorrente da implantação dos aproveitamentos hidrelétricos de Rosana-Taquaruçu (CHMYZ, 1986). Nessa nova etapa, a equipe se deteve aos espaços da igreja e anexos que se encontravam em melhores condições de preservação no período (CHMYZ, 2001, p. 46).

Entre as estruturas escavadas, estavam o setor religioso, que compreendia a igreja e a morada dos padres (Figura 4, imagem à esquerda); uma área que abrangeria a casa dos indígenas (Figura 4, imagem à direita) e, especificamente, um forno utilizado possivelmente para a cocção das telhas, quanto também constava resquícios de escória de fundição (CHMYZ et al., 1990, pp. 21-25; CHMYZ, 2001, p. 47). As estruturas mostraram-se com relevante estado de conservação e puderam ser evidenciadas e significativa quantidade de material arqueológico foi recuperado, tanto nas áreas de habitação, quanto nas lixeiras, compreendendo fragmentos de recipientes e outros objetos cerâmicos, instrumentos de ossos, conchas e pedras; além de objetos em metal, modelagens em cerâmica e medalhas de prata, bronze e um crucifixo de estanho (CHMYZ, 2001, pp. 48-50).

As escavações também puderam detectar uma camada posterior ao abandono que representou uma reocupação indígena com as mesmas características da redução, onde havia uma camada com material cerâmico de características similares ao encontrado nas camadas mais profundas, o que corresponderia ao contingente não capturado ou que não migrou junto com os jesuítas (CHMYZ, 2001, p. 50). Na área da igreja as escavações revelaram considerável quantidade de esqueletos (sepultamentos) dispostos em covas e com acompanhamento funerário, o que indicava serem do período após o abandono da redução (p. 51).

Figura 4. À esquerda, aspecto geral da planta de escavação destacando a área da igreja e dos cubículos que correspondiam as moradias dos padres. Na direita, detalhe da escavação da área correspondente a "casa dos índios".



Fonte: CHMYZ, 2001; 2010.

Nas áreas próximas à igreja e às moradas dos padres estariam circundados por calçamentos em pedra, que ligavam locais específicos entre a igreja, colégio, pátio e possivelmente o forno. As calçadas eram caracterizadas por alinhamentos de pedras e estavam dispostas em largura de 0,9 a 1,1m, com blocos de pedras maiores marcando o alinhamento das laterais (CHMYZ et al., 1990, p 39).

Recentemente, uma revisitação do tema tem surgido gradativamente, com a perspectiva de se apresentar os contextos retrabalhando as análises da cultura material para além de uma descrição (PARELLADA, 2018). Em particular, destaca-se a revisão feita por Nimmo (2020) e Nimmo e Parellada (2023) sobre o acervo de material de San Ignácio Mini sob a guarda do Museu Paranaense, oriundo das primeiras escavações empreendidas por Blasi na década de 1960. Esses trabalhos trouxeram a perspectiva de organização e reanálise do conjunto cerâmico e permitiu tecer algumas abordagens sobre o potencial de coleções

"órfãs"[123], sintetizando perspectivas para a correlação entre fontes etnohistóricas e cultura material (pp. 626-627).

A região do Guayrá e as lideranças indígenas nos séculos XVI e XVII

Uma perspectiva pouco considerada nas pesquisas arqueológicas históricas reside na leitura do âmbito regional das missões jesuítico-guaranis. Há, entretanto, uma dificuldade em se realizar correlações entre diferentes sítios arqueológicos e as reduções dado a falta de informações seguras, principalmente sobre a cronologia. Entretanto, datações relativas ou associações por caracterização do material arqueológico, principalmente a cerâmica, ou outros objetos que acompanham europeus durante o processo colonizador tendem a apresentar indícios de uma associação, ao menos, relativa entre conjuntos de sítios.

Reitera-se aqui um fator importante quando se trata da região do Guayrá, pois trata-se dos primeiros esforços de estabelecimento de uma ocupação espanhola neste território. As vilas fundadas, assim como as missões, dividiram espaço com um território já estabelecido por outros grupos, em especial, os Guarani. Sínteses de ocupações regionais já têm informado sobre a amplitude temporal de espacial que a população Guarani abarcou no Brasil meridional, incluindo o estado do Paraná (NOELLI, 1999/2000; CORRÊA, 2014; BONOMO et al., 2015). Somado a isso, referência na documentação do período tratam dos locais e das lideranças indígenas as quais detinhas determinados

[123] Conforme visto em Voss (2012).

territórios e sua influência e relação com os assentamentos espanhóis e, posteriormente, com os jesuíticos-guarani (BECKER, 1992).

Nessa perspectiva, pode-se traçar uma relação com as perspectivas de territorialidade Guarani, conforme trazidas por Noelli (1993, p. 248) a partir de dados etnográficos e históricos. Nessa proposta, o domínio do território Guarani compreenderia três níveis: o *Guará*, o *Tekohá* e a *Teii*. O *Guará* é um conceito abrangente e sociopolítico de uma região onde diferentes *Tekohá* estavam inseridos e sob a liderança de uma figura de prestígio. O *Tekohá* abarcaria os aldeamentos que estariam ligados, de alguma forma, por laços de parentesco ou aliança, podendo ainda ser subdividido através de aspectos físico-geográfico, econômico e simbólico. Por fim, o *Teii* corresponderia o termo para a família extensa, a qual a unidade de morada estava representada pela *Teii oga* (casa da família extensa). Aqui tem-se também a perspectiva de Montoya (1997, p. 20) que indicava que os indígenas viveriam em povoados de 5 a 6 casas.

Cardozo (1938) e Becker (1992) trazem informações sobre as figuras de liderança desse período presentes nas documentações espanholas e que indicavam, majoritariamente, as regiões que corresponderiam os *Guará* desses caciques. Embora não haja muitos detalhes sobre como se dava essa relação de poder, alguns são citadas nas ânuas principalmente quando eram catequizados ou sendo fervorosos opositores. Nessa perspectiva é de interesse observar que esses domínios e interações com os padres jesuítas se dava considerando uma transformação na relação território e ancestralidade, visto que muitos indígenas se aliaram aos espanhóis, seja na tentativa de evitar o trabalho nas *encomiendas* (como no caso das reduções) e para se defenderem das

incursões dos paulistas para apresamento de mão-de-obra escravizada (BECKER, 1992).

Algumas dessas figuras trazem, ainda, informações relevantes quando considerando a territorialidade e a possibilidade de entender esses sistemas de ocupação integrados. Assim como o *Guará* representaria um domínio amplo, as reduções e vilas estariam sempre em negociação com essas lideranças, pois o contingente de população faria frente aos postos europeus. Da mesma forma, os jesuítas procuravam as lideranças como uma forma de angariar o maior número possível de indígenas para catequização, pois com a liderança convertida, seus seguidores acompanhavam (MONTOYA, 1997). Também o fato de que alguns povoados não se uniram de imediato às reduções, mantendo seus aldeamentos mesmo quando visitados pelos padres, como é o caso da aldeia de Roque Maracanã (MONTOYA, 1997, pp. 56-57).

Os sítios arqueológicos no entorno das reduções

Durante o quinto ano do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) uma das áreas selecionadas foram baixo rio Paranapanema até a foz com o rio Paraná. Das áreas prospectadas, a altura da foz do rio Pirapó foram identificados 27 e sítios arqueológicos pertencentes a Tradição Tupiguarani, subtradição Escovada (CHMYZ, 1974, p. 79).

Juntamente com estes sítios foi registrado com tal os remanescentes da redução de Nossa Senhora de Loreto, sendo o maior e mais representativo sítio do conjunto. A Fase Loreto, então, foi definida a partir do material recuperado que se

caracterizava, principalmente, de fragmentos cerâmicos, classificados em 24 tipos decorativos, sendo frequente o engobo vermelho, a pintura, corrugado e escovado, dentre outros tipos (CHMYZ, 1974, pp. 79-80). Os demais sítios, dispostos junto ao curso do rio Paranapanema e do rio Pirapó, seriam contemporâneos à redução em relação aos tipos cerâmicos, os quais estariam compartilhados nestes sítios (Figura 5). Incluía-se materiais de argila correspondentes a rodelas de fusos, suportes de panelas, alças, cachimbos angulares, e esferas de argila com até 20mm de diâmetro (CHMYZ, 1974, p. 80).

Ainda nessa perspectiva, as fontes etnohistóricas indicam que, quando os padres Cataldino e Masseta subiam o rio Paranapanema procurando local para o estabelecimento da missão, só foram encontrar povoamento próximo à foz do rio Pirapó, onde constataram a existência de, pelo menos, 25 outros aldeamentos nos arredores (MONTOYA, 1997, p. 38; CHMYZ et al., 1990).

A Fase Loreto abrangeria também ao sítio da redução de Santo Inácio, além de estar relacionado com a Fase Tibagi (que deve abarcar os sítios com influência das reduções que se estabeleceram no rio homônimo), à Fase Caloré, localizada entre os rios Tibagi e Ivaí que se enquadraria na mesma situação[124], e a Fase Sarandi, identificada no rio Paraná (CHMYZ, 1986, p. 64).

[124] Possivelmente essa região poderia compreender o que é referido em textos e documentos históricos como região do Tayaoba.

Figura 5. Mapa com a indicação da redução de Nossa Senhora de Loreto e os sítios identificados nas imediações nas pesquisas de 1970 e 1985/1986, que correspondem à Fase Loreto.

Fonte: CHMYZ, 1974; 1986.

No caso da redução de Santo Inácio Mini, a frequência de sítios é menor, mas também se distribuem, principalmente, ao longo do ribeirão Santo Inácio (Figura 6). Os sítios são marcados com material que sugerem, em alguma medida, influência europeia ou que pudessem ser contemporâneos à redução (com exceção dos sítios marcados como pertencentes à Tradição Neobrasileira), porém não há discussões mais aprofundadas sobre essa questão (CHMYZ et al., 2006, p. 25).

Figura 6. Mapa com a indicação da redução de Santo Inácio Mini e os sítios identificados nas pesquisas do Projeto Rosana-Taquaruçu (1986) e em 2006 durante monitoramento de área destinada a construção de uma usina de cana-de-açúcar.

Fonte: CHMYZ, 1986; CHMYZ et al., 2006.

Essas informações sugerem não apenas que a região estava amplamente habitada ante a chegada dos padres jesuítas, como também é possível que os aldeamentos próximos pudessem ter sido contemporâneos às missões, considerando não apenas os dados obtidos na caracterização do material, quanto aos relatos que fazem referência direta às interações com outros assentamentos. Algumas dessas informações, contudo, podem ser atestadas, como o caso do sítio Taquaruçu, localizado no lado paulista do rio Paranapanema e quase em frente à Nossa Senhora

de Loreto. Esse sítio foi pesquisado e publicado por Thomaz (1995), e descreve o material de um sítio com estruturas de telhas e material cerâmico com influência jesuítica. Poderia, sobremaneira, corresponder a um dos assentamentos referidos na literatura da época, tal qual Maracanã, Itamaracá e Araraá (CARDOZO, 1938). O mesmo ocorre com o sítio Alvim, distante alguns quilômetros de Santo Inácio Mini e com características de influência jesuítica (SANTOS & FACCIO, 2023).

Considerações

As pesquisas arqueológicas que se detém nos registros que atestam o período de colonização europeia no Brasil tem figurado cada vez mais nos estudos de arqueologia histórica. Embora haja dificuldade de estabelecer circunscrições temporais em alguns sítios dado os primeiros anos de interação e poucas mudanças puderem ser observadas nos conjuntos materiais, gradativamente as informações podem ser trazidas numa conjunção de fontes arqueológicas, etnográficas e históricas.

Nesse espaço de tempo, observa-se que o período correspondente ao início do projeto catequizador jesuíta acaba sendo restrito no que tange às fontes documentais e materiais. As dificuldades em identificação e, principalmente, na preservação e conservação dos registros materiais, sejam arquitetônicos ou de artefatos, têm limitado as pesquisas nestes locais. Felizmente, esse quadro vem gradativamente se alterando não apenas pela retomada de pesquisas anteriores, mas com a continuidade e aplicação de novos olhares para esses contextos.

Abordagens que direcionam para uma arqueologia do colonialismo tem se desenvolvido significativamente

permitindo a inserção de temas complexos aos debates e à construção do conhecimento deixando a arqueologia histórica de lado o legado de ser um campo disciplinar assobrado por um colonialismo e da dicotomia com a pré-história (SILLIMAN, 2022). A relevância do campo teórico e a possibilidade de novas abordagens permitem revisitar coleções arqueológicas e trabalhar temas sob novas perspectivas, demonstrando que há um vasto repertório de potencialidades ainda por ser trabalhados (VOSS, 2012; DEAGAN, 2013; NIMMO, 2020).

Referências

BECKER, I. I. B. Lideranças indígenas no começo das reduções jesuíticas da província do Paraguay. *Pesquisas: Antropologia*, nº 47, Instituto Anchietano de Pesquisas, 1992.

BLASI, O. Investigações arqueológicas nas ruínas da redução jesuítica de Santo Inácio Mini, PR, Brasil, nota prévia. In: *Congr. Intern. Americanistas*, 36 (1966: Sevilha). Anais. Sevilha/Espanha, 1966. v.l, pp.473-480.

BONOMO, M.; ANGRIZANI, R. C.; APOLINAIRE, E.; NOELLI, F. S. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International* 356, 2015, pp. 54-73.

CARDOZO, R. I. *El Guairá:* História de la antigua provincia 1554-1676. Edición Menéndez: Buenos Aires, 1938.

CHMYZ, I. Dados arqueológicos do baixo rio Paranapanema e do alto rio Paraná. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas 5, Resultados Preliminares do Quinto Ano 1969-1970.

Publicações Avulsas nº. 26, Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 67-90, 1974.

_____. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real de Guairá. *Cadernos de Arqueologia*, Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, n.1, pp. 7-103, 1976.

_____. Pesquisas de arqueologia histórica no Paraná. *Dédalo*, São Paulo, n.24, pp.171-197, 1985.

_____. Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu. *Série Empreendimentos* 001. São Paulo, CESP, 1986, 2ª edição.

_____. 2001. Pesquisas arqueológicas nas reduções jesuíticas do Paraná. *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, Curitiba, v. 15, pp. 39-58.

CHMYZ, I.; BORA, E.; VOLCOV, J. E.; SGANZERLA, E. M. *Relatório do acompanhamento arqueológico realizado na área de implantação da usina Alto Alegre S. A. – Açúcar e álcool, no município de Santo Inácio/PR*. Relatório de Pesquisa. Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, UFPR, 2006.

CHMYZ, I.; SGANZERLA, E. M. Considerações sobre os sítios históricos especiais nas áreas paranaenses influenciadas pelas usinas hidrelétricas Rosana e Taquaruçu e, sugestões para o seu aproveitamento múltiplo. *Arqueologia, Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, Curitiba, n.6, pp. 55-74, 1990

CHMYZ, I.; SGANZERLA, E. M.; VOLCOV, J. E. O Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu e, a evidenciação de estruturas arquitetônicas na redução jesuítica de Santo Inácio Menor. Arqueologia, *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas,* Curitiba, n.6, p.1-54, 1990.

CORRÊA, A. G. 2014. *Pindorama de Mboia e Iakaré*: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupí. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de doutorado).

CORTESÃO, J. (org.). *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640).* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

DEAGAN, K. Hybridity, Identity, and Archaeological Practice. In.: CARD, J. J. (ed). *The Archaeology of Hybrid Material Culture. Centre for Archaeological Investigations*, Occasional Paper No. 39. Southern Illinois University, 2013. pp. 260-276.

MOTA, L. T. A história da ocupação humana do médio rio Paranapanema: das populações caçadoras-coletoras pré-cerâmicas aos aldeamentos indígenas no século XIX. In.: MOTA, L. T. (org.). *Redução Jesuítica de Santo Inácio*. Maringá: Eduem, 2010, pp. 25-78.

NIMMO, E. R. Approaching Archaeological Museum Collections through the Concept of Assemblage: The Case Study of the Jesuit Mission San Ignacio Miní (1610–1631). *Latin American Antiquity* 31(3), 2020, pp. 615–631.

NIMMO, E. R.; PARELLADA, C. I. Reanalyzing an Archaeological Collection from San Ignacio Miní (1610–1631), an Early Spanish Jesuit Mission in Southern Brazil. *Historical Archaeology*, Vol. 57, pp. 286-314, 2023. https://doi.org/10.1007/s41636-023-00388-1

PARELLADA, C. I. *Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos na cidade colonial de Villa Rica del Espiritu Santo/Fênix- PR.* Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPR, Curitiba, 1997.

_____. Resistência e mudança Guarani: a linguagem visual nas missões jesuíticas do Guairá (1610-1631). *Anais da IX Reunião de Antropologia do Mercosul*, Curitiba, 2011.

_____. Arqueologia das fortificações no Paraná. In: LINO, J.T.: FUNARI, P.P.A. *Arqueologia da guerra e do conflito*. Erechim: Editora Habilis, 2013, pp. 97-128.

_____. Arqueologia de cidades coloniais espanholas na Província Del Guairá. In.: ALCÁNTARA, M.; MONTERO, M. G.; LÓPEZ, F. S. (ed.). *Memórias del 56º Congreso Internacional de Americanistas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018, pp. 818-826.

_____. Arte em missões jesuíticas no Guairá (1610-1631): entrelaçando arqueologia, antropologia e arquitetura. In.: ALCÁNTARA, M.; MONTERO, M. G.; LÓPEZ, F. S. (ed.). *Memórias del 56º Congreso Internacional de Americanistas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018, pp. 370-378.

PAUKETAT, T. R. Practice and History in Archaeology. *Anthropological Theory*, 1(1), 2001, pp. 73-98.

SANTOS, B. M. S.; FACCIO, N. B. A análise tecnotipológica da cerâmica Guarani de influência/interferência jesuíta dos sítios arqueológicos Alvim, Castelinho e Taquaruçu. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, [S. l.], v. 5, n. 6, p. 108–133, 2023. DOI: 10.56579/rei.v5i6.688.

SILLIMAN, S. W. Colonialismo na Arqueologia Histórica: uma revisão de problemas e perspectivas. *Cadernos do Lepaarq*, v. XIX, n.37, pp. 26-54, 2022.

SOUZA, M. A. T. A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*, Vol. 30, No. 1, 2017, pp. 144-153.

SOUZA, M. A. T.; SYMANSKI, L. C. P. Slave Communities and Pottery Variability in Western Brazil: The Plantations of Chapada dos Guimarães. *Journal of Historical Archaeology*, No. 13, pp. 513-548, 2009.

THOMAZ, R. C. C. *Arqueologia da influência jesuítica no baixo Paranapanema: o estudo do sítio Taquaruçu.* Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1995.

VOSS, B. L. Curation as research. A case study in orphaned and underreported archaeological collections. *Archaeological Dialogues*, 19 (2), pp. 145–169, 2012.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

OBJETOS DE MEMÓRIA E O KITSCH

Paola Padilha
Programa de Pós-graduação em História - Universidade de Passo Fundo
Bolsista CAPES
paola.padilha18@gmail.com

Resumo
O fenômeno kitsch, historicamente associado ao mau gosto e à reprodução massificada, revela-se um campo fértil para a investigação da memória e da identidade. Longe de ser apenas uma estética exagerada e sentimental, o kitsch carrega consigo a potência de preservar histórias pessoais e coletivas por meio de objetos que resistem ao tempo, não tanto pela sua materialidade, mas pelos afetos que evocam. Este artigo busca explorar como os objetos kitsch contribuem para a construção da identidade individual, ao mesmo tempo em que atuam como mediadores de laços sociais e culturais, conectando pessoas e reforçando narrativas de pertencimento.
Palavras-chave: Kitsch, objetos, memória, sentimentalismo

Com o avanço da industrialização e da cultura do consumo, um determinado fenômeno expandiu-se com rapidez, enraizando-se de maneira duradoura no contexto contemporâneo. Este fenômeno ultrapassou delimitações geográficas e culturais, e se inseriu na história da humanidade de forma sorrateira e efetiva. O *kitsch* – sua palavra tem origem na Alemanha, tem alguns sinônimos atrelados como: trapacear, vender uma coisa no lugar de outra, e ainda, é associado com o exagero, o falso, e o sentimental. Conforme definido por Greenberg (2001, p. 32), o kitsch surge como "um produto da revolução industrial que,

urbanizando as massas da Europa ocidental e da América, implantou a chamada alfabetização universal". Esse fenômeno atravessou fronteiras e se consolidou na cultura de massas com precisão e imediatismo, atendendo ao anseio de indivíduos que, embora insensíveis aos valores da cultura erudita, buscavam avidamente a experiência de entretenimento proporcionada por algum tipo de expressão cultural.

> O kitsch não ficou confinado às cidades em que nasceu, mas se espalhou pelo campo, exterminando a cultura popular. Não mostrou tampouco qualquer consideração por fronteiras geográficas nacionais e culturais. Sendo mais um produto de massa da indústria ocidental, o kitsch realizou uma triunfante volta ao mundo, esmagando e desfigurando culturas nativas em cada país colonial, um após outro, de tal modo que está prestes a se tornar uma cultura universal, a primeira cultura universal jamais vista (Greenberg, 1997, p. 34).

Desde seu surgimento, o kitsch se nutre do cotidiano, das simplicidades, das recordações, do sentimentalismo e da pureza humana, configurando-se como uma maneira estética de se relacionar com o ambiente. Mesmo que o kitsch não seja estritamente arte, ele representa uma forma estética de existência que nega a transcendência, consolidando-se na maioria, na média ou na distribuição mais provável (Moles, 1971). Dessa forma, o kitsch se assemelha à felicidade, por ser algo constante e funcional no dia a dia. O kitsch é uma categoria de interpretação sobre uma cultura impulsionada pelo consumo e pela acessibilidade de objetos baratos. O kitsch se insere no cotidiano dos indivíduos através dos artefatos, sejam eles estatuetas de gesso que imitem

a natureza, lembrancinhas de viagens, imãs de geladeira, anjinhos e itens de conotação religiosa, além de suas características mais subjetivas como o uso de cores vibrantes, imitação de determinados materiais – geralmente ouro, estampas múltiplas e objetos que trazem conforto visual (Moles, 1971).

Vivemos em um cenário onde os objetos são vistos não apenas como parceiros das nossas emoções, mas também como impulsionadores do pensar. Além disso, nota-se que a sociedade atual está totalmente imersa em um culto aos bens materiais, que se renovam e se multiplicam continuamente, transformando o ambiente ao nosso redor e impactando profundamente as interações sociais. Essa dinâmica revela como os objetos, para além de sua essência física, desempenham um papel ativo na formação das relações humanas e na estruturação da vida moderna, refletindo e reforçando os valores e desejos de uma sociedade cada vez mais centrada no consumo e na simbologia dos bens materiais (Dohmann, 2010).

A escolha e a preservação de objetos kitsch são processos que revelam aspectos profundos da subjetividade. Bibelôs, quadros de paisagens idealizadas, ou souvenires brilhantes de viagens funcionam como relicários emocionais, carregando lembranças de momentos, pessoas e lugares. A estética kitsch, com sua propensão ao exagero e à imitação, permite que os indivíduos materializem suas experiências e desejos, mesmo que de maneira estilizada e desconectada de uma realidade histórica precisa. Nesse sentido, o kitsch é uma forma de afirmação de gosto e de singularidade, mesmo que envolta em uma estética popular e amplamente criticada por correntes artísticas mais elitistas.

> Ainda que pareça contraditório, a reprodução em massa de objetos decorativos contribuiu

> para afirmar a singularidade, a qualidade de "único entre todos". Permitiu também que o "colecionador" criasse relações dinâmicas com os objetos. Saindo da posição de passivo contemplador, pode agora compor os seus cenários, montar "mundos" que suscitem emoções suaves e acolhedoras, como se, com essa atitude, pudesse constituir uma "aura" que aqueles objetos abandonaram ao sair da linha de produção. (Trombetta 2015, p. 4).

Além disso, o acúmulo de objetos kitsch nos espaços domésticos não se limita a uma simples sobrecarga estética, mas revela camadas complexas de construção da memória pessoal, onde cada item carrega uma narrativa única e, muitas vezes, sentimental. A decoração excessiva e a justaposição de elementos culturais aparentemente díspares apontam para uma busca incessante por conforto visual e emocional, criando um ambiente que se torna quase um reflexo tangível da psique do indivíduo. Nesse cenário, o espaço doméstico se transforma numa espécie de museu íntimo, onde as experiências, conquistas e até mesmo os anseios do sujeito ganham forma e visibilidade, sendo preservados por meio dos objetos que o habitam (Moles, 1971). Assim, o kitsch, longe de ser uma escolha estética despretensiosa ou aleatória, se configura como um reflexo material da trajetória de vida individual, um mosaico visual que narra as histórias pessoais, as conexões afetivas e os valores que orientaram e continuam a orientar a vida do sujeito. Cada peça se torna uma cápsula de memória, carregada de significados próprios, que não apenas embelezam o ambiente, mas comunicam e perpetuam a subjetividade de quem as possui.

> A tríade "ver, desejar e possuir", possibilitada pela produção em massa de objetos aliada à expansão do vidro permitiram que uma crescente parcela de pessoas (de diferentes classes) pudesse decorar seus espaços com objetos kitsch. Seja por seu valor nostálgico ou divertido, tais objetos fazem parte da vida cotidiana das pessoas, cumprindo o papel de "espelhos" de expectativas e sentidos. O kitsch assume, assim, a despeito de todas as pertinentes críticas, uma presença e um papel decisivo na vida. Seu fascínio tem a ver com algumas características que passam longe da linguagem "pura" e quase criptografada do modernismo (Trombetta, 2020, p. 163).

Além de funcionarem como expressões da individualidade, os objetos kitsch desempenham um papel significativo na preservação e fortalecimento de vínculos sociais. Esses itens, muitas vezes, circulam como presentes, recordações de eventos importantes ou como heranças familiares, sendo portadores não apenas das memórias de quem os detém, mas também das histórias e significados daqueles que os deram ou compartilharam. Um simples vaso decorado, por exemplo, pode se transformar em um poderoso símbolo de continuidade dentro de uma linhagem familiar, criando um elo entre diferentes gerações por meio de uma estética que, para muitos, é carregada de afeto, nostalgia e um senso de pertencimento (Dohmann, 2010). Nesse contexto, o kitsch se estabelece como um elemento crucial de mediação da memória coletiva, democratizando o acesso ao simbólico e resgatando fragmentos preciosos da cultura popular, que muitas vezes são esquecidos ou marginalizados nas narrativas oficiais. Ao fazer isso, ele permite que as pessoas se reconectem com suas

raízes, valorizando tradições, afetos e práticas culturais que atravessam o tempo.

Vale ressaltar que a estética kitsch, ao se apropriar de uma vasta gama de elementos culturais, vai além de um simples embelezamento ou ornamentação, funcionando como um ponto de encontro entre vivências, histórias e repertórios simbólicos distintos. Ao exibir objetos que evocam uma cultura, tradição ou nacionalidade específica, os indivíduos não apenas reafirmam suas raízes, mas também reconstroem e ressignificam suas origens, transformando seus espaços domésticos em cenários vivos que articulam o pertencimento e a identidade cultural de maneira profundamente pessoal. Nesse processo de apropriação e expressão, o kitsch se distancia de uma estética puramente superficial, tornando-se uma linguagem acessível e democrática, capaz de conectar pessoas a partir de memórias compartilhadas, afetos comuns e da valorização das experiências cotidianas que, por vezes, são marginalizadas ou esquecidas. Ele coloca o afeto no centro da relação com os objetos, muitas vezes superando a busca pela autenticidade histórica ou a valorização de objetos "originais". Essa dinâmica transforma a casa em um território simbólico, onde as histórias pessoais se entrelaçam com as coletivas, criando um ambiente de continuidade, resiliência e, sobretudo, conexão emocional, que transcende o tempo e as fronteiras culturais (Greenberg, 2001). Nesse sentido, o kitsch atua não só como um reflexo do passado, mas também como um elo que une gerações e contextos distintos, promovendo uma reinvenção constante daquilo que consideramos valioso e significativo.

> O kitsch, entendido enquanto estilo, é a expressão de um projeto que renuncia a qualquer pretensão de atender aos valores

> tradicionais da arte, como a verdade e a autenticidade. Em outra direção, substitui tais valores por critérios de sensibilidade individual, apostando na ficção, na citação e na reprodução em série. Um exemplo bastante claro da dinâmica do "estilo kitsch" está no consumo de objetos religiosos. Tais objetos (imagens, estatuetas, etc.) simulam algo que, simbolicamente, une o espectador a uma força transcendental, mas que, originariamente, saiu de um molde que deu forma a produtos suficientes para que outras centenas de milhares de pessoas comprassem a mesma experiência transcendental (TROMBETTA, 2015, p. 443).

O kitsch opera dentro de uma lógica temporal singular, na qual referências de diferentes épocas se mesclam, criando uma espécie de passado idealizado ou reinventado. A nostalgia, enquanto sentimento, emerge como um dos elementos centrais nesse processo: os objetos kitsch se tornam materializações de uma saudade que, muitas vezes, carrega mais imaginação do que realidade. Essa característica anacrônica, por assim dizer, confere ao kitsch um caráter de cápsula do tempo emocional, na qual o valor do objeto não está relacionado à sua autenticidade ou à fidelidade histórica, mas sim à sua habilidade de evocar um sentimento de pertencimento a uma temporalidade reconfortante, onde as emoções e as memórias são mais importantes do que a precisão cronológica (Trombetta, 2015). Nesse contexto, o kitsch não apenas remete a um tempo passado, mas também constrói uma forma de resistência ao fluxo acelerado da modernidade, oferecendo um refúgio afetivo que conecta os indivíduos a momentos e valores que foram, de certa forma, idealizados ou distorcidos pela memória coletiva.

Essa relação com o tempo se revela de maneira intrigante na forma como o kitsch resgata estilos arquitetônicos, padrões decorativos e ícones de consumo de décadas passadas, frequentemente reconfigurando-os de maneira exagerada, distorcida e até mesmo caricatural. Ao fazer isso, o kitsch não apenas preserva as memórias do passado, mas as ressignifica, oferecendo uma versão altamente idealizada e romantizada que, mais do que um simples reflexo histórico, se ajusta às necessidades emocionais e subjetivas do presente. Esse processo de reinvenção temporal não se limita a uma simples cópia ou imitação, mas envolve uma construção simbólica que busca preencher lacunas afetivas e desejos insatisfeitos, ao criar um espaço onde as referências ao passado se tornam um refúgio nostálgico (Trombetta, 2020). Assim, o kitsch atua como um elo entre diferentes épocas, oferecendo uma visão de um passado que, embora distorcido, ressoa profundamente com as emoções e anseios contemporâneos, satisfazendo a necessidade de pertencimento e de continuidade emocional. Ao fazê-lo, ele não só recria o passado, mas o reinventa, tornando-o uma ferramenta poderosa de escapismo e de conexão afetiva com uma temporalidade mais simples, mais acessível e, muitas vezes, mais reconfortante.

Repleto de identidades, narrativas, experiências e memórias, o objeto atua como um testemunho tangível, permitindo que ele deixe marcas duradouras nas pessoas e estabeleça um elo de comunicação entre o indivíduo e sua pluralidade cultural. Ao fazer isso, esses objetos frequentemente evocam recordações de momentos especiais ou lugares significativos, como uma fotografia na geladeira ou um adorno simples, mas carregado de afeto, recebido de alguém querido. Eles funcionam como mediadores emocionais, conectando-nos ao mundo ao nosso redor e à nossa história, enquanto ao mesmo tempo atuam como estimuladores de reflexão e novas ideias. Nesse contexto, o objeto não

se limita a um mero item decorativo ou utilitário, mas se torna um elo vital entre o passado e o presente, entre o individual e o coletivo, desempenhando um papel essencial na construção e na comunicação das experiências humanas. Essa relação simbólica vai além da materialidade, tornando-se um veículo de conexão afetiva e intelectual, que reflete as complexas interações entre o indivíduo e seu ambiente cultural e emocional (Dohmann, 2010).

A construção de memórias afetivas dentro do fenômeno kitsch ocorre justamente devido à sua capacidade de perpetuação através dos objetos que transcendem gerações, pois esses itens carregam consigo histórias, criam vínculos e se tornam imortais por meio da memória. Esse processo possibilita ao indivíduo um profundo sentimento de pertencimento ao seu espaço, já que, como afirma Moles (1971, p. 34), "existe um prazer nas coisas, um prazer de segurar na mão um belo objeto, de acariciá-lo, de agradá-lo, há uma sensualidade dos objetos que faz parte do sensualismo geral." A relação do kitsch com a memória é crucial para sua compreensão, pois é por meio dela que o fenômeno se mantém ativo e presente, não apenas nos objetos, mas também nos cenários, na arquitetura e, muitas vezes, nas atitudes e comportamentos dos indivíduos. Como nos lembra Izquierdo (1989, p. 89), "não há tempo sem um conceito de memória; não há presente sem um conceito de tempo; não há realidade sem memória e sem uma noção de presente, passado e futuro." Nesse sentido, a memória é o fio condutor que não só preserva o kitsch, mas o reinventa continuamente, permitindo que ele se reintegre e se adapte a diferentes momentos e contextos culturais, ao mesmo tempo em que mantém uma conexão emocional com o passado.

A identificação do kitsch só se torna plenamente possível quando reconhecemos que sua essência reside na memória e nas emoções que emergem a partir dela, moldando a relação afetiva

com os objetos. Essas peças, muitas vezes subestimadas por sua estética ou materialidade, são preservadas ao longo do tempo e gradualmente adquirem um valor sentimental que ultrapassa sua função decorativa. Elas se transformam em guardiãs de lembranças, carregando histórias e significados que se entrelaçam com a trajetória de vida de seus proprietários. Essa importância emocional não se restringe ao indivíduo, mas se estende às pessoas que compartilham sua convivência, especialmente aquelas mais próximas, que também passam a associar os objetos a momentos vividos, reforçando laços de pertencimento e continuidade (Nery, 2017).

Essa dimensão patrimonial do kitsch reforça a ideia de que a cultura material é um campo vivo e dinâmico, onde as escolhas estéticas individuais têm o poder de preservar modos de vida, histórias pessoais e valores sociais que escapam às categorias tradicionais de patrimônio. Os objetos kitsch, ao resistirem ao esquecimento, tornam-se repositórios de narrativas afetivas, carregando marcas do cotidiano e das experiências particulares de seus proprietários (Sêga, 2010). Nesse sentido, o kitsch emerge como uma prática de memória ativa, que desafia hierarquias culturais ao reivindicar a legitimidade dos afetos e das lembranças mais simples, mostrando que o valor simbólico de um artefato reside não em sua autenticidade ou prestígio estético, mas na sua capacidade de evocar emoções e perpetuar vínculos identitários ao longo do tempo.

O prazer de possuir um objeto desejado, mesmo que seja uma imitação, se amplifica pela proximidade com algo que remete ao original, evocando a sensação de pertencimento a um ideal previamente almejado. Com a aquisição desse artefato, o indivíduo sente que criou uma conexão profunda consigo mesmo, satisfazendo seus impulsos consumistas, fortalecendo sua autoestima e suavizando suas insatisfações. Ao integrar um

item kitsch em seu ambiente, o sujeito infunde o objeto com suas próprias memórias e emoções, estabelecendo uma relação única e intensamente afetiva com ele (Sêga, 2010). Nesse contexto, o kitsch se revela como algo mais do que um simples objeto de consumo; ele se torna um veículo de reafirmação pessoal, onde seu valor transcende sua funcionalidade ou aparência estética, assumindo um significado simbólico de autossatisfação e realização emocional. O kitsch, portanto, se transforma em uma extensão do eu, funcionando como um artefato que expressa mais sobre o indivíduo e suas vivências do que sobre o objeto em si, tornando-se uma peça chave na construção e manifestação de sua identidade.

Ao se considerar o kitsch além de seu valor meramente estético, torna-se evidente sua importância como um fenômeno que transcende o âmbito visual e se insere no campo da memória e das relações sociais. Os objetos kitsch, enquanto constroem narrativas sobre a identidade individual, também servem como pontes entre as pessoas, reforçando vínculos comunitários por meio de uma estética acessível, imbuída de afeto e nostalgia. Nesse contexto, o kitsch se revela não apenas como uma estética da repetição ou imitação, mas como um significativo guardião das memórias, que, mesmo que estilizadas ou exageradas, preservam histórias e sentimentos que se perpetuam no tempo. Ao permitir que essas memórias sejam acessadas e revividas, o kitsch também exerce uma função emocional, conectando as gerações e criando uma continuidade afetiva que vai além da materialidade dos objetos, mas se entrelaça nas histórias vividas e nas trocas culturais (Trombetta, 2015).

Mais do que um estilo frequentemente criticado por seu alegado mau gosto, o kitsch emerge como uma forma de resistência emocional, na qual a materialidade dos objetos se torna um elo concreto entre o passado e o presente, o indivíduo e a

coletividade, a intimidade e o social. Por meio dessa estética, a memória se revela de maneira vibrante, saturada de cores e, acima de tudo, profundamente humana (Moles, 971). O kitsch, ao contrário de ser simplesmente descartado como um clichê ou um erro estético, carrega consigo a capacidade de transcender suas limitações aparentes e se afirmar como um repositório de afetos e experiências. Ele se torna um meio de expressão que não só preserva a história, mas também a reinterpreta, dando-lhe uma nova vida emocional e simbólica no contexto atual.

> Distintos dos objetos que se dão (dádivas) e dos que se vendem (mercadorias), os bens patrimoniais são considerados como aqueles objetos os quais nos recusamos a dar ou a vender para conservá-los, ou, nas palavras de Maurice Godelier, "guardá-los para transmitir" (Godelier, 2007). Eles se encontram inseridos na mais profunda rede de relações sociais e afetos individuais estruturantes dos processos humanos de identificação no mundo contemporâneo (BRULON, 2015, p. 34).

As recordações de pessoas, lugares e eventos frequentemente se concretizam por meio de objetos e artefatos, que funcionam como pontes entre o mundo físico e a dimensão subjetiva. Dessa maneira, os itens não se limitam a cumprir a função decorativa ou prática; eles se transformam em alicerces emocionais, com a capacidade de preservar memórias, fortalecer vínculos afetivos e, frequentemente, agregar novos significados e perspectivas ao longo do tempo. Ao exercerem essa função, os objetos não só validam suas utilidades cotidianas, mas se afirmam como extensões do ser humano, como instrumentos materiais que sustentam e moldam sua experiência de vida. Nesse

contexto, como observa Dohmann (2010), eles se posicionam como componentes essenciais na construção de nossa identidade, em nossas interações e na preservação de nossas narrativas pessoais.

É no espaço privado do lar que surge a oportunidade de observar como os elementos materiais moldam a memória. Os objetos cotidianos presentes na residência constantemente reavivam recordações de pessoas e acontecimentos, imergindo-os no campo da memória afetiva. Trata-se de uma memória não verbal, que estimula os sentidos, principalmente os visuais, táteis e olfativos. A disposição dos objetos no interior da casa organiza as lembranças, classificando-as em grupos temáticos ou circunstanciais, permitindo que elas coexistam de maneira sequencial, criando uma narrativa contínua ou favorecendo um intercâmbio simbólico entre elas (Turgeon, 2007). Não há como o ser humano possuir um lar sem ter objetos nele. São esses artefatos que formam a identidade do ambiente, e essa identidade reflete quem o habita.

Por meio da imitação estratégica, o kitsch proporciona aos seus apreciadores um tipo de conforto, criando uma sensação de proximidade com obras que, de outro modo, poderiam ser vistas como inatingíveis ou distantes. Esse fenômeno de pertencimento, ao emular o que é considerado belo ou culturalmente significativo, permite que os indivíduos desenvolvam uma conexão emocional com a estética, sem, contudo, se aprofundar em sua complexidade ou autenticidade. Assim, o kitsch pode ser entendido como uma forma de democratizar o acesso à arte, tornando-a mais acessível e palpável para aqueles que, de outra forma, se veriam excluídos. Moles (1971, p. 72) sustenta essa ideia, afirmando que “conhecer uma obra de arte significa possuí-la, pois o único modo de sensualidade adequado a uma civilização possessiva é poder adquirir, e, caso não se possa comprar

o original, adquire-se a cópia artesanal ou em série, o desenho, o cromo, a redução, etc.".

O fenômeno kitsch se cristaliza não apenas como um estilo ou uma estética, mas como uma expressão da memória afetiva, manifestando-se nos objetos que permeiam o cotidiano das pessoas, em seus lares e até mesmo em suas emoções. Ao se associar a objetos kitsch, as memórias se tornam materializadas, oferecendo não só uma sensação de conforto emocional, mas também uma conexão direta com o passado, muitas vezes idealizado. Assim, o kitsch se transforma numa ponte que une o objeto à memória e ao sentimentalismo, proporcionando aos indivíduos um meio de reviver e perpetuar momentos significativos de suas vidas (Nora, 1993).

Pode-se afirmar que a relação entre o objeto, a memória e o fenômeno do kitsch é essencialmente simbiótica, onde cada elemento não só coexiste, mas também se fortalece mutuamente para a plena compreensão do fenômeno. O kitsch, em sua essência, não pode ser discutido sem a consideração dos objetos que o configuram, e esses objetos, por sua vez, não adquirem o seu verdadeiro significado sem as memórias que os imbuem de valor emocional (Moles, 1971). Da mesma forma, as memórias ganham forma e profundidade apenas quando são associadas à afetividade dos objetos kitsch. Esses componentes se entrelaçam de forma intricada, formando uma rede densa de significados que se materializa unicamente através de sua interação.

Os objetos kitsch se tornam depositários de memórias no momento que carregam consigo uma carga afetiva, sentimentos de nostalgia e registros de experiências passadas. O ato de possuir uma peça, mesmo que seja uma imitação, adquire um valor profundo ao estabelecer uma conexão simbólica com o objeto original. Ao adquirir esses artefatos, o indivíduo vivencia uma aproximação consigo mesmo, uma vez que satisfaz seus

impulsos consumistas, ao mesmo tempo que eleva sua autoestima e atenua possíveis insatisfações. Além disso, ao incorporar um item kitsch ao seu espaço, o sujeito preenche o objeto com suas próprias memórias e emoções, criando uma relação íntima que transcende o mero valor material. (Sêga, 2010). Como observa Izquierdo, a memória desempenha um papel crucial nesse processo, com insights importantes sobre a maneira como as lembranças se interligam ao presente.

> Memória são as ruínas de Roma e as ruínas de nosso passado; memória tem o sistema imunológico, uma mola e um computador. Memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal (sou quem sou porque me lembro quem sou). Há algo em comum entre todas essas memórias: a conservação do passado através de imagens ou representações que podem ser evocadas. Representações, mas não realidades: as ruínas de Roma não são a Roma imperial; um disco da Nona Sinfonia gravado por Toscanini, Karayan ou Kleiber não eqüivale à sua execução, nem à Nona Sinfonia que Beethoven concebeu. Certamente não à que Beethoven tinha em mente quando, já totalmente surdo, a regeu pela primeira vez em Viena, em março de 1824: a orquestra já tinha concluído, há vários compassos, e o compositor, de olhos fechados, continuava regendo (1989, p. 89).

Assim, o fenômeno do kitsch revela-se muito mais complexo do que uma simples estética de gosto duvidoso ou uma reprodução massificada. Ele se afirma como um potente dispositivo de memória e afetividade, capaz de tecer vínculos

profundos entre os indivíduos e suas histórias pessoais. Os objetos kitsch, ao serem preenchidos com emoções e recordações, ultrapassam sua função decorativa ou utilitária, transformando-se em extensões do eu e em testemunhos materiais das experiências vividas. Essa interação entre objeto, memória e identidade evidencia como o kitsch desempenha um papel essencial na construção das narrativas individuais e coletivas, democratizando o acesso à estética e possibilitando que as pessoas ressignifiquem suas relações com o passado e com o próprio sentido de pertencimento. Dessa forma, longe de ser apenas uma manifestação de consumo banal, o kitsch se consolida como uma linguagem sensível, que traduz, em cores vibrantes e formas exuberantes, a necessidade humana de eternizar afetos e dar materialidade à memória.

Referências

BRULON, B. Patrimônio Íntimo: a experiência do autêntico nas artes primeiras. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 31–49, 2016. DOI: 10.26512/museologia.v4i8.16903. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16903>. Acesso em: 22 fevereiro 2025.

DOHMANN, Marcus. O objeto e a experiência material. *Arte & Ensaios*, v. 20, n. 20, p. 71-77, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/51555/27918>. Acesso em: 20 fevereiro 2025.

GREENBERG, Clement. Vanguarda e kitsch. In: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília. *Clement Greenberg e o debate crítico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001. p. 27- 43.

IZQUIERDO, I. Memórias. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 89-112, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8522>. Acesso em: 24 fevereiro 2025.

LEON, Ponce de. *Kitsch e cultura: Duelos e Dilemas na Aldeia Global.* João Pessoa: A União, 1994.

MOLES, Abraham. *O kitsch*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

NERY, Olivia Silva. Objeto, memória e afeto: uma reflexão. *Revista Memória em Rede*, v. 10, n. 17, p. 144–161, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/7485>. Acesso em: 25 fevereiro 2025.

TROMBETTA, G. L. Entre a lágrima e a transgressão: a ambiguidade do kitsch no projeto moderno da arte e da arquitetura. *História: Debates e Tendências*, v. 15, n. 2, 2015. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/>. Acesso em: 26 de fevereiro 2025.

_____. Sentimentalismo e kitsch: pontos cegos no modernismo artístico. *História: Debates e Tendências*, v. 20, n. 1, p. 152–169, 2020. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/10416>. Acesso em: 26 fevereiro 2025.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

A SOCIEDADE PERFEITA E A FRONTEIRA NATURAL: A ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS E SUA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NO RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Pedro Alcides Trindade de Mello
Mestrando no Programa de Pós-Graduação
em História da UPF
Bolsista Capes II
100218@gmail.com

Resumo
O trabalho busca estabelecer uma leitura das ações tomadas pela Igreja Católica e pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos da Província de Saboia no Rio Grande do Durante a primeira metade do século XX a partir da elaboração de uma relação entre os conceitos de "Sociedade Perfeita" e de "Fronteira Natural". Discute-se a amplitude do conceito de espaço a partir das perspectivas da História Regional, percebendo a religiosidade das comunidades como elemento de territorialidade, para estabelecer uma chave de leitura das ações tomadas pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos no estado e como eles foram representantes da institucionalidade da Igreja Católica nestas regiões em que atuaram. A trajetória da relação entre Estado e Igreja Católica no Brasil e no Rio Grande do Sul apresenta uma história de relações complexas e de disputa, em que as duas instituições operam principalmente para superar as dificuldades e desafios para se controlar o território. Percebeu-se como a Igreja Católica elaborou estratégias que buscavam deixar clara a legitimidade de sua atuação para fazer a manutenção da sua capacidade de influência no território nacional.
Palavras-Chave: Igreja Católica; História Regional; Sociedade Perfeita; Fronteira Natural

Neste trabalho, tem-se como objetivo desenvolver uma leitura das ações tomadas pela Igreja Católica e pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos da Província de Saboia no contexto da Primeira República do Brasil, a partir das perspectivas de alguns dos conceitos da geopolítica discutidos na disciplina História, Geopolítica e Poder, ministrada pelo Professor Doutor Adelar Heinsfeld. Discute-se a amplitude do conceito de espaço a partir das perspectivas da história regional, percebendo a religiosidade das comunidades como elemento de territorialidade e buscando estabelecer uma relação entre a ideia da "Sociedade Perfeita", com os conceitos geopolíticos de "Espaço Vital" e fronteira natural, como proposta para estabelecer uma chave de leitura das ações tomadas pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos no Rio Grande do Sul e como eles foram um dos representantes da institucionalidade da Igreja Católica no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do XX.

Primeiro será feita uma breve discussão sobre como a geopolítica envolve o estudo das formas pelo qual o controle do território é exercido dentro de um contexto de disputa entre Estados. Segue-se para uma discussão sobre como os espaços e as regiões podem ser compreendido em uma diversidade de formas, que tornam o seu processo de recorte complexo de ser definido por si mesmo e que possibilita compreender e analisar as várias formas em que atores sociais podem relacionar-se e projetar-se sobre os espaços, sendo as fronteiras pontos interessantes de interação e articulação dos atores. A partir dessas duas definições busca-se discutir um pouco da trajetória da Igreja Católica no Brasil da Primeira República, para posteriormente discutir a forma que os capuchinhos de Saboia articularam os espaços em que atuaram e como a vinda para o Rio Grande do Sul pode ser entendida como parte de um planejamento geopolítico,

que teve a educação como um dos pontos de territorialização em que buscaram expandir e consolidar as suas fronteiras.

Geopolítica: o controle sobre o território como ambiente de disputa

A geopolítica pode ser entendida como uma ciência preocupada com a discussão sobre os desafios relacionados ao controle de um determinado território ou de uma determinada espacialidade. Os formuladores dos conceitos norteadores dos estudos geopolíticos, que estabelecem uma relação entre o solo e o poder, podem ser compreendidos a partir de três correntes de pensamento. A emergida do darwinismo social, representada por Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellen, que denomina-se "Teoria do Estado Orgânico"; A corrente chamada de "Geoestratégia" com Alfred Thayer Mahan e Halford John Mackinder; e a corrente "Possibilista" proposta por Paul Vidal de la Blache (Heinsfeld, 2020, p. 34). As perspectivas propostas pelas correntes levam a debates e disputas relativos ao processo de justificar políticas de Estado dentro das disputas existentes entre os Estados (Heinsfeld, 2020, p. 35).

Ratzel foi o primeiro propositor e formulador das bases intelectuais da geopolítica. Uma de suas preocupações esteve relacionada a elaboração de uma "Teoria do Estado", em que "seu surgimento demandaria um certo patrimônio cultural acumulado e teria por pressuposto a delimitação do território" (Heinsfeld, 2020, p. 37). Segundo Heinsfeld (2020, p. 37) a teorização de Ratzel conteria uma perspectiva conflitiva para o surgimento do Estado, a defesa de um determinado território seria o elemento central. Este espaço determinado caracterizaria a cultura de uma

sociedade. Segundo o autor, Ratzel propôs uma "antropogeografia" dividida na compreensão da interação entre o ser humano e o espaço que ocupa, a distribuição das sociedades e o processo de formação dos territórios.

Importante para a compreensão da perspectiva de Ratzel, é o contexto de unificação da Alemanha e do pensamento estratégico alemão do período, que entendia o país como em uma situação de cerco. O planejamento estratégico a partir do território tinha relevância pela orientação geográfica em que o país havia se constituído (Heinsfeld, 2020, p. 38). Ao pensar-se a visão da Igreja Católica sobre sua situação no período de estudo proposto, é possível perceber uma correspondência com o pensamento alemão, no sentido de ameaça vivenciada pela Igreja Católica, em relação ao desenvolvimento dos próprios Estados Nacionais e suas estruturas administrativas, que levaram ao choque com as estruturas da institucionalidade da Igreja.

Um dos conceitos mais importantes da formulação de Ratzel é o de espaço vital, que seria a relação de equilíbrio entre a população e os recursos disponíveis e necessitados pela comunidade específica. Para ele, a humanidade sofre uma sujeição causada pelo solo (Heinsfeld, 2020, p. 39). A perspectiva central da sujeição estaria relacionada a uma ideia de combate entre a humanidade e a natureza, sendo a força da vontade humana, capaz de transformar o território, porém, dentro de limites gerais definidos pelo solo ocupado por uma sociedade (Heinsfeld, 2020, p. 40). A violência e o expansionismo estariam contidos na estrutura formadora do Estado e a força de um Estado seria sua capacidade de exercer influência no seu exterior (Heinsfeld, 2020, p. 44). Para Ratzel o tamanho do espaço territorial seria importante para promover uma maior liberdade de desenvolvimento da sociedade humana e menores seriam as chances de

pressão desta vinda de fora do seu território (Heinsfeld, 2020, p. 34).

O contexto em que a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos desenvolveu-se e seu histórico de atuação, foi relacionado a um período de ameaça à institucionalidade da Igreja Católica. Surgida no século XVI, relacionada ao contexto da Reforma protestante, a Ordem traduzia um desejo de retorno à simplicidade da primitiva experiência de Francisco de Assis (Zugno, 2017, p. 59). Até o Concílio Vaticano II a Igreja Católica se reconhecia como uma instituição separada da sociedade, uma sociedade perfeita, que deveria ter a função de orientar a sociedade como um todo e que seria uma fortaleza sitiada pelas ameaças do Estado e das outras religiosidades (Guedes, 2018, p. 19, 22-23).

Ao colocar-se como sociedade perfeita, a Igreja Católica demonstra um movimento de legitimação de sua postura de ação. Esta postura conversa com a perspectiva de Ratzel sobre como os Estados justificam suas ações como necessárias para proteger o espaço vital das sociedades que os constituem. Da estrutura conflitiva das fronteiras, aparecem os elementos que mobilizam ações de controle dos espaços em disputa, que precisam ser pensados de forma preventiva e reativa às ações das forças que ameaçam o Estado, na perspectiva de Ratzel, e a sociedade perfeita, na perspectiva da Igreja Católica.

Segundo Heinsfeld (2020, p. 182), para Yves Lacoste os atores da geopolítica não são mais apenas os Estados, bem como o território em disputa não é mais apenas o físico. As pessoas podem ser pensadas como "territórios". A forma que a imprensa influencia a sociedade e as disputas entre grupos no interior das sociedades seriam exemplos disso. Além do território físico, as pessoas agindo e organizando-se nos territórios, também seriam áreas do pensamento geopolítico. Quando entendido como um

objeto geopolítico, percebe-se como a expansão do idioma carregaria também o aumento do prestígio geopolítico do país ou do povo do qual ele é originado.

Durante o período do estabelecimento da República no Brasil e da extinção do regime do Padroado pelo Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, os representantes da Igreja Católica avaliaram a situação da proclamação da República como um processo de ameaça à Igreja no país, em que os seus inimigos estariam ganhando mais poder e influência, caracterizando um cenário hostil para a instituição. Rui Barbosa, responsável pelo decreto de extinção do Padroado, trocou cartas com D. Antônio de Macedo Costa, Bispo de Belém do Pará, que havia sido seu professor no Colégio da Bahia. O bispo argumentou que seria apenas uma elite reduzida e elitizada da capital do país que desejaria uma afastamento da Igreja, indicando a perspectiva de que a maioria do povo brasileiro seria cristão, então a república deveria ser também cristã. Uma evidência dos efeitos dessas relações foi a manutenção das propriedades eclesiásticas com a Igreja, processo que ocorria de forma diferente nos países da Europa (Aquino, 2012, p. 61).

A categoria de fronteira natural sempre é pensada em uma perspectiva defensiva, de um território que seria por direito de um povo. A ideia de uma legitimação do catolicismo como força civilizacional santa, possui correspondência com essa perspectiva de fronteira natural. O Brasil precisaria, segundo a Igreja, favorecer o catolicismo por ter sido historicamente um país católico. A ideia de sociedade perfeita guarda um elemento de legitimação de autoridade de controle sobre a territorialidade construída. A territorialidade da espiritualidade é refletida no espaço ocupado pela instituição religiosa. Os próprios ataques à Igreja no contexto do século XIX são fatores que demonstram a demanda por legitimidade.

Conceito de Região e Fronteira como perspectivas de interação

Maria Rosa Carbonari (2009) fez um trabalho de estudo historiográfico sobre os usos do conceito de região nas pesquisas históricas no decorrer do século XX. As transformações dessa perspectiva de tematização dos estudos de processos históricos, demonstram como os recortes espaciais são construídos e podem ser expandidos para ampliar o conceito como um todo, sendo a complexidade da temporalidade um elemento importante e que afeta a forma que o espaço de estudo pode ser compreendido (Carbonari, 2009, p. 23). É importante entender como, quando o recorte regional é entendido pela sua relação com o exterior, a região deixa de existir em si mesma. A região pode ser vista como uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações e se caracteriza por heranças culturais e materiais, constituídas em uma determinada estrutura social, com suas próprias contradições. Essa perspectiva faz com que a região deixe de ser fixa (Carbonari, 2009, p. 28).

A discussão dos aspectos conceituais da região, desenvolvidos por Ana Luiza Reckziegel (1999), estão em diálogo com o aspecto relacional do conceito de região discutido por Carbonari. O conceito de região guarda a perspectiva de uma totalidade ou de uma espacialidade maior em compreensão com sua especificidade regional. É necessário levar em conta os aspectos políticos; os aspectos simbólicos onde se constitui uma representação ou uma significação; as regiões também precisam ser pensadas em uma perspectiva operacional, sendo a possibilidade de existirem diversas regiões observáveis em um mesmo espaço (Reckziegel, 1999, p. 17). Uma diversidade de espaços que podem ser pensados como espaços físicos, econômicos, ideológicos, ou identitários. O elemento importante é a estrutura e

a identidade que diferencia a região, não sendo um elemento dado (Reckziegel, 1999, p. 19).

Como categoria importante da identidade da espacialidade, a fronteira é um elemento central do processo de caracterização da região. O conceito de fronteira está relacionado às relações entre países e como estes países vão exercer o poder sobre o seu território. O Estado é centrado no conflito, que precisa ser pensado nos seus aspectos político-estratégicos (Golin, 2002, p. 10). Enquanto o limite tem uma perspectiva fechada, é ponto de divisão direta e construída entre dois Estados estabelecidos (Golin, 2002, p. 12), a fronteira apresenta uma complexidade, pois ao mesmo tempo em que estabelece um ponto de diferenciação, também são faixas em que se compartilham e estão em movimento. As fronteiras são a expressão de uma contradição dinâmica e estabelecem uma relação de especificidade com uma totalidade a qual fazem parte (Golin, 2002, p. 17). Sendo pensada por estadistas, as fronteiras são vividas por uma variedade de pessoas que dificultam a manutenção das regras e dos trabalhos estabelecidos (Golin, 2002, p. 19). A vivência e a experiência histórica acabam, devido a diferença, produzindo experiências de relações de troca, conflito, conhecimento e ampliação das compreensões que são constituidoras de processos históricos. Os choques fronteiriços podem ser pensados de maneira complexa, sendo as fronteiras também os locais de atuação e de territorialização de grupos.

Pensar a região e a fronteira como processos históricos em movimento e que não são fechados em si mesmos, torna possível elaborar de forma relacional os vários níveis de espacialidade em que a Igreja Católica buscou atuar no Brasil no período da formação da República. O processo de diocesanização, a catequização de indígenas, o atendimento a comunidades imigrantes, a disputa pública e o controle sobre o ensino, aparecem como

espaços em disputa por parte da Igreja, que representavam formas de ampliar o poder que se relacionavam com a forma que o território era controlado pela instituição.

A situação da Igreja Católica do Brasil no fim do Império e início da República

O Decreto 119-A de janeiro de 1890, que extinguiu o Padroado e estabeleceu a liberdade de culto público no Brasil, demonstrou as transformações desejadas no processo de instituição do regime republicano, narrativamente sustentado em bases científico-tecnológicas. Existia uma demanda dos republicanos que discursavam sobre o progresso e a modernidade, classificando a institucionalidade da religião como elemento de manutenção do atraso e da ignorância do país (Aquino, 2012, p. 58).

Como resposta à ameaça que essas ideias representavam a institucionalidade da Igreja, foi realizada em março de 1890 a reunião Pastoral Coletiva, que teve como produto a Carta Pastoral de 1890. O texto da carta contém uma avaliação desenvolvida pelo episcopado brasileiro sobre a situação do Brasil e de qual era a relação da Igreja Católica com a sociedade brasileira. No documento aparece a ideia da necessidade da interdependência institucional na relação entre a Igreja e o Estado. A carta também contém uma argumentação sobre a manutenção do poder político da Igreja, por representar a maioria da população brasileira e pela antiguidade do catolicismo no Brasil (Aquino, 2012, p. 68). Existe uma luta sobre a manutenção das propriedades da Igreja e do direito à abertura de escolas e universidades (Aquino, 2012, p. 70).

Observa-se como a Igreja Católica estava em uma situação de vulnerabilidade no período, o que demandava a defesa pública de sua posição na sociedade brasileira, bem como uma liberdade de ação institucional. Fazia-se necessário um planejamento estratégico específico para a manutenção do poder inserido em uma territorialidade que passava por um Estado em transformação. A Constituição de 1891 encerrou os debates pela separação da Igreja e do Estado, com o episcopado não conseguindo muitos privilégios constitucionais, porém, as propostas anticlericais não se mantiveram, como a proibição da entrada de novas congregações estrangeiras ou a expulsão dos jesuítas (Aquino, 2012, p. 76).

A conjuntura de transformações da posição da Igreja Católica no Brasil leva ao desenvolvimento de uma reforma e reorganização da Igreja Católica no Brasil. A pauta foi definida pelo documento *Instruções, de 14 de julho de 1890*, assinado pelo Cardeal Rampolla, Secretário de Estado do Vaticano, que apresentava um conjunto de nove apontamentos que deveriam orientar as ações da Igreja no Brasil. Os pontos centrais de ação seriam: A unidade entre os bispos; Reforma do Clero; Reforma das congregações e ordens religiosas no Brasil; Controle das irmandades e confrarias; Ação missionária no interior do Brasil; Introdução de devoções europeias, principalmente a do Sagrado Coração de Jesus e da Sagrada Família; Intensificação da catequese; Formação de novas dioceses; Busca por novas fontes de arrecadação (Aquino, 2012, p. 79).

A partir do documento foi desenvolvida a Primeira Conferência do Episcopado Brasileiro de 10 a 20 de agosto de 1890. Dom Macedo Costa elaborou *Alguns pontos de reforma na Egreja do Brasil - Memória para servir às discussões e resoluções nas conferências dos Snrs. Bispos* de 2 de agosto de 1890. A perspectiva foi o de aumentar o número de dioceses e de

continuar o trabalho de catequização de indígenas como forma de manter um vínculo entre Estado e Igreja (Aquino, 2012, p. 80).

É interessante observar as frentes estabelecidas pela Igreja Católica através de uma perspectiva geopolítica. As propostas de diocesanização e de catequização de indígenas, são dois elementos territoriais de ocupação. O trabalho com os indígenas carregava uma legitimação histórica da Igreja no Brasil e era uma questão importante do processo de organização do Estado brasileiro, que ainda não tinha capacidade de controlar efetivamente o território pela falta de estruturas estatais. Isso legitimaria uma justa demanda por direitos especiais para a Igreja, além do destino de recursos pela sua capacidade de auxiliar na chegada de um representante do Estado brasileiro nas regiões ainda não acessadas. A diocesanização definia uma territorialidade religiosa que:

> Tornava o mundo passível de intervenções jurisdicionais eclesiásticas [...] Desse modo, pode-se considerar que tal estratégia preservou e ampliou, no âmbito espiritual e no plano de controle religioso, os antigos domínios da Igreja, transpondo para essa nova territorialidade o capital simbólico e o poderio institucional adquirido pelo catolicismo romano ao longo de sua história milenar (Aquino, 2012, p. 82).

O plano estratégico porém tinha como grande dificuldade os desafios para manter financeiramente as dioceses (Aquino, 2012, p. 85). Os bispos eram os elementos centrais na diocese e eram a garantia da centralidade do poder em Roma. Neste sentido via-se a necessidade de ampliar a quantidade de

Bispos que reforçariam o catolicismo no território brasileiro. Isso fez com que a falta de capital humano também fosse uma dificuldade a ser enfrentada (Aquino, 2012, p. 90). Desta forma, a convergência entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil, de preservar uma manutenção da ordem social, era um elemento importante para a diminuição do conflito entre as duas entidades:

> Nas Cartas Pastorais de 1890 e 1900, o episcopado brasileiro insistiu no caráter civilizador do catolicismo no Brasil e com o desenvolvimento da reforma eclesiástica, caracterizada pela séria incorporação da liturgia romana e pelo fomento a entrada de padres e freiras estrangeiras, a Igreja Católica despontou e foi reconhecida, por boa parte das elites, como instituição civilizatória, capaz de pavimentar o caminho do progresso nacional (Aquino, 2012, p. 92).

No Rio Grande do Sul o processo de diocesanização acompanhou o processo de desenvolvimento populacional da ocupação europeia no estado. A Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul foi criada em 1848 e tornada Arquidiocese de Porto Alegre em 1910, quando foram criadas novas dioceses em 1910, 1934, 1951 (Andrade, 2007, p. 13). O primeiro desmembramento da diocese de Porto Alegre foi nas áreas de campo, com as dioceses de Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana. O segundo processo, foi o das regiões de florestas que receberam os imigrantes no nordeste do Rio Grande do Sul, sendo a Diocese de Caxias do Sul, estabelecida em 1934, o centro de colonização dos imigrantes italianos no nordeste do estado (Andrade, 2007, p. 9).

O território e o gerenciamento das pessoas estabeleceu-se como um referencial do planejamento administrativo da Igreja no Rio Grande do Sul. Atender de forma mais eficiente as populações seria uma forma de legitimar e ampliar o controle do território por parte da Igreja Católica, processo de divisão que tem correspondência com o período inicial da República no Brasil. Porém a necessidade de capital humano foi um dos principais desafios enfrentados dentro do planejamento de atuação da Igreja.

A vinda dos frades da Província de Saboia para o Rio Grande do Sul

Foram os capuchinhos da Província de Saboia que vieram para o Rio Grande do Sul a pedido de Dom Cláudio, que havia assumido a diocese do Rio Grande do Sul em 1890. O bispo desejava ampliar a quantidade de clérigos atuando no estado (Zugno, 2017, p. 69). Estabelecidos em Saboia, na França, durante o reinado de Carlos IX (1560-1574), os capuchinhos fundaram uma província que foi uma unidade religiosa de refúgio de franciscanos, dominicanos e jesuítas saídos de regiões em que a Reforma Protestante tinha se instalado (Zugno, 2017, p. 65).

A experiência histórica da Ordem dos Frades Menores da Província de Saboia sempre esteve relacionada a uma relativa vulnerabilidade de sua institucionalidade. Primeiro foi no contexto do surgimento da Ordem e seu conflito contra os movimentos religiosos da Reforma Protestante e segundo foi a partir da Revolução Francesa e no decorrer do século XIX, quando os

governos passaram a aumentar sua hostilidade às instituições religiosas.

Pelo fato de a Província de Saboia estar em uma região de fronteira, existindo na parte italiana e francesa no ducado, os clérigos da província puderam articular-se conforme a conjuntura política de cada uma das regiões. Em 1792, no contexto da Revolução Francesa, as tropas da república anexaram a região. Os bens do clero e dos religiosos foram confiscados e eles são obrigados a fazer o juramento da Constituição Civil do Clero. A maioria dos frades foi para a clandestinidade e muitos foram para a parte italiana da Província. Quando os franceses invadem o Piemonte as congregações são abolidas e a província dos capuchinhos de Saboia deixou de existir em 1802 (Zugno, 2017, p. 66).

Foi apenas em 1817, quando o Frei Edugéne de Rumilly foi nomeado pelo papa Pio VII como Comissário Geral dos Capuchinhos da Província de Saboia, que existiu um retorno da Ordem para a França. Sete frades, quatro leigos e três clérigos, restabelecem a vida regular no convento de Chatillon, no Vale de Aosta, iniciando oito jovens com eles o noviciado. Nos anos seguintes, os conventos voltaram a ser reabertos e em seu relatório de 1833, o Frei Eugéne relata haver quatro conventos, 27 frades clérigos, 15 irmãos e oito noviços. Em 1839 é realizado o Primeiro Capítulo Geral depois da restauração. Outro indicativo do restabelecimento da província no decorrer do século XIX é o pedido da Santa Sé, em 1854, para que a província assumisse o Seminário Menor e Maior da diocese de São Paulo e em 1863 a missão das Ilhas Seychelles, no Oceano Índico, também passa a ser responsabilidade da província de Sabóia. (Zugno, 2017, p. 66).

Apesar do restabelecimento da província, em 1855, no contexto do processo de unificação da Itália, o Parlamento do

Reino da Sardenha, em que Saboia e Piemonte faziam parte, proclamou as "Leis de nacionalização de bens eclesiásticos", que acabaram por levar a supressão dos conventos, pois os capuchinhos foram enquadrados como uma ordem que não era dedicada à pregação, ao ensino ou à assistência aos doentes. No processo de disputa por seus direitos na justiça, os frades foram para a cidade francesa de Grenoble e em 1858, abriram um convento que serviu de lugar de estudo (Zugno, 2017, p. 67). Aqui aparece um elemento importante da perspectiva estratégica da Igreja. A vulnerabilidade de sua situação jurídica estava associada a uma não representatividade política. Ter o respaldo de atender e prestar um serviço a população, seria uma forma de garantir o direito ao seu controle sobre uma territorialidade.

O espaço de fronteira que representa a situação faz com que quando, em 1860 por plebiscito, Saboia foi anexada à França, os frades do Piemonte puderam se refugiar na França quando, em 1866, as ordens religiosas foram suprimidas na Itália (Zugno, 2017, p. 67). Aparece aqui um elemento importante do pensamento estratégico proposto por Ratzel, o tamanho do território de uma sociedade. Amplos territórios ofereceriam maior respaldo para a articulação de alternativas à ameaças.

O capital humano também era um desafio para a realidade na Província de Saboia, e a redução no número de candidatos a vida capuchinha levou a criação da primeira "Escola Seráfica" ou "Escolasticado", que seguia o modelo dos seminários instituídos pelo Concílio de Trento. A ideia era receber crianças e adolescentes para prepará-los, desde a infância, para a vida religiosa e foi chamada de Escola Seráfica de La Roche, inaugurada em 1875 (Zugno, 2017, p. 67).

Novamente os capuchinhos tiveram o seu território ameaçado na França. O parlamento francês derrogou as leis da Imunidade do Clero e aprovou a lei que foi conhecida como *des*

Curés sac-au-dos (os padres de mochila) que definia que os seminaristas seriam obrigados a cumprir um ano de serviço militar e os religiosos a três anos (Zugno, 2017, p. 67). Porém existia um detalhe, o artigo 50 da lei permitia que jovens que passassem 10 anos no estrangeiro fossem dispensados do serviço militar. Essa brecha legal é aproveitada pela Província de Saboia e de Lyon, que abrem em 1890 uma comunidade no Império Otomano, na Província da Síria, primeiramente em Beirute e depois na localidade de Beit-kachebeau. O frei Bruno de Gillonay era um dos professores dessa comunidade. Porém os custos de manter os religiosos no Líbano eram muito altos. Em 1891 o Ministro Provincial manifesta a necessidade de buscar um novo local para enviar os estudantes, sendo a América uma das opções (Zugno, 2017, p. 68).

Quando o Bispo Dom Cláudio solicitou religiosos capuchinhos ao Comissário dos Capuchinhos no Brasil, Frei Fidélis, ele teve o seu pedido negado. Porém, quando o Bispo apela ao Papa Leão XIII, tem seu pedido encaminhado ao Ministro Geral dos Capuchinhos, Frei Bernard de Andermatt. Quando a notícia chegou ao provincial de Saboia, Frei Raphael, ele responde positivamente e começa as tratativas com Dom Cláudio em 1893:

> Com a anuência do Procurador Geral da Ordem, Frei Bruno de Vinay, o Definitório Provincial de Saboia, em reunião de 30 de março de 1894, aceitou o convite de Com Cláudio para abrir uma missão para servir de asilo aos jovens religiosos durante seus estudos e a outro religiosos em caso de expulsão por parte do governo francês. Na mesma reunião é decidido que Frei Raphael, acompanhado por outro frade, viajaria ao Brasil para constar se as promessas tinham base

> real. Para o Definitório da Província de Sabóia, o objetivo da missão era claro: obter um lugar de refúgio em caso de expulsão da França e para abrigar os estudantes que naquele momento estavam no Império Otomano. Segundo Frei Raphael, há mais de dez anos os provinciais anteriores haviam recebido a delegação para tal (Zugno, 2017, p. 69-70).

A missão do Rio Grande do Sul só é aceita oficialmente no Capítulo Provincial de 1896. Dois frades seriam enviados para a missão e a preparação começou com o envio de Frei Bruno de Gillonay para Lisboa para estudar a língua portuguesa e do Frei Leon para Foligno, na Itália, para estudar italiano (Zugno, 2017, p. 72). Entende-se como as pessoas eram um elemento importante para os religiosos no período. Ao prestarem um serviço para as populações do Rio Grande do Sul, a Igreja Católica conseguiria garantir legitimidade de influência sobre o território dessas populações. Compreender o idioma do país e dos imigrantes que os religiosos iriam atender era um elemento importante para a realização da missão.

A população sob influência dos capuchinhos também poderia fornecer o capital humano necessário para a ampliação e manutenção da Ordem. Sendo esta uma das primeiras ações desenvolvidas pelos capuchinhos que se estabeleceram no Rio Grande do Sul. Em 1898 é inaugurada a primeira Escola Seráfica, em Garibaldi, nos moldes da Escola Seráfica de La Roche, na França (Zugno, 2017, p. 75).

A missão do Rio Grande do Sul cumpre com o seu objetivo de ser uma alternativa aos capuchinhos de Saboia que estavam fora da França. Depois que três estudantes morreram de tifo em Ghazir, a comunidade dessa região foi transferida para

Garibaldi. Em 1902 a missão foi elevada à categoria de Comissariado Provincial (Zugno, 2017, p. 76). Em 1903 a missão assumiu as paróquias de Vacaria, Flores da Cunha, Veranópolis e Vespasiano Correa. Também assumem a direção do Seminário Maior e Menor de Porto Alegre. Eram as principais formas de conseguir mais recursos e uma boa relação com o bispo ao assumir o Seminário (Zugno, 2017, p. 77).

Percebe-se como a articulação com o controle do território foi um elemento importante para a manutenção da institucionalidade da Igreja no contexto do estabelecimento da República no Brasil e da Província de Saboia na fronteira entre a França e a Itália. A necessidade do planejamento da atuação, visualização de possíveis ameaças e a proposição de soluções estiveram relacionadas a formas de se pensar a atuação da Igreja Católica nos contextos percebidos. Além da diocesanização, a disputa pela influência na educação foi uma das principais estratégias da atuação. Na medida em que a educação fosse orientada pelos religiosos, a "territorialização" da Igreja Católica na sociedade brasileira estaria consolidada.

A educação como um território de disputa

O episcopado brasileiro reflete sua preocupação com a educação na Carta da Pastoral Coletiva de 1890, que classifica a educação como um dos instrumentos com que o novo regime tiraria o poder e a influência da Igreja na sociedade. Por isso, ela deveria investir em um sistema escolar próprio e mais qualificado que o oferecido pelo Estado (Zugno, 2017, p. 153). No decorrer do Império, os seminários haviam sido os espaços de educação católica e os capuchinhos tinham a direção do

Seminário de São Paulo e já o alinharam com a doutrina romana e tendo o ensino aberto aos alunos, buscando que a visão ultramontana atingisse setores laicos que se alinhavam com a nova postura da Igreja (Zugno, 2017, p. 154).

Ao observar-se a realidade do contexto das colônias de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, é compreensível perceber como não existia um interesse dos colonos em desenvolver a educação de suas crianças. Isso acontecia porque a melhoria das condições de vida na conjuntura não dependia de uma instrução formal, deixando de ser uma preocupação dos colonos. Porém o jornal *Il Colono Italiano*, sob tutela de religiosos, entendia o analfabetismo como uma praga social da qual nasceriam todas as desgraças "desde a falta de unidade entre os colonos até a submissão aos interesses econômicos alheios a região, o alcoolismo e o abandono do espírito religioso" (Zugno, 2017, p. 161). Por serem os principais meios para oferecer alguma instrução, defender a educação também era defender uma educação religiosa na região de colonização dos imigrantes italianos.

O controle da educação era uma forma de criar defensores da Igreja Católica e desejou-se que a elite fosse formada no seio da Igreja. Neste sentido, oferecer um ensino de qualidade e cientificamente atualizado em escolas católicas seria um diferencial importante para trazer os filhos da elite para essas escolas (Zugno, 2017, p. 161). Outro elemento importante foi o Concílio Plenário Latino Americano, de 1899, que definiu que cada país deveria ter pelo menos uma universidade realmente católica, tendo em vista a necessidade de um corpo com conhecimento científico com capacidade de atuar nas instâncias mais intelectualizadas da elite (Zugno, 2017, p. 163).

No nível da atuação dos capuchinhos no Rio Grande do Sul, o Frei Bruno de Gillonnay considerava que a educação era parte necessária do processo de evangelização e tomou como

estratégia trazer ordens de religiosos para a educação de meninos e de religiosas para a educação das meninas. As Irmãs de São José de Moûtiers chegaram a Garibaldi em 1898 e a escola para meninas iniciou em 1899, chegando em 1900 a Antônio Prado, 1901 a Caxias e Flores da Cunha (Zugno, 2017, p. 169). Para a educação dos meninos os Maristas foram chamados. Eles já estavam em Bom Princípio desde 1900. Em 1904 três irmãos maristas chegam a Garibaldi e iniciam as aulas (Zugno, 2017, p. 170).

Um capítulo a parte da atuação dos capuchinhos no Rio Grande do Sul foi a disputa pelo trabalho de catequização de indígenas no Toldo Faxinal entre 1910 e 1920. O plano era de que, ao assumir a paróquia de Lagoa Vermelha, seria possível impedir o avanço dos protestantes que tentavam influenciar os indígenas (Zugno, 2017, p. 185). As publicações nos jornais foram utilizadas como forma de legitimar o trabalho desenvolvido com os indígenas como a publicação do jornal La Liberta de 29 de janeiro de 1910, que relata a visita ao jornal do escolhido pelos capuchinhos para tutelar os indígenas, Ricardo Zeni, junto de Fortunato Doble, que seria o chefe dos indígenas das matas de Lagoa Vermelha. Em dado momento da entrevista, Fortunato Doble, ao ser perguntado se estaria contente com seu professor, afirma que estaria pronto a dar a vida por ele (LIBERTA, 1910, 29 de janeiro, p. 2). Além disso:

> Os religiosos advindos da Europa possuíam um cabedal intelectual e religioso distinto, que seria importantíssimo no processo de elaboração de uma rede de ensino e, principalmente, na possibilidade de buscar verbas para o próprio sustento da Igreja Católica, já que, desde a separação da Igreja e do Estado, o clero católico lutava por uma autonomia

> financeira. Criaram-se novas dioceses e também com o intuito de organizar a Igreja e garantir a posse dos seus bens (Rodrigues, 2013, p. 310).

A Igreja Católica e o governo estadual mantiveram-se relativamente próximos durante a Primeira República no Rio Grande do Sul. Da parte do governo estadual existia o interesse no desenvolvimento do projeto da "proteção fraterna" que poderia ser operado pelos capuchinhos na região de imigração italiana e na evangelização dos indígenas para que estes não impedissem o avanço da modernização do estado e pudessem ser agregados a ela. Para a Igreja, ela teria uma estabilidade e legitimidade para continuar como uma instituição influente no Brasil (Rodrigues, 2013, p. 312).

Existia um conflito entre os projetos da relação com os povos indígenas. Enquanto o plano dos capuchinhos envolvia um processo de catequização aliado à instrução agrícola e civil, como parte de uma reforma moral da sociedade (Rodrigues, 2013, p. 315). O plano da política indigenista do Estado, com referenciais comtianos e laicos, defendida por Torres Gonçalves, diretor da DTC, que não acreditava que seria correto a catequese religiosa dos indígenas devido a seu "atraso civilizacional" (Rodrigues, 2013, p. 324).

Conclusão

A trajetória da relação entre Estado e Igreja Católica no Brasil e no Rio Grande do Sul apresenta uma história de relações complexas e de disputa, em que as duas instituições operam

principalmente para superar as dificuldades e desafios para se controlar o território. Percebe-se como a Igreja Católica elaborou estratégias que buscavam deixar clara a legitimidade de sua atuação para fazer a manutenção da sua capacidade de influência no território.

Confunde-se em sua atuação as formas que o espaço era apropriado e a própria ideia de espaço que era operada, mesmo que de uma forma não significada. A materialidade do território da diocese precisava ser sustentado por uma atuação que garantisse que as pessoas sob sua área de influência estariam do lado da Igreja Católica, na medida em que o Estado buscasse avançar sobre as instâncias de poder controladas pela Igreja. A fronteira entre as duas instituições foi nebulosa durante o início da Primeira República e o discurso sobre uma sociedade perfeita era a legitimação para que a Igreja reivindicasse o que considerava ser seu espaço vital por direito, que era a sociedade Brasileira, mas sem as amarras do Regime do Padroado.

Fica claro como a territorialidade foi um elemento essencial no estabelecimento das instituições do Brasil Republicano, que passava por um processo de modernização e de estabelecimento de suas bases de atuação e legitimação. A Igreja buscou navegar nas bases ainda pouco claras dessa institucionalidade, para garantir sua posição de destaque e articular a manutenção de sua própria existência no contexto hostil que enfrentava na Europa e no próprio Brasil. O olhar da geopolítica possibilita compreender como existia uma rede de intencionalidades e planejamentos que entendiam a importância dos territórios em seus vários significados. Mesmo que os religiosos não os operassem e trabalhassem muito mais em uma perspectiva reativa às ameaças que enfrentaram no decorrer do tempo.

Bibliografia

ANDRADE,Lidiane Mota de. *Dioceses como territórios de ocupação da Igreja Católica no estado do Rio Grande do Sul*. Espaço e cultura, UERJ, RJ, N. 21, JANEIRO DE 2007, p. 7-17.

AQUINO, Maurício de. *Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil*: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923). 2012. 302 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis 2012.

CARBONARI, Maria Rosa. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la História Regional. História Unisinos. 13 (1): 19-34 2009.

GOLIN, Luiz Carlos Tau. A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002. v. 1.

GUEDES, Edson Claiton. *O Seminário seráfico Santa Maria e as tensões nas identidades sacerdotal e franciscana no pós-vaticano II (1966-1987).* Dissertação de Mestrado Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

HEINSFELD, Adelar. *A trajetória do pensamento geopolítico:* da geopolítica clássica às novas geopolíticas. Passo Fundo: Acervus, 2020.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

RODRIGUES, Cintia Régia. Populações nativas: capuchinhos franceses e o governo estadual - práticas e articulações no início do século XX no RS. *Revista de História das Religiões.*

ANPUH, Ano VI, n. 16, Maio 2013 - ISSN 1983-2850 - Dossiê Facetas do Tradicionalismo Católico no Brasil.

ZUGNO, Vanildo Luiz. *Capuchinhos franceses no Rio Grande do Sul*: Presença e missão na Região Colonial Italiana e Campos de Cima da Serra. Porto Alegre: ESTEF, 2017.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

A ARTE DA FOTOGRAFIA ANALÓGICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO: HISTÓRIA, IDENTIDADE, MEMÓRIAS E IMAGINÁRIOS

Rebeca Franco Fonseca de Freitas
Universidade Federal de Pelotas
rebecafrancoff@gmail.com

Cláudia Mariza Mattos Brandão
Universidade Federal de Pelotas
claummattos@gmail.com

Resumo
Este resumo traça paralelo entre fotografia analógica, água, memória e imaginário no processo de formação através do método autobiográfico, a partir do curso de fotografia analógica Visto Jamais Visto (2023), ocorrido na cidade de Taquari (RS). A maioria dos registros fotográficos dos discentes foram feitos na região do Rio Taquari. Desta maneira, este resumo analisa as similaridades entre as águas da memória e do imaginário, que nascem da sua confluência com a fotografia analógica no processo de formação. No quadro teórico, é abordado o conceito do imaginário como parte integrante das análises sobre as transformações na sociedade contemporânea e do indivíduo (Durand, 2001), traçando um paralelo entre água e fotografia analógica como formas que despertam coletivamente e individualmente o imaginário e a memória afetiva (Guillaume, 2003), com estudos sobre a natureza das lembranças e estímulos sensoriais imagéticos (Bachelard, 1978).
Palavras-chave: Fotografia; Imaginário; Memória.

Introdução

Este artigo busca compreender a fotografia analógica enquanto meio de expressão artística e de identidade no processo de formação, além de traçar um paralelo entre as águas de memória e imaginário a partir da oficina de fotografia analógica Visto Jamais Visto, ministrada pela pesquisadora na cidade de Taquari (RS), em 2023. A discussão apresentada embasa o projeto de dissertação desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Artes (CA/UFPel), na linha de Pesquisa Educação em Artes e Processos de Formação Estética, vinculada ao PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação. A oficina Visto Jamais Visto instigou reflexões sobre a fotografia analógica no processo de formação e as relações entre identidade, expressão artística, memória e imaginário, mostrando-se relevante para o processo de pesquisa. A sua dinâmica instigou a fabulação do cotidiano em Taquari, uma cidade que beira a bacia hidrográfica do Rio Taquari, porto natural de navegações comerciais importantes para a economia do estado, já que as águas do Rio Taquari drenam um total de 98 municípios. A maioria dos registros dos discentes foram feitos na região do Rio Taquari, seus entornos e suas margens.

Um ano depois da oficina, em 2024, Taquari sofreu com uma das maiores inundações da história do estado, em decorrência de chuvas intensas e contínuas que fizeram o Rio Taquari ultrapassar a marca histórica de 31 metros de profundidade. Houve danos irreparáveis à população com desaparecidos, mortos e desabrigados.

A catástrofe se estendeu por diversas cidades gaúchas como Estrela, Canoas, Lajeado, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, mobilizando o país e o mundo (Alencar; Barros, 2024). Desta maneira, a pesquisa considera a urgência de analisar o

paralelo entre fotografia analógica, água, memória e imaginário no processo de formação proposto na oficina ministrada em 2023, antes do desastre climático. Para tanto, este trabalho analisa as similaridades entre história e identidade nas águas da memória e do imaginário, que nascem da sua confluência com a fotografia analógica.

A dinâmica da oficina instigou a fabulação do cotidiano (Zacharias; Zeppini, 2023) em Taquari, uma cidade que beira a bacia hidrográfica do Rio Taquari, porto natural de navegações comerciais importantes para a economia do estado, já que as águas do Rio Taquari drenam um total de 98 municípios[3]. A maioria dos registros dos discentes foram feitos na região do Rio Taquari, seus entornos e suas margens.

Por isso, esta pesquisa analisa as similaridades entre as águas da memória e do imaginário que nascem a partir do encontro com a fotografia analógica. Dessa maneira, no quadro teórico, será abordado o conceito do imaginário como parte integrante das análises sobre as transformações na sociedade contemporânea e do indivíduo (Durand, 2001), traçando um paralelo entre água e fotografia analógica como formas que despertam coletivamente e individualmente o imaginário e a memória afetiva (Guillaume, 2003), com estudos sobre a natureza das lembranças, como certos estímulos sensoriais as evocam e como o elemento da água pode suscitar o imaginário equiparando com a fotografia (Bachelard, 1978).

Ponderando sobre o acima exposto, identifica-se como problematização balizadora da pesquisa: Quais as relações entre a fotografia analógica, imaginário e memória com base na oficina gratuita promovida na cidade de Taquari, no Rio Grande do Sul, em 2023? Com base nessa indagação, o objetivo é de refletir acerca das relações entre a fotografia analógica, água, memória

e imaginário no processo de formação na oficina Visto Jamais Visto (2023).

Metodologia

O método utilizado será o de análise da experiência a partir da perspectiva docente da pesquisadora na oficina de fotografia analógica. Fazendo o movimento de elencar pontos de encontro e também divergências entre água, fotografia analógica, memória e imaginário. A água e a fotografia são vistas aqui como motivadoras de reflexões internas e externas, carregadas de ambivalências de memória e imaginário. Opostas e análogas respectivamente, como a vida e a morte, duas faces da mesma moeda. Tanto a água do rio quanto a fotografia podem se complementar e opor em seus próprios significados.

Por exemplo, a água pode refletir características turvas e cristalinas; agitadas e calmas, assim como também a fotografia espelha imagens diversas com desfoque e nitidez; sombra e luz, por exemplo. Bachelard (1978) explora como a água, em suas várias formas e manifestações, influencia a imaginação e as emoções. Ele analisa a água não apenas como um elemento físico, mas como uma substância contendo significados simbólicos e poéticos. O autor examina como a água, em várias culturas, representa tanto a vida quanto a morte, o nascimento e a renovação.

Na fotografia analógica, em seu processo de revelação de imagens, é necessária a lavagem em água corrente, ou seja, nasce a imagem através das águas. Além disso, ela registra a vida. Mas também dela nasce a morte, possibilitando eternizar o passado em imagem. Com ela também é possível repercutir

imaginários padronizados com determinadas normas sociais, tipos de comportamento.

Por outro lado, denuncia e discute novos mundos com maior diversidade e inclusão. Tanto a água, quanto a fotografia têm características semelhantes que podem se complementar e/ou se provocarem, contraporem. Ou seja, esta pesquisa acredita que o imaginário, representado através de imagens, dos discentes sobre a cidade de Taquari, de acordo com Durand (2001), vem de uma mina d'água. Ocorre a partir do afloramento das águas subterrâneas antecessoras aos alunos e dão início à formação de pequenos riachos que, por sua vez, darão origem aos rios imaginários.

Dessa forma, este trabalho faz o exercício de refletir as águas das memórias, contemplando o imaginário através de fotografias analógicas. Com o intuito de remar contra a corrente da produtividade acelerada que pode ocasionar em uma inundação de dispersão, desafiando um pensamento crítico sobre os modos de vida capitalistas. Han, no livro O Aroma do Tempo (2016), faz uma crítica filosófica de como as estruturas sociais contemporâneas impactam a percepção do tempo e defende um regresso a uma abordagem de vida mais contemplativa. E, fotografar com câmeras analógicas é um convite para repensar o modo de vida hegemônico capitalista, pautado no digital, onde há um apressamento de produção.

Resultados e discussão

A fotografia analógica apresenta características que se distinguem significativamente da fotografia digital, sobretudo no que diz respeito à sua imprevisibilidade e materialidade.

Diferentemente da fotografia digital, que permite a edição e exclusão imediata das imagens capturadas, a fotografia analógica carrega uma incontrolabilidade inerente ao processo físico-químico da captura da luz sobre o filme. Esse aspecto confere à imagem uma dimensão de espontaneidade e acaso, elementos que podem ser apagados ou corrigidos no meio digital.

A imprecisão da fotografia analógica se manifesta no traço da luz, no processo químico de revelação e na materialidade do suporte fotográfico. Há, portanto, um fator de imprevisibilidade no resultado final da imagem, pois determinadas ocorrências fogem ao controle do fotógrafo. Embora seja possível simular essa estética na fotografia digital, a facilidade de edição e exclusão de imagens minimiza essa dimensão do inesperado.

Nesse sentido, a fotografia analógica pode ser um meio potente para refletir sobre aquilo que não conseguiu ver no momento do registro, mas que se revela na imagem final. Esse aspecto se torna especialmente relevante quando lidamos com fotografias que documentam eventos incontroláveis, como desastres naturais.

No contexto das cheias, por exemplo, a fotografia pode ser um instrumento para refletir sobre a perda e a transformação do espaço. A região do Vale do Taquari,desconfigurada pelas recentes inundações, poderia ser fotografada novamente, sem a intenção de estabelecer uma redução documental, mas como uma forma de resgatar camadas de memória e percepção.

Pierre Soulages discute a noção de fotografia como perda, argumentando que a fotografia, especialmente em seu caráter analógico, está intrinsecamente ligada à ausência. Diferentemente de outros elementos de memória que evocam afetividade e positividade, a fotografia pode trazer à tona uma dimensão de desaparecimento e fragmentação, evidenciando não

apenas aquilo que foi registrado, mas também aquilo que já não está presente.

Dessa maneira, a fotografia analógica se configura como um meio expressivo para investigar e representar ausências, evocando reflexões sobre memória, tempo e transformação.

Por isso, salienta-se aqui a reflexão sobre a prática da fotografia analógica no processo de formação. Como um movimento contra hegemônico de percepção do cotidiano, desnaturalizando os lugares que são colocados como naturais pelo capitalismo radical.

Entende-se a natureza das águas imagéticas como fonte secundária de luz, pois as fotografias rememoradas através de memórias e imaginários são como corpos iluminados, possuem sua cor definida pela luz que ilumina, ou seja, depende do contexto, da bagagem de experiência de quem interpreta. Os registros fotográficos são livres para diversas interpretações, produtos de um processo construtivo e criativo de cada fotógrafo. São fragmentos, únicos, fugazes, de tempo e situação passados que não se repetem. (Kossoy, 2001)

De acordo com Guillaume (2003), a memória afetiva refere-se à capacidade do cérebro de recriar e associar lembranças a experiências emocionais frente ao efêmero. Essas rememorações afloram vívidas e significativas quando em contato com "objetos de sutura", como por exemplo imagens, músicas e poesias. Quando entra em contato com álbuns passados, as fotografias podem suscitar subjetividades particulares moldadas pela percepção do mundo tanto coletiva quanto individual. Fica-se diante do passado, do que se foi, com a possibilidade de ver e sentir de forma ressignificada pelas interferências do presente.

Freud (1900) usava metáforas aquáticas para descrever o consciente e o inconsciente. Ele comparava a mente humana a um iceberg, onde apenas uma pequena parte está visível

acima da água (o consciente), enquanto a maior parte está submersa (o inconsciente), retendo memórias. É possível estabelecer uma associação das fotografias dos alunos do Visto Jamais Visto com a água (em seu aspecto sólido, gelo). A técnica tem como resultado o congelamento de imagens e isso pode ser comparado às águas de memória (Freud, 1900), conscientes e inconscientes, congeladas em forma de icebergs.

Neste sentido, estas experiências formadoras podem transcender a biografia pessoal de cada um (não sendo algo que nasce exclusivamente da subjetividade dos alunos, mas algo que transcende a individualidade). Representadas pelo elo perdido mais profundo da conexão com o passado, onde nascem as imagens do imaginário (Durand, 2001).

Apesar desse tema ser debatido por décadas, não é possível decretá-lo desgastado, finito, pois a subjetividade é singular e, por isso, renovadora, cíclica. A sociedade é passível de transformações coletivas e ressignificações individuais. Dessa forma, fotografias de qualquer temporalidade podem convocar experiências pessoais e sociais, tornando a experiência com as imagens algo particular.

Dessa forma, a fotografia analógica como um processo de formação aplicada na oficina Visto Jamais Visto (2023), incentivou que os alunos olhassem para trajetos do dia-a-dia com mais atenção àquilo que passa despercebido pela correria que implica viver sob condições capitalistas de produção acelerada, muito associada à rapidez da fotografia digital.

A fotografia é um meio que permite o aguçamento de memórias, uma vez que o registro desperta recordações acerca de pessoas, espaços, tempos e suas ligações emocionais. Segundo Candau (2012), ao entrar em contato com situações que remetem ao passado, é possível descortinar traços de construção pessoais. Sendo assim, ao provocar o grupo investigado à

criação de imagens analógicas e posterior reflexão e rememoração, pode ser também uma experiência de autodescoberta.

O gesto de utilizar a fotografia para externalizar o interno psíquico é um meio de preservar a memória afetiva frente ao esquecimento (Brandão, 2012). Dubois (2012) reflete acerca da analogia entre memória e fotografia: "Em suma, essa obsessão que faz de qualquer foto o equivalente visual exato da lembrança. [...] Ou, em outras palavras, nossa memória é feita de fotografias" (Dubois, 2012, p. 314). Ao aproximar o ato de fotografar do gesto de lembrar acontecimentos, o autor compara a produção de imagens com o nosso imaginário.

Importante destacar que o surgimento da câmera se deu impulsionado pela vontade de mimetizar o que é visto pelo olhar humano. Nesse sentido, a fotografia pode ser compreendida também como um meio que se conecta com a experiência de memória, por ser possível a impressão das subjetividades através das lentes da câmera. Ricardo Marín-Viadel e Joaquín Roldán (2012) ressaltam que a fotografia pode representar fatores intrínsecos às condições do fotógrafo e do observador. Ou seja, cada imagem traz consigo significados particulares, estendendo-os a uma multiplicidade de interpretações.

A matéria fílmica do analógico é orgânica, repleta de vida: tem celulose, gelatina e cristais de sais de prata. A fotografia analógica é feita de subjetividades imanentes sob constante transformação (Dubois, 2012). Portanto, a análise de registros analógicos em tempos digitais busca uma reflexão sobre a materialidade do corpo humano, trazendo marcas de expressão em sua composição. Nesse sentido, os frequentadores do "Visto Jamais Visto", provocados a selecionar e analisar suas próprias fotografias analógicas, entram em contato com as imagens, mergulham nas suas águas emocionais, tocam em marcas de traços, ranhuras, rasuras (características comuns de resposta da

natureza orgânica da qual o filme analógico é composto), de memórias e revelam imaginários.

A fotografia tem a capacidade de narrar uma história em um único quadro. Exige uma atenção especial à composição e ao enquadramento, pois o fotógrafo tem apenas um momento para capturar a imagem desejada. Ela oferece uma variedade de formas de expressão visual, cada uma com suas próprias características e aplicações. E essas formas de fotografia continuam a evoluir com o avanço da tecnologia, influenciando a maneira como se vê e narra o mundo.

Sobre o exercício de olhar para imagens conhecidas por ângulos diferentes, Fabris (1998, p. 29) aponta que:

> Os fotógrafos não buscam, em suas expedições, lugares inéditos ou desconhecidos. Procuram, ao contrário, reconhecer os lugares já existentes, como visões imaginárias, nas fantasias inconscientes das massas, criando arquétipos-estereótipos que confirmariam uma visão já existente e conformariam a visão das gerações futuras.

Han (2021), examina a erosão dos rituais tradicionais na sociedade contemporânea e o seu impacto na experiência humana e na coesão social. Han argumenta que os rituais desempenham um papel crucial na estruturação do tempo e na criação de um senso de comunidade e continuidade. No entanto, o atual modo de vida em sociedade, impulsionado por um enfoque neoliberal na produtividade e na eficiência, levou ao declínio destas práticas, prejudicando, portanto, “a visão das gerações futuras”. A prática da fotografia analógica e a revisitação de acervos, particulares ou não, é um ritual que tem desaparecido por conta do

ritmo acelerado capitalista, que preza pelo imediatismo da fotografia digital.

A fotografia digital oferece instantaneidade. As imagens podem ser visualizadas imediatamente após a captura, e não há necessidade de revelação. Uma das características distintivas da fotografia digital em relação ao analógico é a capacidade de manipular imagens antes da captura. Editores de imagem permitem ajustes de cor, gráficos de contraste e outros aspectos da imagem antes de fotografar, na própria câmera, de uma forma que não é possível na fotografia analógica.

Há também um armazenamento grande de imagens em dispositivos como cartões de memória e discos rígidos, talvez maior do que a mente humana é capaz de guardar. Além disso, o compartilhamento online tornou-se uma parte essencial da experiência fotográfica. O método digital continua a trazer novidades, proporcionando experiências cada vez mais dinâmicas e rápidas com as imagens.

Han (2021) acredita que essa prática de ser imbuído pela rapidez contemporânea contribui para o desfalecimento de aspectos poéticos e lúdicos da vida. Dessa forma, é possível compreender que a prática do curso livre de fotografia analógica e refletir as imagens resultantes dessa prática é um ritual que permite a apreciação poética da vida, algo que está se perdendo em uma cultura que prioriza o imediatismo.

Veiga, em uma matéria para o jornal digital Brasil de Fato, realizada em 2023, destaca através de uma entrevista com Yanomamis, que os povos originários têm uma relação com a fotografia e o ritual marcante. Ressalta que quando alguém os fotografa, por exemplo, isso é capaz de trazer o passado, o que morreu, ao mundo dos vivos, e a falta de limite entre os dois mundos pode acabar afetando o equilíbrio espiritual de uma

comunidade. A tradição Yanomami vai ao encontro do pensamento desta investigação, sobre a natureza e a fotografia.

Freud (1900) observou que o corpo da água pode representar o ciclo da vida, desde o nascimento (água como símbolo do útero e do líquido amniótico) até a morte (água como símbolo do retorno ao estado primordial ou inconsciente). Portanto, é possível considerar que na fotografia temos o encontro de dois tempos, o que a torna cíclica.

Ailton Krenak (2019), um respeitado líder e pensador indígena, oferece uma crítica profunda às perspectivas eurocêntricas e às ideologias capitalistas, negacionistas sobre os abusos a natureza e as consequências disso, enfatizando a sabedoria das culturas indígenas em prever a insustentabilidade de estilos de vida que desrespeitam o meio ambiente. De acordo com o autor, estes modos de vida exploradores e ambientalmente destrutivos estão fadados ao fracasso. Nadando também ao encontro do conceito de ecosofia, valoriza-se a interconexão do todo, do ecossistema, ressaltando que as ações da humanidade precisam ser responsáveis com o meio ambiente, pois tudo e todos estão conectados (Naess, 1989).

Defende-se nesta pesquisa a descentralização do humano e das atitudes egoístas, narcisistas, provocando olhar para a natureza, valorizando cada ser vivo com seu valor único e importante no mundo.

Ainda que se viva num contexto predominantemente digital, a fotografia analógica resiste à passagem do tempo e às transformações tecnológicas. E é perceptível nos últimos anos a rememoração analógica nos filtros do aplicativo Instagram, que buscam reproduzir grãos de ISO dos rolos analógicos. Também o cinema hollywoodiano *blockbuster* contemporâneo tem investido em filmar analógico por conta da preservação, o filme

"Oppenheimer" (Christopher Nolan, 2023), por exemplo, foi gravado em rolos de filme analógicos.

Outro exemplo recente do uso da fotografia analógica em tempos digitais é no filme "Guerra Civil" (Alex Garland, 2024). Uma das personagens leva consigo uma câmera analógica e enfrenta todas as adversidades da guerra com ela em punho. O longa-metragem acontece nos Estados Unidos, num futuro distópico em que uma guerra civil toma conta do país. Ele faz alusão ao endossamento do ex-presidente dos EUA, Donald Trump, ao armamentismo, ao fascismo e ao nacionalismo, que dividiram o país despertando uma corrente de ódio e medo. Interessante pensar que este filme escolhe a fotografia analógica como meio de registro principal da personagem, num lugar onde o ritmo acelerado do capitalismo impera, devasta, domina e dita costumes de imediatismo no mundo.

No filme há três personagens que se destacam, são jornalistas em busca de registros da crise: Lee (Kirsten Dunst) é uma fotojornalista de guerra, veterana na profissão, consagrada e exausta; Jessie (Cailee Spaeny), a mais jovem do grupo, uma aspirante que admira Lee a ponto de segui-la por onde ela for; Joel (Wagner Moura), jornalista em busca de uma entrevista inédita com o presidente; e Sammy (Stephen McKinley Henderson), um jornalista mais velho e experiente.

O *roadmovie* se revela pouco a pouco com os personagens atravessando o país em busca dos registros fotográficos e dá entrevista especial com o presidente, na Casa Branca. Jessie tem menos experiência em fotojornalismo se comparado com os outros profissionais, e isso a instiga continuar na viagem em busca de aprender com os outros colegas de trabalho.

O ponto relevante sobre o filme para esta dissertação é que a câmera de Jessie é analógica. A câmera analógica, a primeiro momento, pode significar fragilidade da figura diante das

armas de fogo que devastam e explodem tudo e todos, já que a câmera analógica tem poucas possibilidades de clique. Além disso, há um certo imediatismo e rapidez das metralhadoras.

A personagem, além de tudo, carrega uma bolsa com os filmes e demais aparatos de revelação e digitalização, deixando seu trabalho menos prático se comparado com o dos outros, que empunham uma câmera digital e pequenos cartões de memória. O peso da câmera analógica atrapalha a agilidade da fotógrafa em meio à guerra, mesmo com toda a sua jovialidade e disposição, contudo o material é resistente a grandes impactos e isso faz com que a personagem se sinta cada vez mais forte também.

Sendo assim, podemos interpretar o uso da câmera analógica, como uma forma simbólica de representação da força de imagens perenes versus a fragilidade da superabundância das imagens digitais, que podem ser descartadas com facilidade. Portanto, esta pesquisa acredita na experiência formadora da prática e análise da fotografia analógica como provocadora à observação, à concentração, ao respeito e a consideração por si e aos contextos que os cerca. Transformando a experiência formadora, sendo capaz de materializar a memória e a afetividade de cada criador, imprimindo a imprevisibilidade transgressora e oculta que a imaginação revela na película, portanto, única e corruptível ao tempo.

É possível explorar também a criação mútua entre o fotógrafo e o caráter inesperado que a fotografia analógica propõe como interferência no resultado revelado. Sendo assim, abre-se a possibilidade de considerar a natureza indomável da vida e do ambiente, que seguirão seu curso mesmo após as ações humanas.

Conclusões

De acordo com Calvino (1990), a contemporaneidade é marcada por "um dilúvio de imagens pré-fabricadas que inundam a humanidade". Essa inundação de imagens, derivada do industrialismo, desafia a capacidade humana de salvaguardar as imagens na memória. Fazendo com que imensa quantidade produzida e propagadas imagens percam importância e tornem-se descartáveis. Portanto o exercício de fotografar com câmeras analógicas e analisar ele como processo de formação é importante para refletir determinados comportamentos, remando contra a onda de tsunami de imagens que quando quebra na cidade-pessoal e coletiva provoca o apagamento das lembranças e da identidade.

Com isso também é possível discutir sobre a inundação que aconteceu no estado do Rio Grande do Sul. Ela foi fruto de questões climáticas, porém de acordo com estudiosos (IHU; COMUNICAÇÃO, 2024), foi uma catástrofe prevista. Foi resultado de ininterruptas negligências por parte do atual governo do estado com a região, favorecendo práticas capitalistas que esgotam a natureza de forma ambientalmente insustentável e cruel. Em nome de avanços e interesses materiais, a sustentabilidade é cada vez mais rara e por isso ocorrem com mais frequência alterações climáticas, aquecimento global, extinção de animais, mortos e refugiados.

A inundação (também de imagens) é um reflexo do capitalismo, com ela a cidade já não é mais a mesma, as pessoas que ali habitam também não. Os costumeiros rituais de caminhos e símbolos cotidianos já não são mais os mesmos. A inundação destrói rotas, casas, álbuns de fotografia, moradias, vidas. A memória tanto individual quanto coletiva é comprometida de forma traumática. Dessa forma, compreende-se relevante analisar o

movimento contrário que a oficina Visto Jamais Visto em 2023, em Taquari/RS, se propôs para os moradores, antes de sofrerem a enchente de 2024 que levou pelas águas álbuns de família, ou seja, desmaterializou memórias e identidades.

Embora não haja um momento específico em que o conceito de fotografia e memória tenha surgido, a interseção entre esses dois temas tem sido explorada e discutida ao longo da história da fotografia, refletindo a natureza humana de desejar preservar e compartilhar lembranças visuais. Algo que é cada vez mais difícil pela superabundância de imagens contemporânea (Calvino, 1990) e por isso se faz crucial o movimento contrário buscando a reflexão sobre a produção de fotografias analógicas.

Ortiz (1992) argumenta que a humanidade desde o momento em que as fotografias deixaram de ser somente estáticas e se tornaram também em movimento (cinema), a vida ganhou um ritmo acelerado, industrial, característica da modernidade do século XIX. O autor defende que a sociedade passa a sofrer de angústias pelo trabalho excessivo com a crescente fabril no século XX e avalia que a primeira guerra e a ininterrupta busca por evolução tecnológica não é necessariamente uma ordem de progresso.

No final do século XX, com o surgimento da fotografia digital, a fotografia analógica acabou perdendo grande parte do espaço obtido. Visto que o processo analógico precisa de mais tempo para ser realizado. Indo de acordo com a necessidade da sociedade industrial, a fotografia digital valoriza cada vez mais a produção de imagens em ritmo frenético. No entanto, os modos de produção de imagens em superabundância estão sendo revisados e questionados atualmente, desse modo, a volta do uso da fotografia analógica voltou a ser discutida no cenário contemporâneo.

Nesse sentido, Morin (2000) defende que se precisa fazer um movimento contrário e inesperado em busca de viver poeticamente. O autor vê a educação como uma ferramenta crucial para superar as limitações do pensamento capitalista e argumenta que uma educação orientada para a complexidade e a interdisciplinaridade pode ajudar a formar cidadãos capazes de compreender e enfrentar os desafios globais, promovendo uma sociedade mais justa e sustentável.

Referências bibliográficas

Livros

BACHELARD, Gaston. *Os Pensadores. Vida e Obra. A Filosofia do Não. O Novo Espírito Científico. A Poética do Espaço.* São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem.* Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

FREUD, Sigmund. (1900). *A interpretação dos sonhos In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1987.

GUILLAUME, Marc. A Política do Patrimônio. Porto, Campo das Letras, 2003. HAN, BYUNG-CHUL. *O aroma do tempo.* Editora Relógio d'água, Lisboa, 2016.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro.* 2ª ed., São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. São Paulo: L&PM, p. 15-5, 1986.

Artigos

ORTIZ, Renato. Reflexões sobre a pós-modernidade: o exemplo da arquitetura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* n. 20, 1992.

ZACHARIAS, Pamela; ZEPPINI, Paola Sanfelice. *Sobre aprender a fabular em educação*. Linha Mestra, n. 35, p.278-275, 2018.

Documentos eletrônicos

ALENCAR, Caíque; Barros, Lorena. *Chuvas no RS: nível do rio Taquari passa de 30m e supera marca histórica*. São Paulo, 2024. Online. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/02/recorde-nivel-rio taquari-rio-grande-do-sul.htm

IHU; COMUNICAÇÃO, Baleia. *Tragédia do Rio Grande do Sul*. Um desastre previsto. Entrevista especial com Paulo Artaxo. Porto Alegre, 2024. Online. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/639153-enchentes-no-rio-grande-do-sul-sao-desastre-previsto- entrevista-especial-com-paulo-artaxo.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

"E EU ESCRIVÃO QUE O ESCREVY": MATERIALIDADE E CULTURA ESCRITA DE DOIS ESCRIVÃES ECLESIÁSTICOS (RS, DÉCADA 1750)

Vanessa Gomes de Campos
Doutoranda PPGH/UPF
Bolsista Capes

Resumo
A proposta deste trabalho é diferenciar as escritas de dois escrivães eclesiásticos de meados do século XVIII, comparando suas trajetórias e evidenciando em suas características de escrever elementos que foram além da formalidade institucional do documento. Com isso, apesar do convencionalismo, acredita-se ser possível encontrar traços que lhes eram próprios e que os identificam através de sua marca sobre o papel. Ao investigar o documento como materialidade e expressão cultural de determinada realidade, colocamos em foco os escrivães, atores sociais geralmente pouco acessados (Almada, 2011). Por meio de uma peritagem gráfica que permita reconhecer estilos, hábitos e/ou desvios em suas escritas, e através do método da análise paleográfica (Petrucci, 1999), pretendemos compreender o contexto da escrita a partir dos protagonistas escreventes, observando seu grau de educação gráfica, assim como sua inserção e domínio nas práticas da escrita. Tomando a escrita como um vestígio material de determinada sociedade, buscamos a possibilidade de traçar alguns parâmetros de cultura escrita ao revelarmos algumas idiossincrasias dos sujeitos escreventes, através da conjugação de técnica, desempenho gráfico e sua dimensão social (Magalhães, 2001).
Palavras-chave: Cultura escrita; Escrivão eclesiástico; Habilidades gráficas.

Introdução

Na década de 1960, no bojo das transformações historiográficas havia, de um lado, os paleógrafos que renovavam seus questionamentos em relação aos documentos manuscritos do passado, e, de outro, estudiosos da história da alfabetização que buscavam compreender os usos do alfabetismo, realizações práticas, efeitos psicológicos etc. (Castillo Gómez; Sáez, 2016, p. 168). O resultado da confluência entre os saberes, de acordo com Castillo Gómez (2020, p. 24), foi uma "nova proposta teórica e metodológica articulada no âmbito dos estudos sobre o que passou a denominar-se *alfabetismo e cultura escrita*". Com o passar dos tempos, floresceram pesquisas que se voltaram à materialidade da escrita, no sentido de que, para se compreender a própria informação contida nos registros, era importante entender a sua produção e difusão (Petrucci, 1999; Castillo Gómez; Sáez, 2016). Os estudos em relação à escrita, propriamente dita, encararam-na cada vez mais como um produto social, vinculada ao conjunto de manifestações culturais, a partir da qual podemos aceder à História da Cultura Escrita (Castillo Gómez, 2003, p. 107).

O domínio historiográfico da Cultura Escrita[125] integra a dimensão da História Cultural e tem se ocupado, entre outras questões, das formas materiais do escrito (Castillo Gómez; Sáez, 2016). Nesse sentido, as palavras e números não seriam mais entendidos apenas como um sistema gráfico, mas uma forma de interrogar as diferentes funções e práticas, sempre em referência com as respectivas sociedades históricas. Para Castillo Gómez

[125] Conforme Castillo Gómez (2020, p. 56), o termo História Social da Cultura Escrita passou a ser defendido no final dos anos 1990.

(2020, p. 51), era usual descrever os materiais escritos "sem interpretá-los, isto é, dissociados de seus respectivos contextos históricos de produção e uso".

O texto a seguir, através de dois documentos produzidos no âmbito administrativo da Igreja Católica nos anos de 1750, nos Campos de Viamão (território do Rio Grande do Sul), pretende trazer algumas reflexões a partir dos escrivães, os produtores materiais. Com base na observação de suas escritas, considerar as relações que havia em seu contexto, conjugando técnica, desempenho gráfico e dimensão social. O que pretendemos é compreender, com esse recorte recorte, as possibilidades de investigação no domínio da História da Cultura Escrita.

Dois escrivães eclesiásticos nos Campos de Viamão

Os Campos de Viamão abrangiam um extenso território a leste do atual estado do Rio Grande do Sul e corresponderiam "às terras situadas ao sul do rio Mampituba, tendo a leste o Oceano Atlântico e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos" (Kühn, 2014, p. 69). A integração desse espaço à colônia portuguesa na América meridional ocorreu a meados do século XVIII, por motivações econômicas, como a necessidade de abastecimento e de transporte para a exploração das Minas Gerais, visto a existência de reservas de gado que havia na região.

O grande fluxo de pessoas, assim como o constante movimento de indivíduos que se dirigiam para tais espaços coloniais, proporcionou a fundação da freguesia de Viamão, em 1747. Nesse sentido, precisamos considerar que, naqueles tempos, os mecanismos administrativos eram incipientes, embora a Igreja

Católica fosse uma instituição cujo poder era o único que se exercia "com bastante eficácia desde os âmbitos mais periféricos [...], onde só coexistia com o império" (Hespanha,1998, p. 257). Ou como menciona Graça Salgado, "a Igreja Católica executou função supletiva na administração civil, da qual inclusive [...] podia ser considerado um dos braços" (1985, p. 115).

Devido à importância geográfica do RS, limítrofe entre os Impérios português e espanhol, o território esteve subordinado à jurisdição da capital da Colônia, sediada no Rio de Janeiro. No caso da Igreja não foi diferente, sujeitando-se ao Bispado do Rio de Janeiro. Assim, a nível local, a administração eclesiástica dava-se através da Vara (ou Comarca), estando no topo hierarquia o Vigário da Vara. As atribuições do Vigário da Vara, entre outras, estava a de: "Fazer sumários de testemunhas e tirar depoimentos para o casamento de forasteiros [...]" (Salgado, 1985, p. 326). Como representante do Bispo, o Vigário da Vara também acumulava a função de Juiz de Casamentos, cargo existente, provavelmente, nos poucos Bispados brasileiros[126]. Nessa estrutura, havia o ofício de Escrivão da Vara, cujos requisitos para a ocupação do cargo eram "ser 'pessoa de segredo, consciência', que saiba ler e escrever" (Salgado, 1985, p. 336), que também acumulava as atribuições dos Escrivães da Câmara Eclesiástica.[127]

A Vara Eclesiástica de Viamão foi instituída em 1750 (e durou até 1773, quando foi transferida para Porto Alegre).

[126] Os Bispados existentes no Brasil até a metade do século XVIII eram: Salvador/BA (1551), Rio de Janeiro/RJ (1676), Olinda/PE (1676), São Luís/MA (1677), Grão Pará/MA (1719), São Paulo/SP (1745) e Mariana/MG (1745).
[127] O ofício de Escrivão da Câmara deveria ser desempenhado por um sacerdote, conforme a legislação canônica vigente. No entanto, houve diversos escrivães que não pertenciam ao clero.

Enquanto órgão com atribuições que iam além dos deveres paroquiais, devia realizar as rotinas administrativas que necessitavam da redação especializada do escrivão, que o colocavam no cerne da produção material dos documentos. Dentre os itens produzidos por esses indivíduos, encontravam-se os Autos de Habilitação Matrimonial (AHM), atualmente custodiados pelo Arquivo Histórico da Arquidiocese de Porto Alegre[128]. A Série AHM é composta por cerca de 20 mil processos e é um tipo documental que compreendia a preparação para o casamento entre duas pessoas. O objetivo era provar as condições básicas que as habilitavam a casar, como a inexistência de impedimento (graus de parentesco consanguíneo ou por afinidade, promessas de casamento) e, sobretudo, o fato de serem "solteiros, livres e desimpedidos". Sua realização durava o tempo necessário para os noivos serem inquiridos, assim como as três testemunhas que confirmavam as alegações iniciais dos pretendentes. Além disso, era necessário que os noivos apresentassem as certidões de batismo e de "banhos" (os proclamas de seus locais de origem). Dadas as dificuldades da entrega das referidas certidões para serem juntadas aos AHM, e a fim de facilitar o andamento do processo preparatório, realizava-se a comprovação do estado de solteiro/a através da Justificação de Solteiro e, mais raramente, a de Solteira. Para tanto, valiam-se de testemunhas (que confirmavam as alegações do/a justificante) e, em alguns casos, ainda eram registrados fiadores e um prazo ficava estabelecido para a entrega das certidões. Dessa forma, valiam-se de testemunhas para procederem nos casos em que ainda restavam dúvidas, sobretudo quanto à idade e mobilidade masculina. Na Justificação de

[128] Convém ressaltar que a autora deste texto é arquivista e historiógrafa de referido Arquivo.

Solteiro/a, as testemunhas confirmavam oralmente as alegações do/a justificante. De modo geral, como a moça vivia "sob o pátrio poder", raramente necessitava apresentar testemunhas, restando somente ao rapaz requerente a tarefa de trazê-las, para provar sua passagem em diversos lugares – freguesias –, o período em que permaneceu e suas relações com as testemunhas, as quais sempre eram "tidas como fidedignas e residentes" (Faria, 1998, p. 58-59). Nos casos em que a pessoa era viúva, cujo estado deveria ser comprovado (ou justificado), também se acionavam testemunhas, caso o falecimento não tivesse ocorrido na mesma freguesia de residência do/a viúvo/a. Os procedimentos que geravam os AHM eram regulados pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia[129]. A petição inicial era autuada e os noivos compareciam para prestarem depoimento, sob juramento. A partir disso, o processo seguia.

À exceção da petição inicial, da sentença e de qualquer outro documento que tivesse que ser apensado, a redação e a confecção dos Autos eram de competência do escrivão. O primeiro Escrivão da Vara de que temos registro foi o Pe. Thomaz Clarque (1753 a 1756), seguido por Ignacio de Souza Maciel Sardinha (1756 a 1761).[130] Apenas sabemos, legalmente, que o Escrivão da Vara era: "Provido pelo Arcebispo, com carta passada na Chancelaria e juramento perante o Chanceler" (Salgado, 1985, p. 336). No caso da estrutura eclesiástica estudada,

[129] Legislação canônica, que, com Sínodo que ocorreu na Bahia em 1707, adaptou o Concílio de Trento para a realidade brasileira.
[130] Não há registros de suas nomeações na documentação do Arquivo Histórico da Arquidiocese de Porto Alegre. É bastante provável que as nomeações para o ofício existam entre os documentos da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro.

possivelmente o escrivão deveria ser um indivíduo com competências para ocupar o cargo.

Almada (2011) referiu-se às categorias de profissionais da escrita, explorando, a partir de terminologias da época, quem eram aqueles que a tinham por. Revelou-nos que no século XVIII havia seis níveis do cargo, com "distinções de habilidades, técnicas e funções sociais" (Almada, 2011, p. 98). Dentre as seis categorias, encontrava-se o escrivão público, que era o profissional "ligado ao exercício de um cargo de valor público, e referia-se a um oficial que escrevia autos diante de um tribunal ou magistrado, redigia atas e cuja escrita possuía valor de veracidade" (Almada, 2011, p. 99). Nesse sentido, estavam ligados à escrita cotidiana e poderiam não primar "pela elegância da letra, muito apressada e entrelaçada" (Almada, 2011, p. 99-100). Por outro lado, ocupar o cargo de escrivão público (e muito provavelmente o similar eclesiástico), conferia-lhes certo prestígio social, pois estavam ligados ao registro da informação e, consequentemente, do conhecimento do que era produzido pela sociedade escrita. De acordo com Magalhães (2014, p. 68-69), o escrivão estava presente em todas as soberanias, "bem assim como em todos os coletivos e organismos de alçada pública". Os documentos produzidos na esfera institucional, como os aqui abordados, eram normatizados e deveriam obedecer a uma forma padrão de produção. Nesse sentido, os indivíduos capacitados em assumir o ofício, que envolvia a feitura dos autos, entro outros documentos, inseridos em uma rotina administrativa, provavelmente teriam destaque social.

O nome do Pe. Thomaz Clarque foi encontrado redigindo os primeiros registros de batismos de Viamão. Ele não era o Vigário da freguesia, mas o Coadjutor – que também atuou como Escrivão, por ofício. Clarque, poucos anos depois, foi peça fundamental na expansão e ocupação lusa da região mais a oeste do

território de Viamão. Ele nasceu[131] em 16 de setembro de 1700 na cidade de Miragaia, situada às margens do rio Douro, região do Porto, Portugal. Era filho do capitão João Clarque, um inglês nascido nas Ilhas Canárias (pertencente à Espanha), sem prejuízo de sua nacionalidade, e de Marianna Jazon, de Miragaia. A família Clarque era comerciante de vinhos da firma João Clark & Cia., tendo o patriarca falecido em Londres em 1722, deixando oito filhos órfãos de pai. Além do Pe. Thomaz, a família tinha outros religiosos: Raimundo e Ricardo que eram sacerdotes e, ao que se sabe, permaneceram em Portugal, e Teresa, irmã do Convento de Santa Clara, também em Portugal.[132]

Não há dados sobre a formação sacerdotal de Thomaz Clarque, mas, ao que tudo indica, estudou em um dos antigos seminários portugueses, e não pertencia a nenhuma ordem religiosa. Rodrigues (2010, p. 104-107), ao analisar as origens familiares do clero português entre os séculos XV e XVIII, se deparou com os interesses da "estabilidade paroquial" do clero secular, que era recrutado nos núcleos urbanos. Além disso, para ser sacerdote, o indivíduo deveria ter condições de se manter

[131] Os dados biográficos aqui constantes foram baseados no artigo do Pe. Ruben Neis (1970), que manteve correspondência com o pároco de Miragaia, Portugal.

[132] Um personagem que se destaca na relação familiar de Pe. Thomaz Clarque é Tomás Antônio Gonzaga (1744, Miragaia -1807, Moçambique, no degredo). Conhecido como *poeta da Inconfidência Mineira* era sobrinho do sacerdote: o pai de Tomás Antônio Gonzaga, que também era primo-irmão do Pe. Thomaz, ao ir estudar em Coimbra, hospedou-se na casa da tia e ali conheceu sua futura esposa, Tomásia Isabel Clarque (irmã do Pe. Clarque). Tomásia Isabel casou-se com João Bernardo Gonzaga, nascendo Tomás Antônio, cujo nome homenageia o tio materno.

financeiramente[133], e possuir "estudos superiores e um grau acadêmico para o exercício de uma vigararia, por exemplo" (Rodrigues, 2010, p. 118), caso almejasse uma carreira mais destacada. Thomaz tinha outros dois irmãos que também eram sacerdotes, assim como uma irmã religiosa, que necessitaria de um dote para ingresso no convento. Com isso, temos indícios de que a família teria certo prestígio econômico e, muito consideravelmente, social.

Por outro lado, não temos notícias sobre deslocamento de Thomaz Clarque para o Brasil e para o sul da colônia. Foi possível constatar que em 1748 já se encontrava em Viamão, contando com a idade de 48 anos[134] e que em 1751[135], em sua casa, residiam seu irmão João Clarque (que conduzia tropas para Minas Gerais), João da Cunha (classificado como *camarada* – provavelmente outro tropeiro) e mais sete escravos.

Em 15 de dezembro de 1756, renunciou ao cargo de Escrivão da Vara para dirigir-se a Triunfo onde, no início do ano seguinte foi nomeado primeiro Vigário. Ali instalado, passou a organizar a região, instituindo a Vara Eclesiástica de Triunfo (16 de novembro de 1761), ajudou a demarcar os limites entre as freguesias de Triunfo e Rio Pardo (1762) e foi autorizado a

---

[133] Ao ingressar no seminário, o sujeito deveria ter um patrimônio (em geral, um bem imóvel), que garantisse sua sobrevivência através do arrendamento.
[134] Em 07 de agosto de 1748, ele batizou a menina Ana, filha de Leonor, parda e escrava (ARQUIVO HISTÓRICO DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE (AHAPA). *Livro de Registro de Batismos da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão*, n. 1, fls. 8v).
[135] AHAPA. *Rol de Confessados de Viamão*, 1751, fogo 98. Tratava-se de um documento que registrava o cumprimento das obrigações quaresmais da confissão e da comunhão pelos moradores da freguesia. Dessa forma, todos os habitantes de uma casa – denominada *fogo* – acima de 7 anos de idade deveriam estar inscritos, caso contrário havia punições e multas.

nomear Vigário para a mais nova freguesia criada, a de Taquari (1765). Faleceu em Triunfo, onde hoje descansam seus restos mortais, no dia 06 de agosto de 1779.[136]

Com a renúncia do Pe. Clarque, assumiu o cargo de escrivão Ignacio de Souza Maciel Sardinha[137]. A família de Ignacio de Souza Maciel Sardinha era originária do Rio de Janeiro. Seu pai, Thomas de Souza Sardinha nasceu na região metropolitana do Rio de Janeiro, por volta de 1690, onde se casou com a mãe, Páscoa de Figueiredo Maciel, nascida na Colônia de Sacramento. Ignacio nasceu em 1734 no Rio de Janeiro, e, por volta de 1742, a família já se encontrava em Desterro (atual Florianópolis/SC); alguns anos depois estavam em Viamão.[138]

Ignacio de Souza deve ter aprendido as primeiras letras em Desterro. Inferir sobre seu processo de domínio da escrituração, se transforma em um desafio maior, se comparamos ao da formação eclesiástica de Clarque. Como afirma Villalta (1997, p. 351), o custeio da educação pertencia à esfera privada e era vista como um ornamento, subordinada à civilidade das aparências. De acordo com o mesmo autor, foi apenas a partir de meados do século XVIII que o interesse na educação aumentou, proporcionalmente ao crescimento de núcleos urbanos, pois a instrução também significava aceder a cargos administrativos (Villalta, 1997, p. 354).

---

[136] AHAPA. *Livro de Registro de Óbitos da Igreja Bom Jesus de Triunfo*, n. 1, fls. 65v. Na sequência do assento do óbito foi trasladado o testamento.
[137] A maior parte dos dados genealógicos foi consultada em Lopes (2008).
[138] As informações do deslocamento da família constam no depoimento de Ana Maria de Oliveira quando, em 1755, se habilitou para se casar com Antônio Dias Manso. (AHAPA. *Habilitação Matrimonial*, 1755/16, caixa 2)

Fonseca, Angelo e Oliveira (2022, p. 2), ao estudarem as práticas educativas não escolares[139], identificaram que a leitura e a escrita poderiam ser aprendidas, mas não tinham significação fundamental para toda a população, uma vez que os ofícios mecânicos seriam mais valorizados como estratégia de sobrevivência. Nesse sentido, destacamos o exemplo de Antônio de Souza Sardinha, irmão de Ignacio de Souza, que era mestre sapateiro.[140] Naquele contexto, a instrução dos filhos "dependia da disposição e das posses das famílias" (Fonseca; Angelo; Oliveira, 2022, p. 3), o que nos permite pensar que Antônio e Ignacio possuíam habilidades gráficas, e, por conseguinte, sugerir que seus pais se preocuparam com a educação.

Após a renúncia do Pe. Thomaz Clarque, em 1756, Ignacio de Souza Maciel Sardinha, rapaz solteiro, ocupou o cargo de Escrivão da Vara. Enquanto exercia o ofício, Ignacio de Souza filiou-se à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição de Viamão em março de 1761, ocupando o cargo de Escrivão da Irmandade. Ao final do mesmo ano, deixou de ser Escrivão da Vara.

No dia 10 de abril de 1815, faleceu em Porto Alegre.[141] No testamento, incluído no processo de inventário[142] autuado em

---

[139] É importante ressaltar que a associação entre eventos educativos e consolidou-se a partir das reformas pombalinas, de 1759, com a criação das Aulas Régias.

[140] AHAPA. *Habilitação Matrimonial*, 1756/9 caixa 2 e 1757/16 caixa 3. Em seus depoimentos, a caligrafia para assinar demonstrou habilidades gráficas semelhantes às do irmão.

[141] AHAPA. *Livro de Registro de Óbitos da Igreja Nossa Senhora Mãe de Deus de Porto Alegre*, n. 3, fls. 36v

[142] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). *Autos de Inventário Post-Mortem*, Porto Alegre, n. 556, 1815. Para

1816, ele declarou ter-se casado na cidade de Rio Grande com Rita Gomes de Brito, com quem teve filhos em Porto Alegre. Ainda em Porto Alegre, encontramos indícios de que Ignacio emprestava dinheiro a juros.[143]

"E eu Escrivão que o escrevy"

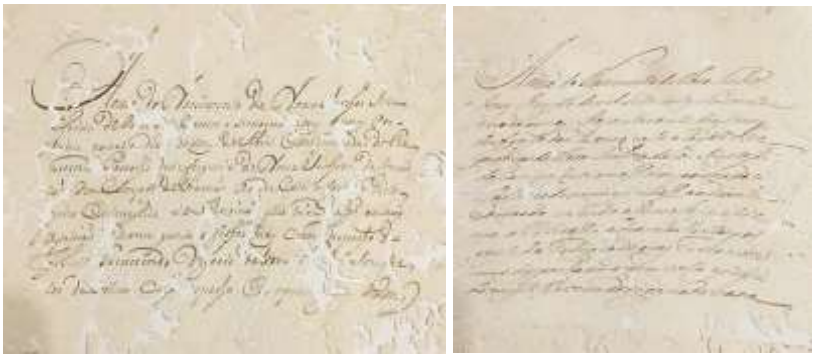
Como mencionado, os dois escrivães analisados situaram-se no tempo e espaço em que a estrutura administrativa eclesiástica estava se consolidando, na qual a produção documental deveria cumprir a função de gerar as provas dos acontecimentos. A escrita, entendida como intermediadora entra a instituição e a sociedade, proporcionou "trabalho a verdadeiros exércitos de profissionais no seu maneio [...]" (Gomes, 2018, p. 286). Para Almada, compreender *quem* escreveu é uma forma de avaliar o sujeito capacitado para produzir documentos, ou ainda, qual era a habilidade gráfica daquele que exercia a atividade de escrivão, verificando-se, do mesmo modo, até que ponto a escrita poderia ter penetrado em determinada sociedade (2011, p. 41).

---

a redação do testamento, pediu a José de Souza Marmello e disse: "asigney com o meu nome de que estava usando por ja me faltar a vista".

[143] No APERS localizamos seis processos de *Assignação de 10 dias*, nos quais Ignacio de Souza Maciel Sardinha se apresentou como credor, cobrando pequenas dívidas a várias pessoas (n. 3896 – ano 1784; n. 3907 – ano 1786; n. 3931 – ano 1780; n. 4464 – ano 1795; n. 4661 – ano 1807; e n. 4776 – ano 1812).

Figuras 1 e 2 – Excertos da autuação dos processos escritos, respectivamente, pelo Pe. Thomaz Clarque (esquerda) e por Ignacio de Souza Maciel Sardinha (direita)



Fonte: AHAPA. *Habilitação Matrimonial de Jerônimo da Silveira Machado e Maria Santa*, 1753/20 caixa 1; *de Félix Rodrigues Fernandes e Cristina Guterres*, 1759/7 caixa 4.

Nas Figuras 1 e 2 observamos as caligrafias de Clarque e Souza e são perceptíveis as diferenças no traçado das letras. Há em comum o tipo de caligrafia, que é classificado como cursiva, composta por ligaduras entre as letras e proporciona execução mais rápida, dando ritmo ao manejo do instrumento de escrita e apresentando hábitos individuais no sujeito escrevente. Ademais, a cursividade é um forte argumento para se comprovar o reforço de treinamento motoro da mão escrevente. Segundo Bédmar (2003, p. 38),

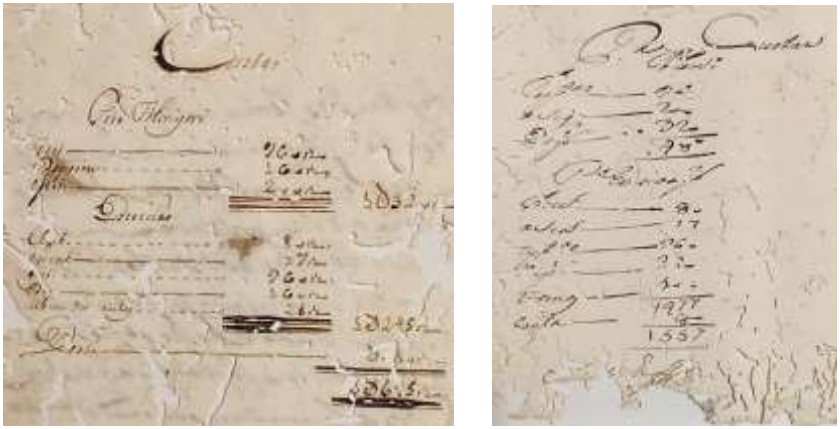
> la cursividad de la escritura es un importante factor que hay que considerar en la búsqueda

> de manifestaciones gráficas del cambio fonético y fonológico, puesto que las modalidades de *ductus*[144] rápido se prestan a la plasmación de rasgos personales de la escritura, evadiendo, hasta cierto punto, el peso de las tradiciones a las que están sometidos los escribanos.

A variação do ritmo da cursiva entre o Pe. Clarque e Maciel Sardinha fica facilmente constatado. Enquanto o primeiro tem uma escrita moderada, com letras bem formadas, o outro parece ser mais acelerado, aumentando o ritmo no final da folha – prova está a inclinação do ângulo da letra. Essa diferença talvez se explique, superficialmente, através do fator idade: Ignacio de Souza era mais jovem, com menos anos de treino, mas com maior rapidez de reflexo, enquanto o sacerdote seria mais "regrado" em seus movimentos, como também se vê nas Figuras 3 e 4.

[144] *Ductus*: designa o traçado da letra, o aspecto de uma escrita (Leal; Siqueira, 2011).

Figuras 3 e 4 – Excertos do cálculo das custas, respectivamente, escrito pelo Pe. Thomaz Clarque (esquerda) e por Ignacio de Souza Maciel Sardinha (direita).



Fonte: AHAPA. *Habilitação Matrimonial de Jerônimo da S. Machado e Maria Santa*, 1753/20 caixa 1; *de Félix R. Fernandes e Cristina Guterres*, 1759/7 caixa 4

Pe. Thomaz Clarque e Ignacio de Souza Maciel Sardinha eram destrógiros (escreviam com as letras inclinadas para direita). Entretanto, a diferença do grau de inclinação, a morfologia geral das letras, o *ductus*, os automatismos permitem identificar identidades próprias, influenciadas pelo processo de aquisição da escrita, letramento, inserção social.

A escrita é uma "tecnologização da palavra", conforme Magalhães (2001, p. 44), não surgindo inconscientemente, uma vez que exige motricidade. A aprendizagem, no período abordado, iniciava com a leitura e, após dois anos, se o aluno tivesse condições de seguir a vida escolar, era ensinado a escrever (Morais, 2023, p. 5). Nesse sentido, era necessário um "local,

preparação, instrumentos, superfícies, suportes adequados e preparados, tintas etc. A escrita é artificial e carece de técnicas e de aprendizagem" (Magalhães, 2001, p. 44). Ao passar à prática da escrita, eram usados manuais caligráficos, como a obra de Manoel de Andrade Figueiredo, *Nova História para ler, escrever e contar* (1722), na qual apresentavam diferentes modelos. "Segundo o próprio autor, sua obra [foi] a primeira do gênero a ser editada em Portugal, suprindo lacuna importante na difusão da caligrafia, da ortografia e da aritmética" (Almada, 2006). Além disso, os modelos que apresenta foram os que mais circularam em Portugal e, consequentemente, no Brasil. Refletindo sobre o significado de se elaborar um manual, deduzimos que coexistiam modelos caligráficos, o que resultou na necessidade de se lançar um tipo de *guia* para mestres e seus alunos, que fosse capaz de modelar e padronizar o processo de aprendizagem, acentuado na segunda metade do século XVIII.

No manual de Figueiredo (1722) encontramos tanto o modelo de escrita de Pe. Clarque quanto o de Ignacio de Souza, inserindo-os em um contexto do universo da escrita.

Nos Quadros 1 e 2, acompanhamos a transcrição paleográfica do texto da Figura 1 (esquerda) e da Figura 2 (direita).

Quadro 1 – Transcrição paleográfica do texto redigido por Pe. Thomaz Clarque

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus
Christo de mil seteCentos e sincoenta e tres annos aos –
vinte e quatro dias do mez de Abril em pouzadas do Re
uerendo Parrocho desta freguezia de Nossa Senhora da Concei
ção nos Campos de Viamão aonde esta o Car[torio] deste
juizo Ecclesiastico e eu Escriuão fui vindo ahi autuey
a peticão [ao] deante junta a folhas duas com despacho do
Muito Reuerendo Vigario da Vara [Padre] Joze Car
los da Silua cujo despacho he o que C[ons]ta na mes

Fonte: Realizada pela autora

Quadro 2 – Transcrição paleográfica do texto redigido por Ignacio de Souza Maciel Sardinha

Anno do Nascimento de Nosso Senhor
Jezus christo de mil Settecentos Sincoenta
e nove annos; Aos vinte e outo dias do mes
de Agosto do dito anno neste arayal e Fre
guezia de Nossa Senhora da ConSeypção
dos campos de viamão em pouzadaz
e Cartorio de mim escrivão ao diante
nomeado, e Sendo ahy me foy entre
gue a Petição adiante Junta por
parte de Fellix Rodrigues Fernandez
Com o despacho a margem nella escripto
do muyto Reverendo vigario da vara

Fonte: Realizada pela autora

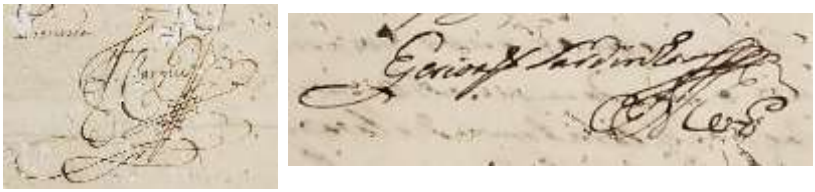
Na comparação das transcrições – em consequência – da ortografia de ambos, fazemos algumas considerações. Em primeiro lugar, devemos considerar que a ortografia, envolvendo as maiúsculas e minúsculas, a grafia correta das palavras, a acentuação e a pontuação, não tinham o rigor da língua escrita contemporânea. No entanto, o fato de haver (ou não) preocupação na redação dos textos nos fornece consideráveis elementos para compreender as habilidades gráficas dos escrivães estudados. Enquanto em Pe. Thomaz Clarque encontramos regularidade ortográfica, Ignacio de Souza se mostrou mais flexível, como na utilização de maiúsculas e minúsculas, usando maiúsculas onde caberiam minúsculas ou inserindo-as no meio da palavra. Tal hábito, embora fosse usual, revela-nos uma falta de preocupação gramatical, das convenções da língua escrita. Quanto à acentuação e à pontuação, revelam-se características da língua portuguesa escrita daquele contexto. Em relação à escrita correta das palavras, Pe. Clarque mantinha particularidades remanescentes do português de períodos anteriores ao século XVIII, como o uso da letra ramista *u*, para substituir a letra *v* minúscula ou então a forma arcaica *pera* para a preposição *para* e, eventualmente a utilização da letra *y* no lugar da vogal *i*.

No caso de Igncaio de Souza, no documento analisado, nunca substituiu o *u* pelo *v* e sempre dobrava a letra *l* nos nomes, como nos casos de *Fellix* e *Carllos*, e mostrou-se frequente a substituição da letra *m* pela letra *n* antes da *b*, como nos vocábulos *tenpo*, *en que*, *canpo*.

A partir desses elementos e da trajetória de vida, podemos sugerir duas questões: (a) o domínio da língua escrita; e (b) a preferência de estilo. O sacerdote português evidencia mais oportunidades de aprendizagem que, unidas às características sociofamiliares, possibilitaram sua formação aprofundada. O

menino que se deslocou com a grande família, provavelmente aprendeu com um mestre contratado pelos familiares. Talvez o estilo de Ignacio de Souza, assim como o domínio da língua, tivesse padrões de seu preceptor. Dadas às diferenças de origem geográfica, acentuadas pelas histórias pessoais, pensa-se que sejam manifestações da realidade na qual se formaram e viveram.

Figuras 5 e 6 – Rubricas do Pe. Thomaz Clarque (esquerda) e de Ignacio de Souza Maciel Sardinha (direita).



Fonte: AHAPA. *Habilitação Matrimonial de Jerônimo da S. Machado e Maria Santa*, 1753/20 caixa 1; *de Félix R. Fernandes e Cristina Guterres*, 1759/7 caixa 4.

Por fim, queremos destacar as rubricas de ambos, como sinal de estilo e marcas pessoais (Figuras 5 e 6). A elegância do Pe. Clarque é mais acentuada, sobretudo observando as *paraphes* (também chamadas de barroquismo, riscos finais que dão individualidade às assinaturas e rubricas) exuberantes e traçado seguro. Ignacio de Souza também apresenta *paraphes*, mas bem menos elaboradas.

Considerações finais

Almada (2011), ao investigar o documento como materialidade e expressão cultural de determinada realidade, colocou em foco atores sociais geralmente pouco acessados: os escrivães. Tratar desses indivíduos pode ser uma forma de estabelecer parâmetros de cultura escrita de uma época, uma vez que a escrita, enquanto produção gráfica é vista como vestígio material de uma sociedade. Assim como o escrivão público caracterizado por Almada, o escrivão que desempenhava suas funções na instituição eclesiástica era provido de atribuições fundamentais para a rotina burocrática.

Estudiosos da educação reforçam que o ingresso ao mundo letrado não era facultado a todos (Villalta, 1997; Magalhães, 2001, Ferreira, 2008; Rachi, 2016; Fonseca; Angelo; Oliveira, 2022; Assis, 2023; Morais, 2023). Para os diferentes grupos da sociedade colonial, dependia do grau de inserção dos mesmos grupos "numa hierarquia social escravista e estamental" (Villalta, 1997, p. 352). As atividades ligadas ao registro institucional, como o ofício de escrivão, vinculavam-se à crescente preponderância da escrita como meio para a organização das atividades administrativas e comunitárias (Villalta, 1997; Marquilhas, 2000; Petrucci, 2000; Almada, 2011; Neumann, 2015).

Nesse sentido, foi possível a identificação dos dois sujeitos escreventes como pertencentes a grupos sociais que valorizavam (e tiveram a oportunidade) de adentrar ao mundo da escrita. Circular nesse mundo garantia autonomia e possibilidade de melhoria profissional – símbolo de status, embora não fosse suficiente para a ascensão econômica. Pe. Clarque teve prestígio social e suas habilidades foram aproveitadas na engrenagem sociopolítica do projeto colonizador da coroa, o que nos permite mobilizar a ideia da excelência da aquisição da escrita, inclusive

com formação acadêmica. Por outro lado, de Ignacio de Souza Maciel Sardinha temos menos informações de sua trajetória de vida, embora suas habilidades gráficas talvez o tenham levado a desenvolver atividades não mecânicas.

De qualquer modo, o desempenho gráfico de ambos os escrivães eclesiásticos revelou particularidades e estilos próprios. Buscamos, no presente texto, trazer reflexões sobre as possibilidades de pesquisa da cultura da sociedade setecentista a partir dos seus testemunhos gráficos e textuais.

Referências

ALMADA, Márcia. A escrita iluminada. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 2, 2006, p. 149-158.

ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ALMADA, Márcia. Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa. *Pós*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 134-147, nov. 2014.

ARCE, Ana Inés. *O documento e o escrivão*: estudo e transcrição paleográfica de um processo de nulidade matrimonial. Relatório de Atividades do Estágio em Arquivologia II - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

ASSIS, Lécio Barbosa de; SILVA, Jorge Augusto Alves da; PACHECO, Vera. Assentos de casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Urubu de baixo do Rio São Franciso (1719-1753):

ler e escrever conforme as testemunhas. *Revista A cor das letras*, Feira de Santana, v. 24, n. 2, p. 235-260, dez. 2023.

BÉDMAR SANCRISTÓBAL, Maria Elena. La importancia de nuevos materiales documentales para la resolución de viejos problemas. *Res Diachronicae*, n. 2, p. 36-45, 2003.

BOSCHI, Caio. O papel, a tinta e o armário: em torno da administração colonial luso-brasileira setecentista. *In:* CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José Damião; MAGALHÃES, Justino (orgs.). *Escritas e cultura na Europa e no Atlântico modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2020, p. 177-193.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. *De corpo e alma***:** a materialidade da escrita e a subjetividade autógrafa**.** Santa Maria: UFSM, 2009 (Monografia de Especialização)

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, p. 93-124, jan./jun. 2003.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ, Carlos. Paleografia *versus* alfabetização: reflexão sobre História Social da Cultura Escrita. *Labor Histórico*, Rio de Janeiro, 2, p. 164-187, jan. – jun. 2016.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Da paleografia à história das práticas de escrever. *In:* CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Grafias no cotidiano*: escrita e sociedade na História (séculos XVI a XX). Rio de Janeiro/Niterói: Eduerj/Eduff, 2020, p. 31-48.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. A corte de Cadmo: apontamentos para uma história social da cultura escrita. *In:* CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Grafias no cotidiano*: escrita e sociedade na

História (séculos XVI a XX). Rio de Janeiro/Niterói: Eduerj/Eduff, 2020, p. 50-74.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Apresentação. *In:* CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli (orgs.). *Cultura escrita em debate*: reflexões sobre o império português na América séculos XVI a XIX. Jundiaí: Paco, 2018, p. 5-16.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, feytas, e ordenadas pelo Sr. D. Sebastião Monteyro da Vide propostas e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. 2. ed. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

FERREIRA, António Gomes. A educação no Portugal barroco: séculos XVI a XVIII. *In:* STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. 1*: séculos XVI-XVIII: Petrópolis, Vozes, 2008, p. 56-76.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Manoel de Andrade. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Offerecida á Augusta Magestade do Senhor Dom João V. Rey de Portugal. Primeira Parte. Lisboa Occidental, na Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Impressor do Serenissimo Senhor Infante, 1722.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima; ANGELO, Fabrício Vinhas Manini; OLIVEIRA, Hilton Cesar de. Fontes processuais e educação não escolar na América Portuguesa: Minas Gerais no

século XVIII. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 22, n.194, p. 1-19, 2022.

GOMES, Saul António. Paleografia: passado e presente. In: LOSE, Alice Duhá; SOUZA, Ariovaldo Sacramento de (Orgs.). Paleografia e suas interfaces. *I Seminário Nacional de Paleografia*, Universidade Federal da Bahia – 2017. Salvador: Memória & Arte, 2018, p. 286-293.

HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal*: o Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira*: família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800). São Leopoldo: Oikos, 2014.

LEAL, João Eurípedes Franklin; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. Rio de Janeiro: Luminária/ Multifoco, 2011.

LOPES, João Simões. *Mitoblogos*. 2008. Disponível em: https://mitoblogos.blogspot.com/2008/05/genealogia-178-descendentes-de-toms-de.html. Acesso em: 25 fev. 2025.

MAGALHÃES, Justino Pereira. *Alquimias da escrita*: alfabetização, história, desenvolvimento no Antigo Regime. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

MAGALHÃES, Justino Pereira. Como um texto: configurações da escrita do município colonial. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 60, p. 65-83, jan./jun. 2014.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras*: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARQUILHAS, Rita. Paleografia. *In*: CEIA, Carlos (coord.). *E-Dicionário de Termos Literários* (EDTL). 2009. Disponível em http://www.edtl.fcsh.pt. Acesso em: 01 jan. 2025.

MORAIS, Christianni Cardoso. Escrever e assinar: habilidades seletivas em um universo iletrado (São João del-Rei, 1750-1850). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 23, n.84, p. 1-29, 2023.

NEIS, Ruben. Triunfo em seus inícios –V (conclusão). *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 jun. 1970, p. 14-15.

PORTERIE, Ana Paula. Escritura paleográfica iberoamericana: la escritura Humanística. *In:* VASSALLO, Rosana Laura (org.). *Introducción a la paleografía: herramientas para la lectura y análisis de documentos antiguos.* La Plata: Universidad Nacional de La Plata (EDULP), 2019, p. 218-231.

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999.

RACHI, Sílvia. *Por mãos alheias*: usos da escrita na sociedade colonial. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2016.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e Meirinhos*: a administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Arquivo Nacional, 1985.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 331- 385.

Anais do VI Congresso Internacional
História, Regiões e Fronteiras
ISSN 2318-6208

A EXPERIÊNCIA DAS LIGAS AGRÁRIAS DURANTE A DITADURA *STRONISTA* (1960-1980)

Vanucia Gnoatto

Doutora em História pelo PPGH/UPF

Resumo
Em 1954, no Paraguai, há exato 70 anos atrás, teve início o regime militar de Alfredo Stroessner. A ditadura *stronista,* que duraria 35 anos trouxe terríveis consequências para a população do campo, principalmente, a indígena, a paraguaia e uma parcela dos imigrantes brasileiros. Como forma de reação e resistência, os camponeses paraguaios, muito inspirados pela pedagogia crítica de Paulo Freire e na Teologia da Libertação, formularam as Ligas Agrárias, na década de 1960. Porém, o movimento social alternativo, de vida comunitária foi alvo de forte repressão da ditadura. Diante disso, o presente trabalho visa compreender o que foram e o papel das Ligas Agrárias. Metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica, que tem por base a literatura paraguaia e o Informe Final da Comisión de Verdad y Justicia (2008). Em linhas gerais, conclui-se que as Ligas Agrárias surgem como um dos movimentos mais significativos de expressão dos desejos dos camponeses paraguaios. Entretanto, como atestam os relatos e a literatura, tal movimento foi duramente repreendido pela ditadura *stronista*, principalmente na década de 1970, levando ao seu fim e, já na década de 1980, ao surgimento do Movimento Campesino Paraguaio que tinha como raízes o movimento extinto. Além disso, a experiência das Ligas deixou um legado que ainda hoje se faz presente na sociedade paraguaia e no campo escolar, como a obrigatoriedade do ensino do idioma guarani.
Palavras-chave: Ligas Agrárias; Paraguai; Ditadura.

Introdução

"Não tem preço, a liberdade não tem dono
Só quem é livre sente prazer em cantar
Se um passarinho canta mais quando está preso
É no desejo de um espaço pra voar"
(Cativeiros, Antônio Gringo).

O presente trabalho[145] visa compreender o que foram e o papel das Ligas Agrárias (1960-1980), no período de ditadura *stronista*. Ditadura que teve início no ano de 1954 e perdurou até o ano de 1989, período de 35 anos, no qual Alfredo Stroessner esteve na presidência do Paraguai. O estudo tem como método uma revisão de literatura referente à temática, focando no Informe Final da Comisión de Verdad y Justicia sobre os crimes cometidos contra camponeses paraguaios na ditadura.

O interesse por esse estudo parte da pesquisa realizada para a nossa tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, na qual focamos na análise da multidimensionalidade na migração de retorno de brasileiros(as) do Paraguai. Ao estudar o contexto de emigração e a presença destes imigrantes no país vizinho nos deparamos com o cenário de repressões e censuras no campo, praticadas pelo regime ditatorial contra movimentos oponentes e diversos grupos de camponeses, como também uma parcela de brasileiros.

De tal modo, nos saltou aos olhos alternativas de vida comunitária, de resistência ao regime e de liberdade promovidas

[145] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), conforme Portaria no. 206 de 04 de setembro de 2018.

pelas Ligas Agrárias. Por isso, por meio deste trabalho buscamos brevemente compreender este movimento e as repressões praticadas para com este. Tendo presente que neste ano lembramos os 70 anos de início de ditadura no Paraguai e 60 anos de início da ditadura no Brasil, a discussão se faz necessária para que este regime e as atrocidades cometidas nele jamais se repitam e, que de fato possamos ousar em buscar uma democracia que contemple toda sociedade de forma justa e igualitária a exemplo do movimento das Ligas Agrárias do Paraguai.

Dessa forma, dividimos o referido artigo em duas seções. Na primeira seção, busca-se contextualizar e descrever as Ligas Agrárias. Já a segunda, busca apontar em linhas gerais as formas de repressões praticadas durante a ditadura que levaram ao fim do movimento.

As Ligas agrárias: uma alternativa frente a política agrária *stronista*

O estudo do movimento das Ligas Agrárias é importante para compreender a organização camponesa paraguaia num período em que o país adotou uma política de modernização no campo, em especial, na região Leste, e criou o programa *La Marcha Hacia el Este*, visando a colonização por meio de camponeses que estavam estabelecidos em regiões centrais e em Asunción. Além de favorecer a imigração e a venda de terras fiscais para brasileiros.

Os camponeses paraguaios, neste contexto, conseguiram terras, porém sem títulos, sem acesso aos serviços mínimos de educação, saúde, crédito, tecnologia e meio de comercialização de sua produção. A obtenção de terras trouxe um grande alívio

para os camponeses, mas sem um horizonte de prosperidade e liberdade, pois a ditadura priorizava o controle político acima do desenvolvimento social e econômico (RODRÍGUEZ, 2014).

Nesse cenário, às Ligas Agrárias Cristãs foram um movimento campesino independente que surgiu como uma reação à distribuição desigual de terras (NICKSON, 2014), que também só eram disponibilizadas para partidários do partido Colorado (Rodríguez, 2014), sigla do presidente ditador. Para Telesca (2021), em artigo ao Jornal paraguaio El Nacional, o nascimento das Ligas Agrárias tinha como objetivo a terra comunal no departamento paraguaio de Misiones. Posteriormente, foram aparecendo organizações em diferentes partes do país. No ano de 1962, nasceu a Federación Regional de las Ligas Agrarias Cristianas, que reunia ligas missionarias, e em 1964 criou-se a Federação Nacional de Ligas, composta por várias regionais.

No Paraguai, para Rodríguez (2008), as Ligas estavam presentes nos departamentos Central, Cordillera, Paraguarí e Misiones, tendo bases em Concepción, San Pedro, Itapúa, Alto Paraná e Ñeembucú. O que corresponde à área de colonização camponesa até a direção Leste e também a região das comunidades mais tradicionais do departamento Central e de Sul a Leste. Em cada base viviam cerca de 27 pessoas, integrantes de 10 famílias, sendo que no auge de cada base supõem-se que havia o dobro ou até o triplo de pessoas.

Entretanto, o seu número era menor em comparação aos integrantes de partidos, porém a importância delas "fue mucho mayor que su cantidad de miembros, en la medida que la caja de resonancia de las Ligas era la propria iglesia, que alentaba a sus voceros. Los ligueros se convocaban y se articulaban en la red eclesial" (RODRÍGUEZ, 2014, p. 51).

Segundo Soler (2014), as Ligas na história do Paraguai foram um dos movimentos sociais mais importantes. Sendo,

conforme Rodríguez (2014), um movimento cultural e de animação com fronteiras difusas, com base na família e vizinhança. Estas construíam suas capelas e eram convocadas nas paróquias, seus membros tinham uma dinâmica em conjunto. A convocação era aberta, sem partidarismo, pois a sociedade campesina estava dividida devido à luta dos partidos políticos tradicionais. O elemento central delas "era la fe y la escritura sagrada, que todos practicaban y que se abría al compromisso cívico". A base de sua organização era a "reflexión y la lectura de la Biblia, en guaraní y español, buscando el protagonismo de cada uno de sus miembros" (RODRÍGUEZ, 2014, p. 50).

Conforme Telesca (2021, n.p.), as instituições eclesiais tiveram muita influência nas Ligas, entre elas os jesuítas, os franciscanos, o clero, as religiosas, a JOC entre outras, porém elas atuaram como uma espécie de "guarda-chuva" para que as ligas tivessem a possibilidade de ação. Nas ligas não haviam lições a se aprender, mas sim a "posibilidad de compartir al interior de la comunidade fe e historia, fe y compromisso, fe y vida em médio de una dictadura", num cenário de repressão e perseguição.

As Ligas camponesas, de acordo com Soler (2014, p. 131-132), foram animadas por distintas "organizaciones políticas y religiosas, cuyos programas y reivindicaciones iban desde un fuerte compromiso contra la dictadura o inclusive el sistema capitalista, a exclusivos ayuda comunitária". Desde seu surgimento elas são muito complexas, estabelecidas em vários locais do país "por grupos de origen franciscano, de la Tercera Orden (laicos franciscanos), del Movimiento Sindical Paraguayo (con su raigambre en la Juventud Cristiana)". Já outras eram parecidas com as comunidades de base, que se tornaram oficiais no ano 1968, em Medellín.

De acordo com a Comisión de Verdad y Justicia (2008), com base no relato de um dos membros das Ligas, a experiência das comunidades de base foram uma mistura de vivências coletivas de práticas em comum e de resistência diante do modelo político e econômico imposto pela ditadura. Além disso, praticou-se ações diretas não violentas fundamentadas na prática coletiva e criativa.

A forma de vida comunitária das Ligas, conforme Comisión de Verdad y Justicia, (2008, p. 156), incorporava "tres aspectos que suponían tanto una rearticulación interna como una diferente relación con el exterior". Essas experiências se davam na "propiedad comunal de la tierra, la reorganización del comercio local, la creación de nuevas escuelas y formas de educación y el protagonismo político basándose en los planteamientos cristianos y de la acción no violenta". Tais comunidades tinham uma autogestão, com limitado contato externo "con un proyecto alternativo de vida constituían ejemplos de una libertad que no era tolerada por la dictadura. Los aspectos de la vida en común desarrollados por las comunidades eram tidos como un perigo para o Estado" paraguaio.

Conforme documentário realizado pela Base Investigaciones (2014), as escolas campesinas foram criadas pelas Ligas Agrarias Cristãs, no final da década de 1960. Estas escolas buscavam romper com a educação tradicional e oficial, que desprezava os filhos os filhos de campesinos por falarem somente o guarani, e que na visão dos ligueiros não trazia nenhum conhecimento útil para os alunos. A iniciativa promovia e favorecia a auto-educação campesina. O processo educativo era desenvolvido com o acompanhamento da Igreja Católica e dos padres jesuítas. A metodologia adotada era a de Paulo Freire, visando a autonomia do educando no seu processo aprendizagem. Por meio de Pujara (pessoas da comunidade capacitadas em etapas)

os filhos de campesinos recebiam uma formação voltada a sua realidade. Porém, "esta iniciativa en el ámbito de la educación, provocó la reacción represiva de parte de la dictadura stronista que se veía amenazada, y no tardaron en llegar las persecusiones y desapariciones" (BASE INVESTIGACIONES, 2014, n.p.).

Para Espinola (2008), a orientação das Ligas Agrárias Cristãs era a autonomia, sendo o esforço mais sério para se formar um movimento campesino autônomo. A chave de sua legitimidade estava na busca por uma organização simples, próxima às bases, sem elitismo, favorecendo a participação de todos os seus integrantes. Para o autor, foi a primeira vez na história do Paraguai que os camponeses surgiram como atores sociais definidos "con una identidad, una organización permanente, una orientación ideológica común y unos objetivos bien identificados" (ESPINOLA, 2008, p. 142). Essa experiência não é algo pontual na história deste país, pois possuem antecedentes dentro da trajetória dos trabalhadores camponeses. Além disso, "constituye el precedente más inmediato para compreender la segunda fase del movimiento campesino paraguayo configurado a partir de los años ochenta" (ESPINOLA, 2008, p. 143).

A pedagogia horizontal adotada pelas Ligas, segundo Rodríguez (2014, p. 50) era contrária à visão das instituições que possuíam maior influência na sociedade, como "religiosa, partidária, militar, policial, económica y educativa. Las LAC defendían la pedagogía crítica de Paulo Freire practicándola al mismo tiempo como catequesis crítica". Na sequência, outras práticas foram adotadas como "almacén de consumo, la comercialización conjunta, la chacra comunitária, las colonias comunitarias y la escuelita campesina". Ambas práticas batiam de frente com a sociedade.

De acordo com Nickson (2014, p. 1153), no seu surgimento as Ligas tiveram "el apoyo de la Iglesia católica. Cuando

el movimiento comenzó a desafiar el tradicional apoyo campesino al Partido Colorado, el régimen acusó a la Iglesia de fomentar el comunismo". Além de dizer que membros da Igreja ligados às Ligas estavam manipulando os camponeses. Porém, os religiosos alegavam que os camponeses haviam adquirido consciência crítica de sua realidade adotando uma atitude de reação diante da dominação exercida pelo regime contra eles (RODRÍGUEZ, 2014).

Figura 1. Camino desde Ybypé hasta el Aguaray, no Departamento San Pedro, em 1975

Fonte: José Maria Bianch. *In:* Telesca, 2021.

As ligas, para Soler (2014), "tomaron luego contacto con el Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) en Argentina y fueron radicalizándose hasta el hecho paradigmático de tomar tierras pertenecientes a los jesuitas y a un obispo en Misiones".

Situação que levou a um conflito dentro das Ligas e da Igreja Católica (SOLER, 2014, p. 132).

No início da década de 1970, com a repressão sofrida contra parte da Igreja que apoiava os campesinos, e a ocupação de áreas desta por camponeses a instituição, que sofre uma crise interna entre seus membros, se distancia do movimento, o que levou, alguns anos depois, ao governo, de forma dura, terminar com as Ligas, que já não contavam com o apoio anterior da Igreja (RODRÍGUEZ, 2014).

Na sequência, veremos a repressão praticada contra as Ligas que levou a sua finalização e alguns elementos do legado deste movimento camponês.

A repressão na ditadura *stronista* no campo e contra Ligas Agrárias

A repressão política na ditadura no campo, entre 1960 a 1980, e com mais intensidade na década de 1970, visava várias expressões coletivas, em comunidades onde aconteciam dinâmicas de organização campesina e a concretização de formas alternativas de produção e de vida (Comisión de Verdad y Justicia, 2008). O relato abaixo mostra a repressão empreendida contra as Ligas Agrárias, principalmente em suas iniciativas de escolas camponesas e Jejuí.

> […] Los mejores éxitos de las Ligas Agrarias fueron perseguidos a muerte, de una manera muy brutal y con muchas calumnias. Esas fueron las escuelitas campesinas, las tiendas comunitarias y Jejuí. Jejuí estaba muy bien hecho. Era tierra comunal con un pedazo de

> tierra personal, el poblado en círculo, la tierra más próxima era personal luego la comunitaria. La tierra fue comprada, los campesinos eran propietarios. Fueron experiencias muy perseguidas porque fueron muy creativas. Estaba prohibido educar en guaraní, no se dejaba que los niños lo hablaran: ¡no seas guarango! Y se le castigaba. Con lo cual se formaban analfabetos. Nos pidieron a los jesuitas que hiciéramos algo, el padre Bartomeu Meliá hizo una cartilla en guaraní tipo Freire. Eso al Gobierno le pareció terrible. En una primera experiencia educativa em Santa Rosa en Misiones a los dos voluntarios españoles se les expulsó violentamente con mucha calumnia. Las tendas comunitarias fueron muy perseguidas. Un gran dirigente que fue Arturo Bernal de Piribebuy fue muerto en tortura en Investigaciones. Padre Caravias SJ., 1972. (COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, 2008, p. 154-155).

Conforme Rodríguez (2014), a reação desproporcional de repressão obedeceu a lógica de pretensão autoritária. As Ligas eram tidas como um espaço de liberdade, algo que não era bem visto e que poderia ser contagioso. Já a ditadura defendia a visão de domínio e o "'principio de autoridad'. Un elemento incontrolado o incontrolabre crea un efecto de cascada capaz de arrastrar al caos o la rebelión. Un pánico parecido debieron haber produzido las LAC en el seno de la propria Iglesia local" (RODRÍGUEZ, 2014, p. 51).

Para Telesca (2021, n.p.), os donos de mercearias, diretores de escolas, secionais e subsecionais do partido colorado observavam "con desconfianza a esse grupo de famílias que

osaban trabajar juntas y comercializar juntas sus produtos al margen de los intermediários" e que, além disso, "no tenian empacho en crear las escuelitas para brindar una educación liberdadora y en guaraní, que no tenian miedo a enfrentar al Gobierno y sus secuaces" (TELESCA, 2021, n.p.).

É importante ter presente que nesse contexto de Guerra Fria, no Paraguai, como nos demais países vizinhos onde havia ditaduras e regimes alinhados com os Estados Unidos, o combate a influência comunista era algo presente no discurso e na prática, pois este país recebia verbas dos americanos para conter e combater a possível ameaça comunista. Verbas que foram fundamentais também para a manutenção da ditadura (BRUN, 2014). Dessa forma, a perseguição contra as Ligas que enfrentavam o regime pelo seu modo de ser, carregava consigo o combate ao comunismo, como nos aponta o relato abaixo:

> […] Yo, si le voy contar verdaderamente. Yo ya estaba marcado hacía mucho tiempo. Ya no nos llamaban por nuestros nombres, sino comunistas nomás ya. En el interrogatorio la primera pregunta fue si era comunista o no. Aunque él ya decía que éramos comunista. Luego ya nos pregunta quién era el padre que estaba con nosotros y de donde nos venía la plata, y mientras eso nos golpeaban y nos torturaban. Celestino Alcaraz Benítez, Misiones, 1976. (COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, 2008, p. 177).

Conforme Comisión de Verdad y Justicia, (2008), havia três formas de repressão contra as comunidades campesinas. A

primeira era o Rebatismo, com prisões na área de ação da FULMA e a cerimônia de degradação coletiva no departamento de Cordillera em 1965. Na sequência o caso de Jejuí, em 1975, com comunidades sendo arrasadas e ataques coletivos a lideranças e campesinos e a Pascua Dolorosa em 1976, em Misiones, levando ao fim das Ligas Agrárias. Por fim, a "experiência de comunidades que sufrieron ataques comunitarios y cercos como parte de operativos de rastrillaje, y específicamente el caso de la comunidad de Costa Rosado (Departamento de Caaguazú) en 1980" (COMÍSION DE VERDAD Y JUSTICIA, 2008, p.158). Após a prisão, tortura e cerimônia de degradação coletiva com o rebatismo o sujeito ainda seguia sendo controlado pelas autoridades e visto como um suspeito.

O evento conhecido como Pascuo Dolorosa, conforme Rodríguez (2014) foi uma violenta repressão sobre camponeses que haviam simpatizado ou eram suspeitos de terem simpatia pela Organização Político Militar[146] (OPM). A repressão acabou afetando uma *"*docena de campesinos/as [que] fueron muertos y miles de ellos/as fueron torturados y encarcelados/as*"* (RODRÍGUEZ, 2014, p. 52). Sobre as repressões que levaram ao fim das Ligas o relato de sobrevivente aponta que:

> [...] En 1976 fue la represión más fuerte, como para que desaparezca la organización, allí fue que a nivel nacional, a muchos les agarraron, les apresaron, les torturaron, les mataron. Aquí a quince por ahí mataron. La desinformación para

[146] Conforme Casco (2020), muitos membros das ligas agrárias ingressaram na OPM.

> confundirle a la opinión pública era mucha, decían que eran guerrilleros, comunistas, como para justificar su represión. Luego reprimieron a niños y mujeres que no tenían nada que ver. El objetivo de eso era que la gente no quiera organizarse, ni que sepa ningún derecho. Guillermo Jaquet, Misiones, 1976 (COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, 2008, p. 178).

Com o fim das Ligas, em 1980, segundo Baller (2014), criou-se o Movimento Campesino Paraguaio (MCP), após a última ampla repressão militar. O "movimento que veio dos restos das Ligas Agrárias, depois destas serem reprimidas no ano de 1876, acontecimento que ficou conhecido como a Páscoa Dolorosa". O mesmo é formado "por quadros que se distinguem no seu interior, como os fundadores, a militância e os trabalhadores". Além de visar, "por meio do seu Centro Nacional de Formação Integral Campesina (CENFIC), verdadeiras escolas campesinas, desenvolver reflexão histórica sobre suas lutas e conquistas" (BALLER, 2014, p. 106).

Durante a ditadura, para o mesmo autor, tendo por base o Informe Final da Comisión de Verdad y Justicia, às Ligas Agrárias e ao Movimento Campesino Paraguaio, foram bastante perseguidos, no total 24% das denúncias. "Os anos correspondentes ao final da década de 1970 foram os mais tensos para o setor rural e representam um maior número de casos de violação".

Sendo que no universo da amostra identifica-se 14,1% (2.832) mulheres que foram violadas, destas 37% pertenciam às Ligas Agrárias, Campesinas ou Cristãs. O relatório aponta ainda que 10,8% eram menores de idade, entre os menores, o que mais pesa são as denúncias de abuso sexual em que 37% das meninas

sofreram algum tipo de abuso, dessas 85,2% eram de cidades do interior ligadas às Ligas Agrárias e campesinas, e os operativos militares são os mais acusados. O que se percebe em todo o relatório é que entre os maiores números ligados à violação dos direitos humanos no Paraguai o segmento rural aparece com o maior percentual de casos (BALLER, 2014, p. 229).

Quanto ao legado das Ligas Ligas Agrárias Cristianas, para Rodríguez (2014), estas levantaram diversas questões. Os atuais conteúdos educativos têm como origem e inspiração o que foi trabalhado nas Escuelitas Campesinas, como a realidade rural e o idioma guarani. "Los valores de cooperación y solidaridad, que tenían origen informal se volvieron más formales y alentaron las formas del estado social de la Constitución de 1992". E, acima de tudo, "la formación de una identidade campesina que permite hacer visibles sus reclamos y su lugar en la sociedade*"* (RODRÍGUEZ, 2014, p. 53).

Considerações finais

Nesse sentido, com base na literatura referente ao tema das Ligas Agrárias e dos relatos de vítimas diretas da ditadura *stronista* no campo, conclui-se que o modelo de autonomia, liberdade, experiência coletiva e de formação histórica crítica de camponeses adotado pelas ligas, dentro do contexto de dominação e perseguição contra opositores - algo próprio das ditaduras - foi extremamente revolucionário ao mostrar o protagonismo do camponês paraguaio em buscar alternativas para se viver no campo e, por isso foram duramente reprimidas, levando ao seu desfecho.

Além disso, é importante ter presente a influência do contexto histórico no surgimento e de correntes como da Teologia da Libertação e da pedagogia freiriana que surgem também nesse período. E de fatores externos e internos para o desfecho desse movimento, como a ditadura *stronista* em si e a influência da Guerra Fria.

Por fim, é importante considerar o legado deixado pelas Ligas Agrárias para o surgimento de movimentos no campo, como Movimento Campesino Paraguaio e possíveis formas de organização no campo, que surgiram com força no período que antecedeu a redemocratização no ano de 1989 e que questionavam e questionam atualmente a presença irregular de brasileiros em terras paraguaias. Além de valorizar a identidade camponesa, sendo o idioma guarani uma de suas formas de expressão.

Referências

Anibal Casco, Ligas Agrarias Cristianas. *Una crónica de un viaje por el camino de la tortura.* 2020. Publicado por Historia Social Paraguay CIHSP. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q-NCvP502XE&t=571s. Acesso em: 09 out. 2024.

BALLER, Leandro. *Fronteira e Fronteiriços***:** a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014). 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

BRUN, Diego Abente. *El régimen Stronista: Natureza, Sustento y Longevidad.* Asunción: El lector; ABC Color, 2014.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA (CVJ). *Las Secuelas de las Violaciones de Derechos Humanos La Experiencia de las Víctimas*: Informe Final Anive haguã oiko. Asunción: J C Medina, 2008.

Escuelitas Campesinas. Ligas Agrarias rembiapokue. 2014. Publicado por *Baseinvestigaciones.* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BFgyBAV-K_c. Acesso em: 10 out. 2024.

ESPÍNOLA, Julio. Ligas Agrarias Cristianas, un movimiento contrahegemónico en Paraguay. *Revista de la Facultad*, v. 14, p. 121-145, 2008.

NICKSON, Andrew. El régimen de Stroessner (1954-1989). *In:* TELESCA, Ignacio (Coord.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2014. p. 1128-1264.

RODRÍGUEZ, José Carlos. *Dictadura y Sociedad Civil (1954-1989)*. Asunción: El Lector; ABC Color, 2014.

SOLER, Lorena. PARAGUAY: *La larga invención del golpe.* Asunción: Editorial Arandurá, 2014.

TELESCA, Ignacio. 50 años de "Vivir como hermanos": la mística de las ligas agrarias. *El Nacional*, 2021. Disponível em: https://elnacional.com.py/cultura/2021/12/10/50-anos-de-vivir-como-hermanos-la-mistica-de-las-ligas-agrarias%E2%80%A8/ Acesso em: 18 mai. 2024.